



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
DOUTORADO EM POLÍTICA SOCIAL**

TESE DE DOUTORADO

**O HOMONACIONALISMO NA SOCIABILIDADE DO CONSUMO DE LAZER
LGBTI+ - FORTALEZA/CE**

Tibério Lima Oliveira

**BRASÍLIA - DF
2022**

TIBÉRIO LIMA OLIVEIRA

**O HOMONACIONALISMO NA SOCIABILIDADE DO CONSUMO DE LAZER
LGBTI+ - FORTALEZA/CE**

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Política Social.

Linha de pesquisa: Exploração e Opressão de Sexo/Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades.

Orientadora: Profa. Dra. Marlene Teixeira Rodrigues

**BRASÍLIA – DF
2022**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Lh Lima Oliveira, Tibério
 O HOMONACIONALISMO NA SOCIABILIDADE DO CONSUMO DE LAZER
LGBTI+ - FORTALEZA/CE / Tibério Lima Oliveira; orientador
Marlene Teixeira Rodrigues. -- Brasília, 2022.
 343 p.

 Tese (Doutorado - Mestrado em Política Social) --
Universidade de Brasília, 2022.

 1. homonacionalismo de Estado. 2. homonacionalismo de
mercado. 3. lazer. 4. mercado LGBTI+. 5. consumo. I.
Teixeira Rodrigues, Marlene , orient. II. Título.

BANCA DE DEFESA

Dra. Marlene Teixeira Rodrigues

Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS)
Universidade de Brasília (UnB)
Presidenta – Orientadora.

Dra. Camila Potyara Pereira

Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS)
Universidade de Brasília (UnB)
Membro titular.

Dra. Bruna Andrade Irineu

Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS)
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
Membro titular externo.

Dra. Cristiane Maria Marinho

Programa de Pós-graduação em Serviço Social
Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Membro titular externo.

Dra. Priscilla Maia de Andrade

Departamento de Serviço Social (SER)
Universidade de Brasília (UnB)
(Suplente/Membro Interno vinculado ao Programa).

Dedico essa Tese de Doutorado a todas as vidas que foram ceifadas durante a Pandemia do Coronavírus, muitos/as desse/as eram pesquisadores/ras que foram impossibilitado/as de concluírem seus projetos científicos, sociais e de vida. Dedico, ainda, esse trabalho a todas as pessoas LGBTI+ trabalhadores/ras que estão na resistência cotidiana, contra toda forma de opressão, exploração e dominação e que constroem uma perspectiva de mundo anticapitalista, anti-imperialista, antimachista, antissexista e antirracista.

AGRADECIMENTOS

Agradecer às vezes não é uma tarefa tão fácil, todavia diante dos tempos de tantos individualismos e de falta de empatia social, é mais que necessário agradecer por tudo e todos/as que estão conosco nas lutas diárias da vida, especialmente em um momento tão difícil que a humanidade vivenciou no contexto de Pandemia do Coronavírus.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais a Maria de Fátima e a Zobledone Xavier (*In memoriam*), por ter ousado e enfrentado esse sistema autoritário que é a sociedade política brasileira e o acesso à Educação Pública, ter permitido e incentivado os meus estudos, agradeço infinitamente por tudo, ao meu irmão, a Jana e a minha sobrinha Mahara por trazer leveza. Estendo a gratidão aos meus tios, tias, primos, primas.

Quero expressar muita gratidão à minha orientadora Marlene Teixeira, chegar até aqui não foi uma tarefa fácil, Marlene foi fundamental nesse processo, por ter me acolhido em Brasília, foi um grande ato de solidariedade, em tempos de tantos egoísmos. Além das trocas de diálogos enquanto orientadora, as recomendações de leituras, os questionamentos, sugestões na escrita, as orientações, os incentivos em momentos difíceis, paciência e pela confiança em todo o processo da pesquisa. Muito obrigado!

Aos amigos e amigas de Brasília que na sequidão do Cerrado fizeram meus dias felizes em especial Elaene Rodrigues, Michelly Elias, Priscilla Maia, Tito Augusto, Vinícius Gurtler, Beatriz, Gabriella, Andressa Moraes, Karla Karan, Alê, Carol Dumaresq, Mila Dumaresq, Magda Aragão, Afonso, Luizianne Lins, Cristóvão, Val Peixoto, Ceição, Hayeska, João Pedro, Renatinha, Ivna, José, Nicole, Gabriel, Mathias, Abel, Murilo, Zenilda.

Aos amigos de Fortaleza que contribuíram com a pesquisa, dando sugestões de locais de consumo LGBTI+ a serem visitados: Raquel Vianna, Mitchelle Meira, Cristina Nobre, Cristiane. Aos amigos e amigas quixereenses: Raíza Nara, Luiz Carlos, Valéria Oliveira, Gecinho, Rozangela, Vinícius, Bárbara, Tarcielio, Tarciely, David, Elenildo, Regim, Patrique, Jaqueline.

Aos amigos potiguares João Batista, André, Sandro, Florisa, Rosenilson, Sabatta, Micaela, Bruna Massud, Leninha, Andréa Lima, Silvana Mara, Miriam Inácio, Eliana Andrade, Ilena Bastos, Carla Montefusco, sempre pelo apoio, pelo carinho e pelos reencontros em terras natalenses. Em especial a Marco Antônio pela elaboração dos mapas geográficos.

Aos amigos/as mossoroenses pelo caloroso carinho Suamy Soares, Sabatta Raquel, Luana Paula, Rivania, Malu, Mirla, Giulia, Joana, Fernanda Marques, Vivi, Flavinha. Aos amigos da FASSO, pela partilha durante o período que estive enquanto professor substituto, agradeço sempre pela compreensão das colegas de trabalho, em especial à Joana Lacerda, Márcia e às demais colegas docentes. Às queridas Telma Maia, Sara, Mundinha, Janile. Agradeço também pelas trocas de diálogos e participação enquanto extensionista do Núcleo de

Estudos da Mulher (NEM), em especial, ao projeto “Escritas Dissidentes” e a Escola de Formação Feminista desenvolvido em parceria com a professora Suamy Soares.

Agradeço as contribuições e de diálogos importantes durante a escrita da tese de Suamy, Raquel Vianna, Kleber Navas, Bruna Irineu, Ilidiana Diniz, Priscilla Maia, Cristiane Marinho.

Agradeço a companhia da minha turma de doutorado 2018.1 do PPGPS, em especial, a Ada, Zora, Hannah, Ana Paula, Dora, Fernanda e do Lúcio e de Avelina, Beatriz, Renatinha, Kaic Ribeiro, Léo Dias, Maria, Lucas, Lara, Luiza.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília.

À querida Domingas secretária da PPGPS sempre pela atenção.

Às professoras que compuseram a Banca de Qualificação foram Bruna Irineu, Camila Potyara, Mably Trindade e Sandra Teixeira.

E às professoras que aceitaram participar da banca final da tese: Bruna Irineu (UFMT), Cristiane Marinho (UECE), Camila Potyara (UnB) e Priscilla Maia (UnB).

Por fim, mas jamais menos importante, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da Bolsa de Doutorado durante os anos da realização da pesquisa.

*Não acredito que seja saudável escolher uma luta e dizer
que é mais importante do que outra, mas sim, em
reconhecer como as diferentes lutas se conectam.*

Ângela Davis

LISTA DE SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
AP	Ação Popular
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ATRAC	Associação de Travestis do Estado do Ceará
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertação
BEC	Banco do Estado do Ceará
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BSH	Brasil Sem Homofobia
BRICS	Países Emergentes Brasil, <u>Rússia</u> , <u>Índia</u> e <u>China</u> e África do Sul
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDS	Coordenadoria da Diversidade Sexual
CDMAC	Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura
CRLGBTJD	Centro de Referência LGBTI+ Janaína Dutra
CFM	Conselho Federal de Medicina
CIC	Centro Industrial do Ceará
CMPDLGBT	Conselho Municipal de Promoção dos Direitos Humanos LGBT de Fortaleza
CODEC	Companhia de Desenvolvimento do Ceará
CS	Convergência Socialista
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EBHO	Encontro Brasileiro de Homossexuais
EBGLA	Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas
ENTRAIDS	Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta contra AIDS
EUA	Estados Unidos da América

FHC	Fernando Henrique Cardoso
FLH	Frente de Libertação Homossexual
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FMI	Fundo Monetário Internacional
GALF	Grupo de Ação Lésbico-Feminista
GENPOSS	Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Gênero, Política Social e Serviços Sociais
GEPTED	Grupo de Estudos Trabalho, Ética e Direitos
GGB	Grupo Gay da Bahia
GGC	Grupo Gay da Ceará
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
GRAB	Grupo de Resistência Asa Branca
GTIR	Grupo de Trabalho Institucional das Regionais
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFCE	Instituto Federal do Ceará
ILGA	International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
LAMCE	Grupo de Liberdade do Amor entre Mulheres do Ceará
LBL	Liga Nacional de Lésbicas
LF	Lésbico-Feminista
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e outros/as
MEC	Ministério da Educação
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
MPC	Modo de Produção Capitalista
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados Brasileiros
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAC	Pacto de Aceleração do Crescimento

PIB	Produto Interno Bruto
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PLC	Projeto de Lei da Câmara
PLAMEG	Plano de Metas Governamentais
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPA	Plano Plurianuais
PFL	Partido da Frente Liberal
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PV	Partido Verde
RDC	Resolução de Diretoria Colegiada
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SCL	Sociedade Cearense Libertadora
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SEPIIR	Secretaria de Políticas Públicas da Igualdade Racial
SEPOG	Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão
SIOFOR	Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento de Fortaleza
SINE	Sistema Nacional de Empregos
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
STF	Supremo Tribunal Federal
SUDEC	Superintendência do Desenvolvimento Econômico e Cultural
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
PUC/RIO	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNRWA	Agência das Nações Unidas aos Refugiados
UNICEUB	Centro Universitário de Brasília
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFSC	Universidade de Santa Catarina
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UnB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – MAPA DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA (RFM).	27
MAPA 2 – LOCALIZAÇÃO DOS SUJEITOS LGBTI+ QUE PARTICIPARAM DA PESQUISA EM FORTALEZA E NA REGIÃO METROPOLITANA (RMF).	46
MAPA 3 – OCUPAÇÃO DA PALESTINA DE 1946 - 2010.	98
MAPA 4 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO QUANTITATIVO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA NA CIDADE DE FORTALEZA/CE.	229
MAPA 5 – MAPA DA CIDADE DE FORTALEZA - DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS ESPAÇOS DE CONSUMO LGBTI+ - BARES, BOATES E BARRACAS DE PRAIA.	246
MAPA 6 – MAPA DA CIDADE DE FORTALEZA - DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS ESPAÇOS DE CONSUMO LGBTI+ - CINEMAS, FESTAS E SAUNAS.	251
MAPA 7 – MAPA DA CIDADE DE FORTALEZA - DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS ESPAÇOS DE LAZER PÚBLICOS LGBTI+.	260

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – ORIENTAÇÃO SEXUAL DO/AS PARTICIPANTES.....	230
GRÁFICO 2 – IDENTIDADES DE GÊNEROS DO/AS PARTICIPANTES.	231
GRÁFICO 3 – COR E RAÇA/ETNIA DO/AS PARTICIPANTES.....	232
GRÁFICO 4 – FAIXA ETÁRIA DO/AS PARTICIPANTES.....	234
GRÁFICO 5 – ESCOLARIDADE DO/AS PARTICIPANTES.....	235
GRÁFICO 6 – OCUPAÇÃO PROFISSIONAL.....	236
GRÁFICO 7 – RENDA SALARIAL DO/AS PARTICIPANTES.....	238
GRÁFICO 8 – CONDIÇÃO DE MORADIA DO/AS PARTICIPANTES.....	239
GRÁFICO 9 – ESTADO CIVIL DO/AS PARTICIPANTES.....	240
GRÁFICO 10 – DESEJO DE TER FILHO/AS DO/AS PARTICIPANTES.....	243
GRÁFICO 11 – PORCENTAGEM DE GASTOS MENSIS NOS ESPAÇOS DE CONSUMO LGBTI+ EM FORTALEZA/CE.....	258

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – TABELA DE COMENTÁRIOS AVALIATIVOS DE USUÁRIOS DO TRIPADVISOR SOBRE A BOATE ÓRBITA BAR – FORTALEZA/CE.	256
TABELA 2 – TABELA DE COMENTÁRIOS AVALIATIVOS DE USUÁRIOS DO TRIPADVISOR SOBRE A BARRACA CABUMBA E A ÓRBITA BAR – FORTALEZA/CE.....	257
TABELA 3 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA PROMOÇÃO E DEFESA DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO LGBTI+.....	293
TABELA 4 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE PROMOÇÃO E DEFESA DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO LGBT.	294
TABELA 5 – DESAFIOS PARA 2021 ELENCADOS EM AVALIAÇÃO INTERNA DO CENTRO DE REFERÊNCIA JANAÍNA DUTRA.....	296
TABELA 6 – COMENTÁRIOS DOS/DAS PESSOAS LGBTI+ ENTREVISTADAS SOBRE AS BARREIRAS DE ACESSO AOS ESPAÇOS DE CONSUMO DO LAZER EM FORTALEZA/CEARÁ	299

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 - QUADRO CATEGORIAL DO HOMONACIONALISMO	79
IMAGEM 2 – PARTICIPAÇÃO DE TRABALHADORES HOMOSSEXUAIS DURANTE A GREVE GERAL DO ABC EM MAIO DE 1980.....	158
IMAGEM 3 – ATIVISTAS DO GRAB NOS ANOS 1990.....	212
IMAGEM 4 – CELEBRAÇÃO DO ORGULHO PELA BOATE LEVEL.	254
IMAGEM 5 – SOBRE O 17 DE MAIO – DIA INTERNACIONAL DE COMBATE A LGBTIFOBIA. CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA - BOATE HAUS.	255
IMAGEM 6 – RELATO DE TRANSFOBIA QUE LINN DA QUEBRADA SOFREU EM ESPAÇO LGBTI+.....	269
IMAGEM 7 – CAMPANHA DO GOVERNO DO CEARÁ - O CEARÁ É DE TODES.	274
IMAGEM 8 – AGENDA DOS DIREITOS LGBTI+ NAS CANDIDATURAS À PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DE 2020.....	288

O HOMONACIONALISMO NA SOCIABILIDADE DO CONSUMO DE LAZER LGBTI+ - FORTALEZA/CE

RESUMO

O homonacionalismo se respalda ideologicamente na defesa dos direitos das pessoas LGBTI+ pela via do progresso, mascarando frequentemente as contradições de gênero, raça/etnia, classe que se refletem na comunidade. No seu modo de existir, o homonacionalismo se manifesta de duas formas: por meio dos Estados-nações e via mercado. Essa tese de doutorado partiu deste contexto e teve como objeto de estudo o mercado de consumo LGBTI+, mais especificamente o mercado de consumo de lazer voltado para a comunidade LGBTI+ em Fortaleza, Ceará. Como objetivo geral: analisou-se a manifestação do homonacionalismo de Estado-nação e de mercado na sociabilidade de consumo do lazer na referida cidade. Do ponto de vista do método, a pesquisa fundamentou-se na teoria social crítica e na epistemologia crítica feminista como suporte nas análises, adotou-se procedimentos metodológicos de caráter qualitativo, e como técnicas e instrumentos de pesquisa a revisão bibliográfica, a análise documental, a observação participante, o diário de campo, entrevista semiestruturadas por intermédio da técnica “Bola de Neve”, em um primeiro momento participaram do estudo 145 pessoas LGBTI+ que responderam ao questionário no Google *Forms*, desse total participaram das entrevistas abertas 11 pessoas, também via questionário eletrônico. Como resultados da pesquisa observou-se algumas tendências da manifestação do fenômeno estudado: Fortaleza possui uma ampla oferta de espaços de consumo LGBTI+ segmentado, hierarquizado e paradoxal, há no contexto das políticas públicas voltadas para essa população uma espécie de manifestação do “pinkwashing à brasileira”, criou-se nos últimos anos algumas legislações sociais importantes voltadas para o combate a LGBTIfobia, porém com uma forte ausência na execução do orçamento público destinado a essas políticas. Portanto, considera-se essas dimensões são parte do homonacionalismo de Estado-nação e mercado manifestada na capital.

Palavras-chave: homonacionalismo de Estado; homonacionalismo de mercado; lazer; mercado LGBTI+; consumo.

HOMONATIONALISM IN THE SOCIABILITY OF LGBTI+ LEISURE CONSUMPTION - FORTALEZA/CE

ABSTRACT

Homonationalism is ideologically supported by the defense of the rights of LGBTI+ people through progress, often masking the contradictions of gender, race/ethnicity, and class that are reflected in this community. In its mode of existence, homonationalism manifests itself in two ways: through nation-states and via the market. This doctoral thesis started from this context and had as its object of study the LGBTI+ consumer market, more specifically the leisure consumption market aimed at the LGBTI+ community in Fortaleza, Ceará. As a general objective: the manifestation of nation-state and market homonationalism in the leisure consumption sociability in the referred city was analyzed. From the point of view of the method, the research was based on critical social theory and critical feminist epistemology as a support in the analysis, we adopted methodological procedures of qualitative nature, and as techniques and research tools the bibliographic review, document analysis, participant observation, field diary, semi-structured interviews through the technique "Snowball", in a first moment participated in the study 145 LGBTI+ people who answered the questionnaire on Google Forms, from this total participated in open interviews 11 people, also via electronic questionnaire. As research results we observed some trends of the phenomenon studied: Fortaleza has a wide offer of segmented, hierarchical and paradoxical LGBTI+ consumption spaces, there is in the context of public policies aimed at this population a kind of manifestation of "pinkwashing *à brasileira*", it was created in recent years some important social legislation aimed at fighting LGBTIphobia, but with a strong absence in the execution of the public budget for these policies. Therefore, it is considered that these dimensions are part of the nation-state and market homonationalism manifested in this capital city.

Keywords: state homonationalism; market homonationalism; leisure; LGBTI+ market; consumption.

EL HOMONACIONALISMO EN LA SOCIABILIDAD DEL CONSUMO DE OCIO LGBTI+ - FORTALEZA/CE

RESUMEN

El homonacionalismo se sustenta ideológicamente en la defensa de los derechos de las personas LGBTI+ a través del progreso, muchas veces enmascarando las contradicciones de género, raza/etnia, clase que se reflejan en la comunidad. En su forma de existir, el homonacionalismo se manifiesta de dos formas: a través de los estados-nación y del mercado. Esta tesis doctoral partió de este contexto y tuvo como objeto de estudio el mercado de consumo LGBTI+, más específicamente el mercado de consumo de ocio dirigido a la comunidad LGBTI+ en Fortaleza, Ceará. Como objetivo general: se analizó la manifestación del homonacionalismo del Estado-nación y del mercado en la sociabilidad del consumo de ocio en esa ciudad. Desde el punto de vista del método, la investigación se basó en la teoría social crítica y la epistemología crítica feminista como apoyo en los análisis, se adoptaron procedimientos metodológicos de carácter cualitativo, y como técnicas e instrumentos de investigación la revisión bibliográfica, el análisis de documentos, la observación participante, diario de campo, entrevistas semiestructuradas utilizando la técnica “Bola de Nieve”, en un primer momento participaron en el estudio 145 personas LGBTI+ que respondieron el cuestionario en Google Forms, de las cuales 11 personas participaron en entrevistas abiertas, también vía cuestionario electrónico. Como resultado de la investigación, se observaron algunas tendencias en la manifestación del fenómeno estudiado: Fortaleza cuenta con una amplia gama de espacios segmentados, jerarquizados y paradójicos para el consumo LGBTI+, existe, en el contexto de las políticas públicas dirigidas a esta población, una especie de manifestación del “pinkwashing brasileño”, se ha creado en los últimos años una importante legislación social destinada a combatir la LGBTIfobia, pero con una fuerte ausencia en la ejecución del presupuesto público destinado a estas políticas. Por lo tanto, estas dimensiones se consideran parte del homonacionalismo del estado-nación y del mercado manifestado en la capital.

Palabras claves: homonacionalismo estatal; homonacionalismo de mercado; ocio; mercado LGBTI+; Consumo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
Percurso teórico-metodológico da pesquisa:	39
1. O FENÔMENO HOMONACIONALISTA DE ESTADO-NAÇÃO E DE MERCADO NO CONTEXTO INTERNACIONAL	50
1.1 O “Estado da Arte”: lazer, mercado de consumo LGBTI+ e homonacionalismo	51
1.1.1 Corpo, gênero e sexualidade no contexto do neoconservadorismo	61
1.2 Nação, nacionalismo e Estado-nação e o homonacionalismo	73
1.2.1 O Homonacionalismo de Estado-Nação em uma perspectiva Geopolítica	78
1.2.2 A excepcionalidade sexual do homonacionalismo de Estado-nação imperialista.....	85
1.3 O homonacionalismo de mercado no contexto internacional: um canto de sereia?	90
1.4 Estado e mercado como agente do homonacionalismo: dimensões paradoxais.....	101
1.4.1 “O Estado (des)feticizado” e a questão da sexualidade: um debate necessário	105
2. “O HOMONACIONALISMO NOS TRÓPICOS”: O PROCESSO HOMONACIONALIZADOR NO CONTEXTO BRASILEIRO	118
2.1 “Os desejos da nação”: os fundamentos da formação social brasileira e a sexualidade	119
2.2 O cenário sócio-histórico da sociabilidade homoerótica no Brasil	135
2.3 O Movimento LGBTI+ no Brasil: uma relação paradoxal com o Estado/mercado	145
2.3.1 “O amor que ousou dizer seu nome”: o Movimento “Homossexual” no Brasil	151
2.3.2 O Grupo Somos e a luta pelos direitos dos “homossexuais” no Brasil	154
2.3.3 A “Abertura política” e os novos dilemas do Movimento “Homossexual” no Brasil.....	159
2.4 “Do gueto ao fervo”: o movimento LGBTI+ e a sua relação com o mercado no Brasil.....	163
2.4.1 As paradas do Orgulho: a relação do movimento LGBTI+ com o mercado	167
2.5 As manifestações do Homonacionalismo no Brasil: quais as nossas particularidades?.....	171
3. A CONSTITUIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO MERCADO DE CONSUMO DO LAZER LGBTI+ EM FORTALEZA: UM PROJETO MODERNIZADOR?	184
3.1 Desenvolvimento sócio-histórico de Fortaleza: premissas do homonacionalismo local	187
3.2 O lazer na <i>Belle époque</i> de Fortaleza: a modernização e contradições sociais	194
3.2.1 Da retomada ao fim da <i>Belle Époque</i> : o lazer enquanto privilégio heteronormativo.....	198
3.3 O lazer em Fortaleza: contradições de uma cidade modernista e a questão LGBTI+	202
3.4 “Nascem os sujeitos políticos”: a emergência do movimento LGBTI+ em Fortaleza	208
3.5 Ambiguidades dos espaços de sociabilidades homoeróticas do lazer em Fortaleza	213
4. A MANIFESTAÇÃO DO HOMONACIONALISMO NOS ESPAÇOS DE CONSUMO DO LAZER LGBTI+ EM FORTALEZA-CE	222
4.1 Consumidores LGBTI+ no Brasil e no Ceará: quem são esses sujeitos?.....	223
4.1.1 Os sujeitos da pesquisa: os consumidores LGBTI+ de Fortaleza	227
4.2 A distribuição dos espaços de consumo do Lazer LGBTI+ em Fortaleza	243
4.3 A relação dos sujeitos LGBTI+ com os espaços privados de lazer em Fortaleza	262

4.4 As violências contra pessoas LGBTI+ na cidade de Fortaleza/CE	271
4.5 Legislações sociais de combates a LGBTIfobia em Fortaleza.....	280
4.6 As ações de enfrentamento a LGBTIfobia em Fortaleza: uma agenda ambivalente?.....	288
4.6.1 As ações e políticas públicas LGBTI+ na gestão da Luizianne Lins (PT)	290
4.6.2 As ações e políticas públicas LGBTI+ nas gestões Roberto Cláudio (PDT) e Sarto Nogueira (PDT)	292
4.7 As expressões do homonacionalismo em Fortaleza: o <i>pinkwashing</i> e a resistência local.....	298
CONSIDERAÇÕES FINAIS	307
REFERÊNCIAS	312

O HOMONACIONALISMO NA SOCIABILIDADE DO CONSUMO DE LAZER LGBTI+ - FORTALEZA/CE

INTRODUÇÃO

O homonacionalismo como viral e do modo como é adotado pela sociedade de controle já não é um espelho de si mesmo, já não é um conceito holístico que se reproduz apenas a si mesmo. A maior parte das vezes, a viralidade é invocada na linguagem contemporânea para enunciar o alcance e a velocidade intensificada da circulação de informações (PUAR, 2015, p. 315).

A presente tese de doutorado inscreve-se na linha de pesquisa “Exploração e opressão de sexo/gênero, raça/etnia e sexualidades”, do Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB). Teve como objeto de estudo a manifestação do homonacionalismo de Estado e de mercado na sociabilidade de consumo do lazer voltado para a comunidade – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais (LGBTI+¹) em Fortaleza, Ceará². Cumpre-se destacar inicialmente, que o homonacionalismo revela um processo de avanço da instrumentalização e incorporação, da agenda de LGBTI+, por parte do Estado e do mercado, com suas pautas voltadas especificamente para normatização e controle dessas identidades. Esse fenômeno teve lugar a partir do começo do novo milênio, ligado a uma perspectiva ideológica neoliberal, centrada na cidadania de consumo. Tais pautas, porém, muitas vezes limitam-se à questão unicamente da sexualidade (PUAR, 2015; OLIVEIRA, 2013).

Diante disso, o homonacionalismo tem como elemento basilar para sua reprodução as dimensões das relações homonormativas das identidades sexuais e de gênero. Sobre homonormatividade, pode ser compreendida como: “[...] uma política que não contesta premissas e instituições heteronormativas dominantes, mas as mantém e sustenta, enquanto promete a possibilidade de um eleitorado gay desmobilizado e uma cultura gay privatizada e despolitizada” (DUGGAN, 2004), ademais, entende-se também que a homonormatividade não é um antônimo da heteronormatividade, mas parte desse fenômeno (PORTO, 2018).

Ideologicamente, o homonacionalismo respalda-se por uma defesa de direitos pela via do progresso, mascarando frequentemente as contradições de gênero, raça/etnia e classe que se

¹ Terminologia atualizada. O (+) é referente a inclusão de outras formas de orientações sexuais e/ou identidades de gênero como queers, pansexuais, assexuais entre outras identidades.

² Cumpre mencionar que as formulações e questões conceituais apresentadas nesse projeto em parte são resultados da dissertação de mestrado defendida em 2016. Apresento no escopo teórico-metodológico algumas formulações conceituais construídas durante o processo de análise que objetivou estudar a inserção da população de travestis e transexuais no mercado de trabalho. Conceitos que trabalhei na dissertação estarão presentes nessa pesquisa, como sexualidade, identidade, violência e direitos (OLIVEIRA, 2016).

refletem na sociedade. De acordo com Puar (2015), esse fenômeno apresenta, no seu modo de reprodução, parte das mudanças de incorporação pelos Estados-nações da inserção das políticas de viés heteronormativas e homonormativas. Ainda para Puar (idem), o homonacionalismo manifesta-se de duas formas: por meio dos Estados-nações e pelo mercado, de tal modo esse fenômeno não pode ser compreendido de forma isolada, mas compreendendo a sua manifestação a partir de múltiplos determinantes sociais, que faz parte da lógica da reprodução constante do imperialismo internacional do capital, das formas de imposição de culturas normalizadoras centradas na heteronormatividade, nas políticas neoliberais historicamente pautadas pela cultura do consumo.

Nesse sentido, compreende-se que os espaços de mercado voltados para o público LGBTI+ estão inseridos na lógica da sociabilidade capitalista – produção, consumo, distribuição e troca (MARX, 2011). Mas são também espaços de contradições, de sociabilidades, encontros e uma diversidade que não pode ser vista apenas do ponto de vista economicista das relações sociais. Esse mercado é um fenômeno internacional e complexo, que desempenha diversas funções estratégicas e contraditórias no modo de ser do capitalismo, assim pode-se dizer que há também uma diversificação do seu modo de expansão a partir das distintas regiões do Brasil.

Como assinala Nunan (2003), o mercado LGBTI+ é um nicho econômico que se desenvolveu tanto nos Estados Unidos desde a década de 1970, quanto na Europa, mas, também, no Brasil, a partir dos anos 1990, especialmente com o processo de organização coletiva desses sujeitos. Visto isto, esses espaços constituem uma oportunidade de captação de novos consumidores pelo capital, com o objetivo de restauração dos ciclos de crise, para extração de lucro desses sujeitos. Podem, em simultâneo, ser uma forma de oposição à estrutura cultural-ideológica dominante capitalista-heterossexista, realizada por parte dos sujeitos que são marginalizados e que frequentam esses lugares, mas é necessário, nesse contexto, realizar algumas mediações para fugir de perspectivas unilaterais e/ou deterministas sobre esse debate.

Nesse sentido, de acordo com Puar (2015), os Estados Unidos, Espanha e Israel viram nesse mercado de consumo uma estratégia para fomentar o *marketing* econômico, mas, também, uma forma de instrumentalizar esses sujeitos a partir de práticas homonacionalistas de Estado e de mercado. Tais práticas têm como bases centrais o designado *pink money* (poder de compra da população LGBTI+) e o *pinkwashing* (a lavagem rosa).

A expressão *pink money* ou “dinheiro rosa” é uma terminologia adotada para categorizar as pessoas LGBTI+, enquanto consumidoras de nichos econômicos especializados em atender a esse determinado público, de acordo com o poder aquisitivo, de compra e consumo seja de

lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais e outros, embora não se saiba ao certo quem conceituou essa terminologia como afere Nunan (2003). Já o *pinkwashing* compreende-se como:

Este é o nome (um jogo de palavras com whitewash, produto utilizado para pintar paredes, conhecido entre nós como cal) que se utiliza para denunciar o engodo do Estado de Israel como país democrático. Por meio de várias campanhas midiáticas, este Estado tenta limpar, lavar sua imagem de país conhecido e condenado por organismos internacionais de direitos humanos por sua sistemática política de violação dos Direitos Humanos do povo palestino. Quando são discutidas as campanhas que o estado racista de Israel realiza para promover a imagem de que, ali, a democracia impera, é comum escutarmos: “Isso é puro pinkwashing”, ou seja, não passa de uma farsa (BENTO, 2015).

No decorrer da pesquisa, utiliza-se como categoria central “mercado de consumo LGBTI+”, sendo o *pink money* e o *pinkwashing* uma das dimensões da reprodução desse nicho de mercado. Apesar do conceito “lavagem rosa” ter sido criado para qualificar a realidade israelense, percebe-se que esse fenômeno vem se manifestando em vários países, inclusive, no Brasil como afirmam Bento (2015), Gois & Ferraz (2021). No decurso da tese, apresenta-se como os Estados-nacionais e o mercado de consumo LGBTI+, têm se utilizado desse fenômeno para violação de direitos humanos de determinados povos, até mesmo da comunidade LGBTI+ dissidente em Fortaleza, lócus deste estudo.

Na aparência, ao referir-se ao mercado por meio do processo de consumo da população LGBTI+, pode-se entender que esse se manifesta de muitas formas e tipos, primeiramente em determinadas esferas do capital, que mercantilizam produtos para esta população, como grifes famosas de roupas, calçados, joias, relógios, literatura (livros literários e acadêmicos), dvds temáticos, transportes, peças decorativas. E segundo nos tipos de serviços ofertados para essa população como turismo hotéis, destinos turísticos *gays friendly*³, viagens, restaurantes, boates, bares e outros.

Esse mercado de consumo tem se desenvolvido principalmente pela visibilidade e pelo reconhecimento que o público LGBTI+ obteve nos últimos anos, pelos processos de organização política e de enfrentamento às múltiplas formas de discriminações vivenciadas por esses sujeitos. Como exemplo, refere-se o caso de Tel Aviv, antiga capital de Israel, na qual os direitos dessa comunidade tiveram um significativo reconhecimento nos últimos anos. A ex-capital israelense é considerada “[...] um oásis para gays e lésbicas, porém repleta de contradições”, como destaca Bento (2018).

³ Terminologia muito utilizada para se referir a lugares, políticas, pessoas ou instituições que procuram ativamente a criação de um ambiente confortável para as pessoas LGBTI+.

Puar (2015), assinala que o turismo *gay* em Tel Aviv tem funcionado como um *pinkwashing* (lavagem rosa), ao mesmo tempo, em que diversos palestinos vivenciam cotidianamente múltiplos casos de islamofobia⁴, mas sobretudo de ataques pelo Estado de Israel. Assim, o processo de consumo voltado estritamente para essa comunidade tem sido repleto de paradoxos advindos do processo de reprodução do homonacionalismo, especialmente o de mercado. Diante desse contexto, no caso do Brasil, apesar das inúmeras violências que LGBTI+ enfrentam ainda no cenário nacional, esses sujeitos foram capturados, também, pelos diversos setores empresariais, que viram uma oportunidade de conseguir novos consumidores por meio desse nicho econômico, o qual tem sido pautado por diferentes esferas, desde a mídia aos espaços de venda de produtos.

Mas esse acionamento não se deu somente pelo mercado, apesar dos parques direitos destinados à população LGBTI+, para Irineu (2016), o Estado-nacional brasileiro durante algumas conduções democráticas, como o período governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) de 2003 a 2016, proclamou-se como uma administração em defesa dos direitos humanos, das mulheres, negros e da comunidade LGBTI+. Concomitantemente, em que os mandatos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da Presidenta Dilma Rousseff, usou dessa narrativa para a apassivação e institucionalização de alguns ativistas sociais na máquina governamental, como uma expressão da manifestação do “homonacionalismo à brasileira”.

Nesse sentido, esse projeto de pesquisa tem como centralidade a manifestação do homonacionalismo de Estado e de mercado na sociabilidade de consumo do lazer voltado para a comunidade LGBTI+ em Fortaleza (CE). Os motivos se deram pelo fato de ser uma cidade com altos índices de violência contra essa população, além da forte expansão desse nicho de mercado, as particularidades da formação regional, apresentando-se como uma capital inserida na era da modernização econômica, atreladas as paradoxais relações do Estado com essa população nos últimos anos, com determinadas políticas públicas, levaram-se ao questionamento se havia a reprodução de um homonacionalismo local.

Em certa medida, o avanço desse mercado, conforme pesquisa de Nunan (2003), deu-se pelo fato de ter visto as potencialidades de incorporar esses segmentos, que são alvejados cotidianamente pela violência, preconceito e discriminação, vistos como possíveis consumidores, como é o caso de Fortaleza, que mostra essa perspectiva de uma cidade marcada pela violência LGBTIfóbica, mas com um forte mercado segmentado e destinado a atender as demandas de consumo desses sujeitos. São mais que necessárias à contextualização e a

⁴ Entende-se por islamofobia “aversão ou discriminação contra a religião islâmica ou muçulmana, ou contra aqueles que a seguem”. Disponível em: <https://estraviz.org/islamofobia>. Acesso dia 11 de dez. 2020.

construção da cidade de Fortaleza como lócus dessa pesquisa, pelo fato de explicitar os determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e sua relação com o objeto de análise.

Fortaleza sempre chamou atenção por ser uma cidade que cresceu de forma desmedida nas últimas décadas, tornando-se uma grande metrópole do Nordeste brasileiro. As cores da cidade, os contrastes sociais, o agitado murmurinho do Centro e seus casarões antigos, a feira da Praça do Ferreira, em contraposição aos arranha-céus modernos que cresceram cortando a metrópole, tudo isso são informações que estão na minha memória afetiva que hoje revisito-as sobre outros olhares: o olhar da militância, da política e da ciência. Quando adolescente, tinha-se um sonho de viver ali, habitar aquele espaço que despertava diversos sentimentos: da liberdade ao medo da violência e do caos urbano que cresceu nos últimos anos. Todavia, o que mais chamava a atenção ao passar pela cidade e ao observar na aparência era a troca de afetos e da liberdade com que pessoas LGBTI+ viviam publicamente naqueles locais, como, por exemplo, na praça da Gentilândia, no bairro Benfica.

Aliás, esse bairro é muito conhecido como um espaço da boêmia e da vivência do segmento LGBTI+, por estar próximo da Escola de Humanidades da Universidade Federal do Ceará (UFC), onde circulava um público mais alternativo. Tais aspectos concretizam-se, hoje, com a análise sobre essa cidade a partir da perspectiva de estudo da manifestação do homonacionalismo de Estado e de mercado na sociabilidade do lazer LGBTI+ na capital cearense.

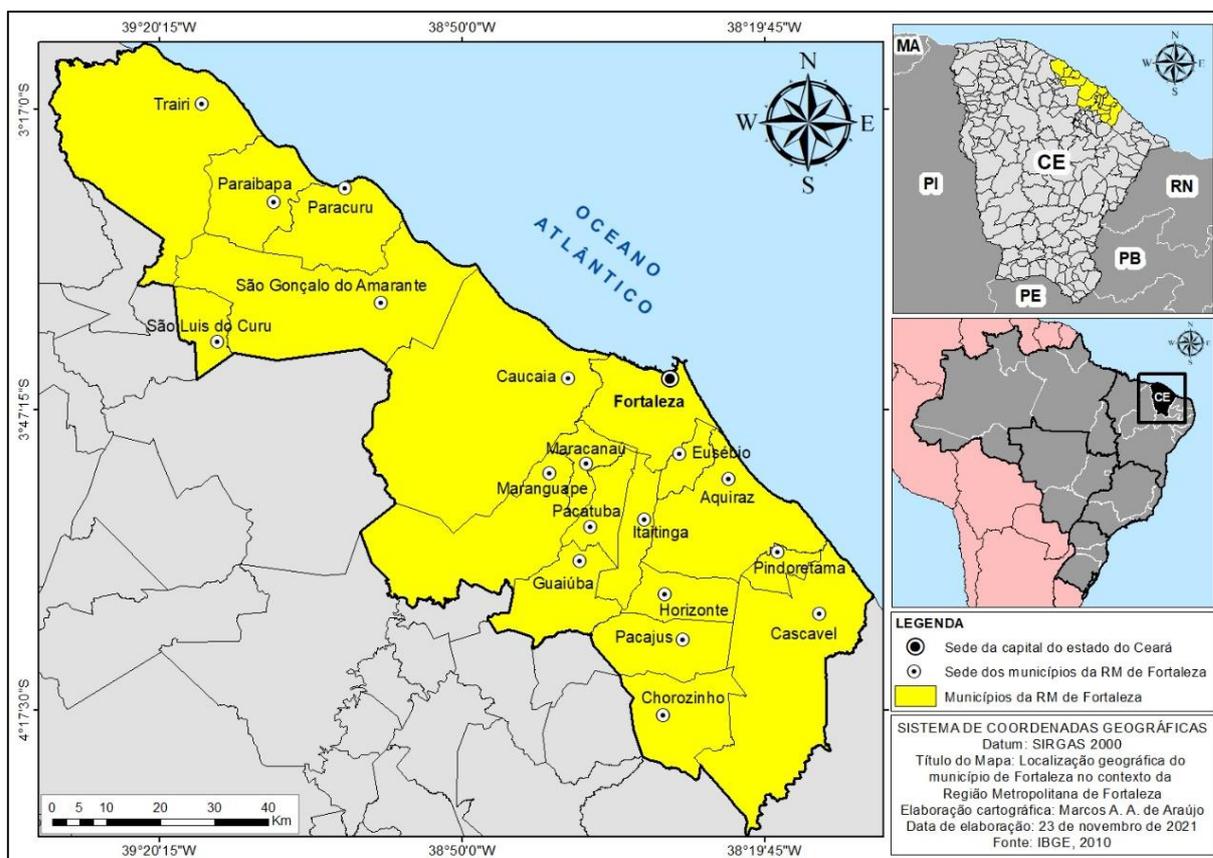
Importante mencionar que Fortaleza está territorialmente localizada na região do Nordeste brasileiro. Inserida no circuito internacional do turismo e conhecida pelas belíssimas praias com uma extensão litorânea de 34 quilômetros. Celebrada pelo seu clima tropical, bem como por sua riqueza cultural e geográfica, a cidade é extremamente atrativa. Localmente, a capital está circunscrita em um ponto estratégico de proximidade com a Europa, uma das capitais do Brasil mais próximas do continente europeu, pois se localiza a cerca de 5.600 km de Portugal e aproximadamente 5.500 km dos Estados Unidos. Conforme Nascimento:

[...] com a intenção de levar o estado do Ceará a competir no mercado global, implanta-se, no território cearense, a partir do ano 1980, uma infraestrutura e acelera-se sua modernização. O governo passa a considerar o turismo uma prioridade econômica com a visão da globalidade (2015, p. 56).

Segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018, Fortaleza tem aproximadamente cerca de 2.643.247 habitantes para uma área de 314.930 km. Com o desenvolvimentismo da economia brasileira nos anos 1960, a capital

cearense cresceu rapidamente. Atualmente, a cidade faz parte da quinta maior cidade do Brasil em termos de população, possuindo um Aeroporto Internacional com rotas nacionais e internacionais para várias partes do mundo, atraindo turistas o ano inteiro. Sendo Fortaleza a maior Região Metropolitana do Nordeste.

MAPA 1 – MAPA DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA (RFM).



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Portal de Mapas. Organização do Território. Malhas Territoriais. Malha de Unidade da Federação. 2010. Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portaal.php#homepage>. Acesso em: 23 nov. 2021.

Além disso, a capital cearense tornou-se também a maior economia do Nordeste brasileiro, ultrapassando pela primeira vez Salvador, e estando em nono lugar no ranking nacional, tendo na concentração de riqueza R\$ 67 bilhões do seu Produto Interno Bruto (PIB), com uma participação equivalente a 1% do PIB nacional (HERCULANO, 2020). Diante dessa contextualização apresenta-se a seguir alguns dos motivos sociais que levaram a escolha de Fortaleza como lócus da pesquisa em tela.

O primeiro motivo refere-se à preocupação em relação ao recrudescimento do índice de violência contra a população de lésbicas, gays, travestis e transexuais na capital cearense,

conforme os dados do Grupo Gay da Bahia (GGB); como exemplo mais emblemático o caso da travesti Dandara dos Santos, assassinada brutalmente em 2017, no bairro Bom Jardim, em Fortaleza. O crime foi praticado por seis pessoas, com crueldade. Mesmo com todas as denúncias públicas vê-se que a cada dia os crimes aumentam na capital. Conjuntamente como aponta a pesquisa de Nascimento há um forte mercado de consumo LGBTI+: “o leque de opções de empreendimentos destinados ao público LGBT na cidade de Fortaleza é composto de: 17 cinemas, 05 saunas, 02 barracas de praia, 03 bares e 04 boates” (Idem, 2015, p. 58) - esses dados mostram uma realidade paradoxal, ao mesmo tempo que se tem uma ampla violência, há uma forte expansão do mercado de consumo destinado à essas pessoas. O que faz de Fortaleza ter um amplo leque de serviços privados do lazer destinados a população LGBTI+?

O segundo motivo consubstancia-se pela própria estrutura econômica e turística de Fortaleza – quinta capital mais populosa do Brasil, segundo os dados do IBGE e a maior economia do Nordeste. Em 2019, a capital cearense foi a primeira capital do Nordeste em números de visitantes internacionais, de acordo com a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) “[...] o Aeroporto de Fortaleza recebeu 99% mais estrangeiros no primeiro semestre deste ano. O número fez do Ceará o estado com mais aumento na quantidade de passageiros estrangeiros. Foram 129,4 mil visitantes internacionais em voos diretos” (GUIMARÃES, 2019).

A terceira motivação para pensar, Fortaleza como lócus de pesquisa: a capital foi uma das primeiras cidades do Brasil a ter uma coordenadoria LGBTI+ ao nível de município; verifica-se que a capital nas últimas gestões da “Fortaleza Bela” da prefeita Luizianne Lins (PT) de 2005 até 2013 e do prefeito Roberto Cláudio (PDT) de 2013 a 2021, desenvolveram algumas políticas públicas voltadas para a comunidade LGBTI+. Entretanto, identificam-se ainda violações dos direitos dessa população, sobretudo as que vivem nos bairros periféricos da cidade, além do aumento do recrudescimento de assassinatos de jovens negros nas periferias da capital, além do baixo e da não execução do orçamento destinado a atender as políticas públicas LGBTI+ nas gestões do Roberto Claudio e no primeiro ano de gestão do prefeito Sarto Nogueira (PDT), como mostra Brisa (2021).

O quarto motivo deu-se na perspectiva de fortalecimento de pesquisas científicas acerca da realidade dessa população, descentralizadas do Cone Sul-Sudeste do País. Ao realizar um pré-mapeamento sobre o mercado de consumo LGBTI+ no Brasil, em portais de teses e dissertações, observa-se que em determinadas regiões do País, como São Paulo e Rio de Janeiro, o mercado voltado para essa população se expandiu de forma intensa. Essas cidades possuem as maiores paradas LGBTI+ do Brasil, além disso, contam com um mercado de consumo mais

setorizado e estabelecido. Vale destacar alguns autores que já analisaram a expansão do consumo LGBTI+ nessas regiões, como Nunan (2003), Resende (2003) e França (2006; 2010). Essas pesquisas, com diferentes abordagens teórico-conceituais e objetivos distintos, apresentam um ponto em comum em suas análises: o consumo LGBTI+. Vê-se uma certa invisibilidade de Fortaleza nesse debate nas pesquisas identificando-se apenas dois trabalhos relacionados diretamente sobre esse mercado, o de Nascimento (2015) e o de Parker (2002).

Em relação à expansão do mercado de consumo LGBTI+ conforme Resende (2008), esse é um movimento amplo de captura de novos mercados. Mundialmente, diversos espaços têm investido nesse público, sobretudo, pela visibilidade que esses sujeitos conquistaram nos últimos tempos. Além disso, verifica-se que a mídia teve uma forte atribuição no *marketing* desse setor, promoveu nos últimos anos telenovelas, propagandas, filmes com a presença de personagens LGBTI+, apresentando uma certa abertura para abordagem do homoerotismo no espaço da mídia. Por homoerotismo entende-se:

O homoerotismo, tal qual o estamos entendendo a partir do trabalho pioneiro de Jurandir Freire Costa (Cf. COSTA, 1992: 21ss), é um conceito abrangente que procura dar conta das diferentes formas de relacionamento erótico entre homens (ou mulheres, claro), independentemente das configurações histórico-culturais que assumem e das percepções pessoais e sociais que geram, bem como da presença ou ausência de elementos genitais, emocionais ou identitários específicos (BARCELLOS, 2006, p. 20).

Nesse sentido, a maior emissora de televisiva do País, a Rede Globo, foi protagonista na inserção no espaço midiático de temas que versam sobre a questão homoerótica, apesar da reprodução de uma normatividade entre os sujeitos como aponta Colling (2007). Em 2013, a primeira cena em TV Aberta no Brasil incluiu um casal de gays na novela – o carro-chefe da programação global – “Amor à vida”. Nos anos subsequentes, cenas similares foram mostradas em outras novelas, também sucesso de público: em Família (2014), Império (2014), Orgulho e Paixão (2018). Até mesmo a telenovela juvenil da Rede Globo, “Malhação” apresentou, em 2018, depois de 23 anos de exibição, a primeira cena entre dois jovens gays.

Para a comunidade LGBTI+ esses acontecimentos são espaços importantes para promover uma nova cultura para além da perspectiva heterossexista, definida como: “[...] a heterossexualidade aparece, assim, como o padrão para avaliar todas as outras sexualidades. Essa qualidade normativa – e o ideal que ela encarna – é constitutiva de uma forma específica de denominação chamada heterossexismo” (BORRILLO, 2016, p. 31). Por outro lado, o espaço midiático ainda reproduz uma forma normalizadora sobre os sujeitos LGBTI+, a romantização

do matrimônio igualitário formado muitas vezes por casais brancos gays e de lésbicas, dando invisibilidade as dissidências (SEMPOL, 2018).

É imprescindível mencionar ainda que em alguns espaços destinados à população LGBTI+, que funcionam, na contramão da heteronormatividade, há diversas críticas dos setores neoconservadores⁵ a esses lugares de encontros e afetos. Não obstante, isso gera uma mudança em setores do mercado. Essa transformação da cultura propicia uma oxigenação no mercado de consumo, mas gera, também, uma rotatividade da força de trabalho, na perspectiva de lucro, que mascara a realidade extremamente violenta contra esse segmento no Brasil. O fato é que a maior visibilidade de LGBTI+ tem sido capturada por diversas instâncias do mercado que promovem novas interlocuções com os padrões de consumo dessa comunidade. O mercado tem, assim, se apropriado das pautas da diversidade sexual e de gênero como público-alvo da mercantilização de estéticas artísticas, musicais, da moda, do turismo e do lazer.

Esse mercado decorre de uma variedade de fenômenos sociais, culturais e econômicos que remetem a contradições na comunidade LGBTI+. Na sua ampla diversidade, essa é uma população heterogênea, nas suas condições de gênero, raça e classe, que remodelam e constroem novos territórios, a exemplo de: boates, saunas, bares, restaurantes e até mesmo as redes sociais (*Facebook, Instagram, Twitter*, além dos aplicativos de relacionamentos como *Tinder, Grindr, Hornet* entre outros) voltados para esse segmento. Concomitantemente, que esses espaços se constituem como lugares de normatizações e de resistências, podem ser, também, representações normativas “[...] se tomarmos como exemplo a população LGBT, vários empreendimentos na cidade foram pensados e projetados pelo mercado para “satisfazer” uma fração dessa população que pode pagar pelos espaços privados de convivência” (SILVA; SANTOS, 2018, p. 174).

De acordo com um atual estudo desenvolvido pela revista “Isto é”, esse setor financeiro tem uma lucratividade de aproximadamente US\$ 3 trilhões anualmente em todo o globo

⁵ “O neoconservadorismo é, portanto, perfeitamente compatível com o programa neoliberal de governança pela elite, desconfiança da democracia e manutenção das liberdades de mercado. Mas ele se afasta dos princípios do puro do neoliberalismo, tendo remoldado práticas neoliberais em dois aspectos fundamentais: em primeiro lugar, na preocupação com a ordem como resposta ao caos de interesses individuais e, em segundo, na preocupação com uma moralidade inflexível como cimento social necessário à manutenção da segurança do corpo político *vis-à-vis* de perigos externos e interno” (HARVEY, 2014, p. 92). Nesse sentido, defendo que a flexibilidade que surge após o período de reestruturação produtiva não se deu apenas no campo das políticas relacionadas ao mundo do trabalho, elas ocorreram, também, nas políticas, nas ideologias e na moral, o capitalismo necessita dessa flexibilidade na moral, para se reproduzir estrategicamente, como se observa ao tratar da flexibilidade em relação à moral para o mercado de consumo LGBTI+.

(ISTOÉ, 2013)⁶. Conforme a mesma reportagem, só o Brasil movimentou cerca de US\$ 150 bilhões no ano de 2011, sendo o “Turismo Gay” como um dos mercados mais atrativos para a economia brasileira, com uma rentabilidade de aproximadamente R\$ 25,3 bilhões, ou seja: “[...] são bares, restaurantes, saunas, boates para atender uma determinada clientela específica. De forma contraditória e mercantil, as expropriações atuais do espaço e dos direitos pelo capital impõe aos indivíduos LGBT uma volta aos guetos” (SILVA; SANTOS, 2018, p. 174).

No que se refere à justificativa do projeto aqui traçado, apresenta-se nas linhas a seguir razões pessoais e a relevância sociopolítica de aproximação com a temática da manifestação do homonacionalismo de Estado e de mercado na sociabilidade de consumo do lazer voltado para a comunidade LGBTI+ em Fortaleza (CE). Para tanto, discorre-se sobre os principais aspectos acadêmico-científicos, políticos e sociais dessa pesquisa de doutorado. Durante minha formação acadêmica, profissional no curso de Serviço Social e no ativismo político, aproximei-me das temáticas voltadas para questões da diversidade sexual e de gênero. Os caminhos de tais aproximações com a temática de pesquisa em questão foram muitos, mas se iniciaram quando comecei a participar no Grupo de Estudos Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED), do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), grupo esse que foi imprescindível no campo de estudo sobre os aspectos das relações de gênero e sexualidades.

Na minha trajetória acadêmica e política no curso de Serviço Social pude ter acesso a uma formação crítica, comprometida com a defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora, de luta contra toda forma de opressão e exploração gerada pela sociedade burguesa e articulados com um projeto profissional crítico. Juntamente, tive acesso a uma formação que possibilitou compreender como a sociedade capitalista, patriarcal e racista impõe diversos limites para as pessoas vivenciarem de maneira plena a sexualidade, negando aos indivíduos a realização absoluta das suas necessidades humanas e sociais básicas, longe do ideário posto pela sociedade de consumo, como analisa Pereira (2006), de sua crítica a visão ortodoxa econômica ao bem-estar:

Trata-se, portanto, de um enfoque nitidamente conservador, que privilegia o mercado como agência-mor de provisão e o consumidor (e não o cidadão) como o alvo de satisfações, inclusive públicas. Por essa perspectiva, as preferências de consumo – sejam básicas ou supérfluas, como alimento ou roupa da moda; sejam auto-sustentadas ou não – possuem o mesmo status e merecem o mesmo tratamento, pois elas que, numa economia de mercado, são consideradas soberanas. Assim, a ideia de

⁶Reportagem “O poder do Pink Money”. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/investidores/20130531/poder-pink-money/3262>. Acesso em: 22 dez. 2016.

necessidade confunde-se com preferências partilhadas ou demandas definidas pelos consumidores, os quais são percebidos como dotados de suficientes poderes para conferir reconhecimento social a um bem ou serviço (PEREIRA, 2006, p. 41).

Neste sentido, em face das reflexões durante o processo de estágio curricular e não curricular, construí um aporte reflexivo que culminou com o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). No referido trabalho, obtiveram-se resultados sobre as condições de vida das travestis nos espaços urbanos, sendo possível identificar que a maior negação sobre o direito à cidade para a população de travestis e transexuais, tratava-se da exclusão do acesso ao mercado de trabalho formal, direitos sociais e o direito à vida conquistados historicamente pela classe trabalhadora.

Na perspectiva de aprofundar as considerações obtidas durante a graduação, desenvolvi no mestrado uma pesquisa que resultou na dissertação sobre a inserção precária das travestis no mundo do trabalho em tempos de crise do capital. Neste estudo, analisei o cotidiano de trabalho desse segmento populacional e a sua inserção no mercado formal e informal de trabalho. Como um dos resultados desta investigação, identificou-se que as travestis vivenciam cotidianamente diversas formas de precarização para se inserirem no mercado de trabalho, sofrem violações de direitos, a exemplo da negação e/ou inúmeras dificuldades no acesso à educação, de reprodução do preconceito pelos contratantes e colegas de trabalho, de assédio moral e sexual, além da transfobia institucionalizada.

A transfobia pode ser compreendida como um grave quadro de hostilidade e violência contra pessoas transexuais, submetidas ou não à cirurgia de transgenitalização. A violência transfóbica, independentemente da subjetividade masculina ou feminina, desencadeia processos discriminatórios, estigmatizantes e de exclusão, voltados contra tudo que remeta, direta ou indiretamente, a práticas sexuais e identidades discordantes do padrão heterossexual e dos papéis estereotipados de gênero (SCHRAMM; BARBOZA; GUIMARÃES, 2010).

Como relevância sociopolítica, buscaram-se subsídios para pensar esse objeto a partir de dimensões geopolíticas advindas dos processos de transformações sociais e o avanço do neoconservadorismo mundialmente, visto que:

O neoconservadorismo é um movimento político que forjou um ideário privatista (defende o predomínio do poder privado da família e das corporações), antilibertário (a favor da interferência pública em aspectos da vida pessoal), neoliberal (contra a intervenção do Estado para a redução das desigualdades) conservador (articula-se em relação ao Estado de bem-estar, ao movimento feminista e LGBT) e de direita (se opõe a movimentos reivindicatórios que buscam maior igualdade de direitos) (LACERDA, 2019, p. 58).

Compreende-se que a crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2002), com sua gênese em 1969 (MANDEL, 1982) e seus diversos ciclos de crise, são fundantes de uma realidade neoconservadora, complexa e heterogênea para a classe trabalhadora, especialmente para os sujeitos que desestabilizam as normas binárias de gênero e as sexualidades dissidentes⁷, mas sabe-se também que o Estado tem buscado estrategicamente formas de instrumentalização desses sujeitos em defesa de uma constante reprodução ampliada do capital, como tem se desenvolvido a partir do fenômeno homonacionalizador.

Historicamente o capital tem buscado, ao passo que viabiliza suas bases de produção, constituir seus mecanismos de reprodução social e suas estratégias de saída dos momentos de crise. Para tanto, incorporando novas medidas econômicas e constituindo novos mecanismos de regulação e de construção do consenso entre as classes, objetivando manter sua hegemonia e sua autoafirmação como “única possibilidade histórica” (CANTALICE, 2016, p. 239).

Para Netto (1996), as transformações societárias, consequências da crise estrutural, demandaram do capital algumas estratégias de retomadas das taxas de lucros, análise bem aprofundada por Behring (2003) com o tripé: a reestruturação produtiva, a financeirização da economia e o espraiamento das políticas neoliberais foram tomadas como modelos para recuperação, porém para Cantalice, “[...] convém ressaltar que o êxito do capital foi relativo, pois a recuperação da taxa de lucro, em detrimento aos custos sociais, não significou a elevação das taxas de crescimento e o reestabelecimento de ondas longas de crescimento” (2016, p. 240). Constitui-se assim a era dos serviços e, nesse patamar, avançam às diversas ofertas destinadas às diferentes necessidades sociais da humanidade. De tal modo vigora o “individualismo”, a era dos “guetos”, aquilo que posso ter acesso sem ser oprimido ou discriminado, o fetichismo reitera-se de forma acentuada nesses espaços que deveriam ser livres de opressão, passando a ter um maior significado para a reprodução constante das taxas de lucro, sobressaindo cada vez mais a perspectiva de uma sociedade do espetáculo, como analisou Debord (1997).

Perante o exposto, a minha aproximação com essa temática da pesquisa de doutorado – que tem como centralidade a manifestação do homonacionalismo de Estado e de mercado –

⁷ “O discurso da dissidência sexual começa a aparecer em 2005, também porque coincide com o fato de o tema da diversidade sexual, nesse momento, começar a se tornar muito institucional, quando o termo ‘diversidade’ parece ser demasiado normalizado, muito próximo do discurso da tolerância, demasiado multicultural e neoliberal. Por outro lado, tampouco nos interessava uma nomenclatura *queer* diretamente, pois estávamos muito preocupados com essas hierarquias norte-sul, na circulação de saberes e pensando muito fortemente no local, na genealogia local das sexualidades críticas. O conceito de dissidência sexual nos retira dessa lógica multiculturalista inócua, neste momento já muito perto do discurso do Estado, e também não é simplesmente uma repetição de um discurso norte-americano do *queer*, de um discurso metropolitano hegemônico” (COLLING, 2018, p. 154).

ocorreu por reflexões construídas recentemente, porém influenciadas por alguns motivos sociopolíticos e inquietações históricas da forma como o mercado capitalista tem se apropriado de diversos nichos com a perspectiva de lucrar, seja qual for o espaço. Do ponto de vista da luta coletiva e do ativismo político, contra toda forma de opressão e exploração que a população LGBTI+ enfrenta na sociedade capitalista, patriarcal, racista e sexista, fundado no modelo de economia-política que tem como base a heterossexualidade compulsória (RICH, 2010), passei a ter uma visão mais crítica desses espaços de sociabilidade e comecei a identificar algumas contradições impostas por esses locais a partir de leituras com Puar (2017), Bento (2015) e Irineu (2014).

Desse modo, pude perceber que o capitalismo se reinventa constantemente na busca incessante pela lucratividade, metamorfoseia-se para superar as crises desse sistema e igualmente busca novos espaços para investir e explorar com novas estratégias de retomada das taxas de lucros, busca-se novos consumidores/as como aponta Cantalice, “[...] processa-se uma flexibilidade nos processos de trabalho, nos mercados de trabalho, nos produtos e padrões de consumo, cuja base é a instituição de um novo padrão de reprodução ampliada do capital, lançado em escala mundial” (2016, p. 240). De tal maneira, o mercado de consumo LGBTI+ emerge como face dessas potencialidades a serem desbravadas e representa como o capitalismo reformula-se e se flexibiliza para seguir a reprodução ampliada desse sistema.

Muitas reflexões levaram-me a demarcar essa temática da manifestação do homonacionalismo de Estado e de mercado LGBTI+. Primeiro, observei essa crescente forma de o capital apropriar-se constantemente de novos setores para sua reprodução ampliada, além disso, como assinalam os estudos de Puar (2017), do homonacionalismo de mercado e os apontamentos desenvolvidos por Schulman (2011), sobre o *pinkwashing* das lavagens que os Estados-nações capitalistas exercem nas suas práticas de exploração de novos contingentes e instrumentalização dessa comunidade, muitas vezes com a perspectiva de reiterar a ordem vigente por meio da heteronormatividade e da homonormatividade:

[...] o conceito de homonormatividade torna-se particularmente relevante para entender o modo como a população LGBTIQ faz perdurar o legado da heteronormatividade no plano de uma cidadania voltada para o consumo num quadro neoliberal, na despolitização das reivindicações e no reforço do binarismo de gênero dentro da própria comunidade, constituindo assim uma hierarquização dentro dessa comunidade em termos de grau de aceitabilidade e de conformidade dos corpos às normas de gênero (OLIVEIRA, 2013, p. 69).

O segundo componente ao qual atenta-se foi a invisibilidade crítica a essa abordagem no contexto brasileiro e a ausência desses estudos no Programa de Política Social da

Universidade de Brasília. Ao fazer uma análise breve nos portais de periódicos (Banco de teses e dissertações da CAPES⁸ e no Google Acadêmico⁹) sobre o assunto homonacionalismo, mercado LGBTI+ e *pink money*, identificaram-se algumas pesquisas voltadas mais no campo da economia, *marketing* e turismo sobre as potencialidades desse nicho. Tais pesquisas são relativamente mais de afirmação econômica em busca do lucro do que de desconstruir uma sociedade voltada para o consumo em guetos e do combate efetivo ao preconceito e discriminação a esses segmentos ou, até mesmo, a incorporação da homonormatividade por parte desses sujeitos.

Nesse paradoxo, observam-se desafios vivenciados cotidianamente pela população LGBTI+, como o recrudescimento da violência LGBTifóbica, de negação ou dificuldade para sua inserção no mercado de trabalho, principalmente da população de travestis e transexuais, do avanço do neoconservadorismo na realidade brasileira, especialmente após o golpe de 2016, acirrada com a conjuntura política de 2018 com o fortalecimento das forças reacionárias, culminando com a vitória de Jair Messias Bolsonaro como presidente do Brasil de (2019 a 2022).

Das reflexões iniciais, a priori e ainda na sua aparência, identificam-se algumas negações de direitos, em paralelo se desenvolve esse nicho econômico chamado por alguns, mercado de consumo LGBTI+, por outros, mercado *pink money*, do qual se considera como “canto de sereia” da monetização de tudo que pode ser comercializado, como questões básicas: respeito, igualdade para esse grupo que sofre diversas violências e, tendo como uma relação intrínseca a ausência do Estado na afirmação dos direitos LGBTI+. Este projeto de pesquisa de doutorado também se mostra importante no sentido de amplificar a visibilidade da luta pela garantia de direitos e políticas sociais da população LGBTI+ e tentar entender algumas armadilhas ideológicas que podem cercar essa população. E por fomentar na formação profissional dos/as assistentes sociais análises críticas sobre a realidade dessa população, tão discriminada por sua orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Considera-se que este estudo possibilitará reflexões sobre a complexa relação entre a resistência que se faz no tempo presente por meio da reivindicação por direitos e a luta para a construção de uma sociedade sem preconceito e/ou quaisquer formas de opressão e exploração,

⁸ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação do Brasil que atua na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* em todos os estados brasileiros. A agência possui um banco de teses e dissertações desde 1987 que permite às pessoas terem acesso às pesquisas produzidas financiadas pela Capes. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/>. Acesso em: 30 jan. 2020.

⁹ O Google acadêmico é uma ferramenta digital de pesquisa do Google que permite pesquisar trabalhos acadêmicos, literatura escolar, jornais de universidades e artigos variados. In. https://scholar.google.com.br/schhp?hl=pt-BR&as_sdt=0.5. Acesso em: 30 jan. 2020.

considerando, inclusive, que o Serviço Social tem princípios e valores que se orientam na direção e na busca de estratégias para o enfrentamento da hegemonia neoconservadora, especialmente na defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora.

É importante compreender esse mercado como um nicho econômico bastante complexo, que envolve diversas áreas e que tem avançado nos últimos anos, particularmente no setor do lazer, entretenimento como: música, filmes e séries. Ademais, no espaço no turismo tem os roteiros destinados especialmente para gays e lésbicas; restaurantes, bares, boates e saunas, como é caso da capital cearense, que vem se desenvolvendo nos últimos tempos e tem oferecido, pela via do mercado, produtos e serviços destinados a essa população.

Grande parte dos setores que se desenvolveram para atender às necessidades de consumo, desse segmento populacional, com os serviços de diversões integram-se no espaço urbano e (re)constituem como novos lugares de sociabilidade para a comunidade LGBTI+, muito em virtude da violência urbana de cunho heterossexista, que causa insegurança para essa população circular e vivenciar a cidade de forma plena e livre. Assim, como pergunta inicial, questiona-se quais são as formas de manifestação desse homonacionalismo de mercado na realidade brasileira, especialmente nos espaços de lazer destinados para a população LGBTI+ em Fortaleza? Quais são as contradições impostas por esse mercado para a própria comunidade LGBTI+? Quem pode usufruir desse mercado?

Diante do contexto de violações contra a população LGBTI+, o mercado nos últimos anos tem fomentado diversas estratégias de captação de recursos e de *marketing* direcionados para esse segmento, ou seja, vendem a lógica dos espaços considerados “seguros” e de sociabilidade para essa comunidade. Lucram, assim, por meio de propagandas destinadas a essa comunidade, como por exemplo, no mês de junho, denominado mês do “Orgulho LGBTI+”, em que diversas empresas fazem anúncios de apoio, mas de fato quais são as reais contribuições desses setores para o combate à LGBTfobia?

Consideram-se esses lugares de consumo como “regiões morais” pela perspectiva de Gilberto Velho (2011). Não podem ser analisadas estaticamente, pois estão em constante movimento e se estabelecem de forma contraditória, constroem e se reconstroem no espaço/tempo de modos variados. Tendo, por exemplo, o caso da constituição desse mercado em Fortaleza (lócus dessa pesquisa), têm-se particularidades na formação desse mercado, uma cidade que está inserida na América Latina, no Nordeste brasileiro, de capitalismo periférico com aspectos na sua formação social-econômica, política e cultural que incide de forma diferenciada nesses consumidores. Além disso, “[...] a cidade é o lugar privilegiado da produção, do consumo e circulação da mercadoria e de expansão do capital e, portanto, o direito

à cidade como um construto coletivo torna-se, prioritariamente, algo privado, determinado pelo mercado” (SILVA, SANTOS, 2018, p. 172).

É fundamental apreender esse nicho econômico como um novo espaço do mercado com características específicas, mas é importante entender, também, que a essência filosófica do capitalismo é o fetiche da mercadoria, na qual tudo se mercantiliza nesse modo de produção, inclusive as “boas práticas de orgulho gay” por parte das empresas que exercem funções ideológicas no modo de consumir:

O capital cria, de forma simultânea, à dominação econômica dos territórios, “novos estilos” e modos de vida que se espalham na vida cotidiana quase como se fossem absolutamente naturais, dissimulando o caráter ideológico e impositivo das determinações econômicas (SILVA, SANTOS, 2018, p. 170).

Desse modo, o jogo da lucratividade não tem limites de abrangência, inclusive para mercantilizar uma concepção de serviços para segmentos que são cotidianamente alvejados pela violência, especialmente por meio da ideologia do homonacionalismo de mercado de captura do lazer como uma mercadoria. O capitalismo reinventa-se constantemente e, como uma relação social que é esse sistema, não existe nenhuma fronteira para sua reprodução que não possa ser alcançada, principalmente quando o que está em questão é a manutenção das taxas de lucro e a acumulação capitalista por meio da apropriação dos direitos da comunidade LGBTI+. Contudo, não se trata apenas dessa comunidade, mas de outras populações, como se pode observar o caso dos palestinos e sírios, pelas formas de homonacionalismos, que impõem estruturas de dominação e de reprodução ampliada do capital - com a perseguição desses povos (PUAR, 2017).

Pensar nesses diversos espaços e fronteiras que o capitalismo tem enfrentado constantemente para se apropriar de mecanismos, objetivando reinventar-se, buscando novos processos de manutenção de riquezas em contextos de crise, leva-nos a acreditar que a luta incessante do capital pelo lucro tem como motor central o consumo e a circulação nas suas diferentes formas de ser, independentemente de quais nichos da sociedade farão com que circule a mercadoria, inclusive da instrumentalização de estratégias de consumos específicos. Não existe moral para o capitalismo quando se trata de manter as taxas de lucratividade. Ao longo da história, o capital ultrapassou os obstáculos mais sagrados, superou regras morais e ideias seculares impostas pela sociedade, pela Igreja e pelas tradições. Também abriu caminhos para a busca de riqueza pela riqueza, ignorando quaisquer limites nessa busca e sendo, por isso, “[...]”

considerado, por muito tempo, a forma mais “antinatural” de controlar a produção de riquezas” (MÉSZÁROS, 2002, p.117).

De fato, regras e empecilhos externos jamais detiveram o impulso ilimitado do capital, cuja lógica expansionista concebe a natureza e os seres humanos como fatores externos de produção e de sua reprodução. Assim, em virtude da necessidade permanente de auto expansão, o capital submete o trabalhador à extração da mais-valia, não aceitando restrições à sua lógica de produção. Corroborando tal assertiva, Mézáros (2002, p. 119) assinala que “[...] o capital em si é absolutamente incapaz de se impor limites, não importando as consequências, nem mesmo a eliminação total da humanidade”. Portanto, diante desse contexto, recentes investimentos têm sido desenvolvidos para compreender o lócus da sociedade que propiciam para o capital, novas taxas de lucro, os possíveis consumidores e nichos de mercado nos quais se deve investir. Nesse sentido, o homonacionalismo de mercado é uma forma, como afere Puar (2017), de construção de uma ideologia de cidadania de mercado por parte dos sujeitos LGBTI+ consumidores, que possibilita essa reprodução do modo de ser da sociedade de classe.

As análises presentes nesse projeto são parte de reflexões de leituras e participação de espaços políticos que discutem as questões da diversidade sexual e de gênero. Pensa-se que há, por parte de alguns setores da comunidade LGBTI+, um forte apelo à “cidadania de mercado”, a uma agenda de normatizações de defesas como: aprovação do casamento e adoção homoafetiva no país, o que já foi conquistado pela via do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2011, em 2019, incentivo ao turismo LGBTI+, propagando uma ausência em parte de um debate mais articulado entre classe, raça, etnia, sexualidade, gênero e territorialidade.

Portanto, o problema de pesquisa dessa tese refere-se a entender o processo de manifestação do homonacionalismo de mercado e de Estado-nação no contexto da cidade de Fortaleza/Ce, especificamente a partir do mercado de consumo do lazer LGBTI+, no cenário contemporâneo de avanço do neoliberalismo e do neoconservadorismo.

Assim, a pesquisa teve como objetivo geral: analisar a manifestação do homonacionalismo de Estado e de mercado na sociabilidade de consumo do lazer voltado para a comunidade LGBTI+ em Fortaleza (CE). E como objetivos específicos: a) contextualizar o debate teórico-político sobre o fenômeno do homonacionalismo de Estado-nação e o homonacionalismo de mercado, no contexto internacional e na realidade brasileira, assim como na realidade da capital cearense; b) mapear os espaços de sociabilidade de consumos do lazer voltados para o público LGBTI+ na cidade de Fortaleza/Ceará; C) caracterizar o perfil do/as consumidores LGBTI+ entrevistado/as quanto aos marcadores de classe, gênero, raça e sexualidade dos espaços de lazer da capital cearense; d) analisar a relação do/as sujeitos

LGBTI+ com os espaços de sociabilidade e consumo do lazer voltados para essa comunidade e por fim caracterizar os principais elementos da manifestação do homonacionalismo de Estado e de mercado na capital cearense.

Percurso teórico-metodológico da pesquisa:

Para Minayo (1994), um projeto de pesquisa é como uma cartografia de escolhas para abordagem e análise da realidade. Sendo assim, partiu-se da perspectiva de que a sociedade capitalista tem na sua raiz uma infraestrutura baseada numa economia-política heterossexual compulsória, como aponta os estudos de Oliveira (2013). Esse modelo de sociedade organiza as relações sociais estruturadas em imbricações de classe, gênero, raça/etnia, territorialidade e sexualidade e de normatizações das identidades (CONNELL, 2016).

É a partir dessa apreensão das unidades de contraditórios que, enquanto pesquisador de uma temática que envolve múltiplas determinações, não poderia se restringir apenas a um campo teórico-político dada a complexidade do estudo. Por isso, as análises que se fez na pesquisa mergulhou na teoria social crítica, na epistemologia feminista, nos estudos sobre sexualidades dissidentes, no pensamento do gênero e da sexualidade a partir do Cone Sul do conhecimento situado, da formação social brasileira.

No âmbito da teoria social crítica a pesquisa teve como amparo os referenciais marxianos e marxistas para apreender as contradições da realidade social e a totalidade do objeto de estudo, partiu dos estudos de Marx (2010); (2011); (2012) para entender os paradoxos do Estado, assim como dos estudos e análises de Gramsci (2007); Coutinho (1988) e Simionatto (2006). Já no aspecto da abordagem sobre a perspectiva da epistemologia feminista trabalhou-se com autoras críticas que apresentam uma visão de análise que rompem com a visão antropocêntrica, autoras como Federici (2017); Connell (2015) e a própria Jasbir Puar (2013); (2015) e (2017) da qual possibilitou um maior diálogo sobre o homonacionalismo de Estado-nação e de mercado.

Compreende-se que essas vertentes possibilitaram a apreensão da realidade social estudada a partir de um misto de categorias, pela perspectiva da historicidade dos processos sociais, das contradições sociais, assim “[...] a opção por estas vertentes teóricas se faz possível quando adotada uma perspectiva de ciência que compreenda um saber situado e uma práxis engajada com posições anticapitalistas, antirracistas e antissexistas” (IRINEU, 2016, p. 21), ou seja “[...] é tarefa da teoria pensar para além do que parece estar dado, cavar esses mitos e se

digladiar com as desigualdades, para encontrar as bases efetivas da solidariedade, por mais provisórias que sejam” (CONNELL, PEARSE, 2015, p. 289). Além disso,

Teorias de gênero e pesquisas empíricas de todo mundo têm desenvolvido profundamente nosso conhecimento sobre as relações de gênero. Inúmeros documentos com dados, existem hoje. Informadas por esse conhecimento em desenvolvimento, feministas têm articulado poderosas críticas à ordem de gênero. Em momentos cruciais da história, essas teóricas e práticas mudaram as situações materiais e sociais das mulheres em geral e de lésbicas, gays, bissexuais e pessoas transgêneros no Norte e no Sul (CONNELL, PEARSE, 2015, p. 288).

Por conseguinte, acrescenta-se a essa dimensão os estudos sobre sexualidades, assim do ponto de vista da forma de abordagem da análise do problema de pesquisa, privilegiou-se a metodologia de investigação qualitativa, considerando a natureza do objeto: “[...] ela trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1994, p. 22). Além desses apontamentos que Minayo (idem), apresenta sobre a pesquisa qualitativa, outra dimensão que está associada a essa forma de fazer análise, concerne de que a pesquisa qualitativa, como afirma Demo, “[...] caracteriza-se pela abertura das perguntas, rejeitando-se toda resposta fechada, dicotômica, fatal. Mais do que o aprofundamento por análise, a pesquisa qualitativa busca o aprofundamento por familiaridade, convivência, comunicação” (2017, p. 159).

Inicialmente a análise sobre o objeto de estudo se deu com uma revisão bibliográfica e análise documental. Diria que grande parte dessa pesquisa se realizou com a construção de um arcabouço teórico que permitiu compreender a análise histórica do homonacionalismo de Estado e de mercado, desde o contexto internacional, nacional e local, tendo como Fortaleza a centralidade do estudo. Do ponto de vista do delineamento da **pesquisa bibliográfica e documental inicial**, ao escolher o tema proposto neste projeto, decorreu-se com algumas dimensões propostas por Gil (2018), tendo como passo inicial a elaboração de um levantamento bibliográfico preliminar que pudesse descortinar a problemática em questão e se conectar paulatinamente com o objeto de estudo e com suas múltiplas determinações, tendo como objetivo o aprofundamento de conceitos e categorias que discorreram essa investigação.

Inicialmente, fez-se uma busca no portal da CAPES e nos periódicos do *Scielo* sobre a produção referente ao lazer, mercado de consumo LGBTI+ no Brasil, norteado pelas seguintes palavras-chave: Lazer LGBTI+, mercado LGBTI+, consumo LGBTI+, sociabilidade LGBTI+ e por último homonacionalismo. No que se refere a fundamentação teórico-metodológica, apresentou-se um breve desenho das produções científicas brasileiras, em relação ao mercado

de consumo LGBTI+ e o debate sobre a manifestação do homonacionalismo de Estado-nação e de mercado, para apreender o panorama desse objeto de estudo no Brasil. Durante **a revisão bibliográfica**, identificou-se que são recentes as pesquisas que tratam sobre o fenômeno do homonacionalismo e do mercado de consumo LGBTI+, e menor ainda quando se dedica a analisar na realidade brasileira a constituição desse mercado nas suas contradições impostas pelo capitalismo.

Outra forma de conhecer esse espaço territorial amplo, diverso e complexo deu-se a partir de obras bibliográficas, por etnografias já construídas, como os trabalhos de Fleming (1997), Parker (2002), Coelho (2009), Vasconcelos (2013), Veras (2015), além de se fundamentar, para entender esses espaços, pela dissertação de mestrado de Nascimento (2015), cujo objetivo foi analisar a oferta do lazer para o segmento do mercado LGBT na cidade de Fortaleza/CE.

Outrossim, como forma de analisar a manifestação do homonacionalismo na capital cearense por intermédio do Estado-nação, desenvolveu-se também uma **análise documental**. Para Severino “[...] a documentação geral é aquela que organiza e guarda documentos úteis retirados de fontes perecíveis. Trata-se de passar para pastas, sistematicamente organizadas, documentos cuja conservação seja julgada importante” (2000, p. 40). Dessa forma, teve-se o cuidado de guardar alguns documentos como folders e materiais socializados em drives sobre a temática em questão.

Tendo por finalidade apreender o perfil de consumo LGBTI+ apresentou-se dados secundários da pesquisa da Agência de *Marketing Out Now Consulting* (2017), relatório que traz os principais gastos desses consumidore/as no Brasil. Mostra-se ainda dados do censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em relação aos casais homoafetivos na realidade nacional e a renda *per capita* desses e por fim os dados da pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégica Econômica do Ceará (IPECE), sobre as diferenças salariais entre casais heterossexuais e “homossexuais¹⁰” no mercado de trabalho cearense (2014).

Com o objetivo de desconstruir a visão apolítica e desistoricizada sobre a população LGBTI+ focada no perfil de consumo, buscou-se dados da realidade LGBTfóbica para materializar o paradoxo gerado por esse fenômeno do homonacionalismo. Como tal questão, foram analisados os dados da violência LGBTfóbica formulados pelo Grupo Gay da Bahia

¹⁰ Antes todas as identidades sexuais e de gênero eram englobadas de forma universal na categoria “homossexualidade”, com o processo de construção do movimento LGBTI+ e dos avanços teórico-metodológicos foram surgindo outras categorias que passaram a diferenciar as identidades sexuais e as identidades de gênero.

(GGB), como os relatórios da violência transfóbica divulgados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), além de notícias de jornais sobre o caráter dessa violência, tanto no contexto brasileiro, como em Fortaleza.

Ademais, foram analisados também documentos importantes sobre as principais legislações sociais de combate a LGBTIfobia em Fortaleza, com a ajuda inicial de um folder criado pelo Conselho Municipal de Promoção dos Direitos LGBTI que está no anexo dessa tese, com todas as normas, leis e decretos. De tal modo, as buscas pelas legislações foram realizadas nos portais eletrônicos, tanto da Prefeitura Municipal de Fortaleza, como Câmara Municipal e Estadual Legislativa, sendo elas: a Lei Orgânica Municipal com a Emenda nº 06/1997; Lei Municipal nº 8.211/1998 e Decreto nº 10.787/2000; Lei Municipal nº 9136/2006; Lei Municipal nº 9.999/2012, Lei Municipal de nº 10.558/2017 e finalmente a Lei Estadual 17.480/2021.

Também foram analisados os Planos Plurianuais da Gestão Municipal de Fortaleza, desde o Governo do Prefeito Roberto Claudio (PDT) em 2013 ao ano de 2020, o início da gestão do atual Prefeito Sarto Nogueira (PDT), no ano de 2021. O foco deu-se na apreensão sobre os financiamentos orçamentários com a Política Municipal de Promoção e de Cidadania dos Direitos Humanos LGBTI+ em Fortaleza. Apesar das primeiras políticas públicas voltadas para a população LGBTI+ na capital terem sido desenvolvidas durante a gestão da Prefeita Luizianne Lins (PT), não se achou nenhum relatório dos Planos Plurianuais no site oficial da prefeitura antes de 2013. Utilizou-se também e fez uma análise de dados secundários identificados em uma tabela construída pelo Coletivo Flor do Asfalto no ano de 2021, sobre a execução do orçamento.

Desenvolvida essa questão teórica e bibliográfica, realizou-se **um pré-mapeamento presencial e um mapeamento virtual durante a pandemia**. Antes do mapeamento presencial, buscou-se em pesquisas entender a história dos espaços de consumo do lazer na capital cearense ancoradas em estudos como Gondim (2007), Jucá (2007), Ponte (2007), Martins (2013), ambos autores/as trazem uma compreensão histórica sobre a constituição das sociabilidades do lazer em Fortaleza. Posteriormente, fez-se o recorte em leituras que traziam as dimensões sobre o lazer na perspectiva do homoerotismo como as análises de Nascimento (2015), Albuquerque Jr & Ceballos (2002), Parker (2002) e um importante estrato do Jornal o Lampião da Esquina de Nº 07 de dezembro de 1978, no qual se encontra um pequeno guia dos espaços “gays” em Fortaleza nos anos 1970.

De certa forma, o trabalho de Nascimento (2015), possibilitou desenvolver o mapeamento dos ambientes de sociabilidade de consumos do lazer voltados para o público LGBTI+ na mesma cidade, porém, enquanto pesquisador que tinha como pressuposto

descortinar algumas contradições desse mercado, necessitou-se fazer uma interlocução nesses lugares. Ou seja, conhecer esses territórios, delimitar quais seriam os principais espaços da análise da pesquisa, tendo em vista que a cidade de Fortaleza é considerada a quinta capital do País, apresentando diversos locais de sociabilidades, que para uma pesquisa com uma interlocução mais profunda, seria difícil para essa imensidão.

Por isso, num primeiro momento após a leitura dos estudos preliminares acerca do mercado de consumo LGBTI+ na cidade de Fortaleza/CE, visto a partir do olhar de outros autores, como Nascimento (2015), identificou-se a necessidade de imersão no campo, pois só assim podia-se apreender essa realidade que gira em torno de uma sociabilidade ainda desconhecida, para depois poder conhecer esse novo território a partir da minha visão enquanto pesquisador. Sendo uma metrópole de quase três milhões de habitantes, iniciou-se com uma busca no âmbito virtual por intermédio das páginas oficiais no *Facebook* e *Instagram* dos locais de consumo voltados para essa população como bares, boates, saunas. Com essa investigação realizou-se um pré-mapeamento presencial antes da Pandemia do Coronavírus, entre dezembro de 2019 e início de 2020, posterior buscou-se novas estratégias para o desenvolvimento da pesquisa.

Nesse sentido, como primeiras impressões sobre os espaços de sociabilidade de consumo LGBTI+ foi no bairro Benfica, onde se concentra uma forte cena homoerótica, com diversos barzinhos. Além disso, visitaram-se algumas barracas na orla da cidade: na praia de Iracema e outra na praia do Futuro. Visitou-se também duas boates na região do Centro Dragão do Mar. Nesse pré-mapeamento utilizou-se o diário de campo com sistematização de alguns aspectos sobre os espaços de sociabilidades que surgiram no decorrer da pesquisa. Também foi possível visitar alguns espaços de sociabilidades de consumo voltados para a população LGBTI+ no entorno do Centro do Dragão do Mar de Arte e Cultura e alguns “cinemões” no Centro de Fortaleza. Na ocasião pode-se entender um pouco da territorialidade da distribuição do consumo e conversar com alguns sujeitos que foram importantes para apreender os aspectos relacionados ao consumo e a relação com aqueles locais, as observações desenvolvidas naquele momento anterior a pandemia foram anotadas no **diário de campo**.

A incursão deu-se a partir da metodologia formulada por “[...] caminhadas, observação direta, classificação” (MAGNANI, 1996, p. 16), ou seja, de acordo com esse pesquisador, “[...] numa caminhada de reconhecimento, tem um plano pré-estabelecido e seu caminhar, mais lento que o do usuário e mais regular que o do passeante, deve permitir uma observação contínua e seguindo o fluxo do andar e parar” (idem, 1996, p. 16), assim nas caminhadas foi possível apreender a lógica da distribuição dos espaços, as sociabilidades, a territorialização.

Outro aspecto importante numa pesquisa que envolve a observação participante como de Whyte (2005), trata-se do elo do pesquisador com seus interlocutores, por isso a importância de se ter um interlocutor durante o processo de pesquisa é fundamental, especialmente para adentrar aquele território ainda desconhecido. Nesse sentido, durante o processo de pesquisa, obteve-se um diálogo que extrapola a academia, ou seja, essa comunicação tem relação afetiva com sujeitos do ativismo político, acadêmico, mas, em especial, uma amiga/informante que conhece os diversos espaços da cidade de Fortaleza, que já trabalhou na coordenadoria municipal da diversidade sexual, com uma facilidade de adentrar os diversos espaços tanto de coletivos políticos LGBTI+ na cidade como os locais destinados à sociabilidade homoerótica na capital cearense.

Do ponto de vista da realização da pesquisa, é preciso ponderar o momento, que foi vivido na sua realização, durante o contexto da Pandemia do Coronavírus, que teve seus primeiros casos no Brasil durante o mês de fevereiro de 2020, essa trouxe diversos desafios, limites para a realização do processo investigativo em lócus. Assim, o mapeamento que seguiria presencial teve que ser interrompido devido a rapidez da proliferação do covid-19 em todo território nacional, pois:

As autoridades públicas e os sistemas de saúde foram, em quase todos os lugares, pegos em flagrante. Quarenta anos de neoliberalismo na América do Norte e do Sul e na Europa deixaram o público totalmente exposto e mal preparado para enfrentar uma crise de saúde pública desse calibre, apesar de sustos anteriores como a SARS e o Ebola fornecerem avisos abundantes e lições convincentes sobre o que seria necessário ser feito (HARVEY, 2020)¹¹.

Mediante esse contexto exposto anteriormente, da pandemia do coronavírus, as autoridades sanitárias tinham como um dos pressupostos centrais para conter o avanço do vírus, a estratégia do isolamento social. Muitas cidades como o caso de Fortaleza, adotaram medidas de restrições de circulação de pessoas. Assim, o governador do Estado, Camilo Santana (PT), adotou algumas soluções na época como o primeiro decreto em 16 de março de 2020 e posteriormente oficializando o Lockdown, um realizado durante o ano de 2020 e outro em 2021, nos momentos mais drásticos da pandemia. Em razão disso, foi preciso redefinir os planos de reconhecimento desses locais. Foi extremamente difícil dar continuidade a esse mapeamento indo à lócus e a sua incursão presencialmente, em virtude da propagação da Covid-19, que se alastrou nacionalmente. Diante dessa situação objetiva que impossibilitou o desenvolvimento do trabalho de campo e de visitas fisicamente nesses lugares, nos quais muitos estiveram

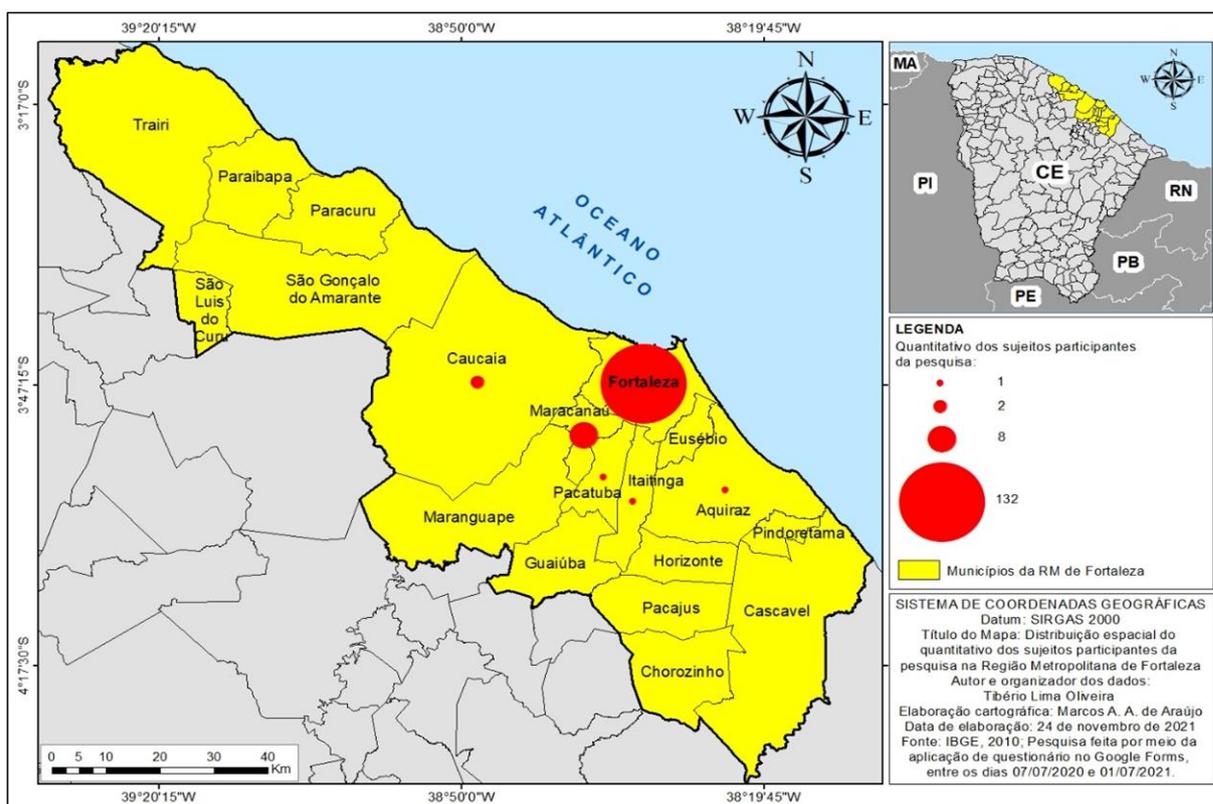
¹¹ HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de coronavírus. Boitempo, 2021. Disponível em: <https://www2.boitempoeditorial.com.br/produto/pandemia-covid-19-e-a-reinvencao-comunismo-960>. Acesso em: 24 ago. 2021.

fechados durante os anos de 2020 e 2021, novas estratégias eram fundamentais para traçar o mapeamento proposto.

Em face desse contexto de crise pandêmica, decidiu-se optar pela metodologia de pesquisa com **questionários virtuais**, realizado por meio da técnica de amostragem da “**bola de neve**”. Desse modo, a bola de neve de acordo com Vinuto, “[...] é uma forma de amostragem não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante” (2014, p. 203). Ainda em relação a essa técnica, a autora coloca os alcances e os limites dessa amostragem que em síntese são: um dos limites trata-se do “[...] possível inconveniente de acessar apenas argumentações semelhantes, já que os indivíduos necessariamente indicarão pessoas de sua rede pessoal, o que pode limitar a variabilidade de narrativas possíveis” (idem, p. 207). Por outro lado, “[...] a grande vantagem dessa forma de amostragem é o fato dos entrevistados serem recrutados a partir da relação pessoal das pessoas dispostas a indicar contatos, o que pode emprestar confiabilidade ao entrevistador” (idem, p. 208).

O questionário foi respondido por meio de um **formulário no Google Forms**, ao todo participaram 145 pessoas que responderam voluntariamente à pesquisa, entre os dias 7 de junho de 2020 até o dia 1 de junho de 2021, contabilizando praticamente um ano de recebimento das informações. Como o formato da pesquisa e da captação dos retornos, seguiu a técnica de bola de neve, entregou-se inicialmente o formulário para pessoas que eram consumidoras desses espaços, pediu para que essas repassassem para outras pessoas LGBTI+ que fossem também consumidoras, deixou-se circular, por esse período, para se obter uma diversidade de informações até a sua saturação. Entre os participantes dessa pesquisa 132 pessoas residiam em Fortaleza, 8 pessoas na cidade de Maracanaú (centro, Jereissati II, Jereissati III, Acaracuzinho, José de Alencar), 2 pessoas na cidade de Aquiraz (Centro e Iguape), 1 pessoa em Itaitinga (Jabuti) e 1 pessoa na cidade de Pacatuba, conforme o mapa a seguir:

MAPA 2 – LOCALIZAÇÃO DOS SUJEITOS LGBTI+ QUE PARTICIPARAM DA PESQUISA EM FORTALEZA E NA REGIÃO METROPOLITANA (RMF).



Fonte: Dados do organizador da pesquisa. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Portal de Mapas. Organização do Território. Malhas Territoriais. Malha de Unidade da Federação. 2010. Disponível em: <<https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#homepage>>. Acesso em: 24/11/2021.

Diante dessas respostas, construiu-se o perfil desses consumidores/as LGBTI+ que participaram da pesquisa. Os dados são sigilosos, não há identificação do/as participantes, todo/as assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TLCE), da totalidade desses sujeitos, 112 pessoas aceitaram participar da pesquisa, dando entrevista posteriormente, apenas 33 não se dispuseram participar de entrevistas, correspondendo a um total de 22,8%. Sobre os elementos que compõe a investigação, o questionário buscou em um primeiro bloco de perguntas direcionadas a um perfil socioeconômico tendo como elementos a localização, bairro, faixa etária, escolaridade, ocupação profissional, renda econômica, moradia, estado civil, orientação sexual e a identidade de gênero do/as sujeitos.

A princípio as condições econômicas e sociais, acabam expondo os sujeitos a diversas desigualdades sociais e riscos sociais em um território marcado por uma economia dependente. Em vista disso, pensar no mercado de consumo do lazer e nos sujeitos é fundamental compreender a totalidade das relações sociais que circundam essa população foco da pesquisa.

Por isso, no decorrer da apresentação dos dados desses consumidores LGBTI+ de Fortaleza, buscou-se fundamentar com elementos para além do que apareceu nos questionários, visto à complexidade de entender quem são esses sujeitos.

Com o objetivo de apreender a relação dos(a)s sujeitos LGBTI+ com os espaços de sociabilidade e consumo do lazer voltados para essa comunidade, fez-se entrevistas também via questionários eletrônico com 11 usuários desses serviços para apreender as ideologias, limites e contradições postas nesse mercado. Os/as entrevistados/as foram aqueles e aquelas que se responderam ao primeiro questionário eletrônico e se dispuseram participar posteriormente da pesquisa. Os nomes utilizados nas entrevistas são fictícios para preservar a identidade dos/das sujeitos.

Os dados da pesquisa foram analisados a partir de uma apreensão qualitativa e por meio da análise de conteúdo. Conforme aponta as propostas direcionadas por Minayo (1994), a pesquisa se desenvolve por alguns caminhos sendo eles: uma fase inicial encaminhada pela exploração, delineamento do objeto de estudo e do problema de investigação da pesquisa, uma segunda fase que se caracteriza pela captação dos dados e por fim a apreensão dos dados, um exame aprofundado dos elementos que surgiram no decorrer da investigação. É dessa última fase que se partiu para o tratamento do material bibliográfico, documental e das entrevistas, assim tendo como suporte análise de conteúdo de Bardin, compreendida como:

Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas – desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos – é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a interferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade (BARDIN, 2016, p. 15).

Após todo o processo de construção do referencial teórico e das análises dos dados a tese foi dividida em quatro capítulos, sendo eles:

No capítulo 1 – intitulado de **“O FENÔMENO HOMONACIONALISTA DE ESTADO-NAÇÃO E DE MERCADO NO CONTEXTO INTERNACIONAL”**, buscou-se desenvolver um “Estado da Arte” sobre as categorias centrais do estudo, identificou-se as principais produções sobre o homonacionalismo, o mercado de consumo LGBTI+, as imbricações dos estudos do lazer e a questão LGBTI+. Desenvolveu-se também as análises sobre o entendimento das premissas teóricas sobre corpos, gêneros e sexualidades dissidentes no contexto de neoconservadorismo. Ademais, para se entender o homonacionalismo como fenômeno, fez-se

também uma análise histórica sobre a nação, o nacionalismo e o Estado-nação para posteriormente adentrar-se na teorização sobre o homonacionalismo de Estado-nação e de mercado no contexto geopolítico internacional. Ainda sobre o entendimento dessa categoria no plano internacional apresenta-se as excepcionalidades sexuais e as dimensões do imperialismo sexual advindo da prática heteronormativa e homonormativa. Discorreu-se sobre as distinções sobre o homonacionalismo de mercado e de Estado-nação. Por fim, o capítulo encerra com uma análise central do Estado como um mediador do mercado de consumo LGBTI+ e de normalização dessas identidades.

No capítulo 2, **“O HOMONACIONALISMO NOS TRÓPICOS”: O PROCESSO HOMONACIONALIZADOR NO CONTEXTO BRASILEIRO**, desenvolveu-se uma análise das principais categorias trazendo para uma apreensão situada do objeto de estudo a partir da realidade brasileira. Trouxe os elementos da formação social dessa nação, o percurso sócio-histórico e cultural do desenvolvimento dos primeiros espaços de sociabilidades homoeróticas e o surgimento do movimento “homossexual” ao movimento LGBTI+ no Brasil, como historicidade para entender a manifestação do homonacionalismo no contexto nacional, as particularidades do país nesse processo a partir das dimensões tanto do Estado-nação como do mercado.

No capítulo 3, **“A CONSTITUIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO MERCADO DE CONSUMO DO LAZER LGBTI+ EM FORTALEZA: UM PROJETO MODERNIZADOR?”**, por ser uma tese que tinha como característica uma categoria pouco usada no Brasil, o homonacionalismo, optou-se em desenvolver uma análise que seguiria um caminho de contextualização dessa categoria que partiu da macroestrutura internacional ao contexto local. Assim, nesse capítulo apresentou-se o percurso da formação social e histórica da capital cearense, o processo de modernização dessa cidade inserida no chamado projeto de transnacionalização, como o desenvolvimento dos espaços privados do lazer LGBTI+, como fruto das recentes transformações sociais decorridas no Estado do Ceará. Faz-se uma análise histórica da constituição dos locais de lazer da capital desde a época da Belle Époque ao contemporâneo. O surgimento dos sujeitos políticos do movimento LGBTI+ na capital, as relações com o mercado e com o Estado.

Por fim, o capítulo 4, **“A MANIFESTAÇÃO DO HOMONACIONALISMO NOS ESPAÇOS DE CONSUMO DO LAZER LGBTI+ EM FORTALEZA-CE”**, apresenta-se os primeiros espaços de sociabilidades homoeróticas na capital, as contradições, as lutas, as

heterotopias e transtopias e as normalizações postas pela homonormatividade. Traz o perfil do/as consumidoras LGBTI+ entrevistadas quanto aos marcadores de raça, gênero, sexualidade, classe e territorialidade, apresenta-se assim as plataformas centrais da homonormatividade. Ademais, desenvolve-se uma análise sobre a relação dos sujeitos LGBTI+ com os espaços de consumo privado do lazer em Fortaleza e quais são as formas de reprodução do homonacionalismo local pela via do mercado de consumo. Fundamenta-se nesse capítulo que o homonacionalismo se reproduz pela constante reprodução da violência e da discriminação contra as sexualidades, identidades e corpos dissidentes. Apresenta-se também o processo de construção de legislações sociais e políticas públicas pelo Estado, como peças do mosaico do homonacionalismo em Fortaleza, o *marketing* estatal de progresso ausente de políticas efetivas de combate à discriminação e as violações do “outro” como aportes do “homonacionalismo à brasileira”.

CAPÍTULO I

1. O FENÔMENO HOMONACIONALISTA DE ESTADO-NAÇÃO E DE MERCADO NO CONTEXTO INTERNACIONAL

[...] A homossexualidade inscreve-se como mais um desses reservatórios negativos. Sendo a permissividade social basicamente oportunista, a tolerância varia de época para época, dependendo de fatores externos que acrescentam à prática homossexual maior ou menor grau de periculosidade, conforme as necessidades circunstanciais (TREVISAN, 2018, p. 22).

Como discorre Foucault (2011), na “*História da Sexualidade – a vontade de saber*”, Volume I, por muito tempo as questões relacionadas aos estudos das sexualidades e dos desejos foram relegadas a um status de tema periférico, tanto pela ciência médica como pela sociologia, além dos enquadramentos às perspectivas heteropatriarcais (CISNE; SANTOS, 2018). Igualmente, foi posicionada como questão de “segunda ordem” por um longo período pela esquerda política, como argumenta Trevisan (2018) e Green (2019). E quando relacionada ao homoerotismo tornou-se: patologizada, medicalizada, moralizada, disciplinada, higienizada, a uma condição de marginalidade dos corpos dissidentes (WEEKS, 2019).

A história das sexualidades tem sido construída por muitas abordagens teórico-metodológicas que são distintas, em determinados momentos contestáveis, complexa, e até mesmo esquecida ou deixada de lado pela academia, especialmente, quando se refere às sexualidades dissidentes como afirmam Veras e Pedro (2014). No entanto, recentemente tem-se no âmbito acadêmico e político contemporâneo uma ampliação desses estudos, com diferentes abordagens políticas ideológicas de contestações críticas a essas concepções que durante muito tempo relegaram esses estudos.

Este capítulo terá como objetivo a discussão e contextualização do debate teórico e político sobre o fenômeno homonacionalista de Estado-nação e de mercado no âmbito dos estudos contemporâneos sobre as sexualidades. Na parte inicial do texto apresenta-se o Estado da Arte sobre a produção científica da matéria do mercado de consumo LGBTI+ e a presença sobre a abordagem do homonacionalismo na produção científica brasileira, sua finalidade é compreender como essa temática vem sendo pensada na nossa realidade. Apresentam-se também as principais dimensões das questões relacionadas às sexualidades na sociedade moderna.

Busca-se iniciar o debate do homonacionalismo e sua manifestação no plano internacional entendendo primeiramente os conceitos de: nação, nacionalismo e Estado-nação, por fim analisam-se as principais dimensões do Estado e a relação paradoxal entre Estado, movimento LGBTI+ e o mercado, tendo como pretensão fugir de perspectivas que compreende o Estado de forma unilateral e/ou isoladamente apartado do mercado. A segunda parte do capítulo, desenvolve-se uma apreciação geopolítica da manifestação do homonacionalismo de Estado-nação e de mercado no contexto internacional, para posteriormente partir para realidade brasileira.

1.1 O “Estado da Arte”: lazer, mercado de consumo LGBTI+ e homonacionalismo

Como ponto de partida, buscou-se entender primeiramente o fenômeno social do lazer, para posterior, entendê-lo articuladamente ao caráter do homonacionalismo. A priori ressalta-se que no âmbito das conceituações identificou-se inúmeras abordagens teórico-metodológicas de construção dessa terminologia. No entanto, ressalta-se a necessidade de compreendê-la a partir do movimento histórico das relações sociais e nas contradições postas pela sociedade capitalista. No decorrer do desenvolvimento da pesquisa bibliográfica e documental, identificou-se uma forte ausência no âmbito da área do Serviço Social brasileiro sobre a temática do lazer, não há nenhum estudo sobre o mercado de consumo do lazer LGBTI+ por essa ênfase.

Essa lacuna também é perceptível em outros campos de investigações, tanto nas políticas sociais, como nas políticas públicas brasileiras. Segundo a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)¹², as áreas de maior concentração sobre essa temática dos estudos ligados ao lazer estão na administração, educação física, psicologia, economia, antropologia e na sociologia com diversos trabalhos. Nas buscas empreendidas na Biblioteca Digital, identificou-se¹³ como resultados entre os anos de 2000 até 2020, as seguintes produções: na área do Serviço Social brasileiro, apenas uma tese de doutorado, o resultado foi o mesmo no

¹² Sobre a BDTD “O IbiCT desenvolveu e coordena a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil, e também estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico. A BDTD, em parceria com as instituições brasileiras de ensino e pesquisa, possibilita que a comunidade brasileira de C&T publique e difunda suas teses e dissertações produzidas no País e no exterior, dando maior visibilidade à produção científica nacional” (BDTD, 2021). in. <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 31 ago. 2021.

¹³ A metodologia de busca deu-se por uma pesquisa exploratória inicial procurou-se a palavra “Lazer” no campo dos títulos de teses e dissertações na parte superior da pesquisa, já na parte inferior mesclou-se com a palavra-chave “Serviço Social” para assuntos. O período decorrente deu-se a partir de 2000 até o ano de 2020. A investigação ocorreu na plataforma digital da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 22 mar. 2021.

Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, sendo a pesquisa de Canton (2008), como o único estudo encontrado por esta demarcação temporal, a autora fez uma análise de como o lazer faz parte de uma estratégia de promoção da saúde do trabalhador. Já em termos de dissertações na BDTD, tem-se como resultado apenas duas dissertações de mestrado Chinali (2013) e Cunha (2006).

Há uma carência que se intensifica nessas áreas quando se relaciona a abordagem de entendimento sobre os aspectos da sociologia do lazer ligados aos espaços de sociabilidades da população LGBTI+, especialmente, aqueles centrados na ótica do mercado e do consumo. Percebe-se, ainda, uma verdadeira escassez do debate que façam uma relação interseccional desses temas articulando lazer – raça/etnia, gênero, sexualidade e classes sociais. Todavia, compreende-se que esse limite parte muito em função da hegemonia do pensamento dominante heterossexual que, ainda, é predominante nos espaços acadêmicos, e que coloca o lazer quase metaforicamente como “sinônimo” de um direito masculino, centrado no tempo livre do trabalhador.

Diante desses aspectos, percebe-se que os estudos do lazer, deixaram de ser considerados como temas periféricos na academia recentemente como afirma Peixoto (2007). Assim, o lazer é tomado por parte da sociedade sobre diversas perspectivas, porém quando observado como um direito, verifica-se um preconceito em torno dessas abordagens por alguns setores da sociedade, considerando-o como algo sem importância ou fútil. Há um forte senso comum de ligar o lazer a ociosidade e a vadiagem, especialmente, quando se refere às classes mais pobres da sociedade, moraliza-se o lazer destinado a essas pessoas, ou cria-se diversas categorias de estereótipos e normalizações.

Os estudos do lazer deixaram de ser considerados como temas periféricos na academia recentemente como afirma Peixoto (2007). Assim, o lazer é tomado por parte da sociedade sobre diversas perspectivas, porém, quando observado como um direito, verifica-se um preconceito em torno dessas abordagens por alguns setores da sociedade, considerando-o como algo sem importância ou fútil. Há um forte senso comum de ligar o lazer a ociosidade e a vadiagem, especialmente, quando se refere às classes mais pobres da sociedade, moraliza-se o lazer destinado a essas pessoas ou cria-se diversas categorias de estereótipos e normalizações.

Considera-se, portanto o lazer como um fenômeno social complexo que tem sua maior abordagem e reprodução a partir da sociedade moderna, tendo na sua terminologia diversas tendências teórico-metodológicas de conceituações. É a partir da compreensão dessas distintas

abordagens que se pode conhecer o fenômeno do lazer para além do fetichismo¹⁴ da mercadoria, ou seja, apresentando os múltiplos aspectos articulados a esse processo, visto que numa perspectiva crítica, “[...] suas principais características, de acordo com a estrutura sócio-metabólica do capital, seriam a privatização do espaço público e a descartabilidade de produtos e pessoas” (ALVES, 2006, p. 36).

Nessa perspectiva, o fetichismo em torno do lazer, tornou-se uma ferramenta útil para o capital, um novo espaço de comercialização, “[...] a chamada indústria do entretenimento investe pesadamente na veiculação dessa concepção de lazer baseada no consumo. Esta tendência é reforçada pela falta de políticas públicas para o setor ou pela baixa qualidade” (PELLEGRIN, 2006, p. 108). Essa concepção é fundamental para análise do mercado de consumo voltado para determinados grupos sociais, que muitas vezes, por serem alvejados pelo preconceito e pela discriminação, são tomadas ações pelas iniciativas privadas focalizadas nesses públicos segmentados, como é o caso da população LGBTI+. Como tal característica, uma das tendências do capitalismo é a comercialização dos espaços de lazer, destituindo-se o seu caráter do acesso ao direito.

Outra tendência observada por Pellegrin (2006), é o caráter idealista sobre a abordagem do lazer. Segundo a autora algumas pessoas partem de uma visão de que o lazer pode ser considerado como um momento de “felicidade”, porém questiona-se a dimensão abstrata dessa visão, uma vez que em uma sociedade marcada pelo capitalismo que tem a lucratividade acima de tudo e de todos, torna-se irreal tal pressuposto. De tal modo, para alguns, o lazer é um momento de contentamento do ócio, diversão, entretenimento, melhor dizendo, satisfação das necessidades físicas, sociais, psicológicas e intelectuais. Para outros, como um direito fundamental, expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Federativa de 1988; o qual deveria ser de acesso universal, gratuito, democrático para todos os sujeitos na sociedade, sem distinção de classe social, raça/etnia, gênero e sexualidade.

Contudo, observa-se o lazer ainda como um direito que é repleto de contradições, em particular, na sua materialização, muito desse acesso se dar de modo privilegiado por uma determinada classe social, além disso, a era da mundialização do capital, que tem na financeirização seu suporte de reprodução social, o lazer torna-se um aparato mercadológico.

¹⁴ Como diria Alves “[...] o fetichismo é a forma de apropriação estranhada da sociabilidade complexa. [...] O fetiche é a uma forma societal do objeto (ou de apropriação subjetiva dele) – tanto objetos tangíveis, intangíveis ou imaginários (ALVES, 2006, p. 40).

Logo, o lazer que na Constituição é evocado como um direito social, torna-se também um espaço de disputa social e de mercado:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (EC no 26/2000, EC no 64/2010 e EC no 90/2015) (BRASIL, 2016, p. 18).

E de fato, o lazer na sociedade de classe, funciona como um direito pouco falado pela classe trabalhadora, pelos partidos políticos de esquerda e pelos movimentos sociais que se propõem a uma transformação radical da sociedade. No entanto, na contradição desse movimento vê-se cada vez mais tanto o Estado como o mercado se apropriarem ideologicamente do lazer, para a manutenção das forças produtivas, cabendo ao lazer parte de uma realização ideológica da reprodução social do capital. Além disso, a academia também tem se colocado sobre diversas abordagens teórico-metodológicas a entender o lazer, por isso ser uma tarefa difícil de conceituá-lo, dado a sua multiplicidade de sentidos e as contradições postas sobre esse fenômeno.

Diante disso, as principais tendências teórico-metodológicas sobre os estudos do lazer estão ligados a distintas perspectivas de análise, tais como: aquelas linhas que absorvem do funcionalismo e que de certa forma tem sua hegemonia no âmbito desses estudos, especialmente no Brasil, centrados pela perspectiva empirista, tendo como suporte analítico as apreciações de Joffre Dumazedier (2014) e por fim outras vertentes que tem trabalhado com uma crítica radical à sociedade voltadas para uma dialética do lazer, Padilha (2006); os estudos conectados ao materialismo histórico-dialético com Peixoto (2007) e por menor abordagens os que tratam sobre as questões do lazer ligadas a gênero e sexualidade.

Nesse universo de considerações sobre as linhas e as diversas perspectivas de análises, a seguir aborda-se as basilares tendências sobre os estudos do lazer. As principais tradições sobre a sociologia do lazer, os significados e os pioneiros no Brasil, que trouxeram contribuições dessa análise. Aborda-se, também, preliminarmente como o lazer se tornou uma ferramenta ideológica da sociedade mercantil esse voltado para a comunidade LGBTI+.

De acordo com o levantamento realizado por Peixoto (2007), sobre os estudos do lazer no Brasil passaram por quatro ciclos de desenvolvimentos teóricos-metodológicos: o primeiro ciclo tem como referência, os anos 1930 até meados anos 1960; o segundo a partir dos anos 1960; o terceiro entre 1980 e 1990 e o quarto ciclo posterior aos anos 1990. Para a autora, “[...] o esforço coletivo dos estudiosos da área pode permitir a análise minuciosa desta produção,

apontando os avanços e limites das diferentes contribuições a cada ciclo” (Idem, 2007, p. 576). Em sua abordagem, ela classifica o primeiro ciclo formado pelos estudos que iniciam nos anos 1930. No entanto, de forma muito tímida, constituindo essas análises iniciais, tendo uma relação com as primeiras políticas sociais voltadas para a classe trabalhadora nos anos varguistas que tinham como foco o lazer e as recreações dos operários, assim como:

(1) produção de justificativas para a implementação de políticas de ocupação do tempo livre das crianças e de educação para o tempo livre; (2) organização e disseminação de acervos de jogos, brinquedos e brincadeiras, entre outras práticas sociais consideradas adequadas para a ocupação do tempo livre das crianças no interior e fora da escola; (3) produção de justificativas científicas, relacionadas à produtividade no trabalho, para a redução regulamentada da jornada de trabalho e para o planejamento e implementação de políticas públicas voltadas a uma adequada ocupação do tempo livre do trabalhador (PEIXOTO, 2007, p. 568).

Ademais, para Peixoto (2011), as primeiras abordagens teóricas partiam de manuais que tinham como finalidade a recreação de crianças e adolescentes, atividades para atender o tempo livre dos trabalhadores. O foco dessas obras partia de análises empiristas, até mesmo das abordagens funcionalistas, de moralização do tempo livre da classe trabalhadora, bem como o ajustamento desses indivíduos ao modo de produção capitalista. Por essa linha de raciocínio, dando continuidade, as observações desenvolvidas no “estado da arte” sobre os estudos do lazer construído por Peixoto (2007), foi a partir dos anos 1960 e muito em função do caráter nacional das políticas nacional-desenvolvimentistas que estavam sendo implementadas no Brasil que se incorporou o lazer como uma atividade das políticas sociais. Esses projetos propiciaram esse novo ciclo, com “[...] o aprimoramento teórico conceitual e a ampliação dos estudos empíricos sobre o lazer priorizam o conhecimento dos “usos do tempo livre” (PEIXOTO, 2007, p. 570). Foi a partir dessa década que surgem no Brasil os estudos de Requiça, em 1969, como um dos grandes pioneiros sobre essa temática no país, especialmente com os projetos sociais ligados ao Serviço Social do Comércio (SESC) com foco na dimensão do trabalho.

Esses dois ciclos foram fundamentais para entender as principais abordagens teórico-metodológicas sobre os estudos do lazer no Brasil. De acordo com as principais referências pesquisadas Gomes e Melo (2003); Peixoto (2007); Camargo (2012); Marcellino (2012) apontam que foi a partir dos anos 1970 que eclodiram diversas pesquisas sobre a temática do lazer no Brasil, como assinala Peixoto: “[...] é um ciclo marcado por intensos debates quanto aos usos do tempo livre, quanto à distinção entre lazer e ócio e à relação entre estes e o trabalho, com supervalorização do primeiro termo” (2007, p. 571).

A partir da pesquisa exploratória das principais obras sobre os estudos do lazer que surgiram nos anos 1970, observou-se que essas linhas tinham como referência fundamental as obras de Joffre Dumazedier, o sociólogo francês que se deteve a estudar tanto os aspectos do lazer como da cultura popular a partir de uma dimensão voltada para análise empirista dessa realidade na sociedade moderna. Para Gomes e Melo, “[...] foi ao longo das décadas de 1970-1980 que o pensamento de Dumazedier (1973, 1975, 1979) teve grande aceitação e influência no Brasil, conferindo um impulso às pesquisas sobre o lazer em nosso país” (2007, p. 28-29).

Diante desses elementos traçados sobre a influência do pensamento de Dumazedier, esse autor (2014), caracteriza o lazer baseando-se em três funções, sendo essas influenciadas a partir de uma dimensão da solidariedade pensadas pelo sociólogo Emile Durkheim, precursor do positivismo, “as três funções são solidárias, estão sempre intimamente unidas umas às outras, mesmo quando parecem opor-se entre si” (Idem, 2014, p. 34).

A primeira função do descanso – tinha por objetivo recuperar a vitalidade energética do corpo físico do/a trabalhador/a com base na sua fadiga, seja ela das atividades diárias ou do cotidiano de trabalho, como exemplo cita-se as ideias Tayloristas, o trabalhador necessitava de um momento para o seu descanso, pois a fadiga tanto representava do ponto de vista das forças produtiva um empecilho na produção como um desafio, dizia o autor “para qualquer categoria de trabalhador, o estudo da função de recuperação pelo lazer deveria ampliar o campo das pesquisas sobre a fadiga e a fatigabilidade, que na França, restringem-se a observações nos locais de trabalho” (Idem, 2014, p. 32).

A segunda função de divertimento, recreação e entretenimento, busca-se romper da monotonia da vida cotidiana, seja através de atividades lúdicas e/ou de recreações, tais rupturas poderiam ser por meio de “[...] atividades reais, baseadas em mudanças de lugar, ritmo e estilo (viagens, jogos, esportes), ou então recorrer a atividades fictícias, com base na identificação e na projeção (cinema, teatro, romance...)” (Idem, 2014, p. 33.)

E por fim, a função do desenvolvimento – o autor parte da premissa que por intermédio das práticas integrativas de recreação, permite aos indivíduos sociais uma maior possibilidade para o seu desenvolvimento em comunidade, ou seja, ajusta-se a sociedade, conforme o pensamento durkheimiano. De tal modo, a definição de lazer em Dumazedier concerne em:

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 2014, p. 34).

Centrando-se nos aspectos críticos dessa tendência de Dumazedier nos estudos do lazer no Brasil, é preciso contextualizar o tempo histórico do qual essa vertente teve a sua reprodução e entrada no tempo-espaço nacional. Cabe situar que o período datado da circulação das primeiras obras desse escritor francês, começa no final dos anos 1960, tendo sua maior expressividade nos anos 1970, em pleno contexto de ditadura civil-militar, sem trazer grandes impactos ideológicos. Para Peixoto (2007), o contexto autocrático ceifou através das censuras políticas a reprodução e circulação de várias obras que tinham como perspectivas teóricas o materialismo histórico-dialético, com a destruição inclusive de obras marxistas, muitas dessas circulavam no contexto brasileiro de forma clandestina. A obra de Dumazedier parte de uma perspectiva empirista, bebendo inclusive do funcionalismo de Émile Durkheim e do culturalismo de Stuart Mill, talvez seja essa uma das facilidades da sua entrada no Brasil, de beber de fontes que não traziam impactos ideológicos-políticos para censura, pois apesar da importância do seu pioneirismo nos estudos do lazer (GOMES, MELO, 2003). Dumazedier não tem como central as contradições do mundo do trabalho e nem acredita ser o lazer um fenômeno de apropriação do mercado capitalista.

No decorrer das aproximações sucessivas com o objeto de estudo, verificou-se que as abordagens teórico-metodológicas que partiam de uma concepção sobre uma relação dialética do lazer era desenvolvida por uma pequena parcela da academia. Uma das grandes contribuições para pensar o lazer do ponto de vista crítico deu-se com os estudos de Peixoto (2011) e a obra “Dialética do Lazer” organizada por Padilha (2006), que traz alguns artigos fundamentados na perspectiva do materialismo histórico-dialético.

Diante disso, muitos(a)s dos(a)s marxistas que analisam sobre as relações sociais postas sobre o fenômeno do lazer partem de uma análise da centralidade do trabalho, com uma crítica de como o modo de produção capitalista destitui as faculdades intelectuais dos indivíduos na sociedade em virtude da exploração do MPC. Assim, uma das primeiras obras que abordou sobre o direito ao ócio, referente ao direito do lazer, para o(a)s trabalhadores(a)s foi o texto: “O direito à preguiça”, escrito pelo socialista, franco-cubano, Paul Lafargue no ano de 1880, no qual foi publicado no *L’egalité*.

Sabe-se que durante aquele período a classe trabalhadora vivenciava os extremos da exploração e das opressões advindas do desenvolvimento da revolução burguesa industrial, com altas jornadas de trabalho entre 12, 14 e até 16 horas, conforme referenciam os relatos marxianos. Como assinalava Marx, “a estrutura da sociedade capitalista surgiu da estrutura econômica feudal. A dissolução desta última liberou os elementos daquela” (2017, p. 786), das cinzas da sociedade feudal ergue-se a sociedade do mercado. As expropriações das terras e a

constituição da propriedade privada colocaram os trabalhadores na subserviência ao modo de produção capitalista.

As destituições desses sujeitos dos meios de produção depositaram os camponeses, agricultores e artesões a serem “livres como pássaros”, porém a única saída para a sobrevivência era a venda da força de trabalho, para os proprietários da grande indústria nascente na Europa. A fome e a miséria já assolavam as grandes cidades, no entanto há um recrudescimento desta no contexto no capitalismo, assim como a violência no campo. Esse mecanismo foi fundamental para o aviltamento do(a)s trabalhadores(a)s terem como única forma de sobrevivência venderem a preços ínfimos o seu trabalho, com a ajuda inclusive do Estado com Legislações sanguinárias contra os expropriados, as vadiagens e a vagabundagem como afirmava Marx (2017).

Em *O capital*, no capítulo oito, sobre “A jornada de trabalho”, Marx (2017), apresenta um brilhante e ao mesmo tempo sofrida cartografia da jornada de trabalho imposta aos trabalhadores(a)s assalariado(a)s na Inglaterra. As diferenciações entre o trabalho noturno e diurno, assim como a luta pela redução da jornada de trabalho em virtude das leis compulsórias de extração de mais-valia, que tinham como finalidade central o prolongamento das horas nos espaços de trabalho, mostram como o advento do capitalismo, representou cada vez mais o distanciamento do trabalhador ao acesso ao lazer, do seu tempo livre, enquanto um aspecto das necessidades sociais desses sujeitos.

É também nesse capítulo que o autor faz referências ao direito do trabalhador poder suprir suas necessidades que vão além dos aspectos físicos e fisiológicos, “o trabalhador precisa de tempo para satisfazer as necessidades intelectuais e sociais, cuja extensão e número são determinados pelo nível geral de cultura de uma época” (MARX, 2017, p. 306).

Entretanto, ideologicamente o capitalismo converteu a classe trabalhadora em uma classe que sobrevive do trabalho. Os mecanismos e os aparelhos ideológicos da burguesia, sejam através dos meios de comunicação, da mídia e da religião projetaram e reproduziram a ideia de que o trabalho dignifica o ser, impuseram a classe trabalhadora aos ditames do MPC. É desse modelo que Lafargue (1999), assinala a sua crítica contra a exploração do regime de trabalho na sociedade capitalista:

Uma estranha loucura se apossou das classes operárias das nações onde reina a civilização capitalista. Esta loucura arrasta consigo misérias individuais e sociais que há dois séculos torturam a triste humanidade. Esta loucura é o amor ao trabalho, a paixão moribunda do trabalho, levado até ao esgotamento das forças virais do indivíduo e da sua progenitora. Em vez de reagir contra esta

aberração mental, os padres, economistas, os moralistas sacrossantificaram o trabalho (LAFARGUE, 1999, p. 7).

Albornoz, conclui que o “O Direito à preguiça” de Lafargue “[...] não veicula diretamente reivindicações econômicas ou políticas, mas nasce da necessidade de uma vida diversa, liberada da tirania do mercado e do Estado capitalista” (2008, p. 7). Lafargue, empenha-se em uma análise crítica de como a exploração do trabalho impõe aos trabalhadores um tempo limitado para suprirem suas necessidades intelectuais.

Diante dessa questão, os estudos sobre o lazer na realidade brasileira podem ser considerados recentes, em especial, quando o objetivo central dos estudos do lazer tem como centralidade a questão da sexualidade, há poucos trabalhos que se dedicam a esses estudos, sobretudo, com uma abordagem crítica. Por uma perspectiva de situação da análise do fenômeno homonacionalizador vê-se as abordagens que o Estado e o mercado têm tomado para a população LGBTI+ do lazer como campo de obtenção de lucratividade.

De tal forma, nas plataformas de pesquisas de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), os estudos existentes não se referem nomeadamente ao conceito homonacionalismo em relação ao lazer, isto é, encontra-se apenas a tese de doutorado de Irineu (2016) e o trabalho mais recente que faz a discussão sobre o conceito de homonacionalismo, a dissertação de mestrado de Oliveira (2019), mas não abordam a questão do lazer, os estudos partem por outros caminhos de análises. No trabalho exploratório de investigação sobre a temática do lazer e o mercado de consumo LGBTI+, encontrou-se pesquisas com as seguintes palavras-chave: lazer LGBTI+, consumo “homossexual”, consumo gay, consumo LGBTI+, mercado gay, mercado LGBTI+, turismo gay, porém nenhuma com a palavra-chave homonacionalismo.

Posteriormente, buscou-se no banco de teses e dissertações da Capes trabalhos que dialogassem com a temática entre os anos 2000 e 2018. As principais pesquisas encontradas que discutem o mercado de consumo LGBTI+ são as seguintes referências: Nunan (2003), Resende (2003), França (2006) e (2010), Guerra (2015), Souza (2016), Oliveira (2016), Gusmão Sá (2017). A predominância dessas pesquisas de mestrados e doutorados são nas áreas: turismo, psicologia, administração, *marketing*.

As obras de Nunan (2003), Resende (2003) e França (2010) e (2006) trazem, de forma específica, uma análise sobre o consumo “homossexual” e o mercado LGBTI+ no Brasil. O trabalho de Adriana Nunan (*idem*) refere-se a uma pesquisa de mestrado sobre “Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo”, defendida no Programa de Pós-

graduação em Psicologia da PUC/RIO. A referida pesquisa apresenta uma contribuição para pensar o comportamento e consumo “homossexual”. No entanto, o estudo parte de uma visão do reforço ao identitarismo de categorias como heterossexuais versus “homossexuais”. A autora aponta referências internacionais e brasileiras sobre a construção desse mercado, uma abordagem centrada teórico-metodológica direcionada nos estudos da psicologia, culturalismo e pós-estruturalismo.

Por outro lado, o trabalho de Resende (2003) – pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFSC –, que tem como título “Dinheiro cor-de-rosa: um estudo crítico sobre o mercado homossexual” apresenta uma crítica ao movimento “homossexual” e a lógica de captura pelo mercado desses sujeitos, o autor também apresenta uma perspectiva centrada na discussão culturalista, parte da análise teórico-metodológica intermediada nas discussões pós-estruturalistas, embora apresente na sua discussão uma crítica a estrutura da formação social desse mercado.

Os estudos de França (2006) iniciam-se com uma dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (USP), com o tema “Cercas e Pontes: o movimento GBLT e o mercado GLS na cidade de São Paulo”. A autora fez uma análise sobre o movimento e as relações desse movimento com os mercados destinados para esse público, apontam as relações paradoxais do movimento e as disputas políticas com o mercado, tendo como perspectiva teórico-metodológica a Antropologia dos estudos dos processos de consumo. Já a sua pesquisa de doutorado, apresentada ao Programa de Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas, no ano de 2010, discorre uma tese sobre “Consumindo Lugares, consumindo nos Lugares: homossexualidade, consumo e produção de subjetividades na cidade de São Paulo”. O estudo discute a produção de subjetividades a partir da segmentação do mercado “homossexual”, também parte de uma perspectiva centrada na antropologia do consumo.

Tanto a pesquisa de Souza (2016), como de Sá Gusmão (2017) tiveram como lócus da pesquisa a cidade de Recife/PE. Souza fez sua pesquisa de mestrado no Programa de Psicologia na UFPE com o título “Festa no gueto? Memórias e discursos em torno do Mercado GLS” em Recife/PE”. Seu trabalho analisou os sentidos produzidos, acordos e tensões sobre o mercado voltado para LGBTI+ no centro de Recife, como tendência teórico-metodológica o estudo segue uma abordagem a partir da psicologia social e da crítica teórica feminista. Já a pesquisa de mestrado no Programa Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social na UFRPE, de Sá Gusmão (2017), que teve como título “O consumo e seus desdobramentos sociais entre jovens homossexuais no Recife”, a análise concentra-se nos significados e simbologias entre jovens

“homossexuais” masculinos em Recife, análise parte de uma perspectiva culturalista e uma abordagem das identidades centradas ainda na concepção heterossexuais versus “homossexuais”.

E, por fim, as pesquisas de Guerra (2015) e Nascimento (2015), ambas no turismo, trazem um referencial de experiências voltadas para o campo do turismo LGBT. Guerra (2015) com o título: “O Turismo LGBT em Brasília: desafios do lazer e da hospitalidade”, analisa o consumo e o turismo voltado para o público LGBT na cidade de Brasília/DF, o estudo trabalha com uma perspectiva centrada no consumo e de fortalecimento desse nicho econômico e de reforço ao identitarismo sexual. Já a dissertação de Nascimento (2015), apresentada no curso de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, com o título “A oferta de lazer para o segmento do Mercado LGBT na cidade de Fortaleza, Ceará”, buscou analisar as ofertas de lazer para a população LGBT na cidade de Fortaleza/CE.

Ainda sobre a produção teórica desse objeto, encontrou-se algumas referências clássicas sobre a “homossexualidade” no Brasil e a diversidade sexual que fazem referências a esse mercado, mas, não foram os objetivos centrais dos/as autores/as se aprofundarem nesse nicho econômico. No entanto, alguns pesquisadores como: Trevisan (2016), Richard Parker (2002), Green (2019) apontam como esse mercado vem se desenvolvendo no Brasil. É importante compreender que esses estudos estão demarcados num campo do saber sobre gênero e sexualidade.

Nesse sentido, como aspecto teórico-metodológico inicial busca-se entender no subtópico a seguir as premissas elementares da sexualidade na sociedade moderna contemporânea em tempos de neoconservadorismo, para assim pensar posteriormente como esse debate é interpelado por novas categorias como à do homonacionalismo.

1.1.1 Corpo, gênero e sexualidade no contexto do neoconservadorismo

Inicialmente, pretende-se neste subtópico desenvolver alguns elementos centrais sobre a sexualidade com o avanço do neoconservadorismo. Para compreender as dimensões centrais de como os desejos sexuais, as identidades sexuais e de gênero tornaram-se na contemporaneidade territórios de controle desses corpos. De maneira especial, na sociedade capitalista madura, seja através da dominação do Estado, seja pelo acionamento do mercado de consumo vê-se os regimes de administração das sexualidades se atualizarem, especialmente no contexto de crise estrutural do capital. É recorrente nos estudos sobre gênero e sexualidade,

compreender essas duas dimensões da vida a partir de uma base analítica de fundamentação pensando-as como o neoconservadorismo entrava diversos limites para a diversidade sexual e de gênero, em particular com a perseguição contra as pessoas que dão visibilidade aos seus corpos e desejos dissidentes.

Entretanto, há uma forte ausência no debate para uma maior caracterização de como o pensamento conservador moderno impõe esses limites. Destarte fundamenta-se a seguir os principais subsídios que compõem o neoconservadorismo e as suas principais bases de materialização. Antes de incorrer acerca desses elementos do neoconservadorismo, caracteriza-se primeiramente as premissas essenciais do que se entende por conservadorismo, como a base fulcral que marca essa estrutura na dinâmica da vivência plena das sexualidades.

De acordo com Netto (2011), existem duas problemáticas basilares sobre o conservadorismo clássico. O primeiro refere-se a uma delimitação histórica, visto que o pensamento conservador ao longo dos anos passou por transformações, pois muitas vezes, estudiosos dessa temática não demarcam historicamente de qual tempo-espaço estão referindo-se sobre o conservadorismo, portanto como uma categoria história essa cumpre uma função social na manutenção da ordem da sociedade vigente. A segunda problemática que a referida autora menciona, relaciona-se a caracterização precisa do pensamento conservador, ou seja, de qual base ideológica, teórica e política os distintos autores alimentam esse pensamento? Diante desses limites compreende-se o pensamento conservador, na sua forma histórica, situado a partir dos determinantes sociais que compõe a totalidade da vida social, como:

[...] uma expressão cultural (obviamente complexa e diferenciada, como veremos) particular de um tempo e um espaço sócio-histórico muito precisos: tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa – configuração que deve ser tomada como uma “rica totalidade de determinações diversas” (Marx, 1982, p.14) e em que operam movimentos e tensões em todas as instâncias sociais (NETTO, 2011, p. 40-41).

Por conseguinte, apreende-se que o conservadorismo tem passado historicamente por transformações na sua reprodução hegemônica desse pensamento, e nesse processo a burguesia exerceu um papel fundamental nas metamorfoses desse ideário. Portanto, o conservadorismo configura-se de forma heterogênea, complexo, possuindo distintas concepções, mas que através da defesa do tradicionalismo, garante um projeto de dominação e controle das classes sociais, assim como de gênero, raça/etnia e de sexualidade.

Assim, historicamente, com a transição dos regimes da sociedade feudal para a sociedade moderna capitalista, houve diversas mudanças sociais, políticas, econômicas, culturais e ideológicas. Nesse artifício a burguesia exerceu uma direção social, conformando-se como uma classe dirigente dessas transformações, assim sendo “a burguesia desempenhou

na História um papel, eminentemente revolucionário. Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas” (MARX, 2010, p. 42). É nessa dinâmica que se tem a base central da concepção do pensamento conservador moderno, que concedeu a transição do *Ancien Régime*, da Idade Média para a sociedade moderna, na qual a burguesia exerceu o papel central nesta passagem, como tão bem analisou Marx (2010), essa sendo revolucionária ao destruir as bases centrais do modo de produção feudal, na superação de uma metafísica abstrata, do irracionalismo e de uma ciência vulgar.

A destruição e a dessacralização do antigo mundo medieval vieram com o iluminismo, com a racionalização do pensamento, com o historicismo e a destruição das bases que formavam a antiga sociedade medieval que tinham a centralidade os pensamentos abstratos, fundados nas doutrinas da Igreja Católica. Assim, a burguesia “[...] afogou os fervores sagrados da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta” (MARX, 2010, p. 42). Para Netto (2011), a burguesia exerceu um processo de revolução do modo de produção, destruiu o Estado absolutista com a instituição do Estado moderno burguês. Todavia, para garantir a hegemonia burguesa, essa classe se viu obrigada a romper com os processos revolucionários em curso, dissolvendo com o progresso que essa trouxe, incentivou o colonialismo, o saqueamento de outras nações.

Decorre dessa transição o revigoramento do pensamento conservador moderno, “[...] que supõe uma forma peculiar de pensamento e experiência prática, é fruto de uma situação histórico-social específica: a sociedade de classes em que a burguesia emerge como protagonista da sociedade capitalista” (IAMAMOTO, 2011, p. 21). De tal modo:

Cumprida a sua missão histórica progressista e revolucionária, a burguesia, convertida em classe dominante, deixa de representar os interesses do conjunto da sociedade (representação que, ao situá-la legitimamente no centro do arco de forças antifeudais – o povo – tornou possível a sua vitória no confronto com o *Ancien Régime*) e é levada à defesa de seus estritos interesses particularistas (NETTO, 2011, p. 46).

Dessa forma, a burguesia ao emancipar-se politicamente, abandonou o processo revolucionário, transformou-se em uma classe dirigente, dominante e detentora dos meios de produção, da propriedade privada e com a direção hegemônica do Estado, entrou em um processo de decadência ideológica (LARA, 2013). Porém, “[...] com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, os quais só vivem enquanto tem trabalho e só tem trabalho enquanto seu trabalho aumenta o capital” (MARX, 2010, p. 46).

Netto (2011), afirma que com a crise de 1848, o pensamento conservador se reconfigura tendo como objetivo central a manutenção da ordem social, tendo seus maiores expoentes o filósofo Augusto Comte, com a formulação da ciência positivista e Tocqueville na defesa de uma política liberal, que tinha como premissas centrais uma democracia controlada. O pensamento conservador encontrou também as contribuições de Émile Durkheim, sendo esse considerado o fundador da sociologia moderna, ambos possuem em comum a defesa do conservadorismo, “[...] alinhando-se agora na defesa da ordem burguesa contra as ameaças revolucionário-socialista, ele tende tanto a estruturar-se como filosofia social quanto conhecimento científico-social” (Idem, p. 51). Esse processo de decadência ideológica materializa-se da seguinte forma:

a) a renúncia do pensamento social com preocupações de dar respostas para as mudanças sociais que ocorrem na produção e reprodução da vida social; b) o não questionamento ao capitalismo; c) a desconsideração das descobertas das ciências naturais que questionam os dogmas religiosos; d) o neokantismo e o positivismo como tendências dominantes; (LARA, 2013, p. 96).

Esses elementos se revigoraram e se transformaram na contemporaneidade, com o fortalecimento do irracionalismo e com o avanço da Nova Direita política, em um contexto que abriu espaços para o fetichismo da mercadoria, o aumento da exploração e da opressão advindos da sociedade de classe que se mantém por meio da alienação e da manutenção da ordem social com práticas racistas, xenofóbicas, LGBTfóbicas, sexistas e classistas. A reatualização das ideologias da antipolítica, da anticiência, da anti-história se fortaleceram principalmente com a crise estrutural do capital nos anos de 1970, que advém do esgotamento das taxas de lucratividade e com o declínio do Estado Social europeu e nos países anglo-saxões:

Perto do final dos anos 1960, o liberalismo embutido começou a ruir internacionalmente e no nível das economias domésticas. Os sinais de uma grave crise de acumulação eram em toda parte aparentes. O desemprego e a inflação se ampliavam em toda parte, desencadeando uma fase global de “estagflação” que duraria por boa parte dos anos 1970 (HARVEY, 2014, p. 22).

Emergiu uma nova conjuntura econômica e política desse contexto que veio com o neoliberalismo e com a ascensão do neoconservadorismo, formando uma estrutura política que se firma na Nova Direita. Assim, “o saldo dessa mescla neoliberal-neoconservadora foi a instituição de um Estado socialmente limitado, não garantidor de direitos sociais, provedor de políticas de proteção social residuais, contingenciais e estigmatizantes” (PEREIRA, 2016, p. 120). Ainda sob essa questão, de acordo com Lacerda (2019), os principais elementos que

materializam o neoconservadorismo são: o fortalecimento de uma direita cristã com uma forte perseguição as feministas e contra a população LGBTI+; defesa da família patriarcal; outra característica concerne no espraiamento do sionismo e do militarismo¹⁵; assim como do avanço da agenda neoliberal. Entretanto, a materialização do neoconservadorismo vai além dessas dimensões mencionadas pela autora, concerne em um projeto de classe da sociedade burguesa, em síntese:

Liberalismo e conservadorismo, atualizados em novas versões para responder às complexidades dos problemas sociais contemporâneos, fundidos e convertidos em ideologia inédita, seduzem ao mesmo tempo que aumentam o hiato da desigualdade e empobrecem largas camadas populacionais; desmontam direitos sociais; enfraquecem o poder político dos Estados e, na prosopopeia do mercado, o consagram ao papel de dirigente planetário com poder de arruinar os processos democráticos e de vincular o status de cidadania ao de consumidor (PEREIRA, 2020, p. 125).

É nesta esteira que os debates acerca das sexualidades dissidentes são configurados como estratégias de embates culturais para a ideologia da Nova Direita, com um intenso processo de moralização dos desejos e das sexualidades que desviam das normas padrões, configurada a partir do pânico moral, surge então uma política do sexo (RUBIN, 2017). Nesse patamar, observa-se que por muito tempo a sexualidade foi vista como um campo intocável ou com um tabu, era proibido falar em desejos. Falar de sexualidade era algo extremamente reprovado pela moral cristã, especificamente, quando se tratava dos desejos sexuais. Não se podia dialogar sobre as práticas sexuais, desejos, visto que tais questões eram restritas à esfera privada. Entretanto, com as mudanças sociais, hoje se tem outra dimensão sobre sexo, desejos, corpos, sexualidades e relações de gêneros, que vão além do pessoal ao público. Todavia, mesmo com essas mudanças sociais, ainda existem muitas problemáticas que permeiam essas questões, principalmente quanto à reatualização do conservadorismo em torno dessas pautas.

Em sua essência, historicamente os desejos sexuais foram relegados às mulheres. Os homens heterossexuais tinham e ainda possuem o lócus privilegiado de exercerem seus desejos, prazeres e o uso do corpo sem julgamentos ou controles morais. Diferente das mulheres e das identidades sexuais dissidentes que são perseguido/as, controlado/as e muitas vezes pagam com

¹⁵ Desde a ocupação de Israel na Palestina, observa-se um forte apoio dos Estados Unidos ao Estado Israelita, principalmente das alas da direita norte-americana, nesse sentido: “Mearsheimer e Walt (2007, p. 132-134-138) nomeiam de “sionistas cristãos” o grupo da direita cristã que contribuiu para esse processo de apoio ao Estado de Israel e suas investidas em relação à Palestina. De acordo com os autores, os evangélicos formaram, inclusive, uma série de organizações para fazer avançar esse compromisso dentro do sistema político” (LACERDA, 2019, p. 42 - 43). Já em relação ao militarismo a autora aponta que “o militarismo anticomunista foi expresso por conta do contexto da Guerra Fria como forma de projeção do poder dos Estados Unidos nas relações internacionais. Tratava-se de combater a União Soviética e os princípios anticapitalistas” (Idem, p. 44).

a própria vida pelo fato de não seguirem essas normas estabelecidas pelas instituições de poder sobre os corpos. Em contrapartida, muitas dessas formas de controles mudaram, dada a organização política dos sujeitos coletivos em torno de uma revalorização do corpo, da liberdade dos desejos sexuais:

Partindo de uma análise da “política do corpo”, as feministas não somente revolucionaram o discurso filosófico e político, mas também passaram a revalorizar o corpo. Esse foi um passo necessário tanto para confrontar a negatividade que acarreta a identificação de feminilidade com corporalidade, como para criar uma visão mais holística do que significa ser um ser humano. Essa valorização ganhou várias formas, desde a busca de saberes não dualistas até a tentativa (com feministas que veem a “diferença” sexual como um valor positivo) de desenvolver um novo tipo de linguagem e de “[repensar] as raízes corporais da inteligência humana” (FEDERICI, 2017, p. 32-33).

Em suma, as sexualidades e os corpos dissidentes passaram ao longo da história por diversas transformações sociais e culturais – surgiram aparatos médicos, psicossociais, higienistas, juristas para entender como essas duas categorias corpo e sexualidade ainda são campos de análises e de monitoramento por meio de uma política sexual (WEEKS, 2019). Na contradição desse processo, também se construíram modalidades de resistências frente aos aparelhos de controle e de dominação. Emergiram tecnologias de transformações do corpo, de sociabilidades de enfrentamento à ordem político-econômica heteropatriarcal, assim como movimentos sociais de resistências e de lutas por políticas públicas em torno de uma agenda que contemple as demandas da diversidade sexual e de gênero.

A sociedade moderna contemporânea construiu “dispositivos de controle” sobre esses corpos (FOUCAULT, 2011). Ampliou-se também a visibilidade a partir da representatividade dos sujeitos coletivos – com a organização de múltiplas formas de resistências, sejam através das performances dos corpos dissidentes em ruas públicas, dos grupos e/ou das organizações políticas. Por outro lado, foram construídas modalidades de poder, hierarquização e controle dos corpos, acima de tudo daqueles e daquelas que rompem com as normas estabelecidas historicamente pelas relações sociais. Ademais, como se refere Rubin “chegou a hora de pensarmos sobre o sexo. Para alguns, a sexualidade pode parecer um tema sem importância, uma dispersão frívola de problemas mais graves, como pobreza, guerra, doenças, racismo, fome e destruição nuclear” (2017, p. 63).

No entanto, o debate da sexualidade tem sido e representado para as forças políticas contemporâneas como um espaço de disputa, inclusive, de acionamento dos sujeitos em torno da construção de uma ideologia dominante dos corpos por meio do Estado com as “guerras ao sexo” (RUBIN, 2017). Em paralelo se observa uma expansão do mercado em torno de uma

ampliação da oferta de serviços sejam sexuais ou de entretenimentos destinados para a diversidade sexual através de uma economia do desejo. É fundamental compreender gênero e sexualidade como duas categorias de análises distintas, porém essas duas estão imbricadas, dialogam uma com a outra. Antes de discorrer uma análise sobre a dimensão da sexualidade, aponta-se o quão é complexo conceituá-la ou defini-la. Diante disso, nas linhas a seguir o leitor não encontrará uma definição precisa ou absoluta sobre sexualidade, mas um diálogo que situa algumas sínteses de alguns autores e autoras que se dedicaram ao longo da vida para compreendê-la, que dão suporte a essa tese.

Diante do exposto, apreende-se que a sexualidade é uma categoria de análise histórica complexa que surge na modernidade para tratar dos diversos aspectos, sociais, culturais e políticos sobre os desejos sexuais construídos historicamente (WEEKS, 2019). Do ponto de vista das análises históricas sobre as sexualidades a partir de uma perspectiva crítica, cita-se como pioneiras desse debate o trabalho da francesa feminista e lésbica Monique Wittig “O pensamento hétero”, escrito nos anos 1980; Adrienne Rich com o artigo sobre “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica” e o texto de Gayle Rubin “Pensando o sexo” de 1984.

Já a categoria gênero envolve, “[...] a estrutura de relações sociais que se centra sobre a arena reprodutiva e o conjunto de práticas que trazem as distinções reprodutivas sobre os corpos para o seio dos processos sociais” (CONNELL & PEARSE, 2015, p. 48). É mister salientar que existem inúmeras disputas em torno das conceituações sobre a categoria gênero. Entretanto, não far-se-á uma ampla discussão da origem dela, apenas o que se pretende é trazer nesse tópico a relação de gênero e sexualidade como duas categorias imbricadas historicamente, para tanto entende-se que:

Gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro. Exatamente em razão da sua generalidade excessiva, apresenta alto grau de extensão, mas baixo nível de compreensão. O patriarcado ou ordem patriarcal de gênero, ao contrário, como vem explícito em seu nome, só se aplica a uma fase histórica, não tendo a pretensão da generalidade nem da neutralidade, e deixa propositadamente explícito o vetor da dominação exploração. Perde-se em extensão, porém se ganha em compreensão (SAFFIOTI, 2004, p. 138).

A rigor é preciso pensar a sexualidade para além do corpo (matéria) como caracteriza Weeks (2019), nesse sentido a ordem patriarcal de gênero é quem modela na sociedade uma estrutura de controle sobre os corpos, sobre o cotidiano dessas pessoas, de suas tarefas diárias, assim como de seus desejos sexuais e afetivos, em síntese: em um estado constante de normalização a arregimentação da vida. Igualmente como a classe, gênero e raça/etnia estruturam as relações sociais da vida, gênero e sexualidade cumpre também esse papel

estruturante da sociedade, é preciso compreendê-las como um “fenômeno social e histórico” (idem, 2019, p. 47). Durante muito tempo o corpo e o desejo sexual estiveram ligados a um campo sagrado. A Igreja católica por séculos reprimiu os desejos sexuais “desviantes” tratando como pecado e aberração. Melhor dizendo, a sexualidade era vista apenas como um campo da reprodução da vida, sua única e restrita função era reproduzir, tendo como princípio fundamental o casamento monogâmico cristão, tais princípios são fundados a partir do pensamento hétero (CISNE, SANTOS, 2018). Com base nesses pressupostos outro aspecto que igualmente contribuiu avassaladoramente para a dimensão do controle dos corpos na sociedade ocidental foi por intermédio da recuperação dos valores vitorianos:

Na Inglaterra e nos Estados Unidos, o fim do século XIX foi um desses períodos. Nessa época, movimentos sociais vigorosos tiveram como foco “vícios” de todos os tipos. Havia campanhas educacionais e políticas promovendo a castidade, combatendo a prostituição e desestimulando a masturbação, especialmente entre os jovens. Defensores da moral atacavam a literatura obscena, pinturas com nudez, salões de música e casas de dança. A consolidação da moralidade vitoriana foi resultado de um longo período de conflitos cujos resultados desde então, têm sido amargamente contestados (RUBIN, 2017, p. 64).

Assim, aquele/as que desviassem das normas sociais construídas tradicionalmente eram punidos, inclusive, com aparatos legais com respaldo do Estado, visto que sobre “[...] o sexo não se julga, apenas se administra. Sobreleva-se ao poder público; exige procedimentos de gestão; deve ser assumido por discursos analíticos” (FOUCAULT, 2011, p. 31). No que lhe concerne, o Estado vem controlando historicamente os corpos. No decorrer da tese analisa-se essa relação histórica, social e política de como a sexualidade tornou-se um aparelho de controle – disciplinamento e domínio, mas, sobretudo de disputas por parte dos projetos nacionais e dos novos mercados de consumo.

Visto isso, a Igreja foi fundamental nesse processo de institucionalização dos dogmas referentes aos preceitos e cuidados sobre o corpo, por meio de combate a toda forma de heresia que “[...] passou a ser associada aos crimes reprodutivos, especialmente à “sodomia”, ao infanticídio e ao aborto” (FEDERICI, 2017, p. 79). Os desejos desviantes eram julgados e punidos, foi assim que por intermédio da doutrina da Igreja Católica com os princípios do Estado que a heterossexualidade e o casamento monogâmico foram constituídos ao longo da história como uma instituição social, divina e natural (WEEKS, 2019). Essa forma de punição, tem se atualizado com as vertentes neopentecostais, que passaram a disputar os espaços de decisões políticas, permeadas de moralismo religiosos que ceifam cotidianamente a liberdade

dos corpos por meio da defesa da heterossexualidade compulsória, como projeto ideológico e político, como discutiu Wittig ao analisar:

A sociedade heterossexual é a sociedade que não oprime apenas lésbicas e homossexuais, ela oprime muitos diferentes/outros, oprime todas as mulheres e muitas categorias de homens, todas e todos que estão na posição de serem dominadas(os). Para constituir uma diferença e controlá-la é um “ato de poder, uma vez que é essencialmente um ato normativo (WITTIG, 1980, p. 4).

O controle das sexualidades é uma forma de gerenciamento administrativo do Estado sobre os corpos, essa dimensão corrobora inclusive com a reprodução ampliada do capitalismo. Por isso, sendo necessário apreender o significado de categorias como heterossexualidade e “homossexualidade” como dispositivos que foram inventados e que desempenham na contemporaneidade uma função de normatização binária dos corpos na sociedade capitalista moderna. Assim, como a heterossexualidade foi inventada, inventou-se também o dispositivo de controle, de poder e saber sobre pessoas com relações sexuais com o mesmo gênero, classificando-as na categoria de “homossexualidade”, sendo que “[...] os dois termos foram cunhados, ao que parece, pela mesma pessoa, Karl Kertbeny, um escritor austro-húngaro, e foram usados pela primeira vez publicamente, por ele, em 1869” (WEEKS, 2019, p. 77).

Mas antes não existia o conceito pessoas homossexuais? Existiam, porém, não eram classificadas nessa categoria, ou seja, tinham pessoas do mesmo gênero que se relacionavam, mas ainda não havia essa classificação de homossexuais¹⁶ e heterossexuais. A categoria homossexual foi uma invenção recente, fruto daquilo que Foucault (2011), chama de um dispositivo de controle, construído pelas ciências médicas, jurídicas e psiquiátricas no final do século XIX para o século XX, como uma forma de controlar os corpos e o sexo. Destarte:

O sexo, ao longo de todo o século XIX, parece inscrever-se em dois registros de saber bem distintos: uma biologia da reprodução desenvolvida continuamente segundo uma normatividade científica geral, e uma medicina do sexo obediente a regras de origens inteiramente diversas (FOUCAULT, 2011, p. 63).

Diante disso, observa-se que desde o nascimento da criança já é instituído ainda no útero da “mãe” atribuições sociais e culturais para aquele ser em desenvolvimento que são

¹⁶ “É necessário não esquecer que a categoria psicológica, psiquiátrica e médica da homossexualidade constituiu-se no dia em que foi caracterizada — o famoso artigo de Westphal em 1870, sobre as “sensações sexuais contrárias” pode servir de data natalícia — menos como um tipo de relações sexuais do que como uma certa qualidade da sensibilidade sexual, uma certa maneira de interverter, em si mesmo, o masculino e o feminino. A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie” (FOUCAULT, 2011, p. 50-51).

construídas a partir das seguintes dimensões: o sexo será masculino ou feminino e desejo sexual será heterossexual-monogâmico, essa é uma dimensão social naturalizada a partir de uma hegemonia de poder, aquilo que Rich (2010), denomina de heterossexualidade compulsória, ou seja, antes mesmo do nascimento o ser já é ensinado a uma linearidade do sexo – gênero e do desejo, materialização de uma ordem compulsória (BUTLER, 2014).

Esse discurso se reproduz fortemente no contexto atual de avanço da Nova Direita, como aponta a autora, “[...] de que nós somos parte da propriedade emocional e sexual dos homens e que a autonomia e a igualdade das mulheres ameaçam a família, a religião e o Estado” (RICH, 2010, p. 19), portanto, especialmente para as mulheres que esse controle é dado de forma acentuada, assim como para as sexualidades dissidentes que desviam dos padrões estabelecidos socialmente. Reside desse ponto de vista uma crítica à Foucault (2011) por não ter considerado as opressões e explorações da sexualidade feminina,

[...] a análise de Foucault sobre as técnicas de poder e as disciplinas a que o corpo se sujeitou ignora o processo de reprodução, funde as histórias feminina e masculina num todo indiferenciado e se desinteressa pelo “disciplinamento” das mulheres, a tal ponto que nunca menciona um dos ataques mais monstruosos perpetrados na Era Moderna contra o corpo: a caça às bruxas (FEDERICI, 2017, p. 19).

No mesmo passo dessa crítica de uma visão androcêntrica do corpo e das sexualidades a partir do ponto de vista da centralidade e com foco no masculino, a autora acrescenta, também em sua obra uma crítica às análises de Marx, ao desconsiderar as mulheres no processo de acumulação primitiva, centralizando-o na apreensão que foca na dimensão de um proletário de sexo masculino. Para fugir de tais concepções em seu trabalho a autora estuda os recentes fenômenos da sociedade moderna capitalista trazendo os seguintes elementos “i) o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho, ii) a construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens, iii) a mecanização do corpo proletário” (FREDERICI, 2017, p. 26).

Mas quais são as dimensões sociais da sexualidade na contemporaneidade? Para tal reflexão “há muitas estruturas de dominação e subordinação do mundo da sexualidade, mas três elementos ou eixos interdependentes têm sido vistos, atualmente, como particularmente importantes: os da classe, do gênero e da raça” (WEEKS, 2019, p. 68). Como afirma Rubin, “o domínio da sexualidade também tem uma política interna, desigualdades e modos de opressão próprios” (2017, p. 64), é sob essa política da sexualidade que se pode entender como são gerados mecanismos de dominação associados a outros determinantes sociais como classe, gênero e raça/etnia.

É, importante, compreender como as sexualidades estruturam também na sociedade uma hierarquização em torno dos corpos. A hegemonia da branquitude imbricada aos determinantes de classe é um fator que deve ser pensado ao tentar compreender as dimensões contemporâneas das sexualidades. Como se relatou anteriormente, os homens desempenham na sociedade o privilégio da liberdade de exercerem seus desejos sexuais sem controle, sobretudo os homens brancos e heterossexuais. As mulheres são excluídas desse direito, na ordem patriarcal de gênero, seus corpos são apropriados e controlados pelos homens, pelo Estado e pela sociedade. Esse modelo de hierarquização segue também entre as pessoas LGBTI+, aquilo que Rubin (2017) denominou como processo de hierarquia do sexo. Nesse modelo hierárquico o sexo pode ser dividido em duas categorias “normais, naturais, saudáveis e sagrados” e aquela prática sexual que está fora é posto como sendo “anormal, antinatural, nocivo e pecaminoso”.

Na análise de Rubin (2017), sobre essa classificação estão destinados ao sexo “bom”, tido como natural: os casais heterossexuais - o homem, branco, procriador, sexo feito em casa, aquele que segue as normas estabelecidas socialmente. Já o sexo tido como “mau”, ou anormal são aquele/as que fogem do que é tido como normal, ou seja, que rompe o estabelecido socialmente. Para a autora a sociedade divide-se em uma escala sexual que segue uma linha do sexo melhor ao pior. Os intermediários dessa escala estão: casais heterossexuais não casados, heterossexuais promíscuos, masturbação, casais estáveis de gays e lésbicas, “sapatões caminhoneiras”, e os gays promíscuos em saunas ou parques”. Na pior condição dessa escala, descritas como pecaminosas, antinaturais e de sexo nocivo estão as travestis, transexuais, fetichistas, sadomasoquistas, por dinheiro e intergeracional (RUBIN, 2017, p. 86). Em síntese,

Todas essas hierarquias de valores sexuais - religiosos, psiquiátricos e populares - funcionam de forma muito semelhante aos sistemas ideológicos do racismo, do etnocentrismo e do chauvinismo religioso. Elas racionalizam o bem-estar dos sexualmente privilegiados e as adversidades enfrentadas pela ralé sexual (RUBIN, 2017, p. 85).

Outro elemento importante em face da sexualidade na sociedade moderna e seus aspectos de controle referem-se da relação do Estado com os aparelhos de dominação sobre os corpos e seus desejos sexuais. É importante pensar, também, a sexualidade a partir de uma relação marcada por opressões, explorações, domínios e desigualdades. O acirramento de controle e higienização dos corpos segundo Rubin (2017), iniciam por volta das cruzadas moralistas no final do século XIX, como já dito, com a atualização dos valores e da moral vitoriana.

Brilhantemente, Rubin (2017), em seu artigo “Pensando o sexo”, a autora apresentou uma tese fundamentalmente importante para refletir como em tempos de crises econômicas e sociais são construídas narrativas que geram pânico morais e sexuais em torno do sexo, em particular, de uma forma Estatal de perseguição à liberdade sexual. Em suas análises a autora expõe algumas Legislações tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra, que problematiza a moralidade sexual como: a “sodomia” termo pejorativamente utilizado para referir-se aos “homossexuais” era vista como uma prática pecaminosa e uma ameaça pública; relacionada a uma delinquência, bem como a prostituição e a masturbação eram vistas como vício.

Prosseguindo-se nas análises da autora, Rubin (2017), faz um intenso resgate das formas de perseguições contra “homossexuais” e prostitutas. Aponta como as décadas de 1940 até meados de 1960, foram de intolerância contra essas pessoas, sendo os “homossexuais” tratados com a mesma visão que a direita tratava os comunistas. O exemplo disso a autora cita que em São Francisco nos Estados Unidos durante a década de 1950, era comum a perseguição contra os “homossexuais” e prostitutas por parte da polícia, assim como pela mídia que reproduzia constantemente programas sensacionalistas contra essas pessoas. Com relação aos anos 1970,

A imprensa gay documentou centenas de detenções, realizadas desde as bibliotecas de Boston até as praias de São Francisco, passando pelas ruas de Houston. Mesmo comunidades gays urbanas numerosas, organizadas e relativamente poderosas não conseguiam fazer frente a essas medidas. Bares e saunas gays têm sofrido batidas com uma frequência alarmante, e a audácia da polícia tem aumentado (RUBIN, 2017, p. 70)

Ademais, os espaços de sociabilidades gays eram frequentemente associados a locais de depravação pública, havia diversas batidas policiais, com prisões e detenções. Todo esse pânico moral gerou como reação na sociedade uma forte perseguição e violência contra essa população, “o FBI estabeleceu formas sistemáticas de vigilância e perseguição de homossexuais que perduraram pelo menos até a década de 1970” (RUBIN, 2017, p. 68).

No Brasil, durante a mesma época, pessoas que tinham relacionamentos homoeróticos também sofreram diversas consequências. Os espaços de sociabilidades “homossexuais” eram frequentemente invadidos pela polícia, sobretudo em virtude da ditadura civil-militar cuja meta era varrer da sociedade qualquer sujeito que desviasse da moralidade estabelecida. Entretanto, recentemente identificou-se outra cena em relação aos espaços de sociabilidades voltados para as pessoas LGBTI+. Dos anos 1990 até o presente momento, multiplicaram-se os espaços de sociabilidades – com uma forte expansão do mercado de consumo destinado a esse público,

isso não significa dizer que não exista mais preconceito, discriminação e violência contra essa população. Em alguns Estados-nacionais avançaram também as agendas em torno dos direitos dessa comunidade. No entanto,

Segundo Ferguson, ao passo que gays e lésbicas ocidentais alcançavam a normatividade através do reconhecimento de direitos como o casamento e a homoparentalidade, outros grupos sociais, imigrantes, grupos racializados e pobres são excluídos da esfera da visibilidade e da respeitabilidade social. Longe de revelar uma norma puramente sexual, a homonormatividade apresenta a forma de uma homossexualidade colonial e colonizadora, cuja conformidade social, recentemente adquirida, é a outra face da exclusão social dos outros orientalizados e racializados (REA, 2020, p. 72).

Essa síntese da autora expõe como a hierarquia sexual também pode reproduzir exclusões sociais, como desigualdades raciais. Pensar os direitos socialmente conquistados pela classe trabalhadora, em particular, pela comunidade LGBTI+ é preciso refletir a quem esses direitos serão atendidos. Esse é um processo que não está dado. Os dispositivos de controle dos corpos, das sexualidades e dos desejos estão em constantes disputas, ora acionados em defesa de um projeto de nação, ora perseguidos pelos projetos da nova direita neoconservadora, ou seja, “estes princípios têm composto, cada vez mais, as bandeiras de partidos e de dirigentes políticos em diferentes países capitalistas, centrais e periféricos” (PEREIRA, 2020, p. 123).

A crítica ao fenômeno homonacionalizador ajuda a pensar nessas modalidades de ideologias, na crítica à norma sexual através da homonormatividade, bem como nesses embates sociais. Visto as dimensões centrais sobre gênero e sexualidades, na sociedade moderna contemporânea e como o neoconservadorismo, tem imposto diversos limites para os sujeitos que desafiam a ordem da heterossexualidade compulsória e as suas estruturas, no tópico a seguir analisam-se os conceitos de nação, nacionalismo e Estado-nação como fundamentais na apreensão do fenômeno do homonacionalismo.

1.2 Nação, nacionalismo e Estado-nação e o homonacionalismo

Neste item, se analisa inicialmente abordagens sobre os conceitos de nação, nacionalismo e Estado-nação. Essas categorias remetem à fenômenos que constituem suportes maiores da manifestação do homonacionalismo. Para abordar tal categoria é fundamental entender o significado e as distinções sócio-histórico de conceitos como: de nação, nacionalismo e do Estado-nação. Tais fenômenos emergiram a partir da sociedade moderna,

estão na base da construção do que tem sido chamado de homonacionalismo. Conforme Chauí, "é muito recente a invenção histórica da nação, entendida como Estado-nação, definida pela independência ou soberania política pela unidade territorial e legal. Sua data de nascimento pode ser colocada por volta de 1830" (2013, p. 155).

Na literatura pesquisada Chauí (2013) e Hobsbawm (1990), observa-se que o contexto em que emergiu o conceito de nação foi durante o desenvolvimento do capitalismo concorrencial, no auge da revolução da industrialização europeia, em simultâneo, em que diversos países latino-americanos passavam por independências de seus territórios durante o século XIX, mesmo ainda, que estes possuíssem um forte grau de dependência com os países de capitalismo centrais, muitas das colônias obtiveram sua soberania política, mas com uma forte relação de dependência econômica. Do ponto de vista da historicização desses conceitos, Hobsbawm (1990), foi um dos principais historiadores no âmbito do marxismo que se debruçou em analisar sobre nação; nacionalismo; Estado-nação conceitos aparentemente abstratos, porém de fortes bases materiais, ideológicas e políticas. De acordo com o referido autor, o conceito de nação não é fácil de decifrar, é um tema complexo e controverso, além disso, foram diversas interpretações e concepções teórico-políticas que tentaram dar um significado para nação, desde perspectivas racistas ao pensamento liberal; de perspectivas objetivas a subjetivistas.

Neste trabalho não se aborda todas essas perspectivas mencionadas, pois não é a centralidade dessa pesquisa, no entanto, para situar o fenômeno homonacionalizador, tem-se à necessidade de entender o conceito de nação e nacionalismo, como elementos que se imbricam no contexto contemporâneo, como aspectos ideológicos formados pelas estruturas dominantes de instrumentalização de determinados sujeitos em defesa de um projeto societário dominante.

Diante do exposto, segundo Chauí (2013), o termo "nação" tem a sua origem etimológica fundada no verbo latino nascor cujo significado é nascer, podendo também ser utilizado a sua derivação natio, expressão de sentido semelhante à nação. A autora, ainda, caracteriza que o termo natio/nação passou a representar "os indivíduos nascidos ao mesmo tempo de uma mesma mãe, e, depois, os indivíduos nascidos num mesmo lugar" (ibidem, 2013, p. 155).

Hobsbawm (1990) prossegue em sua análise que só é possível conceber a nação enquanto um organismo social quando se articula com a forma do Estado territorial moderno, esse imbricamento forma o Estado-nação, assim é considerável atentar-se "em uma palavra para os propósitos da análise, o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os estados e os nacionalismos, mas sim o oposto" (ibidem, 1990, p. 19). Ou seja, o nacionalismo como expressa Hobsbawm se revigora a partir da determinação dos Estados, é por meio da

estrutura estatal moderna que emergem as concepções nacionalistas, é importante ressaltar que existe uma distinção entre os conceitos de Estado e Estado-nação.

De acordo com Paulino (2017), esses dois termos possuem diferenças tanto na sua forma como, também, na sua estrutura orgânica. Para o autor essas distinções se referem: o termo Estado-nação é frequentemente utilizado na literatura das relações internacionais, além disso, essa terminologia é representada pela forma como determinados países e na sua composição tem-se uma formação composta por um dado território, advindo de um espaço geográfico e com um poder político e econômico, ou seja, “é sinônimo de uma unidade político-territorial soberana, com alguma identidade nacional” (ibidem, 2017, p. 21).

No entanto, para entender precisamente essas distinções de conceitos, compreende-se o Estado, segundo Paulino como: “uma superestrutura dentro de um mesmo país, a uma instituição ou a um conjunto de instituições de caráter mais político, administrativo ou militar que se eleva sobre a sociedade e a estrutura econômica” (2017, p. 21), mais adiante, aborda-se de maneira mais ampla o conceito de Estado a partir da perspectiva gramsciana.

O conceito de nação nem sempre apresentou a mesma forma de abordagem conceitual. Segundo Chauí, “a palavra “nação” significava um grupo de descendência comum e era usada não só para referir-se aos pagãos em contraposição aos cristãos, mas também para referir-se aos estrangeiros” (2013, p. 156), ou seja, antes do conceito de nação significar uma abordagem conceitual política e econômica de um determinado país, essa terminologia era empregada para classificar os distintos grupos. A autora afirma que nação representava uma classificação para os povos sejam eles: judeus, indígenas, negros, muçulmanos, isto é: nação judaica, nação indígena, nação negra, nação muçulmana, destarte: “antes da invenção histórica da nação, como algo político ou Estado-nação, os termos políticos empregados eram “povo” (há que já nos referimos) e “pátria” (Ibidem, 2013, p. 156).

Nesse significado, o conceito de “pátria” também era distinto para entender as relações de poder político. De tal modo, para Chauí (2013), a origem semântica da palavra “pátria” vem do latim “parter” que significa o poder do pai e sua relação será fortemente marcada pelo poder do “pai” no sentido do patriarca, aquele detentor do poder, melhor dizendo, ao patriarcado¹⁷,

¹⁷ E esse “patriarcado não surgiu espontaneamente do mundo das ideias ou da cultura, mas possui uma base material e sócio-histórica. Isso significa que as ideias e a cultura patriarcais são socialmente determinadas, com base em relações concretas. Dentre essas relações que dão base à estruturação, destacamos: 1) as relações sociais de sexo/sexualidade; 2) à constituição da família heteropatriarcal-monogâmica associada ao controle sobre a subjetividade e o corpo (e seus produtos - como o controle da procriação e a criminalização do aborto) da mulher e do que é associado ao feminino em toda sua heterogeneidade de expressão; 3) a divisão sexual e racial do trabalho; 4) a violência contra a mulher e a população LGBT” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 45). Embora as autoras utilizam o conceito de “relações sociais de sexo”, nesse estudo adota-se como categoria analítica o conceito de

que conforme Saffioti, “teve início no ano de 3100 a.C. e só se consolidou no ano de 600 a.C. A forte resistência oposta pelas mulheres ao novo regime exigiu que os machos lutassem durante dois milênios e meio para chegar a sua consolidação” (2011, p. 60). Isto posto, os territórios se desenvolveram a partir do poder e do controle do “pátria” do poder androcêntrico, como discorre Chauí (2013), esse pai/pater deu a origem a palavra “pátrio poder”, tendo sua ligação ao patriarcado de poder do pai sobre os filhos, esposa e todos aqueles pertencentes ao seu território como empregados, servos, escravizados e familiares.

Outrossim, a autora apontou, também, que a partir do termo “pátria” se origina a concepção de “patrício”, além do aspecto patriarcal emerge, ainda, a noção de classe, desse modo a classe dos “patrícios” versus “plebeus” se configurariam como duas classes distintas, a primeira seria aquela responsável pela manutenção, estrutura e organização do poder. Já a segunda classe a dos “plebeus” eram aqueles governados, ou seja, governantes e governados (CHAUI, 2013). Dessa forma, as mulheres, os plebeus, os pobres, escravizados não tinham o direito de exercer à política. De tal modo, a nação foi construída nos valores da tradicional família heterossexual, androcêntrica e patriarcal:

La nación, igual que la casa, es como una propiedad patrimonial (para quienes pueden acceder a la propiedad), que se transmite de generación en generación a través de mecanismos herencia que son legitimados ideológicamente en el marco de la familia heterosexual. Es así como en la retórica nacionalista, la familia es vista como un elemento precontractual de la nación, mientras que sus virtudes morales son las mismas virtudes ideales de la nación (CURIEL, 2011, p. 39).

No entanto, tanto a noção de nação designada se referindo a determinado contingente populacional, como o conceito de “pátria” se referindo ao poder do pai, passaram por mudanças conceituais durante a emergência da sociedade moderna, isso se deu segundo Chauí (2013), a partir de alguns marcos históricos representativos como a independência dos Estados Unidos em 1776, o que representou uma forte mudança geopolítica e de reconfiguração dos territórios e com a Revolução Francesa de 1789 a 1799, ambos acontecimentos no final do século XVIII. Conforme a autora, a terminologia passou a se referir à noção de Estado independente, no caso do Brasil durante esse período era utilizado a expressão “pátria” referindo-se aos diversos territórios brasileiros.

Já em termos de Estado-nação, Irineu salienta que “é uma estrutura de poder, iniciado sobre um território e a sua população, onde o processo de nacionalização se desenvolve em um

relações patriarcais de gênero para explicar essas questões supramencionadas advindas das relações materiais do patriarcado como um regime de dominação, opressão e exploração desses sujeitos na sociedade.

dados período e em um espaço razoavelmente estável e um poder político centralizado” (2019, p. 45). Portanto, as configurações dos Estados-nações fundaram noções de territórios políticos e econômicos, demarcam fronteiras, fruto do Estado moderno. Foi a partir da emergência dos Estados-nacionais que emergiram as divisões administrativas, para que essa modalidade de ente político funcionasse de forma centralizada, para isso Chauí afirma que “o Estado precisava de algo mais do que à passividade de seus cidadãos: precisava mobilizá-los e influenciá-los a seu favor. Precisava de uma “religião cívica”, o patriotismo” (CHAUI, 2013 p. 159).

Desse modo, o homonacionalismo de Estado-nação garante por uma parte a reprodução constante desse nacionalismo e do patriotismo aludido, quando o Estado por meio da normatização das sexualidades garante políticas e direitos para assegurar a uma determinada camada da sociedade o acesso a uma “cidadania de consolação” parafraseando Oliveira (2013), acionando esses sujeitos na defesa da nação. Desse modo a ideia de Estado-nação vai além da visão territorial, sem o *ethos* de incorporação e aceitação pelos indivíduos, não seria possível esses projetos ideológicos assentados como afirma Butler, “na moralidade neoliberal, cada um é responsável por si mesmo, e não pelos outros, e essa responsabilidade é principalmente e acima de tudo uma responsabilidade por nos tornamos economicamente autossuficientes” (2018, p. 32).

Corroborando com esse aspecto sobre o homonacionalismo abordado pela perspectiva neoliberal que esses movimentos expõem em suas pautas e bandeiras de lutas, muitas vezes restritas à questão dos direitos limitados a dimensão da sexualidade, devem se questionar sobre os fundamentos desses direitos, segundo Butler, “isso não significa que nenhum de nós deva abrir mão dos direitos existentes, mas apenas que devemos reconhecer que os direitos só são significativos no âmbito de uma luta mais ampla por justiça social” (2018, p. 79).

Além disso, é por isso que o Estado necessita segundo Harvey do “[...] nacionalismo para sobreviver. Obrigado a operar como agente competitivo no mercado mundial e buscando estabelecer o clima mais favorável aos negócios possíveis, ele mobiliza o nacionalismo em seu esforço de sobrevivência” (2014, p. 95). Esse nacionalismo para alguns é direito e um privilégio, já para outros, esses direitos tornam-se um mecanismo de opressão e de exploração, especialmente, para as camadas mais marginalizadas da sociedade. É dessa relação de defesa homonormativa e nacionalista dos direitos que os Estados-nações asseguram para um determinado contingente, principalmente, homens brancos gays e mulheres brancas lésbicas um conjunto de políticas, em particular nos países de capitalismo central focadas nas estratégias constantes de consumismo.

Essa dimensão da homonormatividade é a base central para compreender como os espaços de consumo do lazer reproduzem, de certa forma, uma estrutura de reiteração da ordem, de normatização das identidades. Não é porque o sujeito tem uma determinada identidade que estará isento de reproduzir dimensões normativas, pois como tão bem caracteriza Butler, “esses esforços para recrutar pessoas gays para fins de construção de culturas nacionalistas e xenóforas invariavelmente reduzem pessoas gays a indivíduos que são propriedade, masculinos e vinculados pela fidelidade nacional” (2017, p. 42).

Ademais, Duggan (2004), é categórica ao afirmar que esses eleitores por vezes reproduzem posicionamentos apolíticos e desistoricizados dos determinantes sociais, construindo uma sociabilidade individual e privatizada, pautada nas dimensões do que a política neoliberal defende enquanto sociabilidade, nesse sentido à dimensão da classe social se apresenta como um elemento forte diante desses aspectos.

A sociedade neoliberal além de estimular políticas privatizantes e o incentivo ao consumismo, nem todas as camadas sociais LGBTI+ terão os mesmos, acesso às políticas sociais, públicas, quiçá ao mercado de consumo para suprir suas necessidades sociais básicas. Por isso, a lógica da sociabilidade destinada a essa comunidade, deve ser pensada além da retórica do consumo, sobretudo, quando se trata de realidades distintas, onde a desigualdade social se materializa de maneira mais expressiva, como é o caso de Fortaleza, Ceará. No seguinte tópico aborda-se sobre o conceito homonacionalista a partir de uma perspectiva de análise geopolítica desse fenômeno.

1.2.1 O Homonacionalismo de Estado-Nação em uma perspectiva Geopolítica

Neste item, problematiza-se uma discussão acerca da manifestação homonacionalista na realidade internacional, para posteriormente desenvolver-se a análise sobre o contexto brasileiro, e na particularidade da capital cearense. Apresentam-se alguns aspectos do homonacionalismo do contexto internacional, mediante as análises das seguintes autoras: Davis (2018); Puar (2015) e (2017); Bento (2015), (2018); Irineu (2016); Rea e Amâncio (2018) e Schulman (2011), (2018).

Ademais, faz-se à distinção dos aspectos centrais do homonacionalismo de Estado-nação e de mercado. Como forma de compreender melhor esse fenômeno desenvolveu-se um organograma para exemplificar a categorização do homonacionalismo distinguindo-se em duas principais concepções o de Estado-nação e o de mercado. No entanto, compreende-se que todas essas peças formam um amplo terreno de correlações de forças e atuam articuladamente. São

relações de poder, disputas geopolíticas envolvendo dimensões coloniais-imperialistas entre os países cujo objetivo é garantir a reprodução ampliada do capital internacional.

Assegurar a restauração das taxas de lucros para garantir a acumulação capitalista, seja por meio da narrativa da utilização do progresso dos direitos para determinadas populações, ou pela máquina incessante de guerras, invasões ou perseguições contra determinados sujeitos, ou ainda pelo incessante incentivo ao mercado de consumo. Esse mosaico de relações complexas formam o chamado homonacionalismo, um fenômeno recente, complexo, paradoxal que avança mundialmente.

IMAGEM 1 - QUADRO CATEGORIAL DO HOMONACIONALISMO



Fonte: Dados categoriais sistematizados pelo autor da tese com suporte das leituras desenvolvidas em Puar (2015, 2017).

A primeira questão para se entender essa categoria é compreender o chão que se desenvolve, pois como ressalta Puar (2013), na Conferência Homonacionalismo e Pinkwashing em Nova York, essa não é uma palavra óbvia ou fácil de ser encontrada. Inicialmente, é preciso sublinhar que tal discussão tem sido pouco difundida no Brasil, tanto em traduções da referida autora, como de pesquisadore/as locais que trabalhem com esse fenômeno. Encontra-se em

termos de discussão do homonacionalismo apenas um artigo traduzido de Jasbir Puar na realidade brasileira, intitulado de “Homonacionalismo como mosaico: viagens virais, sexualidades afetivas”, traduzido e publicado no ano de 2015, pela Revista Lusófona de Estudos Culturais. Em conformidade com esse artigo de Puar (2015), verifica-se a caracterização de que o:

[...] o homonacionalismo é fundamentalmente uma crítica à forma como os discursos dos direitos liberais de lésbicas e gays produzem narrativas de progresso e modernidade que continuam a conceder a algumas populações o acesso a formas culturais e legais de cidadania, em detrimento do abandono parcial e integral dos direitos das restantes populações (2015, p. 299).

Em sua análise, Puar (2015), faz uma metáfora comparando o homonacionalismo a um mosaico, ou seja, uma arte decorativa formada por pequenas peças de diferentes materiais podendo ser de vidro, de plástico, de areia, de cerâmica ou outro tipo de material que forma no final em um plano ou em uma parede, um desenho, apenas com a junção de todas as peças que se pode aferir a síntese do resultado do componente decorativo denominado de mosaico.

É nessa comparação que a autora se dispõe a compreender o homonacionalismo, atravessado por diversas peças que dão sentido a forma de ser da manifestação dessa expressão, assim pode-se dizer que os fragmentos que compõem esse amplo processo de peças são: as disputas ideológicas por direitos, a ideologia neoliberal, os posicionamentos políticos e ideológicos dos Estados, o mercado, o nacionalismo, os estados-nacionais, questões que estão imbricadas em um todo formadas por relações de opressões e explorações. Assim de acordo com Puar o “homonacionalismo também é um processo, e não um evento ou um atributo. Designa uma mudança histórica na produção de Estados-nação a partir da insistência na heteronormatividade como forma de aumentar a inclusão da homonormatividade” (PUAR, 2015, p. 299-300).

Nesse sentido, o fenômeno em tela pesquisado, no contexto internacional, a conceituação sobre o homonacionalismo foi construída por Jasbir Puar no ano de 2007 e que tem como principal obra “Ensamblajes terroristas: el homonacionalismo em tempos queer”. Autora de origem indiana, teórica *queer of color*, decolonial foi pioneira na teorização acerca dessa categoria. Identificou as conquistas e avanços de direitos dos segmentos LGBTI+ em contextos de neoliberalização das economias de Estado, especificamente, nos Estados Unidos e na relação de Israel com a Palestina e na Europa Ocidental. É na obra mencionada que se entende o homonacionalismo a partir da visão de Puar (2017), como um fenômeno que se

caracteriza como uma estratégia dos Estados-nacionais de garantir direitos para gays e lésbicas na defesa de progresso, do patriotismo, ao mesmo tempo que outras populações são violadas de seus direitos sociais. Além disso, como bem mencionada a autora o homonacionalismo é composto por várias dimensões como: as políticas homonormativas, o pinkwashing, o mercado de consumo entre outras dimensões. Assim,

El homonacionalismo tiene al menos três formas de fortalecer a la nación. Primero, restituyendo la heterosexualidad como la norma; por ejemplo, la apuesta por el matrimonio gay acuerda un status <<igual pero diferente>> (igual a la norma heterosexual del matrimonio para relaciones monógamas entre gays y queer). Segundo, fomentando posiciones de nacionalismo homossexual deudoras del liberalismo (tanto a través de modelos de parentesco normativo como de esferas de consumo que establecen las dicotomias entre estado y mercado), que a continuación vigilan (mediante el control panóptico y los perfiles sociales) las sexualidades no nacionalistas y no normativas. Tercero, permitiendo un discurso transnacional de la excepcionalidade sexual (PUAR, 2017, 101-102).

Uma das principais preocupações na abordagem prognóstica é o de não incorrer no equívoco de fazer uma oposição entre o Norte e Sul-global, ou de apresentar uma análise colonialista dessa temática para o território brasileiro, local esse distinto, e com características regionais específicas, como afirma Rea e Amancio (2018). Contudo, apreender o homonacionalismo é entender que esse debate está intimamente marcado no campo dos estudos de gênero/sexualidade, construídos no campo da teoria *Queer of color*¹⁸ (queer de cor), na perspectiva decolonial. Os estudos sobre esse conceito partem hegemonicamente de uma perspectiva interseccional de gênero, classe, raça, etnia, territorialidade e nacionalidade, advindos do feminismo negro que:

[...] emergiu como um esforço teórico e prático de demonstrar que raça, gênero e classe são inseparáveis nos contextos sociais em que vivemos. Na época de seu surgimento, com frequência pedia-se às mulheres negras que escolhessem o que era mais importante, o movimento negro ou o movimento de mulheres. A resposta era que a questão estava errada. O mais adequado seria como compreender as intersecções e as interconexões entre os dois movimentos. Ainda estamos diante do desafio de apreender as formas complexas como raça, classe, gênero, sexualidade, nacionalidade e capacidades se entrelaçam – e como superamos essas categorias para entender as inter-relações entre ideias e processos que parecem ser isolados e dissociados (DAVIS, 2018, p. 22).

¹⁸ A teoria “*Queer of color*” diz respeito ao debate teórico-metodológico que trabalha com a análise acerca das questões de raça, etnia, gênero, classe, sexualidade, nacionalidade e territorialidade de forma interseccional. O termo foi cunhado por Ferguson “interrogação das formações sociais em termos de intersecções de raça, gênero, sexualidade e classe, com o interesse particular em destacar como essas formações correspondem ou divergem de ideais e práticas nacionalistas. A análise *Queer of Colour* é uma empresa heterogênea que deriva do feminismo das mulheres não brancas, de análises materialistas, da teoria pós estruturalista e da crítica queer (FERGUSON, 2003, p. 147 *apud* REA, AMANCIO, 2018, p. 16).

Nesse sentido, de acordo com Hirata (2014), a discussão sobre o conceito de interseccionalidade deu-se a partir do Black Feminismo de origem anglo-saxônica. Diversos textos de diferentes perspectivas epistemológicas apresentaram propostas sobre a temática. A principal abordagem de ampla visibilidade foi a partir do texto de Kimberlé Crenshaw escrito em 1989, o debate emerge a partir da segunda onda do movimento feminista, fundamentalmente com base nas críticas advindas do feminismo negro (PUAR, 2013). Desse modo, a interseccionalidade é compreendida a partir do pensamento de Crenshaw como:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p.177).

O foco da análise da autora, é constatada por duas categorias fundantes para compreensão da realidade das mulheres negras que se refere a unidade gênero e a raça, chamada por ela de um duplo problema de “superinclusão” do debate relacionado à essas mulheres. Para Crenshaw, “o termo ‘superinclusão’ pretende dar conta da circunstância em que um problema ou condição imposta de forma específica, ou desproporcional a um subgrupo de mulheres é simplesmente definido como um problema de mulheres” (2002, p. 174). Para a autora, essa categoria não aborda os distintos problemas relacionados a questões de gênero e raça, o que muitas vezes a unidade raça é invisibilizada do debate, especialmente, quando se refere às mulheres negras.

Compreende-se a perspectiva de análise que gênero, raça/etnia, classe, territorialidade e nacionalidade são unidades indissociáveis para apreender as estruturas que formam a realidade objetiva e subjetiva. Para entender o objeto estudo dessa pesquisa parte-se da perspectiva que essas categorias são estruturais de uma totalidade em movimento, ou seja, capitalismo, racismo, machismo e sexismo são unidades de uma relação social que estão inter-relacionadas umas com outras, imbricadas mutuamente.

Assim, retomando-se a categoria homonacionalista, Puar (2013a), ressalta que esse fenômeno não é apenas da realidade de como Estados Unidos, mas de várias partes do mundo como países europeus, África, América Latina, Ásia, Oriente Médio, apesar de o foco da análise ser os EUA, e posteriormente Israel, Puar (2015) discorre outros exemplos como:

[...] Grã-Bretanha e da Holanda para ilustrar o trabalho das narrativas de progresso liberal, exemplos esses que vão além das figuras políticas anti-imigração gays de

direita, que estão a conquistar uma importância cada vez maior em vários países da Europa (PUAR, 2015, p. 302).

Historicamente as políticas antimigratórias emergiram por intermédio de diversos movimentos nacionalistas e de cunho muitas vezes xenófobos. Na Europa durante o século XX, principalmente na Itália e na Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial, nos regimes de Mussolini e de Hitler, em meio ao nazifacismo no final da década de 1930 até 1945, o antisemitismo foi a expressão maior desse nacionalismo que culminou no holocausto contra os judeus, “homossexuais” e comunistas (STANLEY, 2019). Não obstante, esses acontecimentos citados permanecem vivos no novo milênio na realidade europeia, e em muitos outros territórios como América Latina, África, Oriente Médio sob novas roupagens, em especial, contra migrantes de origens árabes, latinos e asiáticos especialmente, como o fortalecimento do nacionalismo nos regimes neoliberais,

Claro que o nacionalismo é uma característica de longa data da economia global, e seria de fato estranho se ele tivesse desaparecido sem vestígios por causa de reformas neoliberais; na verdade, ele retomou fôlego em certa medida justo em oposição a tudo o que a neoliberalização tem representado. A ascensão na Europa de partidos fascistas de direita centrados em fortes sentimentos contra imigrantes é um exemplo disso (HARVEY, 2014, p. 95).

Essa ascensão do nacionalismo, como discorre Harvey (2014), propiciou a emergência, na Europa, de organizações fascistas com características nacionalistas, contrárias à entrada de imigrantes advindos de países em guerras. Esses segmentos encontram respaldo no avanço da nova direita, que se fundamenta nas políticas neoliberais e no neoconservadorismo. Entender esses aspectos nacionalistas de cunho xenófobo é extremamente importante, pois são as bases centrais do homonacionalismo:

No contexto dos nacionalismos de muitos países centrais e da lógica do capitalismo neoliberal, os grupos econômica e racialmente vulneráveis encontram-se mais facilmente expostos a processos de exclusão, de patologização e de criminalização, e são rejeitados às margens da ordem social (REA; AMANCIO, 2018, p. 24).

Para materializar esse processo de amplas desigualdades, segundo o relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) em 2018, em todo o globo, foram mais de 70,8 milhões de pessoas forçadas a se deslocar no mundo. Desse contingente mais de

41,3 milhões foram deslocadas internamente¹⁹, 25,9 milhões foram de refugiado/as e 3,5 milhões foram de solicitantes de refúgio (ACNUR, 2018)²⁰. Os dados apresentam, ainda, que 57% do/as refugiado/as do ACNUR deslocam-se de três países, são eles: 6,7 milhões são de origem da Síria; 2,7 milhões do Afeganistão e 2,3 milhões do Sudão do Sul. Entre os países que mais abrigam o/as refugiado/as estão: Alemanha 1,1 milhões, Sudão 1,1 milhões, Uganda 1,2 milhões, Paquistão 1,4 milhões, Turquia 3,7 milhões. Além disso, 37 mil pessoas foram forçadas a fugirem de suas casas por causa dos conflitos e perseguições (ACNUR, 2018).

Nessa dura realidade de conflitos e guerras, essas migrações e deslocamentos forçado/as fazem parte de uma lógica de expulsões:

O conceito de expulsões leva-nos além daquela ideia que nos é mais familiar da desigualdade crescente como forma de entender as patologias do capitalismo global atual. Também põe em primeiro plano o fato de que algumas formas de conhecimento e inteligência que respeitamos e admiramos muitas vezes estão na origem de longas cadeias de transação que podem terminar em simples expulsões (SASSEN, 2016, p. 9).

De acordo com Sassen (2016), advinda de uma crise sistêmica, que afeta de forma brutal o/as imigrantes. O/as refugiado/as de guerra que migraram de países como o Afeganistão, Síria e Iraque locais destruídos pelos conflitos armados, enfrentaram expulsões e a destruição de suas moradias, fome e o desemprego estrutural. Algumas das saídas encontradas por essas populações foram as imigrações forçadas para o território europeu ou países vizinhos, gerando um forte deslocamento de pessoas no mundo (Idem, 2016). Assim, o sujeito LGBTI+, particularmente os homens gays brancos e as mulheres lésbicas brancas deixaram de ser vistos pelo Estado em países como os Estados Unidos e Israel como “indesejáveis” e/ou marginais (PUAR, 2017) e passaram cada vez mais obterem alguns direitos como casamento igualitário (consequentemente o direito de propriedade de herança), o direito de adoção, descriminalização da “homossexualidade”, a atenção dos Estados-nacionais voltaram-se para o controle do/as imigrantes.

¹⁹ “Também conhecidos pela sigla IDP (Internally Displaced People), são pessoas que foram forçadas a deixar suas casas para ir a outro lugar em seu próprio país, em busca de proteção e segurança. De acordo com o ACNUR, os deslocados internos compõem a maior parte dos deslocados globais por conta de conflitos, perseguições e outros fatores que provocam migrações forçadas. As pessoas se deslocam forçosamente, mas não conseguem ultrapassar as fronteiras do próprio país” (ACNUR, 2019). In. ACNUR, United Nations High Commissioner for Refugees. Migrações, Refúgio e Apatridia - Guia para Comunicadores. 2019. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Migracoes-FICAS-color_FINAL.pdf. Acesso em: 27 de fev. de 2020.

²⁰ ACNUR, United Nations High Commissioner for Refugees. Global Trend: forced displacement in 2018. United Nations High Commissioner for Refugees. Disponível em: <https://www.unhcr.org/5d08d7ee7.pdf>. Acesso em: 27 de fev. de 2020.

Além de todos esses direitos mencionados, a população LGBTI+ conseguiu também o direito de se alistar ao exército com a revogação da política *Don't Ask, Don't Tell*²¹ (não pergunte, não conte) nos Estados Unidos. O objetivo dessa política era o alistamento desses sujeitos ao exército para lutar em guerras nos países mencionados, em suma um amplo desenvolvimento do mercado de consumo destinado a esses sujeitos. Ou seja, o Estado normatiza uma população em detrimento de outra, como o caso dos imigrantes de origem árabe que passaram a serem os novos “anormais” e os “terroristas” das relações de poder formadas pelo fenômeno homacionalizador (ibidem, 2017). No subtópico a seguir discute as principais características do homonacionalismo de Estado-nação.

1.2.2 A excepcionalidade sexual do homonacionalismo de Estado-nação imperialista

De acordo com Puar (2017), o homonacionalismo se concretiza no âmbito do Estado-nação mediante três manifestações, que estão imbricadas e que são imprescindíveis para sua compreensão: a) a “excepcionalidade sexual” estadunidense, que expressa internacionalmente uma dominação política e econômica imperialista; b) o queer²² como normativo, ou seja, sujeitos LGBTI+ instrumentalizados em defesa de uma política normativa, nacionalista e por muitas vezes de cunho xenofóbico; e c) a supremacia da branquitude advinda da realidade de dominação dos EUA em territórios dominados, inclusive, internamente em seu próprio país.

A releitura desses três modelos propõe-se a compreender como um conjunto: a biopolítica a respeito da população queer e os aspectos de dominação postos pela sociedade heteronormativa e como essa atuam sobre esses sujeitos (Idem, 2017, p. 42):

Em esta dinámica interviene una forma nacional, que yo llamo <<homancionalismo>> que coincide con la salida del armário de la excepcionalidade

²¹ Como caracteriza Puglise (2016) o termo *Don't Ask, Don't Tell* “Não pergunte, não conte” conhecida como à política DADT que proibia homossexuais, especificamente, gays e lésbicas alistados nas forças armadas dos Estados Unidos eram proibidos de darem visibilidade a sua orientação sexual enquanto estiver servindo ao exército. De acordo com reportagem de Puglise no “The Guardian”, a política de proibição foi revogada em 20 de setembro de 2011, durante o Governo do Presidente Barack Obama, posteriormente em 20 de junho o pentágono sancionou também à suspensão da proibição de pessoas trans - travestis e transexuais se alistarem nas forças armadas, segundo a reportagem: “Na época em que a proibição foi suspensa, havia um número estimado de 66.000 lésbicas, gays e bissexuais no serviço militar. Pensa-se que mais de 14.500 pessoas foram dispensadas pelo DADT durante os 18 anos em que esteve em vigor” (PUGLISE, 2016). Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2016/sep/27/dont-ask-dont-tell-repeal-anniversary-us-military>. Acesso dia 4 de abril de 2020.

²² Em seu trabalho Puar (2017) utiliza o conceito “*Queer*” terminologia de origem do inglês para se referir aos sujeitos de sexualidades dissidentes, ou seja, aqueles e aquelas que divergem das normas binárias de gênero e sexualidade (identidade de gênero e orientação sexual) impostas pela sociedade heteronormativa, ademais, há a necessidade de diferenciar a terminologia “sujeito queer” de sujeitos LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e Outras Identidades) expressão mais recorrente na literatura brasileira. Quando me refiro ao termo *queer* estou trazendo os apontamentos desenvolvidos no trabalho de Puar, pois ao longo da tese usarei a terminologia LGBTI+.

del Imperio americano. Pero hay más: este tipo homosexualidad funciona como un guión que no solo regula las identidades gays, *queer* o la homosexualidad normativas, sino también las normas raciales y nacionales que refuerzan a estos sujetos sexuales (PUAR, 2017, p. 42).

À excepcionalidade sexual heteronormativa nacional soma-se a uma forma de excepcionalidade homonormativa, o homonacionalismo de Estado-nação; de acordo com Puar (2017), trata-se da incorporação por parte da comunidade gay e lésbica de defesa nacionalista de políticas de orientação sexual, muitas vezes contra imigrantes sobre forte concepção xenofóbica, como acontece nos Estados Unidos, Israel e em alguns países da Europa, ou na defesa de um mercado LGBTI+ com privilégios de classe e branquitude, portanto o homonacionalismo pressupõe o outro para existir. O referido processo se fortalece a partir do “surgimento bem concreto da ameaça do islamismo radical na década 1990, que culminou com os eventos de 11 de setembro, acabou por ocupar o primeiro plano como foco central da declaração de uma “guerra ao terrorismo” permanente” (HARVEY, 2014, p. 93). Consequentemente,

Esses esforços para recrutar pessoas gays para fins de construção de culturas nacionalistas e xenófobas invariavelmente reduzem pessoas gays a indivíduos que são propriedade, masculinos e vinculados pela fidelidade nacional. Isto deturpa a liberdade como uma liberdade puramente pessoal que será protegida pelo Estado (BUTLER, 2017, p. 42).

Em vista disso a excepcionalidade concerne em narrativas que produzem reiteradamente os Estados Unidos como um Estado-nação excepcional “progressista”, em relação a outros países, quando fala-se em direitos, o “outro” sendo sempre visto como estranho, exótico, místico, o que para Said (2007), configura como uma visão “orientalista”. Excepcional na forma de lidar com as políticas da sexualidade, melhor dizendo, considera-se um país progressista em virtude de leis civis para a comunidade LGBTI+ (PUAR, 2017) e um país das liberdades democráticas. Entretanto, segue sendo extremamente xenofóbico com determinadas populações, como foi o caso do pós-11²³ de setembro de 2001, em que os EUA passaram a ter uma forte política ostensiva contra os imigrantes, em particular com as populações árabes.

²³ Por outro lado cresceram por parte dos movimentos de gays e *queer* nos Estados Unidos diversos movimentos de cunho nacionalista como afirma Puar “numerosos gays y queer se identificaron con la plobación nacional como <víctimas del terrorismo>, calificando como terrorismo el ensañamiento contra gays y queer; otros clamaron que era imperativo apoyar la guerra contra el terrorismo para <liberar> a los homosexuales en Oriente Médio” (PUAR, 2017, p. 92).

Mas esse fenômeno não está localizado apenas nos Estados Unidos, conforme Butler, alguns países europeus também estão tracejados por essa realidade, “invocam os direitos dos chamados homossexuais como uma maneira de aumentar o poder do Estado, discriminando minorias religiosas, intensificando o nacionalismo e o racismo. Não devemos morder esta isca” (BUTLER, 2017, p. 42).

Para Maione (2020), outro aspecto do homonacionalismo de Estado-nação que reverbera na realidade dos Estados Unidos e que interfere em outros países, refere-se ao andamento das campanhas desenvolvidas durante o governo do presidente dos Estados Unidos, *Donald Trump* (2017 – 2021), em favor da descriminalização das “homossexualidades” em alguns países do mundo. À primeira vista, parece ser uma política em defesa dos direitos sociais dessa população, que em muitos países são alvejados pela criminalização e pela patologização de suas identidades sexuais dissidentes. Porém, segundo o autor aludido, essa campanha se deu principalmente em alguns países do continente Africano, Asiático e no Oriente Médio, o principal alvo era o Irã. Mas qual seria o objetivo de Trump com essa campanha, se seu projeto político durante as eleições de 2016, foram marcados por uma direção neoconservadora inclusive de cunho LGBTfóbicas, racistas e xenofóbicas? Mas é preciso sublinhar que as campanhas contra o Irã por parte dos Estados Unidos e seu projeto imperialista vem de outros governos:

[...] Por qué ahora? Por qué solo Irán? Teniendo em cuenta que el Gobierno de Bush había incluido a Irán entre los países del <<eje de mal>> y planificaba una mayor intervención militar de Estados Unidos en el país durante el verando de 2005, como se demostró, parece bastate claro por qué ahora y por qué Irán (PUAR, 2017, p. 19).

A campanha iniciou-se em 2018, e foi promovida a partir do embaixador *Richard Grenell*, um funcionário do alto escalão do governo, diretor interino da inteligência nacional, conhecido nos Estados Unidos como um “gay conservador”. A campanha desenvolvida não se deu porque Trump se preocupava com os direitos dessa população, seu objetivo era outro – a pretensão do domínio imperialista nesses países, sob a pretensa narrativa em defesa dos direitos humanos, do progresso (MAIONE, 2020).

É preciso lembrar que em maio de 2020, em plena Pandemia do Corona Vírus, um homem negro, chamado George Floyd, foi assassinado por asfixia mecânica por policiais, ao sair de uma loja, na cidade de Minneapolis, no estado no Minnesota, acusado injustamente de ter comprado cigarros com uma nota falsa. Não existiram direitos humanos para esse homem, que morreu brutalmente em poucos minutos. O Estado racista, forjado na perspectiva ideológica da branquitude, ceifou a vida de um homem inocente, como muitos outros que sofrem

cotidianamente pela política racista no interior do país, vítimas do racismo estrutural, entendido como “uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional” (ALMEIDA, 2018, p. 38).

A partir desse assassinato eclodiram em várias regiões dos Estados Unidos ondas de manifestações contra o racismo estrutural. Os protestos tinham como lema “Vidas Negras Importam”. Os manifestantes apresentavam como críticas a presente política de segurança do país, entre os atos, diversos estabelecimentos públicos e privados foram incendiados pelos protestantes, inclusive, a delegacia de Minneapolis. Essas manifestações, “são rapidamente renomeadas como “agitação” ou “distúrbio”. A ação concertada de grupos com o propósito de se opor à violência do Estado são entendidas, nessas instâncias, como ações violentas, mesmo quando não resultam em atos violentos” (BUTLER, 2018, 33). Os manifestantes foram fortemente criticados e criminalizados pelo presidente *Donald Trump*, que ameaçou usar diversas vezes as forças armadas, acusando essa onda de mobilizações serem forjadas pela “extrema-esquerda”, como causadora dos protestos.

Esses bandidos estão desonrando a memória de George Floyd, e eu não deixarei isso acontecer. Acabei de falar com o governador Tim Walz e lhe disse que o Exército está com ele. Qualquer dificuldade e nós assumiremos o controle, mas, quando o saque começar, o tiroteio começará. Obrigado! (DONALD TRUMP, 2020)²⁴.

Não houve solidariedade e nem justiça para *George Floyd* vindos do presidente, essa é uma das faces da excepcionalidade da narrativa do progresso em volta dos direitos humanos em simultâneo, em que se violam esses direitos. Um campo de contradições e de correlações de forças, “é claro que nem toda violência advém do Estado-nação, mas são muito raros os casos contemporâneos de violência que não tenham nenhuma relação com essa forma política” (BUTLER, 2018, p. 47). Desse jeito funciona a excepcionalidade sexual que se manifesta de forma perniciosa por meio de ações nacionalistas-racistas estadunidenses, como, por exemplo: “através de uma práxis de autorização sexual, que constitui como excepcionalidade as identidades das homossexualidades estadunidenses, em oposição às construções orientalistas da sexualidade muçulmana” (PUAR, *ibidem*, p. 45). Os muçulmanos são na visão orientalista

²⁴ In. em G1. Twitter marca mensagem de Trump sobre protestos de Minneapolis por glorificar a violência. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/29/twitter-marca-mensagem-de-trump-sobre-protestos-de-minneapolis-por-enaltecer-a-violencia.ghtml>. Acesso em 12 de dezembro de 2020.

postos à categoria de “anormalidade”, enquadrados a uma perspectiva determinista e destituídos de sua humanidade, expostos uma política de abjeção de seus corpos.

Essa excepcionalidade sexual advinda de uma realidade imperialista, como é o caso dos Estados Unidos, produz uma concepção de história de resistência da comunidade LGBTI+ homogeneizada. Focada muito na rebelião de *Stonewall* em Nova York como marco internacional de resistência dessa comunidade, que desconhece a história ou torna invisível a luta e a resistência desses sujeitos na comunidade Latino-americana, Caribenha e Africana.

Por isso é preciso ressaltar o compromisso da teoria *Queer of color* em dar visibilidade e não apagar a história desses povos, “enquanto lugar de subalternidade continuamente resignificado, as teorias e as práticas queer fazem parte dessas experiências culturais anti-hegemônicas, de contestação da sociedade normativa e das suas múltiplas formas de exclusão” (REA, AMANCIO, 2018, p. 3). Para entender a expressão da excepcionalidade sexual dos Estados Unidos, Puar (2017) apresenta elementos dessa realidade.

Dessa forma, a revolta ocorreu quando policiais atacaram, na noite de 28 de junho de 1969, um bar chamado *Stonewall Inn*, em *Greenwich Village*, Nova York. O que era para ser um lugar de sociabilidade de gays, lésbicas, travestis, transexuais, drags, tornou-se um espaço frequentemente atacado por rondas policiais, que assediavam e violentavam essa população, visto que durante aquela década a “homossexualidade” ainda era criminalizada nos Estados Unidos. *Stonewall Inn* funcionava como um lugar de encontro homoerótico, isto é, uma espécie de “gueto” para essa comunidade, mas repetidamente esses sujeitos sofriam violências e “batidas” por parte dos policiais, muitos eram presos, e podiam até perder o emprego dado a marginalização que eram colocados sobre essas pessoas (SIMÕES e FACCHINI, 2009).

No entanto, cansados de serem perseguidos, alvejados pela polícia aqueles LGBTI+ opuseram-se a ser presos, violentados e assediados, iniciando, uma noite de rebelião dessa comunidade contra os ataques sofridos, são mais de quarenta anos da rebelião de *Stonewall*, que ficou conhecida como marco internacional da luta LGBTI+. A excepcionalidade estadunidense gera uma homogeneização até mesmo da sua própria história, sobretudo quando corpos abjetos foram apagados desse processo de luta, como foi caso das inúmeras sexualidades dissidentes da sociedade que frequentava o bar no *Greenwich Village*, que não tiveram suas histórias contadas na rebelião, como as travestis, transexuais, drags queens que se tornaram invisíveis dessa resistência.

Constatam-se essas dimensões no filme “*Stonewall: onde o orgulho começou*”, lançado em 2016, tem como principal ator um garoto gay, branco e sendo o protagonista da luta no bar em 1969. No entanto, de acordo com Simões e Facchini (2009), a história apresenta como

notória a líder da rebelião *Marsha P. Johnson*, uma travesti negra que conduziu o movimento contra os abusos policiais no Bar *Stonewall*, que teve sua história apagada no filme. Isso é reflexo da excepcionalidade sexual somada à hegemonia da branquitude homonacionalista. Esse acontecimento histórico, apesar de ter sua importância político-simbólica, de certa forma conduz, também, a uma universalização da resistência da comunidade internacional LGBTI+. Focada no prisma desse acontecimento, apagando outras formas de resistências desses sujeitos em outros territórios, como a América Latina, África, Ásia, Oriente Médio, dentre outros. No próximo item apresentam-se os principais elementos sobre a manifestação do homonacionalismo de mercado que fundamentalmente está articulado com o conceito de *pinkwashing* terminologia cunhada por Sarah Schulman (2016).

1.3 O homonacionalismo de mercado no contexto internacional: um canto de sereia?

Nessas linhas, apresenta-se a discussão sobre o homonacionalismo de mercado no contexto internacional. Com o objetivo de abordar aspectos da lógica mercantil que funda esse fenômeno e como, em determinados países se utilizam do mercado como uma estratégia de “progresso”, de conquistas, mas podendo ser também uma forma de lavar à imagem do Estado violador de direitos humanos para determinadas populações, como é o caso dos Estados Unidos em relação aos imigrantes muçulmanos, populações árabes, latinos ou de Israel em relação com a ocupação no território palestino. De antemão, ressalta-se que o homonacionalismo de mercado é indissociável do regime de Estado-nação, esse primeiro não é autônomo do segundo, esses dois atuam como unidades inseparáveis.

A dimensão mercadológica do homonacionalismo, tem como um de seus fenômenos principais aquilo que se conceituou como *pinkwashing*, que tem como tradução literal lavagem-rosa. No dizer de Puar (2015), esse processo é uma peça central do mosaico do homonacionalismo. Como caracteriza Schulman (2011), trata-se de mecanismo ideológico utilizado por empresas, instituições, organizações e até mesmo pelo Estado, objetivando passar uma imagem progressista, associada à defesa de direitos de um determinado segmento social, ao mesmo tempo que, outras populações, têm seus direitos violados.

Nesse contexto, é comum, empresas privadas adotarem medidas de incentivo à “responsabilidade social”²⁵, de inclusão de pessoas LGBTI+ nesses setores, concomitantemente em que essas são alvo de inúmeros processos judiciais e trabalhistas. Em vista disso, o conceito

²⁵ Este termo é tratado de maneira mais aprofundada adiante.

de homonacionalismo de mercado é abordado por Puar (2017), na compreensão de entender os gastos homonacionais de gays e lésbicas no turismo, com o poder aquisitivo de compra e consumo em abundância, além disso, como forma de compreender esse conceito do ponto de vista econômico entende-se que essa realidade tem como sustentação o Estado neoliberal, tudo centrado na ótica do consumo.

Essa ideologização do homonacionalismo fundada no consumismo, surge por meio das transformações societárias contemporâneas, a partir da ampliação da mercantilização dos serviços para esse público. Assim tem-se o aumento e a garantia da acumulação de capitais para determinadas empresas, além de salvaguardar a imagem de progresso em certas localidades, mas que garante à matriz heterossexual como regime político e econômico como discorre Witting (2005).

Igualmente, o que vigorou após as crises sucessivas do capitalismo foi a lógica das privatizações do bem comum, da financeirização da economia e apropriação do fundo público do Estado, da reestruturação do mercado e do trabalho na contemporaneidade. São de acordo com Harvey (2014), formas fundantes para manutenção e a garantia das taxas de lucro do capital em tempos de colapso, que sempre busca estratégia de restauração e reprodução ampliada desse sistema “seja no acúmulo do capitalismo comercial ou na alta rotatividade do capitalismo financeiro especulativo, o que todos os atores que compõem o mercado sempre almejam é o lucro. Portanto, é esse o motivo principal da concorrência” (CARVALHO, 2011, p. 143).

Um elemento central nesse modelo, está relacionado com a mercadificação de tudo que possa ser comercializado e objetificado:

A mercadificação da sexualidade, da cultura, da história, da tradição; da natureza como espetáculo ou como remédio; à extração de renda monopolista da originalidade, da autenticidade e da peculiaridade (de obras de arte, por exemplo) - todas essas coisas equivalem a atribuir um preço a coisas que na verdade jamais foram produzidas como mercadorias (HARVEY, 2014, p. 179).

O capital alimenta-se dessa intensa saturação da venda e da compra da força de trabalho, da precarização de trabalhadores em condições de servidão, mas também da comercialização, seja de mercadorias produzidas por esses sujeitos, ou por novas modalidades de serviços destinados a atender as necessidades físicas ou psicológicas dos sujeitos da sociedade, já dizia Marx que: “a natureza dessas necessidades - se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação - não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana” (2017, p. 113).

Para esse modelo de sociabilidade centrada na retificação constante da mercadoria, tudo pode ser transformado em produto que podendo ser comercializado, o lucro é a modalidade central dessa relação social, estabelecida por muitas determinações, inclusive dos espaços de lazer. E na sociedade neoliberal contemporânea, essa fetichização é aprofundada pelo incentivo constante ao consumismo, na busca permanente por serviços individuais que satisfaçam nossos desejos. Neste ínterim, Nunan (2003), afirma que nos anos 1970 de maneira mais intensa, surge o mercado de consumo destinado a pessoas gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, o capitalismo também se apropriou desses novos setores econômicos com uma finitude de mercadorias e de serviços destinados a esses sujeitos, sob o *ethos* da sociedade capitalista.

Contudo, é preciso entender tais espaços de consumo em suas territorialidades de sociabilidades marcados por contradições, segmentações e hierarquizações dos acessos ao lazer. Isso significa dizer que entender todos esses aspectos existentes na sua totalidade é um desafio difícil e complexo. Existem muitos elementos para além dessa aparência “economicista” dessa modalidade de consumismo, é preciso ir além dessa mera superficialidade. A exemplo desses aspectos de controvérsias dos espaços de consumo e serviços destinados a esses sujeitos, Eribon (2008), apresenta sinteticamente as transformações ocorridas na sociedade que permitiram um maior adensamento desses espaços olhando para suas potencialidades. Para ilustrar, o referido autor menciona que “os bares abertos para a rua, com varandas cheias de vidraças ostentando a bandeira do arco-íris, substituíram os bares escondidos nas pequenas ruas e cujas portas eram munidas de um postigo que permitia o estabelecimento proteger-se” (2008, p. 42).

Isso faz parte das mudanças sociais, não se pretende negar que houve unicamente o acionamento do capitalismo nessa modalidade de comércio do lazer como central, mas que também se desenrolou um amplo movimento de luta por visibilidade desses sujeitos, que antes frequentavam de forma clandestina esses locais, muitas vezes, com receio de serem presos e hostilizados pela polícia, ou de seus familiares descobrirem seus desejos afetivos, são as contradições expressas desse mundo, logo:

[...] toda a história dessa sociabilidade e desse “mundo” que os homossexuais construíram ao longo do século que deve ser levada em consideração hoje se quisermos analisar o que é “comunidade” gay, cuja simples evocação parece fazer tremer de horror os conformistas de todas as obediências. Pois essa sociabilidade, de que é tão fácil hoje de denunciar os efeitos de uniformidade e a invasão pela comercialização, teve primeiramente, e tem sempre, um valor emancipador, pela possibilidade que oferece aos jovens gays (e às lésbicas) de acelerarem o processo de aceitação de si (ERIBON, 2008, 42).

O homonacionalismo de mercado emerge nesse contexto aludido, também como uma forma de reconhecer as potencialidades de consumo de gays e lésbicas e como esse mercado pode representar do ponto de vista ideológico-político. Se fortalece toda uma rede de serviços destinados a essa comunidade, mediante a estrutura da mercadificação e se conforma uma ideia de progresso, diversidade, pluralidade, respeito destinado a essa população em espaços que antes discriminavam esses sujeitos. Esse “sucesso” do reconhecimento pela via do mercado, são vistos na ótica neoliberal como “cidadãos consumidores” de respeito multicultural, como afirma Canclini (1995).

Segundo Drucker, “a emergência de camadas pequeno-burguesas fomentou a propagação de vidas gays relativamente confortáveis, normalizadas, em um canto tolerado do mundo heteronormativo” (2017, p. 204). Ou seja, os espaços mercantilizados voltados para LGBTI+ atuam como um campo de contradições que podem funcionar como um “canto de sereia”, mas também como espaços de resistência a lógica da heteronormatividade. Esses territórios não são homogêneos, são normalizados, ao mesmo tempo em que se encontram locais de contestação e de subversão por aqueles e aquelas que desestabilizam as normas binárias de gêneros e sexualidades, por isso são hierarquizados/segmentados e complexos. Essas ambivalências se expressam em diversos países, as contradições fazem parte da lógica do sistema capitalista, que não atua isoladamente, esse requer e está atrelado a outras dimensões de domínio para poder sobreviver.

Nesse contexto mencionado Puar (2017), destaca que, expressivamente, o avanço dos movimentos LGBTI+ pautando demandas e necessidades sociais pelo mercado e pelo Estado é parte de uma agenda neoliberal de tais sujeitos no contexto dos Estados Unidos, Israel e alguns países na Europa, fruto de:

[...] uma estrutura económica neoliberal acomodacionista cria o marketing de nicho de diversos grupos étnicos e minoritários, normalizando a produção de uma indústria do turismo gay e lésbico assente na distinção discursiva entre destinos simpatizantes gay e destinos não simpatizantes gay. A maior parte dos países que aspiram a formas de modernidade ocidental ou europeia possui, atualmente, campanhas de marketing de turismo gay e lésbico (PUAR, 2015, p. 306).

Diversos países apostaram no turismo direcionado para esses sujeitos, cidades que se tornaram rotas internacionais como uma potencialidade do mercado *gay friendly*, pensados hegemonicamente para a comercialização do lazer para gays e lésbicas. Para Puar entre “a emergência do consumidor gay aparece como mediação deste status marginal; por uma parte, este novo consumidor está no ponto de referência de uma indústria homossexual que não tem

filhos, disponíveis de grandes ingressos” (2017, p. 44-45). Muitos desses sujeitos têm no turismo como principal mercado de serviço utilizado, isso gerando uma grande rotatividade econômica, mas nessa ótica criou-se um modelo de classificação entre aqueles países que possuem uma abertura para esses sujeitos, com incentivo aos espaços *friendly's*, rechaçando muitas vezes de forma pejorativa e etnocêntrica os países que não têm essa abertura, além de invisibilizar os que estão na resistência política interna nesses territórios (PUAR, 2017).

Em virtude disso, diversas capitais estão na rota, cidades como Nova York a mais cosmopolita dos Estados Unidos, agrega desde os anos 1960 diversos bares, boates e casas noturnas destinadas a esse público; São Francisco tornou-se a capital “gay” dos Estados Unidos; Buenos Aires, considerada a capital *friendly* da América Latina; Amsterdã, Berlim, Barcelona, Madri e Paris como as mais procuradas no continente europeu e Tel Aviv em Israel transformou-se no “Oasis gay do Oriente Médio”, essas são entre muitos destinos procurados pelo segmento LGBTI+. Já no Brasil destacam-se São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Salvador, Recife, Florianópolis e Porto Alegre.

Nesse sentido, observado por Puar (2017), o ordenamento da descriminalização da “homossexualidade” passou a ser cada vez maior em diversos países ocidentais e, com isso, fortaleceu-se o mercado de consumo destinado a esse público. Notadamente nos Estados Unidos, onde o *marketing* destinado ao turismo, restaurantes, bares, boates LGBTI+, converteu-se em uma das principais estratégias de consumo e lucratividade, mas, também, como um mecanismo de “lavagem rosa” dos Estados-nações pela via do *pinkwashing*, mediante o homonacionalismo de mercado, estratégia de *marketing* tão bem utilizada pelo Estado de Israel, Estados Unidos entre outros. O *pinkwashing* é um termo empregado por Sarah Schulman (2011), em português que significa “lavagem rosa”. Para a autora (*idem*), essa lavagem do Estado de Israel é um movimento forte de campanha que o país utilizou para lavar a imagem do Estado israelita, como um país extremamente militarista, religioso e conservador especialmente após os ataques violentos do seu exército contra os povos palestinos.

Segundo Bento (2018), a campanha de promoção foi financiada por Israel e construída pelo grupo de *marketing Brand Israel*. Assim, para Schulman:

O crescente movimento gay global contra a ocupação israelense denominou essas táticas de “lavagem rosa”: uma estratégia deliberada para ocultar as violações contínuas dos direitos humanos dos palestinos por trás de uma imagem da modernidade significada pela vida gay israelense. Aeyal Gross, professor de direito da Universidade de Tel Aviv, argumenta que “os direitos dos gays se tornaram essencialmente uma ferramenta de relações públicas”, embora “os políticos

conservadores e especialmente religiosos continuem ferozmente homofóbicos²⁶ (2011, p/s).

De acordo com Schulman (2016), o conceito *pinkwashing* já era utilizado por diversos grupos. Acrescenta a autora que em 2010 ativistas LGBTI+ denunciavam campanhas de combate à corrupção de empresas que se utilizam dessa estratégia para ganhar recursos de campanhas sociais: “(...) a frase foi cunhada em 1985 pela Breast Cancer Action para identificar empresas que alegavam apoiar mulheres com câncer de mama enquanto, na verdade, lucravam com a doença” (Idem, 2016). Por outro lado, para Puar (2017), frações dos movimentos LGBTI+ que possuem dissidências liberais nesses países reduzem, frequentemente, as pautas dessas organizações, sendo direcionadas exclusivamente para questão da sexualidade pela perspectiva do nacionalismo sexual, em alguns casos esses coletivos são contra os direitos dos imigrantes e possuem, até mesmo, posições políticas em defesa das ocupações israelitas em territórios palestinos, usando uma narrativa “em contraste com a homofobia retrógrada dos Palestinos a lavagem cor-de-rosa tornou-se um rótulo utilizado com frequência para referir a promoção cínica dos organismos LGBT como sendo representativos da democracia israelita (PUAR, 2015, p. 306).

Para entender esse panorama de como se manifesta o homonacionalismo de mercado por meio do *pinkwashing* nessa região é fundamental compreender a questão da diáspora dos povos palestinos e a sua relação conflituosa com Israel. O que ocorreu nesse território? Qual a causa do conflito e, por que Israel aciona uma política sexual nacionalista para defender a ocupação nessa região? Inicialmente, pretende-se nessas linhas situar os principais fatos históricos da ocupação, tendo como datas principais os anos de 1947, 1948 e 1967 para subsidiar o debate acerca da catástrofe da Palestina. É importante que se tenha em mente que são anos de história desse território, são conflitos complexos.

Dados os limites dessa pesquisa, aponta-se, apenas, os principais acontecimentos, sócio-históricos e políticos que envolveram a ocupação por Israel, para apreensão de como o homonacionalismo atua pela via do mercado tendo suporte e o aval do Estado. Embora apontados essas limitações, para um maior aprofundamento da questão Palestina, recomenda-

²⁶ Texto original “Pinkwashing not only manipulates the hard-won gains of Israel’s gay community, but it also ignores the existence of Palestinian gay-rights organizations. Homosexuality has been decriminalized in the West Bank since the 1950s, when anti-sodomy laws imposed under British colonial influence were removed from the Jordanian penal code, which Palestinians follow. More important is the emerging Palestinian gay movement with three major organizations: Aswat, Al Qaws and Palestinian Queers for Boycott, Divestment and Sanctions. These groups are clear that the oppression of Palestinians crosses the boundary of sexuality; as Haneen Maikay, the director of Al Qaws, has said, “When you go through a checkpoint it does not matter what the sexuality of the soldier is”. (SCHULMAN, 2011). In. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2011/11/23/opinion/pinkwashing-and-israels-use-of-gays-as-a-messaging-tool.html>. Acesso dia 20 de setembro de 2019.

se a leitura dos trabalhos de Ilan Pappé (2018) e E. Said (2012), que possuem uma perspectiva crítica sobre esse conflito.

Na cronologia de Pappé (2018), o referido autor observa que em meados dos anos de 1878, começaram as primeiras migrações de judeus para o território palestino, naquele momento havia chegado aproximadamente 25 mil judeus vindos do Leste Europeu, o objetivo era territorializar e ocupar a região. É de suma importância ressaltar que antes da ocupação da Palestina, viviam naquele território uma grande diversidade étnico-cultural, estabelecidos por um forte comércio e agricultura em amplo desenvolvimento, assim como uma rica cultura artística. Nas palavras de Pappé, “quando o movimento sionista²⁷ começou suas operações de limpeza étnica²⁸ na Palestina, no início de dezembro de 1947, o país tinha uma população “mista” de palestinos e judeus. Os palestinos perfaziam uma maioria de dois terços” (2018, p. 49).

Considerando o acima exposto, a Palestina fazia parte até a Primeira Guerra Mundial do território chamada Grande Síria. De acordo com Montenegro (2007), encontrava-se presente na parte de Jerusalém a chamada “Cidade Santa”, onde estavam às três principais religiões localizadas naquele território: o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo compostos pelos livros: a Torá, a Bíblia e o Alcorão, conviviam de forma pacífica. Esses espaços são até hoje atrações turísticas para diversos povos religiosos. A divisão da “Palestina era originalmente uma solução Inglesa, mas se tornou a peça central da política sionista a partir de 1937, antes disso, os ingleses colocaram diversas opções, notadamente a criação de um estado binacional, que os judeus rejeitaram” (PAPPÉ, 2018, p. 50).

É imperioso atentar-se para o que Montenegro (2007), aponta que com o final da Segunda Guerra Mundial a Organização das Nações Unidas (ONU), aprovou durante a assembleia de 29 de novembro de 1947, o Plano de Divisão da Palestina. No qual seria criado

²⁷ “O sionismo veio à luz na Europa Central e oriental no final da década de 1880 como um movimento de ressurgimento nacional, estimulado pela crescente pressão sobre os judeus dessas regiões para que se assinassem totalmente ou arriscassem a perseguição contínua (apesar de como sabemos, mesmo a assimilação completa não ter sido salvaguarda contra a aniquilação, no caso da Alemanha nazista). Já no começo do século XX, a maioria dos líderes do movimento sionista associava esse ressurgimento nacional o fundador do movimento, Theodor Herzl, eram mais ambivalentes, mas após a sua morte, em 1904, a orientação rumo à Palestina havia se fixado, tornando-se consensual” (PAPPÉ, 2018, p. 30).

²⁸ “Tais referências à limpeza étnica são também a regra no mundo acadêmico e especializado. Drazen Petrovic publicou um dos mais abrangentes estudos as definições de limpeza étnica, Ele associa limpeza étnica com nacionalismo, formação de novos Estados-nação e luta nacionalista. Nessa perspectiva, expõe a estreita ligação entre políticos e o exército na perspectiva de crime, e comenta o papel dos massacres neste. A saber, a direção política delegada a implantação da limpeza étnica à hierarquia militar, sem necessariamente detalhar planos sistemáticos ou prover instruções explícitas, mas também sem deixar margem de dúvida quanto ao objetivo geral” (PAPPÉ, 2018, 23).

um Estado para os povos Árabes, os Palestinos, e um Estado para os Judeus. Em 14 de maio de 1948, foi proclamado o Estado de Israel.

Essa marcha da ocupação territorial não foi pacífica, a cartografia desenvolvida na obra de Ilan Pappé (2018), traz uma dolorosa e profunda visão da limpeza étnica realizada por Israel para a usurpação do território palestino. Diversas casas foram ocupadas, saqueadas e destruídas por meio das operações executadas pelo exército israelense, ocorreram massacres e mortes contra civis, crianças, mulheres e idosos, “enquanto a versão sionista/israelense alega que à população local saiu “voluntariamente”, os palestinos falam da “catástrofe”, a Nakba, que se abateu sobre eles, o que em algum sentido é um termo furtivo, por se referir mais ao desastre em si” (PAPPÉ, 2018, p. 19).

Tendo em vista todos esses ataques e massacres contra os povos palestinos, a Organização das Nações Unidas, instituiu no ano de 1950, a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA). De acordo com Said (2012), sua finalidade central era resguardar os direitos humanos dos povos palestinos e garantir o retorno dessas famílias para suas terras, o que muitos palestinos não conseguiram até o presente momento voltar. Said nos alerta que os “órgãos internacionais e a UNRWA foram criados para auxiliar no problema específico dos refugiados palestinos em seu principal local de exílio, embora seu principal objetivo sempre foi manter os palestinos a passo da independência política” (2012, p. 151)

A resolução 194 de 11 de dezembro de 1948, da ONU, que se refere sobre o retorno dos palestinos para suas terras e casas não se materializou, essas violações vêm ocorrendo há mais de setenta anos pelo Estado israelita, com a negação do acesso às suas moradias, perseguições contra crianças e jovens (SAID, 2012, PAPPÉ, 2018). Os palestinos vivem sitiados em seus próprios territórios que são expressos no seguinte relato da pesquisadora Berenice Bento: “muitos dos/as palestinos/as com quem conversei, moradores de campos de refugiados, conseguem apontar o local das casas de parentes que foram roubadas pelo Estado de Israel. Muitos ainda guardam as chaves de suas casas” (2017, p. 527).

Outro fator histórico de configuração do território da Palestina foi a partir de 1967. Essa região ficou formada como um território localizado no Oriente Médio, composta pela Cisjordânia, a Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental, com a demarcação desse território após a Guerra dos Seis Dias, diminuindo cada vez mais os territórios palestinos. Desde então os povos palestinos “estão submetidos à ocupação imposta por Israel: um período longo, que vem suscitando fenômenos novos e constrangedores, assim como formas de exclusão e de pobreza que significam uma ruptura em sua história” (MONTENEGRO, 2007, p. 175).

Esses dois marcos históricos são fundamentais para compreensão de como o povo palestino vive na contemporaneidade. Sujeitos à própria sorte, estão imersos em diversas desigualdades sociais e econômicas. Como afirma Montenegro (2007), essas pessoas foram transformadas em refugiadas em suas próprias terras, constata-se “o confinamento fantásticamente cruel de 1,3 milhão de pessoas, apertadas como sardinhas humanas na Faixa de Gaza, além dos quase 2 milhões de residentes palestinos da Cisjordânia, não tem paralelos nos anais do apartheid ou do colonialismo” (SAID, 2014). A imagem a seguir apresenta como se a encontra configuração do território palestino, diante da ocupação de Israel:

MAPA 3 – OCUPAÇÃO DA PALESTINA DE 1946 - 2010.



Fonte: <https://revistaforum.com.br/blogs/mariafro/bmariafro-chomsky-basta-um-dia-em-gaza-para-sentir-como-e-tentar-sobreviver-na-maior-prisao-a-ceu-aberto-do-mundo/>. Acesso dia: 6 de abril de 2020.

Esse território banhado pelo mar Mediterrâneo, consagrado pelo turismo internacional sofre diversas disputas. Para Said (2012), em meio a todos esses conflitos, milhões de famílias palestinas vivem desempregadas, vidas precarizadas. Sofrem o flagelo da fome e da pobreza que se estrutura localmente, famílias que perderam seus filhos vítimas dos ataques dos soldados israelenses, desterritorializadas, inúmeras pessoas encontram-se amontoadas em assentamentos altamente controlados pelo exército israelita, sem permissão muitas vezes a água potável, sem

acesso às condições mínimas de sobrevivência, essa é uma realidade ambígua de inúmeros palestinos ceifados de suas vidas, muitos que vivem na faixa de Gaza padecem na miséria.

É nesse cotidiano, e tão próximo desses assentamentos, que o Estado de Israel fomenta internacionalmente uma imagem de progresso por meio do *marketing* mundial da cidade de Tel Aviv, como o paraíso “gay”, do Oriente Médio. Em face do *pinkwashing* que lava a imagem da catástrofe Nakba, portanto nas palavras de Puar: “Israel é pioneiro do homonacionalismo, uma vez que a sua posição particular no cruzamento do colonialismo, da ocupação e do acomodacionismo neoliberal proporciona as condições perfeitas para a normalização da homossexualidade” (2015, p. 306).

O turismo internacional LGBTI+ em Tel Aviv, tornou-se uma das principais estratégias das grandes empresas voltadas para os aspectos de sociabilidade dessa comunidade. Mas tem sido, também, utilizado como principal instrumentalização desses sujeitos em face do *pinkwashing* para Israel, no *marketing* da promoção dos direitos dessa comunidade para lavar a imagem negativa do Estado-opressor. Essa forma de publicidade israelita tem o apoio dos Estados Unidos, “país onde está para colocar vários milhões de dólares numa campanha de relações públicas (usando astros como Zubin Mehta, Yitzhak Pearlman e Amos Oz) para melhorar ainda mais sua imagem” (SAID, 2014).

Além de ser uma estratégia de campanhas internacionais por empresas visando taxas de lucratividade, tem dois fatores ideológicos que se estabelecem para Puar (2015): primeiro, por sua relação com os Estados Unidos e, segundo, por promover uma forte política de lavagem cor-de-rosa “definida como a utilização, pelo Estado israelita, do seu excelente historial de direitos LGBT como forma de desviar as atenções e, nalguns casos justificar ou legitimar a sua ocupação da Palestina” (PUAR, 2015, p. 306).

Diante das leituras, pode-se dizer que se criou uma visão em torno de Israel como um país do Oriente Médio que promove a cidadania LGBTI+. Conforme Bento (2018), Tel Aviv foi considerada como “a terra prometida do arco-íris”, porém fruto de uma forte prática de perseguição deste Estado à Palestina. Muitas dessas perseguições são promovidas por uma narrativa que os árabes são homofóbicos e que não respeitam os direitos de orientação sexual e de gênero do/as Palestino/as. Foi nessa estratégia contemporânea que através do acionamento da política sexual que os membros do Estado israelita justificam como um dos motivos para a ocupação contemporânea. Bento (2018), destaca que desde 2005, após a segunda intifada, com fortes ataques violentos de Israel contra o território palestino que a imagem do Estado israelita ficou manchada internacionalmente, segundo a autora foi por essa visão que a ministra dos assuntos estrangeiros, Tzipi Livni, promoveu uma forte campanha para promover as políticas

LGBTI+ na região. Por meio de fortes campanhas em 2012, a cidade de Tel Aviv foi considerada a capital internacional do turismo LGBTI+:

[...] o site de notícias israelense Ynet informou que o conselho de turismo de Tel Aviv havia iniciado uma campanha de cerca de US \$ 90 milhões para marcar a cidade como "um destino internacional de férias gays". A promoção recebeu apoio do Ministério do Turismo e dos consulados de Israel no exterior inclui representações de jovens casais do mesmo sexo e financiamento para projeções de filmes pró-israelense em festivais de filmes gays e lésbicos nos Estados Unidos (SCHULMAN, 2011).

Para materializar essa realidade, a primeira promoção deu-se no campo do turismo, patrocinado pelo Estado: "(...) desde então, jornalistas ocidentais são convidados oficiais do Estado para visitar a cidade. O número de turistas na Parada Gay de Tel Aviv passou de 7 mil em 2006 para 35 mil em 2017. Em 2018 este número chegou a 250 mil pessoas" (BENTO, 2015). Isto representa a real lavagem cor-de-rosa do Estado Israelita, além de:

A história homonacionalista de Israel... a ascensão dos direitos LGBT em Israel e o aumento da mobilidade para gays e lésbicas – desenvolve-se em paralelo com o aumento simultâneo da segregação e a diminuição da mobilidade das populações palestinas, sobretudo pós-Oslo. [...] o surgimento dos direitos gays em Israel teve início mais ou menos ao mesmo tempo que a primeira Intifada, tendo os anos 90 ficado conhecidos como a "década gay" de Israel (PUAR, 2015, p. 306).

Outro elemento que corrobora para compreender esse fenômeno está relacionado com o território israelita, que se encontra numa região que tem como limites em suas fronteiras os seguintes países: ao Norte o Líbano; a Síria e as colinas de Golã ao Nordeste; ao Leste encontra-se com Cisjordânia e com a Jordânia; e no Sudoeste com o Egito e com a Faixa de Gaza (OLIVEIRA, 2019). Sendo esses territórios considerados, na ótica ocidentalista, como países extremamente intolerantes contra os direitos civis da comunidade LGBTI+. Uma das principais retóricas desse processo dá-se pelo fato de que nessa região somente em Israel e na Turquia que a "homossexualidade" não é criminalizada, no entanto, o Estado israelita proíbe a participação de pessoas LGBTI+ se mobilizarem, como discorre Puar:

O facto de os ativistas palestinos queer em Ramallah não poderem viajar para Haifa, em Jerusalém, ou para Gaza para se encontrarem com os colegas ativistas palestinos parece ser uma das ilustrações mais óbvias de como a ocupação israelita circunscreve (na realidade, proíbe) as possibilidades de florescimento de organizações e comunidades queer de que os israelitas desfrutaram sem quaisquer problemas (2015, p. 307).

Esses aspectos geopolíticos que se encontram nesse território levaram a Israel a obter, por meio do *marketing* e da forte promoção aos direitos humanos LGBTI+, uma concepção falaciosa de Estado provedor dessa comunidade e se utilizar dessa narrativa para manter a

ocupação nos territórios palestinos com um intenso controle pelo exército nesta região. Nesse sentido, os palestinos LGBTI+ “argumentam que o facto de a sociedade palestina ser ou não ser homofóbica é irrelevante, e que a questão da homofobia na sociedade palestina não está relacionada com o facto de que a Ocupação tem de acabar” (PUAR, 2015, p. 309).

Israel é de fato uma democracia para a comunidade LGBTI+? Esse é o principal questionamento posto por Bento (2018), ao traçar uma análise acerca da realidade dessa comunidade no Estado israelita. Os fundamentos assinalados por Puar (2017) atuam de forma mais intensa em Israel como país homonacionalista, muito pelo fato da ligação desse país com os Estados Unidos, dada a excepcionalidade sexual construída pelos EUA. Ao mesmo tempo que se afirmar uma política em defesa do Estado israelita como promovedor dos direitos LGBTI+ expressam-se diversas contradições nesse território.

1.4 Estado e mercado como agente do homonacionalismo: dimensões paradoxais

Um dos fios condutores da análise de França (2012), sobre a política (Estado) - movimento LGBTI+ e o mercado voltado para essa população é a própria emergência desses sujeitos como identidades políticas. Logo, ao discutir sobre os aspectos centrais do homonacionalismo de Estado-nação e homonacionalismo de mercado, uma categoria central a ser conceituada, para entender a centralidade desse estudo sobre o mercado de consumo do lazer LGBTI+, na cidade de Fortaleza/Ceará, refere-se em compreender a categoria do Estado e as suas principais tendências no bojo das relações sociais.

Considera-se que o Estado exerce determinadas relações que são ideológicas e organizativas da vida social, todavia necessárias para a existência, manutenção e reprodução da sociedade capitalista. Além disso, como caracteriza Osório “estas relações – fundamentalmente de classe, mas que não são alheias às relações de raça e de gênero – atravessam de diversas formas e em distintas direções todo o emaranhado da organização social” (2017, p. 26), dos sujeitos, da vida em coletividade, por isso o Estado tem uma centralidade nesse sistema organizativo, mas que ultrapassa essa função. Diante disso, busca-se iniciar a análise mencionando uma dimensão que é a impossibilidade da existência de um homonacionalismo de mercado com a ausência do Estado. O escopo político (Estado - mercado - sociedade civil) é parte fundante das relações com esse mercado, uma totalidade indissociável. Dessa forma, procura-se pensar a partir das seguintes reflexões: o Estado atende a todos os interesses das classes sociais e as especificidades dos sujeitos na sua diversidade? E qual a relação do Estado com o mercado de consumo voltado para a comunidade LGBTI+?

Para dar as respostas a tais questionamentos, em primeiro lugar, procurou-se entender o que é o Estado. Por conseguinte, para as reflexões acima mencionadas revisitou-se a partir do referencial teórico-metodológico com suporte na tradição marxista sobre o Estado. Compreende-se que esse referencial, possibilita destrinchar e desfetichizar as contradições existentes, as relações de poder e as múltiplas determinações envolta dessa categoria e principalmente para entender de qual estrutura de Estado sustenta-se neste estudo. É importante ressaltar que existem diversas perspectivas de análises e de compreensão política e de fundamentação sobre o Estado, especialmente na contemporaneidade, essa categoria tem passado por muitas transformações na sua forma e na sua capacidade de atender as necessidades das classes sociais. Buscou-se entender as suas origens e a relação deste, com a sociedade civil e com os movimentos sociais, em particular o movimento LGBTI+. Esse por último analisa-se de modo particular no segundo capítulo desta pesquisa.

A propósito, a gênese do Estado é estruturada e pensada hegemonicamente pelas perspectivas androcêntricas e eurocêntricas. Visto isso, as origens do Estado remontam à antiga sociedade grega. De acordo com Chauí (2000), desde à antiga Grécia que filósofos como Platão (429-347 a.C.) e Aristóteles (384-322 a.C.) que esses filósofos se debruçaram a pensar as configurações da política, da governabilidade, da organização das cidades. Isso resulta a referir-se às questões ligadas à vivência em coletividade, implicando nas primeiras formulações sobre o governo e o Estado²⁹.

As concepções desses filósofos foram importantes para pensar uma epistemologia filosófica da organização dos sujeitos e das sociedades, porém compreende-se que à própria definição de Estado já em si uma disputa epistemológica. Isso implica na abordagem da gênese da política, caracterizada por Chauí como: “a palavra política é grega: ta politika, vinda de polis. Polis é a Cidade, entendida como a comunidade organizada, formada pelos cidadãos (politikos), isto é, pelos homens nascidos no solo da Cidade, livres e iguais” (2000, p. 479). Assim, retomando o pensamento grego-filosófico sobre o Estado na obra “A república” de Platão, o filósofo discute aspectos centrais da justiça, política e da vida na cidade, por conseguinte compreende-se que o entendimento sobre o Estado em Platão está afeiçoado a uma concepção

²⁹ É importante ressaltar que governo e Estado são duas categorias de definições distintas, conforme Chauí “o significado de governo, entendido como direção e administração do poder público, sob a forma do Estado [...] diz respeito a programas e projetos que uma parte da sociedade propõe para o todo que a compõem” já o significado de Estado “confere-se autoridade para gerir o erário ou fundo público por meio de impostos, taxas e tributos, para promulgar e aplicar as leis que definem os costumes públicos lícitos, os crimes, bem como os direitos e as obrigações dos membros da sociedade” (2000, p. 475).

sobre cidade, segundo Chauí (2000) dividindo-se em duas formas de cidades: as justas e as injustas.

Para Chauí a noção de cidade justa em Platão, “é governada pelos filósofos, administrada pelos cientistas, protegida pelos guerreiros e mantida pelos produtores. Cada classe cumprirá sua função para o bem da polis, racionalmente dirigida pelos filósofos” (2000, p. 494), já a perspectiva de cidade injusta “[...] o governo está nas mãos dos proprietários – que não pensam no bem comum da polis e lutarão por interesses econômicos particulares -, ou na dos militares – que mergulharam a Cidade em guerras para satisfazer seus desejos particulares” (CHAUÍ, 2000, p. 494), pensamento esse tão atual para referir-se às disputas econômicas contemporâneas do imperialismo. Aristóteles, que foi discípulo de Platão, também contribuiu com o pensamento filosófico sobre o Estado, porém distinta da perspectiva platônica. De acordo com Ferreira, “Aristóteles afirma que a natureza do homem é essencialmente política. Assim sendo, nasce da necessidade das relações entre homens, chamada de relações políticas, diretamente ligada à vida comum” (2016, p. 11), nesse sentido a Polis representa para esse filósofo a vida em comunidade.

Visto isso, as concepções sobre o Estado surgem desde a gênese do pensamento filosófico grego. Além disso, como afirma Mandel, “o Estado é mais antigo que o capital, e suas funções não podem ser derivadas diretamente das necessidades da produção e da circulação de mercadorias” (1982, p. 335). Em outras palavras, o Estado antes mesmo, desempenhava outras funções anteriores ao advento da sociedade capitalista. Essa análise histórica do Estado é fundamental para distinguir as configurações contemporâneas que este assume no capitalismo, que não são apenas de cunho econômico, mas que estão entrelaçadas por ela a outros sistemas sociais, culturais, políticos e ideológicos.

De tal modo, distintos teóricos partiram por vários caminhos para pensar a conceituação sobre a teoria do Estado seja por marxistas ou estruturalistas. De forma muito sucinta pode-se dizer que essas formulações se expressam de modo mais intenso a partir do advento da sociedade moderna. Com a transição da sociedade feudal para sociedade capitalista, o advento da modernidade foi fundante para pensar novas concepções sobre o Estado. Entre as principais contribuições têm-se os seguintes pensadores: A análise de Thomas Hobbes (1588-1679), filósofo e político, sua concepção sobre o Estado tratava-se que esse fora fundado a partir do contrato social³⁰ (FONTES, 2010).

³⁰ “Tratando-se de um contrato, era, portanto, realizado entre homens e sem interveniência de princípios ou agentes externos à humanidade. Esse acordo, decorrendo de uma natureza humana agressiva e marcada pela escassez (a

Já a perspectiva de análise da Teoria do Estado em John Locke (1632-1704), também filósofo, para esse a função central do Estado era garantir os direitos naturais dos homens. E para Jean Jacques Rousseau (1712-1778), o Estado seria o organizador da sociedade civil, parte também, da perspectiva do contrato social, ambos autores versam uma concepção jusnaturalista e liberal sobre o Estado (TRINDADE, 2011).

Além dessas perspectivas que influenciaram fortemente o pensamento sobre a teoria liberal do Estado, a sociologia moderna também formulou concepções, tais como a perspectiva positivista do Estado em Émile Durkheim que se caracteriza como entidade cuja principal função era manter a “paz social”, assim como a manutenção da ordem da sociedade. Já na perspectiva weberiana, o Estado atua como um ente de poder coercitivo “em seu significado apropriado, a afirmação weberiana coloca que até mesmo a violência do Estado é legítima, porque o próprio Estado não pode ser responsabilizado pela sua ilegalidade e violência por ninguém, daí seu monopólio” (MÉSZÁROS, 2015, p. 52). Sublinha-se que as análises sobre o Estado foram formuladas por concepções a partir do pensamento Ocidental-europeu, por homens hegemonicamente brancos. Tais ideias influenciaram por muito tempo a noção etnocêntrica, e eurocêntrica colonialista sobre o Estado e o projeto de nação, como afirma Chauí “fomos acostumados pela tradição antropológica europeia a considerar as sociedades existentes na América como atrasadas, primitivas e inferiores. Essa visão nasceu do processo de colonização e conquista iniciado no século XVI” (2000, p. 486).

Ainda sobre esse ponto de vista, Curiel (2011) ressalta que o advento da sociedade moderna e do Estado baseados na perspectiva do contrato social são em sua essência uma relação social que forma uma base de governo estruturada no patriarcado, no aprisionamento das mulheres, formando um Estado na sua direção e composição a partir de uma base centradas em desigualdades de classe, gênero, sexo, raça e etnia. Desde os estudos desses filósofos da antiga Grécia, passando pelos teóricos da era moderna, já se identificava que na estrutura da formação do Estado havia um pensamento político androcêntrico-patriarcal e colonialista. Esse que é centrado na figura do homem. De acordo com Chauí (2000), as mulheres não tinham o direito de estudar e muito menos podiam participar e exercer a vida política nas Polis, pois, essas não eram consideradas cidadãs. Além das mulheres, as pessoas escravizadas, imigrantes e prisioneiros de guerra também eram excluídos dos espaços de decisão política, que ainda, se faz presente nas estruturas basilares do Estado contemporâneo.

fome e a insegurança), outorgaria a um dentre os homens (o Soberano) o atributo singular do exercício da violência e deveria assegurar a pacificação entre eles pela demarcação nítida de um único poder que deveria pairar – e exercer-se – sobre todos” (FONTES, 2010, p. 124).

Segundo Chauí esses aspectos serão centrais na reprodução de uma “[...] visão europeia, depois compartilhada pelos brancos americanos, era e é etnocêntrica, isto é, considera padrões, valores e práticas dos brancos adultos proprietários europeus como universais e definidores da Cultura e da civilização” (2000, p. 487) demarcando uma Ocidentalidade na América Latina sobre a estrutura de poder político centrada nos aspectos da colonização. Essa forma de política de construção de Estado “civilizador” vai partir da concepção e do pensamento eurocêntrico, visto que para os colonizadores “os nativos americanos possuíam e possuem sociedades carentes: falta-lhes o mercado (moeda e comércio), a escrita (alfabética), a História e o Estado. Possuem, portanto, sociedades sem comércio, sem escrita, sem memória e sem Estado” (CHAUÍ, 2000, p. 487). Essa visão colonialista deixou marcas profundas na nossa formação social, além do abismo da desigualdade social.

Esses aspectos referenciados pela autora são fundamentais para conhecer os elementos centrais que materializam o Estado moderno. De tal modo parte-se da perspectiva que o Estado tem uma função estruturante da sociedade capitalista - patriarcal - racista e sexista. Na sua essência enquanto aparato ideológico, tem dimensões que são estruturadas por correlações de forças entre as classes sociais para garantir um poder hegemônico para um determinado grupo. Além desses aspectos fundantes o Estado é marcado, também, por contradições de gênero, raça/etnia, nacionalidade, territorialidade e sexualidade. No subtópico a seguir busca-se na tradição marxista entender esses elementos como parte de uma unidade dialética.

1.4.1 “O Estado (des)feticizado” e a questão da sexualidade: um debate necessário

Nesse subtópico, explicam-se as funções do Estado, a partir do pensamento de Mandel e a sua relação com o mercado. Posteriormente, apresenta-se a visão do “Estado Ampliado” em Gramsci e a relação com sociedade civil, como os movimentos sociais para entender a lógica do Estado - Mercado - Movimento LGBTI+. Admite-se que Marx não tinha como objeto de análise a sexualidade, em seus estudos, centraram-se em examinar a dinâmica da sociedade burguesa e o modo de produção capitalista. No entanto, compreende-se que a interpretação desse autor possibilita apreender os fundamentos centrais da sociedade de classe, articulado com outros determinantes sociais e como esse modelo de sociabilidade limita à diversidade sexual, anula as potencialidades dos sujeitos.

A sociedade burguesa reproduz reiteradamente um sistema fundado na opressão e na exploração da classe trabalhadora, com o respaldo do Estado, da centralização de um poder político nas mãos de uma classe minoritária. Para David Harvey (2005), pensar a teoria marxista

sobre o Estado é saber que Marx, não desenvolveu em uma única obra a análise sobre essa categoria. Os estudos marxianos sobre o Estado, estão difundidas em suas obras a começar com “A crítica da filosofia do direito de Hegel” de 1843, suas análises desembocam ainda em “O manifesto comunista” de 1848 onde se encontra a célebre menção “que o Estado é o comitê executivo dos negócios da burguesia”. Aprofunda a questão do Estado na obra “O 18 de Brumário” de 1851, e amadurece a concepção estatal na “Crítica do Programa de Gotha” de 1875.

Essas compilações de escritos foram fundamentais para o entendimento acerca da origem e as configurações do Estado burguês na sociedade moderna. É importante ressaltar que nesse item não se faz uma exaustiva análise dessas obras, pois não é o objetivo deste trabalho. Entretanto, pretende-se extrair de modo geral, como a apreensão de Marx sobre o Estado permite compreender a vivência da sexualidade nesse modelo de sociedade limitada, dadas as relações de poder centradas em uma classe. Nessas coletâneas, estão as bases fundantes para compreender a origem do Estado moderno burguês, que emerge a partir do declínio do sistema feudal. Além disso, essas obras apresentam também a decadência ideológica e ética da burguesia. O fim do absolutismo na Europa Ocidental representou as bases de um novo sistema de dominação e organização política e a configuração do conservadorismo que se atualiza por meio do neoconservadorismo. Mandel afirma que o surgimento do:

Estado coincide com a origem da propriedade privada e associa-se, em certa medida, à separação das esferas privadas e públicas da sociedade, inerente à produção simples de mercadorias, com sua fragmentação da capacidade do trabalho (MANDEL, 1982, p.335).

Logo, como já mencionado anteriormente, o Estado surge antes da sociedade capitalista. Nas palavras de Mandel, “[...] o Estado burguês é um produto direto do Estado absolutista, gerado pela tomada de poder político e de sua maquinaria institucional pela classe burguesa” (1982, p. 335). Ademais é no modo de produção capitalista que “o executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX, ENGELS, 2010, p. 42). Essa visão dos autores sobre o Estado é fruto de análises de dois jovens: Marx e Engels em contexto econômico e político de fortes contradições entre o capital versus o mundo do trabalho. As visões desses fundamentos parecem apresentar um Estado “restrito” sem correlações de forças, sem a possibilidade de diálogo, dado pelo fato da burguesia ter rompido com as promessas da então revolução burguesa de 1789, sem possibilidades de lutas e resistências. No entanto, deve-se interpretar que essas análises foram empreendidas num tempo

histórico em que a classe trabalhadora na Europa vivia no flagelo da fome, da exploração, opressão e das amplas desigualdades sociais (TRINDADE, 2011).

Os direitos de cidadania não eram evocados, estavam restritos a pequena camada da sociedade. Não tinham acesso aos direitos sociais, civis e políticos, trabalhavam extensas jornadas (homens, mulheres, crianças e idosos), não tinham direito ao voto, e havia uma forte política de coerção por parte do Estado por meio da intervenção severa. A reatualização das Leis Elisabetanas que culminou na nova Leis dos Pobres na Inglaterra, seu objetivo era punir aqueles que não estavam inseridos no mercado de trabalho, considerados “vagabundos”. Essa era a dura realidade de uma classe que fora transformada em trabalhadores “livres” na configuração de uma força de trabalho “assalariada”, despossuídas das lavouras. Todas essas condições análogas ao trabalho escravizado foram analisadas na obra “O capital”, especificamente no capítulo “Assim a chamada acumulação primitiva” e na Lei Geral da Acumulação que fazem uma ampla cartografia do que representou para o(a)s trabalhadore(a)s a sociedade capitalista (MARX, 2017).

Esse cenário exposto de múltiplas desigualdades sociais e de contradições que os jovens, Marx, juntamente, com Engels, teceram suas primeiras análises sobre o Estado, em que a burguesia transformou as velhas relações feudais em novas relações, “[...] fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas duramente, por uma única liberdade sem escrúpulos: a do comércio” (idem, 2010, p. 42). Nessa compreensão materialista sobre o Estado, Marx e Engels (2010), apresentam que essa esfera é fruto das relações com as classes sociais, de domínio de uma sobre a outra. Portanto, essa organização não é uma força que age externamente, não comanda de forma isolada as relações sociais, mas trata-se de compreender o Estado como produto que se origina a partir de relações de poder estabelecidas nas lutas entre as classes sociais, patrões entre trabalhadores/as.

Pode-se compreender que o Estado tem certas configurações no seu modo de existência. Desde a sua emergência até a forma que adquire o Estado moderno, na sociedade burguesa. Durante o período do capitalismo concorrencial esse tinha uma conformação “restrita” de acesso ao parlamento, nos quais as mulheres, as populações negras e indígenas eram excluídas desses espaços de decisão. Ainda no século XIX a questão dos direitos sexuais não, era tratada, pelo contrário, tinha-se uma forte criminalização da “homossexualidade” considerada “libertinagem” como aponta os estudos de Green (2019). Isso se dava em virtude da formação do Estado se dar pela alta aristocracia, por homens em sua hegemonia das classes privilegiadas e em sua maioria por brancos. Esse era o cenário político da época, que na atualidade se

configura por alguns desses aspectos, porém com mudanças representativas, dada às lutas e as resistências dos movimentos sociais organizados, um processo de avanços e recuos.

Ainda sobre as configurações do Estado, de acordo com Mandel (1982), o parlamento representava uma determinada classe social, à classe dominante, não existia um diálogo com a classe operária, com as reivindicações da classe trabalhadora, quiçá com essas questões mencionadas. Como expressa Harvey:

[...] o Estado se origina da contradição entre os interesses particulares e os da comunidade. No entanto, como o Estado tem de assumir uma existência “independente”, para garantir o interesse comum torna-se o lugar de um “poder alienígena (2005, p. 78).

Por isso, ao colocar a classe trabalhadora como “livre” e assalariada, o capitalismo por meio da ideologia e da alienação tem garantido historicamente a reprodução ampliada do capital. Usa-se da extração da mais-valia gerando um processo historicamente constituído pela estrutura do valor de uso e valor de troca da mercadoria. Uma rotatividade das taxas de lucro, porém essa reprodução e manutenção do mercado capitalista só é possível com o auxílio do Estado, do qual cumprirá algumas funções, sobretudo, em momentos de crise do capital. Como já mencionado anteriormente, o Estado passou por diversas configurações, desde o capitalismo concorrencial, passando pelo capitalismo imperialista ao monopolista. O Estado exerceu distintas posições, mas sempre esteve atrelado à sociedade mercantil, dessa maneira para Mandel “o capital estatal funciona, portanto, como um esteio do capital privado” (1982, p. 340).

Nessa lógica, parte-se da concepção da ampliação do Estado, para entender as correlações de forças que ocorrem nas estruturas orgânicas da sociedade civil na contemporaneidade em relação com as demandas da agenda da diversidade sexual e de gênero no contexto contemporâneo. Oliveira (2016) corrobora ao tratar da relação paradoxal entre o Estado e sua relação com a sociedade civil, especialmente, com o movimento LGBTI+. Segundo o autor essas relações sempre foram complexas, conflituosas, repletas de desafios no campo político, “onde as pautas e demandas deste último entram em conflito com a direção política do Estado, que é gerido a partir da classe dominante conservadora e patrimonialista, fundada no conservadorismo e no moralismo burguês” (Ibidem, 2016, p. 168-169). No entanto, mesmo diante dessas controvérsias encontram-se algumas brechas, pode-se dizer que o século XXI é marcado por conquistas direcionadas a esse segmento, embora com limites, dada a essência sociometabólica do Estado burguês.

Essa sequência de contradições existentes no Estado e sua relação com os sujeitos coletivos, em particular com a comunidade LGBTI+, que também, é um segmento populacional

extremamente diverso que possuem pautas e agendas políticas com demandas distintas de gênero, raça/etnia, classe, nacionalidade e territorialidade, vivenciam questões sobre discriminações e preconceitos também diferenciados. Logo, busca-se em Gramsci (2007), os aspectos centrais para situar de qual Estado examina-se neste estudo, como discorre Drucker (2017), é fundamental o ativismo LGBTI+ entender a essência do capitalismo, acrescenta-se nesta análise a necessidade de apreensão do Estado e sua relação com esses sujeitos.

Assim, como Marx e Engels, Gramsci (2007) similarmente tinha uma concepção analítica materialista sobre o Estado, ao dessacralizar a imagem deste, apontaram seu caráter repressivo, coercitivo e dominante. No entanto, Gramsci apresenta novos elementos. Dedicou-se em examinar as dimensões deste como um aparelho portador de hegemonia, em um tempo histórico que passou por transformações sociais. Além disso, foi um pensador que aprofundou elementos para além das questões econômicas, abordou a questão da política, a moral, a religião, a cultura e a “questão sexual” em “Americanismo e Fordismo” (CC, 4, 2007, p. 249) ao analisar os disciplinamento e regulação sexual da classe trabalhadora para o sistema fordista, uma sexualidade unicamente voltada para reprodução.

É preciso de antemão apontar que as análises empreendidas por Gramsci (1891-1937), se deram em um contexto distinto das que viveram Marx e Engels. A obra gramsciana foi construída em uma conjuntura político-econômica nas primeiras décadas da transição dos séculos XIX e XX. Nesse contexto, a classe trabalhadora transitou por diversas configurações, a exemplo de uma maior organicidade. Eclodiram amplas manifestações, revoltas e lutas por direitos na Europa, fortaleceu-se um sistema de seguridade social europeu, fruto da organização coletiva. Outro aspecto importante sobre as obras Gramscianas refere-se que os elementos que foram construídos se deram no interstício entre duas guerras mundiais, sem o autor vivenciar a segunda.

Durante a Primeira Guerra Mundial a Alemanha saiu derrotada em 1917, e com isso fortaleceu-se no território alemão uma forte política nacionalista-nazista orquestrada por Hitler, como em países que foram aliados como a Itália de Mussolini. O nazi-fascismo trouxe graves consequências para determinadas populações, a exemplo da maior dizimação étnica já praticada na humanidade, o holocausto contra judeus, “homossexuais”, negros e comunistas. Representou a face mais extrema de Estado coercitivo, foi nesse cenário a prisão de Gramsci³¹ (MONASTA,

³¹ Foi nesse contexto supramencionado, que de acordo com Monasta (2010), a principal obra de Antônio Gramsci foi escrita, “Os cadernos do Cárcere” (*Quaderni del Carcere*) até à sua morte em 1937, uma obra com mais de 2848 páginas, todos esses manuscritos foram construídos durante a sua prisão no período do governo fascista de Mussolini na Itália. É preciso ressaltar que Gramsci foi um dos fundadores do partido comunista italiano, sempre

2010). Precedentemente questiona-se como essa obra escrita há mais de oitenta anos pode contribuir com as reflexões sobre o Estado - mercado e o movimento LGBTI+ na contemporaneidade sem cair no risco de uma análise anacrônica?

O pensamento gramsciano apresenta-se fortemente atual. A sua análise sobre o Estado ampliado é relevante para compreender os aspectos de contradições, correlações de forças, embates no cenário político presente. De tal modo como apresenta Coutinho, “[...] Gramsci não inverte nem nega as descobertas essenciais de Marx, mas “apenas” as enriquece, amplia e concretiza, no quadro de uma aceitação plena do método do materialismo histórico” (1988, p.74). Por esse ângulo, para analisar o atual tempo histórico e político do Estado e sua relação com o mercado e a sociedade civil, as análises da ampliação estatal categoria conceituada por Gramsci (2007), mostram-se essenciais para compreender as devidas mediações entre Estado e o Movimento LGBTI+ – este quando se considera a referida sociedade como a portadora material da formação de hegemonia e das correlações de forças.

Além dessas questões aludidas da ampliação do Estado e do seu diálogo com a sociedade civil, para John D’Emilio (2021) desde o final dos 1970 houve em várias partes do mundo um amplas conquistas por parte da população LGBTI+, de legislações atreladas aos direitos humanos desse segmento, tais como: a descriminalização da “homossexualidade” que era tida como crime em muitos países, a aprovação do casamento civil igualitário, a retirada do “homossexualismo” da lista de doenças mentais, são algumas das vitórias desses sujeitos. No entanto, ele alerta para o cuidado dessas conquistas, que de certa forma fazem parte do contexto de ampliação do Estado, mas ampliação para quem?

De toda forma é preciso ressaltar que ao tratar da categoria central da obra de Gramsci nesse estudo o “Estado ampliado - sociedade civil”, tem-se o cuidado em não cair em simplismos e anacronismos sobre o referido autor. Todos os elementos escritos nos “Cadernos do Cárcere”, possuem um grande complexo analítico, redigido de forma assistemática, portanto é uma obra de peso social, que não se pode incorrer no erro de deturpação do seu pensamento. As análises empreendidas fundamentam-se e orientam-se através da utilização do “Dicionário Gramsciano” organizado por Liguori e Pasquali (2014), no qual auxiliou na investigação dos conceitos e categorias diretamente na fonte dos Cadernos do Cárcere, além das contribuições de Coutinho (1988).

esteve atento às lutas operárias, nos seus 46 anos de vida, grande parte foi dedicado à luta dos trabalhadores, intelectual que se preocupava com questão meridional, dos camponeses e com a questão agrária, reivindicava uma aliança entre trabalhadores e camponeses, por defender tais ideias, Gramsci foi preso durante o regime fascista italiano.

É possível identificar nessa obra que o Estado se apresenta como uma teia de conflitos e disputas de classes. De acordo com Prestipino, “o interesse gramsciano pelo Estado se manifesta sob diversas formas. No Q 3, encontra-se um breve esboço da história do Estado: não apenas a distinção entre o Estado antigo-medieval e o moderno” (2014, p. 520). Por conseguinte, Gramsci apresenta o conceito da teoria social de “Estado Ampliado” nas sociedades ocidentais em uma carta³² destinada à sua cunhada, Tatiana Schucht, em setembro de 1931, esboçando os aspectos centrais desse (COUTINHO, 1988).

Gramsci (2007) nessa carta apresenta e explicita a sua interpretação do Estado, esse sendo habitualmente compreendido como apenas pela visão da sociedade política, que por meio da força, da coerção, das ditaduras, dos aparelhos coercitivos como o uso da polícia. Tem por finalidade a adequação do povo ao modelo de produção econômico e político, essa é para o autor uma argumentação de caráter unilateral e limitadora, o Estado é para além dessa interpretação. Gramsci propõe a análise do ponto de vista de pensá-lo como um equilíbrio entre duas unidades inseparáveis: sociedade política e sociedade civil, sendo a sociedade civil conceituada como:

A sociedade civil, no sentido gramsciano, é a esfera da atividade política por excelência, enquanto lugar em que aparecem em cena as organizações assim denominadas privadas (sindicatos, partidos, organizações de todo tipo), que têm como objetivo a transformação do modo de pensar dos homens. Quanto à sociedade civil em sentido estrito, que predispõe as intervenções coercitivas da lei e do direito, é também ela uma instância da transformação social (SUPPA, 2014, p. 1447).

Dessa forma, para Gramsci, o Estado Ampliado comporta duas esferas principais, quais sejam: 1) a “sociedade política – Estado coerção, restrito”; e, 2) a “sociedade civil”, onde não se pode pensar em Estado Ampliado sem a participação da sociedade civil. Portanto, o Estado ampliado em Gramsci se configura pelo seguinte aspecto:

Uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado= sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção) (GRAMSCI, CC 3, 2007, p. 243).

³² “Eu amplio muito a noção de intelectual e não me limito à noção corrente, que se refere aos grandes intelectuais. Esse estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que habitualmente é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para adequar a massa popular a um tipo de produção e à economia e um dado momento); e não como equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através de organizações ditas privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas etc.)” (GRAMSCI apud COUTINHO, 1988, p. 126-127).

Conclui-se que o Estado ampliado é a síntese de correlações de forças entre à sociedade política e a sociedade civil, ademais para Prestipino “[...] o Estado constitui também o terreno do conflito de classe, é, ao mesmo tempo, instrumento (de uma classe), mas também lugar (de luta hegemônica) e processo (de unificação das classes dirigentes)” (2014, p. 519). Por esse ângulo compreende-se que houve algumas transformações e reconfigurações do Estado contemporâneo. Não é mais aquela organização “restrita” de cunho coercitivo como foi no século XIX, onde o Estado em sua estrutura política liberal era mínimo para os direitos sociais, civis e políticos.

Ampliação que se deu foi fruto da organização da sociedade civil, por meio dos partidos de esquerda e das sistemáticas lutas da classe trabalhadora, dos movimentos sociais, que se desenrolou na transformação da sua composição, “[...] mediante um intenso processo de socialização da política ancorado no sufrágio universal, no surgimento dos partidos e sindicatos de massa, que abriram espaço para a participação das classes trabalhadoras na defesa de seus direitos” (SIMIONATTO, 2006, p. 3-4). E que para Mandel (1982), após a Segunda Guerra Mundial houve uma intensa reconfiguração geopolítica do capitalismo internacional. Esse sistema vivenciou uma longa onda expansiva da economia entre os anos 1945 a 1969. A expansão econômica se deu a partir de mudanças na economia e na política pós-crise de 1929 e continuou após a Segunda Guerra Mundial, com regulação do Estado, tanto no plano econômico como no social, com as políticas keynesianas.

Posteriormente com a reconstrução da Europa, essa restauração capitalista trouxe fortes consequências do ponto de vista organizativo da classe trabalhadora, especialmente, com uma maior regulação do Estado, esses sujeitos foram marcados por uma forte política de incentivo ao consumo. Desde a crise de 1929 que a economia global ficou devastada e para retomar as taxas de lucro foram necessárias várias medidas. Boschetti e Behring (2008), afirmam que a mudança econômica se deu com as ideias do economista John Keynes que defendia a intervenção do Estado para reanimar a produção e a circulação da mercadoria por meio do consumo, circulação em massa de mercadorias, assim, “[...] o Estado, com o Keynesianismo, tornou-se produtor e regulador, o que não significava o abandono do capitalismo ou à defesa da socialização dos meios de produção. Keynes defendeu a liberdade individual e a economia de mercado” (idem, 2007, p. 84).

As autoras afirmam ainda que durante essa expansão houve uma maior regulação do “Estado Social”³³, sinteticamente com: a defesa de uma política de pleno emprego com a fusão do Keynesianismo com o fordismo o que gerou um aumento da renda do/as assalariado/as, ampliação dos serviços públicos por meio das políticas sociais universalistas e um forte apelo a política de consumo, importante salientar que isso se deu no contexto europeu (idem, 2007). A América Latina, vivia nesse momento políticas de desenvolvimentos baseados na lógica “desenvolvimentista” amparados nos preceitos cepalinos da modernização conservadora.

No entanto, esse modelo de acumulação, denominado dos “anos de ouro” do capitalismo, se esgota no final dos anos 1960. Segundo Mandel (1982) um dos grandes pilares da crise estrutural do capital se deu por conta da crise do petróleo no Oriente Médio, o aumento do preço do barril destruiu diversas economias no mundo inteiro. Mészáros (2010), afirma que o caráter histórico da crise pós anos 1970 foi universal, atingiu diversas esferas produtivas, partindo da produção até à financeirização, e, especialmente, as relações socioculturais, reside desse contexto a formulação de novas estratégias colonialistas por parte dos Estados-nações, com incentivo a guerras e ao consumo demasiadamente.

Nesse contexto, na América Latina houve diversos golpes civis-militares que ceifou a democracia nesse continente e as reformas em curso. Os impactos da crise comprometeram tanto os países do hemisfério sul como os do hemisfério norte, que experimentaram as implicações do colapso mundial, de forma permanente e extensa, como tal característica “seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro” (idem, 2010, p. 70).

Tanto Mandel (1982), Mészáros (2010) como Chesnais (2012) consideram que a crise do capital contemporâneo é de cunho estrutural. Trouxe como consequências as diversas dimensões da sociabilidade metabólica desse sistema. As deficiências no sistema produtivo geraram, o que é central na Lei Geral da Acumulação, um esgotamento na lucratividade. Não é somente uma questão da oferta e da demanda, mas sim de uma maior produção, o que trouxe como consequência uma tensão na superprodução mundial, sem circulação. Esse é o momento

³³ Parte-se da seguinte análise: “Cabe, desde logo, um registro de fundamental importância: designar de “Estado Social” a regulação econômica e social efetivada pelo Estado no capitalismo tardio não significa atribuir ao Estado uma natureza anticapitalista, a menos ainda lhe atribuir qualquer intencionalidade de socializar a riqueza por meio de políticas sociais. Trata-se, ao contrário, de tentar lhe atribuir uma designação ou caracterização para demonstrar que o fato de assumir uma “feição” social por meio de direitos implementados pelas políticas sociais não retira do Estado sua natureza capitalista e nem faz dele uma instância neutra de produção de bem-estar” (BOSCHETTI, 2016, p. 24).

da crise, em que a lógica capitalista não encontra o consumo, provocando a ocorrência de drásticas consequências na sociedade, suscitando contradições para superá-las. Nesse decurso o Estado novamente foi requisitado, porém, na perspectiva de resguardar a economia por meio da neoliberalização, com amplas medidas de austeridades fiscais, formulações³⁴ de legislações que salvaguardam o sistema.

O Estado contemporâneo foi extremamente atuante para o fortalecimento da restauração do capital, nessa intervenção estatal o mercado ganhou centralidade no cenário político-econômico por meio da reprodução ideológica disseminada contra as políticas estatais, em defesa das privatizações e da apropriação do fundo público como discorre Salvador (2010). Inicialmente, fortaleceu-se o incentivo do sucateamento da máquina pública e de todas as políticas sociais essenciais como: saúde, educação, previdência, assistência social, habitação, cultura, em meio a tudo isso cresceu vertiginosamente a desigualdade social mundial. Segundo Mota (2015) esse modelo de destruição da seguridade social foi incentivado com o apoio conjunto de setores empresariais, da burocracia estatal e da mídia.

Posteriormente, iniciou o forte incentivo das privatizações desses direitos sociais, transformando-os em serviços comprados no mercado. Esse procedimento Harvey (2014) denomina de espoliações³⁵ contemporâneas, com a finalidade da apropriação dos recursos públicos e da financeirização da economia. Assim, para Simionatto “[...] o consumidor toma o lugar do cidadão, e todos nos tornamos "cidadãos-clientes". As empresas privadas e o mercado transformam-se nas instituições basilares por excelência no desenvolvimento das atividades sociais e coletivas” (2006, p. 8). Portanto, essas reconfigurações não foram somente no âmbito da economia, mas nas diversas dimensões da vida, dos valores, nas normas sociais e no cotidiano, fomentou-se uma “cultura da crise” parafraseando Mota (2015).

Esse cenário de apropriação dos recursos públicos e de neoliberalização da economia não se deu de forma pacífica e harmônica. Surgiram nessa conjuntura resistências em vários

³⁴ De acordo com Mészáros “as formulações estatais historicamente dadas pelo sistema do capital devem afirmar como executoras eficazes das regras necessárias para a manutenção da ordem sociorreprodutora estabelecida. Naturalmente, a “lei” deve ser definida e alterada em conformidade, a fim de atender às mudanças nas relações de poder e às alterações correspondentes dos antagonismos fundamentais inseparáveis do metabolismo de reprodução social do capital” (2015, p. 56).

³⁵ Por “a acumulação por espoliação pode ser aqui interpretada como o custo necessário de uma ruptura bem-sucedida rumo ao desenvolvimento capitalista com o forte apoio dos poderes do Estado” (HARVEY, 2014, p. 128). Diz ainda o autor “a acumulação por espoliações se tornou cada vez mais acentuada a partir de 1973, em parte como compensação pelos problemas crônicos de sobreacumulação que surgiram no âmbito da reprodução expandida. O principal veículo dessa mudança foi a financialização e a orquestração, em larga medida sob a direção dos Estados Unidos, de um sistema financeiro internacional capaz de desencadear de vez em quando surtos de brandos e violentos de desvalorização e de acumulação por espoliação em certos setores ou mesmo em territórios inteiros” (Idem, p. 129).

espaços, a exemplo do maio de 1968 na França, que se tornou do ponto de vista político uma referência das lutas sociais e para pensar o papel das novas esquerdas. Eclodiram movimentos ambientalistas, estudantis, contra culturais, étnico-raciais, feministas. Foi nessas circunstâncias que “a esquerda passou a ter um papel proeminente no movimento lésbico/gay, através de coletivos e de publicações em cidades como Londres, Los Angeles, Nova Iorque, Boston, Toronto e São Paulo” (DRUCKER, 2017, p. 202).

Nesse contexto “de lutas que se seguiram levaram a vitórias – especialmente leis contra discriminação – que tornaram possíveis, pela primeira vez, comunidades lésbicas/gays massivas e abertas” (idem, p. 202) e que o Estado neoliberal soube ideologicamente capturar essas conquistas a seu favor, ou seja, mesmo esses sujeitos coletivos “terem obtido significativas vitórias no âmbito social e político, e adquirido, enquanto classe, notável alteridade em relação à burguesia e ao Estado, elas não conseguiram interferir, significativamente, na ordem econômica” (MOTA, 2015, p. 115).

Diante desse cenário, a crise tornou-se um ponto fulcral como parte do modo de existência da sociedade burguesa contemporânea, trazendo diversas implicações para a classe trabalhadora e aos movimentos sociais organizados, inclusive o avanço do neoconservadorismo e de pautas atravessadas pela ideologia neoliberal. É preciso entender o surgimento desse colapso que se alastra pelo mundo agudizando a miséria, as desigualdades sociais e as diversas expressões das violências. Assim, com a emergência de novos fenômenos sociais a saber o homonacionalismo de Estado-nação e de mercado que capturam esses sujeitos em defesa de uma agenda política. Observa-se que diante dessa condição se desenvolveu no mundo ocidental uma ampla abertura do mercado de consumo destinado aos sujeitos LGBTI+, em particular aos gays e as lésbicas.

As décadas de privatização neoliberal e de desregulamentação foram também as décadas do que Alan Sears chamou de “desregulamentação moral”, quando algumas restrições sexuais que atuavam como barreiras à acumulação do capital foram removidas. Isto facilitou a proliferação de boates, bares, saunas (para homens gays e bissexuais), publicações, chats, etc. LGBTs. Novos nichos de mercado gays e lésbicos se tornaram o centro dinâmico de espaços nos quais homens e mulheres pudessem explorar, exercer e celebrar seus desejos pelo mesmo sexo (DRUCKER, 2017, p. 203).

A rigor, foi nesse contexto de emergência da neoliberalização da economia e da vida social que durante os anos 1990 segundo Drucker (2017) houve, também, entre as identidades gays/lésbicas um maior acionamento desses sujeitos a agendas homonormativas. O referido autor aponta cinco elementos na contemporaneidade dessa captura regimental das identidades gays/lésbicas que é “a autodefinição da comunidade lésbica/gay como uma minoria estável, o

aumento da conformidade de gênero, a marginalização das pessoas trans, a maior integração à nação e a formação de famílias lésbicas/gays normalizadas” (DRUCKER, 2017, p. 197).

Esses elementos estão circunscritos em uma política de acionamento do Estado e do mercado sobre essa comunidade. Para Drucker (2017), o primeiro elemento que coloca as pessoas gays e lésbicas como uma “minorias estável” referem-se ao processo de incorporação desses sujeitos como minoritários na sociedade heterossexual, isso influi na normatização dos espaços da sociedade voltados para essa população, com locais específicos destinados a esse público.

O segundo aspecto para o autor, refere-se à incorporação do modelo heterossexista de sociedade na conformação dos gêneros por essas identidades. Não mais ligados a uma perspectiva de contestação às essas normas sociais, como desenvolviam os grupos dissidentes durante a década de 1960³⁶, mas de um enquadramento a uma política sexual e de gênero, retificadora do modelo heterossexual após os anos 1970. Ou seja, uma padronização dessas identidades por meio de legislações, quanto mais próximo o sujeito estiver adequado ao modelo heteronormativo, mais possibilidades de acesso às políticas de “cidadania de consolação” este indivíduo será contemplado.

Isso culmina no terceiro elemento, segundo Drucker (2017), voltada para uma política cisnormativa³⁷ de controle, de subalternização da população trans em relação às políticas estatais. Ao passo que gays e lésbicas conseguiram a retirada da “homossexualidade” da lista de doenças mentais, as travestis e transexuais seguem patologizadas, controladas pela medicalização sob o aval do Estado por meio das trans-exclusões. Porém, são essas da comunidade LGBTI+ as que mais desafiam ao regimento de gênero e sexualidade, contestam as narrativas de adequação a heteronormatividade.

Seguindo essa argumentação para Drucker (2017), o quarto elemento analisado refere-se à integração da comunidade gay/lésbica as políticas em defesa da nação por meio do

³⁶ “Drag queens que desempenharam um papel de liderança nos levantes dos anos 1960, descobriram a partir da década de 1970 que, enquanto em seu conjunto aumentava a tolerância às lésbicas e gays, a tolerância à não conformidade de gênero em muitos espaços lésbicos/gays diminuía. Com o declínio do fordismo exercendo pressão sobre os programas estatais, uma ênfase renovada na centralidade da família colocava um freio no afrouxamento das normas de gênero que caracterizou os anos 1960. Este giro conservador na sociedade foi acompanhado por um afastamento de homens gays da androginia e do casual bending gender dos anos 1970”. (DRUCKER, 2017, p. 205).

³⁷ De acordo com Bauer entende-se por cisnormatividade “[...] a expectativa de que todas as pessoas são cisgêneras, que aqueles assignados machos ao nascimento crescerão para serem homens e aquelas assignadas fêmeas ao nascimento crescerão para serem mulheres. A cisnormatividade modula ações sociais como a educação de crianças, as políticas e práticas de indivíduos e de instituições, e a organização do amplo mundo social pelos meios pelos quais as pessoas são contadas e o sistema de saúde é organizado” (2009, p. 356 apud BONASSI, 2017, p. 29).

homonacionalismo, da homonormatividade, da excepcionalidade sexual imperialista. A reiteração de uma política de sexualidade ocidental ao passo da marginalização das identidades sexuais muçulmanas. Essas políticas fazem parte desse acionamento em defesa das nações imperialistas e a normalização das famílias gays/lésbicas, com a crescente liberalização de legislações em defesa dos casamentos e adoções por esses casais, cumprem a função de uma política de barganha em intervenção da nação vigiada pelo Estado. Esses traços da análise por Drucker estão em sintonia com estudos empreendidos por Duggan (2004), Puar (2017) e Schulman (2019) e servem como síntese analítica deste capítulo.

CAPÍTULO II

2. “O HOMONACIONALISMO NOS TRÓPICOS”: O PROCESSO HOMONACIONALIZADOR NO CONTEXTO BRASILEIRO

No capítulo anterior desenvolveu-se a uma aproximação conceitual ao fenômeno homonacionalista, contextualizando-se o homonacionalismo de Estado-nação e de mercado nos Estados Unidos e Israel, como territórios onde esse fenômeno ocorre de maneira acentuada, conforme Puar (2017). O propósito foi examinar como o fenômeno é parte do recrudescimento mundial da perspectiva ideológico-política neoliberal e neoconservadora. Apontou-se assim os fundamentos do homonacionalismo, no contexto geopolítico internacional, a partir da discussão da instrumentalização do segmento LGBTI+, por meio de políticas de reconhecimento, baseadas em perspectivas homonormativas e focadas no consumo.

O presente capítulo destina-se a apresentar alguns elementos da formação da sociedade brasileira, em relação às sexualidades dissidentes. A finalidade é situar as particularidades de como se manifesta o homonacionalismo de Estado-nação e de mercado no contexto local, para posterior entender a singularidade da capital cearense. Assim, busca-se neste capítulo os fundamentos teóricos da nação brasileira, expondo os antagonismos de uma sociedade construída sob as bases dos desejos da elite nacional, caracterizados pelo autoritarismo, elitismo, racismo, sexismo e pela xenofobia, assentadas em uma estrutura colonialista-escravista, de capitalismo periférico e de economia dependente, desigual e combinada (FERNANDES, 1975; IANNI, 1992; MISKOLCI, 2012).

Na segunda parte, desenvolve-se uma apreciação histórica sobre o surgimento do “movimento homossexual” ao movimento LGBTI+ na realidade nacional, tendo por objetivo apresentar as principais características, pautas, demandas, lutas e desafios desses sujeitos coletivos. Recupera-se a história do ativismo LGBTI+ brasileiro, haja visto que foi necessário para localizar as contradições que perpassam essas organizações, compreendendo não de forma endógena e nem estática, mas situando-os no decorrer da história. Por fim, a sua relação paradoxal com o Estado e com o mercado, fundamental, para assinalar a última parte do capítulo que se refere ao processo de manifestação do “homonacionalismo à brasileira”.

2.1 “Os desejos da nação”: os fundamentos da formação social brasileira e a sexualidade

O capítulo anterior abordou o conceito de homonacionalismo, a partir da manifestação desse fenômeno no contexto internacional. Buscou-se a partir das reflexões de Jasbir Puar (2017), apreender os principais elementos que caracterizam essa realidade, tendo em vista seu espraiamento em Israel e nos Estados Unidos. Como esses países se utilizam do homonacionalismo de Estado-nação e de mercado, por via do *pinkwashing*, para defesa de uma política nacionalista, muitas vezes baseada em atitudes de cunho xenofóbico e racistas. Como aponta a Autora, além desses dois países, várias nações, em defesa de princípios nacionais imperialistas, têm se utilizando dessa estratégia, adotando um projeto de normalização das identidades sexuais, inclusive, o Brasil, como destaca Bento (2018), ao abordar o “*pinkwashing* à brasileira”.

Entender as particularidades da manifestação do homonacionalismo no contexto nacional atual e as premissas do mercado de consumo voltado para a população LGBTI+ no Brasil e em Fortaleza, requer contextualizar os fundamentos da formação social brasileira, e, no Ceará. Inicialmente, tem-se como central nessa discussão, apreender as principais características da nação brasileira e a sua formação, tendo como suporte teórico-analítico a partir das reflexões e fundamentações em Chauí (2013), Fernandes (1975), Ianni (1992), Marini (1973), Miskolci (2012), Moura (1994), Prado Jr. (2011), Vainfas (2017) e Trevisan (2018).

Considera-se essencial entender a dinâmica da nossa formação social e a questão da invisibilidade histórica das sexualidades dissidentes, nesse contexto. Enquanto país de economia periférica que retrata, particularidades da construção das sociabilidades homoeróticas, caracterizadas por um longo período da nossa memória em espaços de lazer e sociabilidades baseados nas estruturas dos “guetos”. Para MacRae (1993), esses espaços foram essenciais para que esses sujeitos pudessem vivenciar a sexualidade, construíssem redes, se organizassem coletivamente e se afirmarem. Visando autoconfiança e, em simultâneo, produzirem estratégias de sobrevivência em uma sociedade marcada pelo estigma, pela violência estruturada no machismo, consequências de um país fundado em rígidas relações patriarcais de gênero e sexualidade.

Esses espaços funcionaram como preâmbulos dos mercados de consumos voltados para população LGBTI+, especialmente, a partir da década de 1990, com a massificação das Paradas do Orgulho LGBTI+ por todo o país. Esses lugares passaram por transformações, tanto do ponto de vista do acesso como da visibilidade, quando esses sujeitos organizados coletivamente,

ganharam maior representatividade no cenário nacional, ampliaram-se os bares, boates, turismo, voltados para esse segmento (FRANÇA, 2006).

Desse modo, o gueto “saiu do armário”, e o “gueto” transformou-se em mercado de forma que se ampliou em uma grande oferta de serviços que perpassam das boates até as empresas para festas de casamentos. Tornou-se visível recentemente, é por isso que para compreender esses processos de transformações sociais e que ocorrem, também, nesse mercado, tem-se a necessidade de buscar na história as respostas para essas questões. Sobretudo, por entender que as poucas políticas de cidadania e reconhecimento para essa população são bastante atuais e que o mercado toma maior amplitude em meio a perspectiva do consumo.

Assim, procurou-se resgatar os aspectos centrais do desenvolvimento econômico, político, social e cultural do país, a fim de demarcar as características do cenário brasileiro, substanciais na manifestação do processo homonacionalizador. Portanto, interpretam-se articuladamente as dimensões de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade na construção dessa nação, para entender as complexas relações estabelecidas em nosso país.

Como tal característica, pode-se dizer que a nação brasileira foi fundada em valores tradicionalistas, pautados em uma estrutura altamente autoritária, com marcas profundas do machismo, do racismo e do sexismo-heterossexual. O abismo das desigualdades sociais e econômicas nesse território, são frutos de uma herança colonialistas fincadas no escravismo, que conforma um país, acentuado por assimetrias regionais, ao mesmo tempo, de ampla diversidade sociocultural e local, esses são aspectos contraditórios desse desenvolvimento heterogêneo.

Além disso, a construção do Brasil, enquanto nação, reside numa sociedade fundada por grandes concentrações de territórios, centradas na figura dos latifundiários. A sua governabilidade se deu por dimensões autocratas, coronelistas, populistas, patriarcalistas e com dimensões arcaicas, materializadas no imaginário do que afirma Sergio Buarque de Holanda (2015) no “homem cordial”, expressão essa cunhada em sua obra *Raízes de Brasil*, como expressão de um Brasil moderno, no qual o “arcaico possui desejo de novo”, como tão bem caracteriza Chauí (2013).

Diversos intérpretes buscaram examinar a realidade brasileira e apreender os sentidos e os “desejos da nação”, configurada por amplas desigualdades sociais e econômicas. Nesse sentido, Ianni (1992), valendo-se das interpretações de Caio Prado Jr. sobre a formação social do Brasil contemporâneo, dimensionou três aspectos centrais para apreender esse país: primeiramente o sentido da colonização como referência central; o segundo aspecto

mencionado pelo autor, refere-se ao peso do regime de trabalho escravista e a dimensão do desenvolvimento desigual e combinado (Idem, 1992).

É importante compreender que essas três dimensões de forma articuladas e que não atuam separadamente, fazem parte de uma totalidade, em articulação da constituição da sociedade brasileira. A nossa formação social enquanto projeto de nação é atravessada por uma divisão sexual, racial e social do trabalho. É impossível pensar a realidade brasileira sem trazer esses elementos que estão imbricados no processo de determinação desse território, portanto, a categoria trabalho é a peça central desse mosaico.

A rigor não se pretende fazer uma ampla análise sobre a categoria trabalho tal discussão já foi amplamente discutida por muitos teóricos/as no âmbito do marxismo (BARROCO, 2010; NETTO & BRAZ, 2010; CISNE & SANTOS, 2018). O que alude nesse momento é destacar os pressupostos do mundo do trabalho e da sua dominação como uma direção fulcral do desejo da nação brasileira. É do trabalho que os indivíduos sociais materializam projetos de vida, e que se estrutura todo um modo de sociabilidade, mas também de contradições, pois fincadas em relações sociais centradas no modelo de sociedade capitalista, racista, hétero-patriarcal e sexista de opressão e a exploração das classes subalternizadas (SANTOS & CISNE, 2018).

Como primeiro elemento discorre-se sobre a relação social histórica da formação, que se refere ao sentido da colonização no Brasil, do qual deixou marcas profundas presentes na atualidade. Um território espoliado e assaltado pelas elites burguesas, apenas para atender um único objetivo imperialista - o mercantilismo alude sinteticamente Prado: “[...] veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes, depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso” (2011, p. 29).

Isto posto, pensar a realidade do contexto latino-americano, em especial do Brasil, requer apresentar a estrutura político-econômica colonial. Pautada em uma trajetória de lutas de classes, que rebatem diretamente na vida de determinados segmentos sociais, cujas corpos são alvos constantes de violações de direitos, postas pelo autoritarismo das elites, um passado que ainda se manifesta, ou seja, “[...] prevaleceu foi o passado, a continuidade colonial, o escravismo, o absolutismo. O modo pelo qual se organizou o Estado nacional garantiu a continuidade, o conservantismo, as estruturas sociais herdadas do colonialismo” (IANNI, 1992, p. 14). Portanto, um país que se define na contemporaneidade com:

[...] o passado colonial que se balanceia e encerra com o século XVIII, mais as transformações que se sucederam no decorrer do centênio anterior a este e no atual. Naquele passado se constituíram os fundamentos da nacionalidade: povoou-se um

território semideserto, organizou-se nele uma vida humana que diverge tanto daquele que havia aqui, dos indígenas e suas nações, como também, embora em menor escala, da dos povos portugueses que empreenderam a ocupação do território (PRADO, 2011, p. 8).

Pode-se aferir na apreciação do autor que os primeiros fundamentos da concepção de nacionalidade brasileira, se deu, mediante a colonização, dizimação e genocídio dos povos originários, “povoou-se um território semideserto”, soa quase como harmônico, sem contradições. No entanto, sabe-se que tal processo não foi tão condizente com essa harmonia, não era um território deserto, viviam em terras brasileiras inúmeras populações indígenas, a violência foi a marca central desse sistema colonizador-dizimador. Por vez,

A aventura colonial dos povos europeus, a partir do século XV, não foi apenas um ato de expansionismo geográfico, com o objetivo de conseguir novas áreas de dominação e rotas comerciais e marítimas. Este foi o processo horizontal e visível desse processo violento. Mas foi, também, um complicador étnico e um mutilador e estrangulador cultural (MOURA, 1994, p. 125).

Um “mutilador étnico” porque os povos indígenas foram espoliados de suas terras e expulsos, inúmeros povos que aqui viviam foram dizimados pelos colonizadores europeus, mediante as invasões bárbaras colonialistas. Diversas comunidades indígenas foram escravizadas, muitos dos quais não resistiram às brutalidades do trabalho escravista. Um regime explicitado pela violência perversa, cicatriz essa que foi central na construção da nação brasileira, onde mulheres indígenas tiveram seus corpos violentados, forçadas a atender os desejos dos colonizadores brancos-europeus. Portanto, a nossa história é assinalada pela reiteração constante da violência, do cerceamento da liberdade, do exercício do controle e do poder, da dominação, opressão e exploração pelo trabalho sobre determinados sujeitos, a saber: populações indígenas, negros, mulheres e LGBTI+.

Além dessas marcas abruptas de violências materiais, físicas, sexuais, houve também um “estrangulamento cultural”. A prática da violência simbólica e do etnocentrismo, “o processo civilizador” demandado pela corte portuguesa nas terras colonizadas proibia que as populações indígenas cultuarem seus deuses e entidades (MOURA, 1994). A Igreja Católica exerceu um forte poder de catequização compulsória de inúmeros indígenas. Esse ordenamento representou uma das faces mais violentas e autoritárias da colonização em terras brasileiras. Como destacado por Vainfas, “[...] a expansão do catolicismo esteve presente desde os começos da colonização, estimulada não por Roma, mas pelos reis, que através do padroado exerciam absoluto controle sobre as Igrejas espanhola e portuguesa” (2017, p. 39).

A dominação da Igreja Católica no Brasil colônia, exerceu o poder de vida de morte, além do processo de catequizar a nação indígena de forma forçosa, desempenhou o controle como justificativas pautadas no sistema de valores morais da doutrina do catolicismo, em virtude da contrarreforma da Igreja e da sua ambição pela expansão. Na visão de Vainfas (2017), os indígenas eram tratados como de forma “animalizada”, desumanizados de sua própria existência pelos colonizadores. Ademais, os jesuítas impuseram um intento domínio, como a ocultação dos corpos, a imposição a doutrina do catolicismo, eles eram submetidos aos batizados e forçados ao casamento monogâmico cristão, portanto: “animalização e demonização andaram de braços dados nesses discursos, que, essencialmente jesuítico, se espalharia entre outros religiosos e leigos até bem avançado o século XVIII” (VAINFAS, 2017, p. 46) para o comando e a colonização desses povos, inclusive, de restrição da autonomia e liberdade.

Além do controle, opressão e exploração sobre os indígenas, houve também uma ampla fiscalização com punições severas contra os sodomitas e as tríbades³⁸. O primeiro termo era usado para referir-se aos homens que praticavam relações sexuais homoeróticas e o segundo as mulheres lésbicas. Nos relatos dos primórdios da colonização, o próprio Trevisan (2018), afirma que a “homossexualidade” no Brasil colônia, teria sido trazida, pelos colonizadores europeus, em particular os portugueses. Apesar de já existir entre algumas populações indígenas as relações homoeróticas, muitos desses navegantes passavam dias e dias entre homens nos navios até chegarem em terras brasileiras, muitos desses passavam a ter relações sexuais entre si, além da vinda dos degradados “homossexuais”.

Outrossim, segundo o autor durante os séculos XVI e XVII a prática “homossexual” era considerada um “vício italiano”, referindo-se que durante o período renascentista, os italianos tiveram mais liberdades para vivenciarem o homoerotismo, influenciados pela antiga cultura grega-medieval. Já “no Brasil sabe da existência de muitos sodomitas portugueses para aqui degradados, alguns dos quais chegaram a depois ser interrogados pela Inquisição na colônia” (Idem, 2018, p. 121). Sobre as cruéis punições contra os sodomitas nos relata Trevisan as principais formas eram:

³⁸ “No caso das mulheres lésbicas, empregava-se o termo “íncuba” para definir à parceira ativa, que “se deita por cima, como homem”. “Somítego” (variante: “somítico”), “sodomita” ou “sodomítico” era o homossexual masculino. À relação homossexual feminina (sodomia foeminarum, no dizer culto dos teólogos) denominava-se “amizade nefanda”, “amizade desonesta” ou “amizade tota e de pouco saber”. Curiosamente, também o lesbianismo era chamado pelos inquisidores de “pecado nefando” e “sodomia”, mesmo quando não se explicita qualquer tipo de penetração, anal ou não, com instrumentos artificiais, numa relação entre duas mulheres (TREVISAN, 2018, p. 138).

As punições da Inquisição portuguesa variaram: flagelações, penitências públicas, multas em dinheiro, confisco total ou parcial dos bens, degredo, trabalho forçado nos galés, prisão perpétua e condenação a morte por fogueira. Neste último caso, o condenado era entregue às mãos do Tribunal secular, pois à Igreja se recusava a executar a sentença que ela própria prescreverá (TREVISAN, 2018, p. 134).

A inquisição foi um verdadeiro martírio para aqueles e aquelas que eram acusados de sodomia³⁹ durante o período colonial, que ousavam dizer sobre seus amores e afetos. A contrarreforma da Igreja Católica estabeleceu o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição que atuou em quase toda América Latina. Conforme afirma Trevisan (2018), o tribunal começou suas atividades no Brasil entre os anos de 1536 até meados de 1765, “em princípio, admite-se que a primeira Visitação do Santo Ofício no Brasil ocorreu em 1591, na Bahia, partindo em 1593 para Pernambuco, onde permaneceu até 1595. Sabe-se também que, em 1605, o Santo Ofício visitou o Rio de Janeiro” (Ibidem, 2018, p. 133).

As visitas tinham como objetivo restabelecer à fé a partir dos preceitos da doutrina católica, punir e condenar todo e qualquer sujeito que fugisse dos ensinamentos do catolicismo, sobretudo, aqueles denunciados como feiticeiros, bruxas, libertinos, sodomitas. Além desses aspectos mencionados pelo autor, existia todo um rito da punição e do controle. Como descrito por Trevisan (2018), quando o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição chegava em terras brasileiras, todos eram obrigados a confessar seus pecados. As pessoas, também, podiam denunciar qualquer indivíduo que rompesse ou infringisse os preceitos da doutrina católica, no entanto existia uma verdadeira hierarquia nos atos de julgamentos pelo tribunal baseada em determinações classistas, como assevera Vainfas:

A população miserável e superexplorada da Colônia - forros, desclassificados, índios, escravos, criados - foi muito acusada de faltas morais e sexuais, perfazendo 41% dos denunciados; em contrapartida, somente 15% dos acusados pertenciam à grei dos senhores de engenho, altos funcionários da governança local, juizes, autoridades eclesiásticas, mercadores e fazendeiros, unidos em regra por laços de parentesco (2017, p. 298).

Esses dados mencionados pelo autor, apresentam as peculiaridades das contradições existentes em nosso país, desde a nossa formação social, a elite foi privilegiada. Além disso, expõe as gritantes diferenciações entre as classes sociais, desde os tempos mais longínquos em

³⁹ “Entre 1587 e 1794, a inquisição portuguesa registrou 4.419 denúncias. Estas incluíam tanto os suspeitos de terem praticado sodomia quanto os que forneciam confissões atestando o fato de terem cometido o “pecado abominável e pervertido”. Do total, 394 foram a julgamento, dos quais trinta acabaram sendo queimados: três no século XVI e 27 no século XVII. Os que não recebiam pena de morte podiam ser condenados a trabalhos forçados nos navios de guerra do rei ou ao auxílio temporário ou perpétuo na África, Índia ou no Brasil” (GREEN, 2019, p. 66)

que as elites burguesas tanto na Europa, como no Brasil, puderam e tiveram condições materiais para viverem os prazeres da sexualidade, com amenizações nas punições e uma tolerância no controle, enquanto isto as populações indígenas, as escravizadas e até trabalhadores livres eram submetidos as mais rígidas fiscalizações e frequentemente condenados e punidos.

Finalmente, não bastasse todos os aspectos de martírio, de torturas e crueldades praticadas pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, para Trevisan ainda “houve muita disputa para o controle dos processos inquisitoriais, justamente porque os bens dos suspeitos ou condenados eram confiscados - em parte ou em sua totalidade - e entregues à Coroa” (2018, p. 134), mostrava-se desde a gênese das colônias um apreço tanto do Estado, como da Igreja católica pelos bens materiais dessa população.

Cumprе ressaltar que, de acordo com Green (2018), as mudanças de legislações no Brasil trouxeram algumas conquistas em relação a esses sujeitos. Apesar de serem limitadas, a nova promulgação do Código Penal Imperial de 1830, excluía qualquer menção aos “atos de sodomia”, embora antes dessa data as relações homoeróticas eram consideradas como crime contra moral. As pessoas se relacionavam na clandestinidade, não havia de forma alguma espaço para a visibilidade da sexualidade que não fosse condizente com a heterossexual. Mesmo com as mudanças legais no código penal, Green afirma que “o Artigo 280 do Código brasileiro punia atos públicos de indecência com dez a quarenta dias de prisão e uma multa correspondente à metade do tempo de reclusão” (2018, p. 66-67). Era ilegal relações homoeróticas publicamente, tudo era exercido de forma extremamente discreta. Segundo o autor, a sodomia só deixou de ser crime em todo o território brasileiro, após a Proclamação da República, com o novo Código Penal de 1890, apesar da Legislação descriminalizar a “homossexualidade”, manteve-se criminalizada pela sociedade moralista.

Essas são algumas das tendências sócio-históricas do papel da colonização na construção do *ethos* da nação brasileira. Um país atravessado por uma economia de agro exportação destinada a subsidiar as produções dos países imperialistas, em especial, Portugal, posteriormente Inglaterra. Além desses, aspectos econômicos do colonialismo, acompanha-se a relação de mando, violência e autoritarismo contra o seu povo, em oposição a população indígena que foi dizimada na gênese do povoamento, com o papel fundamental da Igreja na estruturação dessa nação, da qual por meio dos dogmas do catolicismo fomentou uma estrutura de poder e controle sobre os corpos nos “trópicos dos pecados”, como analisou a historiografia de Vainfas (2017).

Portanto, o colonialismo no Brasil foi parafraseando Moura (1994), foi um complicador étnico, mutilador e estrangulador cultural, tanto dos povos originários que aqui viviam como da população negra:

Complicador étnico porque introduziu compulsoriamente nas áreas colonizadas - América do Norte, Caribe e América do Sul - o componente africano que veio não apenas dinamizar demograficamente essas áreas, mas, também, involuntariamente consolidar, com o seu trabalho o escravismo nessas colônias. Mutilador e estrangulador cultural porque impôs pela violência, direta e indireta, os seus padrões culturais e valores sociais usando para isto desde a morte e a tortura até a catequese refinada chamada de evangelização para dominar os povos escravizados (MOURA, 1994, p. 125).

O segundo elemento para entender o Brasil contemporâneo, concerne em situar e apreender as determinações do regime de trabalho escravista nos trópicos, não sob a perspectiva teórica de Prado Jr (2011). Mas a partir da concepção de Moura (1994) e González (1984), autore/as negro/as que se dedicaram a interpretar a formação social do Brasil e o escravismo do ponto de vista da análise situada.

A economia brasileira desenvolveu-se, conforme Moura (1994), mediante uma produção pautada nas lavouras de agroexportação. Primeiramente o pau-brasil, depois a cana-de-açúcar, algodão, o ouro e o diamante nas Minas Gerais, posteriormente, o café destinado à Europa. A economia extrativista e de exportação de matérias-primas voltadas aos países de capitalismo central tiveram como principal força de trabalho a superexploração da população negra. Esses contingentes foram escravizados, violentados e desumanizados de suas condições humanas.

A sociedade colonialista teve no regime do trabalho escravizado uma das bases centrais do processo de acumulação, espoliação que resultou em um país estruturado pela ampla desigualdade social e racial. Por isso, “onde quer que a escravidão tenha sido uma realidade, lançou mão de métodos violentos, torturantes, agindo contra a integridade física e psicológica dos grupos escravizados” (ALMEIDA, 2014, p. 142). Para aprofundar essas dimensões de como o trabalho escravista no Brasil exerceu durante quase 400 anos o regime de escravidão, opressão e exploração da população negra, buscou-se em Clóvis Moura (1994), os principais fundamentos teórico-analíticos do que representou o modo de produção escravista. Para autor a escravidão em terras brasileiras foram constituídas por dois estágios que materializam esse regime: a primeira fase é referente ao Escravismo Pleno, denominada como um momento ascendente da escravidão no contexto brasileiro. O referido autor menciona que o marco temporal se estabeleceu, entre os anos de 1550 até aproximadamente 1850, quando foi instituída

e demarcada a proibição do tráfico de pessoas escravizadas, configurada na Lei Nº 581, conhecida por Lei Eusébio de Queirós.

O segundo momento, segundo Moura (1994), é a fase do Escravismo Tardio, denominada como descendente, o seu marco temporal foi sinalizado pelos períodos de 1551 até meados de 1888. O autor faz uma ampla apreciação histórica sobre a escravidão no Brasil. Seu estudo começa desde o nascimento - quando começou a ser comercializado os povos escravizados no território brasileiro; o apogeu - período assinalado por demandas locais dessa força de trabalho em diversos setores produtivos, significativamente durante o século XVIII, a decadência - as lutas, exigências de força de trabalho assalariada; a decomposição - consequências de pôr alguns fatores, tais como as legislações e o ordenamento da imigração europeia.

Nesse sentido, durante o Escravismo Pleno, segundo o mesmo autor, o Brasil era caracterizado pelas seguintes dimensões: predominância de um monopólio comercial nas metrópoles dos quais eram dependentes até 1808. Tudo que era fabricado em terras brasileiras pertenciam à coroa portuguesa, especificamente, a produção era exclusivamente destinada à exportação, nada ficava na colônia. Essa tendência do extrativismo, ainda, se configura na atualidade, em certa medida grande parte da produção é destinada aos países de capitalismo centrais.

A dinâmica da acumulação capitalista realizada pela metrópole portuguesa, foi garantida mediante o tráfico internacional de pessoas escravizadas, espoliadas do continente africano. O latifúndio não era apenas de terras, mas de pessoas escravistas, esses tornavam-se uma mercadoria, uma propriedade privada, das quais eram regidas por legislações severas de controle sobre esses corpos. Ao mesmo tempo em que se tinha por parte desses sujeitos a rebelião e a resistência, frente aos processos de escravidão, violência e dor praticados pelos proprietários.

Embora o capitalismo tenha se utilizado do escravismo para manter a reprodução constante do sistema e acumulação de riqueza, por meio da exploração e opressão, o modo de produção capitalista e modo de produção escravista, são distintos. Este último, tinha na forma de ser, uma racionalidade que conformava a sua estrutura; toda a dinâmica econômica da colônia era determinada pela configuração do trabalho escravista. Moura (1994) destaca os principais espaços nos quais os escravos eram distribuídos: nas atividades extrativistas, na mineração, nos trabalhos domésticos, nos centros urbanos, nas casas grandes das fazendas, nos ganhos nos centros urbanos (barbeiros, vendedores, ambulantes) e outras funções como

soldados, escravos de conventos e igrejas, reprodutores (idem, 1994). Essa distribuição crescente fazia parte do apogeu do escravismo no território nacional.

Nesse sentido, toda a acumulação capitalista realizada nos períodos coloniais e imperiais de Portugal sob a colônia brasileira, dispuseram na sua base central da produção, do extrativismo a força de trabalho da população negra escravizada, submetida aos mais rígidos padrões de exploração, assim como por meio da opressão, muitos eram castigados, torturados. Os donos de engenhos exerciam o poder de dominação, de vida e de morte sobre a população negra. Desse modo, para Moura (1994), a totalidade da racionalidade estabelecida na relação entre às duas classes principais senhores versus escravizados, eram determinados por duas dimensões do sistema: os senhores mantinham a estrutura escravista por meio do estabelecimento da coerção, como o uso da violência: “o tronco, a gargalheira, o anjinho, o açoite, a prostituição forçada, a desarticulação familiar, a cristianização compulsória, a etiqueta escrava em relação ao senhor, o homossexualismo imposto, a tortura em diversas modalidades” (idem, 1994, p. 23).

Destarte, essas eram uma das muitas formas estabelecidas pelas classes dominantes contra os escravizados, como a repressão e o controle. Percebam o quão pujante, sádicos e perversos eram os senhores de engenhos que imputavam aos escravizados ao sexo homoerótico forçado, como uma forma de punição e de castigo, rebaixando a sexualidade a uma categoria punitiva. Imbricados a esse sistema de opressão e de exploração havia ainda a exploração das mulheres posto pelo modo de produção escravista. Segundo Cisne e Santos “as marcas do patriarcado e do racismo, enraizadas nesses períodos históricos, deixaram seu legado fortemente presente nas relações sociais e nos marcos que os sucederam” (2018, p. 102). A estrutura colonial se fez por intermédio de duas formas de violências fundamentais para a manutenção da acumulação de riqueza, que foi por meio do racismo e do sexismo. Se para os homens negros a escravidão representou um amplo regime de exploração-opressão, para as mulheres negras escravizadas as consequências eram mais acentuadas, além dos serviços domésticos eram estupradas por seus proprietários, como caracteriza González (1984).

Por outro lado, de acordo com Moura (1994), os/as escravizado/as utilizavam-se de diversas estratégias para se rebelarem contra essa racionalidade violenta posta pelo modo de produção escravista, como “a desobediência do escravo, a malandragem, o assassinio de senhores e feitores, a fuga individual, a fuga coletiva, a guerrilha nas estradas, o roubo, o quilombo, a insurreição urbana, o aborto provocado pela mãe escrava, o infanticídio” (idem, 1994, p. 23). Portanto,

Na dinâmica colonial, a imposição dos padrões civilizatórios eurocêntricos pelos grupos dominantes não foi impingida sem que houvesse resistência dos grupos dominados. Muito pelo contrário, a memória da Diáspora Negra não só traz a marca da escravidão, como também das lutas de negação desse padrão de sociabilidade. A escravidão negra não pode ser esquecida porque, contra ela, houve muitas resistências: no Brasil. Isto se deu através de fugas, assassinatos, levantes e construção de quilombos, sendo o mais conhecido o Quilombo de Palmares (ALMEIDA, 2014, p. 141).

Desse modo, o Escravismo Tardio representou segundo Moura (1994), uma gradual decomposição desse sistema, advindos da proibição do tráfico de pessoas no Brasil, representada inicialmente na aprovação da Lei Eusébio de Queiroz de 4 de setembro de 1850, que proibia o tráfico de pessoas escravizadas trazidas da África. A legislação foi sancionada com a pressão da Inglaterra, que tinha como objetivo, coibir as revoltas, e reconfigurar a força de trabalho na América Latina, em força de trabalho assalariada.

Ademais, para Moura (1994), esse recurso desembocou em várias legislações como a Lei do Ventre Livre de 1871, que determinava que filhos/as nascidos após essa data estariam livres do trabalho escravizado. Para o autor, essas legislações significaram uma “modernização sem mudanças”, pois na base da infraestrutura, a força principal de trabalho, continuou sendo a população negra. Além disso, quatorze dias depois da proibição do tráfico, era decretado a Lei de Terras de 1850, melhor dizendo, só podia ser dono de terra quem pudesse comprá-las do governo ou dos proprietários já existentes.

Esse é o marco central da instituição da propriedade privada no Brasil. Uma forma de segregação da população negra do não acesso à terra, destituída de todas as possibilidades de suprir as necessidades como moradia, agricultura de subsistência para autossustento, tendo como consequência uma liberdade limitada. Portanto, a “abolição” de 13 de maio de 1888, juntamente com o decreto da propriedade privada, foram apenas decisões redigidas pelo “alto”, não houve nenhuma política de reparação aos negros/as que se tornavam livres. A história lhe resguardava uma sociedade repleta de sequelas que perduram até a atualidade.

Desse modo, a afirmação de que somos todos iguais perante a lei assume um caráter nitidamente formalista nas nossas sociedades. O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento (GONZÁLEZ, 2020, p. 44).

Tanto as análises de Moura (1994), como as de González (1984), fundamentam e descortinam por meio do olhar situado, dimensões de um passado estruturado por explorações e opressões ao povo negro. Se contrapõem a autores como Prado Jr (2011), que trata de forma

simplista as condições de vida e de trabalho dessa população na formação social brasileira, qualquer crítica ao modo de produção escravista. O autor aborda a história da escravidão repleta de limites. As reflexões desses dois intelectuais negros são imprescindíveis para compreender o epistemicídio⁴⁰ acadêmico, que apaga e invisibiliza esses estudos, assim como o que representou a escravidão pelo ponto de vista científico posicionado.

A terceira dimensão para compreender o Brasil contemporâneo, concerne ao desenvolvimento desigual e combinado. De acordo com Mello (1994), o país tem uma economia que teve na sua base a relação extrativista, agroexportadora, escravista, coronelista e uma industrialização e de urbanização que se constituiu tardiamente e desigualmente nas diversas regiões do país. É importante ressaltar, que no final do século XIX para o XX, constata-se amplas transformações na sociedade brasileira, como o deslocamento da vida nacional político-econômica da região Nordeste para o Sudeste do Brasil, como afirma Ianni (1992).

Para Mello (1994), o desenvolvimento industrial brasileiro inicialmente se deu entre São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, seu maior impulso é a partir da década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, um dos maiores protagonistas do industrialismo nacional-popular. Surgem durante esse período os primeiros direitos sociais trabalhistas, ao mesmo tempo que no campo dos direitos civis havia uma ampla restrição dado o período autoritário do regime varguista. A partir desse desenvolvimento desigual e combinado que se estrutura a construção de espaços de sociabilidade baseados em divisões de classe, raça, gênero e sexualidade. Sobretudo, nas grandes cidades do Sudeste brasileiro, como Rio de Janeiro e São Paulo, os dois maiores núcleos econômicos do país, que tiveram espaços urbanos por essas segmentações supracitadas, fundadoras de sociabilidades de consumos a partir do final do século XIX (GREEN, 2018).

No entanto, para pensar nessas dimensões deve-se voltar ao nosso passado, como afirma Ianni (1992). O Brasil durante o século XIX, parecia viver no século XVIII, um país circunscrito por desigualdades, atrasado em termos industriais, mesmo com a Declaração da Independência em 1822, e com a Abolição da escravatura em 1888, o fim da monarquia e da Proclamação da República em 1889, o país parecia viver em um tempo obsoleto (IANNI, 1992). A estrutura

⁴⁰ “[...] o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc” (CARNEIRO, 2005, p. 97).

político-econômica manifestava-se por valores conservantistas de “ordem e progresso”. As elites conformaram uma nação atrasada, anacrônica e subserviente ao capital estrangeiro, além de negar o seu próprio povo, esse foi o símbolo central da formação desses países, constituída pelos desejos da nação:

[...] de nossos políticos e intelectuais se constituiu historicamente por meio de uma avaliação negativa de nosso povo e de nosso passado que, progressivamente, engendrou ideias e decisões políticas que se concretizaram, por exemplo, na Abolição da escravatura sem nenhuma política de incorporação dos libertos ao mercado de trabalho, antes em uma política pró-imigração europeia, na constituição de um regime republicano autoritário que via o povo sempre como empecilho à ser embranquecido, higienizado e civilizado (MISKOLCI, 2012, p. 24).

Por esse ponto de vista, o Brasil foi pensado como um território de espoliações e acumulações para os países colonialistas do capitalismo central. Esses desejos na nação, “favoreceu a imigração de braços para a lavoura, povoadores para as colônias em terras devolutas e artesãos para a indústria. Ao mesmo tempo, jogava na europeização, ou branqueamento da população” (IANNI, 1992, p. 21).

De tal modo, é impossível, ou limitador, compreender esses determinantes apartados do nosso continente. Segundo Marini “[...] a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa” (1973, p. 3). De acordo com este autor, os países europeus só puderam se desenvolver com forte aparato industrial devido às relações coloniais, advindas dos países de capitalismo dependente, de onde eram extraídos materiais para produção. Além da inserção da força de trabalho subordinada e superexploração para os países imperialistas, essas são as balizas centrais do desenvolvimento desigual e combinado em nosso continente.

O sistema colonialista, extrativista, agroexportador e escravista instaurado no Brasil espoliou as diversas populações indígenas e negras por meio da dizimação violenta contra essa população, racismo e sexismo, dois elementos que estão na medula da estrutura da formação dessa sociedade. Esses aspectos são centrais para compreender como, ainda, se consta dimensões tão conservadoras sobre a diferença e a vivência plena da sexualidade, como o processo de poder e saber sobre os corpos nesse território.

Pensar a realidade brasileira contemporânea significa apreender aspectos de uma estrutura acentuada por “uma organização aristocrática, oligárquica ou plutocrática da sociedade que sempre concentrou extremamente a riqueza, o prestígio social e o poder em alguns estratos privilegiados” (FERNANDES, 1975, p. 11). Assinalada também, pela

concentração do poder em que muitas vezes a política foi “feita pelo alto”, desde a Proclamação da República em 1889 à Revolução de 1930, da instauração da Ditadura Militar em 1964 que a democracia brasileira é atravessada por Golpes por uma elite branca, cunhada em valores elitistas, racistas e sexistas, uma revolução passiva⁴¹ nos dizeres de Coutinho (1989).

Essas dimensões são fundamentais como princípios desse desenvolvimento que é bastante assimétrico em relação aos demais países europeus, em especial quando se pensa a realidade de determinados sujeitos, cujas vidas são espoliadas de múltiplas formas, principalmente quando parte da história apaga esses relatos. Pensar a manifestação do fenômeno do homonacionalismo em nosso contexto é imprescindível ater-se às particularidades de como foi construído o projeto da nação brasileira. Nesse sentido, a formação social do Brasil contemporâneo é tracejada na concentração fundiária, no Estado autoritário hétero-patriarcal, estruturado modernização conservadora, base central da reprodução ampliada do capital no contexto nacional. Esse país está inserido no que Fernandes (1975), analisa como capitalismo dependente, que provê riqueza para os países de caráter imperialistas, passando por cima de seu povo, dizimando povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, apagando a cultura local. Dessa forma, como discorre Yamamoto, “o moderno se constrói por meio do “arcaico”, recriando nossa herança histórica patrimonialista, ao atualizar marcas persistentes e, ao mesmo tempo, transformá-las, no contexto de mundialização do capital sob hegemonia financeira” (2008, p. 30).

Observam-se alguns estudos no contexto acadêmico brasileiro, de acordo com Irineu (2019), que têm se dedicado a pensar o tema do nacionalismo, a partir da perspectiva da interseccionalidade, relacionando as dimensões raciais, sexuais e de gênero. Além de Fernandes e Ianni, que examinam a questão nacional e racional, Irineu chama a atenção para o trabalho de Miskolci (2012) como exemplo deste esforço para se apreender como se manifesta, nas palavras do autor, os “desejos da nação” - base material da manifestação do homonacionalismo em nosso contexto contemporâneo.

⁴¹ “Podemos resumir do seguinte modo algumas das características principais de uma revolução passiva: 1) as classes dominantes reagem a pressões que provêm das classes subalternas, ao seu “subversivismo esporádico, elementar”, ou seja, ainda não suficientemente organizado para promover uma revolução “jacobina”, a partir de baixo, mas já capaz de impor um novo comportamento às classes dominantes; 2) essa reação, embora tenha como finalidade principal a conservação dos fundamentos da velha ordem, implica o acolhimento de “uma certa parte” das reivindicações provindas de baixo; 3) ao lado da conservação do domínio das velhas classes, introduzem-se assim modificações que abrem o caminho para novas modificações. Portanto, estamos diante, nos casos de revoluções passivas, de uma complexa dialética de restauração e revolução, de conservação e modernização” (COUTINHO, 2012, p. 120).

Segundo Ianni (1992), a manifestação da questão nacional desenhou-se no cenário brasileiro em três períodos: primeiramente, com a da Declaração da Independência em 1822, o segundo com a Abolição da escravatura em 1888 e o terceiro com a Revolução de 1930. Para o autor esses momentos são atravessados por questões de lutas de classes, ampliam-se em todo o país diversas lutas sociais e pela questão racial, assim como é desenvolvido uma ideia de nação.

A problemática da questão racial examinada por Ianni (1992), é compreendida por três dimensões que são latentes na questão nacional, para o autor: a primeira se deu com a perspectiva de uma ampliação de uma literatura voltada para entender a situação das populações indígenas. Durante o século XIX transcorreu uma proclamação dos povos indígenas como o símbolo da nação, mesmo que esses ainda vivessem em precárias condições de vida, tendo suas terras invadidas por grileiros, assassinatos constantes, uma dizimação que ainda está presente no cotidiano desses povos.

A segunda dimensão mencionada pelo referido autor, está envolta de uma política em defesa do abolicionismo, porém com um amparo do forte incentivo da transição do trabalho escravista para o assalariado por meio da imigração, com o apelo ideológico das elites burguesas à ideologia do branqueamento da nação. Essas que temendo a rebelião dos povos escravizados, ensejavam o desejo por uma força de trabalho vinda da Europa, assalariada e “livre”. E dessa visão de mundo que surge a terceira perspectiva, segundo Ianni (1992), a concepção racialização que deu suporte ao projeto de nação centrados na força de trabalho dos imigrantes europeus eram de perspectiva eugenistas, conforme Ianni “para essa oligarquia, o índio e o negro e mesmo o branco nacional eram colocados em segundo plano. Valorizava-se o imigrante. Aproveitou-se a imigração para provocar a redefinição social e cultural do trabalho braçal” (1992, p. 128).

Esses elementos apontados nos estudos de Ianni (1992), são centrais para desvendar como a “revolução burguesa” no Brasil foi fundada no racismo estrutural. Não preservou os mínimos direitos de cidadania, aliás, na visão da elite nacional, esses povos não se figuravam como sujeitos de direitos, “a invenção da nação brasileira, como era comum neste mesmo período histórico, foi feita “pelo alto” patrocinada pelo império” (MISKOLCI, 2012, p. 35). Além dos aspectos de modernização conservadora, “pode-se dizer que a revolução burguesa ocorrida no Brasil não resolveu o problema racial, na perspectiva do índio e do negro, o problema racial continua em aberto” (IANNI, 1992, p. 136).

Além dessas dimensões sobre a formação de uma concepção do nacionalismo brasileiro, fundada no racismo estrutural e examinados por Ianni em o “Brasil Moderno”, encontra-se no trabalho de Miskolci (2012), outras questões que são latentes na construção do desejo da nação,

relacionadas a dimensões entre gênero e sexualidade. Para o autor, "o desafio de compreender o imaginário que moldou o sonho de nação de nossa elite de fins do XIX, destacam-se alguns fatos de nossa experiência singular dentro da história do colonialismo europeu" (Idem, 2012, p. 35). A constituição da família nuclear, hétero-patriarcal, converteu-se em um símbolo do projeto e dos desejos da nação, assim como a questão racial, tornou-se uma problemática para as elites burguesas. A sexualidade também foi um aspecto de controle sobre os indivíduos, especialmente, aos que desviavam nas normas padrões do desejo, assim:

Nação e reprodução são sinônimos quando se pensa dentro de termos heterossexuais reprodutivos aproximando-se perigosamente da subsunção do desejo como algo natural, frequentemente compreendido também como prerrogativa masculina em uma ordem social que relegava as mulheres à passividade histórica, a um papel reprodutivo e coadjuvante (MISKOLCI, 2012, p. 46).

A presença do Estado foi muito forte no projeto de edificação da nação. Segundo Miskolci, "o Estado brasileiro em sua forma republicana inicial encontrou na nação o eixo justificador que conectava os interesses da elite política e econômica ao progressivo controle das classes populares" (2012, p. 41). O Estado tinha interesse como objetivo central o controle das classes subalternas, controlar as taxas de natalidade, controle e higienização das famílias operárias e isso passava pela dimensão da sexualidade, vista unicamente como meio reprodutivo.

Não só a raça era vista como temor, afirma o autor, mas os desviantes das normas sexuais, também, controlada e disciplinada, "a sociedade como idealizada pelas elites da época – apoiava-se sobre o mais movediço dos terrenos, daí o desejo a ser temido como que ameaçava o autocontrole e a moralidade, os pilares da civilização" (Idem, 2012, p. 43). Nesse ínterim, é de suma importância considerar para as dimensões sobre o Estado brasileiro como mediador desse projeto de nação, de um "Brasil moderno" forjado na perspectiva de uma elite branca, eurocentrada, caracterizada pela ótica androcêntrica, hétero-patriarcal, logo:

O desejo da nação brasileiro se consolidava pressupondo uma correspondência entre o poder estatal e os grupos a que servia, por isso tendeu a reiterar sua base (re)produzindo a nação que o legitimava, ou seja, as camadas altas, que – mesmo heterogêneas – eram compreendidas como formadas por ricos homens brancos pais de família (MISKOLCI, 2012, p. 52).

Esses três pilares da formação social para tratar do Brasil contemporâneo: a colonização, o trabalho escravizado e o desenvolvimento desigual e combinado, são imprescindíveis para apreender como se dá a radiografia da reprodução ampliada do capital de forma mundializada

que espolia as sexualidades dissidentes, como forma de manutenção de riqueza para uma determinada classe social e, sobretudo para entender como se deu o projeto de nação no Brasil. Assim, reatualizam-se elementos do passado no tempo presente, metamorfoseando-se os caracteres históricos/políticos e econômicos. É nessa base sócio-histórica que surge na contemporaneidade o fenômeno homonacionalizador que se manifesta no Estado-nação e no mercado em tempos de neoliberalismo.

No próximo tópico desenvolve-se uma apreciação acerca dos primeiros espaços de sociabilidades homoeróticas no Brasil. Tendo por objetivo uma breve contextualização das particularidades desse mercado na realidade brasileira.

2.2 O cenário sócio-histórico da sociabilidade homoerótica no Brasil

Os elementos teórico-analíticos da seção anterior foram fundamentais para circunscrever as bases sociais da territorialidade político-econômica, sob a qual se desenvolvem os espaços de relações homoeróticas no contexto nacional que se remetem a formação social deste país. Uma sociedade firmada em um *ethos* e numa nação determinada por desejos conservadores, autoritários, racistas e sexistas, fincados em uma estrutura desigual e combinada. Esses referenciais são centrais na constituição de uma sociabilidade de mercado de consumo homoerótica ou de uma “subcultura gay” tardiamente parafraseando Eribon (2008), forjada por segmentações, complexidades e contradições.

Assim, no decorrer dos grandes centros urbanos brasileiros, observa-se, também, aspectos de formação de espaços imbricados por divisões de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade. Isso vai se expressar nos locais de sociabilidades homoeróticos, frequentados, geralmente, por um período por sujeitos marcados pela violência constante (estigma, preconceito, discriminações), sendo esses espaços possibilidades de construções de redes sociais. Visto que “um dos princípios estruturantes das subjetividades gays e lésbicas consiste em procurar os meios de fugir da injúria e da violência, que isso costuma passar pela dissimulação de si mesmo ou pela emigração para lugares mais clementes” (ERIBON, 2008, p. 31).

As pesquisas de Green (2019); Parker (2002) e Trevisan (2018), contribuem para desvendar essa situação histórica no contexto nacional, esquecida sobre as sexualidades homoeróticas na realidade brasileira. Tais autores trazem questões sobre os espaços de sociabilidades em São Paulo, Rio de Janeiro. O foco deste tópico será a análise da materialização de uma sociabilidade de consumo voltado para as sexualidades dissidentes no

contexto brasileiro, que se reverbera na afirmação da construção e desconstrução de identidades sexuais.

Um aspecto que vale ressaltar sobre as “homossexualidades” no Brasil e as identidades sexuais e de gênero, inicialmente, refere-se a como essas identidades foram construídas no imaginário nacional. Entender as perspectivas e suas formas de manifestações que influenciaram no desenvolvimento e na construção dos movimentos sociais, voltados para defesa dos direitos sexuais, são aspectos importantes para compreender a relação desses sujeitos coletivos e o mercado de consumo LGBTI+. Para tanto, um dos primeiros apontamentos realizados por Simões e Facchini (2008), é referente a formação das identidades que na gênese da afirmação que se deu de forma rígida, dadas as hierarquias de gênero e sexualidade, produzidas sobre os corpos durante o século XX.

Assim, na gênese das afirmações das identidades, essa hierarquização foi construída por meio de relações de gênero e sexualidades engessadas, configurando um sistema determinista. De acordo com Simões e Facchini (2008), inicialmente eram classificados como: o homem que tinha relação homoerótica com outro homem, mas que se expressava por traços da masculinidade e virilidade era tido como o “ativo” da relação, sendo denominado como o penetrador, no senso comum era considerado como o “bofe” da relação sexual com outro homem, que geralmente era o oposto, ou seja, o “passivo” aquele que era penetrado. Tudo aquilo que era considerado no campo da feminilidade, era posto na passividade, conhecido como “bicha”, veado, boila, baitola, essas expressões mudam de acordo com cada região do país, assim esse primeiro modelo de classificação, era dado pelas identidades: “bofes/bichas”.

Além disso, Simões e Facchini (2008), afirmam que esse sistema de hierarquia de gênero, também, se reproduzia entre as mulheres lésbicas. A “sapatão” masculina era conhecida como “mulher-macho”, caminhoneira entre outras expressões pejorativas, era a “ativa” da relação, já as mulheres que tinham traços mais femininos eram consideradas as “passivas”. Essas relações de identidades estiveram presentes por longo período no imaginário da sociedade brasileira.

Esse modelo de identidade reproduzia relações hierárquicas de gênero-sexualidade. Como discorre Green “a “passividade” sexual desse último lhe atribui à posição social inferior da “mulher”. Enquanto o homem “passivo”, sexualmente penetrado, é estigmatizado, aquele que assume o papel público (e supostamente privado) do homem, que penetra não o é” (2019, p. 38). Por sua vez, Simões e Facchini (2008), assinalam que no processo de afirmação das identidades “homossexuais” no Brasil, vigoraram dois modelos de entendimentos sobre as hierarquias de gênero e identidades sexuais. No primeiro momento em que à perspectiva das

identidades eram estruturadas de forma mais rígidas, baseadas na estrutura dominante “médico-psicológica”, nas quais as identidades eram divididas entre ativo (penetrador) versus passivo (penetrado) e o segundo modelo mais igualitário que se desenvolveu recentemente, propõem como formas igualitárias o fim do modelo hierárquico entre “ativos” e “passivos”, identificando novas identidades no campo das sexualidades,

[...] tais como “entendido”, “entendida”, “homossexual”, “gay”, e “lésbica”, de acordo com visão de que é a orientação do desejo que importa para nomear os parceiros de uma relação homossexual, e não mais os papéis sociais relativos a masculinos/femininos, nem atividade e passividade. “Entendidos”, “entendidas”, “homossexuais”, “gays” e “lésbicas” passaram a designar pessoas que “transam” outras do mesmo sexo, independentemente de serem afeminadas ou masculinizadas, “passivas” ou “ativas” (idem, 2008, p. 57).

Além dos aspectos mencionados, cabe ressaltar duas dimensões importantes nas reflexões de Simões e Facchini (2008). A primeira refere-se que as mudanças ocorridas entre os dois modelos hierárquico e igualitário não aconteceu de forma linear, trata-se de modelos históricos, de construção e desconstrução de identidades relacionadas às transformações sociais ocorridas no país. A segunda, ressalva mencionada, pelos autores, referem-se a questão que:

[...] a insistência no termo “modelo” é crucial para situar com mais clareza o plano em que essa leitura se situa: isto é, o plano das ideias, valores, representações e categorias sociais dos quais procuramos tornar inteligíveis comportamentos e identidades (SIMÕES; FACCHINI, 2008, p. 58).

É nesse caminho de entendimento sócio-histórico, das identidades sexuais, que se compreende a necessidade de apreender a realidade desses indivíduos, a partir das condições materiais objetivas e subjetivas de vida. Entender essas identidades sexuais e de gênero relacionado a um determinado contexto sócio-histórico e cultural, torna-se necessário para conceber algumas questões do tempo presente que estão no passado, sob a constituição das sociabilidades homoeróticas. Assim, pode-se dizer que essas identidades foram construídas e desconstruídas a partir de relações sociais de gênero-sexualidade das mudanças sociais ao longo da formação social brasileira, fundadas em uma sociedade estruturada também por questões de classe, gênero e raça/etnia. Ademais, as condições morais e materiais da sociedade capitalista que foi fundada em um *ethos* burguês conservador limitam as pessoas viverem plenamente a diversidade sexual, que tem como alinhamento fundante dessa sociabilidade a moralização, controle, sobre os corpos.

Posto isso, o que se estabeleceu no território nacional, foi uma política higienista e materialista sobre as sexualidades dissidentes, demarcando as identidades, é por isso que

afirma-se que à concepção hierárquica das identidades sexuais vigorou na sociedade brasileira por muito tempo, dado a esses acontecimentos históricos, como caracteriza Trevisan “[...] o Brasil parece ter muita dificuldade para dirigir temas do seu tempo, preferindo se modernizar apenas quando se encontra diante de fatos consumados” (2018, p. 313). Dessas raízes hierárquicas, colonialistas e autoritárias emergem os atos de violência da LGBTIfobia Uma sociedade que constantemente massacra e violenta a comunidade LGBTI+ de viverem plenamente a sexualidade e suas identidades de gênero. O Brasil é um dos países em que mais comete crimes contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, são múltiplas as faces da violência desde a física, psicológica, moral até à material.

Nesse sentido, as condutas de preconceito e discriminações começam na infância, como nos lembra Eribon (2008), mediante as ações de injúria, do insulto por meio do “viado nojento”, da “sapatão” nojenta, e acrescentaria do “traveco” nojento, como expressões pejorativas, que se constroem reiteradamente nas normas de domínio e hostilização. Conseqüentemente, “a injúria é um enunciado performativo: ela tem por função produzir efeitos e principalmente instituir, ou perpetuar, o corte entre os normais” (Idem, 2008, p. 29). São nesses contextos de violências, de hostilização e injúrias que muitos desses indivíduos partem de suas casas, abandonam os laços familiares e as amizades, migrando na maioria das vezes para os grandes centros urbanos, com a perspectiva de poderem viverem tranquilamente à sexualidade, tanto do ponto de vista objetivo como subjetivo, sem mais as hostilidades que viviam:

A cidade sempre foi o refúgio dos homossexuais. No fim dos anos sessenta, um ativista gay descrevia San Francisco como um “campo de refugiados”, para o qual foram pessoas de toda a nação, que queriam escapar da impossibilidade de viver vidas gays na atmosfera hostil, talvez até odiosa, das cidades pequenas (ERIBON, 2008, p. 31).

E como se constitui esse processo no Brasil? Inicialmente, como descreve Green (2019), a vinda dos imigrantes europeus, produziram nos espaços urbanos novas formas de sociabilidades no contexto brasileiro. Trouxeram, também, festas, teatros e uma boêmia sexual, casarões no centro do Rio de Janeiro e São Paulo, onde as cortesãs e prostitutas que alegravam a vida dos homens burgueses do final do século XIX, para início do século XX. Hegemonicamente é essa a história contada, e como se davam as relações de sociabilidades para as pessoas de sexualidades homoeróticas?

Nessa perspectiva, compreender a gênese dos espaços de sociabilidades e do consumo homoerótico no Brasil é saber que se trata de uma relação complexa, caracterizada por

dimensões contraditórias da formação dessas identidades e das determinações impostas pela sociedade hétero-patriarcal no contexto nacional. Portanto, de acordo com Mendonça, o “[...] processo de socialização ocorreu no registro e na circulação de palavras, gestos e imagens que valorizavam as formas possíveis de estar junto, de se ligar ao outro, de manifestar o desejo e nas maneiras de se mostrar ao mundo” (2010, p. 119).

Primordialmente, os espaços de sociabilidades que se desenvolveram nos centros urbanos, hegemonicamente deram-se pela necessidade dos homens, gays, cis terem locais de sociabilidade para vivenciarem suas relações homoeróticas. A literatura invisibiliza essas ações relacionadas às lésbicas, travestis e transexuais, para Marsiaj:

[...] tal escassez está ligada, em parte, ao fato de mulheres terem sido historicamente relegadas à esfera privada (impedindo assim que se desenvolvessem comunidades de caráter mais público, como foi o caso entre homossexuais masculinos) e também ao silêncio que envolve a sexualidade feminina de maneira geral, ambos fenômenos decorrentes de uma ordem patriarcal. Não devemos esquecer também que, além da discriminação econômica baseada na orientação sexual, existem também aquelas baseadas no gênero e raça (2003, p. 135).

Apesar dessa questão, a pesquisa de Green (2019), fornece recursos históricos, sociais e culturais para pensar essas relações dos encontros homoeróticos nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, subsídios da historicização da “homossexualidade” masculina no Brasil, do final do século XIX ao século XX. Já a pesquisa desenvolvida por Parker (2002), aponta fundamentos mais recentes do Rio de Janeiro e da capital cearense e a subcultura da homoerótica masculina nessas cidades, sobre essas dimensões históricas em Fortaleza aborda-se de forma mais profunda no capítulo três desta tese, essa seção a finalidade é de situar primeiramente o contexto nacional.

Green (2018), na sua apreciação, divide um marco temporal composto por períodos demarcados de 1898 até 1914, de 1920 a 1945, 1945 a 1968 e, por fim, de 1969 até começo dos anos 1980. O fôlego e a riqueza de detalhes na análise desse autor são de uma historiografia de um século completo. Seriam muitas nuances a serem discutidas. No entanto, buscou-se extrair alguns dados que compõem os primeiros sinais de sociabilidade, da estética de consumo homoerótica no Brasil, para aspirar como esse mercado se configura em um território fincado pelo capitalismo periférico. Tentou-se apontar apenas dimensões centrais da constituição da estética e do consumo construída para esses sujeitos.

Ao buscar os fundamentos do passado para entender o tempo presente, muitas vezes o pesquisador corre o risco de apresentar uma histórica linear, sem contradições, ou de descontextualizar os principais fenômenos ocorridos. Importante entender que, “esses

processos influenciam-se reciprocamente, em diferentes modalidades. Não esgotam a história [...] mas não se trata de refazer toda a história, como se isso fosse possível, indispensável ou heurístico. Ao contrário, a história se resgata” (IANNI, 1992, p. 54). Portanto, tenta-se identificar esses subsídios a partir de uma perspectiva que possibilite ir além desses limites pontuados.

O ponto de partida de Green (2019), é o período que começa em 1898 até os anos 1914. O momento histórico brasileiro é do regime de abolição dos povos escravizados no Brasil, nascimento da república, o que influenciou no desenvolvimento da urbanização e dos grandes centros urbanos no RJ e SP, como capital da república “[...] o Rio de Janeiro logo ficou conhecido como a *Cidade Maravilhosa* a imprensa gabava-se de que a capital da nação se tornará um espaço público burguês comparável com qualquer cidade modernizada da Europa” (GREEN, 2019, p. 62-63).

Ao mesmo tempo em que se desenvolviam a lógica dos grandes centros urbanos, era também construído no cenário brasileiro um projeto de nação no final do XIX, do qual surge a partir de amplas concepções racistas encabeçadas pelas perspectivas ideológicas eurocêntricas, conforme discorre Ianni “[...] o abolicionismo e a política de incentivo à imigração europeia alteraram o quadro inicial. Introduzem uma crescente valorização do imigrante, implicando a proposta de europeização, isto é, branqueamento da população” (1992, p. 128). Isso significou um amplo aumento das populações nos principais centros urbanos do país no início do século XX. A chegada dos imigrantes europeus, trouxe como consequência um forte aumento populacional nessas duas grandes cidades. Tais aspectos sociais influenciaram numa nova sociabilidade urbanística fragmentada, desigual e heterogênea. De acordo com Green, começava a se estruturar os principais espaços de lazer: “[...] o Rio de Janeiro era promovido como uma versão tropical da moderna Paris. Elegantes edifícios no estilo *beaux-arts*, ampliavam-se em amplos bulevares iluminados, substituindo as ruas escuras, estreitas e tortuosas e as estruturas modestas” (GREEN, idem, p. 62).

Esse desenvolvimento urbano caracterizou, também, uma segregação sócio territorial, concebida por dimensões de classe, raça, gênero e sexualidade que deram uma assepsia higienista da feição desses locais. No entanto, o autor afirma que, mesmo diante das práticas de higienização, como a retirada da prostituição do centro histórico da capital carioca, em algumas áreas houve a permanência não só de prostitutas, como também de homens em busca de relações homoeróticas: “o espaço urbano mais conhecido para tais encontros era o Largo do Rossio, uma praça nos limites do centro antigo do Rio de Janeiro” (idem, 2019, p. 63).

Identifica-se, assim, que os primeiros espaços de sociabilidade homoerótica se deram a partir de relações entre uma estrutura socioespacial de configurações de territorialidades de praças, parques e passeios públicos, eram propícios para esses encontros. Segundo Green (2019), a Praça do Rossio, atual Tiradentes, era considerada como a primeira localização homoerótica de sociabilidades destinados aos “homossexuais” masculinos. Esses espaços geralmente estavam nos centros urbanos, representam uma estratégia dessa comunidade para sobreviver em meio à sociedade ordenada na violência e pelo moralismo contra essa população, assim:

Essa ampla rede de conexões para as atividades homoeróticas no Largo do Rossio continuou operando durante os anos 20 e 30. Um gracejo popular da época confirma essa duradoura associação. Referindo-se às balaustradas que circundavam o monumento de D. Pedro I até 1902, assim dizia o chiste: “Você se lembra da Praça Tiradentes com grades?” “Lembro-me?” “Então, é veado velho” (GREEN, 2019, p. 82).

Dessa forma, as praças funcionaram naquele período como os principais espaços de encontros, relações vividas na clandestinidade, porém assinalavam uma vanguarda na edificação de uma sociabilidade homoerótica. De certo modo na construção da visibilidade desses sujeitos, além das praças existiam naqueles espaços “pensões ou hotéis baratos da redondeza, em meio aos bordéis que circundavam o largo do Rossio, por sua vez, constituíam espaços fechados nos quais era possível desfrutar paixões eróticas mais confortavelmente” (GREEN, 2019, p. 82). Outro elemento importante para compreender a formação e produção de identidades em relação a uma “subcultura gay”, não era apenas nos espaços, mas também por meio de uma estética corporal que materializa um conjunto de valores, símbolos, hábitos em torno das identidades homoeróticas. Para Green (2019), isso se refletia em relação às roupas que usavam demarcavam os “homossexuais” no final do século XIX, apontavam para descrição e afirmação de uma identidade que passava circular em um determinado território. Essas vestimentas eram como sinônimo daqueles que tinham relações homoeróticas, assim:

No terreno das imagens, a moda e os modos masculinos trataram de inscrever claramente o que seria e como se vestia um corpo heterossexual: as roupas dos homens ganharam desenhos que valorizavam o masculino e afastavam qualquer aspecto feminino das vestimentas (MENDONÇA, 2010, p. 121).

Esses dados históricos da formação social e cultural, particularmente a dimensão da afirmação das identidades sexuais dissidentes no final do século XIX, em especial aos homens gays, tidos como “anormais”, ao se apresentarem com uma estética corporal e vestimentas consideradas femininas, cumprem com ações de romperem as normas do seu tempo, esboça uma dissonância posta pela sociedade hétero-patriarcal. Esses indivíduos, de certa forma, ao

darem visibilidade aos seus corpos, seja em ruas públicas, praças ou no âmbito familiar, enfrentavam os valores de uma sociedade assinalada pela masculinidade viril e autoritária, especialmente em um contexto estruturado na família patriarcal.

O corpo passou por transformações sociais, simbólicas, culturais advindos de transformações econômicas-políticas, sendo assim:

O corpo, de referente natural e fixo, parecia estranhamente se tornar mutável, artificial, seguindo o tempo veloz do mundo moderno. Corpo que se docilizava para o trabalho e para a cidadania, corpo que se centrava cada vez mais no sexo e nos seus avatares, corpo cada vez mais público, esquadrihado por múltiplos saberes. Corpos que pareciam torna-se cada vez mais andróginos e indiferenciados (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 44).

Mendonça (2010) apresenta alguns desses traços da resistência homoerótica, tais como: “o corpo resiste com a delicadeza”, ou seja, “o homossexual como portador de uma identidade sexual doentia foi trazido à cena cultural um sujeito com características próprias” (2010, p. 121). Para o autor no final do século XIX, tinha-se uma forte concepção acerca dos “homossexuais” como pessoas doentes, inúmeros profissionais buscaram explicações “científicas” para explicarem o fenômeno da “homossexualidade”.

As pesquisas em torno desses corpos considerados anormais eram de viés biologizante⁴² e na patologização. Mesmo diante desse contexto, muitos homens gays adotavam uma perspectiva de resistência frente aos fatos de aprisionamento e asfixia posta pela sociedade de formação heterossexual. Essas transformações de hábitos, inclusive, no uso de vestimentas também são processo dessas mudanças sociais, Albuquerque Júnior (2013), relata que era perceptível após à segunda guerra mundial transformações de novos corpos, imagens, símbolos nas ruas entre homens e mulheres dos quais os homens apontavam para uma “perigosa desvirilização”. O autor descreve ainda que “as mulheres após a guerra usavam o cabelo *à la garçon* e os homens raspavam suas barbas, símbolo de masculinidade na sociedade dita patriarcal” (idem, 2013, p. 40).

Ainda sobre as características das vestimentas identificadas, Green (2019) caracteriza que durante o final do século XIX a pesquisa de Viveiros de Castro – “Attentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual” –, obra de 1867, referindo-se aos “pederastas” identificados como os “homossexuais” frequentadores do largo do Rossio, que “tinham elles uma *toilette* especial por onde podiam ser facilmente reconhecidos. Usavam paletot muito curto,

⁴² Perspectiva analítica que analisa os fenômenos sociais a partir de uma perspectiva de análise biológica e/ou natural.

lenço de sêda pendente do bolso, calças muito justas, desenhando bem as fórmulas das coxas e das nádegas” (CASTRO *apud* GREEN, 2019, p. 96).

Esses aspectos socioculturais são importantes para entender que esses espaços de sociabilidades são atravessados por transformações materiais, objetivas e subjetivas no imaginário cultural da sociedade brasileira, na qual a estética homoerótica foi produzida e se transformou. Passaram por mudanças e se configuraram nos alicerces dos espaços de lazer privados para a comunidade LGBTI+, como estratégias de encontros em locais tidos como os “guetos” que amenizam de certa forma as opressões históricas vividas por esses segmentos. Além disso, como aponta MacRae:

Os sentimentos de culpa e pecado que oprimem o homossexual são constantemente repostos por fatores sociais que o levam a se ocultar, a ter medo do ridículo, da prisão, do desemprego, do ostracismo por parte de amigos e familiares. O gueto é um lugar onde tais pressões são momentaneamente afastadas e, portanto, onde o homossexual tem mais condições de se assumir e de testar uma nova identidade social (1983, p. 56).

Destarte, a formação das identidades com os espaços de sociabilidades, os laços de amizades que formam redes de apoio, a fuga desses sujeitos das pequenas cidades, em busca dos grandes centros urbanos representa do ponto de vista das condições objetivas uma forma de sobrevivência, em relação às cidades pequenas, que são para Eribon, “o lugar onde é difícil escapar do único espelho disponível, aquele que é apresentado pela vida familiar - mas também pela escola -, escapar das “interpelações” a se conformar aos modelos afetivos, culturais, sociais da heterossexualidade” (2008, p. 37).

Segundo Green (2019), as duas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo foram fundantes de uma sociabilidade homoerótica que tiveram mais visibilidade quando se relaciona com o mercado internacional, muito em função da formação social e econômica do país, baseada em um desenvolvimento desigual e combinado. O processo de industrialização ocorreu intensivamente nessas duas cidades, acarretando na vinda de muitos imigrantes do Norte e do Nordeste brasileiro, aumentando a urbanização nesses locais. Desse modo:

[...] é impossível falar da “cultura gay”, ou da “comunidade gay”, do “gueto”, etc. (noções que foram definidas para outras categorias - étnicas, religiosas - e são, na maioria do tempo, transpostas sem precaução nem método aos gays e lésbicas) sem ligá-los ao processo da migração e aos efeitos de liberdade que ela produz, e, portanto, a toda a história da ida para a cidade e da construção de um “mundo gay” que essa história produziu (ERIBON, 2008, p. 41)

Por isso foi importante iniciar essa análise a partir dessas duas cidades, como centrais para entender os determinantes da construção da sociabilidade do lazer homoerótico que será

de um contexto específico, com características particulares no contexto da capital cearense, possuem marcas locais, especificidades caracterizadas pela formação social regional, mas que estão interconectados com o todo. Consta-se que à realidade brasileira, tem-se algumas contradições postas sobre esses espaços e a condição de consumo pelos sujeitos LGBTI+. O primeiro refere-se ao avanço do conservadorismo e da violência LGBTIfóbica que materializa um paradoxo na sociedade brasileira: ser um dos países que mais assassina gays, lésbicas, travestis e transexuais, no entanto, observa-se uma forte expansão do mercado para esse segmento, especialmente após os anos 1990, e segue crescendo durante o novo milênio, são incontáveis os estabelecimentos de mercado de consumo destinados para esse público.

O segundo elemento identifica-se o forte desenvolvimento da ampliação do mercado LGBTI+, acionados à uma agenda cada vez mais ligada ao consumo, em meio ao contexto de fortes regressões de direitos sociais e o terceiro elemento refere-se que nessa mesma década houve de acordo com França (2006) o florescimento de diversos grupos LGBTI+ e uma relação entre esses sujeitos coletivo com o mercado. Como tal característica, identifica-se um modelo de desenvolvimento do mercado de consumo LGBTI+ que se espalhou nacionalmente de forma bastante heterogênea, em cada região do país os espaços de sociabilidades são configurados pelas estruturas de mercado específicas, assim como pelas relações culturais, econômicas e sociais regionais.

Possuem características locais, a sua expansão não é homogênea, são assinalados por divisões hierárquicas, em São Paulo, por exemplo, tem uma estrutura mais desenvolvida por meio do empreendedorismo comercial, acentuada na dimensão econômica, com uma diversidade de locais como bares, cinemas, restaurantes, cafés, boates, lojas de grifes conhecidas internacionalmente, a exemplo a boate The Week a mais famosa da noite paulistana, que recebe inúmeros Djs nacionais e internacionais, visitada por turistas de várias partes do mundo, fundada pelo empresário André Almada (FRANÇA, 2010).

A gênese do mercado LGBTI+ no Brasil e os espaços de sociabilidades destinados a esse público, apresentam características que são particulares em relação à formação social. Constitui-se como um mercado paradoxal, contraditório, hierárquico, segmentado, que alguns momentos corteja com normalização das relações de gênero e sexualidade, e em outros com a desconstrução dessas normas, portanto, um “homonacionalismo à brasileira” atravessado por dimensões complexas, estruturado em um território com singularidades.

Diante desses elementos é intrínseco e necessário atentar para as particularidades da formação do movimento LGBTI+ na realidade nacional, como esse movimento se constituiu, quais são as suas principais bandeiras de lutas e seus flertes com o fenômeno

homonacionalizador, são elementos imprescindíveis dessa relação a serem desenvolvidos o tópico a seguir.

2.3 O Movimento LGBTI+ no Brasil: uma relação paradoxal com o Estado/mercado

Para situar os pressupostos do homonacionalismo e as particularidades da sua manifestação na realidade brasileira, para isso, necessita-se trazer a trajetória do movimento LGBTI+ contemporâneo: sua origem, as pautas, os desafios atuais que são fundamentais para distinguir como esse fenômeno atua nesse contexto local. Deduz-se, que a reprodução do processo homonacionalizador, possui características singulares no contexto nacional.

Uma das grandes questões no diálogo de Puar (2015), refere-se que os direitos relacionados à população LGBTI+, tem funcionado como um dos maiores afrodisíacos para as políticas neoliberais. A autora utiliza-se da argumentação que o homonacionalismo não funciona como “[...]sinônimo de racismo gay ou de outra forma de crítica da “conservadorização” das identidades gays e lésbicas, mas antes uma forma analítica de apreender os resultados de sucesso dos movimentos dos direitos liberais LGBT” (2015, p. 299). Dessa perspectiva, questiona-se: é possível definir quem são os sujeitos liberais ou não liberais do movimento LGBTI+ brasileiro em uma organização tão complexa como essa? Como se manifesta esse fenômeno em nossa realidade?

A princípio é preciso problematizar essas questões, e de qual base territorial a autora concebe esses direitos. Para isso busca-se a gênese desse movimento na realidade local. A rigor não é possível homogeneizar essa relação dos direitos enquadrados todos no campo do neoliberalismo. A luta por legislações sociais pela comunidade LGBTI+ assumem particularidades no contexto brasileiro, mas essas não anulam as feições com o homonacionalismo.

Desse modo, são mais de 40 anos de história de enfrentamentos contra o conservadorismo e as práticas de LGBTfóbicas combatidas pelo movimento LGBTI+ no Brasil, que surge durante o regime de ditadura civil-militar⁴³. Um ativismo complexo, assinalado por conquistas, lutas, limites e desafios de atuação em uma sociedade fincada materialmente na

⁴³ “O regime derivado do golpe de 1º de abril sempre haverá de contar ao longo da sua vigência, com a tutela militar; mas constitui um grave erro caracterizá-lo tão somente como uma ditadura militar - se esta é indiscutível, constituindo mesmo um dos seus traços peculiares é igualmente indiscutível que a ditadura instaurada no 1º de abril foi o regime político que melhor atendia aos interesses do grande capital: por isto, deve ser entendido como uma forma de autocracia burguesa (na interpretação de Florestan Fernandes), ou, ainda, como ditadura do grande capital (conforme análise de Octavio Ianni). O Golpe não foi puramente um golpe militar” (NETTO, 2014, p. 74).

violência. Nesse longo caminho trilhado houve vitórias como a construção de políticas públicas em defesa da diversidade sexual e de gênero, legislações em âmbitos estaduais e municipais, no judiciário federal de combate às práticas de discriminações e preconceitos contra essas pessoas, além da massificação de associações, grupos e entidades ligadas ao movimento.

Ao trazer essa genealogia fundamentando-se em Facchini e Simões (2009), Quinalha (2019), Irineu (2019), mas uma vez, identifica-se uma trajetória de vanguarda desse ativismo, também, ligado ao Sudeste do país, como Rio de Janeiro e São Paulo. Isso não significa dizer que não existissem grupos de resistências em outras cidades pelo interior do país. No entanto, à expansão nacional só se deu durante os anos 1980, quando surgem várias organizações em muitas partes do Brasil, no caso do Nordeste destacam-se Salvador, Recife, São Luís e Fortaleza.

Junto a esses aspectos, ainda, identificaram-se as ambíguas relações com o Estado e com o mercado, sobretudo, no contexto de avanço da nova direita. Essa que é expressa na conformação do neoliberalismo e do neoconservadorismo, como também, o desafio de romper com a incorporação sedutora a uma normalização de direitos pela via das políticas homonormativas, elementos cruciais do homonacionalismo. Embora sejam frações do ativismo que possuam posicionamentos alinhados com esse fenômeno, em um contexto marcado pela ampla desigualdade social que é o Brasil, o direito para essas pessoas representa um campo de tensionamentos, de questionamentos a um Estado fundado em valores e na moral do conservantismo hétero-patriarcal, racista e sexista.

A gênese do desenvolvimento do movimento “homossexual” é de acordo com Quinalha (2018), no final dos anos 1960 ao início dos anos 1970, quando eclodiram nos espaços urbanos diversos locais de sociabilidade homoeróticos, como boates, discotecas, saunas e bares. Esses lugares eram frequentes apresentações de drags queens e transformistas, que coloriam as noites nas grandes metrópoles brasileiras, e de certa forma contestavam as normas de gênero e sexualidade com as performances artísticas corporais em um tempo de fortes repressões. Esses ambientes eram frequentados, geralmente, por “homossexuais” masculinos, em meio a uma sociabilidade que ficou conhecida como “subcultura gay” (PARKER, 2002).

Contudo, com o golpe civil-militar no dia 1º de abril de 1964 no Brasil, foi instaurado o regime de autocracia burguesa⁴⁴ que trouxe diversas consequências para a sociedade

⁴⁴ De acordo com Florestan Fernandes “O impulso modernizador, que vinha de fora e era inegavelmente considerável, anulava-se, assim, antes de tornar-se um fermento verdadeiramente revolucionário, capaz de converter a modernização econômica na base de um salto histórico de maior vulto. A convergência de interesses burgueses internos e externos fazia a dominação burguesa uma fonte de estabilidade econômica e política, sendo

brasileira. Resultou na restrição da democracia, com inúmeras perseguições, prisões, torturas até a morte contra militantes. Assim, para à “comunidade homossexual”, acentuou-se o projeto de higienização e moralização dos espaços públicos, na violência policial contra travestis que se prostituíam nos centros das cidades. O próprio Quinalha (2018) ver essa questão acima exposta, ainda, como um paradoxo, portanto para ele “enquanto se mantivessem nas sombras do anonimato dos armários ou nos guetos em que se escondiam, os “homossexuais” podiam existir e fazer o que quisessem com seus corpos. O problema era quando vinham à luz e ocupavam o espaço público” (2018, p. 36).

Diante dessa conjuntura de repressão o movimento “homossexual” no Brasil foi se desenhando na realidade nacional, “as mudanças culturais nos anos 60 apenas forneceram um contexto social para que múltiplas representações pudessem coexistir e mesmo desenvolver um novo espaço ou valor na subcultura” (GREEN, 2019, p. 41). Tal circunstância, permitiu o surgimento das primeiras frentes de resistência contra o regime, não só por “homossexuais”, mas de feministas, estudantis, étnico-raciais, sindicalistas em virtude da “abertura política” que se iniciava no Brasil nos finais dos anos 1970. Para Weeks:

Durante os anos 70 e 80 houve, de fato, o começo de uma reação contra aquilo que era visto como os excessos da década anterior e, talvez pela primeira vez, a sexualidade se tornou uma verdadeira questão política de primeira linha, com a Nova Direita identificando o "declínio da família", o feminismo e a nova militância homossexual como potentes símbolos do declínio nacional (2019, p. 67).

Fundamentalmente é preciso entender o surgimento “tardiamente” do movimento “homossexual” na realidade brasileira, devido às condições materiais, objetivas e subjetivas de vida desses indivíduos. O contexto de invisibilidade, ainda era muito extenuante. O estigma e o preconceito contra “os homossexuais” eram muito forte, além disso, como bem caracteriza Marx, “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como encontraram” (2011, p. 25).

É sobre essa condição e situação complexa que emergem os primeiros coletivos ligados à questões das sexualidades em meio a um cenário de muita repressão, configurada na estrutura

esta vista como um componente essencial para o tipo de crescimento econômico, que ambos pretendiam, e para o estilo de vida política posto em prática pelas elites (e que servia de suporte ao padrão vigente de estabilidade econômica e política). Portanto, a dominação burguesa se associava a procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente, e era quase neutra para a formação e a difusão de procedimentos democráticos alternativos, que deveriam ser instituídos (na verdade, eles tinham existência legal ou formal, mas eram socialmente inoperantes)”. (FERNANDES, 2005, p. 243).

de um Estado eminentemente autoritário de cunho moralizante. É mister salientar que durante aquele contexto o Ato Institucional nº 5 (AI-5)⁴⁵ tinha tolhido ainda mais a democracia. Esfacelou a autonomia e as liberdades individuais, políticas e culturais, até mesmo com o fechamento do Congresso Nacional. Assim, em referência aos primeiros ativistas de gays e lésbicas, existiam as condições objetivas de sobrevivência desses indivíduos nesse contexto, conforme Green “a maioria dos membros pertenciam a classe média baixa, com poucos recursos, casas próprias ou lugares para sediar uma reunião. A rotatividade constante dos encontros em diversos apartamentos refletia a pobreza dos recursos” (2018, p. 71).

Diante do exposto, fundamentando-se nas apreciações de Simões e Facchini (2008), o movimento “homossexual” no Brasil se configura a partir de diferentes períodos, ou melhor dizendo, de distintos ciclos de construção. Sendo um primeiro momento os anos 1970, vigorado pela “abertura política” do país. Nessas circunstâncias que se desdobraram os primeiros grupos de autoafirmação e de organização focadas nas identidades gays, lésbicas⁴⁶, principalmente nas regiões do Sudeste brasileiro com as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, vanguardas dessa luta.

A principal bandeira naquele momento era as reivindicações pela democratização do país, bem como o processo de visibilidade, de mostrar o orgulho desses sujeitos em relação à “homossexualidade” em um contexto em que era extremamente naturalizada a violência contra gays, lésbicas e travestis. Na medida em que se realizou a investigação da constituição e a memória da organização do movimento “homossexual” brasileiro, percebe-se a intrínseca ligação desses ativistas com o Estado, esse ente político, sempre esteve presente na relação com esses indivíduos, porém em alguns momentos assume feições distintas no trato e na mediação. Para isso é importante compreender a complexidade que era o Estado naquela época, assimilar as relações sociais e as correlações de forças postas, assim:

O aparelho de Estado não é uma garrafa vazia e transparente, que ganhará a cor do líquido que a preencha – conforme formulado por diversas correntes reformistas –, mas sim um território carregado de interesses de classe com labirintos e armadilhas prontas para obstruir os projetos de forças sociais e políticas que rejeitem ou questionem a ordem existente (OSÓRIO, 2017, p. 38).

⁴⁵ “O AI-5 esteve vigente por 10 anos e 18 dias [...], no curso dos quais foi usado para cassar mandatos de 113 deputados federais e senadores, 190 deputados estaduais, 38 vereadores e 30 prefeitos - sem contar a punição de milhares de servidores públicos civis e militares, profissionais liberais, professores e membros do judiciário e a censura de mais de 500 filmes, 450 peças teatrais, 200 livros e mais de 500 músicas” (NETTO, 2014, p. 134).

⁴⁶ É preciso ressaltar que na gênese do movimento homossexual era constituído hegemonicamente por homens gays e por uma parcela menor de lésbicas, dado o machismo e a misoginia que essas mulheres enfrentavam no próprio movimento (FERNANDES, 2015). Apesar dessa dimensão sabe-se que muitas travestis enfrentaram o contexto político de ditadura militar, o próprio fato de dar visibilidade ao corpo era uma forma de enfrentamento à moral do regime civil-militar, muitas foram presas e torturadas, algumas matérias do Jornal Lâmpião da Esquina denunciavam as perseguições policiais contra elas.

Com o Golpe de 1964, o Estado obstruiu as reformas de bases; construiu no imaginário popular, cultural, político e ideológico figuras inimigas da nação como: os comunistas, as feministas, os “homossexuais”. Para Coutinho (1989), no decorrer das décadas pós anos 1970, o aparato estatal foi assumindo concepções específicas, a forma política passou, também, por reconfigurações.

No capítulo anterior, fundamentando-se na obra gramsciana, desenvolveu-se os principais elementos sobre a ampliação estatal, consubstancializada pela estrutura da “sociedade política”, aquela que é composta pelos aparelhos militares de dominação e coerção, juntamente formada com a “sociedade civil⁴⁷”, para qual era representada nos aparelhos privados que lutam por hegemonia, movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, a igreja, donos de indústria, comerciantes (COUTINHO, 1989). Essa concepção de Estado é fundamental para apontar como a nação é atravessada pela disputa de projetos societários, uma luta permanente.

No Brasil, a categoria foi fortemente empregada a partir do final da sociedade civil década de 1970, para expressar o processo de reativação do movimento sindical e a ação de movimentos sociais que passaram a dinamizar processos de mobilização de demandas por conquista e ampliação de direitos civis, políticos, sociais e trabalhistas (DURIGUETTO, 2008, p. 86).

De tal modo, nessa primeira onda do movimento “homossexual”, identifica-se um Estado autoritário, autocrático, controlador, perseguidor e higienizador das identidades sexuais e de gênero dissidentes no contexto nacional, espaços públicos cada vez mais restritos, o corpo homoerótico passou cada vez mais ser controlado e disciplinado. De acordo com Coutinho (1989), o Estado tinha estagnado a autonomia dos aparelhos privados da sociedade civil, embora o grande empresariado tenha se mantido com sua autonomia, as grandes empresas se fortaleceram naquele momento da história da autocracia nacional, como afirma Fontes (2010).

O Estado passou por um forte desenvolvimento de repressão pelos aparelhos de dominação, assim como a limitação da socialização da política, com uma hipertrofia da democracia, nos limites da sociedade burguesa (DURIGUETTO, DEMIER, 2017). Pode-se

⁴⁷ “A partir da década de 1970, a categoria sociedade civil ganha uma grande relevância e centralidade no debate ideológico-político internacional e nacional. Sua utilização aparece diretamente associada à emergência dos chamados “novos movimentos sociais” e suas demandas democratizantes relacionadas a acontecimentos históricos diversos (reivindicações por direitos civis e políticos nos países do leste europeu; burocratização estatal nos regimes do Welfare State, resistência contra os regimes autoritários no contexto dos processos de (re)democratização da América Latina)” (DURIGUETTO, 2008, p. 85).

dizer que a relação entre movimento “homossexual” e o Estado nesse período, era configurada pelo autoritarismo, sem brechas para reivindicações ou canalizações de diálogos, o ordenamento era à prisão contra qualquer indivíduo que fosse crítico ao regime. Foi durante esse contexto que muitas travestis foram presas, as perseguições eram constantes.

O confronto de projetos sociais era mais limitado, não só com esse movimento, mas com qualquer grupo que reivindicava ou fosse crítico ao Estado autocrático, dada a estrutura coercitiva deste regime, “não à toa, os movimentos identitários surgiram ou ressurgiram no final da ditadura, em uma rica experiência de alianças e trocas interseccionais entre raça, gênero, classe e sexualidade” (QUINALHA, 2018, p. 38), pois onde há, violência, também, vigoram-se os levantes de resistências.

De acordo com Simões e Facchini (2008), o segundo momento histórico sobre o movimento “homossexual” no Brasil foi durante os anos 1980. Período assinalado por três aspectos fundamentais para compreender a organização desse ativismo: a “abertura política” do país, o surgimento da HIV-AIDS e a luta pela inclusão na Constituição Federativa de 1988, contra à discriminação por orientação sexual, a época chamada de “opção sexual”. Assim, como na primeira onda do movimento, estabelece-se, também, uma relação com o Estado, no entanto, identifica-se nesse momento uma nova reconfiguração, abrem-se algumas brechas em relação às primeiras reivindicações.

Com a democratização do país, usando um termo gramsciano o Estado ampliou-se, mesmo que diante de uma democracia nos limites da sociedade burguesa para a sociedade civil, logo para os movimentos sociais organizados. Constata-se a possibilidade de comunicação, uma relação marcada por disputa de hegemonia, correlações de forças, o que era impossível ou limitador no contexto anterior onde pessoas podiam até morrer dada à repressão do regime civil-militar. Além disso, verifica-se que nessa década há uma socialização da política. Embora tenha existido esse diálogo, as relações do Estado para essa população, centraram-se nas políticas de “sida-danização” como observa Pelúcio (2009).

Segundo Simões e Facchini (2009) um terceiro momento seria os anos 1990, esse período foi designado pelo alargamento dos diversos grupos de ativistas “homossexuais” no Brasil; um amplo processo de institucionalização; o modelo centrado no terceiro setor e luta por editais das agências internacionais (IRINEU, 2016). Contexto fortemente pautado pela agenda neoliberal, transição do movimento “homossexual” para movimento LGBT, além da eclosão dos diversos congressos e seminários em todo o país, assim como as primeiras Paradas do Orgulho LGBTI+.

É nesse decênio que também se desenvolve de forma mais concreta a noção de mercado de consumo LGBTI+ em várias regiões do país, segmentadas pelo conceito GLS (FRANÇA, 2006). Nessa década o Estado brasileiro foi configurado pela dinâmica do neoliberalismo, implicando em vários limites para sociedade brasileira, e especialmente, para os movimentos sociais. Nesse período o Movimento LGBTI+ tem uma forte institucionalização, “essa conjuntura é marcada, também, pela regressividade das organizações e das lutas dos trabalhadores” (DURIGUETTO, 2014, p. 178).

2.3.1 “O amor que ousou dizer seu nome”: o Movimento “Homossexual” no Brasil

No tópico anterior abordou-se as premissas centrais do surgimento do movimento “homossexual” no Brasil. Foi durante a conjuntura do regime de ditadura civil-militar, de acordo com Simões e Facchini (2008) que esse movimento tem sua primeira onda durante o final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Mas antes durante a década de 1960 a “Turma Ok⁴⁸” no Rio de Janeiro já dava os primeiros esboços do Movimento “Homossexual” no Brasil. Segundo Soliva (2018) esse é considerado o grupo mais antigo do país, “fundado em 13 de janeiro de 1961. Esse momento é chamado pelos sócios mais antigos de “Primeiro Período”. A ideia de organizar um grupo formado por “bichas” surgiu de um conjunto de amigos que se reuniam periodicamente” (Idem, 2018, p. 123).

Posteriormente no final dos anos 1970 se destaca o jornal *Lampião da Esquina*, também no Rio de Janeiro. Um periódico da imprensa alternativa, autônomo, sem vinculação partidária e/ou a movimentos sociais, embora que esse veículo de comunicação corroborava na visibilidade de grupos de afirmação “homossexual” como o *Somos* e o *Triângulo Rosa* no Rio de Janeiro que surgiam durante essa década.

Frente ao contexto de repressão que vigorou durante a autocracia burguesa no Brasil, o jornal *Lampião da Esquina* inaugurado por onze⁴⁹ jovens “homossexuais” na cidade do Rio de

⁴⁸ Segundo Soliva, “um dos anfitriões mais famosos desses encontros foi Antônio Peres, um boliviano que abria as portas de seu apartamento no 9º andar do Edifício Varsóvia, situado na Rua Almirante Tamandaré, 41, no bairro do Flamengo. Das reuniões no apartamento de Antônio Peres surgiu a ideia de formar um grupo cujo nome, “Turma Ok”, foi sugerido por Nyhlmar Amazonas Coelho. À alcunha era uma senha que só fazia sentido entre os associados” (2018, p. 124).

⁴⁹ A primeira edição do *Jornal Lampião da Esquina* foi em Abril de 1978, do qual contou com uma breve apresentação do periódico na sua capa inicial, tendo como matéria fundante: “Saindo do gueto”, além disso o jornal era composto por onze editores, à saber: Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Darcy Penteadó, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, Jean-claude Bernarde, João Antônio Mascarenha, João Silvério Trevisan, Peter Fry - em virtude do exílio, alguns desses editores tinham morado por algum período no exterior de onde veio a inspiração para construção do jornal, além desses componentes, vale ressaltar que de acordo com

Janeiro, em meados dos anos de 1978, conseguiu à sua circulação até meados dos anos 1981, no total foram 38 edições publicadas⁵⁰. O jornal foi um veículo de comunicação para divulgação de vozes dissidentes e contestadoras ao regime. Pode ser considerado, também, como um dos primeiros veículos de divulgação de uma subcultura de sociabilidades gays, lésbicas do país atrelada a uma linguagem popular, debochada e, sobretudo, sarcástica.

Sobre o *Lampião da Esquina*, como expressa Trevisan (2018), tratava-se de um jornal que possuía uma perspectiva de comunicação que rompia com *ethos* da moral dominante da época. Era formado por jornalistas, escritores, intelectuais, todos “homossexuais”, dos quais deram visibilidade publicamente à sua orientação sexual, além de apresentarem na estrutura jornalística matérias que enfrentavam a censura política: “[...] metiam-se num projeto em que os temas tratados eram aqueles considerados “secundários” - tais como sexualidade, discriminação racial, artes, ecologia, machismo” (TREVISAN, 2018, p. 317).

Importante elucidar, como discorrem Simões e Facchini (2008), sobre a influência política desses sujeitos, alguns deles como João Silvério Trevisan e Jean-Claude Bernadete tinham participado do movimento estudantil da esquerda católica e da Ação Popular (AP). Além desse aspecto mencionado pelos autores, cumpre mencionar que muitas das influências do jornal *Lampião da Esquina* vieram da relação com o exílio, como foi caso do Silvério Trevisan que “morou um ano nos Estados Unidos, em 1975, onde conheceu diversos ativistas do Gay Liberation Front e vários estudantes de esquerda, inclusive um jovem formado em ciências políticas, James Green” (idem, 2008, p. 85).

Na sua proposta inicial o conselho editorial trazia o questionamento para a sociedade sobre: o porquê de um jornal “homossexual”? “Nossa resposta, no entanto, é esta: é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do “homossexual”, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite” (LAMPIÃO DA ESQUINA, Conselho editorial, 1978, p. 2)⁵¹. É interessante destacar sobre o jornal *Lampião da Esquina* que durante um contexto autoritário, verificava-se uma diversidade dos conteúdos e matérias que eram publicados como questões que avançavam para além da abordagem da temática sexualidade, como exemplifica Simões e Facchini “a

Green “havia apenas uma mulher, Leila Micolis, dentre os colaboradores e a linha editorial dava relativamente pouco espaço para as lésbicas” (2018, p. 70).

⁵⁰ Todas as publicações podem ser acessadas digitalmente através do portal: <https://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>.

⁵¹ JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA. Primeira Edição, 1978. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/01-LAMPIAO-EDICAO-00-ABRIL-1978.pdf>. Acesso dia 10 de julho de 2020.

publicação de matérias sobre o movimento feminista, movimento negro, transexualidade, sadomasoquismo, populações indígenas, prisioneiros, ecologia e até mesmo uso de maconha” (2008, p. 86).

O jornal contou, também, com entrevistas com artistas como Ney Matogrosso e Leci Brandão que desafiavam as ordens de gênero e sexualidade da época. Como já mencionado, as publicações⁵² havia noticiários, entrevistas com artistas, com políticos, ex-exilados, espaços para poesias e poemas, além de divulgação de locais de sociabilidade homoeróticos. Outro fato interessante era à linguagem empregada nos noticiários que apresentavam palavras que dialogavam diretamente com à população com um material acessível linguisticamente e popular: “outras questões então tidas como minoritárias se fazia predominantemente por meio da incorporação da linguagem popular do meio homossexual, com farto uso de palavras como “bicha”, “boneca”, “veado”” (SIMÕES, FACCHINI, 2008, p. 88).

Do ponto de vista da sua repercussão, o jornal *Lampião da Esquina*, também, sofreu com o regime de autocracia burguesa no Brasil. É significativo destacar que as publicações ocorreram em um período de forte censura, de perseguições e prisões, apesar da “abertura política” que vinha se desenhando no final dos anos 1970.

O jornal rompia com todas as normas estabelecidas pela censura e pelos costumes familiares da época pautados na “família, propriedade e Deus”, além de publicar informações da repressão por parte da polícia contra os “homossexuais” e as travestis. Tais elementos contribuíram para as ameaças e retaliações que o jornal enfrentou por parte da censura, o seguinte relato de Trevisan exemplifica o acontecimento:

Já desde agosto de 1978, vínhamos sofrendo, sob acusação de atentado à moral e aos bons costumes, um inquérito policial que estava sendo levado a efeito tanto no Rio quanto em São Paulo, solicitado pelo Ministério da Justiça. A carta da Polícia Federal solicitando o inquérito referia-se a nós, editores, “como pessoas que sofriam de graves problemas comportamentais” (2018, p. 323).

Não bastasse a repressão inicial que o jornal *Lampião da Esquina* enfrentou durante os anos de 1978 a 1979, o regime trouxe algumas consequências para a manutenção desse veículo

⁵² A conforme Simões e Facchini (2008) a edição décima terceira de junho de 1979, tinha como tema central “De Sodoma à Auschwitz: a matança dos homossexuais”, a publicação fez uma forte denúncia contra à violência praticada aos homossexuais na Alemanha nazista. Além da preocupação com a questão da violência discutia-se também temáticas como a questão do aborto, da masturbação feminina, sempre com questões da agenda das mulheres articulado ao pensamento feminista, o debate sobre as travestilidades, a prostituição masculina e feminina, além de tecer críticas à esquerda partidária conservadora que colocavam essas discussões como questões de “segunda ordem”, identitários ou culturalistas.

de comunicação segundo Simões e Facchini “o editorial do nº 28 (setembro de 1980) escancara à crise financeira por que passava o jornal⁵³, diante do fracasso da tentativa de atrair anunciantes e das dificuldades de distribuição, que aumentaram depois dos atentados a bancas” (2008, p. 108).

Esse jornal representa uma das primeiras mídias de consumo direcionadas ao público “homossexual” no Brasil que teve ampla visibilidade, a cada edição era publicado um “guia gay” das diversas capitais do país, talvez seja esse a primeira mídia de comunicação que deu visibilidades aos espaços homoeróticos pelo Brasil, sobretudo, em um contexto político de censura, autoritarismo e repressão. No tópico a seguir aborda-se a constituição do então movimento “homossexual” brasileiro durante a sua primeira onda que foi o Grupo Somos.

2.3.2 O Grupo Somos e a luta pelos direitos dos “homossexuais” no Brasil

De acordo com Green (2019) antes mesmo de surgir enquanto movimento social organizado, os “homossexuais” masculinos e as lésbicas já encontravam formas de resistência e socialização, muito/as advindo/as de vários interiores do país. Migravam para as grandes metrópoles em busca de empregos, tendo como objetivo poderem viver suas identidades sexuais e de gênero de forma mais livre, distantes da opressão do contexto familiar e das cidades pequenas, ou seja:

Desde os anos 1950, ou até mesmo antes, encontramos nas grandes cidades formas de associação dedicadas à sociabilidade, à diversão e à paródia aglutinando principalmente homens, que promoviam eventos como concursos de miss, shows de travestis e desfiles de fantasias” (SIMÕES, FACCHINI, 2008, p. 63).

Como caracterizam os autores, muitos desses sujeitos tinham nos grandes centros a porta de entrada para viverem suas sexualidades. Essas metrópoles propiciavam para os jovens “homossexuais” que viam de diversas partes do interior do país o contato e a socialização com outros gays, lésbicas e travestis. Além dessas ações e redes sociais construídas, esses espaços

⁵³ Diante desse fato alguns membros editores do jornal *Lampião da Esquina* foram interrogados, fotografados e indiciados judicialmente pela Polícia Federal, de acordo com Trevisan (2018), a carta da PF solicitava que os integrantes do jornal fossem processados pela Lei de Imprensa, pela qual poderiam pegar uma prisão de até um ano. Além disso, como afirma o autor “no interrogatório, uma das primeiras perguntas feitas a vários editores era a confirmação do fato de serem homossexuais” (idem, 2018, 323). Ainda segundo Trevisan (2018) não só houve somente a repressão por parte da censura, como também os diversos ataques no segundo semestre de 1979 à bancas de jornais que vendiam o *Lampião da Esquina* e jornais da esquerda.

urbanos possibilitaram nesse campo de contradições a construção do ativismo, muitos desses homens e mulheres sentiam a necessidade da auto-organização.

Para Green (2018), as pautas iniciais desse movimento que nascia eram centradas nas necessidades dos gays, mesmo com a participação de mulheres lésbicas, identifica-se em menor número de participantes em virtude da misoginia e do machismo reproduzido por alguns gays na época. Foi nesse contexto que os primeiros grupos de “homossexuais” organizados surgiram. Durante o revigoramento da autocracia burguesa, como afirma Fernandes (2005) o Estado tinha na sua estrutura uma formação de cunho autoritário e conservador, no decorrer desse regime no Brasil e em alguns países da América Latina. Diversas pessoas que combatiam as forças reacionárias foram dizimadas, assim como a forte perseguição e repressão contra gays, lésbicas e principalmente contra as travestis. Quinalha ressalta “o objetivo era reforçar o estigma contra os homossexuais, “dessexualizar” o espaço público expulsando estes segmentos e impelir, para o âmbito privado, as relações entre pessoas do mesmo sexo” (2018, p. 36).

O período correspondente à ditadura civil-militar, trouxe como consequência sequestros, torturas, prisões, mortes, pessoas desaparecidas, ao mesmo tempo, cresciam as múltiplas formas de resistência e organizações coletivas no Brasil e na América Latina. Esse período foi estruturado “por intensa atividade de grupos de esquerda e pelo surgimento e visibilidade das versões modernas do movimento feminista e negro” (SIMÕES, FACCHINI, 2008, p. 60). Além disso,

Em 1978, grupos de mulheres, ainda muito sufocadas pelo alinhamento partidário de esquerda, começavam timidamente à incursionar por temas sacrílegos como sexualidade e aborto, já dentro de uma orientação crescentemente feminista. E tentavam impor uma autonomia metodológica em suas discussões que foram se ampliando em torno da criação de jornais e com a chegada das exiladas. Também os negros iniciaram às primeiras investidas para discutir o racismo, cultura e organização da população negra, fora do círculo de ferro dos partidos e centralismos da velha esquerda (TREVISAN, 2018, p. 316).

Como bem recuperado pelo estudo de Trevisan (2018), o movimento “homossexual” no Brasil não enfrentou apenas as velhas estruturas da autocracia burguesa, durante o regime autoritário a esquerda partidária tratava as questões dos direitos relativos aos “homossexuais” e mulheres como “questões de segunda ordem”, ou seja, “do ponto de vista da esquerda ortodoxa, as chamadas “minorias” apresentavam temas espinhosos. E, para nós das “minorias”, a sensação era de estarmos prensados num círculo de ferro, à direita e à esquerda” (Idem, 2018, p. 316).

Foi em um encontro na Universidade de São Paulo (USP), como descrito por Trevisan (2018), que diversos jovens de esquerda discutiam as pautas partidárias e as demandas da época. Para o autor foi nessas circunstâncias emergiram duas posições uma por parte dos estudantes e professores de esquerda que colocava a centralidade na luta em torno da “classe social” como aspecto fundante. Por outro lado, setores da esquerda que reivindicavam demandas além da classe, como as questões dos direitos relacionadas “homossexualidade”, questões raça/etnia e das mulheres.

Dessa ampla discussão emergiram diversas falas de estudantes sobre as invisibilidades que esses sujeitos enfrentavam no cotidiano, inclusive dentro da própria esquerda partidária: “ao final de três horas de debates, nossas camisas empapadas de suor davam a sensação de que o movimento homossexual brasileiro acabava de conquistar o espaço que lhes era devido. Nossa luta estava enfim na rua” (TREVISAN, 2018, p. 321).

A partir desse cenário emergiu o primeiro grupo de afirmação política identitário o grupo Somos - Grupo de Afirmação Homossexual, que surgiu em 1978 na cidade de São Paulo. Em meio ao contexto de fortes repressões e perseguições contra militantes de esquerda, muitos dos quais foram exilados do país, segundo Green (2018) o nome “Somos” foi batizado em homenagem à revista argentina que se chamava Frente de Liberación Homosexual Argentina, extinta no ano de 1976, quando foi proclamado o golpe civil-militar naquele país.

Segundo o referido autor o Somos significava uma solidariedade latinoamericana de apoio internacionalista da luta contra as opressões dos regimes militares. De acordo com Trevisan “oficialmente definido com o nome Somos - Grupo de Afirmação Homossexual, de dez gatos-pingados, chegamos rapidamente à uma média de cem pessoas. Essa influência obrigou a uma reorganização estrutural” (2018, p. 322).

Importante ressaltar que durante o período em que o “Somos” se afirmava enquanto movimento social, paralelamente começaram a surgir outros grupos na esquerda brasileira como a Convergência Socialista⁵⁴ que também tinham ativistas ligados aos direitos humanos dos trabalhadore/ras “homossexuais”. Entre os principais militantes o próprio historiador James Green, segundo relato do autor “organizei a Facção Homossexual da Convergência Socialista. Minha ideia era reunir os membros gay e lésbicas da CS e pressionar a organização a adotar uma posição progressista sob questões gays e lésbicas” (GREEN, 2018, p. 67).

⁵⁴ De acordo com Câmara, “a Convergência Socialista, organização trotskista, foi a primeira referência à esquerda a incluir comissões de gays e Lésbicas em sua estrutura e a adotar pontos antidiscriminação em seu programa. Em 1981, realizou a I Conferência Nacional dos Homossexuais da Convergência Socialista, em São Paulo” (2018, p. 196-197).

Como todo movimento social organizado, o Grupo Somos, tinha também inúmeros debates, disputas políticas e conflitos. Conforme Simões e Facchini, "um dos raros consensos entre os participantes do Somos era o princípio de que o grupo deveria ser exclusivamente formado por homossexuais" (2008, p. 98). Portanto, umas das primeiras metodologias do grupo era o de "identificação" e de "reconhecimento" para Green (2018). Tratava-se de um método baseado em concepções progressistas, para entender as discriminações que os militantes do grupo enfrentavam no cotidiano.

Outra questão sobre a construção desse movimento tratava-se da relação com outros ativistas, como a parceria com as feministas, como afirmam Simões e Facchini (2008). Dentro do Somos, as mulheres lésbicas criaram um subgrupo de auto-organização, com pautas específicas relacionadas à lesbianidade. Assim, no ano de 1979 surge o Lésbico-Feminista. Fernandes ressalta que "não eram todas as lésbicas do SOMOS que estavam no LF, mas foram as do LF que decidiram: encaminhar a discussão sobre o machismo e o feminismo no SOMOS, ter um grupo de acolhimento e afirmação da identidade só para as lésbicas" (2018, p. 91).

Desse processo de maturação do movimento "homossexual" no Brasil, o grupo Somos conseguiu organizar em abril de 1980 o I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO). Nesse mesmo ano, alguns integrantes do Somos participavam do ato público em comemoração ao 1º de maio, em apoio a greve geral do/as trabalhadores/as na região do ABC Paulista. No mesmo período as militantes que integravam o grupo Lésbico-feminista (LF), decidem sair do Grupo Somos e formalizam o Grupo de Ação Lésbica-Feminista⁵⁵, conhecido como (GALF), um grupo voltado para as questões e agenda das mulheres lésbicas no Brasil (SIMÕES; FACCHINI, 2008).

⁵⁵ "A dificuldade inicial encontrada por esse primeiro grupo de lésbicas organizadas foi estar diante de um estado político militar, de direita. Assim, as lutas para a promoção da visibilidade, respeito, à expressão da sexualidade lésbica e por justiça, bem como contra a opressão social e policial, nasceram de forma inseparável da luta por liberdade e contra a ditadura. A segunda dificuldade foi o enfrentamento com outra forma autoritária de se fazer política, a da esquerda ortodoxa, que não compreendia que a urgente necessidade de se pensar a sexualidade, o racismo, o machismo e o patriarcado, conjuntamente com as demais causas sociais, era um instrumento fundamental para a mudança da estrutura social e o fim da opressão existente" (FERNANDES, 2015, p. 126).

IMAGEM 2 – PARTICIPAÇÃO DE TRABALHADORES HOMOSSEXUAIS DURANTE A GREVE GERAL DO ABC EM MAIO DE 1980.



Fonte: Foto tirada por Fernando Uchoa, no dia 1º de maio de 1980. Fonte da imagem:

<https://revistacult.uol.com.br/home/um-balanco-historico-e-memorialistico-do-movimento-lgbt-no-brasil/>.

Essa imagem é referente a marcha do dia 1º de maio de 1980, quando ativistas “homossexuais” se uniram às demandas do movimento sindicalista em São Paulo. Na visão de Green (2018) a participação de alguns gays nesse ato foi um divisor de águas para o recente movimento que começava a se organizar, porém alguns membros criticavam a participação. Segundo o referido autor “quando propusemos a participação no 1º de Maio de 1980, durante a greve geral do ABC e quando Lula estava na prisão por ter violado a Lei de Segurança Nacional, um setor minoritário do Somos se opôs a este engajamento político mais aberto⁵⁶” (GREEN, 2010). Na faixa observa-se uma palavra de ordem “Contra a discriminação do/a trabalhador/a homossexual”.

Em pouco tempo o Grupo Somos de Afirmação Homossexual chega ao seu fim em 1983. Para Green (2018), diversas questões levaram ao encerramento das atividades e dessa organização. Um dos principais foi o processo que culminou com a “abertura política” do país, como consequência foram surgindo novos movimentos sociais. Além disso, para o autor

⁵⁶ GREEN, James (2018). Um balanço histórico e memorialístico do movimento LGBT no Brasil. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/um-balanco-historico-e-memorialistico-do-movimento-lgbt-no-brasil/>. Acesso: 22 de junho de 2020.

tinham, também, as questões objetivas e subjetivas dos militantes. Com a democratização muitos deles voltaram aos estudos e em busca de empregos, diversos viviam na clandestinidade, outros buscaram suas famílias e amigos, esse contexto foi um dos motivos que levou ao fim do grupo Somos.

Diante do que se analisou neste item sobre a gênese do movimento “homossexual” nos anos 1970 no Brasil, tem-se uma formação a partir das redes sociais criadas nos espaços urbanos. Muitas delas, construídas em locais de sociabilidades clandestinas como bares e boates em face das perseguições, visto que aquelas identidades eram vividas em um contexto de ditadura civil-militar. Assim, "quando deixou de ser apenas uma prática sexual repulsiva e passa a ser um movimento social de contestação da ordem e de reivindicação de igualdades e direitos, colocou em questão as estruturas autoritárias e excludentes do regime” (QUINALHA, 2018, p. 37).

Do ponto de vista da relação desse segmento com o Estado o que se tinha era uma relação de perseguição, higienização, tortura e até à morte como face mais extrema da ditadura. As batidas nos espaços considerados como “guetos” de “homossexuais” eram frequentes, foi produzida toda uma relação de perseguição de associação aos comunistas, portanto sobre aqueles que estavam se organizando politicamente era associado “uma representação negativa graças à ação repressora do Estado, mais do que interditar e silenciar as homossexualidades, a ditadura modulou uma série de discursos positivamente normativos” (QUINALHA, 2018, p. 37).

Destarte, as faces autoritárias do terrorismo de Estado e o desejo da nação se expressaram de forma mais contundente contra mulheres, negros, “homossexuais” durante o regime de autocracia burguesa, especialmente, em relação àqueles e aquelas organizados em partidos e movimentos sociais, vistos como ameaças ao projeto de nação. Como assevera Quinalha (2018), há um processo de institucionalização por parte do Estado da moralização da sexualidade. No subitem a seguir discute-se à trajetória do movimento “homossexual” diante da democratização do país.

2.3.3 A “Abertura política” e os novos dilemas do Movimento “Homossexual” no Brasil

Segundo Behring a década de 1980 foi caracterizada por algumas questões centrais como o abismo “[...] das dificuldades de formulação de políticas econômicas de impacto nos investimentos e na redistribuição de renda, não só no Brasil, mas no conjunto da América

Latina, bem como são encontrados elementos para pensar a condição da democracia” (2008, p. 131).

A “abertura política” no país no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 possibilitou nos limites da democracia burguesa, o florescimento de diversos movimentos sociais, a reorganização da sociedade civil, reconstrução dos partidos e do movimento sindical como a construção da Central Única do/as Trabalhadore/as (CUT). Significou um período de intensas mobilizações como avanço das lutas no ABC paulista, com as greves emblemáticas dos/das trabalhadore/ras em São Bernardo do Campo que desembocou na construção do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980 (NETTO, 2014).

Decorrem daí diversos movimentos sociais organizados, frentes importantes como o movimento sanitarista e a luta por habitação, movimento contra a carestia, dado os altos índices de inflação, o surgimento de uma ala progressista que vinha desde a segunda metade dos anos 1970 na Igreja católica com a Teoria da Libertação, à construção da Comissão Pastoral da Terra (CPT), já em 1983 nasce o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). São expressivos marcos da ampliação e do alargamento do Estado e as canalizações de diálogos com a sociedade civil, embora uma década considerada de inúmeros desafios para a classe trabalhadora.

Para Behring (2008), a década de 1980 foi considerada no âmbito econômico como perdida⁵⁷, em virtude dos altos índices de inflação, assim como ínfimo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Contudo, constata-se de um período extremamente fecundo para a reorganização da sociedade civil. Essa “abertura” democrática, trouxe, também transformações para o movimento “homossexual” organizado no Brasil, “muitos consideram que a década de 1980 um período de declínio do movimento homossexual, em relação à efervescência mobilizadora que marcou o período imediatamente anterior” (SIMÕES; FACCHINI, 2008, 117).

No entanto, apesar dessa questão do refluxo dos movimentos relacionados a pauta diversidade sexual, segundo Simões e Facchini (2008), saindo do eixo do sudeste, surgiram nos anos 1980 grupos de organizações em defesa dos direitos dos “homossexuais” em outras regiões do Brasil, entre eles o Grupo Gay da Bahia (GGB). Em abril de 1981 foi realizado na cidade de

⁵⁷ Como afirma Behring, “o Brasil saltou de uma inflação anual de 91,2%, em 1981, para 217,9% em 1985 (Kucinski & Brandford, 1987: 45). As baixas da crise do endividamento foram muitas: o empobrecimento generalizado da América Latina, especialmente no seu país mais rico, o Brasil; a crise dos serviços sociais públicos; o desemprego; a informalização da economia; o favorecimento da produção para exportação em detrimento das necessidades internas. Ou seja, características regionais preexistentes à crise da dívida foram exacerbadas no contexto dos anos 1980” (2008, p. 134).

Olinda em Pernambuco o 1º Encontro de Grupos Homossexuais do Nordeste e contou com a presença de cinco grupos.

Cumpram ressaltar que durante esse processo de organização dos sujeitos coletivos que despertam no Nordeste brasileiro algumas organizações não-governamentais, grupos e associações com suas pautas locais, mas que também traziam questões relacionadas ao tratamento da “homossexualidade” no contexto nacional - relacionados à questão do HIV/Aids, campanhas de despatologização do “homossexualismo”⁵⁸ e o combate a homofobia. De acordo com Irineu:

Com o advento da epidemia de Aids houve um crescimento significativo dos estudos sobre homossexualidade, motivados especialmente pelas experiências dos movimentos sociais. Contudo, estes estudos mantinham-se presos às significações dos processos saúde-doença, reduzindo os contextos socioculturais e políticos da homossexualidade a patologia (2019, p. 91).

São mais de quarenta anos de atuação ininterruptos do Grupo Gay da Bahia, um dos maiores do Brasil e da América Latina. Segundo seu fundador, o professor e antropólogo Dr. Luiz Mott, sua inauguração ocorreu em 29 de fevereiro no ano de 1980, em Salvador, na Bahia, “foi a primeira ONG homossexual a ser registrada como sociedade civil e de utilidade pública municipal, liderou a fundamental campanha vitoriosa pela despatologização do “homossexualismo” no Brasil (1985)” (MOTT, 2018, p. 2011).

Esse momento ficou marcado como a “segunda onda” do movimento “homossexual” no Brasil. O período configurado por algumas questões centrais para esse ativismo. Primeiro em relação ao advento da epidemia do HIV/Aids, do qual ficou conhecida como “câncer gay”, “peste gay”, nas quais surgiram diversos adjetivos discriminatórios para se referir a essa nova doença que trouxe como consequências “[...] ressonâncias complexas nos comportamentos sociais, o tempo inicial da epidemia era de excessos. A fogueira da inquisição fora reacendida nos idos de 1980 e se apresentava para alguns como resposta à revolução sexual” (CAETANO; NASCIMENTO; RODRIGUES, 2018, p. 286).

Essa década segundo Simões e Facchini (2009) ,foi para esses ativistas um período marcado pela incerteza e ao mesmo de reorganização na perspectiva de dar respostas a esse intenso avanço de práticas neoconservadoras que relacionavam a Aids à “homossexualidade”, além do estigma social.

⁵⁸ Até o final dos anos 1980 a homossexualidade era tida como doença, era recorrente o uso da terminologia “homossexualISMO”, lembra-se que o sufixo ISMO é referente à doença.

É inegável que o temor da epidemia estava presente em todas as relações sociais, inclusive entre homens homossexuais. A desinformação sobre a epidemia nas décadas de 1980 e 90 construiu, individualmente, sentimentos e táticas diferenciadas para negociar o desejo por parceiros do mesmo sexo (CAETANO, NASCIMENTO, RODRIGUES, 2018, p. 283).

A partir desses estigmas a comunidade LGBTI+ se organizou em torno da luta contra o preconceito e discriminação gerada tanto da epidemia de AIDS como pela despatologização da “homossexualidade” que, ainda, era tratada no contexto internacional como doença mental. De acordo com Simões e Facchini (2009), às reivindicações do GGB trouxe como vitória à retirada da “homossexualidade” da lista de doença do Conselho Federal de Medicina (CFM) no Brasil em 17 de maio de 1990, essa data é lembrada como dia internacional de combate à homofobia. Posteriormente, a “homossexualidade” é reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma orientação sexual e não como doença no ano de 1993.

É mister salientar que essas lutas ocorriam em um cenário político extremamente complexo, “o fim dos anos 1980 foi um período de recessão econômica e de crescente tensão social. Em 1988, uma nova Constituição foi adotada, com mais salvaguardas democráticas que antes, mas, fora isso incoerente e canhestra (ANDERSON, 2020, p. 18).

Nesse mesmo contexto de reorganização política de forma mais institucionalizado, surge o Grupo Triângulo Rosa em 1985, na cidade do Rio de Janeiro. Assim, “o GGB e o Triângulo Rosa encabeçaram outra importante campanha na década, junto à Assembleia Constituinte pela inclusão da proibição de discriminação por “opção sexual”, posteriormente renomeada de “orientação sexual, na constituição” (SIMÕES, FACCHINI, 2008, p. 122).

Durante o desenvolvimento da pesquisa identificou-se nas principais literaturas Simões e Facchini (2008), Green (2018), Trevisan (2018), Mott (2018), Quinalha (2019) que o movimento “homossexual” no Brasil teve uma intrínseca ligação com os espaços de sociabilidade da subcultura “homossexual”, que futuramente se configurariam em espaços de consumo LGBTI+. Portanto, optou-se por esse caminho de resgatar esse ativismo na realidade brasileira, e posteriormente na particularidade da capital cearense, para trazer os principais acontecimentos históricos.

No próximo tópico trabalha-se com as características centrais desse do movimento ligado a gays, lésbicas, travestis⁵⁹ durante os anos 1990, com a finalidade de atentar-se para as

⁵⁹ Adota-se ainda essas três identidades sexuais e de gênero como centrais, porque durante os anos 1980 não existia uma nomenclatura específica do movimento, como discutido anteriormente tudo era qualificado no campo discursivo da homossexualidade, essas três identidades eram as que tinham visibilidades no processo de ativismo político relacionados a uma agenda voltada para esses sujeitos. Somente nos anos 1990 que constata-se uma ampla discussão tanto de nomenclaturas como de siglas adotadas para qualificar esse movimento (FACCHINI, 2005, IRINEU, 2019).

principais questões relacionadas ao ativismo, e sua relação com o mercado e com o Estado, características centrais dessa década.

2.4 “Do gueto ao fervo”: o movimento LGBTI+ e a sua relação com o mercado no Brasil

O triunfo de Fernando Collor de Mello, em 1989, na primeira eleição direta, para presidente no Brasil, após os anos de regime de ditadura civil-militar, concretizou a ascensão e materialização de um projeto econômico e político dominante, “a hora do neoliberalismo latino-americano - representado pela vitória de Salinas no México, de Menem na Argentina e de Fujimori no Peru - parecia ter chegado para o Brasil” (ANDERSON, 2020, p. 19).

Nesse contexto, os anos 1990 foram caracterizados para o movimento de gays, lésbicas e travestis como um processo de auto-organização desse segmento, como afirmam Simões e Facchini (2009), Irineu (2019). Com o aumento massivo de inúmeras entidades representativas por quase todo território nacional, como descrito por Facchini e Simões, “já havia setoriais LGBT no PT e no PSTU; e nos anos 2000, começaram a se organizar setoriais e ações de políticas públicas e de parlamentares, bem como de candidaturas LGBT, em vários partidos” (2009, p.139).

Irineu (2019), chama atenção para algumas especificidades centrais desse decênio. A primeira é da relação desses ativistas e o diálogo de forma mais intensa com o aparelho estatal, apesar de ser em um contexto de ampla reprodução e implementação das políticas neoliberais no Brasil, culminou, inclusive, com a forte institucionalização dos movimentos sociais e com ampliação do terceiro setor por via das Organizações Não Governamentais (Ongs). O Segundo elemento que a autora discorre sobre esse momento, relaciona-se por ser uma década de massiva produção científica, “esse também foi o contexto dos primeiros estudos sobre homossexualidade no Brasil, que expressava preocupação com a distinção entre gênero e sexualidade” (Idem, 2019, p. 91).

Diante disso, o prisma de abordagem do ativismo centrado em torno da categoria que englobava todos sujeitos no conceito da “homossexualidade”, com os processos de mudanças e transformações ocorridas nesse ativismo o Movimento “Homossexual” começou ter rachaduras nessa abordagem de homogeneização das identidades, a ser cada vez menor, como aponta Facchini e Simões (2009). As diversas identidades passaram a questionar esse modelo centrado na hegemonia da figura do homem gay. Essa ampliação deu-se muito em função da auto-organização dessas pessoas nas suas diversas entidades, construindo suas pautas,

fortalecendo o diálogo sobre as diferenças postas. Assim, a década de 1990 circunscreve-se pela transição do movimento “homossexual” ao movimento “GLBT”.

Nessa trajetória, foram formando-se diversos grupos e entidades voltadas a partir das distintas identidades sexuais e de gênero, parafraseando Facchini, construindo-se a “sopa de letrinhas” (2005) desse movimento, mas antes de chegar na atual configuração denominada até o presente momento de Movimento LGBT⁶⁰, nomenclatura que, ainda, permanece desde a III Conferência Nacional, realizada em maio de 2016, em Brasília/DF, elenca-se nesse processo algumas entidades que foram dando sustentação a esse amplo e diverso ativismo no Brasil com as lutas das lésbicas, travestis e transexuais.

Nesse ínterim as lésbicas de forma mais orgânica realizaram diversos encontros nacionais, regionais e estaduais para discutir as problemáticas desse segmento no contexto brasileiro. As pautas em torno da misoginia, o machismo e a invisibilidade da lesbianidade no movimento “homossexual” foram as principais razões pelas quais elas passaram a se auto-organizar enquanto movimento autônomo. Segundo Fernandes, “novos grupos de lésbicas surgiram por todo país, cujas ações e lutas desenvolvidas foram significativas para que o movimento de lésbicas se colocasse em outro patamar no novo século” (2018, p. 103).

Uma outra questão que Fernandes (2018), menciona refere-se a algumas conquistas no campo simbólico e na política organizativa do movimento, que representou uma vitória para essas mulheres foi o enfrentamento para inserir nos encontros nacionais de “homossexuais” a palavra lésbica no título que, “passou a ser Encontro de Gays e Lésbicas - EBGLA. A outra conquista foi haver a paridade de gays e lésbicas em todas as instâncias nacionais do Movimento Brasileiro de Gays e Lésbicas” (Idem, 2018, p. 103).

Além disso, realizaram-se muitos encontros, oficinas, debates com as pautas da agenda dessas mulheres, com discussões das especificidades no campo das opressões e explorações vividas, esse processo desembocou na construção durante o novo milênio da Liga Nacional de Lésbicas (LBL). Na visão de Irineu “as cisões promovidas pela “política de identidade” e o chamado “gaycentrismo” do movimento GLBT culminaram na criação da primeira rede nacional de lésbicas, a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), no ano de 2003” (2019, p. 93).

⁶⁰ Apesar de oficialmente o movimento adotar a LGBT, existem diversas entidades, ativistas que reivindicavam uma mudança na nomenclatura para poder englobar outras identidades. Entre as siglas o Manual de Comunicação da Aliança Nacional LGBTI+ (mandato 2016 à 2020), adota a sigla LGBTI+ que representa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos, o “+” representa outras identidades sexuais e de gênero. Porém, existem segmentos que reivindicam a inclusão das letras QIA+ para incluir as pessoas Queers, Intersexuais e Assexuais.

Outro grupo que nos anos 1990 contestou o enquadramento das identidades sexuais e de gênero no prisma da “homossexualidade”, foram as travestis e transexuais, que desafiaram e trouxeram vários questionamentos a essa abordagem homogeneizadora. A auto-organização da população trans, deu-se inicialmente no ano de 1993, durante o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam na Luta Contra a Aids (Entraids), “no início dos anos 2000, também passa a ser gestada a primeira rede nacional de travestis, nomeada de Rentrail, um embrião do que viria a ser à Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (Antra), fundada no final dos anos 2000” (IRINEU, 2019, 93).

Durante esse período além do crescimento dessas entidades, desenvolve-se por todo o Brasil espaços de sociabilidades voltados para gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. No dizer de França (2006), começam a se configurar como mercado de consumo e a ter uma maior visibilidade, tendo seu apogeu nessa década. Surgem ligados às necessidades de sociabilidades e de lazer, destinados a essa população, expande-se em vários setores, alguns passam a sair da visão de “guetos”, da clandestinidade, de uma transição do escondido ao visível, mas também, muito em função do processo de representatividade dessa comunidade. As Paradas do Orgulho LGBTI+, foram ganhando espaços, assim como o mercado⁶¹.

Tais pressupostos ocorre em função da visibilidade que essa população construiu no âmbito das lutas, e do movimento GLBT nos anos 1990, o que Trevisan (2018) chama de “liberacionismo”, ou como discorre Eribon “a mobilização homossexual, a saída à luz do dia e a intensificação da vida “subcultura” com toda certeza representam (com o feminismo) um dos mais intensos questionamentos da ordem instituída, sexual e social” (2008, p. 43). Ainda durante esse período surge no ano de 1995 a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT) (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Nessas circunstâncias Nunan (2015) afirma que surgiram diversas pesquisas sobre os perfis relacionados aos comportamentos dos consumidores em várias áreas do saber, pesquisadores, antropólogos, publicitários dedicaram-se a entender como funcionavam as “subculturas” ligadas às múltiplas formas de consumos, serviços mais procurados, assim como mercadorias desejadas. Diante dessa realidade, identificaram que entre os inúmeros campos observaram um se formando de maneira expansiva, denominado pela autora de mercado de

⁶¹ Em várias partes do mundo, diversas empresas colocaram-se no mercado na perspectiva de fomentar um maior reconhecimento acerca desses novos consumidores homossexuais (a sigla LGBTI+ ainda não era utilizada naquele momento histórico, para se referir a esses consumidores), de acordo com Nunan “a primeira pesquisa sobre o consumidor homossexual foi feita em 1968 nos Estados Unidos quando se estudou os leitores de jornal gay *The Advocate*” (2015, p. 111).

consumo “homossexual”. Em suas análises, esse é um nicho pouco pesquisado, no entanto, a partir dos anos 1990 algumas agências de *marketing* atentaram-se para esses espaços e para suas múltiplas possibilidades.

Os esforços se concentraram em colher dados tais como o tamanho real do mercado (isto é, o número de homossexuais no país), seu poder de compra e padrões de consumo. Gays e lésbicas passaram a ser descritos a partir de então como um “mercado dos sonhos”, atingindo uma visibilidade impensada até alguns anos atrás (NUNAN, 2015, p. 108).

No caso do Brasil, durante os anos 1990, constata-se uma ampla expansão do mercado voltado para os “homossexuais” em várias partes do país, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro. Contudo somente a partir da última década do século XX houve um alargamento desses locais, com uma ampla visibilidade em outras cidades como Fortaleza, Salvador, Brasília, Belo Horizonte, Recife, Florianópolis, Porto Alegre. Para França, “[...] o que se conhecia como o “gueto” transformou-se num mercado mais sólido, expandindo-se de uma base territorial mais ou menos definida para uma pluralidade de iniciativas” (2006, p. 2).

Além dessas características mencionadas pela autora, “também surge nesta época a categoria GLS, para definir este mercado. Uma espécie de tradução da idéia norte-americana de *friendly*, o S da sigla indica “simpatizantes”, numa intenção de expandir as fronteiras do “gueto” (FRANÇA, 2006, p. 2). Importante ressaltar que o conceito GLS nunca foi uma nomenclatura do Movimento LGBTI+. Essa sigla surge atrelada ao mercado, para classificar espaços receptivos a esses indivíduos, em especial, os bares e as boates. Para Trevisan (2018), “o fundamental foi a introdução da ideia de simpatizante, muito adequada ao convívio pluralista das sociedades democráticas modernas, que tendem a juntar num mesmo espaço físico ou ideológico pessoas antes excluídas da normalidade social” (2018, p. 349).

Na visão de Nunan (2015), a sigla Gays, Lésbicas e Simpatizantes (GLS)⁶² tem uma profunda utilização nos anos 1990, quando o mercado “homossexual” passa por uma expansão no país. Para a autora essa terminologia surge a partir do Festival MixBrasil Cinema da Diversidade Sexual⁶³. Como descrito por Trevisan (2018) o evento nasce com o objetivo de

⁶² “Um/a simpatizante pode tranquilamente frequentar um local GLS sem se sentir agredido/a, desde que também esteja disponível a aceitar as diferenças comportamentais presentes, em clima de muita tolerância. Esse conceito permitiu certa flexibilização das fronteiras e, na menor das hipóteses, uma expansão do gueto, que pode abranger uma boate e um bar GLS, mas também uma loja e até mesmo um festival de cinema. No limite, ele potencializou a ruptura do gueto homossexual, considerando que qualquer pessoa pode frequentá-lo sem apresentar carteirinha comportamental determinada” (TREVISAN, 2018, p. 349).

⁶³ O festival, além de impulsionar o uso da terminologia GLS, foi extremamente importante do ponto de vista da visibilidade de uma cultura cinematográfica relacionados à diversidade sexual e de gênero. Como caracteriza

apresentar em diversas cidades brasileiras amostras de filmes e documentários nacionais e internacionais ligados à questão temática. Durante essa década surgiram uma gama de festivais destinados a abordar tais questões.

Segundo Trevisan (2018), a sigla GLS representou uma “democratização do território gay”, ou seja, “facilitou para uma outra novidade da década: a eclosão, em larga escala, de atividades culturais claramente ligadas à homossexualidade, mas de repercussão social para além das fronteiras da cena guei” (idem, 2018, p. 349-350). Dessa forma, pode-se dizer que nos anos 1990 o mercado homossexual no Brasil foi atravessado pela popularização e massificação da sigla GLS, pela qual contribuiu para uma cultura dos festivais e eventos relacionados à temática da diversidade sexual, com o desenvolvimento de vários sites com divulgação de espaços voltados para esse público. Surgiram inúmeros blogs, revistas, livros, filmes relacionados uma difusão para essa comunidade no âmbito da massificação da internet⁶⁴ como refere Trevisan (2018).

2.4.1 As paradas do Orgulho: a relação do movimento LGBTI+ com o mercado

Como caracteriza Jesus “as paradas, originadas nos Estados Unidos durante a década de 70 do Século XX, eram marchas estritamente políticas de teor fúnebre ante a epidemia da AIDS e a criminalização de LGBT” (2010, p. 16). Todavia, com o processo de mudanças sociais houve um desabrochar de diversas paradas da visibilidade e do orgulho LGBTI+ no mundo a fora fundando o que Butler (2018) denomina de uma “política de alianças”.

Em outros termos é no intuito de combater as violências e negações de direitos que esse contingente enfrenta cotidianamente nos espaços públicos e privados que essas manifestações provocam na sociedade algumas reflexões e posições tanto com pensamentos conservadores como progressistas. Além disso, denunciam os rebatimentos dos preconceitos e discriminações vivenciadas por esses sujeitos. Ademais, as paradas “marcam a expressão social e política do movimento LGBT dos últimos anos e são, também, um terreno privilegiado para se apreciar o

Trevisan “o que alavancou o Mix Brasil foi o fato de ter inaugurado o primeiro site GLS brasileiro em 1994, garantindo-lhe prestígio como evento cultural de ponta, que tendia para um underground não apenas glamoroso, mas de forte apelo na mídia” (2018, p. 350).

⁶⁴ “É claro que a existência da internet tornou muito mais ágil e diversificado o ativismo e facilitou muito a circulação de notícias. Além do Mix Brasil, foram criados inúmeros sites dirigidos a homossexuais de ambos os sexos (por exemplo, a revista eletrônica *Cio*, voltada para as lésbicas, dentro do Mix Brasil) e de diversas idades (o site do Pagla, visando adolescentes em fase de assumir sua homossexualidade). Ao mesmo tempo, passaram a circular boletins virtuais dos mais diversos setores, divulgando desde notícias internacionais relacionadas ao ativismo homossexual até atividades turísticas específicas para homossexuais” (TREVISAN, 2018, p. 351).

cruzamento das diversas conexões do movimento com o mercado e o Estado” (SIMÕES, FACCHINI, 2009, p. 150).

As paradas LGBTI+ aglutinam anualmente milhões de pessoas de diferentes identidades sexuais, de gêneros, raças, etnias e classes sociais nas suas mais distintas territorialidades e movimentam, também, grandes cifras monetárias dadas as proporções que elas obtiveram nos últimos anos. Mas além das reivindicações por visibilidade e representatividade, existe uma dimensão que ultrapassa esses aspectos, essas pessoas “[...] também estão fazendo exigências mais abrangentes: estão reivindicando reconhecimento e valorização, estão exercitando o direito de aparecer, de exercitar a liberdade, e estão reivindicando uma vida que possa ser vivida” (BUTLER, 2018, p. 33). Isso significa dizer que estão ocupando os espaços públicos, tomando-as para si, especialmente, em um país como o Brasil que é recordista em crimes contra essa população.

Outrossim, as paradas são consideradas como um dos maiores movimentos de massas, construídas por múltiplas identidades sexuais e de gênero, saem nas grandes avenidas em diversas partes do país denunciando a LGBTIfobia como em: São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia, Fortaleza, Salvador, Recife, Brasília, Porto Alegre, Belo Horizonte, mostrando orgulho e a necessidade da visibilidade em tempos de recrudescimento da violência. A exemplo dessa amplitude, São Paulo, para Simões e Facchini (2009) desde a primeira edição em 1997⁶⁵ Sua tendência foi o crescimento, reunindo milhares de pessoas durante o mês de junho, batendo seu recorde com a presença de mais de três milhões de pessoas em 2019.

É certo que a Parada LGBTI+ de São Paulo tornou-se a grande “assembleia nacional”, nos termos de Butler (2018), na estratégia política contestatória dos espaços públicos, construída por sujeitos coletivos, numa capital que historicamente empenhou-se em processos de lutas pela comunidade LGBTI+. No entanto, ao mesmo tempo que se constata toda essa política de enfrentamentos, nos últimos anos identifica-se a forte presença de setores mercadológicos inseridos nesses espaços, como apresenta a pesquisa de França (2006). Além disso, para Simões e Facchini:

Se o mercado GLS incorporou marcas do discurso ativista, como a bandeira do arco-íris e as ideias gerais de “orgulho” e “visibilidade”, o movimento LGBT, por sua vez, também incorporou vários elementos relacionados ao mercado, como atesta a

⁶⁵ “As duas primeiras edições, em 1997 e 1998, atraíram já alguns milhares de pessoas, que caminharam ao som de gravação caseira de canções de MPB reproduzidas pelas caixas de som de uma perua de Kombi emprestada pelo Sindicato das Costureiras de São Paulo. Já em 1999, quando foi criada a Associação da Parada do Orgulho GLBT (APOGLBT), a terceira edição do evento reuniu 35 mil pessoas e contou pela primeira vez com a presença dos trios elétricos de casas noturnas GLS. A quarta em 2000, com 120 mil pessoas, teve o cantor popular Edson Cordeiro interpretando o Hino Nacional em cima de um trio elétrico” (SIMÕES, FACCHINI, 2009, p. 150).

indispensável presença de trio elétricos de casas noturnas, drags queens e go-go boys nas Parada do Orgulho LGBT (2009, p. 149-150).

Diante desses elementos observa-se uma outra tendência nesse campo de desenvolvimento das paradas do orgulho LGBTI+ em várias partes do país é a estreita, porém paradoxal, relação com o mercado. Durante o mês de junho registou-se uma expansão no turismo LGBTI+ em muitas cidades voltadas para o dia do orgulho. São heterogêneos setores do mercado que se preparam para esse mês como: a hotelaria, restaurantes, shoppings, bares e boates que expõem em suas fachadas a bandeira do arco-íris como forma de atrair esses consumidores.

Uma pesquisa divulgada durante o Fórum de Turismo LGBT, em 2016, traçou o perfil desse turista: realizam, em média, quatro viagens por ano; 45% viajam ao exterior todos os anos (a média nacional é de 9%), e seus gastos são 30% maiores em relação a outros viajantes. Só a Parada do Orgulho LGBTI+ atrai 3 milhões de visitantes para São Paulo, movimentando R\$ 190 milhões⁶⁶ (FURTADO, 2020).

No decorrer desse período identificou-se um aumento dos pacotes para turistas LGBTI+ para cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Conforme pesquisa realizada pelo Grupo Expedia durante esse evento na capital paulistana houve um aumento de 3% de turistas internacionais em junho de 2018⁶⁷. A movimentação econômica durante esse mês é provida em vários campos, desde as festas em casas noturnas como em boates e clubes, assim como acréscimo das vendas ligadas a moda, perfumarias, eventos nas suas diversas naturezas.

Para a Secretária Municipal de Turismo de São Paulo durante o mês do orgulho em 2019 houve uma prospecção de acúmulo de mais de R\$ 403 de milhões circulando na capital (MINELLI, 2019). As empresas, também, lucram alugando os trios elétricos que cruzam as avenidas durante as paradas. Observa-se que muitos desses são decorados com os slogans de empresas patrocinadoras.

Ao longo do processo dessa pesquisa realizou-se observação participante em algumas paradas LGBTI+ como a de São Paulo, Brasília e Fortaleza⁶⁸, nelas verificou-se a presença de

⁶⁶ FURTADO, Octavio. Brasil Perderá Bilhões ao desprezar o turismo LGBTI+. (2020) Disponível em: https://projeto colabora.com.br/ods12/brasil-perdera-bilhoes-ao-desprezar-o-turista-lgbti/?fbclid=IwAR3TtaNM7_Y9WofJft8fyPAXCB2cge71r5oCpcVKndGHS76nWBSovWDD7uI. Acesso dia 3 de julho de 2020.

⁶⁷ REDAÇÃO BRASILTURIS JORNAL. Demanda de viagens em São Paulo cresce devido a Parada LGBT, diz Expedia. Disponível em: <https://brasilturis.com.br/demanda-de-viagens-sao-paulo-cresceu-parada-lgbt/>. Acesso dia 16 de julho de 2020.

⁶⁸ Embora não estivesse nos objetivos desta pesquisa, mas tendo uma relação com o objetivo geral, participou-se de algumas de paradas LGBTI+ para entender um pouco das dimensões e particularidades da relação desses espaços com o mercado. A primeira foi a de Brasília em 2018, identificou-se trios como patrocinadores, com feiras

vários trios patrocinados por empresas como a Uber, Cerveja Itaipava, Catuaba, Tim, entre muitas outras. Além dessas marcas identificou-se, também, uma ampla participação de artistas e cantores com projeção nacional e internacional que participam desses espaços. No decurso das avenidas cruzadas notou-se vários prédios comerciais com a bandeira do arco-íris, além de muitos ambulantes vendendo acessórios das cores do orgulho como: bandanas, bonés, bandeiras, leques, perucas, uma variedade de aparatos decorativos, assim como bebidas alcoólicas e não alcoólicas, ou seja, a grande parada movimentada economicamente diversos setores, formais e informais.

Uma questão importante a ser mencionada é o fato de entender que as paradas não são homogêneas. São Paulo ganhou essa notoriedade, muito em função de ser a vanguarda desse processo, além está inserida na maior metrópole da América Latina atraindo diversos turistas nacionais e internacionais. Embora as paradas em muitas cidades aconteçam de forma muitas vezes precária, inclusive no interior do Brasil, onde ativistas dedicados na luta pela visibilidade em contextos sem orçamentos realizam essas manifestações com poucos recursos como afirmam Mello e Braz (2012) ao se referirem a Parada do Orgulho LGBTI+ de Goiás.

Diante dessas questões os pressupostos identificados entre o Movimento LGBTI+ e a relação com o mercado são complexas e trazem muitos dilemas a serem refletidos como: as paradas do orgulho LGBTI+ possuem características regionais; configurações locais; cada cidade possui sua forma ser e acontecer, que dão suportes caracterizados pelas demandas daquele lugar, embora, algumas sigam o modelo de desfiles nas ruas com o suporte de trios elétricos, outras algumas vezes quando não possuem financiamento acontecem sem esses suportes. Um segundo pressuposto é o atravessamento de muitas disputas orçamentárias entre militantes e empresários, como revelou a pesquisa de França (2006), para realizar-se as paradas é preciso recurso, inclusive, o apoio orçamentário por parte do Estado.

Uma outra tendência identificada percebe-se, ainda, uma massificação das paradas do orgulho e novas reconfigurações nas agendas desses ativistas, as paradas foram ganhando suas feições formadas por distintos grupos: mulheres lésbicas e bissexuais, LGBTI+ negros e indígenas, LGBTI+ de esquerda, setores do mercado, LGBTI+ contra a ocupação na Palestina, o grupo dos homens trans, das travestis e das mulheres trans, enfim, um conjunto constituído por diversos sujeitos políticos.

e festas voltados para população LGBTI+ que antecedem a parada. Em 2019 participou-se da Parada de São Paulo, a ida a capital paulistana possibilitou compreender a dimensão, a complexidade e as potencialidades da Parada do Orgulho LGBTI+ que envolve milhões de pessoas.

Nesse ínterim, durante a pesquisa identificou-se alguns grupos dissidentes de que não compactuam com a forma da Parada do Orgulho LGBTI+ de São Paulo é desenvolvida⁶⁹, como a caminhada das Mulheres Lésbicas e Bissexuais, naquele momento em 2019, percebia-se a autonomia daquelas mulheres em relação ao formato político, como da relação financeira, sem o apoio do mercado, aliás, essa é uma das principais críticas tomadas por esse setor. A caminhada das mulheres lésbicas e bissexuais se espalhou pelo Brasil, trazendo as pautas reivindicatórias locais. Além dessas, também, desde 2018 que vem sendo realizado, em São Paulo, as Paradas do Orgulho Trans.

Como dito anteriormente entre algumas tendências nota-se alguns paradoxos como a aproximação de agendas fincadas em traços homonormativos e heteronormativos, amparados na perspectiva da cidadania de consumo, da normalização das identidades, além dessa problemática, verifica-se também um acionamento pelo Estado de um diálogo perpassado por contradições e tensões. Observa-se, portanto que um dos primeiros traços do homonacionalismo no contexto brasileiro é da relação paradoxal de parte do Movimento LGBTI+, direcionados por homens gays atrelados ao mercado de consumo, normalizando as pautas de um amplo e diverso movimento em pautas centradas na hegemonia masculina.

O próximo tópico discute as expressões do homonacionalismo no contexto brasileiro. Problematiza-se quais são as formas de manifestações desse fenômeno no cenário nacional durante os governos petistas de (2003 a 2016), nos quais se expressam de forma mais substanciais as políticas públicas voltadas para a comunidade LGBTI+ no Brasil, assim como algumas faces do homonacionalismo.

2.5 As manifestações do Homonacionalismo no Brasil: quais as nossas particularidades?

À rigor as análises do homonacionalismo de Estado-nação e de mercado manifestam-se de forma mais intensa na realidade nos Estados Unidos, Israel e em alguns países da Europa ocidental, dado aos projetos de nacionalismos construídos por essas nações. No entanto, apesar da realidade brasileira ter características distintas destes territórios aludidos, identificou-se no decorrer dessa pesquisa traços das manifestações desse fenômeno, tanto pelo Estado como pela via do mercado de consumo no Brasil voltado para a população LGBTI+, além disso, Puar (2017) afirma que cada vez mais esse fenômeno vem se reproduzindo em diversas nações.

⁶⁹ No próximo capítulo apresenta-se de forma mais detalhada elementos da Parada do Orgulho LGBTI+ na cidade de Fortaleza, seu histórico, a relação com o mercado de consumo e as pautas políticas desenvolvidas.

Antes de incorrer à apreciação na realidade da capital cearense sobre tais aspectos mencionados, aponta-se primeiramente os pressupostos desse fenômeno no contexto nacional, para posteriormente entender a singularidade de Fortaleza no campo dessa análise. Crer-se que metodologicamente para não incorrer no erro de qualificar a realidade brasileira, e cearense, tal quais esses países referenciados, pois, existem especificidades desse fenômeno no nosso contexto, é preciso entender como se dá o trânsito desse conceito para o território local. O aprofundamento da formação social trouxe algumas questões importantes para pensar os “desejos da nação” local fundados no colonialismo, na sociedade escravocrata e no desenvolvimento desigual e combinado que estruturam um Estado fundado em valores e normas androcêntricas de cunho hétero-patriarcal e sexista. Esse desejo da nação como tão bem analisado por Miskolci (2012), assinala qual corpo e sexualidade é viável para construção de um país, é dessas contradições que se manifesta o “homonacionalismo à brasileira”, marcado por uma masculinidade, normatividade e uma economia centrada no fortalecimento de uma determinada classe.

O Brasil possui uma realidade com dimensões que caracterizam um homonacionalismo com especificidades. A negação “do outro” em nosso contexto é marcada por um território estruturado no capitalismo dependente, desigual e combinado, isso condiciona como ressalta Bento (2015) em “uma lavagem-rosa à brasileira” e numa “homofobia cordial”.

Nos marcos das contradições que marcam o Brasil, diria que sofremos de um “racismo cordial” e de uma “LGBTTFobia cordial”, na medida em que não há uma segregação legal e o “outro”, os seres transviados que constituem a nossa Nação (a população negra e os LGBTTTs) tem o mesmo estatuto legal que os não transviados. Este é o nosso *pinkwashing* (BENTO, 2015).

Não poderia, de forma mecânica, transpor a teoria de Puar (2017) para a nossa particularidade, sem apresentar algumas mediações acerca do contexto nacional. Mas como essas dimensões do global manifestam-se no local? A primeira questão que se propõe a entender é: quais as dimensões do homonacionalismo no Brasil? E quais são os aspectos de sua existência e como se manifesta?

Inicialmente, é interessante destacar que o termo “homonacionalismo” não é tão recorrente na literatura brasileira sobre os estudos da diversidade sexual e de gênero. São poucas as produções científicas que tratam desse fenômeno como já explicitado no capítulo anterior desta tese. Sobre essas interpretações no Brasil, cabe citar a pesquisa de doutorado de Bruna Irineu (2016). A autora (*idem*) examinou as políticas públicas LGBTI+ no Brasil com o recorte voltado para a questão da participação social; utilizando o conceito “homonacionalismo” para

apreciar as dificuldades da ampliação da cidadania para o segmento LGBTI+ no cenário nacional. O contexto de manifestação desse fenômeno foi observado durante os governos petistas.

Para caracterizar as particularidades desse processo na realidade brasileira, analisa-se sua expressividade a partir dos governos petistas de 2003 a 2016. Busca-se apresentar alguns elementos a partir de Irineu (2016) que corrobora para apreender como se manifesta os traços do homonacionalismo no contexto local, além disso discute-se alguns vieses do Lulismo e à relação com as políticas públicas LGBTI+, consumismo e mercado tendo como referência central o neo-desenvolvimentismo, embora perceba-se uma continuidade do neoliberalismo em seu governo caracterizado pela por uma Social-Democracia (ABRAMIDES, 2019).

Para Anderson, "historicamente o conservadorismo brasileiro tem apresentado uma maleabilidade única e uma enorme capacidade de incorporar e desarmar os riscos ao status quo" (2020, p. 30). A classe burguesa no Brasil é regida por um amoldamento do neoconservadorismo, ou seja, como coloca o autor a elite nacional tem a habilidade de exercer um poder de transformação ideológica antes dos processos de riscos dessa nação. Na medida em que esse projeto societário burguês é posto em perigo, as elites brasileiras tomam pelo alto estratégias de amoldamento dessa realidade de crise. Citando caso análogo, Anderson (2020) observa que diante das práticas de transformismo que o presidencialismo passou no país, desde Fernando Henrique Cardoso (FHC) quando esse se aliou com grupos mais atrasados e pragmáticos do Brasil para vencer as eleições contra Lula em 1996, já percebia-se uma estratégia de amoldamento ideológica dos valores defendidos por aquele grupo para a conquista das eleições presidenciais.

Mas essa prática de transformismo não se esgotou em FHC, seguiu, também, a partir de novas características e nas estratégias do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando esse coloca na sua estrutura de governo uma política de alianças e conciliação de classes que são materializados na "Carta ao Povo Brasileiro" de 2002, ao vencer as eleições presidenciais. Nesse sentido, observa-se que o neoconservadorismo brasileiro não é sólido, ele é maleável, se adequa e se movimenta na medida em que a "paz social" do sistema político-econômico é posto em risco, e ao mesmo tempo é pragmático.

Na análise de Anderson (2020), as estratégias do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foram desenvolvidos alguns elementos essenciais que corroboraram para a manutenção de seu governo, com forte apoio popular, sobre os dois mandatos e com a continuidade no governo Dilma Rousseff. Para esse autor, o primeiro trunfo na manga do presidente Lula deu-se a partir da retomada do crescimento econômico no primeiro mandato, Anderson enfatiza que "depois

de um período considerado como a pior estagnação do século - Um crescimento médio anual de 1,8% na década de 1990. Aproximando-se de não mais de 2,3% em oito anos de FHC -, o PIB cresceu a um ritmo médio de 4% de 2004 a 2006” (2020, p. 61).

O segundo elemento que o autor observa refere-se a ampla sustentação do governo que a partir desse crescimento econômico, trouxe como consequências para o aumento das taxas de emprego aliada a uma forte política de relações externas com outros países. Além disso, para Mota (2010), o presidente Lula reconfigurou algumas políticas sociais, dando visibilidade à política de transferência de renda, focada no “Bolsa Família” e o combate à fome, reestruturação do ensino superior e os programas de habitação e um forte incentivo às políticas de consumo.

Alguns autores como Mota (2010), Boschetti (2016), consideram que durante esse governo houve uma centralização da política de assistência social em relação às demais políticas de seguridade social no Brasil, como saúde e previdência social. Além disso, Rodrigues (2008), analisa o viés da matricialidade familiar, centrada na responsabilização das mulheres no programa de transferência de renda. Um outro elemento basilar da política governamental petista refere-se ao forte incentivo ao consumo, foi a marca central, “juntos, transferência condicionais de renda, salários-mínimos mais elevados e à instituição de novas linhas de crédito engendraram não apenas um crescimento sustentado do consumo popular, como também uma expansão do mercado interno” (ANDERSON, 2020, p. 62).

Nesse campo de contradições no cenário político brasileiro estão as bases centrais, para apreender como se manifesta o homonacionalismo. É preciso entendê-lo como uma realidade que é acionada por distintos projetos societários, não é um modelo de agenciamento personalístico, mas que diferentes grupos políticos manifestam em suas plataformas governamentais essa modalidade de acionamento dos sujeitos coletivos, em particular à população LGBTI+. Cabe retomar ao conceito de Puar:

[...] compreensão do homonacionalismo como mosaico: como uma estrutura da modernidade, uma convergência de forças geopolíticas e históricas, de interesses neoliberais de uma acumulação capitalista, quer cultural, quer material, de práticas estatais biopolíticas de controle da população e de investimentos afetivos em discursos de liberdade, libertação e direitos (2015, p. 311).

É mister salientar que as bases centrais do homonacionalismo está assentado conforme dimensiona Puar (2015) em algumas matrizes centrais como a ampliação e o sucesso do reconhecimento legal, no consumo e da representação de pessoas LGBTI+ no passo em que outras populações são negadas de seus direitos - compreendendo as relações de atravessamento de poder nesse ímpeto. Diante disso, durante o governo Lula percebe-se como característica

centraliza uma abertura para o diálogo com diversos setores da sociedade civil, muito em função da luta histórica dos movimentos sociais pela afirmação e do compromisso desse partido para com esses sujeitos que foram fundamentais na sua vitória nas eleições de 2002. Embora seja um processo marcado por muitas contradições e recuos (BIROLI, 2012).

Esse projeto de contradições desse governo é descrito na “Carta ao Povo Brasileiro”, materializa em algumas linhas essa política complexa dada coalizão de diferentes classes sociais e grupos políticos, configurada em sua estrutura por alianças, contradições e correlações de forças, centradas no modelo “neo-desenvolvimentista” articulado com desejo de justiça social. Segundo a carta, “o Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis” (SILVA, 2002).

Em relação ao movimento LGBTI+ houve muita expectativa sobre o governo, para Birolli “a agenda das mulheres e da população LGBT tem sido parte de barganhas nas quais os setores reacionários impuseram sua agenda” (2018, p. 195), ao mesmo tempo, que por parte de alguns setores sindicalistas e movimentos sociais aconteceu, também, uma forte institucionalização desses sujeitos juntos à governança, foi um momento de refluxo e de apassivamento das lutas sociais, alinhado à esse projeto a UNE, a CUT que se colocam como principais aliados (IASI, 2012).

Por outro lado, alguns setores que antes eram invisíveis para o Estado passam a ter na esfera do executivo um maior diálogo no processo de construção de políticas públicas e sociais como o desenvolvimento de secretarias importantes como: à Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM); Secretaria de Direitos Humanos (SDH) ligados à Secretaria da Presidência da República configurando-a ao status de Ministério da República e a criação da Coordenadoria de Promoção dos Direitos LGBT, além disso, foram construídos também durante os mandatos dos governos Lula e Dilma órgãos de gestão e de conselhos de controle social, .

Referente a esse contexto, em relação a comunidade LGBTI+, observa-se algumas vitórias e conquistas em âmbito do executivo durante o governo Lula com formulações de políticas públicas voltadas para o combate à violência LGBTfóbica, embora marcado por alguns recuos, para Birolli “o peso crescente do conservadorismo moral no Congresso Nacional e nos partidos que compuseram as alianças políticas para sustentação do governo no período levou a recuos e a compromissos antagônicos a agenda dos movimentos” (2018, p. 194). Apresenta-se assim de forma sintética algumas dessas conquistas e regressos, visto que a pesquisa de Irineu (2016) analisou de forma minuciosa essas políticas públicas.

Nesse sentido, a primeira política desenvolvida em seu mandato para o combate à discriminação contra pessoas LGBTI+ foi o programa “**Brasil Sem Homofobia**” no ano de 2004. No âmbito das políticas governamentais, constatou-se essa ação como a primeira política pública que tinha como finalidade a promoção da cidadania LGBTI+, no contexto nacional, visando o combate às múltiplas violências contra pessoas gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Todavia, Irineu (2016), Daniliauskas (2011) apontam alguns limites desse programa, a saber: o baixo orçamento destinado ao desenvolvimento em território nacional pela via do Estado, além da transferência da execução desse programa em grande parte pelo terceiro setor e a ausência de uma legislação em âmbito federal de combate e criminalização da LGBTfobia, a exemplo do PLC nº 122/2006, que seguiu engavetado no Congresso Nacional, uma tendência observada foi a dificuldade de diálogo do Movimento LGBTI+ com o poder legislativo nesse período.

Identifica-se, assim, alguns percalços no campo dos direitos desse segmento, como exemplo cita-se a decisão pelo engavetamento do Projeto de Lei (PLC) 122 da Senadora Federal Marta Suplicy, em 2011, esse que, além de criminalizar a LGBTfobia, reconhecia as identidades de gêneros das Travestis e Transexuais no Brasil, o objetivo do projeto era alterar a Lei Nº 7.716/1989, “que tipifica “os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”. Apesar desses limites, retomando o ano de 2008, foi realizada durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva a primeira “Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT: o caminho para garantir a cidadania GLBT”. No âmbito do reconhecimento desses sujeitos a conferência foi um marco histórico e representativo para o Movimento Nacional LGBTI+. Após a conferência em 2009 criou-se a **Coordenadoria Geral de Promoção dos Direitos Humanos de LGBT**.

O governo Lula, foi também um dos primeiros a incentivar o mercado de consumo LGBT, especialmente em relação ao turismo no Brasil. O texto base da primeira conferência é um dos primeiros documentos oficiais que versa sobre questões relacionadas à população LGBTI+ e o mercado de consumo, especificamente, na parte sobre o turismo, aborda ações direcionadas à promoção do incentivo ao mercado turístico LGBTI+ como à inserção dessas pessoas no mercado de trabalho.

No diagnóstico realizado sobre a diversidade sexual e turismo no Brasil, o texto-base cita o **Plano Aquarela**⁷⁰ de 2007, como o primeiro a promover o incentivo ao combate à

⁷⁰ “Em 2004 foi iniciada a elaboração do Plano Aquarela - Marketing Turístico Internacional do Brasil, cujos objetivos foram impulsionar o turismo internacional no Brasil, incrementando o número de turistas estrangeiros no país e a consequente ampliação da entrada de divisas” (EMBRATUR, 2007, p. 1).

homofobia, assim como o desenvolvimento do turismo voltado para pessoas LGBT, nesse plano “foi desenvolvido um estudo sobre o turismo GLBT com foco no mercado internacional, para melhor compreender o nicho e avaliar a possibilidade de trabalhá-lo como um dos produtos prioritários, promovendo o Brasil internacionalmente” (BRASIL, 2007, p. 36). Sobre as estratégias de ações do Movimento LGBTI+, da sociedade civil e do Estado foram traçadas 23 metas⁷¹ referentes ao eixo sobre o “Turismo LGBTI+” nos Anais da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT.

Seguindo o desenvolvimento das políticas públicas e ações governamentais construídas durante os governos petistas, no âmbito da promoção dos direitos humanos da população travesti e transexual as conquistas se dão em **2009 com a aprovação da Portaria nº 1.820/2009**, que instituiu o direito ao uso do nome social nos serviços de saúde em todo o Brasil. Em 2010, ainda, durante o Governo do Presidente Lula foi construído o **Primeiro Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT**. No que se refere ao mercado é o primeiro presidente que afirma em seus documentos oficiais ações de governo voltados para o turismo LGBT. Entre as ações do Plano Nacional é colocado como meta

⁷¹ As metas foram: “1. Apoiar Paradas e eventos do Orgulho LGBT, de forma que as mesmas promovam os direitos humanos e a cidadania, envolvendo poder público, iniciativa privada e organizações da sociedade civil. 2. Criar e publicar financiamento das Paradas e eventos do Orgulho LGBT no Brasil. 3. Fomentar o turismo LGBT potencializando a economia e a inclusão social, de forma sustentável, em todo território nacional, de acordo com o perfil turístico de cada região. 4. Fomentar o sucesso do projeto "Brasil: Destino Diversidade" será realizado o treinamento "Sensibilizando para a Diversidade" que visa capacitar profissionais para o atendimento de LGBT em setores como hotelaria, envolvendo áreas de gerência, reservas, recepção, governança, eventos, alimentos e bebidas; agências e receptivos, abrangendo a gerência e o atendimento e, ainda, o campo dos serviços, comércio, restaurantes, bares, segurança, entre outros. 5. Promover medidas para que o Brasil se torne um destino acolhedor para turistas LGBT, e difundir informações que promovam o respeito à diversidade cultural, orientação sexual e identidade de gênero. 6. Participar de eventos e feiras nacionais e internacionais de turismo e do segmento LGBT com materiais focados no recorte LGBT. 7. Promover os potenciais turísticos dos Estados por meio de propaganda e mídia divulgando calendário de eventos e circuitos LGBT. 8. Captar eventos LGBT internacionais para o Brasil. 9. Utilizar os Escritórios Brasileiros Embratur para promover produtos, destinos e serviços LGBT. 217 10. Apoiar as ações de prevenção e enfrentamento à exploração sexual infantojuvenil. 11. Financiar, por meio de convênios, recursos para o mapeamento da cadeia turística LGBT do Brasil para a criação de um banco de dados eletrônico. 12. Elaborar peças publicitárias pontuais destinados ao público LGBT, divulgando o projeto “Brasil: Destino Diversidade.” 13. Garantir que o Programa "Brasil Destino e Diversidade" ressalte a importância do respeito ao nome social. 14. Assegurar assento de representação da sociedade civil organizada LGBT, com conhecimento específico na área de turismo, nos conselhos de turismo municipal, estadual e federal. 15. Credenciar os empreendimentos de turismo que respeitem a orientação sexual e identidade de gênero LGBT, criando um selo que identifique essas empresas. 16. Garantir recursos para promover campanhas para sensibilizar a sociedade para bem receber o turista LGBT. 17. Garantir que as políticas relacionadas ao turismo LGBT tenham como preocupação a empregabilidade e a geração de oportunidades para a população LGBT. 18. Criar, no âmbito do Ministério do Turismo, órgão específico para o turismo LGBT. 19. Incluir, nos próximos Planos Nacionais de Turismo, políticas públicas que visem a promoção do turismo LGBT. 20. Assegurar investimentos com a finalidade de incentivar o turismo sustentável voltado à população LGBT. 21. Apoiar a produção de pesquisas acadêmicas sobre o turismo LGBT, com o objetivo de apoiar políticas públicas de turismo e de direitos humanos. 218 22. Garantir que todas as ações e atividades elencadas para compor as políticas públicas para o turismo LGBT tenham previsão e rubrica orçamentária. 23. Elaborar o Programa “Viaja Mais Diversidade” (BRASIL, 2008, p. 217 - 218).

“garantir que as políticas relacionadas ao turismo LGBT tenham como preocupação a empregabilidade e a geração de oportunidades para a população LGBT” (BRASIL, 2009, p. 31).

Já durante o Governo da Presidente Dilma Rousseff em 2011 foi criado o Disque 100 voltado a atender as violações das pessoas LGBTI+, também, foi construído o primeiro relatório de caráter governamental sobre a violência homofóbica no Brasil. Além disso, realizou-se a II Conferência Nacional LGBT e teve como tema central “Por um país livre da pobreza e da discriminação: promovendo a cidadania LGBT”.

De acordo com Irineu (2019), percebe-se que durante o terceiro mandato do Partido dos Trabalhadores sobre o Governo da presidente Dilma Rousseff um recuo na agenda das políticas públicas LGBTI+, ao mesmo tempo que ganhava força e maior expressividade a bancada religiosa, fortalecida pelo neoconservadorismo neopentecostal. Para materializar o avanço desse grupo político conservador em 2013, o Deputado Federal e Pastor Marcos Feliciano, foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal. Durante aquele momento houve diversos protestos, manifestações e exigências por parte de alguns parlamentares da bancada de oposição, reivindicando a renúncia do então deputado da comissão.

Observa-se, também, um diálogo por parte do movimento LGBTI+ com o poder judiciário, muito em função da não abertura no legislativo com esse segmento. Assim, no âmbito do Judiciário Federal em 2010 desenvolve-se o debate de adoção por casais LGBTI+, reconhecida como adoção homoparental em 2015, pelo STF. Esse mesmo tribunal, em 2011, reconheceu a União Civil mediante a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.277. À ação concedia os mesmos direitos e deveres de casais heterossexuais em relação à união estável por casais LGBTI+. Já durante o ano de 2018, também no STF, aprova o direito à retificação de gênero em documentos oficiais no Brasil, concedendo o direito de travestis e transexuais de corrigirem seus nomes no registro civil a partir de 18 anos de idade, sem a necessidade da cirurgia de redesignação sexual.

Em termos de criminalização da LGBTfobia no território brasileiro, somente em 2019 foi aprovada a legislação que compara ao crime de racismo por meio da Lei nº 7716/89. Foram mais de 519 anos para o Estado brasileiro reconhecer a violência sofrida por essas pessoas, vale ressaltar que essa não foi uma legislação que partiu do Executivo, mas do judiciário por intermédio do STF. Até junho de 2019, não existia nenhuma tipificação penal no Brasil contra quem praticasse crimes motivados por ódio e preconceito contra pessoas LGBTI+. Finalmente,

em 2020, em decisão histórica, o STF derruba a restrição da resolução RDC nº 34/14 da ANVISA, que proibia a doação de sangue por pessoas LGBTI+ no Brasil.

Verifica-se no decorrer dos ciclos dos governos petistas um diálogo mais profundo do movimento LGBTI+ com à esfera do executivo⁷², principalmente, durante os mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, apesar dos recuos em relação às pautas desse movimento nos mandatos da presidente Dilma Rousseff. Houve uma continuidade das políticas que já vinham sendo desenvolvidas anteriormente. Todavia, acredita-se que nesse período (dos mandatos petistas de 2003 à 2016) houve um forte acionamento por parte desse governo desses sujeitos coletivos, não só do movimento LGBTI+, mas de diversos segmentos sociais e políticos, com uma ascensão hegemônica nos termos de Gramsci, em defesa de uma agenda política de continuidade, dando forças ao bloco hegemônico que foi construído nos últimos anos pelo Partido dos Trabalhadores em coalizão com outros grupos, apesar do tensionamento por parte desses movimentos sociais em determinados momentos com o governo.

Essa força política configurou os elementos centrais do que se acredita ser uma base de sustentação da manifestação do homonacionalismo durante esse período. Ao mesmo tempo que à população LGBTI+ ganhou uma certa notoriedade em seu governo com as políticas públicas delineadas, Irineu (2014) pondera que houve uma forte política neodesenvolvimentista com à violação de direitos de outras populações, à exemplo, das construções de grandes barragens e hidrelétricas fomentadas pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), como à de Belo Monte no estado do Pará, que trouxe como consequência à espoliação e à expulsão de diversos povos e comunidades tradicionais e das terras indígenas. Assim, a negação do outro fomentada pela manifestação do homonacionalismo no território brasileiro dá-se nesse processo de desterritorialização dos povos e comunidades tradicionais alvejados pela política de desenvolvimento econômico, trazendo diversos impactos sociais para essas populações.

Outro elemento que Irineu (2014), corrobora em sua análise para pensar a existência do homonacionalismo no Brasil é dimensionado por duas dimensões na apreensão desse fenômeno no território nacional. Com relação ao primeiro, a autora (idem) assinala a forma como a comunidade LGBTI+ interpretou em suas manifestações, por meio de “memes⁷³” nas redes

⁷² Profundo no sentido deste governo ter tido algumas ações e políticas públicas que marcam uma relação mais substancial para esses sujeitos. No governo anterior de Fernando Henrique Cardoso (FHC) não havia políticas públicas desenvolvidas para esse segmento, apenas ações pontuais.

⁷³ “O termo é bastante conhecido e utilizado no “mundo da internet”, referindo-se ao fenômeno de “viralização” de uma informação, ou seja, qualquer vídeo, imagem, frase, ideia, música etc. que se espalhe entre vários usuários rapidamente, alcançando muita popularidade”. Disponível em: <https://www.significados.com.br/meme/>. Acesso em: 19 set. 2019.

sociais, o fato de os governos petistas (Lula e Dilma de 2003 a 2016) não ter requisitado o uso de empréstimos ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Irineu (idem) aponta, ainda, que o país passou a fazer parte do BRICS (conjunto econômico de países considerados "emergentes", formado atualmente pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) em 2006. Tais países destacam-se no cenário internacional pelo desenvolvimento econômico emergente:

Chamou-me a atenção a estratégia de engrandecimento de uma alternativa capitalista e desenvolvimentista a que estavam lançando mão, além de “lavar de rosa” o fato de que a Rússia, principal articuladora do Brics, desenvolve uma política do armário severamente restritiva à população LGBT (IRINEU, ibidem, p. 174).

Nesse sentido, o nacionalismo e o engrandecimento econômico, assinalados por Irineu (2014), por parte da comunidade LGBTI+ brasileira configura-se como parte das violações que este segmento vivência na Rússia, país extremamente intolerante contra essa população, são recorrentes os casos de perseguições e até de censura a comunidade LGBTI+ naquele país. Não criticar essas violações remete a uma forma de “homonacionalismo à brasileira”. Essa forma de se manifestar sobre as dimensões do desenvolvimento econômico em certa medida “lava de rosa”, por meio do *pinkwashing*, o sofrimento e as violações de direitos humanos, que gays, lésbicas, travestis e transexuais enfrentam cotidianamente na Rússia.

Além desse exemplo citado pela autora da relação do Brasil com a Rússia, acrescenta-se a essa apreciação da política externa durante o Governo Lula e Dilma como paradoxal ao mesmo tempo que se pode dizer que esse governo teve um protagonismo em termos de relações internacionais com outros países, como foi o caso do Brasil com em relação à questão da Palestina e de Israel, de acordo com Santos:

Logo no início do governo Lula, em abril de 2003, o ministro Celso Amorim realizou a primeira das muitas viagens que faria ao longo dos anos seguintes aos países médio-orientais a fim de identificar formas de cooperação e diálogo para fazer avançar o difícil processo de distensão entre israelenses e palestinos. Denominada “ativa e altiva” pelo próprio ministro Amorim (2014, p. 190).

Além da diplomacia durante o governo Lula com os países do Oriente Médio, outro elemento que Santos (2014), aponta como potencialidade do governo petista deu-se ao fato do aumento das receitas comerciais entre as cooperações internacionais. A referida autora caracteriza que o balanço comercial do Brasil com os países do Oriente Médio entre 2003 até meados de 2008 foram de U\$ 4,4 de bilhões para U\$ 14,4 bilhões (idem, p. 200), além disso,

“finalmente, no período 2003-2010, foram criadas três novas embaixadas no Oriente Médio – Mascate (Omã), Nicósia (Chipre) e Doha, (Catar) – e três novos consulados – Istambul (Turquia), Ramalá (Palestina) e Beirute (Líbano)” (Idem, 2014, p. 201).

Entretanto, no tocante à política externa com outros países, os governos petistas mostraram-se extremamente emblemáticos, como exemplo disso o caso da ocupação no Haiti, o Brasil teve uma relação do ponto de vista político-econômico e social de caráter imperialista, deixando um legado negativo após a ocupação das tropas brasileiras naquele território, como avalia Dulce (2019). É pertinente observar que umas das primeiras ações internacionais realizadas durante o governo Lula foi a participação da Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH), iniciada no ano de 2004 e tendo seu encerramento no ano de 2017. Referente a ocupação do exército brasileiro no Haiti trouxe como consequências:

Durante todos esses anos a população haitiana conviveu com estupros, assassinatos, desaparecimentos e nada foi investigado pelo governo brasileiro nem pela ONU. Também conviveram com a violência cotidiana das tropas brasileiras que faziam treinamentos naquele país para agir nas UPPs no Rio de Janeiro, e o nível de crueldade da polícia racista do Rio nos permite imaginar o que acontecia com o povo haitiano (FALCÃO, 2017).

Analisa-se que a ocupação do exército brasileiro durante o governo de Lula e Dilma no Haiti como uma expressão das violações de direitos e de soberania daqueles povos, coloca-se como uma face do “homonacionalismo à brasileira”, deixando como saldo negativo de: mais de 2 mil denúncias de abuso e exploração sexual por parte dos soldados - sendo desse número um quantitativo de mais de 300 crianças violadas sexualmente; recrudescimento da violência entre 2006 à 2008 foram mais de 8 mil mortes; aumento das doenças no país como a cólera ceifando mais de 30 mil pessoas e 700 mil pessoas doentes, além da dívida externa milionária que deixaram o país com mais de R\$ 890 milhões de dólares (DULCE, 2019).

Ao mesmo tempo em que os governos petistas diziam ser uma gestão em defesa dos direitos humanos, como por exemplo, da comunidade LGBTI+ no Brasil, identificava-se outros povos sendo negados de seus direitos, inclusive, com ocupações de caráter imperialista que resultou na fome, no recrudescimento da violência, nos casos de estupros contra mulheres no Haiti. Não vimos em nenhum momento o partido dos trabalhadores fazer crítica aquela ocupação, pelo contrário Lula e Dilma projetaram-se internacionalmente como agentes em “defesa da paz”. Destarte, tal ocupação mostra-se o quão controversa foi a gestão a gestão Lula e Dilma, aliando-se inclusive ao status de países imperialistas:

[...] na verdade, o Brasil, por motivos que a gente pode até discutir – e acho que hoje devia discutir muito –, acabou entrando em uma estratégia neocolonial de outros

países, certamente dos Estados Unidos e da França que têm muito interesse no Haiti. E acho que, principalmente, os Estados Unidos tem um interesse geopolítico e geoestratégico pela região do Caribe (DULCE, 2019).

Afere-se a essa dimensão o que Puar (2015) chama de uma ascensão do novo colonialismo, são estratégias discursivas e imperialistas de manutenção de poder, o que torna o homonacionalismo uma expressão viral mundialmente, com um Estado-nacional cumprindo seu papel em defesa de uma biopolítica neoliberal - necropolítica estatal que decide quem pode viver e quem deve morrer.

O segundo elemento sobre o homonacionalismo no Brasil, apontado por Irineu, refere-se aos períodos eleitorais sobre a incorporação da agenda LGBTI+ pelos partidos políticos. A autora (idem) aborda como as demandas LGBTI+ viram “moedas de trocas” nesses momentos. Irineu (ibidem), ao referir-se a tal assunto, relembra-nos o fatídico ato cometido pela presidente Dilma Rousseff de ter vetado o “Kit Escola Sem Homofobia” no ano de 2011, afirmando, ainda, que não permitiria em seu governo propagandas de “opções sexuais”.

Esse cenário, no entanto, metamorfoseou-se na conjuntura política de 2014, especialmente no segundo turno da presidente Dilma Rousseff (PT) com Aécio Neves (PSDB), em relação ao posicionamento político de demandas da comunidade LGBTI+. A autora (idem) ressalta que pela primeira vez teve uma posição da presidente sobre a criminalização da homofobia: “as eleições de 2014 foram marcadas pela transição do discurso de “não faremos propaganda de opções sexuais” para a promessa de “combate à violência”” (IRINEU, 2016, p. 229):

Isto gerou uma comoção por parte significativa do movimento LGBT, capaz de apagar a declaração que ela fez no período de veto do “Kit Escola sem Homofobia” e a questão de ser vista como uma guinada à esquerda. Há, nisso, uma grande conexão com fato de que hoje existe uma grande mobilização de setores conservadores do mundo das finanças e liberais republicanos apoiando ações LGBT, porque os direitos desta população estão incorporados à agenda e à geopolítica da direita (IRINEU, 2014, p. 174).

Cumprir destacar, ainda, que a incorporação da agenda política voltada para os direitos da comunidade LGBTI+ segue uma marcha internacional, inclusive por alguns setores de partidos de direita no Brasil. Conforme aponta Irineu (2016), desde as eleições de 2014 tem-se, por parte da direita brasileira, uma incorporação nos planos de governos do candidato Aécio Neves do (PSDB) e da candidata Marina Silva (PV).

No terceiro capítulo dessa tese apresenta-se como os partidos na capital cearense têm incorporado historicamente à agenda as políticas públicas LGBTI+ para assim apresentar como manifesta-se naquela realidade as expressões do fenômeno homonacionalizador. Em conclusão,

compreende-se que a lógica das lutas por direitos na sociedade burguesa perpassa por muitos entroncamentos ideológicos, que incorre no risco de armadilhas e de posicionamentos que podem até mesmo aferir dimensões de aspectos homonacionalistas e isso se manifesta em concepções defendidas até mesmo por políticos de esquerda, por isso Puar (2017) nos alerta para o perigo de sermos tomados por esse fenômeno.

CAPÍTULO III

3. A CONSTITUIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO MERCADO DE CONSUMO DO LAZER LGBTI+ EM FORTALEZA: UM PROJETO MODERNIZADOR?

No capítulo anterior, analisou-se como se manifesta o homonacionalismo no contexto brasileiro. Por se tratar de um fenômeno recente, optou-se antes de incorrer em apreciar a realidade da capital cearense, demarcar sobre esse percurso de seus efeitos no Brasil, trazendo os apontamentos de Irineu (2016), Bento (2015). Apresentaram-se as principais bases que alicerçam à formação social brasileira, composta pela superexploração do trabalho, a inserção dependente no capitalismo internacional, à negação de um ambiente democrático centrado no autoritarismo e o entendimento das relações sociais entre classe - raça/etnia, gênero e sexualidade como os prismas fundantes dessa realidade.

Entende-se, que um dos elementos centrais das estratégias de recuperação das taxas de lucratividade do capitalismo contemporâneo, em tempos de crise e de aprofundamento da exploração no mundo do trabalho, é a busca incessante por novos mecanismos ideológicos de alienação, como um aparato para reprodução desse “modelo civilizatório”. Inclusive, de apropriação dos espaços e do tempo de lazer das pessoas. Considera-se que o homonacionalismo pode ser um fenômeno que contribui para esse caminho, por uma apropriação neoliberal dos espaços de sociabilidades voltados para LGBTI+.

Neste caso, embora, Fortaleza tenha a mesma estrutura da formação social brasileira, baseada em aspectos autoritários, coronelistas e de um território delineado pelos grandes latifúndios, a capital cearense teve uma dinâmica de urbanização e industrialização muito recente e que impacta na reprodução direta dessa modalidade de violência supramencionada. Como apontam os estudos de Parker (2002); Gondim (2007); Costilla e Nobre (2011) indicam que a capital passa a ser modelo de desenvolvimento econômico a partir do final da década de 1980, com uma forte reestruturação econômica fundados nas diretrizes neoliberais. Fato esse sendo crucial para entender as características da manifestação do homonacionalismo no contexto cearense.

Para Parker (idem), “embora cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, em virtude de seu porte e complexidade, tenham sido, sem dúvida, os centros mais importantes da vida gay no Brasil durante muitos anos” (2002, p. 214), o autor analisou que nas últimas décadas do século XX, algumas cidades do Norte e Nordeste passaram por transformações sociais que foram fundamentais para uma entrada na cena cultural e para o alargamento de uma

sociabilidade homoerótica como Recife, Salvador e Fortaleza, entre outras cidades pelo interior do Brasil. Ainda sobre essas análises, o mesmo autor cita o caso de Fortaleza como “espécie de modelo para o país” em relação ao desenvolvimento econômico:

De 1987 a 1995, o crescimento econômico do Ceará foi impressionante: numa época em que o produto interno bruto da economia brasileira como um todo cresceu somente 12,2%, com uma taxa de crescimento anual de 1,5%, o estado do Ceará registrou um crescimento de 40,9%, uma média de 4,8% ao ano (PARKER, 2002, p. 215).

Outro fator constatado no desempenho de fortalecimento da economia do estado do Ceará, foi a política de expansão do turismo. A pesquisa histórica de Parker assinala que “em 1996 foi o destino turístico de crescimento mais rápido em todo o país, com um aumento de 15,3% no número de visitantes internacionais e 27,2% em passageiros de voos internacionais partindo do estado” (2002, p. 215). A política governamental tomou como central o turismo como um nicho bastante rentável para o território local, muito em função das suas potencialidades e de sua estratégia de localização:

Fortaleza dominou a indústria do turismo no Ceará e destacou-se como um dos principais centros fora do Rio de Janeiro e turismo nacional e internacional. De fato, em quase todos os sentidos, Fortaleza passou a ser vista como uma espécie de oásis econômico e geográfico na região pobre do Nordeste (PARKER, 2002, 217).

Pela proximidade de Fortaleza com a Europa e pelo clima agradável, advindo da localização do território cearense, em região tropical, com verão praticamente o ano inteiro, lagoas e praias de águas mornas, a cidade é procurada por turistas de várias regiões do mundo. Essa dinâmica, impulsionada pelo turismo, permitiu uma transformação econômica e social da capital, embora apontado por Parker (2002), como uma cidade ainda restrita para “a vida *gay*”. Segundo o autor, isso acontece muito em função do “caráter tradicional e conservador da sociedade brasileira no Nordeste” (PARKER, 2002, p. 217).

Esses são os elementos da formação social já mencionada no começo desse tópico, que tem uma composição dominante patriarcal, coronelista, conservadora que influencia na estrutura hegemônica de uma sociabilidade heterossexual. Todavia, existem suas dissidências, ou seja, as identidades que fogem das relações do que estão estabelecidas como “normais”, sujeitos que constroem seus espaços de fugas, estabelecendo, assim, mecanismos de sobrevivência e de socialização na construção de espaços heterotópicos na visão de Foucault (2013).

Por outro lado, há também por parte do Estado um aspecto de modernização, abrindo brechas para essa sociabilidade, muito pelo fato da sua rentabilidade econômica. Diante disso, é importante compreender que essas cidades se construíram a partir da lógica da família patriarcal, do espaço demarcado por uma territorialidade heteronormativa. Na pesquisa empreendida por Parker, o autor cita uma fala de um entrevistado que traduz esse tradicionalismo: “[...] a família é muito mais importante no Nordeste... e muito mais opressiva para os gays. [...] a família é tão forte que até a arquitetura das construções reproduz o sistema familiar” (idem, 2002, p. 217).

Observa-se que a pesquisa realizada por Parker (2002), o autor apresenta uma capital como Fortaleza ainda muito íntima para a cena homoerótica no começo do segundo milênio. Descreve uma cidade com uma sociabilidade pouco movimentada, essa é a impressão da cena LGBTI+ na virada do milênio em Fortaleza, ainda introvertida: “a cena comercial *gay*, que é ainda muito mais limitada do que no Rio de Janeiro, está quase situada em Iracema e Meireles. Muitos dos pequenos bares e restaurantes em Iracema tornaram-se populares entre os jovens, e entre os gays jovens” (idem, 2002, p. 224).

Em contraposição a essa visão aludida, a pesquisa de Nascimento (2015), aponta um panorama diferenciado da concepção de Parker. Para a autora, “Fortaleza é conhecida por sempre oferecer opções de festas “de segunda a segunda”. A vida noturna da cidade tornou-se tão famosa quanto suas praias e para cada dia da semana possui uma programação específica” (idem, p. 53). Corroborar-se com as análises de Nascimento, que as transformações sociais e econômicas que ocorreram nas últimas décadas no estado do Ceará, impuseram Fortaleza a entrar na era da transnacionalização do capital internacional, movimentada tanto pelo setor econômico industrial, como pelo turismo. Em virtude disso, trouxe diversas consequências para à remodelação do espaço urbano, isso se manifesta em segregações sociais, assim como de um acesso limitado ao lazer para as pessoas LGBTI+ locais, cada vez mais centradas pela dimensão de lugares de consumos privados.

A autora analisou a oferta de lazer para o segmento LGBTI+ na capital cearense, porém, assim como se percebeu em outras pesquisas realizadas sobre esse mercado de consumo, a ausência de uma análise crítica sobre os exercícios de normalizações que configuram esses espaços - ou seja, expressões do homonacionalismo à “moda brasileira”, sem caracterizar as contradições e os acessos desiguais a esses locais. Todavia, o trabalho de Nascimento (2015), proporcionou identificar como esse nicho econômico obteve uma forte expansão nos últimos anos na capital cearense, especialmente, de apropriação de espaços privados do lazer:

“atualmente, os mais significativos empreendimentos voltados ao público LGBT estão nos segmentos de lazer, tais como bares, boates, saunas, entre outros” (*Idem*, 2015, p. 57).

A pesquisa destrinchou uma Fortaleza em plena expansão do mercado de consumo LGBTI+ nas suas múltiplas possibilidades, e nessa tese focou-se no nicho da mercantilização do lazer, cada vez mais apropriado como um local de comercialização, entretenimento a partir da esfera do consumo. No tópico a seguir, busca-se entender os principais elementos da formação sócio-histórica do desenvolvimento da capital cearense nas últimas décadas do século passado ao contexto contemporâneo. Em seguida apresenta-se as principais tendências da manifestação do homonacionalismo em Fortaleza, assim como o lazer transcorrido como um espaço de disputa em torno desse fenômeno.

3.1 Desenvolvimento sócio-histórico de Fortaleza: premissas do homonacionalismo local

No capítulo anterior dessa tese discorreu-se uma análise da formação social brasileira. Aferiu-se que para entender os elementos que compõem o “Brasil moderno” e os “desejos da nação”, era necessário identificar os principais aspectos que estruturam esse território. Por conseguinte, entendeu-se que a formação deste país que foi pensada em três bases fundamentais que estão: na sua forma de colonização; no amoldamento do trabalho no regime escravista e no desenvolvimento desigual e combinado.

Ao pensar esses pilares centrais da construção dessa nação, Mello (1994), explicita que a história desse país é calcada pelo capitalismo tardio, uma economia periférica, com marcas profundas. Acrescenta-se nessa estrutura o racismo e o sexismo que marcam essa expansão, além da superexploração do trabalho (MARINI, 1973). E nessa formação social, o Ceará insere-se de forma assimétrica, estruturado também por essas mesmas dimensões de um desenvolvimento desigual e combinado, porém com algumas peculiaridades.

Nesse sentido, para entender a formação social e espacial da capital cearense enquanto uma metrópole contemporânea, inserida na era da mundialização do capital, até chegar à condição de Região Metropolitana, segundo Costa e Amora (2015), Fortaleza passou por três fases. A primeira se deu desde a colonização até os anos 1960 - marcada pela hegemonia econômica agroexportadora. A segunda fase advém pós anos 1960 até meados dos anos 1980, marcada pelo período desenvolvimentista, com projetos incentivados pela SUDENE: marca esse período a industrialização, crescimento urbanístico com construção dos projetos habitacionais e a terceira fase configurada pelo processo de reestruturação produtiva e de metropolização da capital, iniciada no final dos anos 1980.

Considerando esses aspectos, inicialmente apreendem-se os principais elementos sócio-históricos da formação social do ponto de vista do desenvolvimento do Estado do Ceará, com foco em sua capital Fortaleza. O objetivo é compreender as bases que sustentam hoje a reprodução do fenômeno homonacionalizador de Estado e de mercado na moderna capital cearense. Posteriormente, apreende-se como se constituíram os espaços de consumo de lazer voltados para a população LGBTI+ na referida cidade: marcados por hierarquias, normalizações e contradições.

Cumpra-se mencionar que o movimento de modernização de Fortaleza, enquanto capital do Ceará, é parte de um aspecto político e econômico da era “pós-coronelista” com fortes transformações locais. Alguns políticos, em especial, os governadores como Tasso Jereissati (PSDB), Ciro Gomes (PDT), Cid Gomes (PSB), Camilo Santana (PT) impuseram o Ceará na era da modernização, desconstruindo a ideia de um estado atrasado e pobre. Em contrapartida, inserindo-se na era da mundialização internacional do capital, com uma ampla abertura para novas atividades empresariais, sobretudo, para a transnacionalização do mercado tanto pela industrialização como pelo turismo. Todavia, permanecendo amplos índices de desigualdades sociais e uma sólida reprodução da violência, da pobreza e da miséria, ao mesmo tempo que se identifica uma forte concentração de riqueza em uma pequena classe social. Segundo os dados do Observatório das Metrôpoles e do Observatório da Dívida Social na América Latina, Fortaleza é a quinta capital do Brasil com maior índice de desigualdade de renda⁷⁴ (DIÁRIO DO NORDESTE, 2020).

Esse dinamismo de mudanças econômicas e políticas do Ceará se deu de modo mais acentuada, a partir dos anos 1980, tendo como protagonista grupos empresariais ligados ao Centro Industrial do Ceará (CIC), que ficou conhecido como o “grupo das mudanças”. A partir desses sujeitos iniciou-se esse andamento do desenvolvimento e modernização desse Estado. Portanto, “destaca-se, nas principais lideranças do CIC, a necessidade de construção de uma imagem moderna em contraposição às ideias e práticas esboçadas por antigas lideranças locais” (COSTILLA, NOBRE, 2011, p. 37).

Por meio das exigências e da reorganização econômica, o Ceará ganhou notoriedade nos últimos tempos. Com o advento do desdobramento industrial, além do carro chefe da economia que tem uma forte participação no setor turístico, “do ponto de vista social e político,

⁷⁴ DIÁRIO DO NORDESTE. Grande Fortaleza é a 5ª do País de maior desigualdade de renda. Diário do Nordeste, 2020. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/grande-fortaleza-e-a-5-do-pais-de-maior-desigualdade-de-renda-1.3003175>. Acesso em: 27 maio 2021.

a industrialização cearense apresenta uma peculiaridade que se revelará crucial na trajetória das elites urbanas: a presença de empreendedores locais como principais atores do processo” (GONDIM, 2007, p. 107). Essa forma de “modernização conservadora” do Ceará, trouxe como consequência uma remodelação urbanística da capital - constituindo-se em uma ampla metropolização de Fortaleza.

Por décadas o Estado Federativo do Ceará, era visto como um local de economia atrasada e dependente das demais federações da república brasileira. A imagem do sertanejo pobre, da fome e da miséria e, associadamente, do “homem bruto”, machista, guerreiro eram as formas e descrições hegemônicas e contraditórias para se referir ao contexto cearense, sobretudo da figura do homem “cabra macho”. Além do sertanejo migrante que partia de sua terra, com sua esposa e seus filhos, em busca de sobrevivência em outros locais do país, mostravam a dura realidade dessas famílias no contexto das secas, expondo a imagem heteronormativa desse contexto patriarcal como mostrou a escritora cearense, Rachel de Queiroz, na obra “O Quinze”.

Nesse caminho, do ponto de vista de Farias (2015), a formação social do Estado do Ceará é constituída por quatro grandes estágios históricos: o colonial, o regime imperial, a república e a fase contemporânea. Nas linhas a seguir apresenta-se um pouco dos elementos históricos dessa formação, dando mais atenção ao contexto das últimas décadas, do final do século XX e início do século XXI.

Pode-se dizer que a gênese da cidade de Fortaleza, enquanto capital do Ceará, deu-se a partir de um desenvolvimento tardio, muito em função da sua formação social. Nos primórdios da colonização aquele território foi entrelaçado por diversos aspectos locais que conformaram uma dificuldade para sua construção enquanto província. Em consonância com Farias (2015), entre os principais desafios postos para os colonizadores existia um aspecto climático, de grandes ventos ao litoral, com correntes marítimas que dificultavam os colonizadores adentrarem o território, além das secas e das resistências dos povos indígenas locais contra as invasões dos homens europeus.

A passagem dos portugueses e holandeses pelo Ceará, trouxeram uma imensa dissipação e extermínio dos povos indígenas na região, notadamente, daqueles que viviam no Litoral. A vila, onde hoje se localiza a capital, tem sua origem no ano 1669, quando os colonizadores holandeses construíram ao Oeste do litoral, à margem do Rio Pajeú, o primeiro marco da colonização e da territorialização que se materializou por meio da construção do Forte Schoonenborch – seguindo o lema “força, valor e coragem” (GONDIM, 2007), posteriormente, expulsos pelos portugueses.

O marco o central da feitura da colonização territorial da capitania cearense, deu-se, de acordo com Pinheiro (2007), em razão da expropriação violenta das terras indígenas. De acordo com o referido autor, na medida em que os europeus adentravam as regiões litorâneas em direção ao interior da província era deixado o rastro de violência contra aqueles povos originários, inclusive, com o apoio dos clérigos, “a igreja, sem dúvida, foi fiadora ideológica do projeto colonial; no entanto, na relação dessa com os colonos houve momentos de conflitos. Principalmente sobre a definição de quem teria o domínio da força de trabalho indígena” (Idem, 2007, p. 54).

Tendo por bases as análises acima expostas, observa-se que o Ceará seguiu o mesmo transcurso da colonização nacional, a violência como central no processo de desterritorialização dos povos originários. Assim, “a medida que a pecuária avançava para o interior da capitania; o conflito se acirrava ao ponto de, em 1706, o Rei aprovar a ação do capitão-mor do Ceará de distribuir, para a população branca as armas utilizadas no extermínio dos indígenas” (idem, 2007, p. 35). Esse modelo de colonização seguiu o processo colonizador centrado na expropriação, no genocídio e no etnocídio⁷⁵ dos diversos povos que habitavam aquele território, com marcas sanguinárias da violência: mortes e estupro.

Durante os primeiros anos da colonização, o Ceará tinha como central a pecuária – a carne de charque e da cotonicultura (algodão) sendo uma das principais fontes de economia local. Segundo Farias, “com a expansão das charqueadas e, sobretudo, da cotonicultura a partir do final do século XVIII, passaram a ganhar importância econômica, política e social alguns grandes comerciantes” (2015, p. 45).

As charqueadas foram umas das principais fontes econômicas do Ceará. A produção da carne de charque advinda do gado, gerou uma forte economia local, pois a carne era vendida em outras capitanias do Brasil e o couro exportado para a coroa portuguesa. De modo igual, houve também uma expansão do “povoamento” no interior do Estado, tendo como centralidade a construção de cidades como Sobral e Acaraú na região norte, Icó na região Sul, Aracati no litoral leste (FARIAS, 2015). Esse movimento pode ser considerado a gênese da constituição do capitalismo no Ceará, quando se configuram as primeiras bases do modo de produção capitalista nesse território.

⁷⁵ “O genocídio e o etnocídio perpetrados contra os povos indígenas tiveram como decorrência o quase desaparecimento da cultura indígena do território cearense. É fundamental que se perceba nesse processo que um dos seus instrumentos mais eficazes foi a expropriação dos territórios desses povos, a fim de possibilitar a expansão da pecuária. No entanto, esse processo - apesar de a Constituição de 1988 ter garantido a demarcação dos territórios indígenas - continua, pois no Ceará, e em vários estados da federação, não tem sido feita a demarcação das terras indígenas” (PINHEIRO, 2007, p. 55).

De acordo com a historiografia de Gondim (2007), os primeiros gerenciamentos administrativos desse território eram de controle do Maranhão e do Grão-Pará, que duraram até meados dos anos de 1621, após esse intervalo de tempo, o território cearense passou a ser governado pelo Estado de Pernambuco. Somente durante o ano de 1799, que o Estado do Ceará se emancipou político administrativamente, constituindo-se em uma entidade federativa.

Durante o império o Brasil passou por muitas transformações sociais, com grandes agitações políticas e econômicas. Considera-se que tal momento deu-se entre as regências D. Pedro I a D. Pedro II, que culmina com o seu fim no ano de 1889, com a Proclamação da República. Em um percurso de 67 anos (1822 a 1889), o país vivenciou crises econômicas e políticas, assim como revoltas que abalaram todo o território brasileiro. Entretanto, as oligarquias centralizaram toda a administração política do país para conter as revoltas, alocando nas diversas províncias representantes com forte controle do poder local, portanto, “as diretrizes centralizadoras acabariam triunfando, esmagando as revoltas e conservando a ordem e a unidade territorial do Brasil” (FARIAS, 2015, p. 172).

É evidente que o Ceará, também, durante esse estágio passaria por essas transformações e uma forte centralização política que repercute até os dias atuais. Para Farias (2015), o Estado também sofreria as consequências das revoltas sociais, principalmente da Balaiada no Maranhão, que trouxe impactos estruturais para a economia local. Outro aspecto importante dessa fase no Ceará, deu-se com a formação durante o regime imperial, de um amplo movimento pela abolição da escravização dos povos trazidos da África, que culminou com a construção da Sociedade Cearense Libertadora (SCL), que tinha como propósito o fim da escravidão no Ceará:

No início de 1881, essa sociedade mobilizou os jangadeiros que trabalhavam no porto, os quais recusaram-se a transportar escravos até os navios que os levariam à seus compradores em outras províncias. O líder dos jangadeiros, Francisco José do Nascimento, conhecido como Chico da Matilda (nome da mãe), assumiu papel destacado no movimento abolicionista, inclusive em nível nacional (GONDIM, 2007, p. 99-100).

O feito rendeu-lhe na imprensa nacional o título de “Dragão do Mar”. A luta de Chico da Matilda, representou do ponto de vista social e político como um pioneirismo no enfrentamento pelo abolicionismo no Estado, porém esse confronto com as grandes elites vem de outros elementos políticos e sociais da época que foram os pilares para a construção desse movimento. Cabe ressaltar que esse decurso de luta vinha desde os anos 1840, quando umas das principais fontes econômicas do país era a exploração da força de trabalho da população negra escravizada, tanto nas lavouras de cana-de-açúcar, como nas atividades domésticas

(GONDIM, 2007, FARIAS, 2015). As formas de exploração e de opressão a que os cativos eram submetidos, foram os pilares para surgir em várias partes do país, mecanismos de resistência frente a esses transcursores, como as revoltas e os quilombos.

Outro eixo norteador que contribuiu para a jornada da luta contra escravidão, deu-se na medida em que as ideias liberais adentravam o Brasil, advindas a partir de intelectuais e de políticos que retornavam o país após finalizarem seus estudos na Europa. Aumentava à pressão tanto por parte de políticos ligados ao liberalismo como pela pressão popular, pela abolição do regime de escravidão (FARIAS, 2015). Todavia, é válido ressaltar que uma das principais exigências pelo fim da escravidão partia da Inglaterra, que tinha como objetivo a mundialização do trabalho assalariado. Assim, como uma ampliação de uma massa de futuros consumidores, era uma das novas estratégias do capitalismo internacional.

Na concepção de Farias (2015), há alguns elementos que contribuíram para o Ceará ser um dos pioneiros na luta pela abolição do regime de escravidão. O primeiro elemento que o autor cita, refere-se à pequena quantidade de pessoas escravizadas no Estado muito em virtude do alto preço para conseguir comprá-los. Outrossim, uma das principais fontes econômicas locais era à produção tanto da pecuária como do algodão o que em certa medida não necessitava da força de trabalho dos escravizados, pois quem executavam essas atividades dessa produção eram os sertanejos que em troca de comida e moradia manejaram todo esse serviço para os fazendeiros.

Outro aspecto que o autor traz em sua análise concerne nas grandes secas que carregavam enormes prejuízos econômicos para os fazendeiros, era muito caro mantê-los, por isso toda essa força de trabalho era substituída pelos sertanejos locais e “o alto preço dos cativos negros era outro fator que contribuía para o número menor de escravos, sobretudo, numa região pobre como o Ceará. Em inventários do século XIX, um negro de 16 anos custava 100\$000 (cem mil réis)” (Idem, 2015, p. 241).

O Ceará durante esse contexto, tinha pontuais vendas de pessoas escravizadas, estrategicamente o Estado estava inserido nas proximidades da África por onde chegavam os navios com os cativos. Farias (2015), afirma que ao adentrarem no território cearense esses eram comercializados entre fazendeiros locais, outros eram levados para outras partes do Brasil, especialmente, para as províncias do Sul e do Sudeste. Foi trabalhando no porto de Fortaleza, no transporte de pessoas negras, que Chico da Matilda começou a observar o sofrimento e as múltiplas formas de violência e de exploração das quais eram submetidos os escravizados.

A pressão popular foi também um combustível que incentivou o movimento abolicionista no Ceará. Assim, os trabalhadores livres que exerciam atividades no porto de

Fortaleza se solidarizaram com a revolta, particularmente os jangadeiros. De acordo com Farias (2015), muitos grupos se organizaram e arquitetaram um plano de convencimento de bloqueio no transporte dos escravizados através das jangadas, “na manhã de 27 de janeiro de 1881, os jangadeiros negaram-se a conduzir alguns negros cativos para o vapor “Párrar”. A notícia logo se espalhou pela cidade e, em pouco, centenas de pessoas [...] afluíram ao porto para testemunhar aquela cena” (FARIAS, 2015, p. 246).

Entre os principais líderes da revolta estava o Chico da Matilde que comandou a organização junto aos jangadeiros:

Houve festa em Fortaleza entre o êxito da greve. Três dias depois, 31 de janeiro de 1881, nova luta. O vapor “Espírito Santo” tentava levar 38 escravos para o Sudeste do Brasil. Mais uma vez os jangadeiros recusaram-se a fazer o embarque. Uma multidão estimada em cerca de três mil pessoas prestou-lhes apoio, com aplausos e gritos. Após muitas discussões, ameaças, vaias e palavrões, os negros não foram embarcados. A massa foi ao delírio (FARIAS, 2015, p. 247).

Em vista disso, alguns elementos sociais levaram o Ceará a ser pioneiro no percurso de abolição da escravidão no Brasil. Entre esses aspectos cabe ressaltar uma dimensão fundamental que faz parte do “desejo da nação” local, as elites cearenses impuseram um pioneirismo aos ensejos da construção de uma nação iluminada a partir dos desejos advindos da Europa - cujos valores hegemônicos fundados no liberalismo tinham como crítica o regime de escravidão que era tida como atrasada e bárbara, os liberais defendiam o livre comércio, o trabalho assalariado e a defesa da propriedade privada. Desse ato, surgem no Ceará determinados setores que serão contra a escravidão, “acabar com a escravidão afora os aspectos humanitários e altruísticos, constituía-se uma forma de fazer o Ceará progredir e civilizar-se” (FARIAS, 2015, p. 243), ou seja, marcava o início da inserção de Fortaleza ao período da Belle Époque.

No subtópico a seguir trata-se dessa fase, que se constitui como um momento importante da passagem de construção e de desenvolvimento da moderna cidade, todavia contornada de contradições, apresentando desde a sua gênese uma latente desigualdade social de acesso ao território - marcada pela violência, miséria e o racismo socioespacial, de alcance a um lazer limitado, destinado a atender as necessidades da família hétero-patriarcal.

3.2 O lazer na *Belle époque* de Fortaleza: a modernização e contradições sociais

Na segunda metade do século XIX, Fortaleza passou por uma renovação na sua constituição enquanto espaço citadino. Isso trouxe como reflexo, mudanças na sociabilidade do espaço público, sobretudo, nos ambientes destinados ao lazer da população e na produção do espaço. Esse momento ficou conhecido na história como *Belle Époque* (belos tempos), quando os gestores políticos se empenharam em embelezá-la, influenciando-se no protagonismo da cidade luz, Paris, na França como fundamentam Pontes (2014) e Gondim (2007).

As ruas iluminadas, os casarões inspirados nos grandes projetos europeus, a pavimentação das avenidas e à construção dos bairros mais elitizados, assentaram como a cidade tinha que se desenvolver, crescia a partir da ótica mercantilista-ocidental e colonialista, repleta de segregações socioespaciais, porém atendendo os gostos da elite que ali se constituía.

Como caracteriza Ponte (2014), Fortaleza vivenciou entre os anos de 1860 até os meandros dos anos 1930, uma ampla reforma urbana. Segundo o referido autor, esse período é caracterizado por dois aspectos centrais, sendo o primeiro qualificado pelo aformoseamento e embelezamento do espaço citadino em decorrência das taxas de lucratividade advindas da cotonicultura e o segundo com o disciplinamento e o controle das classes sociais subalternas, principalmente, dos flagelados que fugiam das secas no interior, tendo como única alternativa as migrações para a capital.

No decorrer da urbanização desta cidade, pode-se identificar as contradições do capitalismo e a formação desigual desse território, que influenciam na contemporaneidade em espaços segregados, segmentados e hierarquizados tanto na sua forma social como econômica. Como exemplo disso, tem-se a materialização e o acirramento da desigualdade social e espacial posta nesse transcurso de tempo, como o acesso ao lazer reservado para uma camada da sociedade, assim como as moradias em locais saneados que eram restritos por parte de uma elite, proprietária de grandes posses materiais, comerciantes, e profissionais liberais como médicos e advogados (*idem*, 2014).

Esses aspectos acima referenciados mostram como determinados privilégios atendiam apenas uma determinada classe social, enquanto outros segmentos da sociedade padeciam sobre a fome e à miséria, esse processo histórico foi delineando o modo de produção capitalista no Estado do Ceará. De tal modo, o lazer já nasce numa perspectiva desigual. Assim, a urbanização de Fortaleza expõe “as contradições próprias das relações entre capital e trabalho manifestadas em lutas e nas relações políticas entre as forças que controlam o governo central e o governo local e, de modo particular, nas condições de vida das classes sociais” (CUNHA, 2008, p. 68).

Segundo Farias (2015), nos idos de 1850, Fortaleza passou por diversas obras, em razão do lucro gerado pelo comércio advindo da cotonicultura. O Ceará era um dos grandes produtores dessa monocultura, exportando para várias províncias do Brasil o algodão, em particular, para o exterior do país. Diante desse contexto de prosperidade econômica, muitos dos proprietários, de terra e comerciantes locais, patrocinaram o aformoseamento da capital, e trouxeram amplas construções de embelezamento, que tinham como objetivo tornar a cidade um símbolo do progresso, espelhando-se sempre nas grandes cidades europeias, como afirmam Gondim (2007) e Ponte (2007).

É importante ressaltar que durante esses anos, esse lugar “é marcado por um intenso fluxo de mudanças que não só produziu transformações de ordem urbana, política e econômica, como também afetou profundamente o cotidiano e a subjetividade das pessoas, alterando seus comportamentos e condutas” (PONTE, 2007, p. 163). Para Martins (2013), as elites locais muitas delas tinham como fortes inspirações tanto arquitetônicas como o pensamento científico, centrados em um projeto de nação, baseadas a partir de uma ideia de progresso fundamentadas no imaginário europeu. O pensamento Ocidental-europeu influenciou por décadas a estrutura da construção de Fortaleza enquanto capital. Das casas aos clubes, das praças aos púlpitos, dos órgãos institucionais as faculdades, tudo era inspirado no que vinha de fora. E claro, que essa referência se deu muito em função do padrão de desenvolvimento econômico dependente.

As edificações tinham como eixos centrais grandes avenidas que cortavam o espaço urbano, muitas inspiradas na capital francesa, que “[...] expandiu-se e beneficiou-se da construção de praças e edifícios públicos, tais como a Santa Casa de Misericórdia (1857), a Assembleia Legislativa (1871), o Passeio Público e a Estação Ferroviária João Felipe (ambos de 1880)” (GONDIM, 2007, p. 99). Essas construções demarcam o advento da modernidade da capital, que se materializam com:

[...] os serviços urbanos, os transportes e as comunicações foram incrementados mediante a pavimentação das ruas de (1857), a iluminação pública e o gás carbônico (1866), a canalização de água de (1857), a construção da estrada de ferro (1873), e a implantação do serviço de bonde e tração animal (1880) e do telégrafo (1881) (GONDIM, 2007, p. 99)

Em termos históricos e sociais a recuperação dessa historiografia de Fortaleza, trazendo os aspectos centrais da *Belle Époque*, demarca do ponto de vista da construção dessa cidade o seu ponto inicial de entrada no capitalismo comercial no sentido da ampliação e reprodução desse sistema agroexportador. Além disso, possibilita compreendê-la como um espaço de disputa e de produção de relações sociais de classe, raça, gênero e sexualidade no espaço

urbano. A modernização que fora construída tendo como signatários as grandes elites que impuseram a abertura de um lugar, espelhando-se no desenvolvimento econômico europeu, porém com os traços coloniais, principalmente com a manutenção das contradições socioeconômicas com o avanço da pobreza no espaço urbano, porém sempre vigiado pelos olhos atentos do Estado.

Em razão disso, pode-se dizer que a *Belle Époque*, também se caracteriza como o momento em que Fortaleza começa a surgir no cenário nacional, cada vez mais efusiva. Contudo, concomitante a modernização que permitiu uma remodelação do espaço citadino, alguns acontecimentos sociais trouxeram também consequências que impuseram limites a remodelação desta territorialidade como as secas. Enquanto fenômeno climático que exercia na sua forma de ser uma forte reprodução social em virtude das contradições de gerenciamento por parte dos coronéis, os quais obtiveram grandes cifras de lucratividade geradas pela indústria da seca, um fenômeno natural, que se transformava em um social, muito em função dos favorecimentos sociais e políticos do Estado para com esses coronéis, dos quais muitas vezes eles próprios ocupavam o governo.

De acordo com análise de Ponte (2007), durante a década de 1870, dois aspectos são centrais para frear a urbanização de Fortaleza: foram as secas ocorridas entre os anos de 1877 até 1879 e a epidemia gerada pela varíola, esse fato “interrompeu temporariamente esse fluxo modernizador que se instaurava na cidade. Além de desestabilizar a economia cearense e provocar intenso êxodo rural para a capital” (Idem, 2007, p. 167). A seca castigou severamente o interior do Ceará, isso fez com que grandes massas populacionais buscassem a capital na tentativa de sobrevivência. O final dos anos de 1870 marca um crescimento da concentração urbana em Fortaleza, principalmente dos flagelados da fome e da seca, acarretando o crescimento do pauperismo urbano (GONDIM, 2007).

Como afirma Ponte (2007), o período de embelezamento escancara as contradições postas pelo capitalismo local. As elites que consagram uma ideia de modernidade e de progresso eram as mesmas que fugiam da epidemia da varíola, dos famintos e do medo da morte. Em razão disso, foram construídas algumas instituições sociais de controle médico e higienista de afastamento das classes subalternizadas:

Naquele mesmo ano era criado o Asilo de Mendicidade para confinar idosos pobres e mendigos. Dessa forma, tudo e todos que pudessem macular a imagem asséptica, produtivista e aformoseada de Fortaleza, foram sendo estrategicamente confinados em locais afastados: os mortos para o novo cemitério; os doentes contagiosos para o Lazareto da Lagoa Funda; os couros, peles e carnes, para curtumes e matadouros distantes; os loucos, para o Asilo da Parangaba; os idosos pobres, para o Asilo de

mendicidade; os “os vadios” (desempregados), para cadeia; os retirantes, para os abarracamentos na periferia (PONTE, 2007, p.179).

Durante as secas vigoraram também um amplo disciplinamento e controle social das massas subalternizadas, em especial, dos setores mais pauperizados como os retirantes advindos do interior do Estado, fugindo das secas que assolavam à região, “[...] sem trabalho, parte dos camponeses dirigiu-se para as cidades litorâneas, particularmente para Fortaleza, que se ‘tornava a metrópole da fome’” (CUNHA, 2008, p. 68).

De acordo com Neves (2007), outro fator que contribuiu para a construção de um imaginário de um território atrasado e empobrecido, dava-se pelo fato de o Ceará ser alvejado por intensas corrupções geradas na administração dos recursos contra a seca, embora um dos principais problemas esteja na forma administrativa do Estado, e é claro, na composição social e político no gerenciamento das secas. O Estado através da polícia tinha um forte controle em particular contra mulheres solteiras que trabalhavam na prostituição, um olhar mais rígido contra os adolescentes, leprosos, pessoas em situação de rua que vagavam pela cidade que em grande parte eram constituídos por:

[...] migrantes (geralmente formados por moradores, vaqueiros, pequenos proprietários, comerciantes falidos, indigentes urbanos, homens, mulheres e crianças) ocupavam praças, ruas, calçadas, o Passeio Público com suas barracas sob as árvores (eram chamadas de ‘palhoças’) (CUNHA, 2008, p. 68).

Esses fluxos migratórios constituíram a construção das primeiras favelas na capital, como a favela do Pirambu. A massa de pessoas desempregadas que fugiam da fome como consequência da seca superlotou Fortaleza. Esse itinerário de pessoas constituíram os bairros periféricos da capital, em sua grande parte eram famílias pobres e negras advindas do interior. Assim, Ponte (2007), expressa que com o fim da seca no final dos anos 1870, com o controle da varíola, e do afastamento das classes subalternizadas dos locais centrais da cidade, novamente retoma sua remodelação da urbanização centrada no embelezamento. Esse modelo de gerenciamento do espaço-social da cidade ainda é presente, e nas análises desta tese se mostra como um traço fundamental para entender a normatização dos territórios, as segregações que ainda persistem na contemporaneidade e se expressam de forma mais concreta na sua construção no século XX.

3.2.1 Da retomada ao fim da *Belle Époque*: o lazer enquanto privilégio heteronormativo

A retomada do processo de remodelação da capital volta nos anos 1880 e perdura até meados dos anos 1890, finalizando por volta da década de 1920. O lazer durante a *Belle Époque* tinha como centralidade tanto o Passeio Público, as Praças, assim como os clubes privados. É claro, que durante essa época o acesso ao lazer, à recreação e aos eventos sociais festivos tinham centralidade destinada a atender uma camada da sociedade aristocrática da capital, os grandes produtores agrícolas comerciantes, os profissionais liberais como médicos, advogados e engenheiros, e os médios comerciantes (PONTE, 2007).

Outra característica observada nesse período é o seu caráter centrado a atender as necessidades sociais de uma classe social com forte concentração de renda, letrada, a propósito: heterossexual, do acesso ao lazer. Diferente dos estudos de Green (2019), que apontava os espaços de sociabilidade homoeróticos no Rio de Janeiro no Brasil no período da república, como à Praça do Rossio, não há relatos que identifiquem esses locais em Fortaleza, durante esse período, embora se saiba que em virtude da “homossexualidade” ser extremamente oprimida durante aquela época, as pessoas encontravam suas estratégias de encontros homoeróticos e de sociabilidades em locais mais discretos.

O fim da *Belle Époque* chega nos idos dos anos 1920, quando a capital passa por inúmeras mudanças sociais. No decorrer da pesquisa bibliográfica dessa tese, buscou-se entender um pouco sobre a constituição dos espaços de lazer da cidade de Fortaleza, para assim situar como surgiram os locais privados focados a atender as demandas daquele/as sujeitos que fugiam das normas de gênero e sexualidades, postas no imaginário social da sociedade fortalezense.

Jucá (2007), analisa o acesso à cultura e ao lazer pelas distintas classes sociais na capital cearense, durante os anos de 1945 a 1960, “é visível o contraste entre as opções de lazer e cultura dos grupos privilegiados, valorizadas e destacadas como símbolo de progresso e modernidade, e as escassas oportunidades usufruídas pelos menos favorecidos” (JUCÁ, 2007, p. 192). Identificou-se também o trabalho de Martins (2013), que apresenta uma análise das disputas dos espaços de lazer em Fortaleza na passagem do século XIX para o XX. Embora esses estudos apontados apresentem uma valiosa contribuição para pensar o lazer na realidade fortalezense, não há nenhuma referência sobre os espaços frequentados pelos LGBTQI+ durante esse período, começa a surgir uma historiografia, sobre esses sujeitos, somente com pesquisas mais recentes.

Os estudos do lazer sobre a capital cearense são, todavia, escassos, em particular os que fazem uma análise histórica da constituição do lazer no espaço urbano de Fortaleza, tendo como foco os locais de sociabilidades homoeróticos. No entanto, Martins (2013), oferecendo uma análise sobre as disputas pelo espaço público da capital em torno do acesso ao lazer apresenta elementos sobre as contradições acesso a esse direito.

A princípio em sua discussão, a autora realiza uma minuciosa descrição dos espaços frequentados por seresteiros e boêmios centrados nas bodegas do centro de Fortaleza, “os bancos das praças públicas em noites de luar serviam para o lazer e a criatividade desses boêmios, que se juntavam a “mulheres de toda sorte” e a todo tipo de “gente degradante” da sociedade” (MARTINS, 2013, p. 78). Esses locais serão cada vez mais frequentados por Gays, Lésbicas e Travestis nos idos dos anos 1960 e 1970, lugares que passam formar na capital uma rede homoerótica.

Em contrapartida, segundo Martins (2013), os grupos elitizados de Fortaleza se reuniam para festejarem nos grandes casarões da cidade. Locais esses afastados do povão, restritos a uma elite letrada. As noites de galas dos bailes de Fortaleza eram compostas pela alta aristocracia, regadas a “boas maneiras”, esses espaços eram constituídos por rodas de sarais, leituras de poesias, cantos finalizados com as valsas, “os bailes eram realizados, na maioria, nos poucos palacetes existentes em Fortaleza, sobretudo nos de Mendes Guimarães, do Capitão-mor Joaquim Barbosa e do cônsul Manuel Caetano de Gouveia” (Idem, 2013, p. 79).

De acordo com o trabalho realizado por Jucá (2007), de recuperação da história dos espaços de lazer na capital cearense entre 1945 a 1960. Verifica-se que os principais meios voltados para essa finalidade eram centrados nos banhos de mar; posteriormente construídos por diversos clubes nas orlas, voltados a atender as necessidades de um grupo mais específico de pessoas com forte poder aquisitivo; é desse período também que chegam na cidade os cinemas. Ainda, segundo o autor por outro lado tinha-se a manifestação de atividades de lazer e de cultura fortemente reprimidos pela sociedade como: a prostituição e as festas carnavalescas.

Essas reflexões permitem se questionar em que medida o mar se constituiria um espaço de lazer destinado à acessibilidade de todo/as sem distinção de classe, raça, gênero e sexualidade. Não é o que ocorrera na formação urbana de Fortaleza. Essa cidade se construiu territorialmente cercada pelo litoral. No entanto, a socialização do mar era limitada, enquanto um espaço destinado ao lazer dos moradores ali residentes. Jucá (2007), destaca que após à Segunda Guerra Mundial, à faixa litorânea da capital cearense, passou por inúmeras transformações das quais se estabeleceram hierarquizações socioeconômicas de acesso ao

litoral. Do porto da capital, passando pela Praia do Leste, à Praia da encosta do bairro Pirambu até a Barra do Ceará se configuraram como locais destinados às classes mais pobres. Cada vez mais esses locais eram ocupados por pessoas advindas do interior do Estado, o Pirambu, por exemplo configurou-se como uma das maiores favelas da capital.

Por outro lado, as elites locais começavam a se afastarem cada vez mais do porto, tendo como direção o lado oeste da cidade. Como mostra o trabalho de Jucá (2007), Formosa, a Praia de Iracema e o Meireles foram os locais escolhidos pelas classes altas das quais construíram suas casas de veraneio, em particular na Aldeota e Meireles. O autor apresenta na sua discussão que mesmo existindo essas divisões socio-territoriais, havia muita perseguição por parte da polícia contra aquele/as que fugiam das normas morais da época como vagabundos, pedintes e prostitutas que ocupavam aqueles espaços destinados à elite. Mas a perseguição por parte da polícia não era apenas nesses locais privilegiados, havia também nos bairros mais pobres o controle e o disciplinamento das festividades,

Já nos areais das zonas periféricas, a “arraia miúda” se divertia com suas manifestações tradicionais como os fandangos e maracatus. No entanto, essas festas eram, em grande parte, interrompidas pelas autoridades policiais, com a justificativa de que causavam muitos tumultos. Essa condição suburbana imposta a uma parcela da população cearense, desfavorecida economicamente, contribuiu de fato para o surgimento de uma cultura “à margem” do “afrancesamento” e do requinte aclamado pelas elites locais (MARTINS, 2013, p. 75).

Percebe-se assim toda uma limpeza e higienização do espaço público central, destinado a preservar uma moral asséptica para as elites, ao mesmo tempo que nos bairros periféricos as festas clandestinas eram à única forma de lazer e de acesso à cultura em meio a uma forte perseguição moral da pobreza. De tal modo, as manifestações culturais de lazer como os maracatus e as festas de São João, muitas vezes, eram consideradas como vagabundagens, perseguidas e controladas pela polícia.

Vê-se que, mesmo com toda a perseguição por parte da polícia e da moralização do espaço público, uma constituição e apropriação na contemporaneidade, de locais frequentados por esses sujeitos, como as prostitutas na Praia de Iracema, e por LGBTI+ na Praia dos Crushs, Meireles, Centro da cidade, Aldeota, como novas formas de resistências ao espaço público, tão controlado pelo Estado e pela moralidade burguesa, assim esses sujeitos passam a formarem os espaços marginais diante das dinâmicas postas pelas normas de gênero, sexualidade, classe e raça/etnia, resistindo ao tempo e ao espaço.

Retomando a historicização desses espaços, outra apropriação por parte das elites cearenses aos locais de lazer, deu-se com à construção dos clubes, do quais muitas eram

frequentados, particularmente pelas classes médias e altas fortalezense, sendo eles: a Fênix Caixerai (construído no final do século XIX), nos anos 1920 haviam os Clubes Iracema e Diários, posteriormente erguido nos anos 1930 o Ideal Club, nos anos 1950 foi arquitetado o mais famoso clube: o Náutico e também o Clube Caça e Pesca, que trouxeram toda uma visibilidade do lazer, centrados nesses locais privados (JUCÁ, 2007). Ainda de acordo com o autor:

Havia um total de doze clubes na cidade e reconhecia-se o contraste existente: “Fortaleza é sem dúvida, no Brasil, a cidade mais bem provida de clubes de alta categoria, porém, isto além das possibilidades do povo”, que só tinha como meio de diversão as praias, as festas religiosas ou as comemorações realizadas em praças públicas (JUCÁ, 2007, p. 196).

Já as classes populares, como relata Jucá (2007), não tinham acesso a esses espaços de lazer, conformados como locais de consumo privado para as elites locais, espaços esses, como foi o caso do Náutico⁷⁶ com financiamento do Estado, como à isenção de impostos destinados ao incentivo desse clube até os anos de 1950, enquanto à elite burguesa possuía incentivo para o lazer, as classes subalternizadas eram controladas e disciplinadas. Nos clubes à burguesia cearense esbanjavam à riqueza, contrastantes com as desigualdades daquela territorialidade. Uma cidade dividida, repleta de bairros periféricos, sem saneamento, hospitais, transporte público.

O lazer fomentado pelos clubes expressava assim o esbanjamento e as extravagâncias de uma classe social privilegiada pelas posses, com à circulação de alta taxa de lucratividade gerada, tanto pelas classes locais com forte poder aquisitivo, como pelos turistas de várias partes do Brasil, destarte, pode-se entender que “o lazer entendido como consumo se afasta radicalmente de valores como participação, liberdade e transformação, e se vincula necessariamente à condição de classe social dos indivíduos ou grupos, como fator determinante e segregador” (PELLEGRIN, 2006, p. 109).

Portanto, é fundamental entender essa produção do espaço, especificamente do acesso lazer, pois necessariamente ela impõe uma modalidade de reprodução particular de poder e de normalizações na sociedade capitalista contemporânea. A natureza social da construção da visibilidade dos locais de lazer destinados a atender as necessidades das distintas classes sociais, passaram por transformações sociais ao logo dos anos, em razão é claro de mudanças

⁷⁶ “O apoio do poder municipal ao referido clube expressou-se na aprovação de uma lei pela Câmara de Vereadores, garantindo durante cinco anos à isenção de impostos, além de cancelar qualquer dívida da entidade para com municipalidade. A nova sede do clube foi inaugurada a 22 de janeiro de 1950. Até o jornal *O Democrata* do PCB, sempre vigilante a criticar os esbanjamentos da burguesia, entusiasmou-se com as comemorações do evento, estampando em manchete” (SILVA, 2007, p. 197).

econômicas, políticas, culturais que as impuseram o Estado e o mercado. Hoje, a sociedade desfruta de uma complexa rede de acesso a esses espaços, mesmo com as mudanças sociais, ainda há uma forte reprodução hierárquica delineada por relações de classe, raça, gênero e sexualidade que conformam esses lugares de sociabilidades, muitas vezes centrados na heteronormatividade, ou quando não, reproduzem hierarquias que constantemente manifestam relações homonormativas.

Diante desse caminho traçado, os elementos desse tópico permitiram compreender algumas descrições da produção material e das disputas pelo acesso ao lazer na capital cearense, ainda, centrados no foco a entender as necessidades de uma sociedade hétero-patriarcal, enquanto os sujeitos LGBTI+ formavam suas redes clandestinas de festividades e sociabilidade. Ver-se a seguir algumas proposições e provocações por parte dos sujeitos dissidentes que reivindicaram o ser e estar nesses locais, inclusive, com a construção de redes de sociabilidades homoeróticas. Os espaços de lazer destinados à população LGBTI+ produzidos na ordem urbana Fortalezaense expressarão algumas dessas marcas históricas de resistência, hierarquizações, normalizações e contradições.

3.3 O lazer em Fortaleza: contradições de uma cidade modernista e a questão LGBTI+

Para tratar dos espaços de consumo do lazer voltados para a população LGBTI+ na capital cearense volta-se para a década de 1970, quando se iniciam no estado do Ceará amplas mudanças. O acesso ao lazer em Fortaleza nesse período, foi marcado pelas transformações políticas e econômicas do qual o Estado passou, ampliando uma forte rede privada de clubes, boates, bares, restaurantes (GONDIM, 2007). Foi nessa década que surgiram alguns espaços de sociabilidade homoeróticas, como bares e clubes que eram frequentados clandestinamente por pessoas LGBTI+, muito em função ainda das perseguições morais do período do regime de ditadura civil-militar que vigorava no país (VERAS, COLEHO, 2017).

Diante disso, pensar nesses locais é preciso entender a entrada do Ceará na era da transnacionalização do capital, advindos a partir dos “Governos das Mudanças”, grupo liderado por jovens empresários do Centro Industrial Cearense (CIC) (COSTILLA, NOBRE, 2011). Esse grupo que propôs mudanças no desenvolvimento econômico, político e cultural no território local, tendo como objetivo central o Projeto Modernizador do Ceará, tendo como direção empresários e políticos liderados por Tasso Jereissati, na época filiado ao (PMDB) impuseram um projeto de desenvolvimento local (Idem, 2011).

No entanto, é preciso trazer alguns traços anteriores desse processo que materializam esse projeto de governo. Para Costilla e Nobre (2001), o desenvolvimento do capitalismo em solo cearense sucedeu-se de forma planejada a partir do primeiro governo de Virgílio Távora, que teve início em seu primeiro mandato nos anos de 1962 até 1966, e posteriormente nomeado governador entre os anos de 1979 e 1982, pelo então presidente da república João Figueiredo. Para Lima (2004), é válido ressaltar que no início dos anos 1960 a economia do Estado do Ceará era basicamente marcada pela produção agropecuária, com uma dinâmica industrial pífia em relação aos demais estados do país.

Segundo Lima (2004), o primeiro plano de desenvolvimento proposto por um governo se deu nesse mandato, Virgílio Távora propôs o I Plano de Metas Governamentais (PLAMEG) com período de planificação econômica entre 1962 a 1966. Ainda para esse autor o plano trazia mudanças na gerência do governo do Estado do Ceará, ao incorporar “a Superintendência do Desenvolvimento Econômico e Cultural – SUDEC – a promotora de investimentos – a Companhia de Desenvolvimento do Ceará – CODEC – e o financiador das iniciativas de desenvolvimento – o Banco do Estado do Ceará – BEC” (Idem, p. 49).

Contudo, Lima (2004) pontua que as transformações que vinham ocorrendo no Ceará, sofreram algumas metamorfoses em função do regime autocrático que tendo seu início com o golpe civil-militar de 1964, que durou até 1985, trouxe consequências para o decurso do desenvolvimento econômico local. Por intermédio do processo de planejamento durante o Governo de Virgílio Távora foi proferida em sua primeira administração algumas estratégias para mudar as bases econômicas no Estado. Assim, “nas décadas de 1960 e 1970 realizaram-se significativas transformações econômicas no Ceará: passou de uma economia com base agrícola para uma estrutura econômica assentada na produção industrial” (COSTILLA, NOBRE, 2011, p. 31).

Porém, foi no final da década de 1970, durante o período regime autoritário, que uma nova cena política começou a ser desenhada no Ceará. De acordo com Lima, “a partir de 1978, jovens empresários cearenses passaram a discutir os grandes temas nacionais e regionais no Centro Industrial do Ceará-CIC. Tinham a assessoria de técnicos do Banco do Nordeste, do DNOCS, do Estado e de professores da UFC” (LIMA, 2004, p. 50). Esses sujeitos começaram a trazer inúmeras críticas à forma política autoritária do regime ditatorial. Além de esboçarem novas metas econômicas para o governo do Ceará.

Os jovens empresários ao assumirem o Centro Industrial do Ceará (CIC), propuseram diversas reformas estruturais tendo como finalidade inserir esse Estado no rumo do desenvolvimento econômico nacional e internacional, “o CIC transformou-se em um fórum de

debates sobre problemas de desenvolvimento do Nordeste, com a participação de notórios críticos do regime militar, como Leonel Brizola e os economistas Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares” (GONDIM, 2007, p. 130). Diante desse contexto de organização dos jovens empresários, alguns elementos políticos foram propícios para que na segunda metade da década de 1980, esse grupo vencesse as eleições para o governo do Estado.

Inicialmente, o grupo de jovens empresários empenhou-se em fazer uma crítica ao regime de ditadura civil-militar. Outro discurso utilizado pelos representantes políticos do CIC, foi romper com a lógica da administração pública baseada na perspectiva de governo coronelista-clientelista (Idem, 2007). O Ceará por muitos anos foi governado por uma estrutura política fundada no coronelismo e no clientelismo. A cultura da política do atraso e da troca de favores era na perspectiva dos jovens empresários do CIC um dos principais entraves para o desenvolvimento econômico e social do Ceará. Não existia nesse tipo de governo acesso a direitos sociais, pelo contrário esses eram transformados em moedas de troca em tempos de eleições.

Na visão de Gondim (2007), outro aspecto que pode ter contribuído para a vitória de Tasso Jereissati (PMDB) em 1986, deu-se com o desgaste político da prefeita Maria Luiza Fontenele (PT), na época essa estava à frente da administração municipal de Fortaleza, fora a primeira capital do Brasil, com uma gestão pelo Partido dos Trabalhadores. No entanto, ela sofreu diversos entraves administrativos, como: boicote por parte da câmara legislativa que transformou a cidade num caos, greves do funcionalismo público e até mesmo críticas dos movimentos sociais e partidos de esquerda.

Tanto Costilla e Nobre (2011), como Gondim (2007), ressaltam que todo esse contexto político foi primordial para a vitória de Tasso Jereissati (PMDB) no ano de 1986, inclusive tendo o apoio de parte da esquerda. O “Governo das Mudanças” seguiu como diretriz um ajuste fiscal e financeiro da máquina pública, um menor diálogo com a sociedade civil tendo como viés à cooptação de lideranças sociais, prometendo inserir o Estado do Ceará na dinâmica do crescimento econômico. Para esses autores o lema seguiu romper com as políticas coronelistas que por muito tempo governaram o Ceará. Assim, o primeiro ciclo do “Governo das Mudanças” deu-se com os mandatos de Tasso Jereissati (1987-1991), tendo seu sucessor o então Ciro Gomes pelo (PSDB), com um mandato de (1991 - 1994).

Dessa forma, os ideais de modernização seguiram preservando ainda as antigas estruturais sociais de desigualdades sociais, visto que projeto era baseado numa política administrativa focada em um plano de metas de ajuste fiscal, “a prioridade da primeira gestão de Tasso Jereissati (1987-1990) foi implementar uma reforma administrativa, modernizando as

áreas fiscal e fazendária com vistas ao equilíbrio das finanças públicas” (GONDIM, 2007, p. 133). Em relação à dinâmica da inserção da sociedade cearense na execução do desenvolvimento produtivo do país, a partir de uma lógica do neoliberalizante, Costilla e Nobre apontam uma importante questão, que Tasso Jereissati (PMDB), “chegou a se antecipar à experiência neoliberal no âmbito nacional, como ficou demonstrado pelo impacto causado, em todo país, pelas medidas locais de ajuste fiscal e de reforma administrativa no final dos anos 1980” (COSTILLA, NOBRE, 2011, p. 23).

Pode-se observar que a base central dos “Governos das Mudanças” é fundamentada na perspectiva de construção de uma imagem do Ceará como um lócus modernizador seguindo o curso do progresso. Toda essa ideologia foi pensada tanto por setores governamentais como pelo espaço midiático. De tal modo, o processo de ajuste fiscal da máquina pública, de neoliberalização da economia, a abertura do Estado para a industrialização e especialmente o fomento a atividade do turismo, foram centrais para o crescimento das taxas do setor econômico das últimas décadas. Em especial o processo de industrialização do Ceará, para Parker “em conjunto essas transformações possibilitaram à abertura de um espaço social e econômico para o aparecimento recente de comunidades gays distintas” (2002, p. 166).

Como se viu anteriormente nos capítulos dessa tese, um dos fatores de se viver em cidades pequenas sendo pessoa LGBTI+ era o empecilho da visibilidade dos desejos e afetos. Dar visibilidade à orientação sexual e identidade de gênero em um contexto de interior era um desafio, dada a reprodução constante do preconceito. Não que em cidades grandes houvesse a ausência desses elementos. No entanto, no contexto de cidade pequena o controle dos corpos e dos sujeitos é maior, dada à quantidade de pessoas. Para Eribon (2008), esses sujeitos acabavam procurando os grandes centros urbanos para viverem de modo pleno a sexualidade, os desejos e afetos.

Diante disso, pode-se dizer que o desenvolvimento industrial da capital cearense e sua metropolização permitiu que muitos LGBTI+ se fixassem na capital e inclusive abarcando muitos que vinham do interior do estado, não mais procurando os grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo. Embora, Parker chame a atenção que essas mudanças se dão “no contexto de um modelo de desenvolvimento dependente que também apresenta várias diferenças fundamentais quando comparado com o desenvolvimento capitalista que deu forma às comunidades gays e lésbicas no mundo anglo-europeu” (2002, p. 166).

Ademais, em termos de dominação e da hegemonia burguesa no processo de inserção do Ceará no desenvolvimento econômico modernista, o “Governo das Mudanças” seguiu diversas estratégias para a redefinição do aparato de dominação. Segundo Costilla e Nobre

(2011), uma das principais estratégias foi o de cooptação das principais lideranças dos movimentos sociais e sindicais. Ao mesmo tempo que a era Tasso prometia uma modernização, via-se um amplo processo de estagnação das leis trabalhistas, especialmente, no congelamento dos salários e do funcionalismo público.

Como os “governos das mudanças” encontraram enormes dificuldades para estabelecer uma relação democrática com diversos segmentos sociais, isolando ou reprimindo as organizações populares, precisaram investir fortemente no marketing político. Assim, acabaram por reforçar a imagem de modernidade político-administrativa desses governos na sociedade local, bem como projetar essa imagem para fora do Ceará. Com essa inovação, esses governos conseguiram manter alguns espaços da luta social sob seu controle direto (COSTILLA, NOBRE, 2011, 76).

Porém, um dos principais aspectos de proposição da economia se deu no campo de abertura para o turismo, esse que seguiu todo um receituário de modernização do Ceará e principalmente da capital. A meta do “Governo das Mudanças” era romper com a visão de um Estado miserável, da fome e da miséria, passar uma imagem de progresso. Embora a discussão fosse de progresso e de modernização, ver-se uma administração pautada no autoritarismo, configurando-se na burocracia estatal privatizante da máquina pública. Tais aspectos convergem com as mesmas dimensões do *pinkwashing*, quando esse quer passar uma imagem de modernidade via-se o crescimento drástico da pobreza, da violência e da desigualdade social e o não diálogo com os movimentos sociais. A imagem de progresso atenta-se apenas para o *marketing* econômico.

Tasso Jereissati, investiu nos setores midiáticos para inserir o Ceará na rota do turismo internacional:

Assim, a transformação de Fortaleza em “cidade global”, longe de ser uma estratégia definida nos marcos de uma política de desenvolvimento econômico, deve ser entendida como parte **de um projeto político, no qual a produção de novas imagens é elemento central**⁷⁷. É preciso lembrar, mais uma vez, que as dimensões material e simbólica estão articuladas, tanto na cultura como na política (GONDIM, 2007, p. 137).

Durante os anos 1990, houve um amplo processo de inserção de Fortaleza no turismo nacional e internacional. A consolidação da capital no roteiro nacional permitiu que diversos setores ampliassem suas ofertas de serviços como hotelarias, bares, restaurantes, clubes, boates. Mas não só o turismo esteve à frente do processo modernizador do “Governo das Mudanças”.

⁷⁷ Grifo nosso.

Para Gondim (2007), o Segundo mandato (1995-2002) de Tasso Jereissati, já no PSDB, é proferido por um incentivo a ordem de desenvolvimento cultural do Ceará.

Especificamente, a apresentação da produção simbólica como elemento econômico contribuiu para a implementação, durante o segundo mandato de Tasso Jereissati, de uma decisão tomada no final do governo Ciro Gomes: construir um centro cultural que oferecesse um novo “espaço público” para a capital, e, simultaneamente, incrementasse sua atratividade para o turismo pela oferta de uma opção diferenciada do binômio “praia/forró” (GONDIM, 2007, p. 141).

A inserção do Estado do Ceará na transnacionalização do capital não dependia apenas dos fatores econômicos e políticos. Para o “Governo das Mudanças” era preciso também uma mudança nos aspectos valorativos. Inserir Fortaleza na perspectiva dos valores ideológicos do capitalismo internacional era também preciso investir num capital cultural (COSTILLA, NOBRE, 2011). Dessa forma, no final dos anos 1990, o governo Tasso propõe a construção de um amplo centro cultural, a finalidade era atrair diversos turistas, além de transformar a área portuária do centro da cidade em lócus turístico (GONDIM, 2007).

Conforme Gondim (2007), o projeto que tinha como finalidade a construção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC)⁷⁸, empenhou-se na modernização da capital, como a revitalização objetivando um processo de gentrificação do espaço portuário da capital cearense. Assim, com o andamento e com a inauguração do CDMAC no entorno foram sendo construídos outros espaços de sociabilidades e entretenimentos como bares e boates.

Aquele espaço foi sendo cada vez mais apropriado pela sociabilidade homoerótica da capital, agregou-se nas adjacências locais diversas boates e bares LGBTI+. Ao observar os rumos dos “Governos das Mudanças” no Ceará, forjadas a partir de um grupo de empresários tomando à direção da modernidade desse território, identifica-se a partir dessas diretrizes à perspectiva de defesa de um nacionalismo local, ou seja, a inserção da cena estadual no cenário nacional do país de desenvolvimento-nacionalista. Pode-se dizer que esses governos foram fundamentais para à constituição de espaços de sociabilidades de lazer privados. Ao construir o Centro Dragão do Mar, percebe-se que ao redor daquele local o surgimento de uma rede de espaços destinados a atender a uma clientela diversa, passa a surgir então estabelecimentos para à comunidade LGBTI+.

⁷⁸ O Centro homenageia o abolicionista, Francisco José do Nascimento, conhecido como Chico da Matilde, que durante o século XIX participou da luta pela libertação dos escravizados no estado do Ceará. O “Dragão do Mar” liderou a greve dos jangadeiros pelo fim do transporte e comercialização dos escravizados. Esse feito histórico de Chico da Matilda, rende-lhe algumas homenagens na capital cearense, entre elas o nome dado ao centro cultural e artístico “Dragão do Mar” (GONDIM, 2007).

Os grupos políticos à frente dessas mudanças impuseram a mesma lógica da construção do um Estado-nacional, forjada naquilo que Miskolci (2012), denomina como “desejos da nação” de um Estado que segue hegemonicamente formado por homens, cis, brancos e que em determinados momentos abrem as brechas para algumas políticas públicas voltadas para a modernização e do acesso ao lazer de forma limitada e atender aos projetos econômicos. O ideal modernizador da capital do Ceará seguiu de forma autoritária e burocrática, no entanto é nesse chão que resiste a população LGBTI+, constituindo-se em redes de sociabilidades, marcada por resistências, normalizações e disputas políticas.

No tópico a seguir trabalha-se com o processo de recuperação histórica do movimento LGBTI+ em Fortaleza. Busca-se trazer alguns elementos da relação desses sujeitos políticos na luta por direitos sociais e a sua relação com o mercado de consumo voltada para a população LGBTI+ em Fortaleza.

3.4 “Nascem os sujeitos políticos”: a emergência do movimento LGBTI+ em Fortaleza

Os anos 1980 foram marcados por uma década extremamente difícil economicamente e socialmente para a classe trabalhadora, muito em função da alta dos preços, dos ajustes fiscais e das manobras de incorporação das políticas neoliberais no país, uma conjura que saia dos anos de chumbo entrando em um processo de democratização tardia. No entanto, em termos políticos e culturais, esse foi um momento muito fecundo para os movimentos sociais e artísticos, além de ter sido também favorável para uma reorganização da esquerda, tendo como visibilidade naquele contexto o Partido dos Trabalhadores (PT). Há que ressaltar também que do ponto de vista cultural houve no final dos anos 1970 e 1980, uma cena cultural densa com o surgimento de diversos espaços artísticos, de encontros homoeróticos, inauguração de boates e bares, carnavais, desfiles “gays”, ou seja, todo um cenário que foi propício para organização política dos sujeitos LGBTI+ (ARAÚJO, 2003).

Naquela conjuntura eclodiram em várias partes do Brasil, grupos e associações com aspiração organizativa, em prol da luta contra o preconceito e a discriminação a pessoas LGBTI+ (SIMÕES, FACCHINI, 2009). Forjaram-se naquela década diversas unidades de resistência, pautando-se em encontros nas distintas regiões do país com uma luta comum: contra a violência de cunho LGBTfóbica, assim “novas metas de luta apareceram nesses encontros, como o combate pela legalização do “casamento gay”, por um tratamento positivo a homossexualidade, a denúncia da violência contra homossexuais e a preocupação com a discriminação religiosa” (Idem, 2009, p. 128).

O Ceará também foi partícipe desse período na resistência, quando sujeitos autônomos e organizados em diferentes espaços começaram a se constituir coletivamente englobando as pautas locais (FERREIRA, 2003). Já são mais de 30 anos do Movimento LGBTI+ Cearense, desses fluxos organizativos, viu-se crescer os seguintes sujeitos coletivos que compõem esse movimento: o Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), formado de 1989; a Associação de Travestis do Estado do Ceará (ATRAC), constituída no início do novo milênio; o Grupo Liberdade do Amor entre Mulheres no Ceará (LAMCE); o Fórum Cearense LGBT e o Conselho Municipal LGBT de Fortaleza (ARAÚJO, 2003, MARTINS, 2018).

Nas linhas a seguir aborda-se o surgimento desse movimento, dar-se mais atenção ao nascimento do GRAB, muito em função da sua relação com o Estado e com o mercado de consumo LGBTI+. Nesse sentido, é preciso ressaltar que se encontrou uma enorme dificuldade para realizar a historicização do movimento LGBTI+ cearense, como processo de luta e de resistência a LGBTfobia, muito pela ausência de materiais teóricos e bibliográficos que retratasse essa história.

Na pesquisa exploratória identificou-se os Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Ferreira (2003), que desdobra a história do Grupo de Resistência Asa Branca considerado a gênese desse movimento em Fortaleza. De tal modo a partir desse autor buscou-se trazer os principais elementos históricos desses sujeitos coletivos, ainda sobre esse assunto, a dissertação de mestrado de Araújo (2003), traz também elementos da resistência do GRAB e a pesquisa mais recente de Martins (2018), sobre o movimento LGBT cearense na luta contra a transfobia. Além disso, apresentam-se também informações do site oficial do Grupo de Resistência Asa Branca para contribuir com as questões acima anunciadas.

Antes da organização enquanto movimento social autônomo, esses sujeitos se organizavam na capital cearense de forma secreta, muito em função da repressão e perseguição moral e sexual em decorrência da Ditadura Civil-militar. Assim, os sujeitos LGBTI+ encontravam nos espaços de sociabilidades de consumo como bares e boates locais onde se formavam os primeiros grupos, constituindo-se as primeiras redes sociais, “em Fortaleza dos anos 1980, a militância aconteceu de forma clandestina em bares (Duques e Barões, Netinho, Fontenele, Casa Blanca, Libertine, Tabu-Bar, Bar Zerlon, Czar) e praças (do Ferreira), reconhecidos como pontos de encontros gay” (ARAÚJO, 2003, p. 58). Diante disso pode-se afirmar que reside desse contexto a primeira relação dos sujeitos LGBTI+ com o mercado de consumo LGBTI+ em Fortaleza.

Nesse sentido, tudo começou nos anos 1980, período marcado pelo processo de organização política dos movimentos sociais advindo das fortes consequências para a

população LGBTI+ sucedidos do estigma da epidemia do HIV/Aids. No entanto de acordo com Ferreira (2003), a história desses sujeitos coletivos inicia antes do surgimento do GRAB enquanto movimento no Ceará. Para esse autor as primeiras organizações se dão a partir da autonomia dos sujeitos engajados em diferentes espaços de atuações identificados em três grupos, a saber: o grupo de pessoas que participavam da Igreja Pacifista Tunker, um templo religioso inclusivo que falava abertamente sobre a homossexualidade, inaugurada nos anos 1980 em Fortaleza, pelo Pastor Onaldo, o segundo grupo eram aqueles/aquelas que participavam de movimentos sociais e de partidos de esquerda e os grupo de pessoas que participavam de outros espaços, associações e autônomos.

Em relação a esses três grupos ou perspectivas que deram as bases do então Movimento Cearense LGBTI+, Ferreira (2003), pontua que a primeira direção veio por meio de membros que participavam junto a Igreja Turker, que tinha uma perspectiva progressista em relação a concepção da homossexualidade, da diversidade sexual e de gênero. A igreja foi construída e formada pelo pastor Onaldo Alves que teria estudado nos Estados Unidos e trazido essa concepção para Fortaleza:

No Brasil, o pastor Onaldo passou a dar forma a esse grupo, na cidade de Rio Verde, interior de Goiás, local onde havia nascido. Posteriormente, mudou-se para o Ceará, em 1986, trazendo consigo a mesma ideia. Juntamente, com outros membros, ligados à Igreja Pacifista Tunker deu início às primeiras reuniões do grupo, que se chamava Asa Branca, aos sábados, numa casa localizada à rua 13 de maio, no bairro Bela Vista (FERREIRA, 2003, 69).

Com a expansão dos agrupamentos e do processo organizativo Ferreira (2003), assinala que os sujeitos que participavam no segundo grupo formado por membros e militantes dos partidos de esquerda na capital cearense que atuavam com a questão da diversidade sexual, passaram a integrar as atividades e reuniões do então grupo que se formava liderado pelo Pastor Onaldo. É mister apontar que as pautas relacionadas a questão da diversidade sexual, étnico-racial e das mulheres eram estimadas nos anos 1970 e 1980, como questões de segunda ordem para maioria dos partidos considerados de esquerda ou progressistas (SANTOS, 2005). Não havia espaços para esses diálogos e debates relacionados a diversidade, uma esquerda que tinha uma concepção extremamente machista e até mesmo caracterizada pela LGBTfobia (TREVISAN, 2018).

Grande parte dos sujeitos LGBTI+ se organizavam por conta própria e autônoma, isso foi se fortalecendo e gerando novas formas organizativas e até mesmo pressionando esses partidos e movimentos sociais para o acolhimento da agenda das mulheres, questão étnico-

racial e LGBTI+. Fortaleza não estava distante dessa realidade nacional, embora se tenha esses desafios políticos de incorporação da luta pela diversidade sexual e de gênero. Com a abertura política nos anos 1980, eclodiram em grande parte do território nacional diversos grupos, associações, setoriais e organizações não governamentais de LGBTI+. Durante aquela década o “Grupo Gay da Bahia havia lançado uma cartilha explicando como fundar outros grupos, sob influência de um jovem militante do movimento estudantil de Salvador, um pequeno grupo de homossexuais de Fortaleza foi formado e denominado Grupo Gay do Ceará (GGC)” (FERREIRA, 2003, p. 70).

Embora, o GGC tenha representado um papel importante na sua gênese da organicidade da luta coletiva desses sujeitos, em Fortaleza o grupo logo veio a se dissolver. Para Ferreira (2003), os/as ativistas que participaram desse último grupo, logo se organizaram em uma Frente de Libertação Homossexual (FLH), esse segundo momento caracteriza a composição dos grupos ligados aos partidos de esquerda, que começam a se organizar entorno das pautas sobre os debates ligados as sexualidades. O grupo “[...] havia surgido, tendo como figura de destaque Francisco Luís Rabelo de Oliveira, militante petista, ligado ao “grupo da Maria Luiza”, num primeiro momento, se reuniram para uma discussão promovida no Teatro São José sobre homossexualidade e eleições” (Idem, 2003, p. 71).

Havia duas questões por trás da FLH segundo Ferreira (2003), a primeira questão tratava-se do apoio do grupo dos “homossexuais” no apoio a então candidata Maria Luiza que logo veio a ser a primeira prefeita pelo Partido dos Trabalhadores, eleita no dia 15 de novembro de 1985, e o apoio também desses sujeitos ao candidato Luis Rabelo, que seria o primeiro vereador gay de Fortaleza, no entanto esse não conseguiu se eleger, ainda conforme a pesquisa desse autor, logo em seguida a Frente rompeu o apoio ao Partido dos Trabalhadores.

À luz desses episódios políticos, da dissolução da Frente de Libertação Homossexual, dos intensos recrudescimentos da violência praticada contra as pessoas LGBTI+ no solo cearense e com a necessidade político organizativa desses sujeitos de um espaço voltado para o ativismo, em 17 de março de 1989, foi fundado o Grupo de Resistência Asa Branca, mais conhecido como GRAB, assim no ano 1992, essa organização foi reconhecida como uma instituição de Utilidade Pública por um decreto municipal⁷⁹ (GRAB, S/A).

⁷⁹ GRAB, Grupo de Resistência Asa Branca. Histórico. Disponível em: [Histórico \(grab.org.br\)](http://Historico.grab.org.br). Acesso e, 12 de outubro de 2020.

IMAGEM 3 – ATIVISTAS DO GRAB NOS ANOS 1990.

Fonte: <http://grab.org.br/new/Downloads/relatorio-de-atividades-2016.pdf>. Acesso dia 09 de outubro de 2021.

Em sua própria história, o GRAB já nasce em um contexto bastante complexo para organização desses sujeitos, envolto de uma conjuntura altamente difícil em virtude do estigma que a população LGBTI+ carregava em razão da epidemia do HIV/Aids que essa doença atingia a esses sujeitos, ainda em uma conjuntura frágil da democracia no país. Nessas longas três décadas de existência o GRAB tem se dedicado a diversas lutas na capital cearense, seja em prol da diversidade sexual e de gênero, na garantia de direitos sociais bem como na organização das Paradas do Orgulho LGBTI+ de Fortaleza. Além disso, o grupo também é associado ao *International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association (ILGA)* e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais (ABGLT).

Em relação a agenda política do GRAB, pode-se dizer que sua principal atuação se deu aos longos desses anos no combate ao preconceito e estigmas gerados em decorrência da epidemia do HIV/Aids, na luta e na prevenção de IST, HIV, Aids, no acolhimento dessas pessoas e na defesa dos direitos humanos. É plausível destacar que esse movimento foi um dos primeiros no Ceará em apresentar respostas comunitárias em relação a essa epidemia, nos trabalhos educativos e preventivos. No ativismo político e na relação com o Estado, o GRAB ao longo desses anos tem lutado contra todo tipo de violência de caráter LGBTIfóbico, denunciando os crimes praticados contra as pessoas LGBTI+.

De acordo com Ferreira (2003), nos anos 1990 o GRAB esteve à frente da luta pela aprovação da Lei Municipal 8.211 de 1998, que tem por objetivo o combate a esses tipos de violência. E em termos de resistências, o GRAB, tem organizado desde 1999, as Paradas do Orgulho LGBTI+ que acontecem no mês de julho, Fortaleza já entrou no calendário das principais paradas do Brasil, aglutinando milhares de dezenas de pessoas. As paradas funcionam na capital também como espaços de socializações e de redes sociais para esses sujeitos, um momento festivo, mas que também aglutina luta política denunciando a violência contra essa população.

A atuação do GRAB, considerado “um dos três mais influentes grupos brasileiros de conscientização homossexual, no início da década de 1990, transformou os discursos de estigmatização homossexual, que também atingiam travestis, em luta política – contradiscursos e resistências -, deslocando e fraturando o dispositivo de estigma (VERAS, 2019, p. 197).

Em termos de concepção sobre o homonacionalismo pensa-se que dificilmente poderia enquadrar ou assemelhar esse movimento como homonacionalizador, embora considere-se que em alguns momentos e analisando as pautas desses sujeitos há uma forte luta direcionada muito para a defesa plena da diversidade sexual e no fortalecimento dos espaços de consumo privados LGBTI+. Viu-se que o site oferece uma diversidade de locais, mas todos centrados nos espaços de consumo como barracas de praia, bares, boates, cinemas e saunas, embora se pontue que há na capital outros espaços de lazer frequentados pela população LGBTI+ não se identificou nenhum desses espaços.

Em termos de correlações de forças e disputas políticas, o conservadorismo que tem tomado o Brasil nos últimos anos, tem gerado também movimentos de cunho neoconservador. Em Fortaleza, por exemplo, já se encontra alguns sujeitos políticos LGBT autodeclarados como conservadores, com uma agenda política que ressalta neoliberalizante, conservadora de um nacionalismo fundado no moralismo cristão.

Visto a construção histórica dos primeiros sujeitos coletivos na luta contra a LGBTIfobia em Fortaleza e as suas primeiras relações com os espaços de consumo LGBTI+, no item a seguir apresenta-se uma cartografia desses primeiros lugares de sociabilidades homoeróticas que foram basilares na construção de uma sociabilidade privada voltadas para esses sujeitos na capital cearense.

3.5 Ambiguidades dos espaços de sociabilidades homoeróticas do lazer em Fortaleza

Na visão de Minayo (2002), a pesquisa exploratória não é uma tarefa fácil, ela requer criatividade e esforço sistemático por parte do/a pesquisador/a em desbravar determinadas realidades. Ao buscar-se o trajeto da história dos espaços de sociabilidades homoeróticos na capital cearense, tendo como finalidade situar esses locais na contemporaneidade, viu-se uma tarefa difícil e complexa, dada sua realidade múltiplo-determinada. Tais desafios aconteceram em virtude da invisibilidade e de certa forma da escassez de material teórico sobre essa temática, especificamente em relação ao mercado de consumo voltado para o lazer da população LGBTI+ em Fortaleza.

Na medida em que se adentrava nesses estudos, conseguia-se mapear esses espaços de vivências dessa comunidade desde o final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Inicialmente, identificando-se as principais partes, o cenário, as trilhas da trajetória desses locais na capital. Ainda assim, tinha-se a consciência que poderiam existir outros dos quais não se conseguiu chegar, visto que o que se identificou foram apenas uma pequena parcela dos lugares, uma parte da totalidade complexa dessa territorialidade do lazer, destinado a uma sociabilidade homoerótica na capital cearense e a suas relações com as normas da cidade.

As tentativas de normalização sexo-política estão nas ocupações de seus diferentes espaços, nas permissões e proibições, entradas e saídas, nas arquiteturas de prédios, praças, hospitais, escolas, nos territórios afetivos e moventes dos habitantes que atualizam a cidade. Ao mesmo tempo, a apropriação política dessas tecnologias normalizadoras para contestá-las também pode ser lida como aberturas de novos espaços de resistências na cidade (VERAS, COELHO, 2017, p. 8).

Em um primeiro momento, ao descortinar a memória dos espaços homoeróticos de lazer em Fortaleza, sentiu-se o desafio de desbravar essa história e como hoje vem sendo capturada por contradições: instituição da norma e desvio das normas. Experienciava-se essa mesma dificuldade na pesquisa historiográfica desses locais, surgiram várias questões: por onde começar? Qual a direção? Quais as fontes? Nesse sentido, com as sucessivas formas de aproximação com essa realidade, buscou-se em jornais, documentos, artigos, livros, fontes que ajudassem a descobrir esses espaços na história da capital cearense, construídos pela “subcultura gay⁸⁰” local.

A pesquisa bibliográfica resultou na identificação de estudo sobre a cidade, em sua maioria de autoria de pesquisadore/as cearenses: Coelho (2010); Vale (2005); Gadelha (2007); Paiva (2007) Veras e Coelho (2017); Veras (2019); Albuquerque Jr e Ceballos (2002). De acordo com esses autores, esses locais começaram a surgir a partir do final dos anos 1970, com

⁸⁰ Uma das grandes observações constatadas nesse estudo deu-se para uma centralidade dos espaços de sociabilidades focados em atender ao público masculino.

o declínio da Ditadura Civil-militar. Período significativo relacionando-se ao surgimento e a maior visibilidade dos espaços de sociabilidade homoeróticas, como já analisado no capítulo anterior, esses locais surgem em várias partes do país.

No entanto, com o processo do crescimento de urbanização de diversas cidades no Nordeste brasileiro, propiciou-se uma expansão da sociabilidade homoerótica nessa região, assim como em Fortaleza, principalmente, no decorrer do final dos anos 1980 e 1990, no contexto político do “Governo das Mudanças”, quando inseriu o Ceará na transnacionalização do capital (PARKER, 2002).

Coelho (2009), na sua dissertação de mestrado, traz a historicização do itinerário das performances trans nas boates “gays” de Fortaleza, porém à mesma trouxe alguns dos espaços LGBTI+, focando nas boates, destinadas a esse público. Primeiramente, ela apontou um pouco sobre a visibilidade dessas identidades sexuais e de gênero no Brasil, principalmente durante os carnavais, embora ela problematize o porquê dessa visibilidade ser mais efetiva durante esse momento festivo. Assinala também como se deu a perceptibilidade das travestis e *drags queens* pelas lentes dos espaços da mídia:

A presença em programas de televisão de renomados apresentadores, como Hebe Camargo e Sílvio Santos, principalmente a partir da década de 80, podem denotar uma maior “aceitação” em relação a essas pessoas, que também passam a ser “exemplos a serem seguidos” por aqueles que sonham em realizar esses tipos de performances (COELHO, 2010, 17).

Muitos aproveitavam desse período festivo do carnaval para dar visibilidade aos seus corpos, inclusive, para as pessoas trans, tão estigmatizadas pela sociedade, “o carnaval e a crescente visibilidade midiática em torno das travestis contribuíram, a despeito das resistências, para que as experiências trans ganhassem uma dimensão mais pública, extrapolando os apartamentos, sítios e praias, como acontecia no início do século XX” (VERAS, COELHO, 2017, p. 9). De acordo com esses autores esses espaços podem ser considerados os primeiros locais transtópicos de resistências e de ocupações dos lugares por sujeitos não desejados pela sociedade cis-heteronormativa:

[...] falaremos de transtópias, ou seja, dos espaços e corpos trans, suas tentativas de controle e resistências a partir das experiências na cidade de Fortaleza. Transtópias, como heterotopias singulares e situadas, nas quais podem ser estabelecidas novas relações entre sujeitos e cidade: de resistências às heteronormas de gênero e sexualidade e de controle da urbes, mas também de criação de espaços e subjetividades trans (VERAS, COELHO, 2017, p. 8).

Os carnavais, nesse sentido, eram uma forma de dar visibilidade a esses corpos e de construção, também, de novas sociabilidades, demarcando as ruas e quarteirões onde esses sujeitos se juntavam para as festividades. Em relação aos espaços de sociabilidades de Fortaleza, voltados para as performances de Drags e Travestis, Coelho (2010) em sua análise caracteriza a dificuldade de encontrar trabalhos científicos sobre a história dessa realidade. Corrobora-se com essa mesma perspectiva em relação à população LGBTI+ de modo geral. No decorrer da pesquisa de doutorado, buscou-se um enorme esforço para encontrar uma literatura que trouxesse dados históricos dessa realidade, da gênese desses locais. Considera-se que essa ausência tem muito a ver com o processo de formação social dessa capital, do surgimento tardiamente desses lugares.

Diante disso, o passo inicial dessa busca, deu-se a partir do artigo de Albuquerque Jr e Ceballos (2002). Os autores realizaram uma historiografia da construção dos territórios homoeróticos masculinos no Nordeste brasileiro, entre os anos 1970 e 1980. Esses autores apresentam esses elementos das seguintes cidades: Salvador, na Bahia; Recife, em Pernambuco; Maceió, em Alagoas; Teresina, no Piauí; São Luís, no Maranhão; Juazeiro do Norte e Fortaleza, no Ceará. Como metodologia, eles buscaram cartas e reportagens públicas na mídia alternativa do Jornal o Lâmpião da Esquina, entre elas: na edição do primeiro ano, número 7, de dezembro de 1978, encontra-se uma carta de Modesto de Souza, intitulada de “Fortaleza: um gay-guide” que pode ser considerado um dos primeiros guias homoeróticos da capital.

Por essa razão, buscou-se a carta na edição original para trazer do ponto de vista da história esses locais. De acordo com Sousa (1978), no final da década de 1970, Fortaleza tinha uma população de aproximadamente 1,5 milhão de pessoas, que viviam na metrópole, já se tinha uma ampla inserção da capital no turismo, muito em função das transformações sociais, econômicas e políticas que vinham ocorrendo naquele estado, como se explicitou no tópico anterior desta tese. Segundo as palavras do autor da carta, os turistas que chegavam à capital não encontravam locais destinados aos encontros homoeróticos, além disso esses locais como aponta Veras (2019) eram marcados pelos estigmas, marginalizados pela sociedade.

Esses espaços não tinham visibilidades, muito em função da conjuntura política de uma nação que ainda vivia na autocracia burguesa. Portanto, para facilitar o acesso desses turistas a esses locais de sociabilidades homoeróticas, o autor apresentou um guia descritivo desses lugares que se subdividiam em: cinemas, saunas, boates, bares e pontos de encontros. Os primeiros espaços que Sousa (1978), descreveu no seu guia ilustrativo da capital cearense, são os cinemas. Frequentados por homens, talvez esse seja o primeiro “Guia Homoerótico” da

capital cearense que elucida alguns dos locais de sociabilidades voltados para esses sujeitos. É importante ressaltar que:

O cinema era lazer de uns poucos privilegiados da *belle époque* fortalezense e se manteve assim por muito tempo. O “escurinho do cinema” também deveria coincidir com os ideais de decência e assepsia da nova ordem modernizante que se estabelecia. Desde seus primórdios, as salas de exibição encontraram o “pacto civilizatório” que separou os universos masculino e feminino.... As restrições colocadas às mulheres foram maiores, e o “imoral” ou a pornografia em imagens foi se instituindo enquanto monopólio do masculino (VALE, 1995, p. 119).

É preciso ressaltar que os cinemas fizeram parte de um projeto de modernização do lazer de Fortaleza (GONDIM, 2007). O cinema chega à capital cearense, para atender as necessidades sociais de lazer de uma camada privilegiada da sociedade, que podia pagar por essa diversão, porém as décadas foram passando e esses locais foram abrindo espaços para outras possibilidades de encontros e prática socioculturais. Em virtude das transformações econômicas e sociais das décadas de 1980, além do avanço cada vez maior da violência no centro da cidade, foram algumas das razões que contribuíram para que os cinemas migrassem para outros lugares de Fortaleza, como os *Shoppings Centers*. Os que restaram, passaram a se reinventar, “o circuito ressignificou-se e passou a alternar filmes pornô com outros gêneros até que, a partir da década de 80 do século XX, começaram a surgir os cinemas pornô que já nasceram com proposta exclusivamente pornográfica. A década de 90 marcou o *boom* dos “cinevídeos”” (COELHO, 2018, p. 15).

Nesses cinemas havia uma maior frequência de homens em busca de “pegações”. Alguns desses espaços foram se configurando em lugares homoeróticos, além disso, quando deixaram de ser considerado pela moral local como um ambiente “familiar”, a frequência de mulheres caiu. Esses homens que se encontravam nos banheiros, nos arredores, nas salas escuras ávidos por práticas sexuais, ou somente por encontros, tinham nesses lugares múltiplas formas de relações sociais (VALE, 1995). Existia toda uma territorialidade de distribuição e de acesso aos chamados “cinemões”, que no dizer de Sousa, “o melhor é o Jangada. É um cinema humilde, cheio de bofes querendo faturar alguma aventura. O outro, de melhor qualidade é o Cine Diogo. Para este recomendo as últimas sessões e que o entendido fique na parte superior do cinema” (SOUSA, 1978, p. 3).

Ambos os cinemas estavam localizados no Centro de Fortaleza, aliás, grande parte dos espaços de sociabilidades homoeróticas da capital concentravam-se no centro como as boates, os bares, os cinemas e até mesmo as praças públicas que serviam de encontro desses sujeitos que cada vez mais eram demarcadas as territorialidades de socialização entre gays, travestis,

michês, prostitutas e outras identidades sexuais tidas como dissidentes. O Cine Diogo estava situado na Rua Barão do Rio Branco, no Shopping Diogo, por isso o nome dado ao cinema, de acordo com Lavor (2013), sua inauguração foi no ano de 1940, foi um dos cinemas mais famosos de Fortaleza, que durou até o ano de 1997. O local foi por um bom período espaço de encontro entre homens.

Já o Cine Jangada, encontrava-se localizado na Rua Floriano Peixoto, sua inauguração foi no ano de 1949 (CÂNDIDO, 2007). O cinema foi pioneiro na exibição de filmes eróticos, “mas surpreendentemente havia um costume singular no meio de toda aquela programação adulta. Em todas as Semanas Santas, na Sexta-feira da Paixão, invariavelmente se podia ver “A Paixão de Cristo, no cine Jangada” (Idem, 2007). Uma parte desses sujeitos que frequentavam os cinemas não tinha como objetivo único assistir os filmes que eram exibidos, existia toda uma performatividade homoerótica associados aqueles espaços, como se identifica no guia de Sousa (2013).

Por muito tempo, o Cine Jangada, funcionou como um espaço de sociabilidade de encontros de muitos sujeitos considerados pela sociedade heterocentrada como desviantes, ou como discorre Foucault (2011), aqueles e aquelas que compõem as sexualidades periféricas michês, “homossexuais”, travestis, prostitutas, cujas existências são dissidentes ao modelo de sociedade normativa. Uma territorialidade que englobava desejos, lazer homoerótico e que na visão da mídia era uma região tida como perniciosa:

A matéria do Jornal ressaltava sobremaneira o caráter “marginal” daquele espaço, associando o que denominava “decadência” não só ao fato de que o cinema especializara-se na exibição de filmes pornográficos, mas pelo cinema ter se transformado em “reduto de homossexuais, travestis, prostitutas, garotos de programa e casais”. Não resta dúvida que há muito o cinema deixará de ser “familiar” e que suas instalações pouco tinham em comum com as assépticas e confortáveis salas dos shoppings. Além da “pecha de sujão, feio e perigoso que tomou conta do Jangada” nos seus derradeiros dias (VALE, 1997, p. 15).

A etnografia de Vale (1995), foi uma das primeiras pesquisas que trouxe como essa territorialidade homoerótica e dissidente se constituiu no entorno do centro de Fortaleza. O autor percorreu o circuito das salas de exibições, os espaços e os desejos pornográficos, além de trazer também aspectos sobre o mercado da prostituição local entre travestis e michês no interior das salas de exibições. Ademais, esse cinema foi pioneiro em aceitar que travestis adentrassem ao ambiente para se prostituírem. De acordo com o autor, o Cine Jangada foi desativado no ano de 1996, apesar da sua desinstalação, a territorialidade do mercado sexual local não encerrou a prática de encontros, se configuram novos locais, em menor quantidade,

em seu entorno formou-se novas modalidades como as exibições de vídeos em salas privativas, “[...] num cubículo de “90 centímetros”, o erotismo dos anos 90... Reduz-se o espaço a partir de uma concepção minimalista e minimante da sala, uma sala que não é mais de todos, mas de um ou dois, isoladamente” (VALE, 1995, p. 121).

Apesar do fechamento de alguns “cinemões”, outros foram surgindo, na pesquisa de Coelho (2018), essa autora identificou até o ano de 2018 cerca de 15 tipos de cinemas pornô funcionando no Centro de Fortaleza. Em sua observação, ela traz uma etnografia mais contemporânea sobre o Cine Majestick, em sua visão esse se destacava por ser o único cinemão que aceitava a prostituição de travestis no local, havia também no espaço shows de *strippers* *dancings*, e a presença de casais entre homens e mulheres cis, o Majestick surge logo após o fechamento do Cine Jangada.

[...] o Majestick tem como principal atração as travestis que lá vão fazer programa, além dos michês, em menor número. Já nos anos 2000, por volta de 2011, passou a ofertar como atração shows de sexo explícito com *strippers* que interagiam com a plateia, os quais foram extintos pouco mais de um ano após seu início, retornando no segundo semestre de 2017 (COELHO, 2018, 56).

Assim, o cinema que veio para Fortaleza como parte de um processo de modernização da capital, privilegiando determinados grupos da elite dessa cidade, mudou com o decorrer dos tempos. Observa-se que do ponto de vista de um espaço homoerótico configurado no atual momento como um lugar para atender a uma determinada parcela da sociedade em busca de práticas sexuais, eróticas e desejos vê-se que tanto pela literatura estudada, como nas visitas aos locais a presença hegemônica de homens. Há uma ausência total de mulheres cis, algumas e em pouquíssima quantidade, mulheres cis que estavam se prostituindo, identificou-se mais a presença e a circulação de travestis e mulheres transexuais naqueles locais.

Compreende-se que a ausência de um público feminino faz parte da estrutura da formação social desse país, marcado pelo sexismo e pelo machismo, que impõe limites no ato do exercício da sexualidade para as mulheres, enquanto os homens possuem determinado privilégio no entrar e no sair desses locais. Por outro lado, enquanto espaço de sociabilidade do lazer privado, identificou-se como um lugar de valor acessível, observando um público bem heterogêneo.

O segundo espaço homoerótico apresentado no guia de Sousa (1978), eram as saunas, o autor não cita os nomes, apenas menciona à existência destas que eram locais pouco frequentados pelo público gay masculino, “a que fica na Avenida Presidente Kennedy, entre o Clube Náutico e o Hotel Beira-mar, tem sempre massagista (o único) que é uma loucura” (idem,

p. 3). A “subcultura” das saunas como espaços de relações homoeróticas na capital cearense serão mais significativos do ponto de vista do acesso e da diversidade a partir dos anos 1990, ganham grande visibilidade pós anos 2000.

O terceiro e talvez mais significativo espaço que propiciou uma sociabilidade homoerótica para esses sujeitos foram as boates. De acordo com o guia de Sousa (1978), no final dos anos 1970 existiam algumas boates frequentadas pelo público LGBTI+ na capital cearense. É preciso sublinhar que esses estabelecimentos começaram a surgir em contexto muito difícil para a população LGBTI+, durante aquele período via-se em plena Ditadura Civil-militar, esses locais funcionavam muitas vezes de forma clandestina, no entanto foi durante aquele contexto que surgiram diversas experiências de contestações a ordem até então estabelecida:

O final da década de 1970 e o começo dos 1980, na capital cearense, ainda no período da ditadura militar, vislumbraram uma nova forma de ocupar a cidade durante outros períodos do ano (transbordando o período carnavalesco) por aquelas pessoas que eram tidas como subversivas ou desviantes dos padrões hegemônicos de gênero e sexualidade: surgem as primeiras boates que tinham entre suas atrações shows de transformistas e travestis (VERAS, COELHO, 2017, p. 11).

Entre as principais boates existentes naquela época eram: a Boate Dora’s, localizada na Praia do Futuro, “mas a boate guei mesmo é a Navy, chamada por uns Naveguei. Há até a brincadeira de se perguntar: “onde fostes ontem”? A resposta: “Ah, naveguei”” (Idem, 1978, p. 3). Sobre as boates na capital cearense, no trabalho de Coelho (2009), identificam-se os seguintes espaços: Anos 1970 – boate Navy – bairro do Meireles; Anos 1970 - Miss Gay Abolição – Hoje Miss Gay Ceará ; Anos 1980 – Boate Casablanca; Anos 1990 - As boates da 1530 no Centro da cidade; Degraus e Rainbow; Entre os anos 1991 – 1993 - Dreams Disco Show; Entre os anos 1993 – 1995 - Joy Disco Bar – Praia de Iracema - Entre os anos 1995 - 2000 - Boate Style – Centro da cidade; Boate Divine – De 2000 à 2014.

Conforme Sousa (1978), outros espaços frequentados pelos LGBTI+ eram os bares, o referido autor cita os seguintes bares na Avenida Leste e Oeste: “*O Beco*” e o “*Reboco*”, já no centro da cidade existiam alguns, tanto na Avenida Barão do Rio Branco, como na Avenida Duque de Caxias com vários preços, tinha também o “Carinhoso” “onde as *pintosas* não entram, você sempre encontra aquelas tias tranquilas, a bebericar com rapazes. Mas tudo discretamente. Nada de travestis, nem de *pintosas* de outras marcas” (Idem, 1978, p. 4). Observa-se na fala de Sousa (1978), uma demarcação normativa dos espaços ao considerar que tais locais não eram frequentados por gays efeminados e travestis.

A análise histórica da construção dos espaços de sociabilidades voltados para esses sujeitos revela, assim, que ao longo dessa história as travestis foram essenciais no processo de desconstrução das normas vigentes de ocupação da cidade marcada por relações conflituosas, hostilidades e embates normalizações forjadas no desejo cada vez mais cis-heteronormativo. Ao promoverem os espaços heterotópicos e transtópicos, como fundamentam Veras e Coelho (2017), as travestis e transexuais, permitiram com as suas experiências singulares o questionamento de ocupação do direito à cidade, da resistência frente aos processos normalizadores, elas foram pioneiras “ao resistir a opressões e silenciamentos, as transtópias estimulam que a cidade seja um lugar mais habitável, modificando seus contornos e possibilidades de experimentá-la” (Idem, 2017, p. 14), até mesmo de romper com as políticas de cunho homonormativas.

CAPÍTULO IV

4. A MANIFESTAÇÃO DO HOMONACIONALISMO NOS ESPAÇOS DE CONSUMO DO LAZER LGBTI+ EM FORTALEZA-CE

Ao analisar o homonacionalismo, tem-se o cuidado de não incorrer em um colonialismo epistemológico ou no esvaziamento de análises teórico-políticas que não contemplem a realidade local, no caso a cidade de Fortaleza. No entanto, as apreciações desse capítulo mostram os traços e as expressões de como se manifestam esse fenômeno no contexto local.

Como afirmam Costilla e Nobre (2011), Fortaleza, tem se constituído como um espaço de inserção no contexto global da transnacionalização do capital, fomentada também por um dispositivo de Estado “modernizador”, que tem por objetivo à sua demarcação enquanto uma capital moderna, e reconhecida internacionalmente, tanto pelo seu desenvolvimento econômico, como pela sua política urbanística e turística centradas na ocidentalização desse território. Entende-se que essa é uma das razões e um dos vetores que desencadeiam o processo homonacionalizador local, no entanto, ainda arraigada de uma economia de capitalismo periférico e dependente.

Para entrar nesse contexto modernizador, o Estado do Ceará, também assumiu uma agenda em defesa da promoção de direitos sociais para determinadas populações, é claro também provocado por esses sujeitos. Além disso, o Estado segue o receituário das agências multilaterais, incentivadas tanto pelo Banco Mundial, como pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), assim, “o marketing e a ação de governante empresário transformaram o Ceará em quase uma empresa competitiva que se destaca na guerra fiscal, também na guerra dos lugares” (COSTA, AMORA, 2015, p. 15).

Em razão disso, e para materializar esse projeto de modernização, a administração e gestão política, também incorporou como estratégias alguns valores ocidentais, inclusive, de abertura para políticas públicas voltadas à defesa da livre orientação sexual e de gênero, como aquele agente político que promove um turismo com “responsabilidade social”, de igualdades de oportunidades e de diálogo com determinados movimentos sociais, no caso específico, com o movimento LGBTI+ local, que tem chamado à atenção e provocado aos gestores administrativos da máquina pública para agenda desses sujeitos.

No entanto, questionam-se como estas políticas de representatividades para a população LGBTI+ se materializam no cotidiano de vida dessas pessoas em um território altamente violento e desigual? Como o acesso ao lazer destinado às pessoas LGBTI+ em Fortaleza, tem

sido um espaço de sociabilidade cada vez mais privado e segmentado? Questiona-se se essas políticas são de fato para a promoção da cidadania das pessoas LGBTI+ ou apenas, uma forma de política de “boa vizinhança”? Isto é, nos termos de Puar (2017), apenas uma política de cunho vertical⁸¹?

Tendo em vista esse contexto inicia-se o capítulo apresentando o perfil dos consumidore/as LGBTI+ na contemporaneidade, tanto no Brasil, como do/as sujeitos que participaram dessa pesquisa tendo como foco a capital cearense, para no próximo capítulo apresentar as análises centrais dos espaços de consumos atuais da capital cearense e a sua relação com o fenômeno homonacionalizador de Estado-nação e de mercado em Fortaleza/CE. Posteriormente, o mapeamento dos locais frequentados pelos consumidore/as que participaram dessa pesquisa para posteriormente trazer os aspectos centrais que marcam o homonacionalismo: a homonormatividade; os gastos privados; a instrumentalização pelo Estado via *marketing* e os processos de resistências da população LGBTI+ frente às normatizações e as tendências para o consumo privado.

4.1 Consumidores LGBTI+ no Brasil e no Ceará: quem são esses sujeitos?

Viu-se que o mercado de consumo LGBTI+ não se trata de um nicho econômico isolado ou apartado da formação social do país. Esse mercado é bastante rentável e está inserido nos recentes setores financeiros que têm propiciado captação de recursos por parte de uma população que é diversa do ponto de vista da sua constituição enquanto classe social, raça/etnia, gênero, sexualidade, territorialidade e que vivencia muitas contradições na sociedade brasileira engendrada por um *ethos* conservador, classista, racista e heterossexista, mas que dinamizam todo um comércio.

Portanto, um dos elementos desse mercado é seu aspecto de desenvolvimento territorial, marcado por questões sociais e econômicas. Outro aspecto importante que, também, diz respeito refere-se à dimensão de classe que atravessa esse setor (PARKER, 2002). Segundo a agência de *Marketing Cognatis*, que destaca na sua página oficial uma crescente adesão das

⁸¹ “Ayudándose de lo que denomina <<la política de la verticalidad>>, Eyal Weizman detalla la reconceptualización espacial del giro del espacio bidimensional - una extensión de la coordinada horizontal y la vertical, de la posición latitudinal y de la longitudinal, de esto y de aquello, del dentro y del fuera - al espacio tridimensional del volumen, la profundidad y la verticalidad. Fijándose en la planitud de esta cartografía y en su inexactitud o inadecación, la política de la verticalidad oscila del espacio representativo al espacio informativo, de las comprensiones epistemológicas del espacio a las presencias y experiencias ontológicas. Las variaciones entre <<mirar por encima>> y <<atravesar>> estimulan transformaciones en los fenómenos corporales del espacio, el territorio y la ocupación (PUAR, 2017, p. 225).

empresas brasileiras com ações focalizadas no público LGBTI+, dado o poder de compra desses sujeitos, é tanto que durante a pesquisa viu-se que em diversas paradas LGBTI+ propagandas de empresas patrocinando esses tipos de eventos. No entanto, observa-se que essa adesão tem um recorte de classe, raça/etnia e gênero que se demonstra da seguinte forma:

O último Censo do IBGE 2010, revelou que os casais igualitários ou homoafetivos, possuem mais renda e mais anos de estudos que casais héteros. De acordo com a consultoria Cognatis, os casais homoafetivos, possuem renda 2 vezes maior que casais heterossexuais e, quando se fala de casais homoafetivos do sexo masculino, esta renda passa a ser 3 vezes superior. Além disto, o público LGBT gasta em média, 30% mais do que os heterossexuais. Segundo o Portal Globo News, o potencial do mercado gay brasileiro é de 450 bilhões de reais e não para de crescer⁸² (PACHECO, 2017).

Nessa complexidade de números postos por empresas que visam lucratividade com esse segmento, questionam-se esses números de uma realidade que é o Brasil, com tantas desigualdades sociais, 450 bilhões de reais é exorbitante em um contexto de capitalismo periférico, embora seja preciso ponderar que esses números tratam das classes privilegiadas, com alto poder aquisitivo e que compõem uma minoria. Essa pesquisa não traduz como esses recursos são captados, qual metodologia foi realizada para chegar a esses números, embora sejam reveladores de uma realidade paradoxal.

Nesse sentido, outra empresa que tem corroborado para entender as cifras em relação à lucratividade do mercado de consumo LGBTI+ no Brasil é a *Out Now Consulting*, fundada em 1992 na Austrália, uma das maiores no ramo internacional em *marketing* voltada para esse segmento. Esta tem como maior público de atendimentos clientes gays e lésbicas. Já em 2001, a corporação abriu um escritório em Amsterdã, na Holanda, e atualmente tem diversos consultores em várias partes do mundo *Out Now Consulting* (2017).

Entre junho e julho de 2017, a *Out Now Consulting* desenvolveu um estudo para identificar o perfil dos consumidores LGBTI+ no Brasil. Essa pesquisa foi realizada em parceria com o aplicativo de relacionamento *Gay Hornet*⁸³, no qual participaram 4018 entrevistados, que responderam os questionários por via dos seguintes portais em todo o país: *Hornet*, *Facebook*, indicados por amigos, guias *gays*, entre outros. Na amostragem da pesquisa, 49,5% eram homens, 49,5% eram mulheres e 1% intersexuais.

⁸² PACHECO, T. H. (2017). Como o Dinheiro Rosa ou 'Pink Money' está agitando o mercado mundial. Disponível em: <https://br.blastingnews.com/economia/2017/07/como-o-dinheiro-rosa-ou-pink-money-esta-agitando-o-mercado-mundial-001872325.html>. Acesso em: 18 set. 2018.

⁸³ É um aplicativo de relacionamento entre *gays*, bissexuais. Segundo dados da empresa Hornet, o aplicativo possui cerca de 25 milhões de usuários. Esse aplicativo possui duas formas de funcionalidades: pode ser utilizado no seu modo gratuito e na forma “Premium”, o usuário pode pagar e ter maior acesso, inclusive a outras localidades. Disponível em: <https://apps.apple.com/br/app/hornet-rede-social-gay/id462678375>. Acesso em: 08 maio 2020.

Do ponto de vista do mercado, essa pesquisa é significativa, pois aborda um processo de reconhecimento de nichos econômicos, aprecia a realidade dos possíveis consumidores e o poder aquisitivo de compra por meio do *pink money*, qual a renda dessas pessoas, produtos mais consumíveis, para assim desenvolver estratégias de *marketing* e investimentos nessa área. O relatório é uma análise voltada para o mercado, para setores que querem desenvolver espaços de consumo nessa área e identificar quais são os mais rentáveis.

Segundo os dados da pesquisa *Out Now Consulting* (2017), no Brasil, aproximadamente 9,5 milhões de pessoas são LGBTI+; dessa parcela, 5,7 milhões são acessíveis pela internet: de acordo com a agência “[...] esses dois pontos de referência nos permitem atribuir uma parcela proporcional do valor total da renda anual per capita do PIB do Brasil (sendo US \$ 14.810, dados do Banco Mundial 2016) para cada grupo” (2017, p. 47). Diante dos números da pesquisa, a totalidade de pessoas LGBTI+ que têm acesso à internet “produz uma renda anual total de US \$84,7 bilhões para os 5,7 milhões de LGBT “acessíveis” da internet” para a totalidade desse segmento, que corresponde a 9,5 bilhões no Brasil, o que resulta num somatório de US\$ 141 bilhões (*Idem*, 2017, p. 47).

Os dados da pesquisa da *Out Now Consulting* (2017), contribuem para decifrar o tamanho e sua abrangência do mercado de consumo LGBTI+ na realidade brasileira e seus principais nichos de aquisições. Nesse sentido, as despesas anuais desse público são: vestuário - R\$ 9,5 bilhões; roupas íntimas e roupas de grife - R\$ 1,75 bilhão; calçados - R\$ 5,5 bilhões; entradas para concertos, cinema, teatro - R\$ 3,5 bilhões; download e serviços digitais de músicas/vídeos - R\$ 137 por pessoa anualmente; livros - R\$ 488 por pessoa anualmente; DVDs - R\$ 88 por pessoa anualmente (*idem*, 2017).

Importante elucidar que esses dados não noticiam a totalidade da comunidade LGBTI+ brasileira nas suas distintas condições socioeconômicas. Considera-se que essa população é bastante heterogênea e tem diferentes nuances que perpassam questões de classe e raça/etnia, gênero, sexualidade e territorialidade. Não se pode universalizar esses dados para a totalidade da população LGBTI+ no Brasil, abordar de maneira especial quando se trata de um público que está inserido em um país de capitalismo periférico, marcado pelos altos índices de concentração de renda e de desigualdade social. Além disso, esses dados não revelam os preconceitos e as discriminações que essa população vivencia cotidianamente dada a orientação sexual não convergente com a heterossexual, inclusive quando se refere a população de travestis e transexuais.

No Brasil, o conhecimento da atual composição da população LGBTI+ em todo o território nacional é limitado. Não se sabe quantas pessoas LGBTI+ existem no país, qual a sua

real renda socioeconômica, o grau de escolaridade e qual o perfil étnico-racial. Nas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nunca houve a inclusão sobre as dimensões voltadas para o perfil das pessoas LGBTI+ e essa população continuará sendo desconhecida por mais 10 anos. De acordo com Figueredo e Araújo (2021), o senso que seria realizado em 2021, não incorporou na sua proposta de pesquisa perguntas voltadas a entender as dimensões de gênero, sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero da população LGBTI+.

A ausência de dados impacta diretamente no processo de construção de políticas públicas voltadas a atender as necessidades sociais dessa população como acesso à educação, saúde, renda e emprego, moradia, previdência social, assistência social, cultura e lazer. O Brasil, por ser um país que mais assassina pessoas LGBTI+, é recordista na reprodução da violência contra essa população. No entanto, essa LGBTIfobia contribui para o avanço de setores empresariais construírem espaços de lazer voltadas para esse público dada a ausência de segurança pública. Conforme Ianni (2002), a violência contemporânea é rentável para o capital, em todas as suas dimensões, e assim tem sido fundamental para à captação de recursos.

Todavia, mesmo diante dessa ausência de dados somente durante o ano de 2010, pela primeira vez na história brasileira, o IBGE apresentou questões relacionadas a relações homoafetivas no Brasil e condições socioeconômicas dessa população, centrado unicamente nos casais. Entre as observações, identificou-se mais de 60 mil casais homoafetivos nos domicílios brasileiros. Esse número corresponde a 0,1% da totalidade de casais no Brasil de LGBTI+ que chefiam os domicílios, enquanto 65% são chefiados por casais heterossexuais, equivalente a quase 37,5 milhões para o IBGE (2010).

Em relação ao censo de 2010, quando se refere à condição de compartilhamento e responsabilidades com o domicílio, identificou-se que 26,5 mil são de casais homoafetivos do gênero masculino e 33,5 mil são de casais homoafetivos do gênero feminino. Na totalidade desses casais, mais de 58 mil vivem em domicílios localizados na Zona Urbana e 1,7 mil estão na Zona Rural. Além disso, o censo demográfico do IBGE (2010) identificou ainda sobre os casais homoafetivos os grupos de gênero e idade.

Dos casais homoafetivos, as idades com maior predominância foram de 25 a 29 anos – 12,3 mil casais; e de 30 a 34 anos – 11 mil casais. O que mais chamou a atenção na pesquisa do censo demográfico brasileiro foi a constatação de que a renda dos casais LGBTI+ no Brasil é superior aos casais heterossexuais, sendo a renda dos casais gays superiores. Embora isso seja um dado relevante:

O surgimento desta “pink economy” e a visão que gays representam um importante nicho do mercado a ser explorado podem contribuir para a construção de uma imagem de gays como consumidores vorazes e casais homossexuais como um ideal mercadológico, como dizem os americanos, duas rendas e nenhuma criança (“DINKs”, ou “double income, no kids”). (MARSIAJ, 2003, p. 142).

O IBGE constata que entre os casais heterossexuais, que se trata de uma fração de 65% que compõem renda entre 5 e 10 salários-mínimos são de 3,4%; enquanto entre os casais homoafetivos, 0,1% - 60 mil casais, entre estes 9,5% declararam essa mesma renda salarial. Isso expressa que nesta fração os casais homoafetivos possuem quase o triplo a mais que os casais heterossexuais. Sobre a distribuição territorial, “[...] o Distrito Federal registra o maior rendimento médio mensal por domicílio de todo o Brasil, R\$ 4.635, seguido por São Paulo (R\$ 2.853) e por Santa Catarina (2.636)” para os casais homoafetivos (GELEDÉS, 2011).

De modo geral, tanto os dados sobre o perfil de consumo realizado pela *Out Now*, como pelo IBGE ilustram o paradoxo de vida da população LGBTI+ no território brasileiro, configurado por uma violência estrutural que atinge de forma acentuada esse público, mas que por outro é reconhecida pelo mercado na sua forma de consumo dado o seu poder de compra. Diante desses aspectos gerais do/as consumidore/as LGBTI+ no contexto brasileiro, a seguir aborda-se como isso se materializa na realidade cearense.

4.1.1 Os sujeitos da pesquisa: os consumidores LGBTI+ de Fortaleza

Esse subitem, tem por objetivo trazer a caracterização do perfil dos/as consumidores/as LGBTI+ entrevistados/as na pesquisa, quanto aos marcadores de classe, gênero, raça e sexualidade de frequência aos espaços de lazer da capital cearense, para posteriormente compreender os principais espaços de sociabilidades e a sua relação com o mercado de consumo do lazer voltados para esses sujeitos. A princípio o que se pretendeu foi trazer alguns aspectos específicos desse determinado público e a sua relação com o objeto estudado, tentando evitar generalizações, conhecer um pouco sobre esses sujeitos, sobretudo em relação de como a “bola de neve” circulou, embora tenha que se destacar que a população LGBTI+ é diversa na sua própria constituição (TODXS, 2019).

Ao se destacar a inexistência de estudos sobre o perfil geral desses consumidores/as na capital cearense, por isso um desafio trazer as contradições postas nesse mercado e identificar as diferenças que marcam essa população e as tendências de reprodução das normatizações e das relações de consumo LGBTI+; o que apresentarei são alguns pressupostos e análises. Encontrou-se apenas um estudo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa e Estratégica

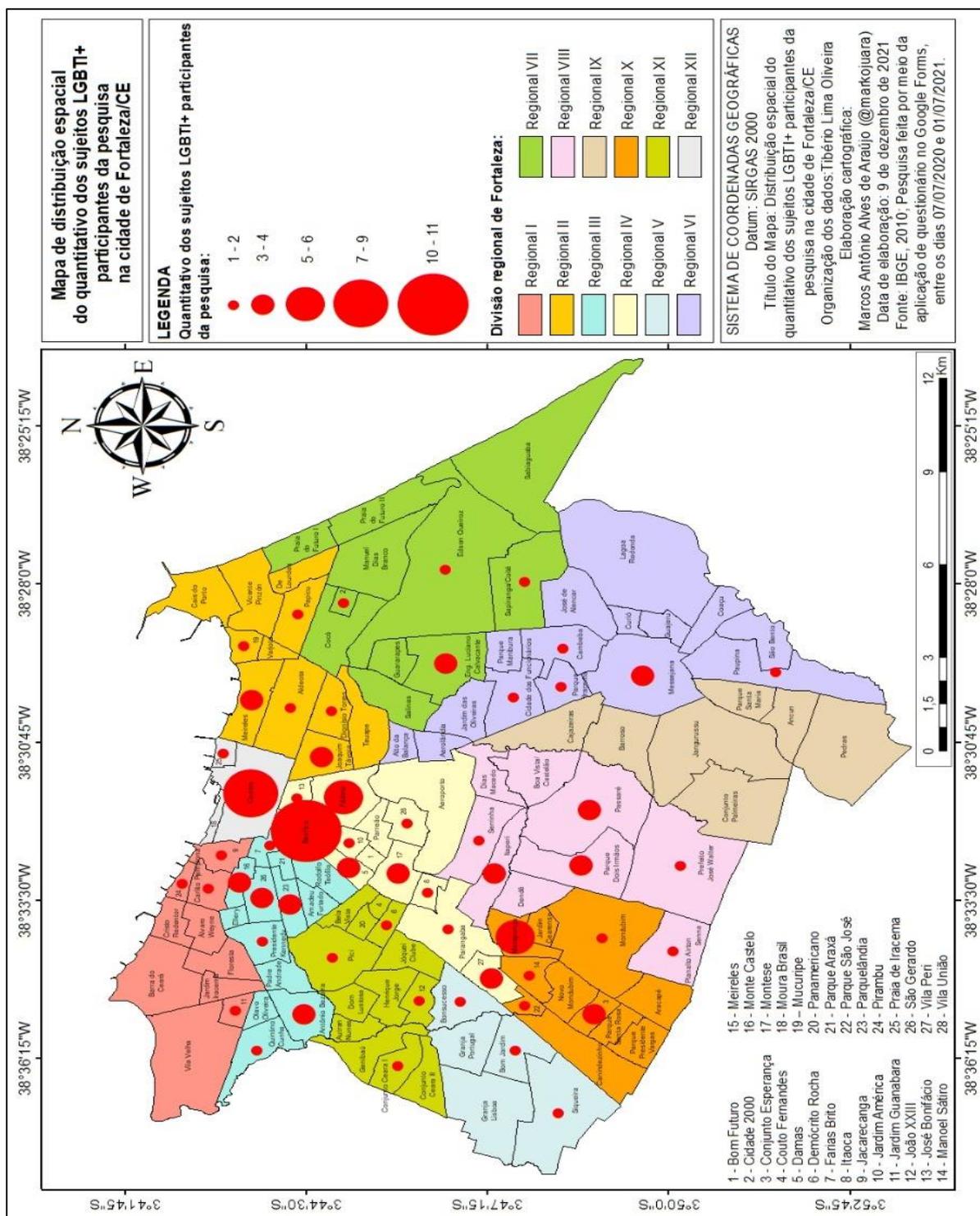
Econômica do Ceará (IPECE), que trata das diferenças salariais entre casais heterossexuais e LGBTI+ no mercado de trabalho no Ceará e a pesquisa de Nascimento (2015) e o Estudo Todxs (2019). O estudo do IPECE, mostra que os casais formados por homens gays possuem renda 30% maior do que os casais heterossexuais, enquanto os casais formados por mulheres lésbicas não existem diferenças salariais, em relação às mulheres heterossexuais (SULINO, IRFFI, VERAS, 2014).

Ademais, esses sujeitos, além de consumidor/a, o/as LGBTI+, possuem gastos, no seu cotidiano, ocultados pela natureza ideológica das relações sociais capitalistas de cunho LGBTfóbicas na territorialidade brasileira, assim como na capital cearense, no quarto capítulo trago esses custos. Há inúmeras despesas sociais e econômicas para se viver e sobreviver enquanto pessoa LGBTI+ no Brasil, visto que os acessos e as oportunidades por parte desses sujeitos são diferentes, assinalados por relações de classe, gênero, raça/etnia e sexualidade. São pessoas com histórias de vida, marcas e experiências distintas. Isso é relevante para romper com ordem de universalização sobre essas identidades.

É necessário ressaltar que os dados apresentados é uma parte micro da realidade dos indivíduos que integram a totalidade desconhecida sobre os sujeitos LGBTI+ que compõem a cidade de Fortaleza, assim como de alguns desses que vivem na Região Metropolitana e que também participaram, por serem frequentadores/as desses locais. Ademais, outra dimensão importante é ponderar sobre os riscos generativos, visto que, por si só a técnica de “Bola de Neve” pode delimitar a circulação em um conjunto determinado de pessoas. A segunda questão a ser considerada é de que por ser um questionário eletrônico, limita-se de ele chegar em determinadas classes sociais. Embora se considere que houve a participação de um público bem heterogêneo.

De início, buscou-se saber sobre a localização do/as sujeitos da pesquisa, a capital cearense está atualmente dividida em 12 regionais. A seguir a distribuição dos sujeitos que participaram da pesquisa na sua distribuição no mapa da cidade de Fortaleza:

MAPA 4 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO QUANTITATIVO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA NA CIDADE DE FORTALEZA/CE.

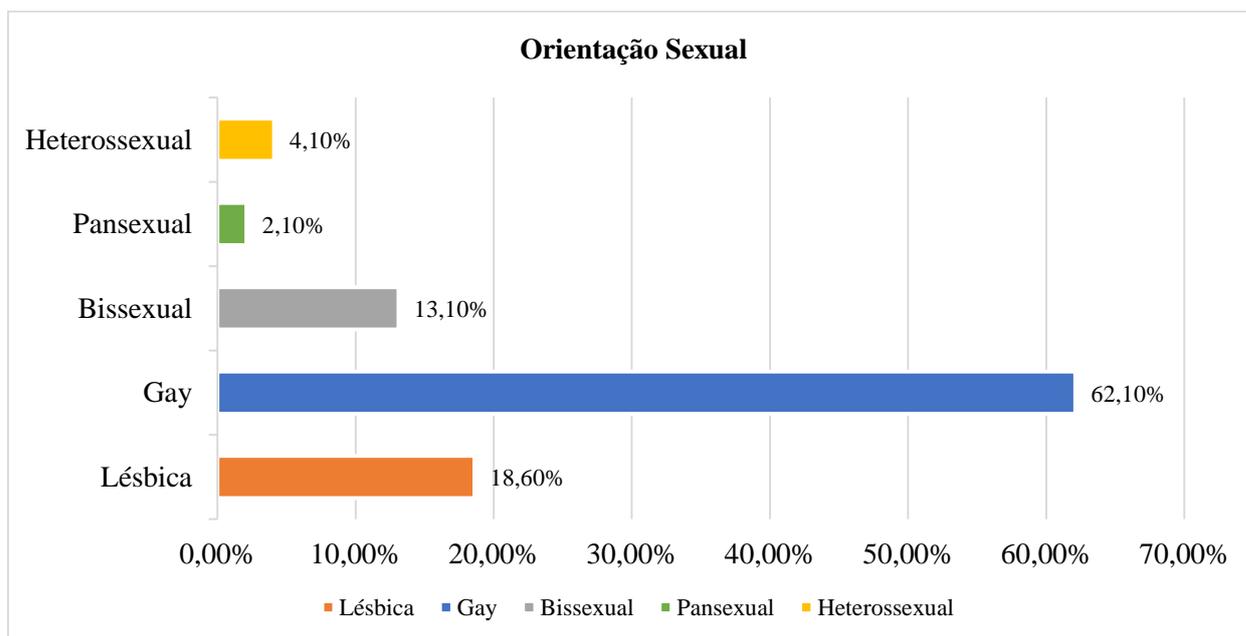


Fonte: Dados do organizador da pesquisa. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Portal de Mapas. Organização do Território. Malhas Territoriais. Malha de Unidade da Federação. 2010. Disponível em: <<https://portaldemapas.ibge.gov.br/portaldemapas.php#homepage>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

Como se observa no mapa anterior, participaram dessa pesquisa pessoas LGBTI+ de vários bairros da capital, tendo representantes de aproximadamente 91,6% do total das regionais, embora uma maior concentração dos bairros mais próximos do centro da cidade. Não houve participantes, apenas, do Setor Regional nº 9. Já no tocante a Região Metropolitana da capital composta por 19 municípios, identificam-se também participantes de quatro municípios que integram a RMF: Aquiraz, Maracanaú, Caucaia e Itaitinga. Inicia-se, portanto, com um mapa ilustrativo trazendo a seguir a localização de cada sujeito que participou das entrevistas.

Posteriormente apresentou-se sobre a orientação sexual e identidade de gênero de cada participante: a respeito da autodefinição em referência da identidade sexual, identificou-se no questionário os seguintes dados: 90 eram homens gays correspondendo a 62,1% dos sujeitos; 27 mulheres lésbicas correspondendo a 18,6%; 19 pessoas bissexuais caracterizando em 13,1%; 6 pessoas heterossexuais sendo 4,1% e 3 pessoas se consideraram pansexuais o que implica em 2,1% das informantes.

GRÁFICO 1 – ORIENTAÇÃO SEXUAL DO/AS PARTICIPANTES.



Fonte: Dados da pesquisa, questionário eletrônico Google Forms.

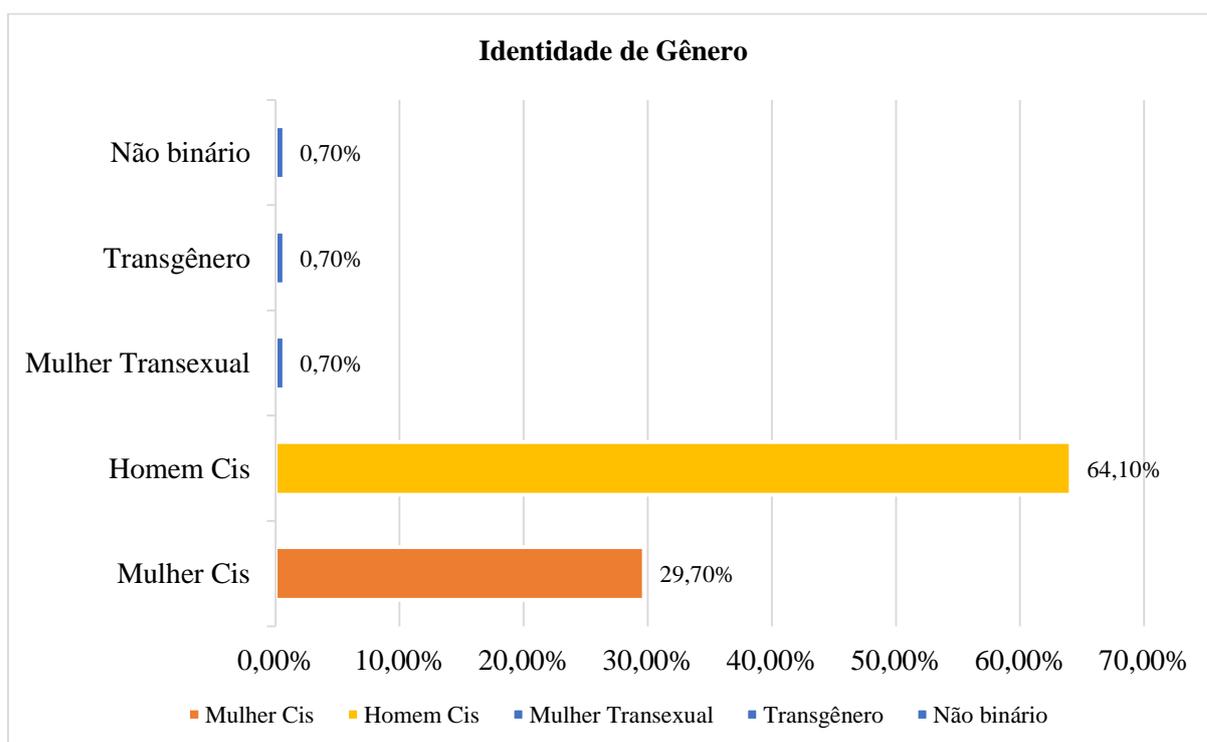
A relevância desse dado está na maior quantidade de homens gays que participaram do estudo. A explicação aponta-se algumas questões: apesar de não haver tantas diferenças no índice de acesso entre homens (73%) e as mulheres (74%) à internet no Brasil (VALENTE, 2020), considera-se que à disponibilidade de tempo dessas mulheres para o uso ainda é um

desafio, dada a composição da divisão sexual do trabalho que lhes impõe jornadas mais acentuadas de trabalho entre outras relações de gênero postas, restando aos homens maiores flexibilidades para participação.

Outro fato importante refere-se à própria metodologia da “bola de neve”, visto que o questionário eletrônico circulou com a ajuda do/as informantes que repassaram para outras pessoas, não havendo por parte do pesquisador em tela um maior controle do/as sujeitos que responderiam. Há que ressaltar também que apesar dos espaços de consumo estarem se ampliando, esse dado expressa algo que ainda é muito latente entre esses perfis de consumidores, sendo os homens gays, os que mais consomem, conforme os dados da pesquisa Out Now (2017).

No tocante à identidade de gênero, observou-se uma confusão em relação aos termos entre os/as participantes. Algumas pessoas responderam dimensões que caracterizam a orientação sexual, em vez da identidade de gênero. Dessa maneira, entre a autodefinição ver-se o seguinte: 93 pessoas se autodeclararam como homens cis (64,1%), 43 se autodeclararam como mulheres cis equivalendo a (29,7%). Dessa totalidade, identificou-se apenas uma mulher trans (0,7%), um transgênero (0,7%) e uma pessoa não binária (0,7%).

GRÁFICO 2 – IDENTIDADES DE GÊNEROS DO/AS PARTICIPANTES.



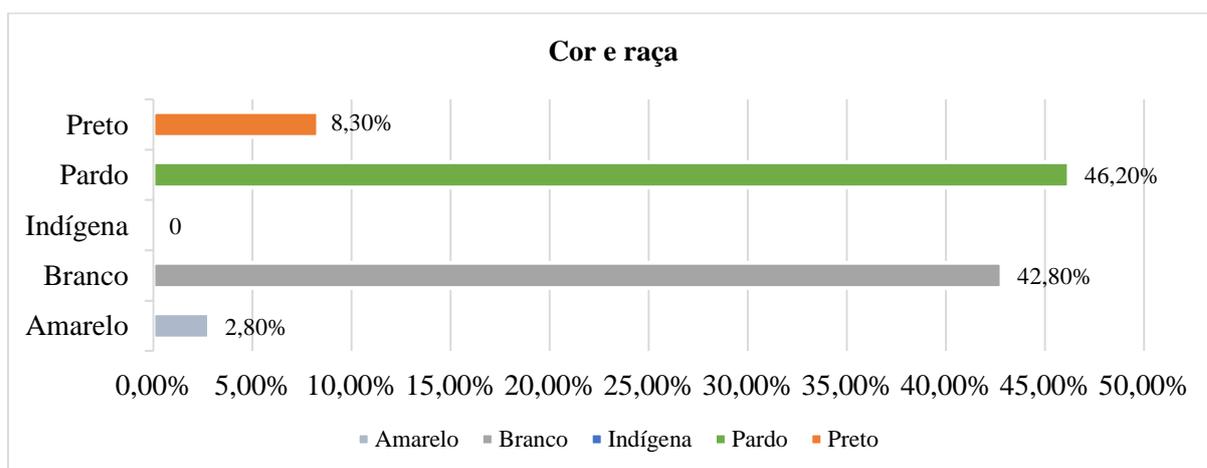
Fonte: Dados da pesquisa, questionário eletrônico Google Forms.

Sobre outras respostas observa-se uma pessoa lésbica (0,7%), um homem gay (0,7%), um bissexual (0,7%), duas mulheres (1,4%) e uma pessoa como “homossexual” (0,1%), responderam como identidade de gênero. É importante elucidar que ainda existem muitas dúvidas e até falta de informação das pessoas sobre os marcadores identidade gênero e orientação sexual. No entanto, é preciso ressaltar que isso ainda é muito comum no Brasil em virtude da falta de educação sexual e de gênero nas escolas. A ausência desse debate tem como consequências o não entendimento dessas dimensões por parte de algumas pessoas sobre sexo – gênero – sexualidade – identidade de gênero e identidade sexual.

No que se refere à visibilidade da orientação sexual, 97 dos informantes disseram davam totalmente visibilidade a orientação sexual e a identidade de gênero, todos os familiares sabiam, amigos e colegas de trabalho, correspondendo a (66,9%). Já 42 afirmaram darem parcialmente visibilidade, sendo que algumas pessoas sabiam, como amigos e colegas de trabalho, mas os familiares não (29%). Apenas 5 pessoas disseram que não dava visibilidade, (3,4%). Pode-se aferir que a própria autodefinição em relação à identidade de gênero ainda é um tema complexo para as pessoas. No entanto, mesmo em um país com uma forte reprodução do preconceito e discriminação contra pessoas LGBTI+ afere-se um movimento de pessoas que tem dado cada vez mais visibilidade, isso também faz parte do processo de conquista e ampliação da representatividade desses sujeitos.

No tocante a cor e raça dos/das participantes do estudo, os resultados mostram que 67 pessoas se autodeclararam como pardas (46,2%); 62 pessoas como brancas (42,8%), 12 pessoas pretas (8,3%), 4 pessoas como amarelas (2,8%) e nenhuma pessoa indígena.

GRÁFICO 3 – COR E RAÇA/ETNIA DO/AS PARTICIPANTES.



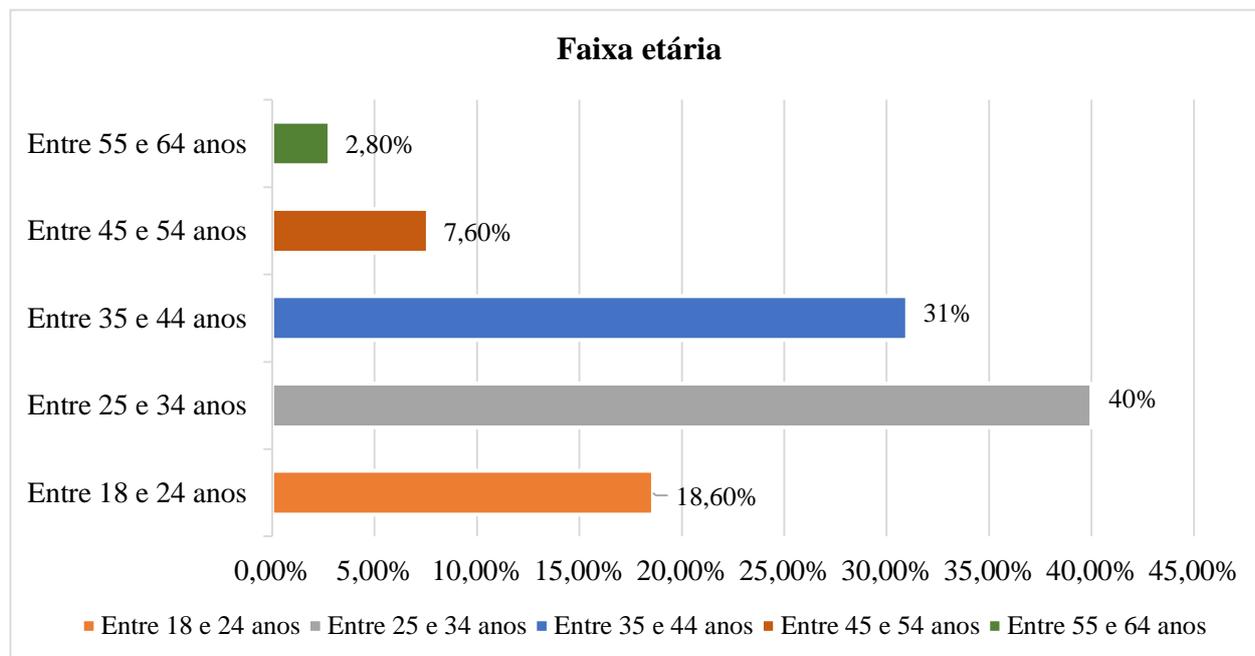
Fonte: Dados da pesquisa, questionário eletrônico Google Forms.

No que concerne a esses dados, tem-se como pressuposto que a maior quantidade de pessoas consideradas como pardas, pode demonstrar a cultura ideológica do branqueamento, que pode levar algumas pessoas não se identificarem como pretas, visto que “[...] a fuga da negritude tem sido a medida da consciência de sua rejeição social e o desembarque dela sempre foi incentivado e visto com bons olhos pelo conjunto da sociedade” (CARNEIRO, 2016). Além, disso sabe-se que o Brasil foi construído a partir do racismo estrutural, e que essas relações são atravessadas por uma negação da negritude, muito em razão do apagamento desses sujeitos na sociedade.

A problemática do termo “pardo” possui diversas nuances. A negação, decorrente do processo de miscigenação, em ser uma pessoa preta resultou numa gama de 134 termos que descrevem possibilidades de identidade racial (GATES JR., 2014). A classificação pretos e pardos foi usada pela primeira vez no Recenseamento do Brasil de 1872, e os termos eram os únicos aplicáveis à parcela escravizada da população (OSÓRIO, 2013). Por alguns Censos, o termo “pardo” foi considerado residual e substitutivo do termo “mestiço”, por poder abranger, principalmente, pessoas frutos de relações interraciais, o que também abrange a população indígena (TODX, 2019, p. 67).

Esse pressuposto pode indicar que “[...] cada negro claro ou escuro que celebra sua mestiçagem ou suposta morenidade contra a sua identidade negra tem aceitação garantida” (idem, 2016). Por outro lado, há também que mencionar as dificuldades de acesso à internet como um dado importante. Ainda de acordo com Valente (2020), o acesso à internet no Brasil, por pessoas brancas (75%) e pardas (76%) é maior que pessoas pretas (71%). A menor participação de pessoas pretas ao responderem esse estudo dar-se também por esse fato do menor acesso à internet.

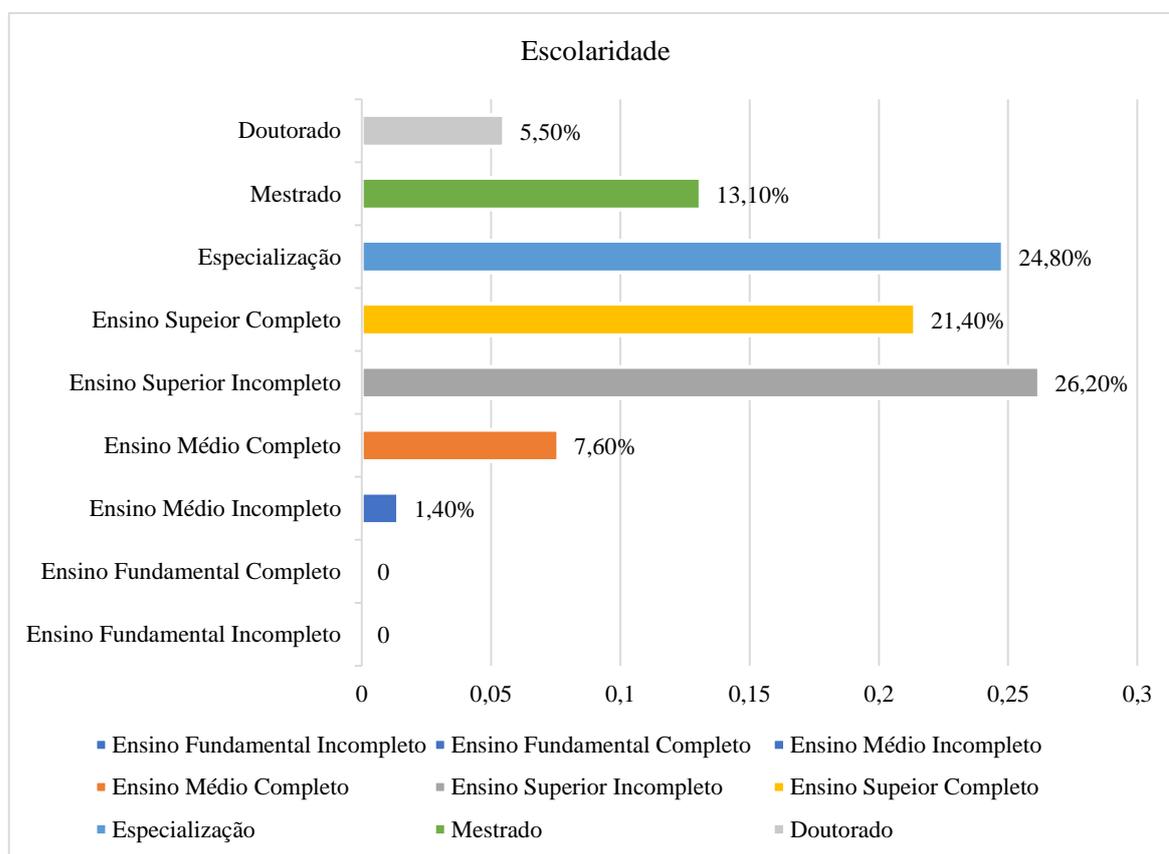
Em referência a Faixa etária dos/das participantes da pesquisa: 18,6% tinham idade entre 18 e 24 anos (27 pessoas), 40% tinham idade entre 25 e 34 anos (58 pessoas), 31% tinham idade entre 35 e 44 anos (45 pessoas), 7,6% faixa tinham idade entre 45 e 54 anos (11 pessoas) e 2,8% com idade entre 55 e 64 anos (4 pessoas). Apesar de o grupo de idosos ser o que mais cresceu no Ceará, conforme os dados do IBGE (2011), na pesquisa houve uma baixíssima participação desse grupo. A questão do envelhecimento em relação à comunidade LGBTI+, também ainda é um desafio no processo de visibilidade dessas pessoas, embora tenham-se conquistados alguns direitos voltados para essa população, é recorrente inúmeras discriminações contra pessoas idosas LGBTI+, isso ocorre inclusive no próprio segmento.

GRÁFICO 4 – FAIXA ETÁRIA DO/AS PARTICIPANTES.

Fonte: Dados da pesquisa, questionário eletrônico Google Forms.

No decorrer do estudo, pôde-se analisar que há uma forte normalização dos espaços de consumo LGBTI+ em relação a dimensão geracional, nos relatos e nas idas a campo foi visível como há uma determinada ausência de pessoas acima de 60 anos nesses locais. Ademais, há que mencionar também ainda existir, especialmente, entre os homens gays jovens algumas discriminações contra homens gays mais idosos, tratados como muitos velhos, “bicha velha”, “maricona”, entre outros termos pejorativos. Esse dado pode demarcar um processo de invisibilidade de pessoas LGBTI+ na sociedade, especialmente, em relação no acesso aos espaços de consumo do lazer. Embora, é preciso apontar, pessoas também forjam lugares de acesso, de encontros entre seus pares.

No que diz respeito sobre a Escolaridade: dos/as participantes da pesquisa, encontrou-se no decorrer dos questionários que 38 pessoas tinham nível de ensino superior incompleto correspondendo a (26,2%); 31 pessoas com ensino superior completo (21,4%); 36 pessoas cursaram alguma especialização (24,8%); 19 pessoas mestrado (13%,1); 8 pessoas com doutorado (5,5%); 11 pessoas com ensino médio completo e 2 pessoas com ensino médio incompleto (1,4%).

GRÁFICO 5 – ESCOLARIDADE DO/AS PARTICIPANTES.

Fonte: Dados da pesquisa, questionário eletrônico Google Forms.

Verifica-se que desse contingente, 64,8% possuem formação superior. Número bastante elevado em comparação às 11 pessoas que disseram ter apenas ensino médio completo (%) e 2 pessoas com ensino médio incompleto. Observa-se que os que responderam esse questionário, eram na sua maioria gays e lésbicas pessoas cis. Há que ressaltar também que segundo a Cartilha do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2020), houve entre os anos de 2012 e 2017, um contínuo acesso ao ensino em todas as faixas etárias, em especial ao nível superior com um aumento de (20,14%) nesse período.

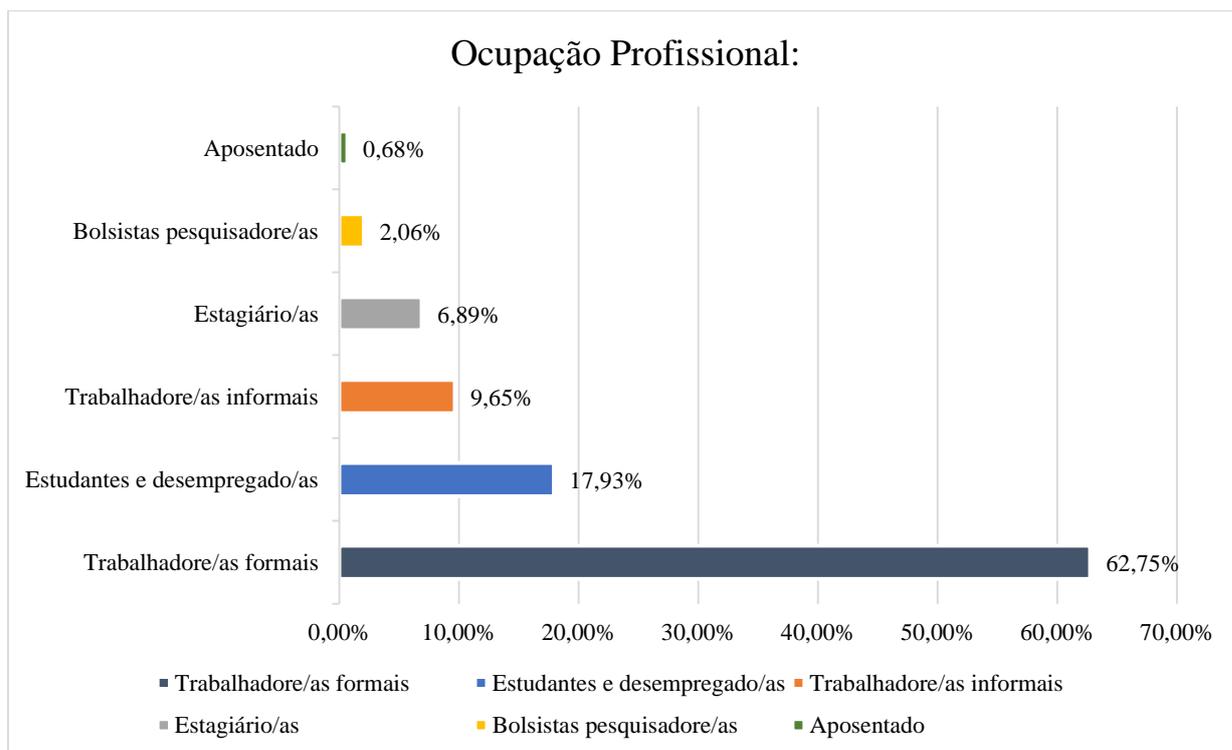
Ademais, ainda no tocante a educação, estudo recente realizada pela Pesquisa Nacional por Amostra da População LGBTI+ do instituto TODXS (2019), revela que 62,86% tinham nível superior, 37,08% ainda estavam cursando alguma graduação. Apesar desses dados mostrarem um aumento dessa população no nível superior, é preciso destacar que nesse estudo, houve uma inexpressiva participação da população trans (travestis e transexuais), isso traria outra configuração sobre a escolaridade dos sujeitos que participaram da pesquisa, visto que há

uma forte evasão escolar por parte das pessoas travestis e transexuais no Brasil em decorrência da transfobia no âmbito educacional, conforme mostra pesquisa de doutorado de Luma Andrade (2012), que apresenta um importante dado sobre a inserção das pessoas trans no acesso a educação no Estado do Ceará ao caracterizar que:

Dos 184 municípios do estado do Ceará, apenas 25 apresentaram jovens transgêneros matriculados em escolas estaduais; assim, 86% dos municípios do estado do Ceará não contêm jovens nestas condições. 73 Das 21 coordenadorias do estado, 12 não têm em seus municípios tais jovens, equivalente em porcentagem a 57% das Coordenadorias/SEFOR. Será que isto ocorre em razão de estas coordenadorias e cidades não terem habitantes transgêneros ou por estes não terem acesso à escola? (ANDRADE, 2012, p. 245).

Esses estudos revelam importantes questões em relação ao acesso à educação por parte desses sujeitos. Apesar de ter havido nas últimas décadas o aumento por parte dessas pessoas a escolaridade, ainda há no Brasil, um acesso desigual por um determinado grupo de pessoas que são as trans. Isso também interfere no acesso ao consumo, visto que a escolaridade possibilita para algumas pessoas a capacidade para inserção em empregos.

GRÁFICO 6 – OCUPAÇÃO PROFISSIONAL.



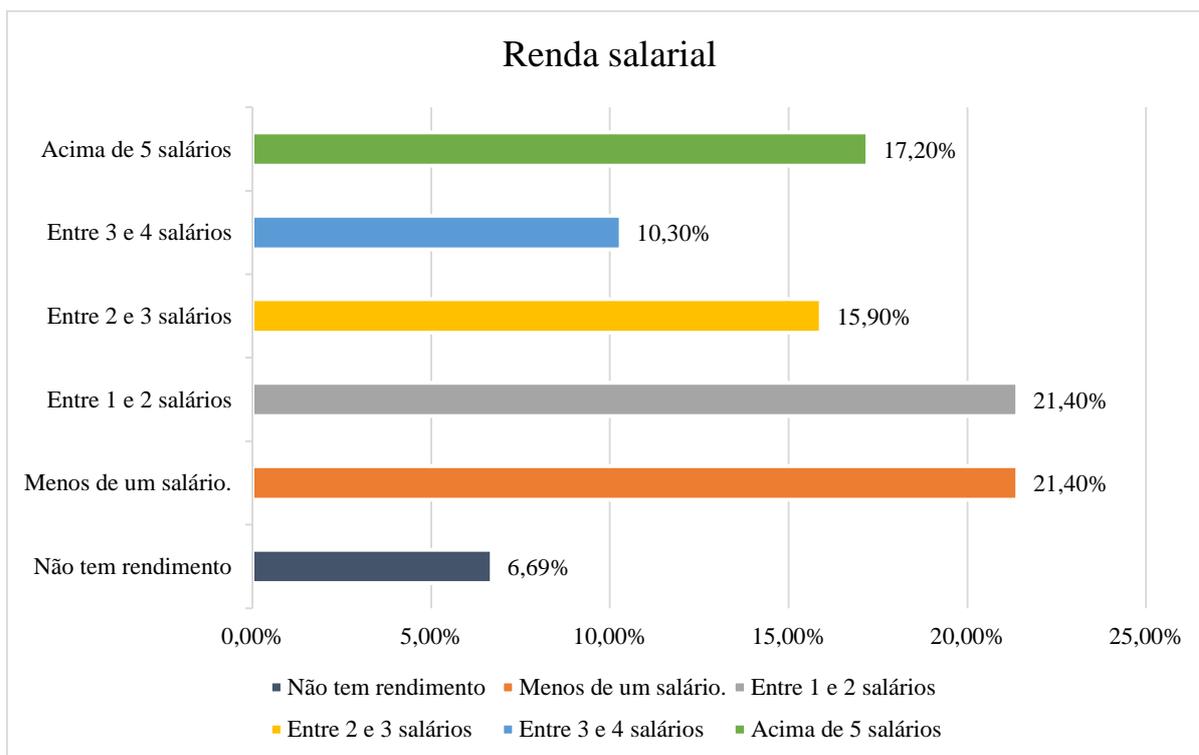
Fonte: Dados da pesquisa, questionário eletrônico Google Forms.

No tocante a ocupação profissional: o perfil dos/das consumidores/as, mostra que 91 eram trabalhadores/as formais (62,75%), que 26 são estudantes e desempregados (17,93%); 14 são trabalhadores informais (9,65%); 10 são estagiários (6,89%); 3 bolsistas pesquisadores (2,06%) e 1 aposentado (0,68%). Apesar das pessoas LGTBI+, ainda sofrerem bastante no tocante ao acesso ao mercado de trabalho, verificou-se um índice alto de pessoas empregadas, no entanto, é preciso mais uma vez sublinhar que esse estudo houve pouca participação de pessoas trans, população essa que sofre diversos obstáculos no mundo do trabalho, à própria ANTRA afirma que 90% das travestis encontram uma fonte na prostituição de renda (BENEVIDES, 2020).

De tal modo, quando se trata de falar da ocupação profissional observa-se como esse um demarcador importante, visto que a própria relação de respostas vem de pessoas cis, na hegemonia homens gays e mulheres lésbicas. Isso de certa forma ilustra como a sociedade brasileira ainda tem uma forte desigualdade de acesso por parte da população trans dos espaços de trabalho. Essa é uma tendência geral da realidade brasileira que se materializa também na especificidade da capital cearense.

De acordo com Cavalcante (2021), foi pensando nesse contexto que durante o ano 2021 foi criado pela Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos em articulação com o Instituto de Desenvolvimento Social em parceria com o Sistema Nacional de Empregos (SINE) uma ferramenta chamada “Plataforma LGTBI+”, tendo por objetivo o cadastramento dessas pessoas voltadas para o mercado de trabalho na cidade de Fortaleza.

Em relação à renda salarial dos/as consumidores/as da pesquisa, tem-se a seguinte configuração: 10 pessoas não possuíam rendimento (6,69%); 31 pessoas viviam com menos de um salário-mínimo (21,4%); 31 pessoas com viviam entre 1 e 2 salários-mínimos (21,4%); 23 pessoas possuíam 2 e 3 salários-mínimos (15,9%); 15 pessoas com 3 e 4 salários-mínimos (10,3%); 10 pessoas com 4 e 5 salários-mínimos (6,9%); 25 pessoas vivendo acima de 5 salários-mínimos (17,2%). Observa-se um grupo bastante heterogêneo em relação ao critério de renda econômica, porém há uma maior predominância de salários acima de dois salários-mínimos.

GRÁFICO 7 – RENDA SALARIAL DO/AS PARTICIPANTES.

Fonte: Dados da pesquisa, questionário eletrônico Google Forms.

No tocante a renda salarial dos/das sujeitos dessa pesquisa, destaca-se nesses dados do gráfico um amplo percentual de pessoas LGBTI+ que estão além das condições gerais da população em Fortaleza, portanto as análises que se fazem nesse estudo, são a partir desse determinado núcleo. É preciso destacar, como mencionado anteriormente, que esse município se encontra no quinto ranking de desigualdade social do Brasil, estando entre as metrópoles brasileiras com maiores concentrações de renda, conforme estudo realizado pelo observatório das desigualdades, sendo o coeficiente de GINI no segundo semestre do ano de 2020, de Fortaleza equivalente a 0,675. Além disso, 40% dos mais pobres possuíam renda per capita de R\$ 96,60 (DIÁRIO DO NORDESTE, 2020).

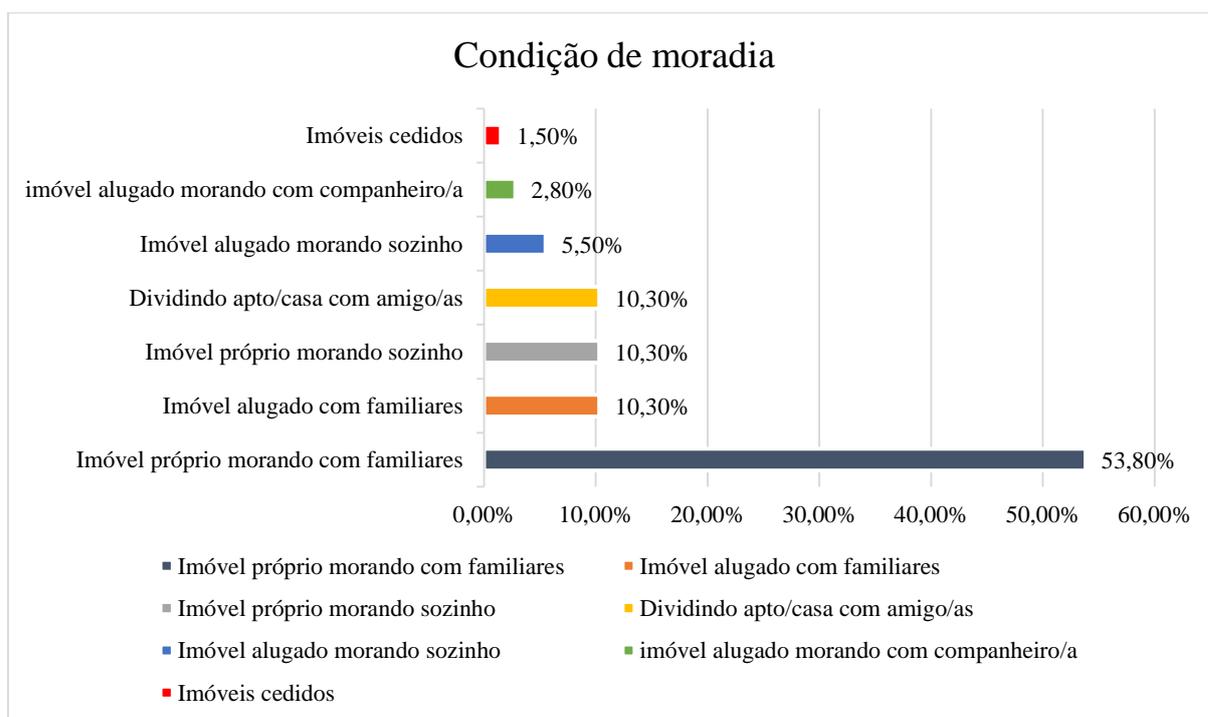
De tal modo, é preciso ponderar que as análises focaram em um grupo de 145 pessoas, essa renda salarial não ilustra as reais condições da população LGBTI+ em Fortaleza. Ou seja, esse grupo representa uma parcela mínima desses indivíduos, tendo como perspectiva a crítica a visões universalistas que colocam a LGBTI+ com altas renda salarial. No cruzamento desses dados com o Relatório Anual de pessoas LGBTI+ que foram assistidas pelo Centro de Referência LGBTI+ Janaína Dutra (CRLGBTJD), das 132 pessoas atendidas no ano de 2020, 37 pessoas não possuíam renda (28%); até 1 salário 67 (51%); de 1 a 2 salários foram 19 pessoas

(14%); de 2 a 4 salário apenas 6 pessoas (5%); mais de 4 salários 3 pessoas (2%) (CRLGBTJD, 2021).

Chama a atenção nesses dados referentes à dimensão da renda dos sujeitos consumidores/as LGBTI+ participantes da pesquisa, a presença de um grupo de maior renda, em contraposição aos sujeitos afetados pela violência assistidos pelo CRLGBTJD, que possuem uma renda menor. Um dos pressupostos referentes a essas questões é a dimensão da classe social, não que quem tem renda maior não sofra preconceito e discriminação, no entanto a questão socioeconômicas torna-se um aspecto importante para entender essas relações materiais da violência/consumo, assim como os acessos aos locais de lazer.

Referente a condição de moradia dos sujeitos identifica-se que 78 vivem em imóvel próprio morando com familiares (53,8%); 15 pessoas em imóvel alugado com familiares (10,3%); 15 pessoas imóveis próprios morando sozinho (10,3%); 15 pessoas dividem casa e/ou apartamento com amigos (10,3%); 8 moram em imóvel alugado morando sozinho (5,5%); 8 Imóvel próprio morando com companheiro(a) (5,5%); 4 Imóvel alugado morando com companheiro(a) (2,8%); 2 imóveis cedidos (1,5%).

GRÁFICO 8 – CONDIÇÃO DE MORADIA DO/AS PARTICIPANTES.



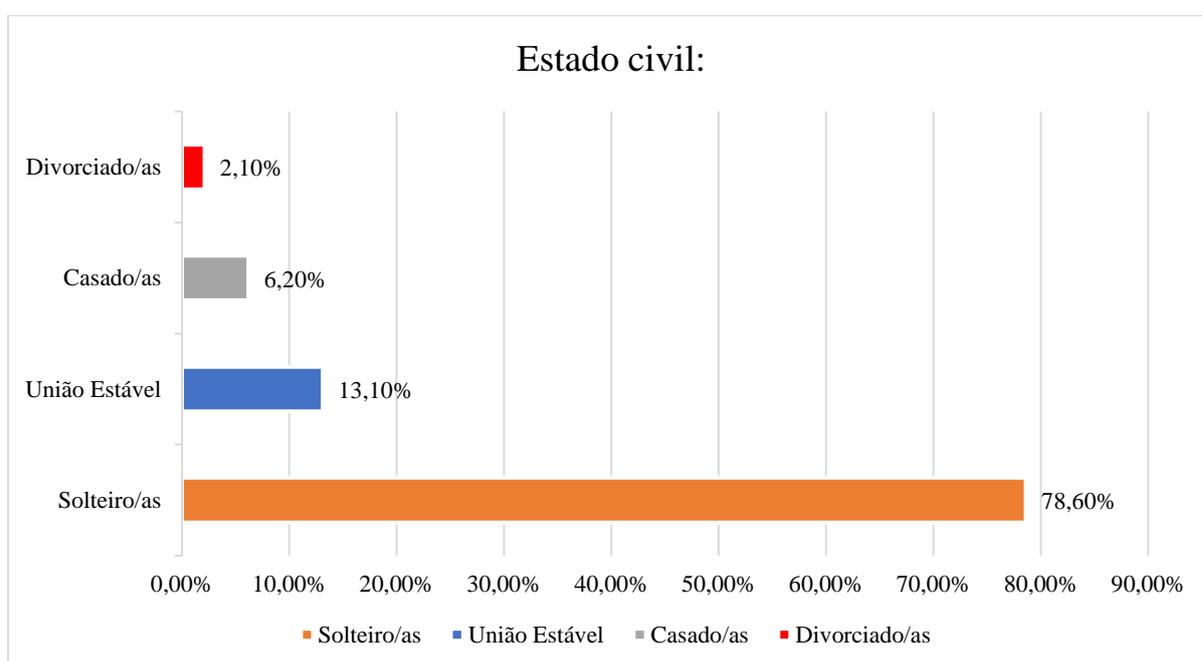
Fonte Dados da pesquisa, questionário eletrônico Google Forms.

No quesito moradia, observou-se que grande parte dos entrevistados; vivem em imóvel próprio morando com familiares, esse dado representa um elemento significativo, visto que dado o preconceito e as discriminações vividas por esses sujeitos alguns são expulsos de casa por seus familiares. Vale destacar que 27,6% relataram não dar visibilidade a orientação sexual para a família, o que contribui para a permanência no ambiente familiar. Referente a essas questões, é preciso considerar os aspectos socioeconômicas desses sujeitos, visto que:

A renda de classes mais baixas é irregular e pequena, tornando muito difícil a independência econômica de um indivíduo de sua família. A sobrevivência econômica, tanto para o indivíduo quanto para a família como um todo, depende da permanência dos filhos no âmbito familiar até que eles se casem (e em vários casos após o casamento, devido à falta de moradia). A proximidade e controle da família fazem com que a exploração de atrações e relacionamentos homossexuais se torne muito difícil. Gays e lésbicas de classe alta, por outro lado, podem dar-se ao luxo de manter um apartamento para tais encontros, ou têm meios para pagar um quarto de motel para tais fins (MARSIAJ, 2003, p. 139-140).

No que diz respeito ao estado civil do/as participantes da pesquisa: 114 estavam solteiro/as 78,6%; 19 pessoas em união estável (13,1%); 9 casados/as (6,2%); 3 divorciados (2,1%). Sobre vontade de se casar: mesmo havendo entre o(a)s participantes um amplo índice de pessoas solteiras, quando se afere sobre a questão do casamento, 76 pessoas pretendiam se casar (52,4%), 24 não querem (16,6%), 34 não souberam responder (23,4%), 11 responderam que já eram casados/as (7,6%).

GRÁFICO 9 – ESTADO CIVIL DO/AS PARTICIPANTES.



Fonte: Dados da pesquisa, questionário eletrônico Google Forms.

Sobre a questão do casamento é incontestável a defesa desse direito, como uma necessidade prática de acesso aos serviços sociais, por parte desses sujeitos, porém é preciso apontar os rumos ideológicos e paradoxais postos pela institucionalização do matrimônio, como uma ferramenta para a reprodução social das relações monogâmicas, inscritas no que é posto pela normalidade. Como destacado por Porto, “[...] o que não é reconhecido juridicamente, não está apto à proteção de certos direitos e benefícios, de maneira que a normatividade produz a exclusão de determinadas situações e sujeitos” (2018, p. 657).

As relações acima expostas são latentes para muitos LGBTI+, que buscam ao máximo no casamento uma forma de se adequarem as normas jurídicas institucionais da heterossexualidade compulsória na sociedade. De tal modo, o casamento igualitário, pode ser visto, como um aspecto paradoxal, não há consenso no movimento LGBTI+ sobre a defesa a esse direito, porém na pesquisa em tela ao questionar-se os sujeitos participantes da pesquisa se eram a favor do casamento igualitário, 100% responderam que sim.

Nesse sentido, Rubin (2017) chama a atenção para a lógica da “hierarquização do sexo”, que enquadra as identidades sexuais em dois campos o “sexo bom” e “sexo mau”, o casamento reitera essa lógica. Ou seja, os casais de lésbicas e gays estariam dentro do que autora chama como “sexo bom”, aquele palatável pela sociedade mesmo na ordem da heteronormatividade, cada vez mais próximos da tida normalidade - esse modelo de matrimônio igualitário é a constituição da matéria da homonormatividade, como afere Duggan (2004).

Nesse prisma, considera-se que a homonormatividade faz parte de uma aceitabilidade de casais de lésbicas e gays por meio do casamento igualitário monogâmico, como privilegiados na ordem da cisgeneridade, enquanto travestis e transexuais são enquadradas na lógica da abjeção, do corpo que forje da normalidade, aquele doentio posto por uma ordem de normalização dos corpos, rompendo essa hierarquização, sendo que “[...] as práticas sexuais de baixo status são vilipendiadas e tachadas como doenças mentais ou sintomas de uma integração defeituosa da personalidade” (RUBIN, 2017, p. 84).

Além disso, vê-se com frequência a adesão desses sujeitos às normalizações, para além do casamento, como a estética corporal, padronização e a cultura do consumo. Retoma-se aqui os efeitos que homonacionalismo tem na homonormatividade como um instrumento capaz de normalizar, vigiar e controlar os sujeitos no espectro da heteronormatividade, no desejo daquilo que é instrumentalizado pelo Estado-nação.

O casamento com a monogamia, pode funcionar como ferramenta importante para assegurar esse processo de naturalização dos sujeitos à reiteração da norma vigiados pela tutela

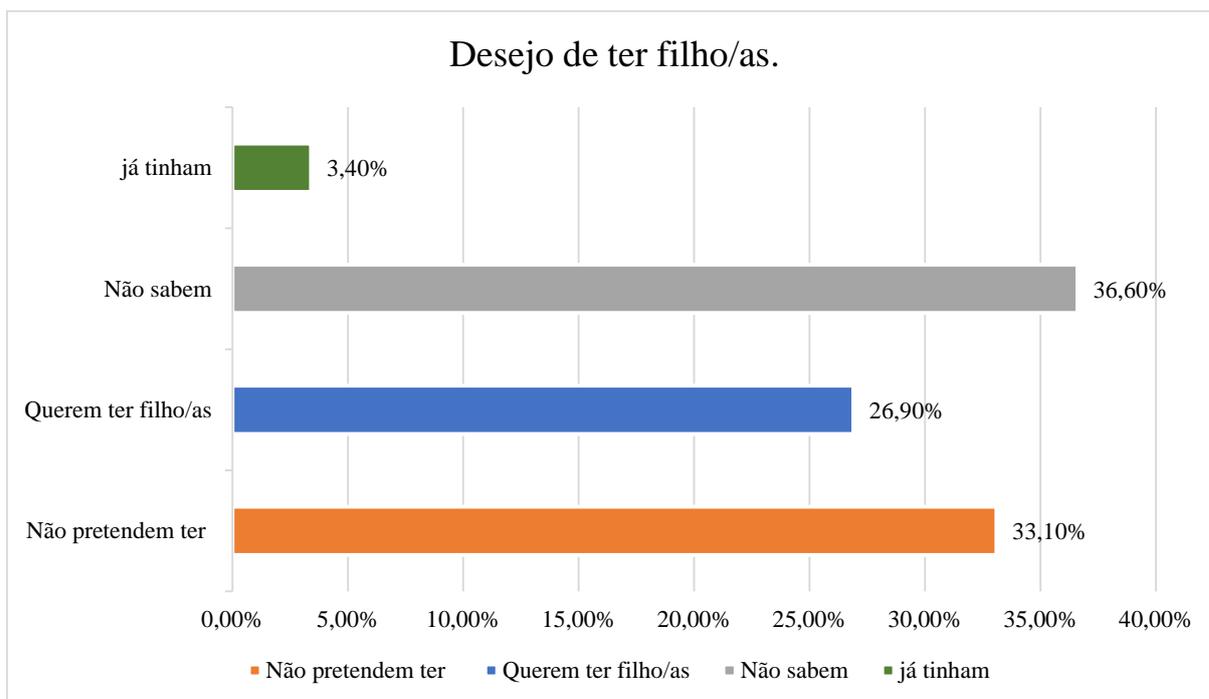
do Estado, assim, “homonormatividade é identificada como a assimilação da heteronormatividade pelos gays e lésbicas, no sentido de buscar a equiparação aos parâmetros heteronormativos como estratégia para pertencer a um grupo considerado normal” (PORTO, 2018, p. 661).

Ao analisar o casamento igualitário no Uruguai, Sempol (2018), destaca as contribuições de Jasbir Puar, ao abordar como o homonacionalismo e impulsão dada à normatividade, promove uma ascensão de determinadas identidades, principalmente daquelas que estão mais próximas da cisgeneridade:

Pero si bien las transformaciones legales son necesarias, no son por si solas suficientes, ya que la aprobación de una ley no implica democratización social, ni igualdad sustantiva. En ese sentido, si bien el derecho legal a casarse ahora existe, probablemente muchos no puedan todavía ejercerlo debido a la discriminación social o barreras en el acceso existentes en su localidad (SEMPOL, 2018, p. 77).

Portanto, em termos de considerações acerca desse perfil sobre os sujeitos que participaram da pesquisa, observam-se alguns traços dos efeitos da homonormatividade como adesão ao casamento, porém contraditoriamente, observa-se uma inexpressiva vontade desses sujeitos terem filhos, e por outro lado, há que ponderar que muitos desses sujeitos também não podem se casar ainda devido ao preconceito, pelas desigualdades socio-territoriais que atingem muitos LGBTI+.

Em relação ao desejo de ter filho, observa-se que do/as 48 participantes não pretendem ter filho/as (33,1%); 39 querem ter filho/as (26,9%); 53 não sabem (36,6%) e 5 já tinham filho/as (3,4%). Identifica-se um número muito inexpressivo de pessoas com filho/as, além disso juntando os que não querem ter filho/as com os não sabem soma-se 69,7%, um número expressivo.

GRÁFICO 10 – DESEJO DE TER FILHO/AS DO/AS PARTICIPANTES.

Esse dado de certa forma é relevante, pois converge com as análises de pesquisas como de Suliano, Irffi e Veras (2014) que afirma que por não terem filho/as há uma maior predisposição para o consumo como do mercado do turismo, festivos e do lazer privado. No próximo tópico apresenta-se a relação desses sujeitos com o mercado de consumo do lazer LGBTI+ em Fortaleza.

4.2 A distribuição dos espaços de consumo do Lazer LGBTI+ em Fortaleza

Quando se fala em uma “farta noite gay de Fortaleza”, questionam-se quais são as possibilidades de lazer, vivências e diversões para a população LGBTI+ nessa cidade. A *Carta Mundial pelo Direito à Cidade*, expressa em suas linhas que “[...] o modo de vida urbano interfere diretamente sobre o modo em que estabelecemos vínculos com nossos semelhantes e com o território” (2004, p. 1). Ademais, pensando nas disposições gerais sobre o Direito à Cidade, no seu primeiro artigo afirma que:

Todas as pessoas devem ter o direito a uma cidade sem discriminação de gênero, idade, raça, condições de saúde, renda, nacionalidade, etnia, condição migratória, orientação política, religiosa ou sexual, assim como preservar a memória e a identidade cultural em conformidade com os princípios e normas estabelecidos nessa carta (2004, p. 2).

Pensar hoje o lazer para a população LGBTI+, é imprescindível refletir no direito à cidade, de modo pleno para esses sujeitos, que vivenciam no espaço urbano muitas situações complexas. A violência marca para alguns a cotidianidade dessas pessoas nas grandes metrópoles, a urbes que devia ser um local de vínculos afetivos e de expressões da diversidade nas suas múltiplas formas, tem sido constantemente sufocada pelo *ethos* moralizante burguês. No entanto, há que sublinhar que isso faz parte da urbanização sob os auspícios da lógica capitalista do espaço, que tem na produção de relações sociais estruturadas por desigualdades sociais, econômicas e culturais.

Tudo isso rebate de modo intenso na vida da das pessoas LGBTI+ que integram a classe trabalhadora e seu acesso às necessidades sociais, que nesse estudo centram-se sobre o direito ao lazer, capturado incessantemente pela ordem mercadológica. É dessa perspectiva que reside o homonacionalismo de mercado. Diante disso, desenvolveu-se um mapeamento dos espaços atuais de sociabilidade de consumos do lazer, voltados para o público LGBTI+ na cidade de Fortaleza/Ceará para entender os aspectos acima expostos, as normalizações e as contradições que esse mercado impõe a esses sujeitos, mas também os processos de resistências frente a essas padronizações.

Realizou-se em um primeiro momento uma incursão presencialmente e posteriormente, por meio de questionários eletrônicos pelo *Google Forms*, já explicados na metodologia dessa tese. Buscou-se também informações em sites, redes sociais como páginas do Facebook e do Instagram sobre esses estabelecimentos. Esse delineamento foi fundamental para apreender a expansão do mercado de consumo LGBTI+, como uma dimensão do homonacionalismo de mercado. Visto que concomitante encontra-se na capital uma alta taxa de violência contra essa população, em especial, voltada contra as travestis e transexuais, aumentam-se os espaços de consumo destinados a atender a esse público nas últimas décadas do século XXI, muito em função que “[...] as empresas têm sido atraídas pelo que tem sido chamado *pink money*, termo que surgiu no final da última década para designar o potencial de consumo do ambiente LGBTQI” (GOIS, FERRAZ, 2021, p. 89).

Compreende-se que essa dimensão acima referenciada faz parte de um contexto do qual a violência e a insegurança contribuem para o aumento desses espaços de sociabilidades do consumo de lazer se voltem a atender a esse público, ou seja, “[...] a cidade que “convive” com a “diversidade sexual” dos indivíduos que podem pagar por espaços para ter respeitada sua orientação sexual e identidade de gênero é a mesma cidade que mantém os índices crescentes de crimes homolesbotransfóbicos” (SILVA, SANTOS, 2015, p. 509). Marcando muitas vezes nuances e dualidades dadas as contradições postas por esse fenômeno da LGBTfobia de caráter

estrutural, intervém diretamente em nichos de consumos voltados para essa população. De tal maneira, o homonacionalismo de mercado se favorece dessa realidade, lucrando em torno dessa população que enfrenta as barreiras da ausência de políticas públicas efetivas de combate à violência e de socialização do lazer enquanto um direito.

Isto posto, observa-se que Fortaleza adotou nas últimas décadas inúmeras estratégias de *marketing* voltadas para o mercado destinado a esse público, inclusive com forte incentivo ao turismo, comercializando o lazer que devia ser um direito público de acesso a todos sem distinção de classe, gênero, sexualidade, raça/etnia. A princípio no mapeamento desses lugares, pontua-se que se apresenta uma parte desses locais, visto que há uma forte expansão desse setor na capital cearense seja de casas noturnas, bares, boates e/ou festas temáticas. Assim, entre as idas e vindas na capital cearense deparava-se com inúmeros locais, uns com uma perspectiva mais fluídas aglutinando LGBTI+ e outros espaços frequentados também por heterossexuais, em alguns identificava-se um processo maior de normalizações e outros com perspectivas mais fluídas que rompiam com as normas binárias de gênero e sexualidades nos espaços.

A primeira questão a ser tratada é que não há como dizer hoje que todos os espaços privados de consumo são voltados apenas para um determinado público, há cada vez mais processos de territorializações e desterritorializações desses sujeitos na capital, inseridos na lógica de uma cidade cada vez mais mercantilizada, hierarquizada e segmentada:

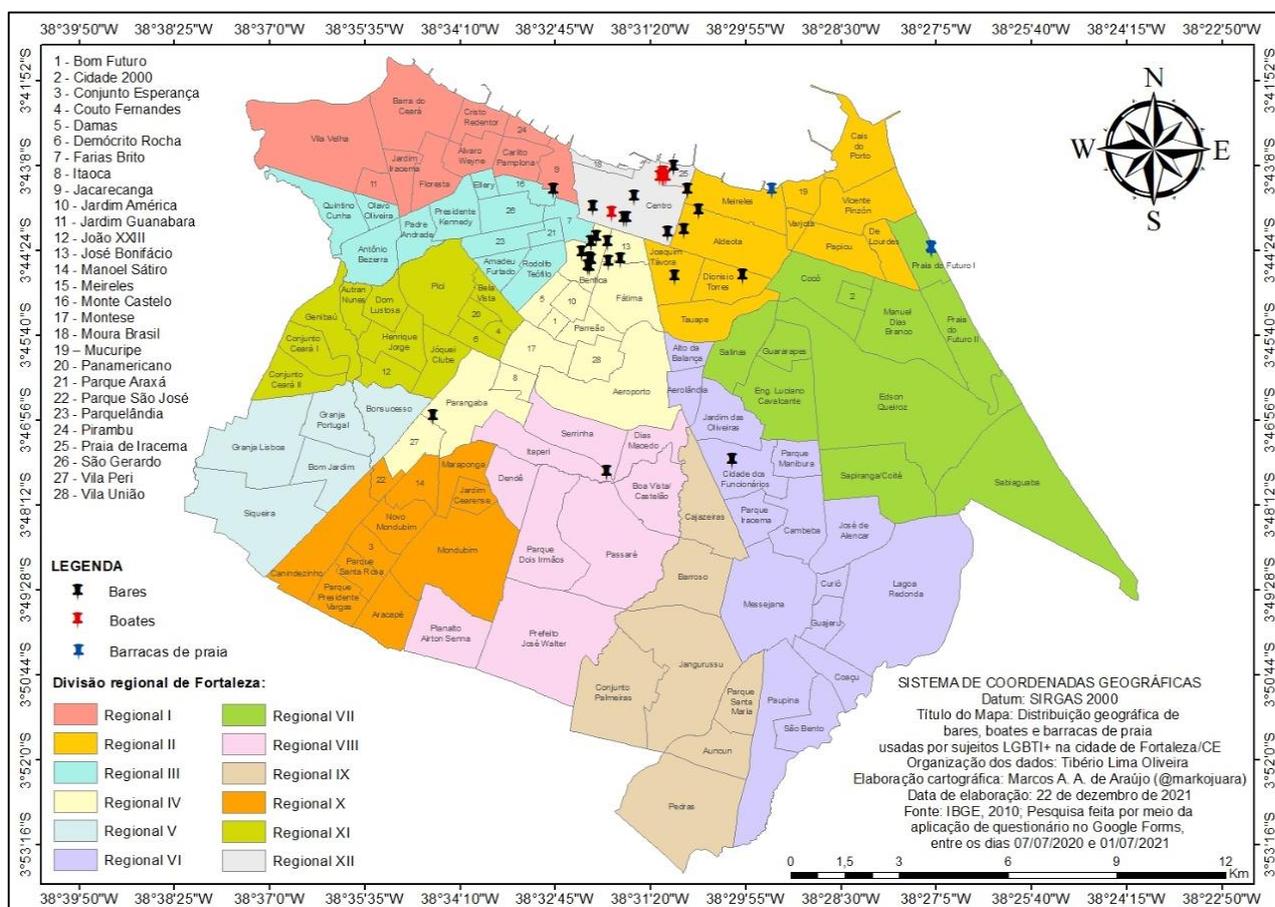
Do ponto de vista do acesso à cidade, os indivíduos são tratados com base nas relações concretas nas quais se inserem na produção da sua existência social. Assim, a cidade transformada em mercadoria pode ser tomada, vendida e territorializada a partir das necessidades do capital para fins de acumulação, sendo que os espaços produzidos mediante estes interesses se constituem como nicho de privatização dos lugares, da sua fragmentação e, também, da segregação socioespacial (SILVA, SANTOS, 2015, p. 509).

Isso faz parte de um contexto em que os/as consumidores/as são cada vez mais diversos e interpelados pela lógica do consumo, desde pessoas que residem na capital ou que vem do interior do Estado em busca de lazer, entretenimento, diversão, como turistas de outras regiões do país e até mesmo turistas internacionais, com marcadores de raça/etnia, classe, gênero e sexualidades bem distintas, mas que encontram nos serviços privados de consumo novas formas de acesso à cidade.

De tal modo, ao pensar em fazer uma cartografia dos espaços destinados aos LGBTI+ e trazer as dimensões acima expostas da sociabilidade desse público na capital cearense, vieram muitas questões: por onde começar esse mapeamento em uma metrópole como Fortaleza com mais de três milhões de habitantes? Quais os espaços mais frequentados por esses sujeitos?

Assim, antes de apresentar esse mapeamento, pretende-se trazer um pouco sobre a territorialidade e como estão distribuídos esses espaços na cidade de Fortaleza. Além dos privados conhecidos como mercados de consumos LGBTI+, identificaram-se durante a pesquisa alguns locais considerados públicos como eventos, feiras e festivais públicos. Esses que são organizados tanto pela sociedade civil, como pelo Estado, frequentados por esses sujeitos que de certo modo fomentam uma rotatividade de economias locais, até mesmo os encontros em praças públicas, as praias e as feiras voltadas para visibilidade da diversidade sexual. A seguir observa-se um mapa da parte Norte da cidade que estão marcados com alfinetes sinalizando a concentração de bares, boates e barracas de praias espaços voltados para a população LGBTI+ em Fortaleza:

MAPA 5 – MAPA DA CIDADE DE FORTALEZA - DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS ESPAÇOS DE CONSUMO LGBTI+ - BARES, BOATES E BARRACAS DE PRAIA.



Fonte: Dados do organizador da pesquisa. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Portal de Mapas. Organização do Território. Malhas Territoriais. Malha de Unidade da Federação. 2010. Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#homepage>. Acesso em: 22 dez. 2021.

Sobre essa territorialidade que demarca o mercado de consumo e os espaços de sociabilidades do lazer direcionados para a população LGBTI+ em Fortaleza, destacam-se os seguintes bairros: começando pelo Centro da cidade, Meireles, Aldeota, Benfica, Praia de Iracema e Praia do Futuro são os mais destacados onde se identificaram as zonas de consumo voltadas para esse público. No questionário desenvolvido tinham duas perguntas, uma associada a identificação dos espaços privados de consumo do lazer e outra pergunta relacionada aos espaços públicos.

Em relação aos bairros destacados no mapa, pode-se dizer que há em comum nesses locais a concentração dos principais espaços de sociabilidade LGBTI+ do lazer em Fortaleza. Sobre uma breve descrição desses bairros, o Benfica está localizado na Secretaria Executiva Regional IV, um lugar de grandes fluxos devido estar nele situado as escolas de humanidades da Universidade Federal do Ceará (UFC), o Instituto Federal do Ceará (IFCE) e o Shopping Benfica, há também nessa circunvizinhança uma forte cena cultural de barzinhos, cafés, livrarias, teatros e festivais que ocorrem nas suas ruas e praças. No Benfica encontra-se também alguns casarões históricos que resistem ao tempo e ao espaço do avanço das novas construções, segundo a pesquisa do Índice de Desenvolvimento Humano o IDH do Benfica corresponde a (0,517⁸⁴), estando à posição 25º em relação aos demais bairros da capital, considerado o desenvolvimento baixo.

Subindo em direção ao Centro da cidade e a Praia de Iracema que ficam localizados na Secretaria Regional XII, nesses bairros encontra-se um amplo roteiro de casarões antigos que foram transformados em bares e boates, muito em virtude da sua centralidade comercial. O centro possui também praças que funcionam como locais de sociabilidades, como a Praça do Ferreira, a Praça dos Leões, Passeio Público e na Praia de Iracema onde está situado o Centro Cultural Dragão do Mar. Por ser uma região de comércio durante o período noturno há uma menor circulação de pessoas, tornando esse espaço mais vulnerável e inseguro. Em termos de IDH o centro está com (0,566), estando na posição 22º considerado um valor médio do desenvolvimento, enquanto o bairro Praia de Iracema encontra-se no 7º lugar, com valor de (0,72), considerado o desenvolvimento médio.

Já o bairro do Meireles e a Aldeota que ficam na Secretaria Executiva II, são lugares mais elitizados da capital cearense, habitado por classes médias e altas da capital, nesses dois bairros se encontram bares, boates e saunas, além de serem também um amplo roteiro turístico,

⁸⁴ Esses dados foram extraídos da lista dos bairros de Fortaleza por Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da Prefeitura Municipal de Fortaleza – Fortaleza Dados Abertos. Disponível em: <https://www.anuariodoceara.com.br/indice-bairros-fortaleza/>. Acesso em 12 de novembro de 2021.

o que há de comum entre esses dois bairros referem-se ao IDH, sendo os mais altos da cidade estando o Meireles em primeiro lugar, com (0,953) e a Aldeota em segundo lugar com (0,866). Por fim, na Praia do Futuro, local mais frequentado por turistas, estão localizadas as barracas e restaurantes, no IDH, desse bairro encontra-se com (0,291), estando na posição de 72º, considerado muito baixo. Apesar da Praia do Futuro está localizada em um território bastante turístico, há nas adjacências daquele bairro comunidades bastantes pobres.

Entre os principais locais identificados pelos informantes apareceram como opções de consumo do lazer LGBTI+: as barracas de praias, bares, restaurantes, boates, cinemas, livrarias, shoppings, saunas, teatros, cafés e alguns incluíram determinadas festas como o *Fortal*, carnaval fora de época (micareta) que acontece geralmente durante o mês de julho. Como essa era uma pergunta em que o/a participante poderia marcar mais de uma opção sobre os tipos de ambientes frequentados por esse público, identificou-se que entre os/as partícipes da pesquisa, 124 marcaram uma maior preferência pelos bares, em segundo lugar as boates com 76 marcações, em terceiro as barracas de praias com 64 marcações, em quarto lugar os cinemas com 26, em quinto lugar os cafés com 23 marcações.

O início do percurso foi realizado pelas boates da capital, no questionário apareceram as seguintes casas noturnas – Divine, Level, Lancelot, Haus, Órbita, Dona Santa e o Armazém (algumas dessas já foram fechadas), todas no entorno do Centro Dragão do Mar, que fica localizado na Avenida Antônio Justa, próximo do lugar estão circunscritas algumas das boates mais frequentadas pela população LGBTI+. Durante a pesquisa de campo estavam funcionando as seguintes boates: a Haus, a Level, a Viva Club a Lancelot. Nesse circuito de boates encontrou-se espaços que são considerados *friendly* ou mesmo LGBTI+, e outros que não “se rotulam”, apesar de em determinados dias possuir festas com uma forte presença desse público.

Na Rua Dragão do Mar, localiza-se uma das boates mais recomendadas pelas informantes, a Boate Level, famosa pelos shows de *Drags Queens*, seu funcionamento ocorre nas sextas, sábados e domingos, com um gosto musical bem eclético. Geralmente o ingresso da entrada custava entre R\$ 10 a 20 reais (antes da pandemia), conforme as páginas das redes sociais, além do nome na lista que garante o acesso das pessoas até uma determinada hora da noite de forma gratuita.

Na Rua Almirante Jaceguai identificou-se o complexo de boates: Armazém, Órbita Bar, Club Viva, Route Fortaleza, Lancelot. É preciso ressaltar o constante processo de rotatividade desse nicho econômico, na pesquisa identificou-se que muitas delas fecharam como foi caso da Boate Divine que encerrou suas atividades em janeiro de 2015, considerada como um espaço da Arte Drag Queen de Fortaleza, ela durou 15 anos na capital. No entanto, ao mesmo tempo

em que uma se fecha, uma nova surge, existem inúmeros fatores que podem contribuir para esse processo desde a falta de público, de rendimento econômico, incentivo financeiro, crises como a da Pandemia do Coronavírus que ocasionou no encerramento de muitos espaços. Mas isso não significa a decadência das boates, haviam outras sendo inauguradas como foi caso da Boate Club Viva.

Observou-se que há por parte dos informantes uma atenção dada a insegurança próximo das boates, muitos relataram os constantes assaltos e as violências praticadas nas adjacências desses lugares, apesar de existir monitoramento por parte da Polícia Militar, permanece um déficit de segurança local, isso antes da pandemia. Já no decorrer da crise sanitária do Coronavírus, houve proibições de funcionamento desses espaços em virtude dos decretos governamentais, para conter a expansão da Covid-19. De acordo com uma reportagem de Feitosa (2021), no jornal O Povo, muitas boates da Praia de Iracema e do entorno do Centro Dragão do Mar, foram saqueadas ao longo da Pandemia,

A boate Level afirma que sofreu um prejuízo de cerca de R\$ 150 mil em saques e roubos. No mesmo período, o Cais Bar, espaço que congregou o nascer e a afirmação de compositores do Estado nas décadas de 1980 e 1990 e foi permanentemente fechado em 2003, ali na Rua Dragão do Mar, teve a estrutura totalmente saqueada (FEITOSA, 2020).

Contraditoriamente, as boates revelam processos paradoxais pensando além do fenômeno de captura desses indivíduos pela lógica do consumismo, nos espaços frequentados viu-se que algumas delas empregam pessoas LGBTI+ para trabalharem, sejam como balconistas, garçons, seguranças ou para fazerem shows. Para esses sujeitos estes espaços são importantes, pois garantem uma fonte de renda, visto que não encontravam trabalho em outros lugares em virtude muitas vezes do preconceito e das discriminações. Além disso, há uma questão importante que França caracteriza que “[...] notadamente as boates e bares, cumprem um papel especial: neles se atualizam referências a respeito da homossexualidade, expressas nos ambientes, na música, nas roupas, nos acessórios, na aparência e apresentação corporal, entre outros” (2010, p. 10).

Nas visitas foi possível identificar um pouco dessa dimensão apontada pela autora, o circuito das boates movimenta um mercado bem mais amplo e complexo, até o modo de se vestir, há por traz diversas perspectivas com as relações de consumo o uso de roupas, bebidas entre outros, mas além dessas perspectivas, verifica-se que em relação ao debate do homonacionalismo de mercado por via do *pinkwashing* um caminho que na territorialidade brasileira são muitas vezes atraídas por esse discurso da responsabilidade social, de espaços que

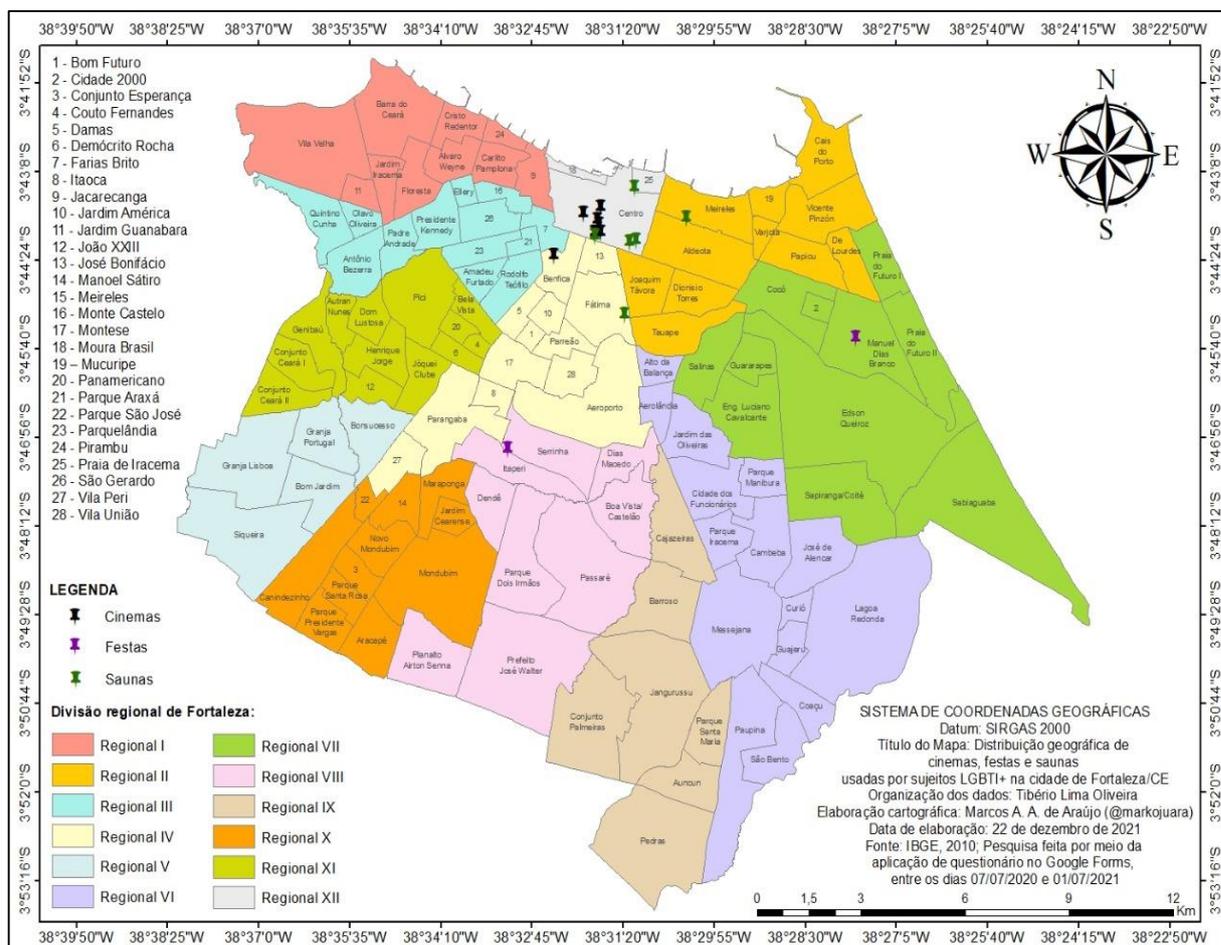
são seguros e respeitosos. Em uma sociedade altamente conservadora como a brasileira, e no caso de Fortaleza que tem uma formação social fundada em aspectos do autoritarismo, do coronelismo, do machismo e do sexismo como marcas colossais desse território, a expansão desses locais homoeróticos aperfeiçoam uma imagem de progresso para a cidade.

Outros espaços que se encontram no entorno do circuito do Centro Cultural Dragão do Mar, são os “barzinhos”, frequentados por turistas, heterossexuais e por pessoas LGBTI+, os principais bares “O Chopp do Bixiga”, conhecido pelo famoso chopp de vinho, é um espaço frequentado por esses sujeitos “no esquentar”, antes de entrarem para as boates que começam as festas em torno das 23 horas. A diversidade de encontros fomenta uma sociabilidade local, há uma forte circulação de pessoas, entre a Praça Central e as boates. No decorrer das análises observou-se que por parte dos participantes da pesquisa, houve ao longo dos anos muitas mudanças em relação aos espaços frequentados pelas pessoas LGBTI+, percebe-se isso nas falas, quando ressalta a ocupação de outros locais:

A cena LGBTI+ em Fortaleza mudou bastante nos últimos anos, as boates mais conhecidas que eu frequentava fecharam (Meet e Dona Santa) e as pessoas começaram frequentar e ocupar espaços não específicos para LGBTI+, a exemplo do Órbita Bar (boate) e da Órbita Blue (barraca de praia) e conviver com héteros no mesmo ambiente. O único espaço LGBTI+ que eu ainda frequento é o bar Teresa e Jorge, mas também é frequentado por héteros (RELATO PARTICIPANTE - QUESTIONÁRIO).

Apesar das boates serem espaços segmentados que se inter cruzam uma diversidade de sujeitos, identificou-se nas boates de Fortaleza uma ausência maior de um público mais maduro, as normas ainda estão presentes nesses espaços, demarcando posições sociais e culturais nesses espaços. Assim, como formas de fugir dessas normalizações, viu-se que na capital tem se desenvolvido também espaços de festas destinados ao público *bear gays men*, conhecidos no Brasil como homens gays ursos, que são aqueles que geralmente são gordos, peludos e mais maduros, fugindo nas normas padrões dos corpos. Desde 2015 é realizada na capital cearense a festa *Bear Pool Party Paradise – Fortaleza/Ce*. A festa ocorre em bairro mais periférico da cidade, na Serrinha. Esse espaço apresenta-se como um local que transfigura as noções de corpo e de masculinidades, apresenta-se como um lugar que foge de uma determinação sobre sexualidade e a questão etária, portanto indo na mesma linha de análise de França “a cena dos ursos desenvolve-se em posição crítica em relação ao que veem como a imposição de corpos malhados e jovens e a um consumismo superficial que marcariam a sociabilidade entre homens gays” (2012, p. 236). No mapa a seguir verifica-se a distribuição dos cinemas, festas e saunas:

MAPA 6 – MAPA DA CIDADE DE FORTALEZA - DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS ESPAÇOS DE CONSUMO LGBTI+ - CINEMAS, FESTAS E SAUNAS.



Fonte: Dados do organizador da pesquisa. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Portal de Mapas. Organização do Território. Malhas Territoriais. Malha de Unidade da Federação. 2010. Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#homepage>. Acesso em: 22 dez. 2021.

Além, desses espaços localizou-se, também, as saunas destinadas ao público masculino.

No total de seis saunas, grande parte estavam concentradas no centro da cidade: 1) Dragon Health Club Fortaleza, no Bairro Praia de Iracema, valores variam entre R\$ entre 35 a 50 reais; 2) Rommeo Hotel Sauna Fortaleza, Centro da cidade, valores variam entre R\$ entre 35 a 69 reais; 3) Califórnia Thermas Club, Centro, valores variam entre todos os dias 27 reais, nas quartas e nas sextas 40 reais; 4) Sauna Martins, bairro Meireles, não consegui ter acesso aos valores das entradas; 5) Sauna Très Chic, bairro Centro, o acesso todos os dias 30 reais; 6)

Mykonos Thermas Club, Bairro José Bonifácio, não se conseguiu ter acesso aos valores das entradas⁸⁵. As saunas são estabelecimentos mais voltados para o público gay, assim as:

Saunas onde havia “caçação”, ou seja, paquera homossexual, e ocorriam atos sexuais já existiam há tempos. Mas, nesses lugares, o sexo era uma coisa apressada e furtiva; geralmente havia alguma forma de repressão exercida pela casa, com maior ou menor rigor. A novidade nos estabelecimentos que agora estão surgindo está no fato de serem concebidos e claramente dirigidos a uma freguesia homossexual e encorajarem a atividade sexual; por exemplo, com a exibição de vídeos pornô homossexuais na sala de repouso coletivo (MACRAE, 1983, p. 54).

As saunas proporcionam uma rotatividade econômica em diversos aspectos sejam eles financeiros, devido ao pagamento nas entradas para acessar ou no consumo de bebidas e alimentação, pois muitas delas possuem bares e restaurantes. Além disso, há também uma geração de lucratividade, esses ambientes possuem as cabines privativas, o aluguel de quartos privados para encontros, salas de massagens, bem como o comércio do sexo onde se encontram muitos garotos de programas oferecendo trabalhos. É preciso ressaltar que as saunas são frequentadas exclusivamente por homens cis, não há a presença de mulheres nesses locais.

Mais um ambiente bastante visitado pelos turistas e pelos sujeitos LGBTI+ na capital cearense são as barracas de praias, que oferecem diversos tipos de serviços (shows, alimentação, bebidas alcoólicas) das várias localizadas entre as praias de Iracema até a Praia do Futuro, duas são bastante conhecidas historicamente por serem espaços frequentados pelo público LGBTI+. Na Avenida Beira Mar, no Bairro no Meireles encontrou-se a famosa Barraca do Joca, outra semelhante está localizada na Av. Clóvis Arrais Maia, na Praia do Futuro, a Barraca Cabumba, ambas são frequentadas pelo público LGBTI+, além de uma outra que estava sendo cada vez mais apropriada por esses sujeitos, o Órbita Blue.

No tocante aos bares frequentados pelos sujeitos LGBTI+ identificaram-se vários como – Teresa e Jorge; Toca do Javali; The Lights, Cantinho Acadêmico; Paraíba Bar, Varandão da Vila, BarKanas, Mambembe, Moreno’s Bar, Disney Lanches, Bar do Feijão Verde; Boteco Vintage, Bar do Martins, Favas Bar, Abaeté Boteco; Lions, Bolacha Mágica, Serpentina, Bar do Madrugada, Bodega do Raul, gato Preto, Vilarejo 84, Beer After Ride, Republic, Biroasca Verde, Astrologic. É importante ressaltar que muitos desses são visitados tanto por LGBTI+, como por heterossexuais, e que alguns desses espaços não se rotulam como *gays friendly*.

No Bairro do Benfica estão alguns espaços frequentados ao público LGBTI+. A região é bastante movimentada, devido estar localizada nas adjacências das faculdades de humanidades da Universidade Federal do Ceará (UFC), além da sua proximidade com centro

⁸⁵ Os valores supramencionados são de domínio público, e podem ser encontrados nos sites oficiais de cada sauna.

da cidade. No bairro situa-se bares, cafés, brechós, restaurantes considerados *gays friendlys*, entre os mais conhecidos estão: *The Lights* e Bar Gato Preto, considerados botequins intimistas, possuem uma estrutura mais simples, frequentado por universitários e jovens, residentes próximos ao Benfica, além desse, tem também Carnaúba Cultural e as festas nas sextas-feiras no Toca do Javali. De acordo com um relato, observa-se que:

De certo modo os bares do Benfica muito mais como cena "alternativa" do que LGBT (principalmente Paraíba e Biroasca Verde, antigamente Bar da Lora, antes da chacina na Gentilândia) e Mambembe. Antigamente tinham mais opções de boate (Meet, Box, Donna Santa) que frequentava também (RELATO PARTICIPANTE - QUESTIONÁRIO).

Com a ida a campo, especificamente no entorno do Cendro do Dragão do Mar e nas Barracas de Praias como Órbita Blue e Cabumba, foi possível identificar a divisão dos marcadores de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade nesses espaços. Ao chegar na rua central onde ficava localizado o circuito de boates, em todas se identificou filas de pessoas para entrarem. A primeira visitada foi a Boate Level, nela observou-se um público mais diversificado, porém mais jovens de gays e lésbicas, com pessoas com roupas mais simples, e tinha a presença de algumas travestis, transexuais e drags queens. Além disso, alguns relatos apontaram essas questões:

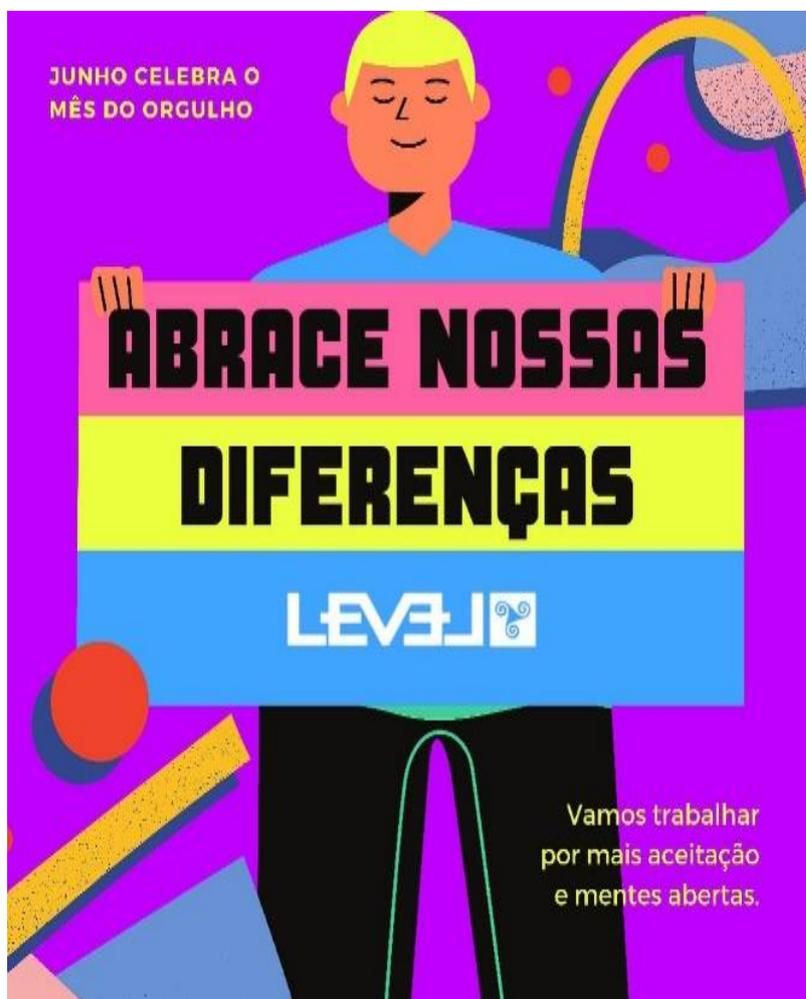
A principal barreira é a de classe social. Alguns desses espaços também acabam tendo uma perspectiva puramente mercadológica criando um padrão de consumo incompatível com as condições da maioria LGBTI da cidade que são pobres, da classe trabalhadora. Para além disso, penso que há também barreiras baseadas em padrões estéticos e comportamentais "aceitáveis" que vão desde o tipo e "qualidade" de roupa que usam ao modo como essas pessoas se expressam (BERNARDO, RELATO ENTREVISTA ABERTA).

Encontrou-se também alguns casais gays nas filas da Level de mãos dadas, e muitos jovens, a maioria dos que estavam na fila tinham entre 18 e um público de no máximo 40 anos, via-se que aquela rua se tornava de certa medida um lugar livre para visibilidade das relações afetivo-sexuais. Ao conversar com alguns que estavam esperando para entrar questionou-se o porquê daquela boate ter tanta gente, eles relataram o fato do custo-benefício e de fácil acesso. Nos relatos disseram que de vez por outra a boate fazia algumas promoções como uma forma de atrair o público.

Grande parte daquele/as que esperavam nas filas eram de classe média baixa e muitos eram estudantes, isso se materializou também nas respostas dos questionários. O público geral que frequenta a Level possui salário de até dois salários-mínimos, os relatos apontaram também que aqueles locais como a Level e o Club Haus promoviam o respeito a diversidade sexual e de

gênero. Pode-se identificar nas páginas de Facebook e Instagram de ambas as boates alguns cards de promoção ao respeito e a diversidade sexual. É importante salientar que apesar de serem locais frequentados hegemonicamente por pessoas LGBTI+ esses espaços não estão imunes as múltiplas formas de preconceito e de discriminações.

IMAGEM 4 – CELEBRAÇÃO DO ORGULHO PELA BOATE LEVEL.



Fonte: <https://www.facebook.com/boate.level.218/photos/a.528902487125301/3708097812539070>

A imagem 4, foi publicada nas redes sociais da Boate Level em Fortaleza, referente ao dia 28 de junho, comemorado o Dia Internacional do Orgulho LGBTI+. Observou-se que nesse durante esse mês muitos estabelecimentos fazem festas temáticas relacionadas as temáticas da diversidade. Assim, como durante o mês de maio, alguns espaços como o Club Haus, aproveitam para denunciar as práticas de LGBTIfobia, a seguir ver-se uma imagem que ilustra esse aspecto:

IMAGEM 5 – SOBRE O 17 DE MAIO – DIA INTERNACIONAL DE COMBATE A LGBTIFOBIA. CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA - BOATE HAUS.



Fonte: <https://www.facebook.com/HAUSFORTALEZA/photos/a.1041916749220730/3087236614688723>

Nos arredores do Centro Cultural Dragão do Mar, encontrou-se também muitos ambulantes, vendendo todo tipo de bebidas como: água, bebidas alcoólicas, refrigerantes, cigarros e comidas a preços bem mais acessíveis do que nas boates e nos bares. Nas conversas informais com as pessoas LGBTI+ que estavam ali próximo, elas disseram sobre a importância que tem os vendedores/as ambulantes tem em garantir a diversão daquele público, visto que nem todos/as possuíam dinheiro para consumir dentro das boates. No entorno, também, se via muitos carros de som, com “paredões” tocando músicas eletrônicas, forró, funk e sertanejo universitário. Muitos que circulavam na redondeza estavam se divertindo na rua de forma gratuita e não iriam entrar nas locais privados de consumo.

Na boate ao lado da Level, ficava localizada a “Órbita Bar”, na fila percebia-se que a hegemonia dos casais era de heterossexuais, porém identificaram-se também alguns gays e lésbicas. Na portaria perguntou-se a recepcionista responsável pela cobrança da entrada, se aquele espaço era LGBTI+, ela foi contundente em afirmar: “aqui não”. Mas ao entrar e circular no espaço identificou-se alguns casais gays e de lésbicas, ao conversar com elas, algumas afirmaram que aquele esse espaço era considerado como um local “alternativo”, frequentado por diversas pessoas, mas que em determinados eventos encontravam-se mais gays e lésbicas, principalmente nos dias de funk.

A tabela a seguir cita-se alguns comentários sobre esse espaço encontrado no site Tripadvisor de avaliação dos consumidores/as desse local:

TABELA 1 – TABELA DE COMENTÁRIOS AVALIATIVOS DE USUÁRIOS DO TRIPADIVISOR SOBRE A BOATE ÓRBITA BAR – FORTALEZA/CE.

Avaliação ruim:	Avaliação razoável:	Avaliação excelente:
Consumidor X: Ambiente e público bem legais, mas o que realmente deixa muito a desejar é o atendimento do bar. Os garçons praticamente te ignoram no balcão. Um sacrifício para conseguir tomar uma cerveja.	Consumidor Y: Local bem procurado pelo público em geral, tanto turistas como locais. É um local bem descolado da cidade de Fortaleza. Porém não é barato, as bebidas têm um preço bem elevado e falta climatização ao ambiente. Mas vale a pena conhecer, mistura de bar, pub e boate.	Consumidor Z: Ambiente muito agradável, todos os funcionários são muito simpáticos, tem opção de diferentes ambientes com músicas diferentes que atende a todo público, as bebidas são muito gostosas e a cerveja bem gelada, porém um pouco cara!

Fonte: Dados da pesquisa encontrados no site Tripadvisor - avaliações sobre Boate Orbita Bar. Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303293-d2342794-Reviews-or10-Orbita_Bar-Fortaleza_State_of_Ceara.html.

O preço elevado das bebidas aparece nas observações dos/as entrevistados/as como uma barreira financeira para que não tem esse poder aquisitivo de acessar esse tipo de local. Além desse fato, identificam-se também algumas questões de classe, a entrada nesse dia no Órbita custou 40 reais e as bebidas eram relativamente mais caras em comparação a outras boates visitadas, como se confirma nos comentários na tabela. O público era composto em sua maior maioria por pessoas de classe média alta e visivelmente branca. As pessoas que estavam naquele espaço eram hegemonicamente masculinas, embora tivesse alguns casais de lésbicas. Essas

dimensões tanto de classe, como de raça e de gênero também se materializam nas respostas dos questionários. Entre os 145 participante da pesquisa observou-se que um pequeno grupo de pessoas responderam que acessavam essa boate, esses que eram compostos em sua maioria por homens gays, brancos e cis e com um salário relativamente alto. Essa divisão segmentada dos espaços também é perceptível nas falas dos/das entrevistadas:

é algo bastante perceptível nas práticas e discursos e nas próprias divisas invisíveis dos espaços: a “boate das finas”, “local das pão-com-ovo”, “bar de sapatão”, etc ex.: boate meet ou das “metidas” em detrimento da divine (DANDARA, RELATO ENTREVISTA ABERTA)

Ressalta-se isso também nas barracas de praia a Órbita Blue, frequentada por um público mais classe média alta e do lado desse ambiente fica a Cabumba, um bar frequentado por pessoas de classe média, com preços mais acessíveis.

TABELA 2 – TABELA DE COMENTÁRIOS AVALIATIVOS DE USUÁRIOS DO TRIPADVISOR SOBRE A BARRACA CABUMBA E A ÓRBITA BAR – FORTALEZA/CE.

AVALIAÇÃO CABUMBA		AVALIAÇÃO ÓRBITA BLUE	
Comentário Razoável:	Comentário Excelente:	Comentário Razoável:	Comentário Excelente:
Consumidor X: Precisa de umas melhorias urgentes, visto que tem bons concorrentes perto. Bem vazia em comparação com as outras barracas.	Consumidor Y: Uma das mais atraentes barracas da Praia do Futuro. Com um público predominantemente gay, mas também se registra pessoas de diferentes condições sexuais, todos, com um comportamento simples e respeitoso. Trata-se de uma excelente barraca para se conhecer pessoas, fazer amizades ou algo a mais, com pessoas de todos os lugares do brasil em passagem por Fortaleza.	Consumidor X: Me pareceu uma barraca da moda, com público jovem e arrumado, inclusive bastante frequentado por gays. Música eletrônica o tempo todo e fila para conseguir mesas. Boa comida e atendimento, preço um pouco elevado (cerveja 600ml por R\$15). Em frente ao Hotel Gran Mareiro.	Consumidor Y: Ambiente muito sofisticado à Beira Mar (Praia do Futuro) mais precisamente. Música eletrônica ao comando de Dj, cerveja bem gelada, segurança privada e público bem jovial. Vale a pena conhecer, principalmente, aos fins de semana, a noite. Já vira aquela clássica baladinha com os amigos. Top de Mais. Indico!!!!

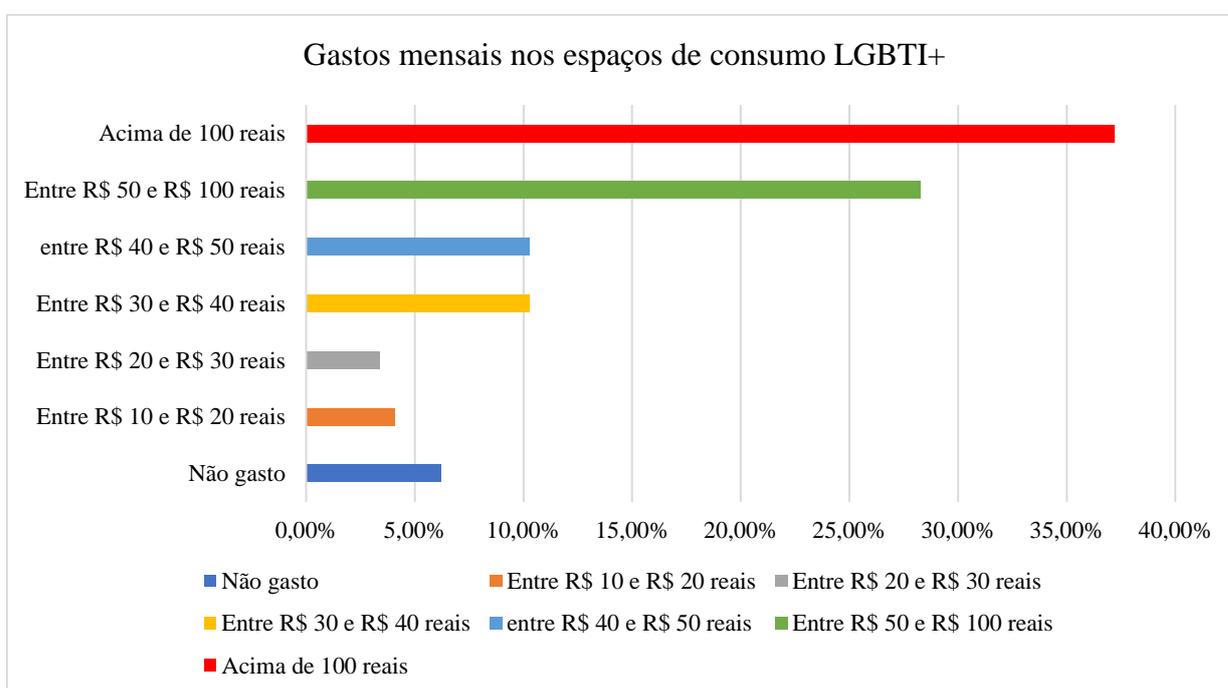
Fonte: Dados da pesquisa encontrados no site Tripadvisor - avaliações sobre Orbita Blue e Cabumba.

Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Restaurant_Review-g303293-d11787293-Reviews-Orbita_Blue-Fortaleza_State_of_Ceara.html e https://www.tripadvisor.com.br/Restaurant_Review-g303293-d5335552-Reviews-Cabumba-Fortaleza_State_of_Ceara.html.

Observou-se que na medida em que a cidade se torna um local paulatinamente mercantilizado, os diversos espaços e serviços tornam-se mercadorias e cada vez mais normalizados. Esse processo torna a cidade gradativamente fragmentada, segregada e privatizada, recrudescendo as desigualdades sociais e econômicas. De tal modo, o Órbita Blue, elucida simbolicamente e materialmente esse artifício de acesso a esse local de forma mais restrita, aquilo que França (2012), chama de uma “sofisticação do mundo gay”, ou seja, um lugar para pessoas bem-sucedidas. Esse padrão paradigmático de acesso ao lazer privativo, expõe as mais duras contradições do mundo das aparências do modelo de consumo imposto pela sociedade capitalista, que atribui uma imagem e uma dimensão subjetiva de sucesso e de glamour.

Ainda sobre a tabela anterior, ela ilustra esse fenômeno que atinge de modo expressivo a população LGBTI+, que apesar dos espaços serem locais de sociabilidades, de redes sociais, amizades, encontros foi visto que isso só é possível dada às relações de consumo, como um aspecto central, além do fato da competição entre locais tidos como “selecionados” para um público “seletivo”, ou seja, com poder aquisitivo alto. É fato que esses espaços geram bastante lucratividade, os da pesquisa ilustram esses gastos. A tabela a seguir mostra entre as taxas de consumo entre os sujeitos que participaram desse estudo:

GRÁFICO 11 – PORCENTAGEM DE GASTOS MENSAIS NOS ESPAÇOS DE CONSUMO LGBTI+ EM FORTALEZA/CE.



Fonte: Dados da pesquisa, questionário eletrônico Google Forms.

Sobre as principais apreensões identificadas na análise decorrida sobre a constituição histórica dos espaços de consumo do lazer privados voltados para as pessoas LGBTI+, na capital cearense, entende-se que o lazer é simplesmente difundido como uma territorialidade que foi se desenvolvendo a partir das necessidades específicas desses sujeitos, sob muitos ângulos e aspectos. Embora, muitas vezes dado ao preconceito e ao machismo como parte da formação social dessa cidade, esses espaços se expandiram a partir da lógica do consumo, sejam através da mercantilização cultural, artística ou turística.

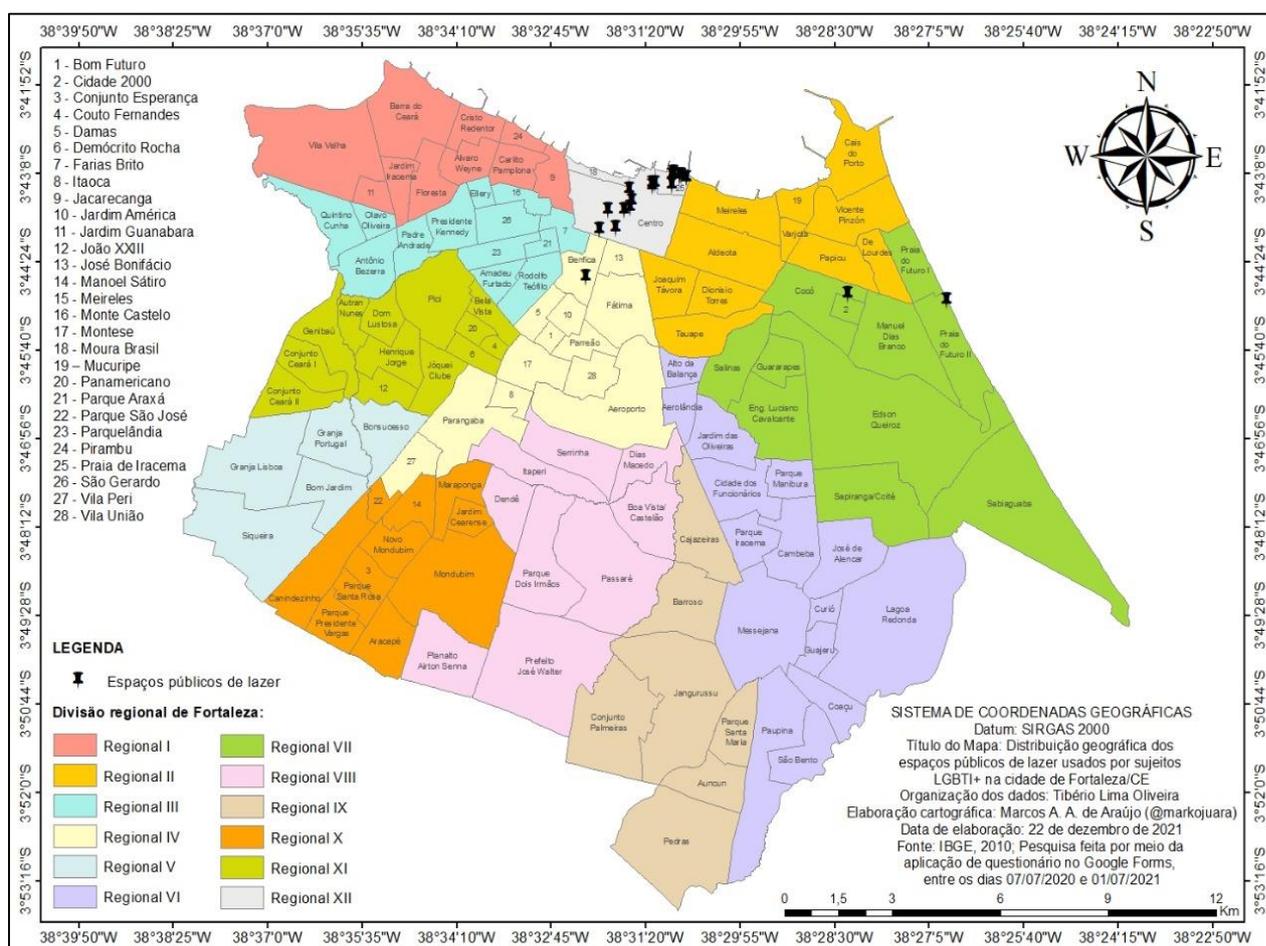
A complexidade que envolve esses locais faz parte da própria lógica do modo de produção capitalista que tem na sua essência um processo de subjetivação alienadora dos indivíduos, forjando estrategicamente capacidades para a circulação da mercadoria. Assim, nesse contexto pode-se afirmar que as sociabilidades do lazer destinadas a população LGBTI+ são campos extremamente viáveis para a reprodução capitalista e que estão constantemente em disputas seja pela afirmação das normas ou de transgressões dessas. As saunas, por exemplo, são abertas apenas para os homens gays cis, não há circulação de mulheres e pessoas trans, portanto verifica-se que há uma maior disponibilidade de espaço a atender as necessidades sociais, sexuais, e econômicas dos homens gays cis. Outro aspecto importante é a relação simbólica do apagamento desses espaços que muitas vezes funcionam no período noturno e/ou de portas fechadas para não chamar a atenção da sociedade heteronormativa.

E quando se pensa especificamente nesses sujeitos que desviam das normas binárias de gênero e sexualidade, a comunidade LGBTI+, vive o lazer historicamente de modo restrito, melhor dizendo, na concepção de Rolnik (2000), limitada a um determinado tempo e espaço mercadológico. Isso é latente na distribuição socioespacial dos locais de lazer voltados para o público LGBTI+ em Fortaleza/CE, percebe-se que grande parte desses lugares estão situados na parte norte da cidade, onde se concentram os bairros mais elitizados. As restrições são ainda maiores para Lésbicas, Travestis e Transexuais. Na pesquisa questionou-se aos participantes se eles/elas sentiam falta de lugares públicos de lazer voltados para a população LGBTI+ em Fortaleza, (78,62%) responderam que sentiam falta, (20,68%) relataram não sentir falta e (0,68%) não soube informar.

Em relação aos espaços públicos de lazer voltados ou frequentados pela população LGBTI+, identificou-se nos questionários os seguintes: os centros culturais como Centro Dragão do Mar, Teatro José de Alencar, Centro Cultural Banco do Nordeste, Espaço Cultural Belchior, Cine Club Vila das Artes, Rede Cuca, Maloca. Algumas ruas que também são ocupadas por esses sujeitos como os arredores do Dragão do Mar, Rua dos Tabajaras. As praças

públicas historicamente também são pontos de encontros e de sociabilidade da população LGBTI+ como: a Praça dos Leões, a Praça do Dragão do Mar, a Praça do Ferreira, a Praça do Carmo, a Praça da Gentilândia e o Passeio Público. Outro espaço bastante frequentado são as praias como: a Praia de Iracema, a Beira Mar, a Praia do Lido, a Praia dos Crush e a Praia do Futuro. E as feiras e os festivais como: a Feira do Auê, o Festival For Rainbow, os shows culturais na Praia de Iracema e os pré-carnavais agitados pelos Blocos de Carnavais das Travestidas os desfiles gays.

MAPA 7 – MAPA DA CIDADE DE FORTALEZA - DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS ESPAÇOS DE LAZER PÚBLICOS LGBTI+.



Fonte: Dados do organizador da pesquisa. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Portal de Mapas. Organização do Território. Malhas Territoriais. Malha de Unidade da Federação. 2010. Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#homepage>. Acesso em: 22 dez. 2021

No Centro Cultural Dragão do Mar, também, funciona como um espaço de encontro e de sociabilidade para os sujeitos LGBTI+, com as exposições artísticas, o teatro, o café, venda de artesanatos e o “Cinema Dragão”. Nesse espaço ocorre o “For Rainbow” - Festival de

Cinema e Cultura da Diversidade Sexual e de Gênero, que acontece desde o ano de 2006, com sua primeira edição. Além das exposições de filmes e documentários relacionados à temática da diversidade sexual e de gênero. Durante o evento ocorrem atividades paralelas, como festas, shows, exposições, lançamentos de livros, oficinas, workshops, saraus, performances artísticas e a feira de “empreendedores” LGBTI+, o festival reúne um público bem heterogêneo.

Outro espaço frequentado por grande parte do segmento LGBTI+ são as praias como a praia dos *Crush's*, um espaço público que fica em um trecho da Praia de Iracema, próximo ao Centro Cultural Belchior. Esse espaço ficou conhecido como um local de encontro de adolescentes, casais, paqueras, um dos poucos lugares aptos ao banho de mar, durante o final da tarde reúnem-se grupos para praticar atividades físicas como surfar, futebol, vôlei de areia, rodas de capoeira. Outros fazem piquenique, rodas de violão, um espaço bem diverso, agrupando diversos sujeitos.

Apesar da cidade de Fortaleza possuir alguns locais públicos de sociabilidades do lazer frequentados pela população LGBTI+, foi possível apreender que na sua essência esses espaços ainda são restritos ou muitas vezes funcionam como lugares de fuga de uma sociedade ainda arraigada de preconceitos contra esses sujeitos. Ademais, há que ressaltar que grande parte desses são lugares são configurados na modalidade comercial, ou seja, o lazer como espaço privado, algo que deveria ser de fácil acesso tem se tornado cada vez mais um produto mercantilizado, portanto “[...] essa situação agrava-se ainda mais porque não se vive o lazer de forma abrangente, como uma ideia de prazer percorrendo o cotidiano” (ROLNIK, 2000, p. 2).

Ainda para Rolnik (2000), o lazer no espaço urbano existe de muitas formas e ângulos, porém a autora cita que entre essas muitas relações pode-se observar duas posições uma centrada na dimensão dos privilégios e outra caracterizada pela relação com vida social na cidade. Desse ponto de vista o que se observa é que o lazer se apresenta na vida das pessoas LGBTI+ de Fortaleza como um direito contraditório. Entre os muitos aspectos um deles é a sua relação com as classes sociais, nota-se que um determinado público tem acesso de modo privilegiado a esses espaços, enquanto outros, muitas vezes, não têm se quer o dinheiro para pagar a passagem no transporte público e isso se manifestou de forma latente nas falas dos/das entrevistadas:

Falando de minha experiência enquanto moradora da periferia, não conheço um só lugar no bairro onde resido que tenha essas características. Além disso, em função de minha orientação sexual não ser pública para toda minha família, talvez até o meu desconhecimento quanto a existência de algum espaço de consumo e lazer LGBT no meu bairro possa estar atrelado a essa "impossibilidade" de frequentá-lo/s (caso existam) por conta da exposição, já que eu e minha família sempre residimos aqui,

conhecemos e somos conhecidos de muita gente e, portanto, seria uma exposição e não um espaço onde eu ficaria realmente a vontade. Então, mesmo no âmbito das especulações, eu suspeito que exista uma concentração muito maior de espaços de consumo LGBT no centro da cidade, o que já cria uma dificuldade maior de acesso, por exemplo, por parte de uma população periférica que não tenha condições de transitar e de se deslocar para esses espaços (JOANA, RELATO ENTREVISTA ABERTA).

Destarte, o que se observa é que mundialmente as corporocracias⁸⁶ tem se utilizado dos discursos de progressos dos direitos LGBTI+ para promoverem as marcas voltadas para as comercializações e para o consumo de mercadorias. O Ocidente soube muito bem prevalecer-se da lógica neoliberalizante, o poder ideo-político para se apropriar incessantemente de espaços como esses, de esvaziar a esfera pública em favor dos locais privados, mas esse fenômeno não tem sido apenas territórios do capitalismo central, a capitalização ocidental e cultural dos espaços de consumo LGBTI+ tem adentrado diversos lugares, capilarizando e se interiorizando em diversos países do capitalismo periférico.

Embora esses espaços ainda atendam uma determinada parcela da sociedade, focada em grupos que podem pagar pelo consumo, na periferia das grandes capitais esses espaços ainda são mais restritos. Fortaleza ilustra de forma bastante rentável esse processo de ocupação pelo solo capitalista desses territórios, entrando no cenário da transnacionalização e de uma modernização restrita a uma determinada parcela da sociedade, focando-se especialmente nos grupos mais elitizados da capital. No próximo tópico aborda-se as relações dos sujeitos LGBTI+ com os espaços públicos e privados do lazer na capital cearense.

4.3 A relação dos sujeitos LGBTI+ com os espaços privados de lazer em Fortaleza

*Juntas vamos fazer o ataque acontecer
Seja em qualquer lugar, as colegas grita vrá
Vai ter bicha machuda, bombada e mapô
Bicha urso e as trava tocando o terror
(Leona Vingativa)*

No item anterior se analisou que a cidade de Fortaleza se constituiu nos últimos anos, como uma capital com uma forte oferta de espaços privados do lazer para as pessoas LGBTI+, no entanto, ainda restritos a uma determinada parcela da sociedade. Esses espaços na ordem da sociabilidade capitalista, ainda possuem marcas que são construídos, segmentados e

⁸⁶ Conceito usado por Pereira (2020), a autora apresenta como as democracias no estágio capitalista são marcadas cada vez mais pela dominação política e econômica das grandes corporações.

hierarquizados por questões de classe, raça/etnia, gênero, sexualidade, geração e territorialidade. A música de Leona a Vingativa, elucida uma crítica a essas normalizações ao colocar que vai ter “bicha machuda, bombada, mapô, bicha ursos e as travas tocando o terror”, essa afirmação vai de encontro com que a sociedade de consumo do mercado LGBTI+ brasileiro expõe, paulatinamente marcado por normalizações. Apesar desse nicho ter se desenvolvido em uma sociedade heterossexista, viu-se nos últimos anos, esse tipo de comércio passar por fortes processos de higienização, focados na homonormatividade do consumo, esses são alguns dilemas postos pelo o “homonacionalismo à brasileira”.

Diante disso, esse tópico tem por objetivo analisar a relação do/as sujeitos LGBTI+ com os espaços de sociabilidade e do consumo do lazer voltados para essa comunidade em Fortaleza/CE. Em relação a sistematização e análises dos dados, buscou-se entender a afinidade dos participantes da pesquisa, os/as sujeitos LGBTI+, com os estabelecimentos de consumo privados, os motivos que levavam a consumirem nesses ambientes, os principais limites e a questão da violência. Usou-se os dados dos 145 participantes obtidos no primeiro questionário eletrônico e do segundo dos que participaram, um grupo mais fechado com 11 entrevistado/as, sendo realizadas 7 perguntas abertas. Foi a partir desses dados e respostas que deu para apreender algumas das dimensões que fomentam a manifestação do homonacionalismo de mercado em Fortaleza.

Ressalta-se que os resultados demonstram aproximações com esse fenômeno em tela, estudado nas particularidades de um território inserido em uma nação de capitalismo periférico e dependente, primando-se para o fato do constante apelo pelo consumo, das normalizações e pelas contradições postas pelo acesso ao lazer destituído como um direito para esse público. No entanto, também se apresenta como esses locais possibilitam redes de sociabilidades, relações sociais, construções de noções acerca de consumo, desejos, afetos, identidades e pertencimentos sociais. Enquanto pesquisador, tentou-se trazer esses múltiplos aspectos que determinam esses lugares, indo além de análises economicistas e politicistas acerca do objeto analisado.

Inicialmente, um dos assuntos que se ressaltou no decorrer da pesquisa em tela, refere-se à dimensão do que levava aqueles sujeitos a frequentarem tais espaços de consumo do lazer LGBTI+ privados em Fortaleza/CE. Surgiram várias respostas, embora entre as 145 pessoas que responderam, (61 participantes) expuseram o aspecto da sociabilidade e a facilidade de encontros entre pessoas LGBTI+ e amigos, (58 participantes) referiram-se em relação a afinidade da dimensão do fortalecimento e a terceira questão voltou-se para a segurança desses locais.

Ao buscar ouvir os/as 11 participantes da pesquisa sobre os motivos desses sujeitos de frequentarem e consumirem, especificamente, em espaços privados LGBTI+ na capital cearense e qual era a relação dele/as com esses locais, os relatos se voltaram quase que na sua totalidade para a questão da segurança como critério fundamental e em seguida a dimensão da sociabilidade entre as pessoas LGBTI+ nesses ambientes, aquilo que Eribon (2008), chama da “amizade como um modo de vida”. O relato a seguir elucida esses aspectos mencionados nas falas, em analogia a segurança e a sociabilidade:

Segurança principalmente, mas fatores como circulação de pessoas LGBTQIA+, tipo de entretenimento que é oferecido por esses locais também importam muito. Tenho uma boa relação com esses locais, além de segurança me proporcionam um espaço acolhedor que possibilita uma maior liberdade e sociabilidade (DAVID, RELATO ENTREVISTA ABERTA).

Fortaleza tornou-se uma capital com altos índices de violência, com constantes assaltos, roubos e até mesmo assassinatos, é tanto que de acordo com o 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o Ceará é o estado com maior taxa de assassinatos do país no ano de 2020, e quando se fala de uma territorialidade a Região Metropolitana de Fortaleza foi uma das mais violentas do Brasil, e para determinadas pessoas, essa violência se expressa de forma mais acentuada.

Diante disso, é notório que a violência LGBTIfóbica como um fator que contribui para a construção de ambientes privados focados nesse público, além da insegurança urbana vivida por esses sujeitos. Espera-se nessas áreas a possibilidade de se viver uma afetividade dissidente sem ser discriminado, constrangido ou desrespeitado, e com segurança. Alguns dos relatos apontaram para a dimensão do anseio de pertença e de acolhimento:

Sentimento de pertença e segurança. Hoje sinto saudades desses espaços e quando era possível frequentar sentia como um refúgio para válvula de escape do cotidiano (HENRIQUE, RELATO ENTREVISTA ABERTA).

Frequento pela identificação com público, o local e as atrações, além da questão de sentir à vontade e seguro. A minha relação com os espaços é resumidamente comercial, ir para dançar, curtir, beber, ouvir músicas, encontrar amigos (JOANA, RELATO ENTREVISTA ABERTA).

De tal maneira, ao tratar das relações desses sujeitos, com esses ambientes observou-se que a relação era comercial, mas esse consumo tem uma dimensão de sociabilidade e afetividade com os espaços, ao construir redes sociais com sujeitos LGBTI+ e amigos, “[...] entende-se a importância decisiva desses lugares de que sabemos que têm por principal função

possibilitar os encontros (e, por conseguinte, a necessidade de guias que indiquem sua existência e onde fica para os “recém-chegados”) (ERIBON, 2008, p. 38). Todavia, é preciso apontar que muitas vezes LGBTI+ não são acolhidos por suas famílias, amigos e colegas de trabalhos, nesses locais de consumo é possível encontrar pessoas que vivem essas mesmas relações, além de poderem dar visibilidade a suas orientações sexuais e de gênero:

O que me levava a frequentar e a consumir em espaços LGBTI+ em Fortaleza era, primeiramente, o desejo por diversão, leveza, relaxar após um dia cansativo de trabalho, por vezes exaustivo e também tolhedor de minha existência em toda sua plenitude. Afinal, a gente não pode ser o tempo todo o que a gente é e o que a gente quer ser no espaço de trabalho. Para algumas pessoas, especialmente LGBT's, essa existência pode ser tolhida também em outros espaços, como a própria casa (JOANA, RELATO ENTREVISTA ABERTA).

Essa fala apresenta uma dimensão importante que muitos pesquisadores/as trazem em suas análises (FRANÇA, 2010, PARKER, 2002, ERIBON, 2008), que se referem para o fato de uma certa liberdade que esses locais possibilitam, de pessoas LGBTI+ poderem dar visibilidades aos seus afetos e desejos. Como o relato acima menciona, muitas vezes essas pessoas não podem dar visibilidade as afetividades em suas residências familiares, até mesmo não são respeitados por estes. Já nos setores privados de consumo LGBTI+, essas experiências podem ser possíveis, de construção de redes sociais, laços de amizades e as demonstrações homoeróticas. Nas visitas às boates, aos bares e barracas em Fortaleza, verificou-se entre os/as consumidores/as esses aspectos elucidados, manifestações de afetos, casais gays se beijando, mulheres lésbicas de mãos dadas, pessoas paquerando e muita “fechação” do público, o brilho dos corpos, as gargalhadas livres e as roupas ousadas e descontraídas, um conjunto de elementos que destoam da sociedade heteronormativa.

A princípio quando esses lugares começaram a surgir de forma mais efusiva nos anos 1960 e 1970, eles eram considerados pelos olhares da sociedade moralista como zonas marginalizadas, sujas, muitos funcionavam de forma clandestina, dando pouca visibilidade (MacRAE, 1983). Esses “guetos” na visão do autor supracitado, atraíam indivíduos que não podiam falar das suas identidades sexuais e de gênero, além das fortes perseguições que esses sujeitos enfrentavam em razão do contexto de ditadura civil-militar. No entanto, nos anos de 1980, começava a surgir um novo cenário na sociabilidade homoerótica brasileira, a decadência dos anos de chumbos de repressões e torturas, liberaram uma cena cultural calorosa, muito entusiasmada pelo contexto de redemocratização no país:

Esse comportamento, anteriormente inconcebível em público, está começando a ter respaldo em várias esferas da sociedade. É verdade que vem ocorrendo de modo mais marcante no mundo do comércio e dos serviços, no qual o mercado homossexual desponta com um novo filão a prometer bons lucros (MACRAE, 1983, p. 53).

Os rumos que “a liberação gay” tomaram, partiu muito em função de uma visibilidade na esfera do comércio, embora o movimento LGBTI+ tenha conseguido conquistar ao longo dos anos uma importante representatividade no cenário político, de lutas por direitos e políticas públicas de combate a discriminações, de preconceito contra essa população, esse cenário não deixou de ser LGBTIfóbico.

Esses sujeitos coletivos enfrentaram nessas décadas enormes desafios marcados por uma sociedade autoritária, conservadora e extremamente sexista. Um congresso nacional que não avança nas legislações voltadas para a proteção dos direitos humanos dessa população. No entanto, em termos de representatividade MacRae (1983), apresenta uma importante análise ao dizer que o processo de maior visibilidade das pessoas afirmando publicamente as identidades sexuais e de gênero, contribuiu para uma “autoimagem positiva” desses indivíduos, por outro lado esses sujeitos estiveram mais suscetíveis às novas manifestações de capturas ideológicas como o homonacionalismo e o *pinkwashing*:

O que torna as pessoas LGBT e seus aliados tão suscetíveis ao homonacionalismo e à lavagem rosa é o legado emocional da homofobia. A vasta maioria das pessoas queer teve experiências profundas de opressão, muitas vezes no reino abrasador da família, refletida pela falta de direitos legais e reforçada por representações distorcidas nas artes e no entretenimento⁸⁷ (SCHULMAN, 2016).

Do mesmo modo, em termos de absorções nesse cenário mercadológico e de consumo, viu-se crescer o mercado LGBTI+, com foco no *pink money*, esse que soube muito bem aproveitar esse fenômeno em diversos aspectos. A invisibilidade nas políticas públicas de combate as violências e a insegurança geradas por essa modalidade de preconceito, e por outro lado a maior visibilidade desses sujeitos, foram com um afrodisíaco para que esse nicho econômico se autopromovesse, que identificou como uma potencialidade para a lucratividade, ao venderem a lógica do respeito e da segurança, assim “não só o homossexual virou mercado, como também virou mercadoria. De diversos modos sua imagem é vendida ao grande público” (MACRAE, 1983, p. 55).

⁸⁷ Texto original: “What makes LGBT people and their allies so susceptible to homonationalism and pinkwashing is the emotional legacy of homophobia. The vast majority of queer people have had profound oppression experiences, often in the searing realm of family, reflected by the lack of legal rights and reinforced by distorted representations in arts and entertainment” (SCHULMAN, 2016).

Em vista disso, sobre o aspecto acerca da segurança dos ambientes de consumo do lazer LGBTI+, questionou-se também entre os/as 145 participantes da pesquisa se já tinham sofrido algum tipo de violência/ou discriminação nesses espaços privados, os dados apontam que (76,5%) não sofreram nenhum tipo de violência, no entanto (13,8%) afirmaram ter sofrido assédio, (7,6%) violência moral, (5,5%) violência psicológica, (2,8%) racismo, (2,1%) violência física. Apesar de grande parte afirmar não ter sofrido nenhum tipo de violência, a base de afirmação vem em sua grande maioria de homens gays, cis. Já as que afirmaram ter sofrido violência foram as mulheres cis e trans. Mesmo sendo essas zonas de sociabilidades homoeróticas, eles não estão livres desses tipos de violações.

E mesmo quando se questionou aos participantes da pesquisa, se já presenciaram algum tipo de violência ou discriminação, contra outras pessoas ou com colegas nesses espaços privados de consumo, voltados para população LGBTI+, enquanto resultados os dados aferem que (55,2%) nunca presenciaram algum tipo de violência ou discriminação, enquanto que (24,8%) já presenciaram assédios, (17,9%) violência física, (17,9%) violência moral, (15,2%) racismo, (13,1%) violência psicológica, (0,7%) transfobia e (0,7%) roubos e assaltos. Ou seja, apesar da grande parcela anteriormente afirmar não ter sofrido algum tipo de violência, mas já presenciaram isso acontecer com outras pessoas.

Anteriormente observou-se que grande parte dos sujeitos afirmou não ter sofrido algum tipo de discriminações e preconceitos nesses espaços de consumo privados voltados para esse público, embora outra parte afirme que já presenciou esses tipos de violências. Assim, questionou-se se consideram que esses lugares de consumo do lazer, promovem alguma agenda de respeito para as pessoas LGBTI+. Entre os/as 11 participantes da pesquisa, as respostas foram bem divididas, elucidando aspectos positivos e negativos.

Dentre as principais dimensões positivas as falas ressaltaram aspectos de que são bem acolhido/as, apontaram que em alguns estabelecimentos fazem o mínimo que é respeitar, embora considerem que seja uma forma de atrair esse público de consumidores/as, outros descreveram que há a atenção com conscientização, com cartazes de campanhas, sobre o respeito a diversidade sexual e de gênero. As falas a seguir apresentam alguns desses elementos positivos:

São espaços acolhedores e que na maioria das vezes respeita identidades de gênero e sexualidade proporcionando um conforto importante (RAUL, RELATO ENTREVISTA ABERTA).

A maioria cumpre pelo menos os requisitos mínimos de respeito e acredito que é algo que esses espaços deixam evidenciado quando querem atrair o público LGBTQIA+,

pois a sensação de que esse espaço está se vestindo essa camisa é um atrativo para esse público a maioria, sim. Sinto-me bem acolhido e atendido (RICARDO, RELATO ENTREVISTA ABERTA).

Em termos de aspectos negativos, alguns ressaltaram a dimensão da mercantilização acima de tudo, da lucratividade e do comércio se colocarem como preponderantes quando se falam em respeito à diversidade sexual e de gênero. Além disso, alguns discursos trouxeram também os limites que esses locais possuem, como o caso das hierarquizações de classe, raça, gênero, sexualidade e territorialidade, assim como as segmentações, exemplo disso a questão das saunas, onde mulheres cis e travestis são proibidas de entrarem.

De um modo geral, a lógica do mercado está acima da noção de respeito à diversidade sexual e de gênero. Por exemplo: saunas e boates em que a presença de travestis é interdita (PEDRO, RELATO ENTREVISTA ABERTA).

Enquanto mulher bissexual, sempre me senti relativamente confortável, mas será que o mesmo ocorria com mulheres lésbicas, por exemplo? E com jovens da periferia, será que esse acesso era oportunizado? São questões que me passam... Quando mais nova, eventualmente frequentei "boates gays". À época, eu não havia tido nenhuma "experiência lésbica" (não sou muito afeita a esse rótulo, embora compreenda sua importância em alguns espaços e sob alguns aspectos), então me encontrava ali, uma jovem mulher cis, branca, até então "heterossexual" (acredito que sempre fui o que sou, mas destaco aqui para demarcar a impressão a partir das experiências vividas até então) que frequentava essas boates geralmente com amigos homens cis, gays, brancos, todos de classe "média baixa o C", digamos assim. Nessas boates, especificamente, eu não percebia essa promoção de uma "agenda de respeito" para pessoas LGBT, o que estava muito colocado pra mim era essa dimensão do consumo: empresários (geralmente homens brancos cis, gays ou não) vislumbravam um nicho de mercado consumidor extremamente atraente e decidiram investir para lucrar. Por outro lado, alguns dos bares e espaços culturais que poucos anos depois em vim a frequentar, já me pareciam ter uma agenda cultural mais preocupada com a defesa de alguns direitos, valores, respeito principalmente para com esse público (JOANA, RELATO ENTREVISTA ABERTA).

Os dois relatos apresentam importantes visões sobre esses espaços destinados para o lazer privados da população LGBTI+. Ademais, é preciso pensar que alguns desses, ainda são restritos, para determinadas pessoas, como a população trans, além dos aspectos de normalizações das identidades que são incessantemente interpeladas. A transfobia de fato é um aspecto muito forte na realidade brasileira, e isso se reproduz também na hierarquização de acesso dessa sociabilidade, nas quais muitas vezes essas pessoas são negadas de acessarem ou são constantemente destrasadas, sofrem algum tipo de violência transfóbica e geralmente são negadas de acessarem aos banheiros femininos:

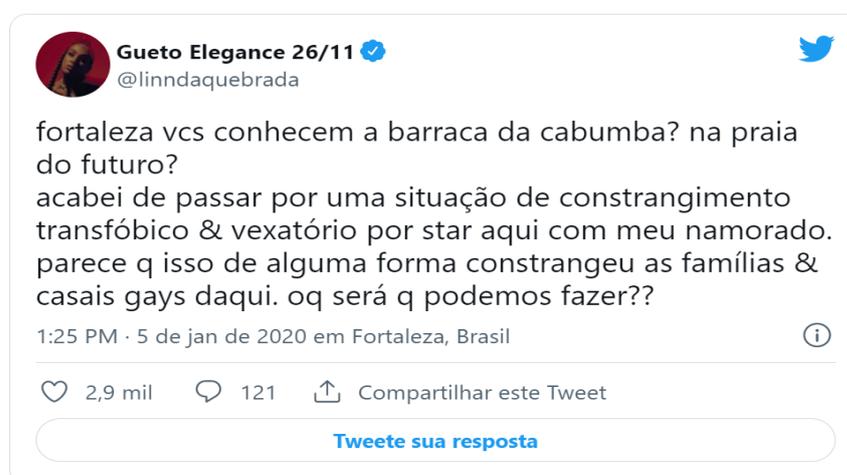
Já fui barrada no banheiro feminino de um restaurante em Fortaleza, onde ocorria o aniversário de uma amiga também travesti. Esta me chamou para ir ao banheiro com ela, e eu já temerosa tentei não ir, mas fui em meio à insistência da colega, que também

estava temendo ir só. Acabei indo, e ao nos levantarmos da mesa todos que estavam no restaurante nos seguiram com os olhares. Quando chegamos defronte ao banheiro feminino, os seguranças nos barraram; minha amiga começou a falar alto, e todos do restaurante perceberam. Alguns riam discretamente, outras de forma estridente, pedi que minha amiga se acalmasse, chamei um garçom e solicitei a presença do gerente (ANDRADE, 2012, p. 152).

É tanto que em um dos lugares citados pela público LGBTI+ na pesquisa, o Floresta Bar, embora não seja um lugar considerado LGBTI+, mas é bastante frequentado por esse público, no ano de 2020, uma transexual, de 26 anos foi impedida pelo segurança do estabelecimento de acessar o banheiro feminino, posteriormente as Mães pela Diversidade, realizaram um protesto em frente ao bar, denunciando o ato de violência transfóbica, o bar na época lançou uma nota se retratando do ocorrido (LEITE, 2020). Mas esse não é um caso isolado, em uma busca rápida na internet, encontrou-se outros casos semelhantes em que travestis e transexuais sofreram alguns desses tipos de violência em locais de consumo.

Outro caso envolvendo transfobia, apesar de não ter tido tanta visibilidade na mídia, ainda no ano de 2020, a cantora e ativista Linn da Quebrada, que estava de passagem por Fortaleza, publicou em suas redes sociais, um ato de transfobia que ela sofrera juntamente com o seu namorado, em uma barraca de praia no bairro Praia do Futuro. O ato transfóbico envolvia alguns gays que se incomodaram com os afetos trocados entre Linn e o seu namorado. Apesar do ocorrido ter advindo de um outro consumidor, o estabelecimento veio a público se pronunciando contra a atitude discriminatória:

IMAGEM 6 – RELATO DE TRANSFOBIA QUE LINN DA QUEBRADA SOFREU EM ESPAÇO LGBTI+



Fonte: <https://twitter.com/linndaquebrada/status/1213859079191433223>. Acesso dia 24 de novembro de 2021.

Considera-se que em termos de respeito à diversidade sexual e de gênero em torno da população LGBTI+, afirmar que todos os espaços desenvolvem uma agenda de promoção a diversidade, algo muito cauteloso, visto que o jogo do mercado está como a finalidade principal desses estabelecimentos. É preciso reconhecer que grande parte dos administradores/as, não fazem cursos de formações, atualizações sobre os direitos e qualificações, isso se reproduz na forma como tratam e atendem essas pessoas, “[...] considerando que as demandas dos consumidores nem sempre se igualam à atuação dos empresários, ou seja, não há qualquer conexão direta entre anseios do consumidor e atuação dos empresários” (FRANÇA, 2012, p. 239).

Ademais, nesse perfil de consumidores/as é preciso considerar diversos aspectos, quando se fala no público de homens gays cis e de mulheres lésbicas cis frequentando em espaços voltados para esse público, na ordem das hierarquias de gênero e sexualidades, esses territórios são atravessados pelas relações patriarcais de gêneros, nos quais os homens ainda são mais bem tratados e em grande parte não sofrem assédios e/ou importunações sexuais, como as mulheres enfrentam. Assim, quando se trata da população trans, essa realidade se complexifica ainda mais nesses contextos, em virtude das transfobias institucionais que rebatem sobre essas pessoas.

Diante desses conjuntos de elementos supracitados, a pesquisa também apresentou um dado importante em relação ao consumo, questionou-se os/as 145 participantes se esses consumiriam em lugares conhecidos como LGBTIfóbicos, como resultado verificou-se que 95,9% dos participantes não consumiriam, enquanto 4,1% consumiriam. O estudo procurou saber sobre quais critérios os/as participantes escolhiam as marcas e espaços que consumiam, (94 participantes) disseram que em virtude do preço acessível, (63 participantes) responderam sobre o engajamento em causas sociais e LGBTI+, (59 participantes) falaram sobre as que tem costume em usar, (31 participantes) mencionaram o gosto pela marca, em menor quantidade disseram também sobre: a questão da moda, status, qualidade, estética, que não são bolsonaristas, práticas ambientalistas e sem critérios. Ainda sobre o questionamento sobre esses critérios foi perguntado se importavam com o posicionamento social e político das marcas das quais consumiam, (90,3%) relataram que se importavam e (9,7%) disseram não se implicar.

Esses dados são significativos para demarcar a posição política desses sujeitos, além de expressarem uma visão crítica ao fenômeno do *pinkwashing* quando empresas se dizem simpatizantes da causa LGBTI+, mas na verdade reproduzem apenas ações de *marketing* para atrair esse público. Apesar da população LGBTI+ ser cada vez mais interpelada pelo fenômeno do homonacionalismo de mercado, ser levada ao forte consumismo devido ao poder de compra

de parte desses sujeitos e o forte apelo a normalizações, ainda há, processos de resistências por parte desses indivíduos, que se colocam na contramão dessa realidade. No entanto, o apelo ao consumo e as formas de normalizações que o mercado de consumo do lazer se coloca é produto das relações sociais capitalistas neoliberais focadas em alguns indivíduos que podem pagar para ter acesso a esses determinados locais.

4.4 As violências contra pessoas LGBTI+ na cidade de Fortaleza/CE

*“Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como implantação e manifestação de poder”
(Achille Mbembe)*

Antes de abordar o acesso da população LGBTI+ ao mercado de consumo do lazer, se traz algumas considerações acerca da violência estrutural, como marca central que rebate na vida desses sujeitos. Visto que essa exerce no âmbito das relações sociais, uma função social de manutenção de privilégios para os corpos heterocentrados. A violência, como parte da vida desses sujeitos, impõe limites para esses indivíduos poderem vivenciar a vida cotidiana de modo pleno.

Nesses termos, o lazer torna-se uma necessidade garantida em grande parte pelo mercado, em virtude da insegurança pública, do medo e das agressões físicas que essa população enfrenta diariamente nos espaços urbanos. Em razão disso, esse tópico tem por objetivo analisar como a violência estrutural LGBTIfóbica e como essa se manifesta no cotidiano de vida da população LGBTI+ na capital cearense, como esse fenômeno contribui para a reprodução do mercado de consumo voltado para esses sujeitos. Ademais, apresentam-se também os custos econômicos e os desafios sociais ocultos de ser LGBTI+ em uma sociedade marcada pela violência.

A realidade contemporânea mostra o quanto o Brasil foi construído como uma nação que tem nos seus pilares de sustentação a violência e o autoritarismo, como dois aspectos colossais da formação desse país. Internacionalmente essa nação é vista como um território festivo, alegre, nas quais essas dimensões convivem pacificamente. Conhecida pela terra do samba, do frevo e do maracatu, de uma pseudo harmonia entre as raças e etnias, da defesa da diversidade étnico-racial e sexual (CHAUÍ, 2017). Todavia, observa-se que toda essa ideologia discursiva não passa de um mito construído e que nega a violência como a marca central da formação desse país.

Isso se mostra na ausência de dados governamentais sobre a particularidade da violência contra a população LGBTI+. Somente em 2020, que pela primeira vez no Brasil o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), realizou no seu relatório de estudos do Atlas da Violência, um parecer inédito sobre a violência contra a população LGBTI+. O próprio relatório afirma a ausência de dados sobre a referida população em todo território nacional (IPEA, 2020).

Se desconhece o tamanho da população LGBTI+ e os reais dados da LGBTIfobia no Brasil. Muito em virtude de não existir uma política pública direcionada a captação de informações apenas dessa realidade, políticas essas deterioradas no governo de Jair Messias Bolsonaro (Sem Partido).

A escassez de indicadores de violência contra LGBTQI+ permanece um problema central. Um primeiro passo no sentido de resolvê-lo seria a inclusão de questões relativas a identidade de gênero e orientação sexual no recenseamento que se aproxima. Paralelamente, é essencial que essas variáveis se façam presentes nos registros de boletins de ocorrência, para que pessoas LGBTQI+ estejam contempladas também pelas estatísticas geradas a partir do sistema de segurança pública. Sem esses avanços, é difícil mensurar, de forma confiável, a prevalência da violência contra esse segmento da população, o que também dificulta a intervenção do Estado por meio de políticas públicas (IPEA, 2020, p. 54).

Hoje no Brasil, quem tem realizado esse trabalho de fiscalização, acompanhamento e monitoramento da violência LGBTIfóbica tem sido as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais, como por exemplo o Grupo Gay da Bahia (GGB). Por isso há inúmeros limites aferindo que esses dados são subnotificados. No entanto, mesmo com todos os desafios, anualmente o GGB realiza um controle das violências praticadas contra essa população, apresentando para a sociedade civil os dados por meio dos relatórios anuais. Denunciam uma realidade vivida por inúmeros sujeitos, cujos corpos estão expostos as mais variadas formas de violência, inclusive, da morte.

A violência LGBTIfóbica é estrutural, a sua natureza está ligada a formação social da nação, que tem como centralidade à família heteropatriarcal, monogâmica e nega a diversidade sexual e de gênero (CISNE, SANTOS, 2018). Portanto, essa negação resulta muitas vezes em atos de violências, que podem ser: física, psicológica, moral, sexual e/ou material.

Nesses aspectos, o Ceará se mostra como uma das federações mais violentas para a população LGBTI+ viver no Brasil. Para Freitas (2021), no ano de 2020, foram assassinadas mais de 58 pessoas LGBTI+ nesse território, sendo elas: 23 gays, 21 pessoas travestis e transexuais, 10 lésbicas e 3 não especificados. Observa-se ainda que a grande parte das vítimas tinha como faixa etária entre 20 e 29 anos, equivalendo a 26 vítimas. A crueldade dos homicídios se faz presente no cotidiano de vida dessas pessoas nas mais diversas formas, seja

na perseguição, no medo, no abuso sexual, nos constrangimentos, no estigma no mercado de trabalho, no preconceito ao acessar as políticas públicas e sociais, na expulsão dos espaços de lazer. O cenário de violência é marcado por crueldade e ódio que se materializa na brutalidade dos assassinios, como foi o caso da adolescente Keron Ravach, uma travesti de apenas 13 anos, morta a pauladas, chutes e diversos tipos de agressões na cidade de Camocim, no interior do Ceará, no ano de 2020.

Fortaleza não fica atrás desse cenário devastador sobre os crimes de ódios cometidos contra a população LGBTI+, no ano de 2020, foram 21 vítimas da LGBTIfobia (FREITAS, 2021). O espaço urbano da capital tem se mostrado agudamente hostil para as sexualidades dissidentes. Em 2017, parte da sociedade brasileira ficou chocada com os vídeos que circularam nas redes sociais de um grupo de adolescentes e de adultos, torturando a travesti Dandara dos Santos. A mesma após uma sessão de agressões, chutes, pauladas e torturas foi assassinada com tiros no bairro do Bom Jardim, periferia da capital. No vídeo, há uma completa banalização da violência transfóbica, não há nenhuma reação por parte da população ao ver as cenas de torturas (MARTINS, 2018).

Percebe-se uma naturalização do ódio ao corpo abjeto que deve ser apagado da sociedade. Corpos esses desprovidos de todos os direitos, expropriados da vida e da justiça, vidas que não são passíveis de luto, como expressa Butler (2018). Mesmo o crime tenha chocado a capital, os índices de violência persistem diariamente e novos acontecem. Outras Dandaras são assassinadas cotidianamente, o recrudescimento da LGBTIfobia é um dado real que mostra como o Estado apesar de acenar para algumas políticas públicas LGBTI+, se ausenta da responsabilidade efetiva de garantir à segurança pública dessa população, especialmente durante o Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro. Enquanto alguns podem ter acesso de forma privada aos espaços de lazer voltados para essa população, outras LGBTI+ pobres, principalmente, da periferia da capital enfrentam continuamente processos de marginalização, preconceito e ódio. Uma realidade muito distante do *marketing* político que o Governo do Estado promove com slogan: “Ceará de todes”⁸⁸.

⁸⁸ “O Ceará de Todes” foi uma campanha do Governo Estadual, durante a administração do governador Camilo Santana (PT), promovida pela Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos do Ceará (SPS) na gestão de 2019 a 2022.

IMAGEM 7 – CAMPANHA DO GOVERNO DO CEARÁ - O CEARÁ É DE TODES.



Fonte: <https://www.secult.ce.gov.br/2021/06/23/mes-do-orgulho-lgbtqia-secult-idm-e-rede-de-equipamentos-celebram-a-data-com-acoes-e-conquistas-no-setor/>. Acesso dia 23 de julho de 2021.

No que diz respeito aos constrangimentos, preconceitos e discriminações por motivo de sexualidade, identidade de gênero e/ou pela cor, observou-se que dos 145 participantes: 106 relataram já terem sofrido algum tipo de constrangimento ou de discriminação equivalendo a (73,10%), em contraposição a 39 que relataram não ter sofrido nenhum tipo de discriminação (26,9%). No tocante às modalidades de violências, 96 pessoas sofreram por conta da sexualidade (66,2%); 11 relataram ter sofrido em razão da cor (7,5%); e 4 disseram ter passado por discriminação em virtude da identidade de gênero (2,7%).

Observou-se ainda que as violências se inter cruzam, ou seja, são marcadas por vários aspectos sejam de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade. Antes de incorrer nesse debate, entende-se que: “etimologicamente, a “violência” vem do latim *vis*, força e significa: 1. Tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar)” (CHAUÍ, 2017, p. 35). Essa força está presente nas mais diversas ações cotidianas da sociedade, da expropriação das terras indígenas e quilombolas, da violência doméstica contra as mulheres, do assédio sexual contra trabalhadoras domésticas praticadas pelos seus patrões, do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes, do assassinato contra pessoas negras, indígenas e LGBTI+.

Ao questionar-se uma das participantes sobre as violências sofridas enquanto pessoa LGBTI+, ela nos informa que já sofrera em relação a sua sexualidade, principalmente, em repulsão à sua condição de mulher, bissexual e negra. Aponta-se para o fato que a violência, também de caráter simbólica, é resultante do não reconhecimento dessas identidades, ao tratá-las como doentes, promiscuas e/ou anormais:

Sim, incontáveis. Por conta da minha sexualidade (a mais comum é a negação da minha sexualidade ou acusação de promiscuidade, também já fui preterida por parte de mulheres lésbicas), da minha identidade de gênero (todo dia, de muitas maneiras, pela condição de ser mulher numa estrutura patriarcal, com regulações do meu corpo e do que posso ou não fazer por ser mulher) e pela minha cor (frequentemente, por ser uma mulher negra de pele clara sou hipersexualizada e me é negada a capacidade intelectual em detrimento de uma suposta capacidade sexual) (**MULHER, BISSEXUAL, RELATO**).

O segundo elemento da violência que se refere Chauí é que a “[...] todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar)” (Idem, 2017, p. 35), essa condição se manifesta na tortura pública que mulheres travestis sofrem publicamente nas ruas, na brutalidade dos homicídios contra os corpos trans, alvejada/os pela transfobia, como o caso da travesti Dandara dos Santos, violentada da sua condição como ser humano, torturada e assassinada. Em um dos relatos uma transexual que participou da pesquisa apresenta essa realidade:

Pela sexualidade sim, inúmeras, não sei de quantos lugares já fui expulsa, quantas vezes fui ameaçada, quantas vezes ouvi piadinhas na rua, realmente não faço ideia porque foram dezenas, talvez ainda mais. Só em shoppings já fui expulsa 4 vezes, sem contar baladas, restaurantes e outras coisas. Ameaças e piadas são incontáveis. (**MULHER TRANSEXUAL, RELATO**).

A violência transfóbica é uma realidade alarmante no Brasil, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), também tem realizado anualmente o acompanhamento, monitoramento e denunciado a violência transfóbica. Em face disso, segundo os boletins organizados por essa associação, no ano de 2017, ocorreram 179 assassinatos de pessoas trans; já no ano de 2018, verifica-se 163 vítimas da transfobia; em 2019 registrou-se 124 homicídios contra pessoas trans e em 2020 foram 175⁸⁹.

⁸⁹ “Dados mostram que manipulações no uso das pesquisas produzidas pelas instituições da sociedade civil por representantes do Estado passam a ideia de que o número de pessoas trans assassinadas caiu em 2019 por ações

A realidade da população trans tem sido marcada por amplas desigualdades sociais, as dimensões de classes estão imbricadas nas relações sociais vividas por essa população, assinaladas pela pobreza estrutural, estão mais expostas à violência, isso se materializa inclusive na expectativa de vida que não passa dos 35 anos, enquanto a população brasileira é de 76 anos, ou seja, a metade da média geral (OLIVEIRA, 2016). As relações de classe que atravessam o cotidiano de vida das travestis e transexuais expressam uma realidade caracterizada por contradições, de marginalização e o não reconhecimento dessas identidades no Brasil.

O terceiro aspecto da violência para a autora mencionada é que “[...] todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar)” (CHAUÍ, 2017, p. 35), essa dimensão se manifesta no racismo e na LGBTIfobia recreativa, tomado pela sociedade como algo positivo, porém o seu ato se estabelece a partir de uma reprodução sistemática de violações sobre as pessoas negras e LGBTI+. Duas das participantes da pesquisa materializam em suas falas a dimensão dessa modalidade de violência da LGBTIfobia imbricada ao racismo:

Sim, por conta da cor em diversos casos e formas e pela sexualidade com piadas, descrédito, já fui até convidado a me retirar de um bar por está trocando carinho com um outro rapaz (**HOMEM, GAY, RELATO**).

Os dois casos. Na escola, quando criança, já cheguei a ser apelidada de nega do óleo Pajeú. E É fácil você ver em espaços comerciais como te olham achando que você não tem condições de estar “comprando ali. Uma vez estava fazendo um seguro para meu carro e o rapaz da vistoria não acreditou que o carro era meu. Queria falar era com a dona do carro. Isso foi constrangedor porque tive que provar que o carro era meu (**MULHER, LÉSBICA, RELATO**).

A quarta dimensão da violência “[...] todo ato de transgressão contra aquelas coisas ações que alguém ou uma sociedade definem como justas e como um direito (é espoliar ou injustiça deliberada) (CHAUÍ, 2017, p. 35). A violência que se mostra nas diversas ações, inclusive, no processo de posse sobre os corpos não brancos, não heterossexuais e não cisgêneros. A natureza da sociedade hétero-patriarcal imbricada a estrutura dominante do racismo em si, já expõem o caráter aniquilador de outras identidades de gêneros, sexuais e

do Estado. Não é possível fazer essa afirmação, tendo em vista a subnotificação e a falta de dados governamentais. Além disso, até o momento, não houve ações específicas para enfrentar essa violência, o que nos faz acreditar que seria uma falsa simetria afirmar uma diminuição de violência de forma “espontânea” e sem investimento material, pessoal ou institucional do Estado em uma política de enfrentamento do transfeminicídio” (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2021).

étnico-raciais, aquelas que fogem dos “desejos da nação”, formadas pela família monogâmica, hétero-patriarcal, cristã, um processo que se inicia desde a infância:

Já sofri LGBTfobia e discriminação racial. A primeira sempre foi mais presente a segunda de maneira velada por eu ser pardo. Principalmente na infância e adolescência. Depois de adulto, quando vou em alguns lugares públicos quando me monto **(HOMEM, GAY, RELATO)**.

Esses atos de violência pressupõem “[...] conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e pela intimidação, pelo medo e pelo terror” (CHAUI, 2017, p. 35), aqui apontam-se as múltiplas faces da violência contra a população LGBTI+, o abuso físico nas escolas por meio dos chutes, ataques dos coleguinhas contra os meninos afeminados, somando-se aos insultos e palavrões que se reiteram no sofrimento psíquico desses sujeitos, no mercado de trabalho.

Hostilização indireta no trabalho e não promoção de cargo. Na família, logo no início, tive que ouvir "e as namoradas que você teve, não serviram de nada?" ou, quando criança, "tem que ir para o futebol que é coisa menino **(HOMEM, GAY, RELATO)**.

Nas modalidades de violência relatadas pelos participantes identificou-se diversos tipos de discriminações, como olhares, xingamentos, comentários maldosos, violência física, psicológica, sexual e moral. Pessoas que foram impedidas de doar sangue em virtude da sexualidade, hostilizações na escola, no espaço de trabalho entre outros. A discriminação que se reitera nos atos constantes de normalização dos corpos, na higienização dos sujeitos através das práticas de cunho psicologizantes de natureza LGBTfóbicas centradas na “cura gay”:

“Sim, preconceito por não acreditarem, duvidarem e até propor a ajudar a me "curar"” **(HOMEM, GAY, RELATO)**

No decorrer das análises das falas pode-se aferir que as modalidades de discriminação são múltiplas, e não se destinam apenas as relações intrapessoais e familiares, elas extrapolam a esses locais, ocorrendo inclusive no espaço público da cidade e nos espaços de lazer privado. Um dos relatos expressam essas formas de violência:

Certa vez, em uma famosa barraca de praia de Fortaleza, estava com meu ex-namorado e, por demonstrarmos afeto, fomos censurados pelo garçom” **(HOMEM, GAY, RELATO)**.

Em síntese, observa-se que a lavagem rosa, como dimensão do homonacionalismo à brasileira, no caso da realidade da população LGBTI+ em Fortaleza, reside nos gastos ocultos em ser LGBTI+ na capital, na violência reproduzida com recorte de gênero, classe e raça, na normalização das identidades, na ausência do Estado em garantir as condições mínimas de sobrevivência dessa população. Em resumo, pontuam-se algumas despesas econômicas e barreiras sociais impostas a essas pessoas:

Entraves econômicos da insegurança e do acesso ao lazer: constantemente em razão do medo e da insegurança pública, muitos LGBTI+, são obrigados a pagarem transporte privados para circularem na cidade, seja através de táxis ou de Uber, e quando podem pagar, para terem acesso a esse tipo de serviço. Além disso, devido aos altos índices de violência muitos LGBTI+ evitam sair em determinados horários ou frequentam apenas locais privados de lazer. Já aquele/as que não podem pagar por tais serviços encontram outras formas de sociabilidades de lazer como parques, praças, ruas, praias entre outros locais.

Importante salientar que, em geral, são espaços muito noturnos e dependemos de toda uma estrutura de mobilidade urbana também (transporte público, segurança (principalmente para as mulheres, cis e trans), enfim.. muitos elementos a serem considerados para que possamos, já de partida, chegar nesses espaços. Suponhamos que consigamos transpor essa "barreira inicial" ou mesmo que estejamos falando que pessoas LGBT's que residem nesses bairros/territórios onde há abundância nesses tipos de serviços/espaços ou que morem próximas a eles, observamos outros aspectos: financeiro/econômico/social, pois se falamos em consumo já deixamos uma parcela da população de fora desse circuito, aquela que não tem condições de consumir, e nela se inclui o público LGBT pobre (JOANA, RELATO ENTREVISTA ABERTA).

Fortalecimentos dos espaços de lazer privados: de acordo com Parker (2002) e Eribon (2008), em virtude da opressão, dos preconceitos, discriminações e dos constrangimentos muitos LGBTI+ passaram ao longo dos anos formando espaços de sociabilidades, voltados para a socialização desses sujeitos. As redes de socialização foram por muitos anos importantes para a constituição de laços de solidariedade e até mesmo de organização políticas dessa comunidade. Por outro lado, ao mesmo tempo que cresciam esses locais de sociabilidade, o mercado começou a observar as potencialidades de consumo e lucratividade gerados por esse público. Percebe-se que nos anos 1990, uma forte expansão da mercantilização da sociabilidade LGBTI+, colocando cada vez mais essa população subordinada aos espaços privados de socialização (FRANÇA, 2010). Em razão da violência estrutural, que advém de uma neoliberalização da economia e das subjetividades, no entanto esses espaços geralmente estão em bairros mais elitizados da cidade, dificultando o acesso para grande parte da parcela LGBTI+:

Ainda há uma certa concentração regional na cidade na qual resido. Raros locais na periferia, impondo a um deslocamento maior para o acesso a esses locais. Necessita-se de políticas públicas de apoio quanto à instalação de locais em zonas periféricas e cidades de menores portes (HENRIQUE, RELATO ENTREVISTA ABERTA).

Dificuldade de acesso ao mercado de trabalho: ainda que existam campanhas dirigidas pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a população LGBTI+ ainda enfrenta amplas dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Para Oliveira (2016), no campo da empregabilidade, por exemplo, as travestis e transexuais são as que mais sofrem os rebatimentos em consequência da transfobia institucional. Nessa trilha, os custos do desemprego e da precarização do mundo do trabalho são altos para travestis e transexuais uma vez que não acessam à Seguridade Social colocada como um direito cada vez mais restrito.

Constrangimentos e preconceitos ao acessarem as políticas públicas: além do fato da população LGBTI+ não ter acesso à segurança pública, muitos ainda sofrem preconceitos em instituições públicas de saúde, educação, assistência social. Por mais que existam legislações sociais de combate a discriminações e preconceitos, muitas vezes os profissionais não são capacitados, ou mesmo, por questões ideológicas e moralistas não respeitam as orientações sexuais e identidades de gêneros não heterocentradas.

Privação de liberdade: como se viu nesse tópico os índices da violência LGBTIfóbica no Brasil e em Fortaleza são de natureza bastante grave. Para Silva e Santos (2018), isso impõe aos sujeitos LGBTI+ o medo de andar publicamente. O espaço urbano é muito hostil contra essas pessoas, e em especial, é no período noturno que ocorre grande parte dos crimes contra essa população. O medo é frequente na comunidade LGBTI+, isso impõe um processo cada vez mais de privação de liberdade, de não socialização resultado do pânico gerado pelos inúmeros dados da violência LGBTIfóbica. Assim, um dos relatos aponta que geralmente os espaços de lazer até mesmo privados não são seguros,

Não acredito que sejam seguros, principalmente, nos bairros mais periféricos onde além do preconceito, tem novamente a questão socioeconômica. Vejo que o poder aquisitivo blinda um pouco do preconceito e os espaços pensam mais no que você pode gastar lá. Já em eventos tocados pelos Estados, a depender do tipo e do local e onde você se encaixa nessa sigla, como as pessoas as trans, sem dúvidas são ambientes poucos seguros e de poucas oportunidades (DANDARA, RELATO ENTREVISTA ABERTA).

Normalização econômica-social e subjetiva dos corpos: além dos aspectos da violência física que à sociedade LGBTIfóbica determina aos sujeitos LGBTI+, o poder ideológico do sistema capitalista manifesta e reproduz também um tipo de violência específica, centrada na simbologia do mercado. Esse fenômeno impõe aos sujeitos LGBTI+ um forte processo de normalização dos corpos e das identidades (DRUCKER, 2017). Exemplo disso, verifica-se uma normalização centrada na padronização dos corpos, principalmente entre os homens gays, na tentativa de mascarar e romper com aqueles corpos abjetos, transviados e afeminados.

Diante dessa situação da violência estrutural LGBTIfóbica na capital cearense, no tópico a seguir discutem-se as principais legislações sociais de combate a essa modalidade de violência contra a população LGBTI+ em Fortaleza, busca-se analisar como o Estado tem incorporado essas pautas entorno do enfrentamento ao preconceito e discriminação.

4.5 Legislações sociais de combates a LGBTIfobia em Fortaleza

*As leis não bastam.
Os lírios não nascem da lei.
Meu nome é tumulto,
e escreve-se na pedra.
(Carlos Drummond de Andrade)*

Esse tópico tem por objetivo trazer as principais legislações sociais de combate a LGBTIfobia na capital cearense, como respostas a sociedade civil e aos movimentos sociais organizados. Embora, as leis cumpram no marco da igualdade formal aspectos importantes de regulamentação e o contrato social, é nesse caráter no qual reside no homonacionalismo de Estado, quando governos se propõem a atender essas demandas, porém elas ficam apenas no papel, como diz Bento (2015), “Leis para inglês ver” ou como afirma Puar “políticas de reconocimiento e incorporación implican que alguns cuerpos homosexuales, gays e queer – pero no la mayoría, desde luego – pueden ser receptores temporales de las medidas de benevolência, que conceden los discursos liberales de tolerância” (2017, p. 21). Porém, diante desses aspectos, faz-se necessário analisar alguns impasses desses direitos, chamados por Fraser (2006), como dilemas do reconhecimento e da redistribuição:

De algum tempo para cá, as forças da política progressista dividiram-se em dois campos. De um lado, encontram-se os proponentes da “redistribuição”. Apoiando-se em antigas tradições de organizações igualitárias, trabalhistas e socialistas, atores políticos alinhados a essa orientação buscam uma alocação mais justa de recursos e

bens. No outro lado, estão os proponentes do “reconhecimento”. Apoiando-se em novas visões de uma sociedade “amigável às diferenças”, eles procuram um mundo em que a assimilação às normas da maioria ou da cultura dominante não é mais o preço do respeito igualitário (FRASER, 2007, p. 101-102).

No campo de compreensão dos direitos da comunidade LGBTI+, é preciso apresentar alguns elementos ideológicos na contemporaneidade, para entender os vieses que marcam as lutas dessa comunidade na atualidade, e como o mercado, de certo modo, passa a ter mais visibilidade como uma forma de “reconhecimento” desses segmentos. A lógica dos direitos no campo da “justiça social”, e o reconhecimento de direitos é uma forma de tensionar o Estado a reconhecer ou reparar determinadas injustiças sociais a uma determinada população, no viés do que se pode chamar de emancipação política, embora o Estado tenha cada vez mais incorporado de forma precária esses direitos apenas no campo do reconhecimento.

Para compreender essas injustiças no campo da sexualidade, busca-se os fundamentos em Nancy Fraser (2006), como base material e intelectual de compreensão dos dilemas da redistribuição-reconhecimento postos pela “justiça” que pode ser compreendida de duas formas: no primeiro elemento a autora compreende a “justiça” como “um campo de injustiça econômica”, ou seja, fruto da estrutura econômica-política da sociedade capitalista que engendra uma sociabilidade centrada por exploração e opressão, marginalização econômica e privação de acesso às necessidades sociais. Para superar tais padrões de injustiças, a autora propõe a luta e o compromisso pelo igualitarismo (*Idem*, 2006, p. 232).

O segundo elemento de compressão das “injustiças sociais” que rebatem em relação aos direitos que perpassam ao campo da sexualidade examinado por Fraser (2006), refere-se em apreender a justiça a partir de uma dimensão cultural ou simbólica. A autora cita: a dominação cultural, a hostilidade, o ocultamento, o desrespeito e a desqualificação que rebatem no campo das injustiças sobre os sujeitos LGBTI+. Ambas as análises das injustiças econômica-políticas e culturais/simbólicas trazem aspectos e elementos para a compreensão do gênero, da raça e da sexualidade.

Neste sentido, as “lutas de reconhecimento assumem com frequência a forma de chamar atenção para presumida especificidade de algum grupo – ou mesmo de criá-la performativamente – e, portanto, afirmar seu valor” (FRASER, 2006, p. 233), isso tem sido uma das principais estratégias da comunidade LGBTI+ em relação à sexualidade. Sendo um desafio compreender a:

Justiça, hoje, requer tanto redistribuição quanto reconhecimento; nenhum deles, sozinho, é suficiente. A partir do momento em que se adota essa tese, entretanto, a questão de como combiná-los torna-se urgente. Sustento que os aspectos

emancipatórios das duas problemáticas precisam ser integrados em um modelo abrangente e singular. A tarefa, em parte, é elaborar um conceito amplo de justiça que consiga acomodar tanto as reivindicações defensáveis de igualdade social quanto as reivindicações defensáveis de reconhecimento da diferença (FRASER, 2007, p. 103).

Nesse campo de luta por justiça social, os movimentos LGBTI+, no campo das desigualdades sociais, sobretudo na luta pelo direito a vida, tem pautado na sua agenda de ativismo por políticas públicas de segurança pública, mas que não se esgotam apenas nessa demanda, visto que essa comunidade é bastante heterogênea, possuindo distintas necessidades sociais. Tanto a pesquisa de Irineu (2016), como o trabalho de Fachinni e Simões (2009), apontam que os anos 1990 foram fecundos para o movimento LGBTI+ no Brasil. Por ser uma década marcada pela visibilidade das paradas da diversidade em várias partes do país, bem como da expansão da representatividade desses sujeitos políticos e como uma estratégia na luta por direitos sociais, embora se observe um forte apelo desse movimento entorno da representatividade.

Esse processo advém de acordo com Irineu (2016), em um contexto que surgiram expressivamente os estudos de gêneros e sexualidades, dos quais tiveram um alargamento nos espaços acadêmicos e partidários, culminando com o alavancamento de grupos de estudos e pesquisas nas universidades, como também de setoriais nos partidos de esquerda, centro-esquerda e até mesmo da direita. É, importante, ressaltar como essas discussões foram necessárias para qualificar os debates em torno de uma agenda em defesa dos direitos voltados para a comunidade LGBTI+, embora muitas vezes repletas de contradições.

Diante disso, nesse contexto em que as discussões sobre gênero e sexualidade se expandiam, na capital cearense, ainda eram tímidas, embora começassem a florescer alguns grupos de estudos, com pesquisadores/as voltados a estudarem essa realidade dos atos de preconceitos, discriminações e de violências contra a comunidade LGBTI+ local. No final dos anos 1990, havia também as reivindicações de Grupos importantes como o Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB) e a Associação de Travestis do Ceará (ATRAC), essenciais para demarcar o posicionamento do Estado diante das ações de enfrentamento a essas discriminações quando começam a surgir as primeiras legislações de combate as discriminações e preconceito contra à população LGBTI+ (FERREIRA, 2013).

Ademais, tratar sobre o acesso aos espaços de lazer na capital cearense, sejam eles públicos ou privados, por parte da população LGBTI+, é preciso trazer também as lutas dessa população em relação à segurança pública desses sujeitos, muito em virtude da banalização da violência LGBTIfóbica. Uma das questões que mais impactam na vida dessas pessoas é o direito à vida e a segurança pública. A incerteza de andar livremente nas ruas sem sentir medo,

não é um privilégio dado para as pessoas LGBTI+, especialmente, para a população trans (travestis e transexuais) e para as mulheres lésbicas, em um país cujo machismo e o sexismo são as bases fundantes da formação social desse território (MARTINS, 2018).

A insegurança gerada pelos atos cotidianos de violência de cunho sexista, machista, racistas e LGBTIfóbicos são reproduzidos de muitas formas, sejam através de ataques físicos, psicológicos, morais, materiais ou sexuais. E no espaço urbano essa modalidade de violência se complexifica principalmente dada a própria estrutura de segregação socioespacial da capital cearense e da constatare reprodução da violência, formando uma guerra das cidades (SASSEN, 2016).

Em razão disso, foram por meio das resistências dos movimentos sociais organizados em Fortaleza que a população LGBTI+ conquistou algumas políticas públicas, como legislações sociais destinadas à promoção dos direitos humanos da desse segmento, visando combater ações discriminatórias tanto nos espaços públicos, como nos privados. Nesse sentido, para Pereira (2016), a primeira ação normativa jurídica, deu-se com a aprovação da Emenda de nº 06 de 1997, na Lei Orgânica do Município de Fortaleza, que assinalou o seguinte:

XXI – Criar mecanismos que combatam a discriminação à mulher, à criança e adolescente em situação de risco, às pessoas portadoras de deficiência e de doenças contagiosas, ao homossexual, ao idoso, ao índio, ao negro, ao ex-detento e promovam a igualdade entre os cidadãos” (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/97) (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2017).

Observa-se que o aparato jurídico normativo dessa emenda tem um caráter mais generalizado, abrangendo diversos sujeitos que são alvos da violência estrutural no espaço urbano no município de Fortaleza, como as mulheres, as populações indígenas, pessoas negras, idosos, assim como as pessoas LGBTI+ (embora conste ainda até o atual momento na lei o termo homossexuais). Todavia, essa lei representou do ponto de vista legal um instrumento importante para representatividade dessas pessoas. Questiona-se em termos de competência do município de Fortaleza quais são os mecanismos que essa autarquia tem tomado ao longo dos anos no sentido de resguardar a segurança pública efetiva da população LGBTI+?

Desse modo, Pereira (2016), afirma que a segunda legislação que tratou de forma específica sobre os direitos da população LGBTI+ no município de Fortaleza foi por intermédio da aprovação do projeto do vereador Durval Ferraz do (PT), que se transformou em Lei Municipal nº 8211 de 2 de dezembro de 1998, essa que tinha por finalidade: “determinar sanções às práticas discriminatórias por orientação sexual, na forma que indica e dá outras providências”. E o Decreto nº 10.787/2000:

Respectivamente, determina e regulamenta sanções às práticas discriminatórias por orientação sexual em estabelecimentos comerciais, industriais e empresas prestadoras de serviço em Fortaleza, tais como atendimento diferenciado, constrangimento, proibição de ingresso ou permanência, sob a pena de: advertência, pagamento de multa, suspensão temporária do funcionamento ou cassação do alvará (Decreto nº 10.787/2000) (CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 1998).

O fato é que a Lei é uma referência no Brasil, em termos de legislações sociais que tem como objetivo o combate a LGBTIfobia nas suas múltiplas modalidades no âmbito municipal. É, importante, mencionar que Janaína Dutra, foi bastante atuante nesse processo luta dessa legislação, ela foi a primeira travesti formada em Direito, além de ser pioneira na inclusão de conquista do acesso à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), possuindo inscrição e carteira de atuação com o nome social. O Programa Brasil Sem Homofobia que foi lançado em 2004 referir-se a ativista, como “figura das mais destacadas dentro do movimento “trans”, costumava sempre ter à mão cópia da Lei Municipal de sua cidade contra a homofobia, tendo participado de inúmeros congressos, mesas redondas e seminários sobre direitos humanos, aids, travestismo” (BRASIL, 2004, p. 98).

Identifica-se que essa lei como uma das primeiras legislações do município de Fortaleza que regulamentou nos espaços privados, especialmente, nos locais de consumo do lazer da cidade o combate à discriminação e o preconceito contra a pessoas LGBTI+. De acordo com Pereira (2016), há muitos desafios nos caminhos da concretização dessa legislação. Esse autor aponta algumas nuances pertinentes para pensar a sua materialização no cotidiano de vida das pessoas LGBTI+ no município de Fortaleza. O primeiro aspecto refere-se a ordem de alcance da legislação que diz em seu primeiro artigo o seguinte:

Art. 1º – Os estabelecimentos comerciais, industriais, empresas prestadoras de serviços e similares, que discriminarem pessoas em virtude de sua orientação sexual, na forma do inciso XXI do artigo 7º da Lei Orgânica do Município, sofrerão as sanções previstas nesta lei. Parágrafo único – entende-se por discriminação, para os efeitos desta lei, impor a pessoas de qualquer orientação sexual, situação tais como: I. Constrangimento; II. Proibição de ingresso ou permanência; III. Atendimento selecionado; IV. Preterimento quando da ocupação e/ou imposição de pagamento de mais de uma unidade, nos hotéis e similares; V. Aluguel ou aquisição de imóveis para fins residenciais, comerciais ou de lazer (CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 1998).

Pereira (2016), assinala que um dos primeiros limites se refere a sua abrangência que se destina a coibir os atos de preconceitos e discriminações contra pessoas LGBTI+ somente nos espaços privados, ou seja, aqueles locais reservados ao consumo, “dessa forma, as pessoas jurídicas de direito público, bem como seus órgãos e servidores, são afastadas do foco da lei” (idem, 2016, p. 82). Ainda, segundo o autor no projeto de lei era previsto um artigo cuja

finalidade seria coibir esses atos no setor público, no entanto, tal artigo não foi aprovado pela câmara municipal, julgando essa comarca a sua inconstitucionalidade.

Esse aspecto da legislação da Lei Municipal n.º 8211, expõe um dos caracteres do “*pinkwashing* à brasileira”, da qual Bento (2015) elucida em suas análises. Foca apenas no âmbito privado, onde muitas vezes, os agentes fiscais não realizam seus trabalhos de fiscalizações nesses locais. Ademais, considera-se que é na entrada aos órgãos públicos para ter acesso às políticas públicas e sociais como saúde, educação, previdência e assistência social no qual muitos LGBTI+ sofrem preconceitos e discriminações.

O Estado atua como ente que sacrifica vidas legalmente. No Brasil, no entanto, há um paradoxo entre os níveis legal e o real. No mundo das leis, todos somos iguais. Caberia ao Estado assegurar a materialização desta igualdade formal mediante a implementação de políticas públicas universais. No mundo real esta aparente igualdade dissolve-se no ar (BENTO, 2015).

Posteriormente também foi aprovada a Lei Municipal n.º 9136 de 2006 cuja finalidade era reconhecer o(a) companheiro(a) “homossexual” como segurado(a) e como dependente no Regime de Previdência dos Servidores do Município de Fortaleza (PREVIFOR)⁹⁰. Considera-se que em um país com forte reprodução do preconceito ligado a discriminações por orientações sexuais e de identidade de gênero, grande parte dos casais formados por pessoas LGBTI+, eram negados de seus direitos sociais, inclusive, do direito ao acesso à previdência social. Essa legislação vem para reparar, as negações por parte desses sujeitos a aposentadorias e pensões, surgem como um direito de reconhecimento das relações homoeróticas.

Em virtude dos limites e das lacunas tanto da Lei Municipal n.º 8.211/1998 e do Decreto n.º 10.787/2000 que regulamentasse ações de combate as discriminações e preconceito nos órgãos públicos foi aprovada a Lei n.º 9.999/2012 durante a gestão da prefeita Luizianne Lins (PT). O principal objetivo dessa legislação era estabelecer que os órgãos e entidades públicas da administração municipal, ou entidades conveniadas que prestam serviços para o município devem respeitar as pessoas LGBTI+. Ademais, estabelece também esses mesmos (órgãos, entidades, instituições) devem incluir e respeitar o nome social das pessoas travestis e transexuais, tanto nos registros municipais como nos serviços de atendimentos da autarquia municipal (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2013).

⁹⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Lei Ordinária n.º 9.136, de 27 de dezembro de 2006. Altera dispositivos da Lei n.º 9.103, de 29 de junho de 2006, que reestrutura o Regime de Previdência dos Servidores do Município de Fortaleza (PREVIFOR), e dá outras providências. Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, 2006. Disponível em: <https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/ta/1879/text#54306>. Acesso dia 18 de agosto de 2021.

Em relação à promoção do respeito e da cidadania das pessoas travestis e transexuais a Lei Municipal de Nº 10.558 de 2017 institui no âmbito municipal de Fortaleza o direito à adoção ao nome social por parte da população LGBTI+ nos serviços públicos da capital:

Art. 1º. Fica instituído no âmbito do Município de Fortaleza o direito à adoção do nome social por parte da população LGBT, com diretrizes de atendimento nos serviços públicos municipais, a ser observado nos seguintes casos: I – atendimento nos serviços do Sistema Único de Saúde; II – atendimento em benefício, programas, projetos e ações da assistência social; III – atendimento em programas de geração de emprego e renda e de capacitação profissional visando à integração ao mercado de trabalho; IV – atendimento em programas habitacionais; V – atendimento no sistema municipal de ensino de Fortaleza; e VI – serviços de transporte urbano coletivos municipais (CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2017. LEI MUNICIPAL Nº 10.558/2017).

A mais recente legislação social LGBTI+ aprovada no Estado do Ceará, deu-se com a aprovação da Lei 17.480, no dia 17 de maio de 2021, na qual o Governador Camilo Santana (PT), sancionou a Norma Jurídica de autoria do deputado estadual Elmano de Freitas (PT), no dia em que se comemora o dia internacional de combate a LGBTIfobia. Ela tem por objetivo determinar que instituições públicas e privadas fixem um cartaz avisando para a sociedade que é proibido a discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero. Verifica-se o primeiro artigo:

Art. 1.º Os estabelecimentos comerciais e órgãos públicos da Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará deverão afixar, em local visível ao público, no lado externo ou em uma de suas entradas, placas informativas proibindo a discriminação em razão de orientação sexual ou identidade de gênero (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, LEI 17.480, 2021).

É imprescindível entender que essas legislações são frutos da resistência coletiva dos movimentos sociais organizados na capital, ao provocarem o Estado para as demandas e para à agenda dessa população alvo de múltiplas desigualdades sociais. No entanto, é preciso trazer também algumas mediações, visto que as contradições estão postas em um mundo cada vez mais homonacionalizador, que segue uma agenda de caráter centrado numa perspectiva de “cidadania de consolação” nos termos de Oliveira (2013). De tal maneira questiona-se se tais legislações no marco da igualdade formal tem surtido efeito no cotidiano de vida das pessoas LGBTI+ que vivem na capital cearense?

O levantamento das legislações de combate à discriminação e ao preconceito contra a população LGBTI+, no município de Fortaleza, foi imprescindível para entender a lógica da defesa dos direitos desses sujeitos, demarcados no âmbito da igualdade formal. No entanto, verifica-se que esses direitos foram construídos tardiamente em um território marcado por

amplas desigualdades sociais, caracterizado ainda, pela constante reprodução da violência estrutural. *Pari passu*, observa-se que a institucionalização dessas legislações marca também a resistência dos sujeitos coletivos no processo de enfrentamento e provocações ao Estado diante da violência sofrida por parte dessa população.

Nesse sentido, Puar (2017), tem como principal reflexão que os Estado-nações incorporam uma perspectiva de direitos civis LGBTI+ como um afrodisíaco do neoliberalismo, e como o *pinkwashing* (lavagem rosa) tem funcionado como estratégia de *marketing* voltados para pessoas LGBTI+. Além disso, a defesa neoliberal dos direitos faz parte de uma lógica que Mézáros (2011), afirma se tratar de desconstrução da “tolerância repressiva” para uma defesa liberal de repressão, até o momento em que esses “direitos” não infringirem à lógica dos *status quo*, esses poderão ser utilizados como uma estratégia do Estado para uma postura de tolerância normatizada. Ou seja, para Rea e Amancio “[...] a entrada de gays e lésbicas na esfera da normatividade burguesa e do conforto da sociedade de consumo acaba rejeitando outras vidas e outros corpos, julgados menos viáveis e aceitáveis aos olhos da sociedade conformista e branca do capitalismo” (2018, p. 24).

Ao Estado-nação que, ainda tem, sua direção hegemônica formada por homens e pelo patriarcalismo como direção ideológica central, vê-se nas tabuas das legislações de reconhecimento das identidades dissidentes um paradoxo dentro da institucionalidade, essa contradição é parte das mudanças e das trincas hegemônicas, muito em virtude da organização dos sujeitos políticos. Embora, compreenda-se que nessa lógica o Estado-nação, na figura de seus legisladores/as, garante o consenso, no desdobramento das relações sociais capitalistas na era da modernidade.

Além desses aspectos, sobre o Estado e sua relação com mercado, esse também além de estruturar a organização da vida em comunidade, há um aspecto ideológico que exerce no modo de vida dos sujeitos, ultrapassa as condições puramente econômicas, reconfigura os valores, as normas e as dimensões culturais. Diante dessas questões é preciso pensar como o Estado tem promovido ações de enfrentamento de combate à LGBTIfobia em contextos de avanço do conservadorismo? Dessa maneira, no tópico a seguir apresenta-se uma sistematização dessas ações tanto pelas gestões municipais como das estaduais em torno da agenda de promoção e de cidadania dos direitos humanos da população LGBTI+ em Fortaleza, observa-se, ainda, os limites e principais dificuldades de materialização dessa agenda.

4.6 As ações de enfrentamento a LGBTIfobia em Fortaleza: uma agenda ambivalente?

A luta política por uma agenda de direitos humanos, voltados para as pessoas LGBTI+, tem sido conduzida por avanços e retrocessos no Brasil, e muito conformada por aspectos de uma “homofobia cordial” (BENTO, 2015), ou como analisa Santos, “a cada processo eleitoral nos deparamos com a existência de um verdadeiro mercado de negociação, em que algumas necessidades reais da população se transformam em objeto de barganha e assumem valor de moeda” (2013, p. 152), essa realidade não é distante ou desconexa do município de Fortaleza. Para materializar esses elementos, durante as eleições de 2020, o portal “Mídia Bixa”, realizou uma pesquisa, na qual identificou que 80% os/as candidatos/as, que concorriam ao cargo do executivo, da Prefeitura de Fortaleza, não tratavam em seus planos de governo sobre os direitos da população LGBTI+ (MESQUISTA, 2020), como ilustra o diagrama a seguir:

IMAGEM 8 – AGENDA DOS DIREITOS LGBTI+ NAS CANDIDATURAS À PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DE 2020.



Fonte - Diagrama construído por Igor Thawen. Disponível em: <https://midiabixa.com.br/80-dos-candidatos-negligenciam-pauta-lgbti-em-fortaleza/>. Acesso em: 05 dez. 2021.

Em termos de historicização, no âmbito do desenvolvimento das políticas públicas direcionadas a essas pessoas, pode-se dizer que ao buscar as legislações e documentos, as ações para as pessoas LGBTI+ se iniciam de modo mais amplo nas administrações dos governos da Prefeita Luizianne Lins (PT), a partir de 2005 (SILVA, 2017). É importante salientar que antes já existiam algumas experiências, embora muito focadas na dimensão hospitalocêntrica e em perspectivas relacionadas às políticas de HIV/AIDS, com foco das ações das ONGs.

Anterior ao governo municipal da então prefeita Luizianne Lins, a Lei Orgânica do Município, alterada em 1997, passou a explicitar em seu, art. 7º, inc. XXI, que “compete ao Município criar mecanismos que combatam a discriminação [...] ao homossexual,[...] e promovam a igualdade entre os cidadãos;” (grifo nosso). Entretanto, as políticas que desenvolveram mecanismos para o enfrentamento à LGBTfobia e a difusão, promoção e defesa dos direitos humanos e a qualidade de vida da população LGBT materializou-se quase uma década depois (SILVA, 2017, p. 82)

É preciso recuperar alguns elementos históricos sobre como a agenda das políticas públicas voltadas para as pessoas LGBTI+ começam a aparecer no cenário político da capital do Ceará, a partir das provocações do movimento social LGBTI+ local como o GRAB e a ATRAC, assim como da pressão dos partidos de esquerda, em especial do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). De acordo com Coelho (2014), no ano de 2004, as eleições municipais foram determinadas pelos seguintes aspectos: tendo como candidatos concorrendo à vaga da prefeitura: Luizianne Lins (PT), Inácio Arruda (PCdoB), Moroni Torgan (PFL) e Antônio Cambraia (PMDB). Aquele cenário marcou um contexto no qual apareceram discussões relacionadas as questões das sexualidades e de gênero.

Na disputa eleitoral, saíram para o segundo turno a candidata Luizianne Lins (PT) contra Moroni Torgan (PFL). Para Coelho (2014), o segundo turno das eleições municipais de Fortaleza, foram assinalados por fortes conturbações e disputas que de certa forma incorporaram uma política sexual e moralista pela disputa eleitoral. Advinda de uma militância de esquerda partidária, a candidata Luizianne Lins, apresentou em seu plano de governo propostas voltadas para defesa dos direitos humanos, entre elas, o compromisso com as pautas ligadas aos direitos da população LGBTI+ e das mulheres, visto que essa historicamente tinha o apoio do Movimento LGBTI+ local na sua trajetória política. No seu programa de governo havia um conjunto de propostas direcionadas a defesa e promoção dos direitos da população LGBTI+:

A cidade de Fortaleza reproduz o machismo e sexismo predominantes em nossa cultura e mais acentuados em nossa região, sendo palco de inúmeras violações a direitos, a começar pelo atendimento público e ausência de políticas sociais para o segmento homossexual. Por isso, reconhecendo a cidadania dos homens e mulheres de orientação sexual e a necessidade do poder público romper a cadeia de discriminações e violências (PROGRAMA DE GOVERNO, 2006, p. 109).

Foi dessa proposta, que seu candidato opositor, Moroni Torgan, se utilizou de uma repercussão ideológica de combate as proposições de governo da candidatura do PT, afirmando que essa, “[...] trouxe um tema maldito para o interior das casas das famílias em manobra classificada como baixaria” (CARVALHO, 2013, p. 320 apud COELHO, 2014, p. 103).

Historicamente, os movimentos conservadores têm se utilizado da política sexual para tutela de um projeto societário em defesa da família tradicional, de afirmação da política androcêntrica fundada na concepção masculina, branca, cristã e heterossexual. Moroni Torgan, representava todas essas características, o homem, pai de família, pastor, político tradicional em contraposição a uma mulher, feminista e de esquerda que tinha como agenda política a defesa de sujeitos que não importam para a sociedade (COELHO, 2013). Esse fato histórico mostra que não é de hoje que a política sexual se constituiu como uma disputa moral, entre os grupos dominantes.

4.6.1 As ações e políticas públicas LGBTI+ na gestão da Luizianne Lins (PT)

Ainda que tenha ocorrido toda essa retórica contra essa agenda em defesa dos direitos humanos e das políticas públicas LGBTI+, a candidata Luizianne Lins (PT) saiu vitoriosa, ganhando também as eleições de 2008. Assim, durante as suas duas gestões administrativas, entre os anos de 2005 a 2012, se desenvolveram as primeiras ações destinadas diretamente a comunidade LGBTI+ na capital cearense, mesmo que tardiamente reconheciam-se os direitos dessa população em contexto de ausência total de políticas públicas.

O cenário nacional de efervescência de iniciativas públicas voltadas para a população de LGBT, somando-se à ascensão de governos ditos populares e de esquerda, tanto no âmbito nacional, com o presidente Luiz Inácio Lula (PT), em 2002, como no local, com a prefeita Luizianne Lins (PT), 2005, proporcionou um ambiente favorável para uma atuação do executivo municipal, contudo, estas questões não se colocaram como menos desafiantes, uma vez que o não reconhecimento da diversidade sexual, não compunha apenas a sociedade fortalezense, mas a cultura política institucional da prefeitura de Fortaleza (SILVA, 2017, p. 92).

Em seus mandatos, foram designados importantes políticas públicas voltadas para defesa da cidadania dessa população, criaram-se ações e políticas como: Fortaleza Sem Homofobia no ano de 2007, posteriormente inaugura-se a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) fundamental para o trabalho de desenvolvimento das ações voltadas a essa população. Em 2008 pela primeira vez na história da capital realiza-se a I Conferência Municipal LGBT, marco importante no processo de construção, avaliação e monitoramento das primeiras políticas públicas LGBTI+ em Fortaleza. Durante o ano de 2009, ouvindo as demandas dos movimentos sociais locais, a prefeita implementou a Coordenadoria da Diversidade Sexual (CDS).

De acordo com a publicação entre as principais ações desenvolvidas durante esse governo, identificou-se a construção da Coordenadoria LGBTI+; acompanhamento sociojurídico referentes a processos administrativos por parte de pessoas LGBTI+ em função da Lei de combate a LGBTIfobia no município. No ano de 2007 foi lançado o primeiro Jogos da Diversidade Sexual, que foi importante para desconstruir as atitudes discriminatórias e preconceituosas no âmbito do esporte, local esse que muitas vezes são reiteradas atitudes machistas e sexistas, esses jogos depois foram incorporados pelo Governo do Estado na Gestão de Camilo Santana (PT); e o incentivo municipal da Parada da Diversidade Sexual, reunindo milhares de pessoas anualmente, inclusive, fortalecendo o turismo durante esse período. Esse evento passou a entrar no roteiro oficial da população LGBTI+ (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2012).

Ainda no Governo da prefeita Luizianne Lins, um marco central no processo de formulação das políticas públicas LGBTI+ foi no ano de 2012, quando foi elaborado o Plano Municipal de Políticas Públicas para LGBTI+ de Fortaleza, esse que teria como vigência de dez anos. Entre as principais ações seriam delineadas as políticas de promoção com foco na saúde integral e qualidade de vida; cultura, esporte e lazer, autonomia econômica, com ações voltadas para trabalho, renda e combate; direitos humanos, segurança pública e assistência social da população LGBTI+ de Fortaleza (Idem, 2012).

Diante desse breve contexto, a seguir apresenta-se um pouco do panorama das ações da Prefeitura Municipal de Fortaleza, desenvolvidas durante a gestão do Prefeito Roberto Claudio (PDT), entre os anos de 2013 e 2021, destinadas ao público LGBTI e o primeiro ano do mandato de seu sucessor o prefeito Sarto Nogueira (PDT). A escolha por esse período temporal deu-se pelo fator de ser uma gestão municipal que estava alinhada à governança estadual do Governador Camilo Santana (PT). Ambos ligados a uma perspectiva de desenvolvimento modernizador da capital.

4.6.2 As ações e políticas públicas LGBTI+ nas gestões Roberto Cláudio (PDT) e Sarto Nogueira (PDT)

Nas eleições de 2013, o candidato Elmano de Freitas (PT), apoiado pela então prefeita Luizianne Lins saiu derrotado, ganhando as eleições o candidato Roberto Claudio (PSB), com o tema de coligação “Para renovar Fortaleza”, que teria sua primeira gestão entre os anos de 2013 a dezembro de 2016 (SANTOS, 2019). No tocante às políticas públicas e às ações LGBTI+ governamentais desenvolvidas por Roberto Claudio, buscou-se as avaliações dos Planos Plurianuais (PPA) do planejamento da administração municipal, visto que esses documentos trazem os dados do Orçamento Público que foram destinados para execução das políticas públicas LGBTI+ e quais foram as porcentagens da execução dessas políticas. De tal modo, em relação aos planos não foi possível identificar no site do planejamento da Prefeitura Municipal de Fortaleza os relatórios das gestões anteriores, relacionados as administrações da prefeita Luizianne Lins, por isso optou-se também como marco temporal da análise focar entre os anos 2013 e 2021.

Apesar de estarem disponíveis no site oficial da Prefeitura Municipal de Fortaleza a partir de 2012, os relatórios de avaliação dos PPA's, o referente ao ano de 2012, não consta nenhuma alusão orçamentária sobre as políticas públicas e ações voltadas para a população LGBTI+. Os dados apresentados adiante são resultados da pesquisa documental empreendida no portal eletrônico da capital.

O relatório de avaliação referente ao exercício de 2013, quando começou a gestão do prefeito Roberto Claudio, apresenta-se a avaliação qualitativa dos resultados alcançados sobre a responsabilidade da Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos, responsável pela Coordenadoria de Diversidade Sexual (CDS), na avaliação daquele ano consta-se: o processo de implementação de políticas públicas de enfrentamento para população LGBTI+, como: a implantação das atividades do Centro de Referência LGBT Janaína Dutra, focando na “Promoção e apoio às manifestações artísticas e ações diversas realizadas nos bairros de Fortaleza como: Grupo de Convivência LGBT e Grupo de Trabalho Institucional das Regionais (GTIR)” (PPA FORTALEZA, 2014, p. 51). Ainda que conste essas atividades não são apresentados nenhum dado orçamentário referente a execução dessas ações.

A primeira ação identificada data de 2014, construída pelo “Cuca Barra” campanha pela Diversidade que tinha como tema: “Tire o preconceito do caminho. Juventude quer passar com todo amor” – essa ação aconteceu entre os meses de março e abril e tinha como objetivo central debater com a comunidade de Fortaleza sobre os direitos humanos, organização política

enquanto pessoa LGBTI+ e a luta contra a homofobia na capital, tendo como público-alvo a juventude. A campanha teve o incentivo da Coordenadoria da Diversidade Sexual da Prefeitura de Fortaleza, igualmente da Secretária de Cidadania e Direitos Humanos. A ação aconteceu por meio de debates, cinemas e uma caminhada pela diversidade no Polo de Lazer da Barra do Ceará.

No tocante a avaliação do Plano Plurianual de (2014 a 2017), especificamente, ao biênio de 2014 a 2015, no que diz respeito as políticas públicas voltadas para a promoção e a cidadania da população LGBTI+, encontrou-se dados orçamentários apenas das ações focadas na Promoção e Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos da População LGBTI+:

TABELA 3 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA PROMOÇÃO E DEFESA DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO LGBTI+

Programas prioritários	Valor acumulado 2014 - 2017	Valor acumulado 2014-2015	Valor acumulado 2016-2017	Execução (%)
	Previsto	Executado	Executado	
Promoção e Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos da População LGBT	9.426.734,00	348.000,00	00,0	3,69%

Fonte: Elaboração SEPOG/ Dados SIOPFOR. Disponível em: Avaliação do Plano Plurianual 2014-2017 Biênio 2014-2015.

Referente a esse biênio de 2014 a 2015, as ações desenvolvidas foram a criação e implementação do Conselho Municipal LGBTI+ em Fortaleza, no ano de 2014; atendimentos realizados a população LGBTI+ em situação de violência no Centro de Referência Janaína Dutra; e atividades como seminários, grupos de convivência, eventos, cursos de formação todos esses voltados para a promoção da cidadania LGBTI+ (PPA FORTALEZA, 2016). Ainda que a avaliação do plano julgue positiva as ações desenvolvidas pela prefeitura, verifica-se uma baixa execução das ações desenvolvida, visto que na tabela encontram-se apenas 3,69% do orçamento executado.

No que diz respeito ao controle social das políticas públicas LGBTI+ na capital, alguns sujeitos coletivos têm tomado como papel fundamental o acompanhamento do orçamento público destinado a esses sujeitos como o Conselho Municipal LGBTI+ e outras associações. Diante disso, o Coletivo Flor do Asfalto, composto por militantes LGBTI+ no Bairro do Lagamar, situado na periferia de Fortaleza, realizou um monitoramento e tem cobrado aos

setores públicos responsáveis pela execução do orçamento destinado à promoção e defesa da cidadania e dos direitos humanos da população LGBTI+ em Fortaleza. Verifica-se na tabela anterior que durante o biênio de 2016 a 2017 não foram executados nenhum centavo referente a promoção e defesa da cidadania e dos direitos humanos da população LGBTI+ na capital.

Esse cenário de desmonte das políticas públicas LGBTI+ é permanente. Assim, a seguir verifica-se um panorama do orçamento destinado à promoção e defesa da cidadania e dos direitos humanos da população LGBTI+ na capital cearense entre os anos de 2018 e 2021. Esses dados foram retirados do Portal da Transparência, é uma síntese que o Coletivo Flor do Asfalto construiu para dar visibilidade a sociedade civil e para essa população poder cobrar o executivo municipal pela execução do orçamento:

TABELA 4 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE PROMOÇÃO E DEFESA DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO LGBT.

PROGRAMA: PROMOÇÃO E DEFESA DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO LGBT				
ANO	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Redução em R\$	Execução
2018	1.828.000,00	1.250.000,00	- 578.000	00%
2019	2.704.478,00	512.478,00	- 2.192.000,00	00%
2020	884.000,00	30.580,00	- 853.420,00	00%
2021	650.000,00	265.000,00	- 385.000,00	00%

Fonte: Dados do portal da transparência do município de Fortaleza até 26 de junho de 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/14hbQ5NmF7i_dHCrnWA2qwbUx0IGLOdQb/view. Acesso dia 06 de julho de 2021.

No plano municipal o processo de desmonte das políticas públicas LGBTI+, tem sido mais amplo, sobretudo, na transição entre os governos Roberto Claudio a gestão de Sarto Nogueira. Desde que o atual prefeito assumiu com a nova administração no ano de 2021, houve um completo abandono do Centro de Referência Janaína Dutra. Equipamento esse responsável pelo apoio da população LGBTI+ em situação de violência em virtude da orientação sexual e/ou da identidade de gênero, situado no bairro Jacarecanga. O Centro de Referência é um importante equipamento, com serviços destinados a proteção social dessa população, vítima das inúmeras violências em Fortaleza.

No entanto, em plena Pandemia do Coronavírus, o Centro de Referência teve sua equipe desestruturada na gestão do prefeito Sarto, limitando-se apenas às ações de promoção ao enfrentamento da violência, contando somente com: Assistente Social e Psicólogo, faltando Advogado (BRISA, 2021). Todavia, em meio ao caos os coletivos de sujeitos políticos e os movimentos sociais organizados na capital, realizaram no dia 28 de julho de 2021, uma ocupação do prédio do Centro de Referência, dia esse comemorado o Orgulho Internacional LGBTI+, no qual foi marcado por luta e resistência local em defesa de políticas públicas para essa população. Como relatado por Brisa:

Manifestantes em apoio à pauta LGBTQIA+ ocuparam na tarde desta segunda-feira, 28, o prédio do Centro de Referência Janaína Dutra, localizado no bairro Jacarecanga, em Fortaleza. A ocupação acontece no Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+ e tem como principal pauta a retomada das atividades do Centro, que estão em déficit desde a transição de gestão municipal e também devido à pandemia (2021).

Ainda de acordo com Brisa (2021), a ocupação tinha por objetivo a retomada das atividades do Centro de Referência para a população LGBTI+ que estava passando por diversos riscos sociais, nos quais se intensificaram durante a pandemia, como também a execução do orçamento destinado às ações de enfrentamento à violência LGBTIFóbicas e por fim que prefeito Sarto Nogueira convocasse e formasse a nova gestão do Conselho Municipal LGBTI+ da capital.

Para uma cidade como Fortaleza, que possui mais de três milhões de habitantes, dividida em doze regionais e metropolizada, com mais de 20 assassinatos contra as pessoas LGBTI+ no ano de 2020, sendo considerada nesse mesmo ano a mais violenta do Brasil para essa população, fora os números subnotificados e as outras modalidades de violência que essa população enfrenta e que não consta em relatórios oficiais do governo, o Centro de Referência LGBT Janaína Dutra, torna-se limitado diante de tantas expressões da questão social que rebate contra essa população.

A busca por direitos vai além do Centro de Referência, conforme o ativista. A pandemia de Covid-19 intensificou problemáticas ligadas às pessoas LGBTQIA+, como demandas emocionais, psicológicas, de insegurança, de moradia e de alimentação. “Assim, casas de acolhimento, de abrigo surgiram nesse período. O movimento social foi atrás de juntar cesta básica para poder distribuir para as pessoas que estão em situação de fome. E aí, nesse período de seis meses, na pior pandemia dos últimos cem anos, a gente não pôde contar com equipamentos de referência que deveriam suprir isso, né? Para nós, assim, é muito, é muito pesado”, destaca ele (BRISA, 2021).

Na reportagem de Brisa (2021), o autor ressalta a fala de um dos ativistas que estava na ocupação trazendo esses aspectos mencionados: “a maioria dos casos que a gente atende na organização que eu mantenho é pela madrugada. É jovem que é espancado pelo pai, na madrugada. É travesti que sofre tentativa de homicídio, na madrugada”. Ou seja, é preciso materializar as legislações sociais que o município possui e que é referência nacionalmente, em políticas que funcionem, que tenham integralidade nas suas ações.

Ainda corroborando com esses limites, o Relatório Anual realizado pelo Centro de Referência Janaina Dutra, elucidou no ano de 2020 alguns desafios postos por essa instituição:

TABELA 5 – DESAFIOS PARA 2021 ELENCADOS EM AVALIAÇÃO INTERNA DO CENTRO DE REFERÊNCIA JANAÍNA DUTRA

Desafios para 2021 elencados em avaliação interna do CRLGBTJD	
Nº	Desafios
01	Garantir a implantação de uma sede própria para o CRLGBTJD, mobiliada e equipada em consonância com os seus objetivos e atividades desenvolvidas.
02	Garantir, em 2021, a composição completa da equipe básica de funcionamento do serviço, composta por profissionais do Serviço Social, do Direito e da Psicologia, além de Educadores/as Sociais, Coordenação, Apoio Administrativo, Zeladoria, Porteiro e Seguranças noturnos e diurnos.
03	Garantir condições de biossegurança para atendimento presencial, observando as normas de prevenção da Covid-19, bem como as condições tecnológicas para a realização de atividades remotas.
04	Garantir o acesso ao financiamento/fornecimento regular de insumos, materiais e equipamentos fundamentais para o funcionamento do CRLGBTJD43, além da reserva de cota nos serviços licitados pela SDHDS, tais como transporte, manutenção de equipamentos e estrutura para eventos.
05	Intensificar o diálogo com os Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, Ministério Público, Sistema Judiciário e Órgãos de Segurança Pública, a fim de qualificar o fluxo de acesso à retificação do registro civil e, principalmente, de registro, investigação, julgamento e responsabilização das denúncias de crimes de LGBTfobia em Fortaleza, com base 7.716/89 e Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão – ADO 26 e do Mandado de Injunção – MI 4733/2019 pelo Supremo Tribunal Federal.

Fonte - Desafios extraídos do Relatório Anual 2020, CRLGBTJD (2021).

Em razão dos elementos acima exposto, era fundamental uma reestruturação do Centro de Referência Janaína Dutra, inicialmente sendo preciso uma descentralização das ações e do equipamento, era para ter outros distribuídos nas regionais da capital, ter um atendimento de 24 horas, como por exemplo a ronda Maria da Penha, visto que grande parte das violências contra LGBTI+ ocorrem a noite e na madrugada, sobretudo para as travestis que sobrevivem da prostituição (BRISA, 2021).

Esses dados apontam primeiramente é a lentidão que caracteriza o processo de formulação das primeiras políticas públicas LGBTI+ em Fortaleza . As ações iniciam apenas na gestão da prefeita Luizianne Lins. Ademais, embora houvesse algumas legislações importante de combate a LGBTIfobia, havia uma ausência no âmbito federal (nacional) de um aparato jurídico legislativo que resguardassem essa população.

A segunda questão que se observou aa analisar essas políticas na capital cearense é seu caráter de política de governo e não de Estado, atreladas à tendência política das gestões administrativas. Tal questão apresenta-se como dificuldade para a implementação das ações. Outrossim, não há um trabalho integralizado entre as políticas públicas de educação, saúde, renda e trabalho, assistência social e lazer em relação à população LGBTI+. Há uma ausência de estabelecer órgãos voltados para esse trabalho com servidor/as públicos direcionados ao combate a LGBTIfobia, além da precarização dos equipamentos materializados no baixo orçamento e/ou não execução desse.

Ademais, as demandas relacionadas à população LGBTI+ vão além do caráter da violência, são questões relacionadas ao acesso à saúde pública, à saúde mental, assim como questões ligadas à falta de moradia, fome, pauperização, desemprego, segurança e, o não acesso aos espaços culturais e de lazer. Todas essas são dimensões que atingem a população LGBTI+ pobre da capital. Considera-se que para o desenvolvimento de políticas públicas e políticas sociais voltadas para esses sujeitos é necessário orçamento e execução efetiva, o que vem sendo cada vez mais limitado nas últimas gestões municipais, inclusive com não implementação, ou seja, falta um processo de formulação, implementação, monitoramento e avaliação dessas políticas.

O homonacionalismo por meio do pinkwashing de Estado local se faz na proclamação de uma política voltada aos interesses da população LGBTI+, mas esvaziada de afirmação, não materialização e no parco orçamento. Reside nesse contexto o que Puar (2017), denomina como a “gestão biopolítica da vida”, ou seja, aquelas vivas que são valorizadas pelo Estado, em detrimento de vidas cuja existência não se tornam importantes para os rumos da nação, como

as trans, exclusões, os assassinatos não averiguados, os não registros dos corpos trans, além da insistente violência contra essa população.

4.7 As expressões do homonacionalismo em Fortaleza: o *pinkwashing* e a resistência local

*A morte brinca com balas nos dedos gatilhos dos meninos.
Dorvi se lembrou do combinado, o juramento feito em voz
uníssona, gritado sob o pipocar dos tiros: — A gente
combinamos de não morrer!
(CONCEIÇÃO EVARISTO, 2014)*

Inspirando-se na crônica de Conceição Evaristo, na obra, “Olhos D’água”, considera-se que o outro que é violado pelo “homonacionalismo à brasileira” são aqueles e aquelas que forjem das normas sociais de classe, gênero, raça/etnia, sexualidade, territorialidade estabelecidas socialmente. Corpos negros, bichas afeminadas, travestis e transexuais, corpos que rompem com a lógica formal jurídica das regras do Estado e do mercado, cuja bala que os matam não ressoam, cujas vidas não são passíveis de luto, em uma dinâmica neoliberal em que a vida se perde em detrimento da lucratividade. Diante dessas dimensões questiona-se onde está a conexão do homonacionalismo em Fortaleza, com as outras realidades já estudadas como Estados Unidos e Israel?

Ao longo da pesquisa, se questionou aos 145 participantes LGBTI+, quais eram as principais dificuldades de acesso a esses espaços públicos e privados, identificaram-se nas respostas uma diversidade de elementos. Entre os mais basilares empecilhos de ingresso aos estabelecimentos (82 participantes) relataram sobre a fragilidade de segurança desses lugares, (80 participantes) responderam que esses locais estão situados distantes, nos bairros onde vivem há poucos espaços de lazer voltados para essa população, sobretudo nas periferias dessa cidade, sendo um dos maiores obstáculos. Ao questionar sobre a acessibilidade algumas das falas trouxeram as dimensões econômicas e territoriais:

Geralmente esses espaços são mais voltados para quem tem maior poder aquisitivo. Poucos lugares que conheci eram localizados em uma região mais central e democrática. A maior parte é ainda hoje direcionada para classe média alta. Tive grandes dificuldades em frequentar certos espaços, pois não recebia muito, era longe de onde vivia e dependia de ônibus. Quem mora na periferia fica complicado se deslocar e consumir nesses espaços. Cria-se assim uma segregação (RAFAELA, RELATO ENTREVISTA ABERTA).

Embora, reconheça-se que em Fortaleza existem diversos espaços de consumo LGBTI+, uns mais acessíveis que outros, há que mencionar que a acessibilidade do local não é a única

barreira. Existem muitas questões relacionadas a classe, raça, gênero e sexualidade que se tornam barreiras de ingressos a esses lugares, como por exemplo a questão do transporte público, em determinados locais mulheres cis e travestis não podem entrar, a segmentação dos espaços também funcionam como determinadas empecilhos para o acesso aos locais.

Ademais, na concepção dos/as parte dos sujeitos entrevistas/as (52 participantes) responderam que também tinham medo de usarem transporte público no período da noite, juntamente com (45 participantes) que disseram sobre a ausência de transporte público na parte noturna. Sobre as demais respostas também se mencionou dificuldades de acesso por razões financeiras, fragilidades nas estruturas físicas, haja vista que, muitas vezes são locais de padrão socioeconômico elevado; algumas poucas pessoas relataram não ter dificuldade de acessar a esses locais.

Fortaleza tem sido considerada como uma capital pioneira no desenvolvimento de ações de incentivo aos diretos, voltados para as políticas públicas, destinadas a atender as demandas das pessoas LGBTI+, e com uma ampla oferta de espaços privados focados nesse nicho de mercado para um público diversificado. Com ações que vão desde o “empreendedorismo social” e econômico, bem como o incentivo a grupos artísticos e a alguns movimentos sociais em defesa do enfrentamento a violência, há que ressaltar também que essa é uma das capitais do Brasil em que mais se assassina pessoas LGBTI+.

TABELA 6 – COMENTÁRIOS DOS/DAS PESSOAS LGBTI+ ENTREVISTADAS SOBRE AS BARREIRAS DE ACESSO AOS ESPAÇOS DE CONSUMO DO LAZER EM FORTALEZA/CEARÁ

Comentários negativos	Comentários positivos
<p>Não são acessíveis financeiramente e arquitetonicamente desconheço algum local que permita o acesso de cadeirantes, por exemplo.</p>	<p>Acho que sim não consigo identificar nenhum impedimento para outros públicos não ser o pré julgamento desses mesmos grupos</p>
<p>Não são acessíveis tanto por conta dos valores serem mais caros e também estão localizados em poucos bairros da cidade.</p>	<p>Sim considero, NÃO CONSIGO VISUALIZAR BARREIRAS NENHUMA.</p>
<p>Não. Penso que existem muitas e de diversas "naturezas", começando pela barreira territorial/espacial: existem espaços de consumo LGBT em toda a Fortaleza (periferia e centro)? Não saberia te responder... Falando de minha experiência enquanto moradora da</p>	

periferia, não conheço um só lugar no bairro onde resido que tenha essas características.	
---	--

Fonte - Dados entrevistas realizadas via questionários, dados do pesquisador.

Outrossim, como mostra acima a tabela, os comentários referentes as principais barreiras de acesso aos espaços de lazer ainda são centralizadas em uma determinada territorialidade da cidade. Assim, tomado por base as reflexões de Jasbir Puar (2017), questiona-se quem são os/as beneficiados desses espaços na realidade de Fortaleza/CE? Como funciona a lavagem rosa a partir dessa visão de acessibilidade dos espaços de consumo do lazer na cidade de Fortaleza?

Neste ponto, deverei acrescentar – aspeto que irei desenvolver mais adiante – que não penso o homonacionalismo como uma identidade ou como um posicionamento; não se trata de mais um marcador destinado a separar um queer “bom” (progressista/transgressivo/politicamente de esquerda) de um queer “mau” (esgotado/conservador/politicamente falido). Pelo contrário, a minha teorização do homonacionalismo assenta num mosaico de forças, afetos, energias e movimentos de desterritorialização e de reterritorialização (PUAR, 2015, p. 299).

O homonacionalismo funciona como um campo de correlações de forças. Verificou-se no decorrer da pesquisa algumas ações desenvolvidas pelo Estado cearense no processo de promoção da cidadania das pessoas LGBTI+ no contexto local, no entanto, observam-se algumas contradições diante dessas políticas especialmente o sucateamento destas nos últimos anos ou à não execução do orçamento público sufocando as suas implementações, especialmente na ausência de políticas públicas de lazer público voltadas para essas pessoas. Isso ficou latente nas falas dos/das entrevistadas/dos ao relatarem sobre o acesso a políticas públicas de lazer voltadas para essa população:

Avalio as iniciativas estatais de lazer para a população LGBTQIA+ como ainda muito tímidas e ainda voltadas para um público específico que é o gay, geralmente branco. Porém, iniciativas mais locais, partindo de coletivos de áreas periféricas tem despontado lugares importantes e mais inclusivos (DANDARA, RELATO ENTREVISTA ABERTA).

Não acredito que sejam seguros, principalmente, nos bairros mais periféricos onde além do preconceito, tem novamente a questão socioeconômica. Vejo que o poder aquisitivo blinda um pouco do preconceito e os espaços pensam mais no que você pode gastar lá. Já em eventos tocados pelos Estados, a depender do tipo e do local e onde você se encaixa nessa sigla, como as pessoas as trans, sem dúvidas são ambientes poucos seguros e de poucas oportunidades (JOANA, RELATO ENTREVISTA ABERTA).

Como assinala Puar (2015), em suas análises o homonacionalismo é também um campo de relações de poder: sujeitos LGBTI+, Estado e Mercado campos de relações e de disputas, correlações de forças. Ressalta-se que no caso do Ceará tem-se um Estado que nos últimos tempos tem se utilizado de uma perspectiva de modernização pela via do turismo, como também de campanhas contra o machismo e a violência LGBTfóbica. Mas é preciso advertir a importância dessas políticas em um contexto marcado por Feminicídios e LGBTcídios, ao mesmo tempo em que o próprio Estado promoveu essas políticas, nos últimos anos o Ceará, especialmente em Fortaleza, implementou-se uma forte campanha a “Guerra às Drogas” nas comunidades periféricas da capital, além de não atenuar os índices de violência contra mulheres, LGBTI+ e pessoas negras.

Os sete primeiros meses de 2018 registraram sete chacinas no Ceará, com 48 mortos, sendo duas em Fortaleza e cinco na Região Metropolitana e no Interior. Não se tratam, portanto, de fenômenos isolados, mas do resultado de uma mudança radical nas dinâmicas criminais ocorridas nos últimos cinco anos, em virtude, principalmente, da inserção profunda do Ceará na rota internacional do tráfico de drogas e da expansão de grupos criminosos organizados, como o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC) (PAIVA, BARROS, CAVALCANTE, 2019, p. 74-75).

Sendo uma das cidades do Brasil com alto índice de assassinatos contra a juventude negra da periferia, como a brutal chacina do Curió que vitimou 11 jovens, entre esses 9 eram adolescentes (Idem, 2019). O Estado do Ceará procura lavar a imagem de um Estado autoritário, por meio dessas campanhas, ao mesmo tempo que promove uma realidade autoritária de inserção da polícia nas comunidades pobres e periféricas da capital, tendo como central à política de enquadramento da questão social, como caso de polícia nas práticas do racismo estatal (MBEMBE, 2018). Em metáfora, muito se assemelha as batidas policiais nos bairros pobres da capital cearense, com as batidas e as perseguições que palestinos vivenciam na Faixa de Gaza. As perseguições que a juventude negra vive nos bairros periféricos como Curió, Pirambu, Conjunto Palmeiras, Serrinha entre outras são partes da Faixa de Gaza à brasileira.

Mas essa conjuntura não se restringe apenas a realidade do Estado do Ceará, observa-se que o Brasil tem se tornado nos últimos anos um país fortemente militarizado, em um post na rede social Instagram, realizado por um grupo denominado “Juventude Sanaud”, Grupo de Jovens em defesa da Palestina no Brasil e dessa população no Oriente Médio, trouxe em sua postagem uma reflexão questionando quais eram as conexões entre Brasil e Israel. Geograficamente distante, porém com governos políticos próximos essa é a realidade que une Brasil e o Estado de Israel. Em 2021, o presidente Jair Messias Bolsonaro e pelo ex-ministro

Benjamin Netanyahu, aprovou o convênio que tem por objetivo um acordo militar e policial entre essas duas nações:

Os acordos militares realizados entre realizados entre Brasil e Israel tornam o nosso país não apenas cúmplice de uma nação internacionalmente denunciada por violações aos direitos humanos, como também aprofundam uma parceria militar antiga, que atua nas periferias do sistema, assassinando palestinos e jovens pobres e negros brasileiros⁹¹ (JUVENTUDE SANAUD, 2021).

Como se observou no decorrer desse estudo, o Estado tem determinadas funções, que são necessárias para a manutenção do mercado, sobretudo, no capitalismo tardio⁹². Mandel (1982), ressalta três incumbências estatais necessárias para o funcionamento desse sistema: a primeira função é dar condições para o modo de produção capitalista garantir sua produção e reprodução. A segunda função seria reprimir toda e qualquer forma de ameaça ao sistema capitalista, inclusive os aspectos ideológicos e a terceira concernem na integração das classes sociais em conflitos.

Para Mandel (1982), a primeira função do Estado no capitalismo tardio seria “criar condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante” (1982, p. 333). Essa relação tem um caráter mais ligado do Estado em garantir as condições materiais de sobrevivência do mercado, portanto são as estratégias políticas de suporte para o modo de produção capitalista. Como exemplo a construção de estradas, portos, aeroportos, meios de comunicação, incentivos fiscais como isenção de impostos, garantia do fundo público destinado a salvaguardar empresas capitalistas em tempos de crises.

No entanto, essa condição que o Estado propicia não está ligado somente à questão da produção, as funções vão bem além dessa condição. No caso do mercado LGBTI+ como isso funcionária? O Estado direta e indiretamente oferece condições para a sobrevivência dos mercados. Um exemplo das condições materiais de produção também perpassa pelo incentivo do comércio. Através das revitalizações de bairros considerados “abandonados” como o caso

⁹¹ JUVENTUDE SANAUD. “Militarização e violência: o que conecta Brasil e Israel”? Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CXhUy5upmCz/>. Acesso dia 16 de dezembro de 2021.

⁹² “O capitalismo tardio caracteriza-se pela combinação simultânea da função diretamente econômica do Estado burguês, do esforço para despolitizar a classe operária e do mito de uma economia onipotente, tecnologicamente determinada, que pode supostamente superar os antagonismos de classe, assegurar um crescimento ininterrupto, um aumento constante do consumo e, assim, produzir uma sociedade pluralista” (MANDEL, 1982, p. 341).

dos centros das cidades, passam por gentrificação⁹³, dando lugar a uma nova rotatividade do comércio e do turismo. Caso semelhante acontece no circuito de boates, bares, saunas LGBTI+ como a Zona do Centro Dragão do Mar em Fortaleza⁹⁴ é uma forma latente dessas condições propiciadas pelo Estado.

A segunda função analisada por Mandel diz respeito ao Estado “reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou frações particulares das classes dominantes ao modo de produção corrente através do exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário” (1982, p. 334). Essa função relacionada ao objeto de estudo é uma das mais complexas. Diria que o Estado reprime toda forma de movimento ou ação que ameaça o MPC. No entanto, considera-se que no atual contexto o movimento LGBTI+ pensado de forma isolada não ameaçaria as estruturas da sociedade capitalista, é preciso pensar as lutas de forma coletiva, conectada com outro(a)s sujeitos, porém de certa forma esse movimento questiona as bases morais que estruturam a organização da vida social, ainda que seja preciso pontuar que esse movimento conforme Colling (2020), segue uma tendência normatizadora das identidades sexuais e de gênero, além de possui na sua forma política da defesa da igualdade e da afirmação constante das identidades, o autor pontua uma síntese das questões sobre esse movimento:

- apostam quase que exclusivamente na conquista de marcos legais, em especial o matrimônio ou outras leis e normativas; - possuem poucas ações que combatam os preconceitos e as discriminações por meio do campo da cultura; - explicam a sexualidade e as identidades de gênero sob uma perspectiva que, a rigor, flerta ou adere à ideia de que há apenas dois gêneros (masculino e feminino) e de que tanto os gêneros quanto as orientações sexuais são “naturais” ou até geradas por componentes biológicos/genéticos; - com a afirmação das identidades, forçam todas as pessoas não heterossexuais a se enquadrarem em uma das identidades da sigla LGBT; consideram que para conquistar os direitos, as pessoas LGBT precisam criar uma “representação respeitável”, uma “boa imagem”, o que significa, no final das contas, uma aderência à heteronormatividade (COLLING, 2020, p. 354).

Observou-se que as principais tendências que compõem o Estado é um atravessamento de relações de poder e correlações de forças que são materiais, políticas e culturais que

⁹³ “Gen-tri-fi-ca-ção. Vem de gentry, uma expressão inglesa que designa pessoas ricas, ligadas à nobreza. O termo surgiu nos anos 60, em Londres, quando vários gentriens migraram para um bairro que, até então, abrigava a classe trabalhadora. Este movimento disparou o preço imobiliário do lugar, acabando por “expulsar” os antigos moradores para acomodar confortavelmente os novos donos do pedaço. O evento foi chamado de gentrification, que numa tradução literal, poderia ser entendida como o processo de enobrecimento, aburguesamento ou elitização de uma área... Mas nós preferimos ficar com o aporuguesamento do termo original” (COSTA, 2016). “O que é gentrificação e por que você deveria se preocupar com isso?” Disponível em: <http://www.courb.org/pt/o-que-e-gentrificacao-e-por-que-voce-deveria-se-preocupar-com-isso/#:~:text=Um%20processo%20de%20gentrifica%C3%A7%C3%A3o%20possui,bairro%20abandonada%2C%20promovendo%20nova%20ilumina%C3%A7%C3%A3o%2C>. Acesso em: 17 jun. 2020.

⁹⁴ No terceiro capítulo desta tese aprofunda-se essa concepção de como o governo do Estado do Ceará garante essa função.

interferem nas políticas de cidadanias voltadas para as populações de Lésbicas, Gays e Bissexuais (LGB), geralmente, acionados a uma política normatizadora, ao andamento de um forte enquadramento das identidades subalternizadas das Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e outras identidades (TQIA+).

Essas relações de poder também se manifestam no controle do Estado sobre esses corpos dissidentes. São exercidos diversos mecanismos tanto os ideológicos como de manutenção poder. É preciso muito cuidado ao “canto de sereia” que determinados direitos podem exercer no contexto de neoliberalismo, principalmente em alguns países ocidentais, os sujeitos coletivos, especialmente os LGBTI+, necessitam aprofundar a atenção de como se desenvolvem essas legislações. Quais os espaços realmente estão ocupando no cenário político e a quem esses direitos atendem? Pois, como bem discorre Drucker, “as vitórias das pessoas LGBTI são reais e importantes, mas se entrelaçam, ao mesmo tempo, as derrotas expressivas. Por terem sido conquistadas em um mundo crescentemente desigual, polarizado e violento” (2017, p. 199).

O Estado, ao se utilizar do homonacionalismo, como uma forma de garantir uma política sexual de controle de determinados sujeitos, desfruta desse mecanismo ideológico de disciplinamento das sexualidades dissidentes, no incentivo constante ao lazer pela via do mercado. Assim, as políticas sexuais e gênero, para determinados sujeitos, não devem servir como uma barganha estatal para mascarar as políticas de austeridade fiscais e migratórias⁹⁵, como o avanço da xenofobia e do recrudescimento do Estado penal, da necropolítica em alguns países do capitalismo periférico (MBEMBE, 2018).

É importante a prudência em relação às reconfigurações do Estado na sua complexidade. Em particular nas funções ideológicas desempenhadas por este, que estão exercendo em todas as dimensões da vida. Brice Chamouveau (2017), chama a atenção para o risco do homonacionalismo funcionar como um agente normalizador de identidades militantes, com o apagamento de vozes históricas nas lutas desse movimento e uma ampla institucionalização

⁹⁵Angela Davis apresenta uma ampla análise de como empresas ligadas à política de segurança tem lucrado a partir do Estado em defesa de uma segurança extremamente racista, segregacionista em defesa dos estados-nacionais imperialista contra imigrantes, a autora cita como exemplo que “o complexo industrial-prisional global está em contínua expansão, como pode ser visto a partir do exemplo da G4S. Assim, podemos supor que sua lucratividade esteja em crescimento. O complexo passou a incluir não apenas prisões públicas e privadas (e as prisões públicas, que são mais privatizadas do que se pode imaginar, estão cada vez mais sujeitas às exigências do lucro), mas também espaços para jovens em conflito com a lei, prisões militares e centros de detenção para averiguação. Além disso, o setor mais lucrativo do negócio de prisões privadas é composto pelos centros de detenção de imigrantes. Portanto, é fácil compreender por que a legislação mais repressiva contra imigrantes nos Estados Unidos foi delineada por empresas de prisões privadas em um esforço flagrante de maximizar seus lucros (DAVIS, 2018, p. 23-24).

desses sujeitos coletivos pela captura estatal. É preciso como expressa as análises desse autor está atento aos “privilégios” de alguns sujeitos, em detrimento das negações de direitos de outros, sempre na busca de uma “representação respeitável” (COLLING, 2020).

E, a terceira função analisada por Mandel refere-se de “integrar as classes dominadas, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra elas” (1982, p. 334). Abordar essa função do Estado sobre a integração, diz respeito de como esse possibilita às classes sociais serem exploradas. Tal perspectiva acontece pelas formas de ideologias produzidas e reproduzidas pelas estruturas sociais do capitalismo contemporâneo.

Essa terceira função do Estado encontra-se com as análises das quais se empreende sobre o homonacionalismo - quando Puar (2015) disserta da instrumentalização dos sujeitos LGBTI+ pelo Estado é mais que uma forma de integração desses sujeitos que antes eram marginalizados pela sua sexualidade, hoje são reconhecidos como sujeitos de direitos, especialmente, como “cidadãos consumidores”. Outro elemento que condiz com essa perspectiva da “integração” refere-se o que Duggan (2004) trata da aceitabilidade desses sujeitos por parte do Estado, pela via homonormativa, quando esses podem casar e consumir, sem abalar as estruturas que são fundamentais para manutenção da sociedade capitalista como a família nuclear, é tanto que no ano de 2021, no Ceará foi o Estado em que mais houve casamento entre pessoas LGBTI+ (FREITAS, 2021).

Assim, para finalizar as análises deste capítulo, apreendem-se as principais tendências do Estado homonacionalizador como: a primeira delas é a de garantir as condições sociais e materiais da reprodução ampliada do capital. A segunda é sobre essa modalidade de Estado que se refere ao controle dos sujeitos dissidentes na sociedade a manutenção da hegemonia de uma determinada classe social, de gênero, de raça e de territorialidade. E a terceira é a manutenção de uma integração harmônica entre essas classes, talvez seja essa uma das tendências mais difíceis dadas as correlações de forças, resistências e disputas.

Embora que para o capital esses sujeitos são viáveis na medida que garante a reprodução ampliada da ideologia, essa repressão ocorre por meio da coerção e da violência, como discorre Osório, “[...] o Estado é violência e está atravessado por ela. Mas essa violência se condensa em leis, em espaços que ameaçam seu exercício, quando não se apresenta como uma prática aberta e visível” (2017, p. 26-27). Por conseguinte, ideologicamente o Estado busca estratégias a conformação sócia metabólica do sistema capitalista, como discorre Mészáros:

O Estado pode muito bem ser o executor de tal violência, ir tão longe quanto uma guerra global massivamente destrutiva, mas ele não pode ser identificado como a causa mais profunda de tais eventos em e por si mesmo⁹⁶. Em nossas sociedades, a base casualmente determinante da violência é a ordem sociometabólica do próprio sistema do capital. O Estado, com certeza, é parte integrante desse sistema como um modo de controle sociometabólico, e funciona como agente ativo tanto da lei do estado como da ilegalidade do Estado a serviço da manutenção geral da ordem sociometabólica estabelecida (2015, p. 59).

Esse domínio do Estado sobre os sujeitos é uma das mais complexas relações de poder. Nesse caminho o homonacionalismo cumpre essa função de normatizar as identidades sexuais, os corpos, ao conceder determinados direitos para o conjunto da população LGBTI+, e só permite por esses não infringirem as regulações centrais do poder econômico, cultural e político do grande capital. Por mais que leis como o casamento civil igualitário, adoção por casais LGBTI+, descriminalização da “homossexualidade” que culminou simultaneamente, com a ampliação do mercado de consumo LGBTI+ em muitos países sejam um direito que vai à contramão da moral dos grupos dominantes que exercem o poder, essas legislações de certa forma garantem uma normatização sobre os sujeitos no qual Oliveira (2013) chama de uma “cidadania de consolação” que está altamente atrelada à matriz heteronormativa do poder econômico e político.

⁹⁶ Grifos do autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Se for esse o caso, teremos de fazer algo totalmente extraordinário, precisaremos ir às últimas consequências. Não podemos continuar a fazer o mesmo. Não há como se resolver em torno do centro. Não podemos agir com moderação. Teremos de ter disposição para nos erguer e dizer “não” unindo nossas almas, articulando nossas mentes coletivas e nossos corpos, que são muitos”

(Em a “Liberdade é uma luta constante”, Angela Davis)

O homonacionalismo, analisado a partir da conceituação de Puar (2015), consiste num fenômeno, que se baseia em uma suposta aceitação dos grupos LGBTI+, seja por alguns Estados-nações e/ou por mercados, em determinados contextos geopolíticos. Esses que “aceitam” a perspectiva de direitos sexuais como progresso, ao mesmo tempo que esses indivíduos são acionados em defesa de um projeto de nação heteronormativa/homonormativa. Essa política se baseia a partir de valores fundamentados do nacionalismo sexual, em que o Estado neoliberal flexibiliza sua agenda moral entorno da disputa dos direitos, melhor dizendo, garante para o público LGBTI+ determinadas políticas voltadas para essas pessoas, com a perspectiva de atrair esses sujeitos em defesa das agendas normativas como: casamento, adoção e políticas de incentivo ao consumo.

Os argumentos trazidos na tese de doutorado chegaram-se a algumas tendências analisadas, que por hora são momentâneas, haja visto que a realidade está em constante processo de movimento. No entanto, tentou-se trazer as suas contradições, o movimento histórico da análise do objeto estudado e as muitas determinações. Inicialmente, do ponto de vista de compreender o lazer público e privado para as pessoas LGBTI+ na cidade de Fortaleza/CE na lógica do homonacionalismo de Estado-nação e de mercado, foi um desafio teórico e metodológico, sobretudo, em um contexto de pesquisa assinalado por uma crise mundial sanitária, advinda da Pandemia do Coronavírus, na qual foram ceifadas mais de 600 mil vidas no Brasil até o final de 2021.

Assim, o homonacionalismo de Estado-nação e de mercado é um fenômeno que tem se espreado em muitas realidades sociais. As relações de poder entre os Estados-nacionais juntamente com os sujeitos LGBTI+ tem engendrado distintas formas, na realidade dos países de forma mais hostil, já em outros uma certa abertura para os diálogos, voltando-se cada vez mais para defesa de uma política sexual, muitas vezes de controle e higienistas. Corrobora-se

com o pensamento de Puar, que o homonacionalismo tem incessantemente se manifestado em diversos territórios: América do Norte, América Latina, África, Ásia e Oriente Médio.

Na pesquisa desenvolvida por Puar (2017), foi analisado o homonacionalismo nos Estados Unidos e em Israel e sua ocupação na Palestina, por intermédio do *pinkwashing*, e como essa comunidade LGBTI+ é instrumentalizada na defesa nacionalista do Estado israelita em vista da narrativa de que os árabes são homofóbicos e é preciso resguardar os direitos dessa população violada destes. É preciso entender o Estado-nação como um campo de correlações de forças, sendo o processo homonacionalizador uma dessas expressões. Portanto, é no chão do neoliberalismo e do neoconservadorismo que se movimenta esse fenômeno, que ainda é novo, mas é ideológico, e se materializa no plano das lutas e disputas por direitos socialmente conquistados, mas que tem criado força internacionalmente, nas suas múltiplas formas.

Já nas particularidades do Brasil, as análises de Irineu (2016), observou-se que as últimas políticas desenvolvimentistas, impactaram na vida dos povos tradicionais (indígenas, ribeirinhos, quilombolas), ao mesmo tempo que durante os governos petistas, projetou-se um aparato governamental de políticas públicas voltadas para comunidade LGBTI+ e não houve por parte desse movimento social uma crítica a esses processos. Ademais, viu-se também que houve uma forte política de incentivo ao consumo durante esses governos, isso também chegou na população LGBTI+, com o processo de ampliação do mercado de consumo voltado para esses sujeitos e do turismo como o Plano Aquarela desenvolvido desde 2003.

Interpreta-se que um dos grandes elementos do homonacionalismo é a incorporação por parte do Estado dos direitos LGBTI+ para a violação e/ou apagamento de outros povos, de uma agenda voltada para a homonormatividade e uma forma de instrumentalização dessa comunidade, no caso desse país um “homonacionalismo à brasileira”, que determinados direitos da população LGBTI+ ou o próprio *marketing* voltado para esses consumidores/as apagam outros povos alvejados pela violência do Estado como populações negras e indígenas, e até mesmo esses sujeitos pobres. É preciso sublinhar que há na própria comunidade LGBTI+ muitas disparidades socioeconômicas, sendo as mais pobres as que são constantemente alvejadas pela violência estrutural.

No Brasil existem altos índices de lucratividade em torno do mercado de consumo LGBTI+. No entanto esse país é um dos mais LGBTIfóbicos de todo o globo, com assassinatos cotidianos cometidos contra essa população que desafia as normas de gênero e sexualidades hegemônicas. O processo homonacionalizador revela as funções contemporâneas do Estado na sua mais crua face, de controle e de poder sobre determinadas vidas, na qual “[...] algumas nascem para viver, outras se tornam vidas matáveis pelo Estado” (BENTO, 2018, p/s). A

ausência efetiva do Estado em ações de combate à violência é parte das contradições e das correlações de forças, cujas ações se centram em propagandas e incentivo ao consumo, dimensões centrais do neoliberalismo. Essa ausência do Estado, gera um pânico entre os/as sujeitos que desafiam e que dão visibilidades aos seus corpos.

A segunda tendência parte da concepção que o mercado capitalista tem sido cada vez mais desbravador de novos nichos econômicos, essa é uma disposição que o mercado tem na sua natureza específica de conquistar novas modalidades de economias, esse percurso se identificou na cidade de Fortaleza. O projeto de modernização da capital encampado pelos governantes inseriu essa cidade na rota do turismo, trouxe ares de um lugar conectado às mudanças tecnológicas, valorativas e simbólicas do capitalismo contemporâneo. Todo esse processo de modernização inserida na transnacionalização do capital foi fundamental para ampliação de novos nichos de mercados, entre eles os voltados para o público LGBTI+, como os bares, boates, saunas, restaurantes entre outros.

Uma outra tendência observada no estudo foi que a rigor se constatou que o mercado se utiliza fortemente do aparato do Estado para manter os serviços destinados à comunidade LGBTI+. E a ampliação do mercado de consumo é marcada por uma ampla hierarquização, normatização das sexualidades e divisão de (classe, gênero, sexualidade, raça/etnia, geração e territorialidade) desses espaços. Isso interfere profundamente no acesso a essa sociabilidade do lazer por parte desses sujeitos, o que para muitos o ingresso a esses espaços, muitas vezes, é realizado de forma desigual. Assim, “[...] a lavagem cor-de-rosa é apenas mais uma justificação para a violência imperial/racial/nacional que é precedida por uma longa história” (PUAR, 2015, p. 308).

Diante desse contexto, considera-se, a partir do pensamento da autora, que o homonacionalismo que funciona como um campo de contradições e forças que envolvem questões políticas, econômicas, sociais e culturais nas estruturas dos Estados-nações ao reconhecerem os processos de aceitação das bandeiras de lutas da comunidade LGBTI+ ideologicamente. Porém, a partir da ótica homonormativa das políticas familistas, normatizações das sexualidades, essa perspectiva, como aponta Duggan (2004), tende a individualizar as pautas por lutas por direitos dessa comunidade, forçadas pelo prisma das políticas neoliberais de consumo e das normalizações.

Identificou-se como tendência também que esses espaços de lazer na cidade de Fortaleza/CE revelam processos paradoxais, ou seja, em alguns momentos despontam para normalizações e em outras ocasiões para transgressões desses locais. Foi visto que esses territórios ainda são lugares de sociabilidades, nos quais essa população de certa forma pode

dar visibilidade as suas identidades de gênero e sexuais, podem construir relações de afetividades, pertencimento sociais, construção de redes sociais e até mesmo de militância. De tal modo, observou-se que esses espaços não são todos homogêneos, são segmentados, expressam divisões marcadas por relações de classe, gênero, sexualidade, raça, etnia, geração e territorialidades.

Por outro lado, o poder da ideologia resguarda uma sociedade do mercado, da imagem e do espetáculo (DEBORD, 1997), isso se manifesta na subjetivação dos sujeitos do acesso ao lazer voltado para essa população fortemente interpelada pelo hiperconsumismo: é preciso ser bem-sucedido, estudar, viajar, malhar, entender de gastronomia, vinhos, carros, usar roupas de marcas, frequentar ambientes caros, ser casado, constituir família, ser empreendedor, além de participar de muitos eventos sociais e postar nas redes sociais, ou seja, é preciso reunir todos esses quesitos em uma vida em função das redes sociais como *Twitter, Instagram e Facebook* de um capitalismo centrado no espetáculo (*Idem, 1997*). Esse processo de incorporação ideológica da sociedade de mercado revela uma higienização pelo fato desse sujeito ter uma sexualidade desviante do que a sociedade hétero patriarcal estabelece. Tais atos limpariam essa imagem, em outras palavras: “seja gay, mas seja bem-sucedido”. A pressão que a sociedade de mercado e da normalização das sexualidades trazem diversas consequências para esses sujeitos. Todo esse processo agudiza a subjetividade e a saúde mental dessa população, resulta em muitos casos de baixa autoestima, de depressões, muitas vezes culminando em atos de suicídios.

Os custos são altíssimos para se viver na sociedade marcada pelo racismo, sexismo e pela LGBTIfobia, segundo o Relatório Brasil 2030, da *Out Now Global* o Brasil perde em virtude da LGBTIfobia cerca de US\$ 405 bilhões. Por isso que não se pode generalizar os dados que algumas agências apontam que a população LGBTI+ tem um forte poder aquisitivo de *pink money*. Aqui no capitalismo periférico e dependente a estrutura das relações sociais são bem mais complexas, grande parte dessa população vive em extrema pobreza. De tal modo, o “homonacionalismo a brasileira” revela um processo de apagamento das relações de violência que atinge a comunidade LGBTI+ pobre, negra e dissidente.

Ao observar todas essas tendências sobre o Estado e a relação com o mercado e com as sexualidades dissidentes por meio do fenômeno homonacionalizador, observa-se a grande capacidade desse ente político se reinventar diante das sucessivas crises do capital. Na grande esteira que é a sociedade capitalista, o Estado cumpre seu papel fundamental de garantir a reprodução deste como vem ocorrendo nos Estados Unidos, nos países da Europa Ocidental, e até mesmo em Fortaleza inserida na transnacionalização do capital. No entanto, é preciso também estabelecer algumas mediações sobre as bases territoriais, e as especificidades de cada

país, como é o caso do Brasil, recordista em assassinatos contra essa população, onde esses direitos são fundamentais.

Em síntese, é preciso ressaltar que as lutas por direitos LGBTI+ são necessárias, no entanto, como discorre Angela Davis (2018), elas devem estar entrelaçadas a uma luta que articule as questões de gênero, sexualidade, etnia, raça, nacionalidade, capacidades e territorialidades, que ultrapassem a perspectiva individualista dos direitos. Melhor dizendo, é preciso fortalecer as lutas progressistas transnacionalmente, a exemplo disso a autora convoca a pensar a realidade dos povos Palestinos oprimidos explorados pelo Estado israelita com o apoio econômico e político dos Estados Unidos. É necessário apoiar o movimento de Boicote Desenvolvimento e Sanções (BDS) à Israel e a sua política homonacionalista, somente com a imbricação das lutas que podemos romper com essa normalidade posta pelos Estados-nações imperialistas.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O projeto ético-político do Serviço Social Brasileiro: ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2019.

ACNUR, United Nations High Commissioner for Refugees. **Migrações, Refúgio e Apatridia: Guia para Comunicadores**. Acnur, 2019. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Migracoes-FICAS-color_FINAL.pdf. Acesso em: 27 fev. 2020.

ACNUR, United Nations High Commissioner for Refugees. Global Trend: forced displacement in 2018. **United Nations High Commissioner for Refugees**. Disponível em: <https://www.unhcr.org/5d08d7ee7.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2020.

ALBORNOZ, Suzana Guerra. Sobre O direito à preguiça de Paul Lafargue. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2008, vol. 11, n. 1, pp. 1-17.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. CEBALLOS, Rodrigo. Trilhas urbanas, armadilhas humanas: a construção de territórios de prazer e dor na vivência da homossexualidade masculina no Nordeste brasileiro dos anos 1970 e 1980. *In*: SANTOS, R.; GARCIA, W. (Org.). **A escrita de Adé: perspectivas teóricas dos estudos gays e lésbic@s no Brasil**. São Paulo: NCC-Suny: Xamã: Abenh, 2002. p. 307-328.

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. **Nordestino: invenção do “falo”**: uma história do gênero masculino (19920-1940). São Paulo, intermeios, 2013.

ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. Rio de Janeiro, **EM PAUTA**, 2º Semestre, n. 34, v. 12, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2014.15086>. Acesso em: 20 mar. 2022.

ALVES. Giovanni. Trabalho, subjetividade e lazer: estranhamento, fetichismo e reificação no capitalismo global. *In*: PADILHA, Valquíria. **Dialética do lazer**. São Paulo, Cortez, 2006.

ANDRADE, Luma N. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600>. Acesso em: 20 mar. 2022.

ANDERSON, Perry. **Brasil à parte: 1964 - 2019**. São Paulo, Boitempo, 2020.

ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**. Brasil, 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>. Acesso em: 24 de julho de 2021.

ARAÚJO, Fatiana Carla. **O GRAB e a resistência homoerótica no Ceará**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9996>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BARCELLOS, José Carlos. **Literatura e homoerotismo em questão**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo, Edições 70, 2016.

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. São Paulo, Cortez, 2010.

BEHRING, Elaine R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e a perda de direitos, São Paulo, Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2008.

BENEVIDES, Bruna G. NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim (Orgs.). **Dossiê**: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, IBTE, 2019.

BENEVIDES, Bruna G. NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim (Orgs.). **Dossiê**: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2019. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

BENEVIDES, Bruna G. NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim (Orgs.). **Dossiê**: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2020. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BENTO, Berenice. Ilán Pappé: história e verdade. **Contemporânea**, v. 7, n. 2 p. 523-528 Jul.– Dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.048>. Acesso em: 21 mar. 2022.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? **Cadernos Pagu (UNICAMP)**, v. 1, p. 1-16, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800530005>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BENTO, Berenice. **“Pinkwashing à brasileira”**: do racismo cordial à LGBTTTfobia cordial. *Revista Cult*, 2015. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/pinkwashing-brasileira-do-racismo-cordial-lgbtfffobia-cordial/>. Acesso em: 18 abril 2019.

BENTO, Berenice. **Pinkwashing**: a terra prometida do arco-íris. *Sexuality policy watch*, 2018. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/pinkwashing-a-terra-prometida-do-arco-iris/8879>. Acesso em: 18 abril 2019.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BONASSI, Brune Camillo. **Cisnorma**: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/182706/349130.pdf>. Acesso em: 21 mar 2022.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social e Trabalho no capitalismo**. São Paulo, Cortez, 2016.

BOSCHETTI, Ivanete. Tensões e possibilidades da política de assistência social em contexto de crise do capital. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 8, n.2, p. 16-29, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.18315/argumentum.v8i2.12800>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BOUREAU, Ella. **Sarah Schulman**. Full Stop, 2013, disponível em: <http://www.full-stop.net/2013/01/08/interviews/ella-boureau/sarah-schulman/>. Acesso em: 04 abril 2020.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**. História e crítica de um preconceito. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em: 26 fev. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Texto-base da Conferência Nacional de Gays, Lésbica, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Brasília, DF, 2007. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/LGBT/texto_base_1_lgbt.pdf. Acesso em: 19 mar. 2022.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil**. Brasília, DF, Secretaria de Direitos Humanos, 2011. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/RelatorioViolenciaHomofobicaBR2011.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRISA, Mateus. Manifestantes ocupam prédio do Centro de Referência LGBT de Fortaleza. **Jornal O Povo**, Fortaleza, Ceará, 2021. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2021/06/28/manifestantes-ocupam-predio-do-centro-de-referencia-lgbt-de-fortaleza.html>. Acesso em: 22 ago. 2021.

BUENO, Samira. LIMA, Renato Sérgio (Orgs). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Sepix, Brasil, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2021.

BULGARELLI, Lucas. Moralidades, direitas e direitos LGBTI nos anos 2010. *In*: Org. GALLEGO, Esther Solano. **O ódio como política**. A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo, Boitempo, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2014.

BUTLER, Judith. Alianças queer e a política anti-guerra. **Revista Bagoas**, n. 16, 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/12530>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.

CABANELAS, Marcelle Soares Mendes. **Pink Money o potencial do mercado homossexual no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social), Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/123456789/1412>. Acesso em: 20 mar. 2022.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos**. Conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

CÂNDIDO, Amaury. Os cinemas de Fortaleza. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, Ceará, 2007. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/2.804/os-cinemas-de-fortaleza-1.52185>. Acesso em: 26 maio 2020.

CAETANO, Marcio. NASCIMENTO, Claudio, RODRIGUES, Alessandro. Do caos re-emerge a força: AIDS e mobilização LGBT. In: GREEN, James N; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Ed. Alameda, 2018.

CÂMARA, Cristina. Pecado, doença e direitos: a atualidade da agenda política do grupo Triângulo Rosa. In: GREEN, James N; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: ed. Alameda, 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Lei Ordinária nº 8.211, de 02 de dezembro de 1998**. Determina sanções à práticas discriminatórias por orientação sexual, na forma que indica e dá outras providências. Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, 1998. Disponível em: <https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/ta/2651/text?>. Acesso em: 16 jul. 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Lei Ordinária nº 9.136, de 27 de dezembro de 2006**. Altera dispositivos da Lei nº 9.103, de 29 de junho de 2006, que reestrutura o Regime de Previdência dos Servidores do Município de Fortaleza (PREVIFOR), e dá outras providências. Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, 2006. Disponível em: <https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/ta/1879/text#54306>. Acesso em: 18 ago. 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Lei Ordinária nº 10.558, de 24 de fevereiro de 2017**. Institui a inclusão de nome social em serviços públicos no âmbito do Município de Fortaleza e dá outras providências. Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, 2017. Disponível em: <https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/ta/236/text?>. Acesso em: 16 jul. 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Lei Ordinária n.º 2 de dezembro de 1998**. Fortaleza, Ce, Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, 1998. Disponível em: <https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/ta/2651/text?> Acesso em: 07 jul. 2021.

CAMARGO, Luiz O. Lima. **O que é lazer**. São Paulo: Editora brasiliense, 2012.

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. **Neoconservadorismo na produção do conhecimento em serviço social: tensões entre o pós-moderno e o projeto profissional**. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2016v16n32p231-259>. Acesso em: 10 jan. 2022.

CANTON, Giselle Alice Martins. **O lazer como uma das possíveis estratégias de promoção da saúde nas classes subalternas: um estudo de caso na Zona Leste de São Paulo**. 2008. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/17941>. Acesso em dez. de 2021.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 20 mar. 2022.

CARNEIRO, A. S. **Negros de pele clara**. CEERT, 2016. Disponível em: <https://www.ceert.org.br/noticias/genero-mulher/13570/sueli-carneiro-negros-de-pele-clara>. Acesso em: 13 dez. 2021.

CARTA MUNDIAL PELO DIREITO À CIDADE. Fórum Social das Américas - Quito - Julho 2004. Fórum Mundial Urbano - Barcelona - Setembro 2004. Disponível em: <https://www.suelourbano.org/wp-content/uploads/2017/08/Carta-Mundial-pelo-Direito-%C3%A0-Cidade.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

CARVALHO, Juliana Maria de Almeida. Poder no Mercantilismo e no Neoliberalismo: uma Introdução Comparativa sob a Luz da Intervenção Estatal. **Revista de Geopolítica**, Ponta Grossa - PR, v. 2, nº 1, p. 137 – 145, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/27>. Acesso em: 8 nov. 2021.

CASTRO, Mary Garcia. Ensaio de Gênero, Desejo e Trabalho; Ontologia e Emancipação no Marxismo; Por Feminismos-Emancipacionista e Decolonial. **ODEERE – Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade**. Ano 2019, Volume 4, número 8, Julho – Dezembro de 2019.

CAVALCANTE, Beatriz. Mercado de trabalho LGBTQIA+ ganha plataforma de emprego no Ceará. **Jornal O Povo**, Fortaleza, Ceará, 2021. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2021/08/17/mercado-de-trabalho-lgbtqia-ganha-plataforma-de-emprego-no-ceara.html>. Acesso em: 17 ago. 2021.

CRLGBTJD, Centro de Referência LGBT Janaína Dutra. **Relatório Anual do Centro de Referência LGBT Janaína Dutra: Atividades e Perfil da População LGBT Atendida em 2020.** Prefeitura de Fortaleza, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual, Fortaleza, 2021.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** São Paulo, Ática, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro.** (Org.). André Rocha. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

CHAMOULEAU, Brice. **Tiran al maricón. Los fantasmas «queer» de la democracia (1970-1988).** Ediciones Akal, Madrid, Espanha, 2017.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. **As Dívidas Ilegítimas: Quando os Bancos Fazem Mão Baixa nas Políticas Públicas.** Portugal, Ed. Círculo de Leitores, 2012.

CISNE, Mirla. **Feminismo, Luta de classes e consciência militante feminista no Brasil.** Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, UERJ, 2013.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2014.

CISNE, M.; GURGEL. **Os atuais desafios para o feminismo materialista - entrevista com Jules Falquet.** BRASÍLIA: ABEPSS, 2014 (Entrevista).

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara dos. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social.** São Paulo, Cortez, 2018.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética.** Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CHINALI, Graziella Aparecida Garcia de Lima. **Trabalho no corte da cana-de-açúcar e o lazer: uma análise dos tempos de lazer cultural.** 2013. 161 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/110728>. Acesso em: 20 mar. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, ANO 10, 1º Semestre, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 20 mar. 2022.

COELHO, Juliana Frota Justa. Performers Trans e boates gays na Fortaleza babado, **Fazendo Gênero** 9, Agosto de 2010. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278283162_ARQUIVO_ARTIGOJULIANAJUSTAFAZENDOGENERO9.pdf. Acesso em: 22 mar. 2022.

COELHO, Juliana Frota Justa. **Bastidores e estreias: performers trans e boates gays abalando a cidade.** 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade

Federal do Ceará, bFortaleza, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/1471/1/2009_Dis_JFdaJC.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

COELHO, Juliana Frota Justa. **Somos todxs estrelas pornô?:** a produção de subjetividades-vitrine no Cine Majestick (Fortaleza/CE). Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11439>. Acesso em: 22 mar. 2022.

COELHO, Rebeca do Nascimento. **Contextos de participação política de mulheres:** as candidaturas das prefeitas Maria Luiza Fontenele (1985) e Luizianne Lins (2004). Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de Pernambuco, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11729>. Acesso em: 22 mar. 2022.

COLLING, Leandro. Personagens homossexuais nas telenovelas da Rede Globo: criminosos, afetados e heterossexualizados, **Revista Gênero**, v. 8, n. 1, p. 207-222, 2007.

COLLING, Leandro. A emergência dos ativismos das dissidências sexuais e de gêneros no Brasil da atualidade. **Revista Sala preta**, Vol. 18, n. 1, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-3867.v18i1p152-167>. Acesso em: 20 mar. 2022.

CONNELL, Raewyn. PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global** - compreendendo o gênero - da esfera pessoal à política - no mundo contemporâneo. Marília Moschkovich, São Paulo, nVersos, 2015.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. Tradução: Marília Moschkovich, São Paulo, nVersos, 2016.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. AMORA, Zenilde Baima. Fortaleza na rede urbana brasileira: de cidade à metrópole. *In*: COSTA, Maria Clélia Lustosa. PEQUENO, Renato (Orgs). **Fortaleza:** transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro, Letra Capital Editora: observatório das metrópoles, 2015.

COSTILLA, Lucio Fernando Oliver, NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. **Dominação e Hegemonia Burguesa na transnacionalização do capital:** o Ceará na “era Tasso” (1987/2002). Fortaleza, EdUECE, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. A teoria “ampliada” do Estado. *In*: **Gramsci:** um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988.

COUTINHO, Carlos Nelson. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? **Novos Rumos**, Marília, v. 49, N. 1, 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2127998/mod_resource/content/1/Carlos%20N.%20Coutinho.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

CUNHA, Clara Maria Pereira Carvalho Carneiro da. **Lazer e sociabilidade juvenil de usuários de drogas em contextos de risco**. 2006. 174 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

CUNHA, Aurineida Maria. Cidade e questão social no capitalismo: em cena, Fortaleza, a Miami do Nordeste. **Rev. Pol. Públ.** São Luis, v. 12, n. 2, p. 65-73, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3852>. Acesso em: 6 mar. 2022.

CURIEL, Ochy. El régimen heterosexual y la nación. Aportes del lesbianismo feminista a la antropología. **La manzana de la discordia**, Enero - Junio, Vol. 6, No. 1: p. 25-46, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.25100/lamanzanadeladiscordia.v6i1.1507>. Acesso em: 10 jan. 2022.

DANILIAUSKAS, Marcelo. Relações de Gênero, Diversidade Sexual e Políticas Públicas de Educação: uma análise do Brasil Sem Homofobia. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, SP, 2011.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo, Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo, Boitempo, 2018.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2017.

DIÁRIO DO NORDESTE. Grande Fortaleza é a 5ª do País de maior desigualdade de renda. Diário do Nordeste, 2020. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/grande-fortaleza-e-a-5-do-pais-de-maior-desigualdade-de-renda-1.3003175>. Acesso em: 27 de maio de 2021.

DRUCKER, Peter. A normalidade gay e a transformação queer. **Cadernos cemarx**, nº 10 – 2017.

D'EMILIO, John. **O capitalismo e a identidade gay**. Lavrapalavra, 2021. Disponível em: <https://lavrapalavra.com/2021/03/19/o-capitalismo-e-a-identidade-gay/>. Acesso em: 21 de agosto de 2021.

DUGGAN, Lisa. The new homonormativity: the sexual politics of neoliberalism. *In: Materializing democracy: toward a revitalized cultural politics*. Russ Castronovo y Dana Nelson (eds). Duke University Press, Durham, 2004.

DULCE, Emilly. Há dois anos terminava a missão do exército brasileiro no Haiti: “sucesso para quem?”. **Brasil de Fato**. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/especiais/ha-dois-anos-terminava-a-missao-do-exercito-brasileiro-no-haiti-sucesso-para-quem>. Acesso em: 10 de dezembro de 2020.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo, Perspectiva, 2014.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Sociedade civil e democracia: um debate necessário. **Libertas**, Juiz de Fora, v.8, n.2, p.83 – 94, jul-dez / 2008.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. DEMIER, Felipe. Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 2, p. 8-19, maio./ago. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18315/argum..v9i2.17066>. Acesso em: 20 mar. 2022.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. *In*: ABRAMIDES, Maria Beatriz. DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo, Cortez, 2014.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro; Companhia de Freud, 2008.

FALCÃO, Zuca. Após 13 anos a vergonhosa ocupação brasileira no Haiti termina nesta quinta-feira. **Esquerda Diário**. 2017. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Apos-13-anos-a-vergonhosa-ocupacao-brasileira-no-Haiti-termina-nesta-quinta-feira>. Acesso em: 10 de dez. de 2020.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. Fortaleza, Armazém da Cultura, 2015.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERREIRA, Daniel Rogers de Souza. **Ousar dizer o nome movimento homossexual e o surgimento do GRAB no Ceará**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2003.

FERREIRA, Edilberto Nicanor. **Uma análise da concepção de vida política na perspectiva de Hannah Arendt**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/17834>. Acesso em: 22 mar. 2022.

FEITOSA, Angélica. Boates da Praia de Iracema sofrem saques e roubos durante a pandemia. **Jornal O Povo**, Fortaleza, Ceará, 2021. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2021/08/19/boates-da-praia-de-iracema-sofrem-saques-e-roubos-durante-a-pandemia.html>. Acesso em: 10 de outubro de 2021.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FIGUEREDO, Camilla. ARAÚJO, Mateus. Sem dados do censo, população LGBTI+ do Brasil continuará desconhecida por mais dez anos. **Brasil de Fato**, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/24/sem-dados-do-censo-populacao-lgbti-do-brasil-continuara-desconhecida-por-mais-10-an>. Acesso em: 18 de agosto de 2021.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, Outubro 2002. Disponível em:

<https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/63/RCCS63-Nancy%20Fraser-007-020.pdf>.

Acesso em: 21 mar. 2022.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Tradução: SIMÕES, Julio. *In: Cadernos de campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v15i14-15p231-239>. Acesso em: 20 mar. 2022.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? São Paulo, *Lua Nova*, 70: 101-138, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452007000100006>. Acesso em: 20 mar. 2022.

FRANÇA, Isadora Lins. **Cercas e Pontes: o movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-03092007-141155/publico/TESE_ISADORA_LINS_FRANCA.pdf. Acesso em: 22 mar. 2022.

FRANÇA, Isadora Lins. **Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, 2010.

FRANÇA, Isadora Lins. Sexualidade e política: uma abordagem a partir do mercado e do consumo. *Revista Bagoas - Estudos gays*, Natal, V. 6, n. 7, jan/jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2243/1676>. Acesso em: 12 fev. 2022.

FERNANDES, Marisa. Ações lésbicas. *In: GREEN, James N; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo, ed. Alameda, 2018.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a Ditadura Militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. *In: GREEN, James N; QUINALHA, Renan. Ditadura e homossexualidade: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos, Eduscar, 2015.

FREITAS, Cadu. 58 LGBTs foram assassinados no Ceará em 2020. *G1 CE*, Fortaleza, Ceará, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/05/17/58-lgbts-foram-assassinados-no-ceara-em-2020.ghtml>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2011.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo, n-1 edições, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2018.

FONTENELE, Cláudia Valença. **Entre Estrelas e Passarelas: A condição travesti e seus ritos de apresentação**. 1999. 181 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Curso em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história.** Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FREITAS, Cadu. Casamentos homoafetivos disparam no Ceará em 2021: “É poder ser quem sou”. **G1-CE** Notícias, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/10/22/casamentos-homoafetivos-disparam-no-ceara-em-2021-e-poder-ser-quem-eu-sou.ghtml>. Acesso dia: 10 de dezembro de 2021.

FURTADO, Octavio. Brasil Perderá Bilhões ao desprezar o turismo LGBTI+. (2020) Disponível em: https://projeto colabora.com.br/ods12/brasil-perdera-bilhoes-ao-desprezar-o-turista-lgbti/?fbclid=IwAR3TtaNM7_Y9WofJft8fyPAXCB2cge71r5oCpcVKndGHS76nWBSovVWDD7uI. Acesso dia 3 de julho de 2020.

GADELHA, José Juliano Barbosa. **Cartografias da Oralidade: a atuação drag queen em Fortaleza.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Ceará, 2007.

GOMES, Christianne Luce. MELO, Victor Andrade. Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. **Movimento**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 23-44, janeiro/abril de 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.2661>. Acesso em: 22 mar. 2022.

GOIS, Pedro. FERAZ, Janaynna de Moura. Introdução ao Pinkwashing: representatividade e marcas engajadas. **RPCA**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, abr. – jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.12712/rpca.v15i2.49768>. Acesso em: 20 mar. 2022.

GRAMSCI, Antônio. **Caderno do Cárcere**, Volume 1. ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antônio. **Caderno do Cárcere**, Volume 3. ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antônio. **Caderno do Cárcere**, Volume 4. ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2007.

GGB. Grupo Gay da Bahia. **Pessoas LGBT mortas no Brasil.** Relatório 2017. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2017. Disponível em <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>> Acesso em: 05/07/2018.

GELEDÉS. IBGE: Casais gays ganham mais que casais heterossexuais. **Geledés - Instituto da Mulher Negra**, 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/ibge-casais-gays-ganham-mais-que-casais-heterossexuais/>. Acesso em: 03/05/2019.

GREEN, James. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo. *In*: GREEN, James N; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. **História do movimento LGBT no Brasil.** São Paulo, ed. Alameda, 2018.

GREEN, James. **Além do carnaval.** A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo, Editora Unesp, 2019.

GRENNELL, Richard. **The Hanging of a Gay Man in Iran Should be a Wakeup Call.** Bild, 2019. Disponível em: <https://www.bild.de/politik/kolumnen/kolumne/ambassador-grenell-the-hanging-of-a-gay-man-in-iran-should-be-a-wakeup-call-59900136.bild.html>. Acesso em: 27 de maio de 2019.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. **O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna:** cultura, patrimônio e imagem da cidade. São Paulo, Annablume, 2007.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje:** perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2020.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Lei 17.480 de 17 de maio de 2021.** Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=414573>. Acesso em: 10 jul. 2021.

GUERRA, Agatha Rita Dorotéia Tavares. **O turismo LGBT em Brasília:** desafios do lazer e da hospitalidade. Dissertação (Mestrado profissional em Turismo) Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/18346>. Acesso em: 20 mar. 2022.

GUIMARÃES, Yanna. **Número de turistas estrangeiros no Ceará cresce 99% no primeiro semestre de 2019.** Governo do Estado do Ceará, 2019. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2019/09/05/numero-de-turistas-estrangeiros-cresce-99-no-primeiro-semester-de-2019/>. Acesso em: 23 de agosto 2020.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo, Annablume, 2005.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** São Paulo, edições Loyola, 2014.

HARVEY, David. **O neoliberalismo:** história e implicações. São Paulo, edições Loyola, 2014.

HERCULANO, Daniel. **Fortaleza ultrapassa Salvador e se torna a maior economia do Nordeste.** Governo do Ceará, 2020. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2020/12/16/fortaleza-ultrapassa-salvador-e-se-torna-maior-economia-do-nordeste/>. Acesso em: 05 jan. 2021.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>. Acesso em: 22 mar. 2022.

HOBBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780:** programa, mito e realidade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil Moderno.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

IANNI, Octávio. A violência na sociedade contemporânea. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 7, n. 12, p. 7-30, 2002. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/644/647>. Acesso em: 20 mar. 2022.

IASI, Mauro Luis. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. *In*: Evilásio Salvador; Elaine Behring; Sara Granemann; Ivanete Boschetti. (Org.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência de 2020**. Brasília, DF, Ministério da Economia, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 7 de julho de 2020.

IRINEU, Bruna Andrade. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil, **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, 2º Semestre de - n. 34, v. 12, p. 155 - 178, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2014.15088>. Acesso em: 21 mar. 2022.

IRINEU, Bruna. **A política pública LGBT no Brasil (2003-2014): homofobia cordial e homonacionalismo nas tramas da participação social**. Tese (Doutorado em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

IRINEU, Bruna Andrade. **Nas tramas da política pública LGBT: um estudo crítico da experiência brasileira (2003 - 2015)**. Cuiabá, EduFMT, 2019.

IAMAMOTO, M. V. & CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo, Ed. Cortez, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Transformações societárias, alterações no “mundo do trabalho” e Serviço Social, **Revista Ser Social**, UNB. N. 6, janeiro-junho de 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Estado, Classes Trabalhadoras e política social no Brasil. *In*: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Org.) **Política Social no Capitalismo: tendências Contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo, Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo, Cortez, 2011.

LAVOR, Thays. **Cinemas de rua desaparecem em Fortaleza e despertam saudosismo**. Diário do Nordeste, Fortaleza, Ceará, 2013. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/cinemas-de-rua-desaparecem-em-fortaleza-e-despertam-saudosismo-1.252850>. Acesso em: 26 maio 2020.

LIGUORI, Guido. VOZA, Pasquale (Org.). **Dicionário Gramsciano 1926-1937**. São Paulo, Boitempo, 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE (2011). Censo contabiliza 60 mil casais gays; metade mora no Sudeste. Recuperado em 29 de abril de 2011 de <http://noticias.uol.com.br/ultnot/multi/?hashId=censo-contabiliza-60-mil-casais-gays-metade-mora-no-sudeste-0402CC9C3772CC911326&mediaId=11239793>.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **O protesto na festa: política e carnavalização nas paradas do orgulho de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT)**. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações), Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/8042>. Acesso em: 20 mar. 2022.

JUCÁ, Gisafran Narazero Mota. Fortaleza: cultura e lazer (1945 - 1960). In: SOUZA, Simone de. (Org). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2007.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro**. Porto Alegre, Editora Zouk, 2019.

LAFARGUE, Paul. O Direito à preguiça. Versão Ebook, Rocker Edition, 1999. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/direitopreguica.pdf>. Acesso de 21 de agosto de 2021.

LARA, Ricardo. Notas lukacsianas sobre a decadência ideológica da burguesia. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 91-100, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000100010>. Acesso em: 20 mar. 2022.

LAVOR, Thays. **Cinemas de rua desaparecem em Fortaleza e despertam saudosismo**. Diário do Nordeste, Fortaleza, Ceará, 2013. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/cinemas-de-rua-desaparecem-em-fortaleza-e-despertam-saudosismo-1.252850>. Acesso dia 26 de maio de 2020.

LIMA, Rita de Lourdes. Diversidade, identidade de gênero e religião: algumas reflexões. **Revista em Pauta**, v. 9, N. 28, RJ, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2011.2940>. Acesso em: 22 mar. 2022.

LIMA, Cláudio Ferreira. Reforma do Estado e desenvolvimento no Ceará: notas para o debate. In: HERMANNNS, Klaus. MORAES, Filomeno (Org.). **Reforma do Estado e outros estudos**. Fortaleza, Fundação Konrad Adenauer, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e Homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (org). **Diversidade sexual na escola: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

MACRAE, Edward. "Em defesa do gueto". **Novos Estudos Cebrap**, v. 2, n. 1, p.53-60, 1983. MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In. MAGNANI, José Guilherme Cantor; LUCA, Lilian (Orgs.). **Na metrópole – textos de Antropologia Urbana**. EDUSO, São Paulo, 1996.

MAIONE, Emerson. **A Campanha de Trump pela descriminalização da homossexualidade no mundo**. Opeu, 2020. Disponível em: <https://www.opeu.org.br/2020/02/02/a-campanha-de-trump-pela-descriminalizacao-da-homossexualidade-no-mundo/>. Acesso em: 27 de maio de 2020.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer**: uma introdução. Campinas, Sp, Autores Associados, 2012.

MARTINS, Ana Luiza Rios. As disputas pelos espaços de lazer na Fortaleza do fim do século XIX e início do século XX. **Revista História e Culturas**, v. 1, n. 1, p. 74-93, 2013. Disponível em: <http://www.seer.uece.br/?journal=RHC&page=article&op=view&path%5B%5D=569>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MARTINS, Ingrid Gomes. **“Justiça para Dandara, Érika e para todas”**: a luta do movimento LGBT cearense por respostas estatais à barbárie transfóbica. Trabalho de Conclusão de Curso - (Bacharelado em Direito), Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/21680>. Acesso em: 22 mar. 2022.

MARINI, Ruy Mauro. **A Dialética da Dependência**. México, Editora Era, 1973.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro, ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo, Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo, Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo, Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo, Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo editorial, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. **A Dialética da Dependência**. Editora Era, México, 1990, 10a edição (1a edição, 1973).

MARSIAJ, Juan P. Pereira. Gays ricos e bichas pobres: desenvolvimento, desigualdade socioeconômica e homossexualidade no Brasil. **Cad. AEL**, v. 10, n. 18/19, 2003.

MARTINS, Rodrigo. **A bancada BBB domina o Congresso**. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/844/bbb-no-congresso-1092.html>. Acesso em: 14 de junho de 2016.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. SP, Abril Cultural, 1982.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1994.

MENDONÇA, Carlos Magno Camargos. Beleza pura. A estetização da vida cotidiana como estratégia de resistência para o homossexual masculino. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 17 n. 2, p. 118 - 127, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2010.2.7549>. Acesso em: 8 fev. 2022.

MESQUITA, Rafael. **80% dos candidatos negligenciam pauta LGBTI+ em Fortaleza**. Mídia Bixa, 2020. Disponível em: <https://midiabixa.com.br/80-dos-candidatos-negligenciam-pauta-lgbti-em-fortaleza/>. Acesso dia: 05 de dezembro de 2021.

MÉSZÁROS, István. Desemprego e precarização: um grande desafio para esquerda. *In*: ANTUNES, Ricardo (Org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. Boitempo, São Paulo, SP, 2006.

MÉSZÁROS, Istiván. **Atualidade Histórica da ofensiva socialista**: uma alternativa radical ao sistema parlamentar. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, Istiván. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo, Boitempo, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. DESKANDES, Suley Ferreira. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINELLI, Lisia. **São Paulo recebe 40% mais viajantes internacionais no mês do Orgulho LGBT**. 2019. Disponível em: <https://www.mercadoeventos.com.br/destaque/slideshow/sao-paulo-recebeu-40-mais-viajantes-internacionais-no-mes-do-orgulho-lgbt/>. Acesso dia 16 de Julho de 2020.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação – masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX**. São Paulo: Annablume, 2012.

MOTA, Ana Elisabete. A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social nos anos 2000. *In*: MOTA, A. E. (Org). **O mito da assistência**: ensaios sobre o Estado, Política e Sociedade. São Paulo, Cortez, 2010.

MOTA, Ana Elisabete. Redução da Pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. *In*: MOTA, A. E. (org.). **Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

MOTA, Ana Elisabete. **Cultura da crise e seguridade social**. São Paulo, Cortez, 2015.

MONTENEGRO, Ana Maria Maciel. Viver e trabalhar em território ocupado: a Palestina e seu povo. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 20, n. 49, p. 135-149, Jan./Abr. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792007000100011>. Acesso em: 22 mar. 2022.

MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci**. Tradução: Paolo Nosella. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo, Ed. Anitta, 1994.

MOTT, Luiz. O imprescindível GGB, Grupo Gay da Bahia. *In*: GREEN, James N; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo, ed. Alameda, 2018.

NASCIMENTO, Fernanda Rilna Fonteles. **A oferta de lazer para o segmento LGBT na cidade de Fortaleza, Ceará**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2015. Disponível em: <http://www.uece.br/wp-content/uploads/sites/71/2012/02/NASCIMENTO.F.R.F.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *In*: **Serviço Social e Sociedade**, 50, São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo, Cortez, 2010.

NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo, Cortez, 2011.

NEVES, Frederico de Castro. A seca na história do Ceará. *In*: SOUZA, Simone de. (Org). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

NUNAN, Adriana. **Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo**. Rio de Janeiro: Editora Caravansarai, 2003.

OLIVEIRA, João Manoel de. Cidadania sexual sob suspeita: uma meditação sobre as fundações homonormativas e neo-liberais de uma cidadania de “consolação”. **Psicologia & Sociedade**; 25(1): 68-78, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000100009>. Acesso em: 10 dez. 2021.

OLIVEIRA, Tibério Lima. **“Meu corpo, um campo de batalha”**: a inserção precária das Travestis no mundo do trabalho em tempos de crise capital. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/22425>. Acesso em: 20 mar. 2022.

OLIVEIRA, Flávia Belmont de. **Por que o queer?** : analisando o disciplinamento das identidades LGBT como manutenção do status quo. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro 2019.

OSORIO, Jaime Sebastian. Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2017v17n34p25-51>. Acesso em: 20 mar. 2022.

OUT NOW CONSULTING. '**Brazil 2017 Report** — Out Now Global LGBT2030 Study'. Ian Johnson, November 15, 2017. Disponível em: <http://www.outnow.lgbt/>. Acesso em: 07 set. 2019.

PACHECO, T. H. (2017). **Como o Dinheiro Rosa ou 'Pink Money' está agitando o mercado mundial**. Disponível em: <https://br.blastingnews.com/economia/2017/07/como-o-dinheiro-rosa-ou-pink-money-esta-agitando-o-mercado-mundial-001872325.html>. Acesso em: 18 set. 2018.

PADILHA, Valquíria. **Dialética do lazer**. São Paulo, Cortez, 2006.

PADILHA, Valquíria. O lazer contemporâneo Ensaio de filosofia social. **Movimento**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p.147-166, maio/agosto de 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2843/1455>. Acesso em: 22 mar. 2022.

PARKER, Richard. **Abaixo do Equador: Cultura do desejo, homossexualidade e comunidade gay**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PAIVA, Luiz Fábio Silva; BARROS, João Paulo Pereira; CAVALCANTE, Ricardo Moura Braga. Violência no Ceará: as chacinas como expressão da política e do conflito entre facções. **O Público e o Privado** · nº 33 · jan/jun · 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2109/1807>. Acesso em: 10 fev. 2022.

PAIVA, Antonio Cristian Saraiva. **Reservados e Invisíveis: o ethos romântico das parcerias homoeróticas**. Fortaleza: Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará; Campinas: Pontes Editores, 2007.

PAPPÉ, Ilan. **A limpeza étnica da Palestina**. São Paulo, Sundermann, 2016.

PAULINO, Robério. **O Estado como opressor e civilizador**. Natal, Edufrn, 2017.

PAULINO, Robério. O Estado como agente de opressão e civilização. In: PAULINO, Robério (Org). **O Estado como opressor e civilizador**. Natal, Edufrn, 2017.

PEIXOTO, Elza. Os estudos do lazer e a apropriação da obra de Marx e Engels - Maria Isabel Leme Faleiros. **Movimento**, Porto Alegre, v.13, n. 02, p.197-218, maio/agosto de 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.3556>. Acesso em: 20 mar. 2022.

PEIXOTO, Elza. Levantamento do Estado da arte nos estudos do lazer: (Brasil) séculos XX e XXI - alguns apontamentos. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 99, p. 561-586, maio/ago. 2007.

PELLEGRIN, Ana de. Lazer, corpo e sociedade: articulações críticas e resistências políticas. In: PADILHA, Valquíria (Org.). **Dialética do lazer**. São Paulo, Cortez, 2006.

PELÚCIO, Larissa. **Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de Aids**. São Carlos: UFSCar, 2007.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo, Cortez, 2006.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção Social no capitalismo**: crítica a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016.

PEREIRA, Camila Potyara. Nova Direita, corporocracia e política social. *In*: Potyara Amazoneida P. Pereira (Org.). **Ascensão da Nova Direita e colapso da soberania política**: transfigurações da política social. São Paulo: Cortez, 2020.

PEREIRA, Ycaro Coelho. **A eficácia da Lei municipal nº 8211/98**: a proibição jurídica à discriminação por orientação sexual no Brasil a partir da experiência normativa em Fortaleza, Ceará. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito, UFC, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/25510>. Acesso em: 22 mar. 2022.

PINHEIRO, José Francisco. Mundos em confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território. *In*: SOUZA, Simone de. (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2007.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Os objetivos de desenvolvimento sustentável e o atlas do desenvolvimento humano no Brasil** - Cartilha. IPEA, 2020. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. Acesso em: 12 dez. 2021.

PONTE, Sebastião Rogério. A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle. *In*: SOUZA, Simone de. (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reformas urbanas e controle social. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2014.

PORTO, Duina. Mononormatividade, intimidade e cidadania. **Revista Direito GV**, São Paulo, V. 14 N. 2, p. 654-681, MAIO-AGO 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6172201825>. Acesso em: 22 mar. 2022.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PREFEITURA DE FORTALEZA. Prefeitura de Fortaleza: juntos construindo a Fortaleza Bela - 2005 - 2011. Fortaleza, Ce, 2012.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Plano Municipal de Políticas Públicas para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Fortaleza**. Secretaria de Direitos Humanos, Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual, Fortaleza, Ceará, 2012. Disponível em: <https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/download-file/documentById?id=95c293ba-90a1-48d6-92cb-103eb39c6775>. Acesso em: 21 mar. 2022.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Lei nº 9999 de 28 de dezembro de 2012**. Estabelece procedimentos que garantam o respeito a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no âmbito da administração pública municipal, e proíbe a contratação ou convênio junto a

entidades que discriminam ou discriminaram pessoas por conta das suas orientações sexuais e/ou identidades de gênero e dá outras providências. LegisWeb, 2013. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=250017>. Acesso em: 16 jul. 2021.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Plano Plurianual 2010-2013**: relatório de avaliação 2012. Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG, Fortaleza, Ceará, Abril, 2013.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Plano Plurianual 2010-2013**: relatório de avaliação - ano de exercício 2013. Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão - SEPOG, Fortaleza, Ceará, abril de 2014.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Avaliação do Plano Plurianual 2014-2017**: biênio 2014-2015. Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão - SEPOG, Fortaleza, Ceará, 2016.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Lei Orgânica do Município**. Fortaleza, Procuradoria Geral do Município, 2017. Disponível em: https://legislacao.pgm.fortaleza.ce.gov.br/index.php/Lei_Org%C3%A2nica_do_Munic%C3%ADpio. Acesso em: 7 jul. 2021.

PRESTIPINO, Giuseppe. Estado. In: LIGUORE, Guido. VOZA, Pasquale (Org). **Dicionário Gramsciano 1926-1937**. São Paulo: Boitempo, 2014.

PRONOVOST, Gilles. **Introdução à sociologia do lazer**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

PUAR, Jasbir K. Keynote from the Homonationalism and Pinkwashing Conference. In: CLAGS: the center for LGBTQ studies, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3S1eEL8EIDo&t=1152s>. Acesso em: 02 ago. 2021.

PUAR, Jasbir K. “Prefiro ser um ciborgue a ser uma deusa”: interseccionalidade, agenciamento e política afetiva. **Meritum** – Belo Horizonte – v. 8 – n. 2 – p. 343-370 – jul./dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.46560/meritum.v8i2.2171>. Acesso em: 20 mar. 2022.

PUAR, Jasbir K. Homonacionalismo como mosaico: viagens virais, sexualidades afetivas. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, vol. 3, n. 1, pp. 297 – 318, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.21814/rlec.98>. Acesso em: 20 mar. 2022.

PUAR, Jasbir K. **Ensamblajes terroristas**. El homonacionalismo en tiempos *queer*. Barcelona, edicions bellaterra, 2017.

PUGLISE, Nicole. 'Don't ask, don't tell': military members 'out and proud' five years after repeal. **THE GUARDIAN**, 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2016/sep/27/dont-ask-dont-tell-repeal-anniversary-us-military>. Acesso em: 4 de abril de 2020.

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hétero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, James N; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio;

FERNANDES, Marisa. **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo, ed. Alameda, 2018.

REA, Catarina Alessandra. AMANCIO, Izzie Madalena Santos. Descolonizar a sexualidade: Teoria Queer of Colour e trânsitos para o Sul. **Cadernos Pagu (53)**, 2018.

REA, Catarina. **Crítica queer racializada e deslocamentos para o Sul global**. IN. HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Pensamento feminista hoje: sexualidades no Sul Global. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020.

REDAÇÃO BRASILTURIS JORNAL. Demanda de viagens em São Paulo cresce devido a Parada LGBT, diz Expedia. Disponível em: <https://brasilturis.com.br/demanda-de-viagens-sao-paulo-cresceu-parada-lgbt/>. Acesso dia 16 de julho de 2020.

RESENDE, Mário Ferreira. **Dinheiro cor-de-rosa**: um estudo crítico sobre o mercado homossexual. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/86165>. Acesso em: 10 mar. 2022.

RESENDE, Mário Ferreira. Movimentações políticas e discursivas em torno da segmentação do mercado de consumo GLS. *In: Gênero e Pesquisa em Psicologia Social*. Organizadores LAGO, Mara Coelho de Souza [et al.]. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

RODRIGUES, Bruna Silva. MEDEIROS JÚNIOR, Francisco das Chagas de. MENDES, Marcília Luzia Gomes da Costa. O homossexual como nicho de mercado: o pink money visto a partir de práticas desiguais. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da **Comunicação XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**, João Pessoa, 2014.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. Equidade de gênero e transferência de renda: reflexões a partir do Programa Bolsa Família. *In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Orgs). Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo; Cortez, 2008.

ROLNIK, R. O lazer humaniza o espaço urbano. *In: (Org.). Lazer numa sociedade globalizada*. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 27 nov. 2010. Disponível em: https://cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art01_rich.pdf. Acesso em: 22 mar. 2022.

RIOS, Roger Raupp. Homofobia na perspectiva dos Direitos Humanos e no Contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. *In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (org). Diversidade sexual na escola: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. São Paulo: UBU Editora, 2017.

SÁ, Beatriz Yolanda Pontes de Gusmão. **Consumo e seus desdobramentos sociais entre os jovens homossexuais no Recife**. Dissertação (Mestrado em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social) – Universidade Federal de Pernambuco, 2017. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/7518>. Acesso em: 20 fev. 2022.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Ed. Companhia das letras, 2007.

SAID, Edward W. **A questão Palestina**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

SAID, Edward W. A ocupação é atrocidade. **Blog da Boitempo**, 2014. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2014/07/21/a-ocupacao-e-a-atrocidade/>. Acesso em: 11 abril 2020.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e Seguridade Social no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SANTOS, Norma BRENDA DOS. A política externa do governo Lula com relação ao conflito Israel-Palestina. **História [online]**, vol. 33, n. 2, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-436920140002000010>. Acesso em: 22 mar. 2022.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. **O Pensamento da Esquerda e a Política de Identidade: as particularidades da luta pela liberdade de Orientação Sexual**. Tese (Doutorado em Serviço Social), Universidade Federal de Pernambuco, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/27471>. Acesso em: 20 mar. 2022.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Sexualidade e liberdade sexual no contexto brasileiro atual. **Cadernos de Crítica Feminista**, Ano VII, N. 6 – dez 2013. SOS Corpo, Recife, 2013, p. 150-159.

SANTOS, Cristiane Vieira. **Avaliação da participação popular na política do orçamento participativo: um estudo em Fortaleza no período de 2005-2016**. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/50744/3/2019_dis_cvsantos.pdf. Acesso em: 22 mar. 2022.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SCHULMAN, Sarah. **Israel and ‘Pinkwashing’**. The New York Times, 2011. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2011/11/23/opinion/pinkwashing-and-israels-use-of-gays-as-a-messaging-tool.html>. Acesso em: 18 abril 2019.

SCHULMAN, Sarah. **A Documentary Guide to Pinkwashing**. Huffpost, 2016. Disponível em: https://www.huffpost.com/entry/israel-pinkwashing_b_1132369. Acesso em: 18 abril 2019.

SCHRAMM, Fermin Roland; BARBOZA, Heloisa Helena; GUIMARÃES, Anibal. A moralidade da transexualidade: aspectos bioéticos e jurídicos. *Revista Redbioética/UNESCO*, ano 2, v. 1, n. 3, p. 66-77, enero/jun. 2011.

SIMIONATTO, I. Estado e sociedade civil em tempos de globalização: reinvenção da política ou despolitização? **Cadernos Especiais**, n. 39, edição: 23 de outubro a 20 de novembro de 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/%25x>. Acesso em: 10 fev. 2022.

SOLIVA, Thiago Barcelos. A confraria gay: um estudo sobre a trajetória da Turma Ok. *In: GREEN, James N; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo, ed. Alameda, 2018.

SULIANO, Daniel. IRFFI, Guilherme. VERAS, Márcio. **Diferenças salariais entre casais heterossexuais e homossexuais no mercado de trabalho cearense**. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), 2014.

SUPPA, Silvio. Sociedade Civil. LIGUORE, Guido. VOZA, Pasquale (Org). **Dicionário Gramsciano 1926-1937**. São Paulo, Boitempo, 2014.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”**. Porto Alegre, L&PM, 2019.

STF, Supremo Tribunal Federal. **Supremo reconhece união homoafetiva**. Notícias STF, 2011. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931>. Acesso em: 23 de abril de 2019.

SEMPOL, D. **De los baños a la calle: historia del movimiento lésbico, gay y trans uruguayo (1984-2013)**. Montevideo: Debate. 2013.

SEMPOL, Diego. “Aquí nadie es más que nadie”. Igualdad y familias en el debate sobre el “matrimonio igualitario” en Uruguay. **Revista Punto Género**, N.º 9. Junio de 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, Cortez, 2000.

SILVA, Andréa Lima da. SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Legado do Marxismo na análise do direito à cidade e da diversidade sexual. *In: BOSCHETTI, Ivanete, BEHRING, Elaine. LIMA, Rita de Lourdes (orgs.). Marxismo, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2018.

SILVA, Luana Marley de Oliveira e. A cidade e os direitos LGBT: um olhar sobre as políticas públicas de promoção e defesa de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em Fortaleza. *In: XXVI ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI BRASÍLIA – DF, Género, sexualidade e direito I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI, 2017.*

SIMÕES, Júlio Assis. FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2009.

SOUSA, Modesto de. **Fortaleza:** um gay-guide. Lampion da Esquina, Rio de Janeiro, ano 1, n. 7, dez. 1978, p. 4. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/11-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-07-DEZEMBRO-1978.pdf>. Acesso em: 26 maio 2020.

SOUZA, Luiz Henrique Braúna Lopes de. **Festa no Gueto?** Memórias e discursos em torno do “Mercado GLS” em Recife/PE. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/19014>. Acesso em: 22 mar. 2022.

SULIANO, Daniel. IRFFI, Guilherme; VERAS, Márcio. Diferenças salariais entre casais heterossexuais e homossexuais no mercado de trabalho cearense. IPECE, Governo do Estado do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2014.

STONEWALL **onde o amor começou**. Direção: Roland Emmerich. EUA, 2016.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso:** a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TRINDADE, José Damião de Lima. **Os direitos humanos na perspectiva de Marx e Engels:** emancipação política e emancipação humana. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2011.

TODXS. Pesquisa Nacional por Amostra da População LGBTI+: identidade e perfil sociodemográfico. Pesquisa TODXS, 2019. Disponível em: <https://mailchi.mp/524a998ccd41/pesquisanacionaltodxs>. Acesso em: 13 dez. 2021.

TONET, Ivo. Para além dos direitos humanos. **Revista Novos Rumos**, São Paulo, v. 37, n. 17, p. 63-72, 2002. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/NOR/NOR0237/NOR0237_05.PDF. Acesso em: 8 jan. 2022.

TONET, Ivo. **Método científico:** uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

VALE, Alexandre Fleming. **Cenas de um público implícito:** territorialidade marginal, pornografia e prostituição travesti no cine Jangada. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, Universidade Federal do Ceará, 1995. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/ri/handle/riufc/6423?mode=full>. Acesso em: 10 mar. 2022.

VALE, Alexandre Fleming Câmara. **O Vão da Beleza:** travestilidade e devir minoritário. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, 2005. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/1251/1/2005_tese_AFC.Vale%20\(2\).pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/1251/1/2005_tese_AFC.Vale%20(2).pdf). Acesso em: 22 mar. 2022.

VALENTE, Jonas. Brasil tem 134 milhões de usuários de internet, aponta pesquisa. A maioria acessa a internet pelo celular. **Agência Brasil**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-05/brasil-tem-134-milhoes-de-usuarios-de-internet-aponta-pesquisa>. Acesso em: 17 ago. 2021.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópicos dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. Resenha. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - VOL. 22 Nº. 63. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/H6CDBCRcfpPK3YmWcrrpw4K/?format=pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n.13, p. 90 - 109, set./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5965/2175180306132014090>. Acesso em: 20 mar. 2022.

VERAS, Elias Ferreira; COELHO, Juliana Frota da Justa. Transtopias: sexopolíticas dos espaços e dos corpos em Fortaleza. **E-metropolis nº 30** ▪ ano 8 | setembro de 2017.

VERAS, Elias Ferreira. **Travestis: Carne Tinta e Papel**. 2a edição – Curitiba: Editora Prismas, 2019.

VELHO, Gilberto. Antropologia Urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento. **MANA** 17(1): 161-185, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132011000100007>. Acesso em: 20 mar. 2022.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>. Acesso em: 19 mar. 2022.

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte, Autêntica, 2019.

WITTIG, Monique. **O Pensamento Hétero**. 1980. Disponível em: https://we.riseup.net/assets/162603/Wittig,%20Monique%20O%20pensamento%20Hetero_pdf.pdf. Acesso dia: 2 mar. 2015.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO

Termo Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

TERMO CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Olá, tudo bem? Você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente da pesquisa de doutorado intitulada de: “Homonacionalismo de mercado à brasileira”: um estudo sobre a sociabilidade do consumo de lazer LGBTI+ em Fortaleza/Ceará. Coordenado pelo Pesquisador: Tibério Lima Oliveira, sob orientação da Professora Dra. Marlene Teixeira Rodrigues, do PPGPS, da Universidade de Brasília (UnB).

POR QUE ESSA PESQUISA ESTÁ SENDO REALIZADA?

Esta pesquisa tem por finalidade analisar a manifestação do homonacionalismo de mercado na sociabilidade de consumo do lazer voltado para a comunidade LGBTI+ em Fortaleza (CE). Assim, busca-se construir um mapeamento dos espaços de sociabilidade de consumos do lazer voltados para o público LGBTI+ na referida cidade, construir um perfil do/as entrevistado/as quanto aos marcadores de classe, gênero, raça e sexualidade, enquanto consumidore/as e a relação desse/as sujeito/as com esses espaços de sociabilidades do Lazer LGBTI+ na capital cearense.

GARANTE-SE AO PARTICIPANTE DA PESQUISA:

Esclarecimento de qualquer dúvida que possa surgir sobre a pesquisa por parte do pesquisador responsável; desistência na participação do projeto a qualquer momento; Sigilo das informações recebidas destes; Privacidade e compromisso de que sua identidade não será revelada em nenhum momento da pesquisa; Acesso à informação quanto aos resultados decorrentes da pesquisa.

A PESQUISA TEM A DURAÇÃO DE APROXIMADAMENTE 10 MINUTOS

Ao clicar no botão “eu concordo”, você estará consentindo em participar da referida pesquisa. As teorias e métodos usadas neste estudo são baseadas em vários estudos confiáveis. Caso não queira, você não precisará se identificar em nenhum momento, o que garante o sigilo de qualquer informação compartilhada. Informo ainda que a participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

CUSTO DA PARTICIPAÇÃO:

Participação no estudo não acarretará custos para o(a) participante e, por isso será disponibilizada nenhuma compensação financeira adicional.

DETALHES SOBRE O ESTUDO:

Quanto aos riscos deste estudo:

Consideramos os riscos mínimos, que se configura, por se tratar de entrevista-questionário, em algum tipo de constrangimento na ocasião das perguntas do questionário. Entretanto, o(a)s entrevistado(à)s poderão, a qualquer momento, optar em não responder às perguntas ou até mesmo interromper a entrevista caso se sintam constrangido(a)s. Não haverá nenhum procedimento invasivo à privacidade do(a)s entrevistado(a)s.

Quanto aos benefícios deste estudo, são esperados:

Apesar de não haver pagamento por se voluntariar para essa pesquisa, você estará contribuindo para ciência, sua participação trará benefícios diretos no que diz respeito ao conhecimento da problemática, e ainda estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

COMO DEVO PROCEDER COM O PREENCHIMENTO?

O preenchimento do questionário deve ser feito apenas de forma pessoal, individual e privada, não sendo possível o preenchimento em grupo ou consultando outras pessoas. Pedimos que por favor, preencha o questionário da forma mais sincera possível. Caso tenha alguma dúvida ou preocupação, você pode entrar em contato com o responsável pela pesquisa: Tibério Lima Oliveira, doutorando em Política Social, Celular para contato: (84) 996019807, Email: tiberio_berin@hotmail.com. Endereço Rua Joaquim Felício de Moura, Alto de São Manoel, n. 50, Mossoró/RN.

Agradeço a participação!

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE DOUTORADO:

1 - Você aceita participar voluntariamente dessa pesquisa?

- () Sim, aceito participar voluntariamente dessa pesquisa.
() Não aceito.

2 – Qual seu bairro?

3 – Qual sua idade?

- () Entre 18 e 24 anos; () Entre 25 e 34 anos; () Entre 35 e 44 anos
() Entre 45 e 54 anos; () Entre 55 e 64 anos; () Entre 65 e 74 anos
() 75 ou mais.

4. Como você se define em relação a sua orientação sexual?

- () Lésbica; () Gay; () Bissexual; () Heterossexual; () Pansexual ; () Outra

5. Qual a sua identidade de gênero?

- () Mulher Cis; () Homem Cis; () Mulher Trans; () Homem Trans; () Travesti
() Outra.

6. Em relação a cor e raça, como você se denomina? (IBGE):

Amarelo; Branco; Indígena; Pardo; Preto.

7. Até quando você frequentou a escola?

Ensino fundamental incompleto; Ensino fundamental completo
 Ensino médio incompleto; Ensino médio completo
 Ensino superior incompleto; Ensino superior completo
 Especialização; Mestrado; Doutorado.

8. Qual a sua profissão?**9. Qual a sua ocupação?****10. Em qual destas faixas está a sua renda individual mensal?**

Não tenho rendimento
 Menos de um salário
 até 1 salário mínimo (R\$ 1045,00 reais)
 Entre 1 e 2 salários mínimos (R\$ 1045,0 até R\$ 2090,00 reais)
 Entre 2 e 3 salários mínimos (R\$ 2090,0 até R\$ 3135,00 reais)
 Entre 3 e 4 salários mínimos (R\$ 3135,0 até R\$ 4180,00 reais)
 Entre 4 e 5 salários mínimos (R\$ 4180,0 até R\$ 5225,00 reais)
 Acima de R\$ 5225,00 reais.

11. Como você mora atual?

Imóvel próprio morando sozinho; Imóvel alugado morando sozinho
 Imóvel próprio morando com familiares; Imóvel alugado com familiares
 Moradia universitária; Pensionato; Divido casa/apto com amigos
 Outro.

12. Qual seu estado civil?

Casado(a); Solteiro(a); Viúvo(a); União Estável Divorciado(a).

13. Pretende se casar?

Já sou casado(a); Sim, pretendo; Não pretendo; Não sei ainda.

14. Você pretende ter filhos?

Já tenho filho(a)s. Pretendo ter filho(a)s. Não quero ter filho(a)s. Não sei ainda.

SEGUNDO BLOCO – TRAJETÓRIA DE VIDA**15. Você dá visibilidade à sua orientação sexual?**

(Em outros justifique sua resposta)

Sim, dou totalmente visibilidade a minha orientação sexual ou identidade de gênero, todos sabem familiares, amigos, colegas de trabalho.
 Sim, parcialmente algumas pessoas sabem, amigos próximos e alguns colegas de trabalho, mas os familiares não sabem.

Não dou visibilidade.

16. Você já sofreu algum tipo de constrangimento ou discriminação por conta da sua sexualidade, identidade de gênero ou pela sua cor? Qual? *

18. Quais são os espaços de consumo PRIVADOS, em Fortaleza que você conhece e frequenta destinados ao público LGBTI+? * (Se possível cite os nomes dos bares, boates, barracas de praias, cafés, saunas, teatros, cinemas ou outros espaços que você frequenta).

19. Quais são os espaços de consumo PÚBLICOS em Fortaleza que você conhece e frequenta destinados ao público LGBTI+? * (Tipo feiras, eventos públicos, praças, praias ou outros espaços públicos que são frequentados por essa população na cidade de Fortaleza).

20. Que tipos de ambientes destinados ao público LGBTI+ você frequenta em Fortaleza? *

Bares; Boates; Saunas; Barracas de praias; Cinemas Cafés; outros.

21. Com qual periodicidade você frequenta esses espaços de consumo voltados para a comunidade LGBTI+?

Uma vez por mês; Quinzenalmente; Semanalmente; outro.

22. O que leva você a frequentar esses espaços privados de lazer LGBTI+?

Tenho segurança nesses espaços; Encontro pessoas LGBTI+ com mais facilidade;
 Gosto de fortalecer esses espaços; Indiferente, não me importo se é LGBTI+ ou não, quero apenas consumir e me divertir; Outro.

23. Quanto você gasta em média por mês quando frequenta espaços destinados ao público LGBTI+? *

Não gasto; Entre R\$ 10 e R\$ 20 reais; Entre R\$ 20 e R\$ 30 reais
 Entre R\$ 30 e R\$ 40 reais; Entre R\$ 40 e R\$ 50 reais; Entre R\$ 50 e R\$ 100 reais Acima de R\$ 100 reais.

24. Você já sofreu algum tipo de violência/discriminação nestes espaços PRIVADOS? * Se sim, marque os tipos de violência ou discriminação.

Violência Física; Violência Psicológica; Violência Moral; Violência sexual;
 Assédio; Racismo; Não sofri nenhum tipo de violência ou discriminação.

25. Você já presenciou algum tipo de violência ou discriminação com outras pessoas ou com colegas nesses espaços privados de consumos voltados para população LGBTI+? * Se sim, marque os tipos de violência ou discriminação.

Violência física; Violência psicológica; Violência moral; Violência sexual; Assédio;
 Racismo; Nunca presenciei, outro.

26. Você consumiria em espaços conhecidos como homofóbicos-lesbofóbicos ou transfóbicos?

Sim; Não.

27. Quais são as principais dificuldades de acesso a esses espaços privados?

A localização, geralmente esses espaços são distantes.

- Ausência de transporte público durante a noite.
- Medo de usar transporte público durante a noite.
- Dificuldade financeira de ter acesso a esses locais.
- A fragilidade da segurança do espaço
- outra.

28. Com que critérios você escolhe as marcas que consome?

- Preço acessível; Se estão na moda; Gosto pela marca;
- As que tenho costume de usar; Pelo status
- Engajamento em causas sociais; LGBTI+ Não tenho critério.

TERCEIRO BLOCO - DIREITOS SOCIAIS, CIVIS E POLÍTICOS

29. Você se importa com posicionamento social e política da marca da qual você está consumindo?*

- Sim; Não.

30. Conhece alguma rede de apoio, órgão ou instituição em defesa dos direitos LGBTI+ em Fortaleza? Se sim, cite qual! *

31. Você sente falta de espaços públicos de Lazer para LGBTI+ em Fortaleza? Por quê?

APÊNDICE B - ENTREVISTA ABERTA - PESQUISA DE DOUTORADO

TERMO CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Olá, tudo bem? Você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente da pesquisa de doutorado intitulada de: “Homonacionalismo de mercado à brasileira”: um estudo sobre a sociabilidade do consumo de lazer LGBTI+ em Fortaleza/Ceará. Coordenado pelo Pesquisador: Tibério Lima Oliveira, sob orientação da Professora Dra. Marlene Teixeira Rodrigues, do Programa de Pós- Graduação em Política Social (PPGPS), da Universidade de Brasília (UnB).

POR QUE ESSA PESQUISA ESTÁ SENDO REALIZADA?

Esta pesquisa tem por finalidade analisar a manifestação do homonacionalismo de mercado na sociabilidade de consumo do lazer voltado para a comunidade LGBTI+ em Fortaleza (CE). Assim, busca-se construir um mapeamento dos espaços de sociabilidade de consumos do lazer voltados para o público LGBTI+ na referida cidade, construir um perfil do/as entrevistado/as quanto aos marcadores de classe, gênero, raça e sexualidade, enquanto consumidore/as e a relação desse/as sujeito/as com esses espaços de sociabilidades do Lazer LGBTI+ na capital cearense.

GARANTE-SE AO PARTICIPANTE DA PESQUISA:

Esclarecimento de qualquer dúvida que possa surgir sobre a pesquisa por parte do pesquisador responsável;
 desistência na participação do projeto a qualquer momento;
 Sigilo das informações recebidas destes;
 Privacidade e compromisso de que sua identidade não será revelada em nenhum momento da pesquisa;
 Acesso à informação quanto aos resultados decorrentes da pesquisa.

A PESQUISA TEM A DURAÇÃO DE APROXIMADAMENTE 10 MINUTOS

Ao clicar no botão “eu concordo”, você estará consentindo em participar da referida pesquisa e assina esse termo. As teorias e métodos usadas neste estudo são baseadas em vários estudos confiáveis. Caso não queira, você não precisará se identificar em nenhum momento, o que garante o sigilo de qualquer informação compartilhada. Informo ainda que a participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

CUSTO DA PARTICIPAÇÃO:

A participação no estudo não acarretará custos para o(a) participante e, por isso será disponibilizada nenhuma compensação financeira adicional.

DETALHES SOBRE O ESTUDO:

Quanto aos riscos deste estudo:

Consideramos os riscos mínimos, que se configura, por se tratar de entrevista-questionário, em algum tipo de constrangimento na ocasião das perguntas do questionário. Entretanto, o(a)s entrevistado(à)s poderão, a qualquer momento, optar em não responder às perguntas ou até mesmo interromper a entrevista caso se sintam constrangido(a)s. Não haverá nenhum procedimento invasivo à privacidade do(a)s entrevistado(a)s.

Quanto aos benefícios deste estudo, são esperados:

Apesar de não haver pagamento por se voluntariar para essa pesquisa, você estará contribuindo para ciência, sua participação trará benefícios diretos no que diz respeito ao conhecimento da problemática, e ainda estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

COMO DEVO PROCEDER COM O PREENCHIMENTO?

O preenchimento do questionário deve ser feito apenas de forma pessoal, individual e privada, não sendo possível o preenchimento em grupo ou consultando outras pessoas. Pedimos que por favor, preencha o questionário da forma mais sincera possível. Caso tenha alguma dúvida ou preocupação, você pode entrar em contato com o responsável pela pesquisa: Tibério Lima Oliveira, doutorando em Política Social, Celular para contato: (84) 996019807, Email: tiberio_berin@hotmail.com. Endereço Rua João Alves Carneiro, Pontal, Quixeré, Ceará.

Agradeço a participação!

- 1. Você aceita participar voluntariamente dessa pesquisa?**
() Sim, concordo em participar voluntariamente dessa pesquisa.
() Não aceito.

- 2. Quando você passou a frequentar e a consumir em espaços voltados para o público LGBTI+ em Fortaleza?**

- 3. O que leva a você frequentar e a consumir em espaços LGBTI+ em Fortaleza e qual sua relação com esses espaços?**

- 4. Você considera que os espaços de consumo do Lazer em Fortaleza promovem uma agenda de respeito para as pessoas LGBTI+? Sim ou Não? Justifique.**

- 5. Enquanto consumidor como você se sente ao frequentar esses espaços de consumo LGBTI+ em Fortaleza? Justifique.**

- 6. Você considera que os espaços de consumo LGBTI+ são acessíveis a todo/as? Quais são as principais barreiras de acesso encontradas nesses locais? Justifique.**

- 7. Você considera que esses espaços fogem as normas (gênero, sexualidade, raça e classe) impostas pela sociedade ou esses locais reforçam normalizações? Como você observa esses locais de consumo LGBTI+?**

- 8. Em relação às políticas públicas voltadas para o lazer na capital, você considera que os espaços públicos de Fortaleza são seguros para as pessoas LGBTI+? Justifique.**